

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO — UFRRJ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Tese de Doutorado

DA UNIÃO PELO CEARÁ À FORMAÇÃO DA ARENA:
TRANSMUTAÇÕES, POLIFONIAS E DESENTENDIMENTOS NO
PARTIDO DA “REVOLUÇÃO” NA IMPRENSA CEARENSE (1962-1966)

JUCELIO REGIS DA COSTA
Seropédica, RJ
2025



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE
JANEIRO — UFRRJ INSTITUTO DE CIÊNCIAS
HUMANAS E SOCIAIS PROGRAMA DE PÓS-
GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Tese de Doutorado

*DA UNIÃO PELO CEARÁ À FORMAÇÃO DA ARENA:
TRANSMUTAÇÕES, POLIFONIAS E DESENTENDIMENTOS NO
PARTIDO DA “REVOLUÇÃO” NA IMPRENSA CEARENSE (1962–1966)*

JUCELIO REGIS DA COSTA

Sob a orientação do professor Luís Edmundo de Souza Moraes

Tese submetida ao exame de defesa
como requisito parcial para a obtenção
do grau de **Doutor** em História, no
Programa de Pós-Graduação em
História da Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro. Área de
concentração: Relações de poder e
cultura.

Seropédica, RJ
2025

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO — UFRRJ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS PROGRAMA
DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

JUCELIO REGIS DA COSTA

Tese submetida ao exame de defesa como requisito parcial para a obtenção do grau de **Doutor em História**, no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Área de concentração: relações de poder, linguagens e história intelectual.

TESE APROVADA EM: 16 de Dezembro de 2025

Profa. Dra. Ana Rita Fonteles Duarte
Examinador Externo à Instituição – PPGH UFC

Profa. Dra. Edvanir Maia da Silveira
(Examinador Externo à Instituição, UVA)

Prof. Dr. Flávio Heinz
(Examinador Interno – PPHR UFRRJ)

Profa. Dra. Lucia Grinberg
(Examinadora Externa à Instituição – PPGH UNIRIO)

Prof. Dr. Luis Edmundo de Souza Moraes (UFRRJ)
(Orientador)

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

C837u Costa, Jucelio Regis da , 1986-
DA UNIÃO PELO CEARÁ À FORMAÇÃO DA ARENA:
TRANSMUTAÇÕES, POLIFONIAS E DESENTENDIMENTOS NO
PARTIDO DA "REVOLUÇÃO" NA IMPRENSA CEARENSE (1962-1966)
/ Jucelio Regis da Costa. - Limoeiro do Norte, 2025.
300 f.

Orientador: LUIS EDMUNDO DE SOUZA MORAES.
Tese(Doutorado). -- Universidade Federal Rural do Rio
de Janeiro, PPHR HISTÓRIA, 2025.

1. UNIÃO PELO CEARÁ. 2. ALIANÇA RENOVADORA
NACIONAL (ARENA). 3. REGIME CIVIL-MILITAR. I. DE
SOUZA MORAES, LUIS EDMUNDO, 1966-, orient. II
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. PPHR
HISTÓRIA III. Título.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA



TERMO Nº 6 / 2026 - PPHR (12.28.01.00.00.49)

Nº do Protocolo: 23083.000607/2026-60

Seropédica-RJ, 07 de janeiro de 2026.

Nome do(a) discente: JUCELIO REGIS DA COSTA

TESE submetida como requisito parcial para obtenção do grau de DOUTOR EM HISTÓRIA, no Programa de Pós-Graduação em História - Curso de DOUTORADO, área de concentração em Relações de Poder e Cultura.

TESE APROVADA EM : 16 de dezembro de 2025

Banca Examinadora:

Dra. EDVANIR MAIA DA SILVEIRA, UVA Examinadora Externa à Instituição
Dra. ANA RITA FONTELES DUARTE, UFC Examinadora Externa à Instituição
Dra. LUCIA GRINBERG, UNIRIO Examinadora Externa à Instituição
Dr. FLAVIO MADUREIRA HEINZ, UFRRJ Examinador Externo ao Programa
Dr. LUIS EDMUNDO DE SOUZA MORAES, UFRRJ Presidente

(Assinado digitalmente em 07/01/2026 09:13)

FLAVIO MADUREIRA HEINZ
CHEFE DE DEPARTAMENTO - TITULAR
DepthHRI (12.28.01.00.00.00.86)
Matrícula: 1307950

(Assinado digitalmente em 07/01/2026 15:51)

LUIS EDMUNDO DE SOUZA MORAES
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DepthHRI (12.28.01.00.00.00.86)
Matrícula: 1353338

(Assinado digitalmente em 07/01/2026 14:18)

EDVANIR MAIA DA SILVEIRA
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 463.425.403-49

(Assinado digitalmente em 07/01/2026 08:24)

LUCIA GRINBERG
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 967.202.637-49

(Assinado digitalmente em 07/01/2026 15:32)

ANA RITA FONTELES DUARTE
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 766.128.993-87

Visualize o documento original em <https://sipac.ufrrj.br/public/documentos/index.jsp>
informando seu número: **6**, ano: **2026**, tipo: **TERMO**, data de emissão: **07/01/2026** e o código
de verificação: **ce94275744**

RESUMO

COSTA, Jucelio Regis da. DA UNIÃO PELO CEARÁ À FORMAÇÃO DA ARENA: TRANSMUTAÇÕES, POLIFONIAS E DESENTENDIMENTOS NO PARTIDO DA “REVOLUÇÃO” NA IMPRENSA CEARENSE (1962–1966). 300 p Tese (Doutorado em História) Departamento de História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2025.

Este trabalho tem por objetivo fazer uma análise histórica do processo que resultou em transmutação entre as antigas alas políticas integradas à aliança interpartidária — *União pelo Ceará* — em movimento de constituição partidária da ARENA. Desse modo, deveremos analisar as principais fases constitutivas desse engajamento político: primeiramente, como ocorreu a formação da aliança *União pelo Ceará* em 1962 e sua base estrutural de funcionamento no legislativo estadual entre 1962 e 1965. Depois, analisaremos, entre as eleições de outubro de 1965 à decretação do AI-2, como ocorreu a reestruturação da aliança *unionista* na Assembleia Legislativa em *União Parlamentar Revolucionário pelo Ceará* (UPRC), visando a manutenção do estrutural do esquema político firmado em 1962. Em seguida, estudaremos como a UPRC, diante das mobilizações políticas na institucionalização do sistema político bipartidário, transformou-se em ARENA, sendo marcada por amplas disputas e tensões internas, com o intuito de colaborar com o regime militar brasileiro. As fontes jornalísticas impressas, os documentos de organização partidária da ARENA e as fontes testemunhais e memorialísticas (autobiográficas e biográficas) foram fundamentais para esta pesquisa, com o intuito de perceber as imagens construídas nacionalmente, para que, em seguida, pudéssemos compreender como ela se configurou na realidade cearense.

Palavras-chaves: *União pelo Ceará*; ARENA; Regime civil militar.

ABSTRACT

COSTA, Jucelio Regis da Costa. **FROM UNIÃO PELO CEARÁ TO THE FORMATION OF ARENA: TRANSMUTATIONS, POLYPHONIES, AND DISAGREEMENTS WITHIN THE “REVOLUTIONARY” PARTY IN THE CEARÁ PRESS (1962–1966).** 300 p Tese (Doutorado em História) Departamento de História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2025.

This work aims to conduct a historical analysis of the process that led to the transformation of the former political wings integrated into the interparty alliance — União pelo Ceará — into the party-building movement of ARENA. In this regard, we shall examine the main constitutive phases of this political engagement. First, we will analyze the formation of the União pelo Ceará alliance in 1962 and its structural basis of operation within the state legislature between 1962 and 1965. Then, we will examine how, between the October 1965 elections and the enactment of AI-2, the restructuring of the unionist alliance in the Legislative Assembly took place, reorganizing itself as the União Parlamentar Revolucionária pelo Ceará (UPRC), with the purpose of maintaining the political structure established in 1962. Next, we will study how the UPRC, facing the political mobilizations related to the institutionalization of the bipartite political system, transformed into ARENA, a process marked by broad internal disputes and tensions aimed at collaborating with the Brazilian military regime. Printed journalistic sources, ARENA's party-organization documents, and testimonial and memorialistic sources (autobiographical and biographical) were fundamental for this research. They enabled us to perceive the images constructed at the national level and, subsequently, to understand how this structure materialized within the reality of Ceará.

Keywords: União pelo Ceará; ARENA; Civil-military regime.

LISTA DE SIGLAS

ACI – Associação Cearense de Imprensa

ADP – Ação Democrática Parlamentar

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

FADIDAM – Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos

IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática

IPES – Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais

LEC – Liga Eleitoral Católica

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PDC – Partido Democrata Cristão

PLAMEG – Plano de Metas do Governo

PSD – Partido Social Democrático

PPS - Partido

PSP – Partido Social Progressista

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

PTN – Partido Trabalhista Nacional

UECE – Universidade Estadual do Ceará

UFC – Universidade Estadual do Ceará

UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

UDN – União Democrática Nacional

UpC – União pelo Ceará

UPRC – União Parlamentar Revolucionário pelo Ceará

UVA – Universidade Estadual do Vale do Acaraú

Não obstante, é preciso reconhecer que hoje nos deparamos, não mais com uma exacerbação do político, mas, inversamente, com o seu desgaste. Experimentamos uma aparente dissolução e uma diluição: sensação de um declínio da soberania, percepção de uma diluição da vontade e de um aumento paralelo das forças de direita ou do mercado (Pierre Rosanvallon, 2010, p.94).

Agradecimentos

Segundo o dicionário Michaelis, o termo *gratidão* possui os respectivos significados: “Sentimento experimentado por uma pessoa em relação a alguém que lhe concedeu algum favor, um auxílio ou benefício qualquer; agradecimento, reconhecimento”. Assim, partindo desta premissa, ou seja, de um sentimento de gratidão, quero direcionar meus agradecimentos a todas e todos, que, de forma direta e indiretamente, colaboraram para que esta pesquisa obtivesse o resultado.

Em primeiro lugar, agradeço grandemente a esta mulher guerreira, trabalhadora, paciente, resiliente e corajosa que criou seis filhos sozinha com muita garra e dedicação: minha mãe Maria Varione Regis. Mãe, amo você! Tem sido fundamental o seu apoio e sua incansável ajuda, nos conselhos, nas preocupações e no cuidado. À minha avó materna, Maria Vilian Moura, sonhadora e idealizadora desse momento que se concretiza. Eterna gratidão e em sua homenagem (In memoriam).

Aos meus cinco irmãos, Juscelino, Jocélia, José Nilson, Jéssica e Gisele e seus filhos, meus sobrinhos queridos, Calebre, Sara e Ane Kelly, minha gratidão a vocês por tudo que fizeram por mim, pela paciência e compreensão.

A minha esposa Salatiene, que me acompanha nessa jornada há oito anos. Obrigado pelo seu amor, paciência e dedicação e por chegar junto, apoiar e acreditar neste trabalho que rendeu muito esforço e resistência.

Aos meus tios, que apoiaram e incentivaram desde muito cedo o interesse pela história e os estudos — João Rameres e Mazé, Ezaclir, Vandizete e Ronaldo e Jovelina, muito grato por tê-los em minha vida, pois vocês tem sido minha inspiração de historiadores engajados com a causa social e com atuação política nos movimentos sociais, nos partidos e nas questões locais e regionais.

Ao meu orientador, Luis Edmundo, minha eterna gratidão por toda dedicação e tempo que ele me presenteou com as suas orientações, leituras e sugestões. Vim conhecê-lo quando ingressei no doutorado em História na UFRRJ, em Seropédica, cursando as disciplinas e com as orientações. Realmente é uma pessoa incrível e admirável! Espero poder um dia agradecer-lo pessoalmente por toda confiança e ajuda para que este trabalho chegasse ao seu resultado. Infelizmente, a pandemia impossibilitou as aulas presenciais, mas acredito poder ter outros momentos para nos encontrarmos, especialmente nos eventos e congressos.

Aos meus professores, colegas, funcionários e coordenação do programa de pós-graduação em História na UFRRJ, campus Seropédica, por todas as experiências,

informações, trocas, suporte e atenção às demandas necessárias quando se é estudante de pós-graduação.

Aos funcionários das instituições que possibilitaram a abertura dos acervos e documentos necessários à realização de coletas e análises para a escrita deste trabalho: à Biblioteca Estadual do Ceará em Fortaleza, com permissão de acesso aos jornais impressos como *Unitário*, *O Nordeste*, *Gazeta de Notícias*, *Correio do Ceará* e *O Povo*; ao Instituto Histórico do Ceará e à Associação Cearense de Imprensa (ACI), que abriram os seus arquivos para consulta dos jornais impressos; ao Arquivo Público do Ceará, que possibilitou a consulta aos documentos reunidos no Fundo Virgílio Távora, especialmente os documentos relacionados a organização político-partidária ARENA, seção Ceará, e ao acervo de documentos que integra o Memórias Reveladas, organizado por esta instituição pública.

Durante esses quatro anos de doutoramento, estive trabalhando como professor temporário em algumas instituições, o que, sem dúvidas, foi indispensável para colaboração da pesquisa e desenvolvimento profissional como professor. Meu agradecimento aos professores da Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos (FAFIDAM), campus de Limoeiro do Norte, da Universidade Estadual do Ceará (UECE) entre 2022 e 2023. Em seguida, entre 2023 e 2024, estive como professor temporário na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), campus de Natal, muito obrigado ao colegiado de História, por tudo que fizeram por mim. Ao professor Haroldo, por todo incentivo e amizade e ao secretário Gerson, por toda ajuda e esclarecimentos com as demandas burocráticas. Atualmente, enquanto exerço novo contrato com a UECE, no campus de Quixadá, agradeço aos professores do curso de História e Pedagogia por incentivarem e apoiarem esta pesquisa. Minha gratidão a todos.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
CAPÍTULO I - ARENA... ARENAS... Mas de qual ARENA estamos falando? A polifonia das memórias e as lentes da historiografia brasileira.....	25
1.1 O jogo da memória.....	26
1.2 As vidas narradas e os jogos de memórias em torno da ARENA.....	30
1.3 As análises históricas sobre a ARENA na historiografia brasileira.....	37
1.4 A historiografia do protagonismo político de civis na ditadura.....	41
CAPÍTULO II – A FORMAÇÃO DOS PARTIDOS POLÍTICOS E DA <i>UNIÃO PELO CEARÁ</i> (1946–1964).....	50
2.1 A formação dos partidos políticos no Ceará (1946–1964)	50
2.2 As famílias políticas cearenses.....	54
2.3 As ideias e as redes políticas.....	79
2.4 As eleições no Ceará (1947–1962)	83
2.4.1 As eleições de 1947.....	84
2.4.2 As eleições de 1950.....	88
2.4.3 As eleições de 1954.....	94
2.4.4 As eleições de 1958.....	100
2.4.5 As eleições de 1962.....	104
2.5 A fundação da <i>União pelo Ceará</i>	111
2.5.1 A campanha eleitoral e seus atores.....	112
2.5.2 Os comícios.....	115
2.5.3 Os cartazes.....	116
2.5.4 Os “santinhos”	118
2.5.5 Simulação de voto.....	120
2.5.6 Os boletins de resultados.....	120
CAPÍTULO III - A SOBREVIVÊNCIA DA <i>UNIÃO PELO CEARÁ</i>.....	124
3.1 <i>União pelo Ceará</i> : continuidade ou extinção?	125
3.2 A mesa diretora da Assembleia Legislativa.....	130
3.3 A ascensão dos militares cearenses.....	141
3.4 O Povo em atrito com o vice-governador.....	149
3.5 O impacto das eleições de 1965 no Ceará.....	161
3.6 As projeções para a sucessão estadual em 1966.....	166
3.7 Quem fica com a <i>União</i> , se ela sobreviver?	170
3.8 As eleições de 1965.....	179
3.9 As vozes sobre as eleições.....	182
3.10 O aniversariante, o bolo e os “rebeldes” e os usos políticos na <i>Gazeta de Notícias</i>	191
CAPÍTULO IV – “ANTES TARDE DO QUE NUNCA”: AS REPERCUSSÕES DE APLAUSOS E NOTAS AO ATO INSTITUCIONAL Nº2 NA IMPRENSA CEARENSE.....	200
4.1 As repercussões na/pela imprensa.....	201
4.2 Themístocles em multimodalidade: político e jornalista.....	214

4.3 Os usos políticos do AI-2.....	221
CAPÍTULO V - A TRANSMUTAÇÃO DA “UNIÃO PELO CEARÁ” EM “UNIÃO PARLAMENTAR REVOLUCIONÁRIO PELO CEARÁ” —	
UPRC.....	230
5.1 Os enquadramentos conjunturais.....	230
5.2 As mudanças conjunturais após o golpe de 1964.....	238
5.3 A formação do bloco <i>União Parlamentar Revolucionária do Ceará</i> (UPRC).....	253
5.4 As repercussões da formação do bloco <i>União Revolucionária Parlamentar pelo Ceará</i> (UPRC) na imprensa.....	261
5.5 Formação de blocos políticos no interior do Ceará.....	273
5.6 UPRC: a união do legislativo com o executivo estadual na defesa do regime militar.....	275
5.7 “A UNIÃO VIRA PARTIDO DA REVOLUÇÃO”: a formação da ARENA no Ceará.....	278
CONCLUSÃO.....	289
FONTES.....	292
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	293

INTRODUÇÃO

Complexa é a compreensão e a explicação de como um determinado tema chega a nós como um catalisador de motivações e interesses de pesquisas. Mas, por uma ou outra razão, o tema que pesquisamos também nos encontra. É nesse encontro misterioso e aventureiro que escolhemos os nossos caminhos a serem percorridos, nos quais deixamos nossas pegadas registradas na jornada de pesquisa que se inicia e que se consolida com o passar do tempo.

O *tempo*, categoria fundamental para o historiador, contribui no sentido historiográfico, para observarmos, por meio de um levantamento da produção histórica, qual o estado da arte em torno de um determinado tema e com isso, possibilitar novos olhares.

Por outro lado, esta mesma observação possibilita enxergar as várias camadas contidas nas memórias acerca das fontes e dos sujeitos, que são contemporâneos aos eventos retratados por nossos objetos de estudos. Além disso, percebemos as relações existentes entre a memória e a história e que, nesse encontro, muitas vezes tênue, aspectos memorialísticos acabam escapando ou sendo reforçados pela própria história e historiografia, pelo desenvolvimento dos nossos temas, nos diálogos e nas conexões estabelecidas com os nossos objetos de investigação histórica.

Nesse sentido, torna-se fundamental compreender que, de certo modo, direta ou indiretamente, as imagens que construímos sobre o passado estudado podem ou não legitimar aspectos de uma memória social que nos propusemos a analisar, sobretudo aquelas relacionadas aos atores, instituições, grupos e movimentos que colaboraram e legitimaram o golpe de 1964 e a ditadura militar brasileira (1964–1985).

É por esta razão que, em boa medida, relemos as fontes, tema e objetos e reencontramos um alvo novo, sem distanciar-nos do que já estamos acostumados a operacionalizar historicamente. Como bem argumentou Tânia Regina de Luca (2021), “se o passado não pode ser modificado, a compreensão do que ocorreu, a interpretação e os sentidos que lhe são atribuídos não são fixos e imutáveis, pelo contrário, alteram-se significativamente ao longo das gerações”¹.

O interesse pelo tema sobre o golpe civil-militar de 1964 e a ditadura militar (1964–1985) ocorreu quando ainda era estudante de graduação em História na Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos (FAFIDAM), em Limoeiro do Norte, campus integrado à

¹ LUCA, Tânia Regina de. **Práticas de pesquisa em histórica**. São Paulo: Contexto, 2021, p.9.

Universidade Estadual do Ceará (UECE), em uma experiência de pesquisa no arquivo da própria instituição para produção de um texto histórico sobre a fundação da faculdade destinado à rememoração dos 40 anos da instituição.

A FAFIDAM era uma instituição fundada durante a ditadura militar, fruto das articulações políticas locais com os governos estaduais cearenses que apoiaram estrategicamente os militares no poder. Como em todo o território nacional, na FAFIDAM, os professores foram cassados, vigiados e controlados, sobretudo, com amplo apoio dos grupos políticos locais, por ser o seu primeiro diretor um bispo articulador de ações anticomunistas nessa cidade e em seu entorno, o Vale do Jaguaribe, região que teve três deputados estaduais eleitos sucessivamente com o apoio do mesmo religioso. As famílias mais influentes pertenciam ou eram muito próximas aos parlamentares Manuel de Castro, Franklin Chaves e José Simões, cujas trajetórias políticas se prolongaram nos 21 anos dos governos militares.

Desta experiência, surgiu a pesquisa monográfica, tendo como fonte os jornais impressos cearenses de 1964, que tratavam sobre a organização e realização da Marcha da Família com Deus pela Liberdade em Limoeiro do Norte, analisando as principais forças políticas, religiosas e militares locais que se articularam pela mobilização anticomunista no interior do Ceará e, conseqüentemente, como assimilavam ideologicamente as questões nacionais em sua realidade para a promoção da marcha nessa cidade em celebração ao golpe de 1964. As marchas tiveram um duplo sentido: comemorar a intervenção dos militares e, posteriormente, fazer o aceno político em colaboração ao novo presidente do regime instituído, Castello Branco.

No ano seguinte, 2011, retomamos o tema, ampliando-o espacialmente para o estado do Ceará. A novela *Amor e Revolução*, exibida no SBT, em seu primeiro capítulo, tratou brevemente sobre as marchas do golpe de 1964 e, ao assisti-la, contribuiu para esse retorno, fazendo-nos pensar como teria sido a receptividade e comemoração desse acontecimento nas demais cidades, incluindo a cidade de Fortaleza. De fato, não havia pesquisa sobre a marcha em Fortaleza e nem nas demais cidades do estado.

Após realizar uma coleta completa de todos os jornais que tratassem sobre essa mesma manifestação em Fortaleza e em outras 12 cidades, que se encontram disponíveis na Biblioteca Estadual do Ceará, resolvemos dar continuidade à temática, porém, ampliando o recorte espacial, observando como havia sido o comportamento das elites e da imprensa cearense no processo de desestabilização do governo de João Goulart e suas formas de mobilizações políticas nas realizações das Marchas da Vitória. Esta pesquisa resultou na

dissertação de mestrado em História Social, defendida em 2015 na Universidade Federal do Ceará (UFC)², e posteriormente, na publicação de livros e artigos.

Concomitante à pesquisa desenvolvida no mestrado, havia um tema que despertava grande interesse: estudar a ARENA cearense. Foi lendo um capítulo escrito por Lucia Grinberg, intitulado *Uma memória política sobre a Arena: dos “revolucionários de primeira hora” ao “partido do sim, senhor”*, (2010), que resolvemos desenvolver um projeto para o doutorado em História, procurando analisar como se deu o processo de formação e atuação da ARENA cearense na sustentação dos governos militares.

As motivações que nos conduziram ao estudo da ARENA no Ceará foram diversas, destacando-se: em primeiro lugar, havia uma enorme lacuna sobre os estudos históricos que remetesse ao protagonismo político da ARENA no Ceará. Os escassos trabalhos cearenses estavam voltados para uma análise sociológica e histórica do sistema político implantado pelo regime militar, o bipartidário, ou seja, a análise se desdobrava com enfoque para ambos os partidos.

Assim, constatamos uma lacuna de estudo a respeito do processo de formação e atuação da ARENA, cujos parlamentares cearenses apoiaram e colaboraram com os governos militares, sejam eles estaduais ou federais. As lacunas podem estar vinculadas a outros dois aspectos: o conjunto de fontes memorialísticas (autobiografias e biografias) é permeado de complexidades, jogos de interesses, silêncios sobre determinadas atuações e a realização de *deslocamentos políticos*.

Nesta pesquisa, *a memória do deslocamento político* diz respeito à identificação da tomada de atitudes presentes nos depoimentos orais e escritos, nos quais os personagens que viveram os eventos apresentaram narrativas em que eles aparecem deslocados em relação à posição que ocupavam no passado. Seus posicionamentos políticos do passado são transformados em outros, silenciando ou deslocando as posições políticas do momento em que foram manifestadas para assumir outra posição política, modificando as imagens do passado vivido.

Desse modo, o uso apenas de fontes memorialísticas seria um desafio, especialmente por ser um tipo de material complexo que engloba diversas camadas de um esforço de memória, selecionando o que poderia ser ou não ser dito. Este último aspecto incidiu diretamente no processo de construção das narrativas com *deslocamentos políticos* do

² COSTA, Jucelio Regis da. **Os jornais em marcha e as marchas da vitória nos jornais**: a imprensa e o golpe civil-militar no Ceará (1961-1964). Curitiba: Editora CRV, 2024.

momento em que eles foram exercidos, transformando *colaboradores* em *resistentes* ou em *opositores* do regime militar.

Há uma extensa produção sobre a participação do Ceará na construção do regime militar, porém, tem permanecido uma lacuna nas pesquisas históricas que tratasse do protagonismo da ARENA numa coletividade, dinâmica política e formas relacionais de poder. Isso diz respeito às dificuldades de problematizações e reflexões sobre a produção memorialística, envolvendo as complexas e contínuas manifestações de deslocamentos de posicionamentos políticos advindo das lideranças e personalidades políticas na formação de uma base de apoio ao regime militar no Ceará. Logo, houve uma necessidade em pensarmos num tipo de imagem histórica para a ARENA que pudéssemos analisar a sua formação e a atuação a partir dos perfis e das trajetórias coletivas de seus membros, rompendo, com isso, os limites impostos pela memorialística ancorada no deslocamento de posicionamentos políticos.

Temos encontrado trabalhos com análises da produção memorialística, focalizando as trajetórias individuais, como Virgílio Távora, Plácido Castello, Adauto Bezerra e César Cals, ex-governadores estaduais durante o regime militar. Tais abordagens não estabelecem as conexões e/ou as redes de relações políticas visando a sustentação do regime, por estarem permeadas de interferências da escrita memorialística sobre os recortes, sujeitos e dinâmica investigados.

Entre lacunas e pesquisas com enfoques sobre indivíduos políticos cearenses, o desafio em propor uma pesquisa de envergadura sobre a participação coletiva, no caso, de um partido na colaboração ao regime militar permanecia enquanto não houvesse uma mudança na forma de interpretar as fontes advindas da memorialística. A nova chave de interpretação se ancora em um processo de dessacralização e problematização das memórias que enfatizam os deslocamentos políticos dos seus personagens políticos, observando os comportamentos decorrentes de ações coletivas.

Com base nisso, podemos afirmar que uma parte do problema existente dessa lacuna na proposição de uma análise sobre a trajetória coletiva de parlamentares e lideranças políticas na formação da ARENA cearense está ligada a como a memorialística e a historiografia cearense interpretaram o processo que resultou no golpe de 1964 no Ceará e, posteriormente, na implantação do regime militar, apoiando o governo de Castello Branco e suas ações autoritárias. Em ambas as produções, era inexistente a compreensão de que a base da ARENA era a antiga aliança *União pelo Ceará*. Referimo-nos à compreensão sobre a

aliança política *União pelo Ceará*, constituída em agosto de 1962, visando a candidatura do coronel Virgílio Távora, como líder das direitas, dos conservadores, dos empresários e dos militares sob o discurso do anticomunismo.

Como a memorialística e a historiografia mantinham o silêncio sobre o papel da *União pelo Ceará* em se transformar em partido de apoio ao regime militar, sentimos a necessidade de compreensão entre o antes e o depois do AI-2, ato que extinguiu o sistema político multipartidário e implantou o bipartidário, e como ele impactou a continuidade da aliança unionista.

Assim, observamos o processo de desenvolvimento da *União pelo Ceará* em três fases para entendermos como a aliança se transformou na ARENA. A primeira fase englobou a análise do processo de fundação em 1962, envolvendo os conflitos após o fim do pleito desse ano até o momento da decretação do AI-2, em 1965.

Na segunda fase, compreendeu-se como os parlamentares da *União pelo Ceará* passaram a compor um novo bloco político — a *União Parlamentar Revolucionária pelo Ceará* (UPRC) —, mantendo a mesma composição de forças políticas e os acordos firmados em 1962. A Assembleia Legislativa instrumentalizou a UPRC para se alinhar politicamente ao governo de Castello Branco, no contexto das mudanças trazidas pelo AI-2, interpretadas como uma continuidade do processo “revolucionário”. Os 59 parlamentares estaduais³ que assinaram e ingressaram no referido bloco também prestaram homenagens e atribuíram o título de “revolucionário” ao governador Virgílio Távora pelas ações que ele vinha realizando em sintonia com o governo federal.

A segunda fase tem uma importância essencial, porque indica um processo de mediação e transição para a terceira fase, entre a *União pelo Ceará* e a ARENA, após o AI-2 de 1965. Partindo dessa hipótese, a proposição desta pesquisa é demonstrar que a base política da ARENA no Ceará esteve sempre vinculada às antigas forças político-partidárias da *União pelo Ceará*, permanecendo no controle do Estado durante todo o período de existência do sistema político bipartidário.

Conforme a pesquisa avançava no Acervo do Diretório Estadual da ARENA, cujo material está integrado ao Fundo Virgílio Távora (ex-governador) e depositado no Arquivo Público do Ceará⁴, novas percepções confirmavam aqueles aspectos anteriormente

³ As informações que aparecem ao longo deste trabalho sobre as origens, formação e trajetórias dos parlamentares cearenses foram consultadas nos arquivos disponibilizados na internet, tanto pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE/CE) quanto pela Assembleia Legislativa do Ceará (ALECE).

⁴ O Arquivo Público do Ceará foi fundado em 1916 pela Lei 1.391 e na década de 1990 passou a ocupar o casarão Solar Fernandes Vieira. Todo o acervo pessoal, político e militar do ex-governador Virgílio Távora se

mencionados, propondo possibilidades para a reformulação do projeto. Nesse sentido, estes aspectos, que apontavam serem hipóteses consistentes, foram confirmados pelo cruzamento das diversas fontes históricas (memorialísticas, arquivos de partidos, cartas e jornais). Após localizar alguns documentos no Acervo Virgílio Távora que faziam referência à base política de formação da ARENA cearense — a antiga aliança unionista (*União pelo Ceará*) —, deu-se uma guinada nesta pesquisa, exigindo mudanças no recorte temporal e no próprio objeto de estudo.

Três documentos localizados no acervo da ARENA foram fundamentais para essa mudança: o primeiro, o abaixo-assinado do deputado estadual Guilherme Teles Gouveia, de outubro de 1965, que tratava da formação do Bloco Parlamentar Revolucionário na Assembleia Legislativa, visando manter a base política interpartidária de 1962, na sustentação do governo de Virgílio Távora e do presidente Castello Branco; o segundo, a Carta Confidencial de Virgílio Távora enviada a Castello Branco em 1966, informando as sugestões de nomes para a sucessão do governo executivo estadual e dizendo que a base da bancada estadual da ARENA era a *União pelo Ceará*, esquema político de sua responsabilidade.

A menção à base unionista voltou a aparecer em um terceiro documento, quanto às eleições de 1970, quando novamente Virgílio Távora e Figueiredo Correia disputaram, no plano federal, os cargos de senador e deputado federal. A campanha foi caracterizada pelo termo “dobradinha” da *União pelo Ceará*, uma vez que era a segunda vez que concorriam juntos. Ambos disputaram as eleições em 1962, sendo Virgílio Távora eleito governador e Figueiredo Correia vice-governador. Após variados atritos entre ambos, reencontraram-se em 1970, retomando o pacto político.

As fontes escolhidas para análise da pesquisa apontaram, pois, para outro direcionamento, ancorada em uma relação de troca mútua. Este tipo de relação está fincada nas inquietações do momento em que o historiador observa o passado do seu objeto nas fontes históricas, sendo estas também protagonistas no processo de validação ou não das perspectivas que o observador pretende alcançar. Por esta razão, John Tosh afirmou “que muitos historiadores tiveram a experiência”⁵ de interrogá-las, no caso em questão, as suas

encontra salvaguardado nesse lugar para consulta dos pesquisadores interessados. Chama-nos a atenção, o fato das documentações pertencentes às organizações partidárias como UDN e ARENA, estarem arquivadas como sendo acervo pessoal de Virgílio Távora.

⁵ TOSH, John. **A busca da história: objetivos, métodos e as tendências no estudo da história moderna**. Petrópolis: RJ, Vozes, 2011, p.129.

fontes históricas, porém, descobrindo em seguida, que elas acabavam direcionando “a pesquisa numa direção bem diferente”⁶.

Assim, o projeto foi reformulado com o objetivo de investigar o processo de transformação da *União pelo Ceará*, em *Bloco Parlamentar Revolucionário* e posteriormente na *Aliança Renovadora Nacional*, mantendo a estrutura e o funcionamento dos acordos políticos de 1962 na nova formatação trazida pelo sistema bipartidário.

A pesquisa partiu de duas problematizações: quais foram as ações desempenhadas e os tipos de conflitos entre os líderes parlamentares cearenses objetivando a manutenção da aliança interpartidária *União pelo Ceará*, desde a sua fundação (1962), mediada pelo bloco UPRC e transformando-se na ARENA (1965)? E se a imprensa local, no processo de visibilidade dessas ações e desentendimentos, colaborou como um ator político importante? Com estas questões, o propósito era demonstrar que as ações dinamizaram um processo de participação no regime militar, positivando o governo de Castello Branco e defendendo, por projeções políticas divergentes, a continuidade da aliança interpartidária, instrumentalizando-a para atendimento de diferentes interesses locais e regionais.

Para a efetivação da análise das fases constitutivas da *União pelo Ceará*, este trabalho contou com as fontes jornalísticas impressas, documentos de organização partidária da ARENA, fontes testemunhais e memorialísticas, com o intuito de perceber as imagens construídas dela ao nível nacional, para que, em seguida, pudéssemos compreender como elas se configuraram na realidade cearense.

Aqui, as fontes foram instrumentalizadas de duas maneiras indispensáveis: como reservatórios de informações necessários ao conhecimento acerca dos acontecimentos, sujeitos e tema, e como agentes históricos, ou seja, “como sujeitos e instrumentos capazes de intervir no mundo”⁷. Neste ponto, José D’Assunção é enfático e essencial à reflexão quando diz que “a história produz os jornais ao mesmo tempo que os jornais ajudam a produzir a história”⁸.

Os diversos jornais inseridos nesta pesquisa tinham maneiras diferentes de protagonizar seus posicionamentos sobre os acontecimentos mobilizados pela *União pelo Ceará*, desde o seu surgimento até o processo de ajustamento na transformação em ARENA.

⁶ TOSH, John. **A busca da história: objetivos, métodos e as tendências no estudo da história moderna**. Petrópolis: RJ, Vozes, 2011, p.129.

⁷ BARROS, José D’Assunção. **O jornal como fonte histórica**. Petrópolis: RJ, Vozes, 2023, p.13.

⁸ BARROS, José D’Assunção. **O jornal como fonte histórica**. Petrópolis: RJ, Vozes, 2023, p.13.

Sem dúvidas, cada jornal soube muito bem mobilizar as suas subjetividades e interesses no processo de condução dos acontecimentos e na sua forma de construção representativa, relacionada às ações da *União pelo Ceará*.

Por outro lado, membros unionistas capitalizaram suas multimodalidades profissionais — como jornalistas, redatores e diretores — com as funções político-partidárias que exerciam contemporaneamente aos acontecimentos, acrescentando uma extensão da influência e do prestígio perante a sociedade cearense e fora dela.

A Nova História Política, surgida na França, elegeu a observação dos comportamentos coletivos inscritos na longa duração e amplificados pela prática social para a compreensão da formação das culturas políticas, práticas e ideologias políticas, continuidades e rupturas. É, com esse viés que os partidos, grupos e movimentos passaram a ser analisados historicamente pela renovação do político.

Este trabalho segue essa perspectiva, elegendo como objeto a *União pelo Ceará* como um coletivo político em processo de engajamento numa duração estendida, observando a inscrição de seus membros na realidade social e política cearense, suas formações ideológicas, práticas culturais e políticas, e formas de adaptação ao contexto de mudanças.

A Nova História passou a se interessar ao final dos anos de 1980, segundo José D'Assunção, “pelo poder nas suas outras modalidades que incluem também os micropoderes presentes na vida cotidiana, o uso político dos sistemas de representações, os poderes exercidos através da palavra e do discurso”⁹. Nesse sentido, a pesquisa realizada se preocupou com as multiformas de manifestação do poder que colocou a *União pelo Ceará* em objeto de disputas políticas por diferentes protagonistas, como aquelas advindas do meio religioso, da imprensa, do meio militar e do político, realizando intensas batalhas discursivas na defesa de suas ideias.

A renovação da História Política também se ancorou em uma nova concepção de tempo histórico, demandando dos historiadores uma relação com a longa duração, sobretudo, pelo diálogo entre o tempo curto com o tempo longo. Com base nessa orientação é que surgiram as preocupações voltadas para os temas como “as eleições, a opinião pública, as ideias políticas ou sobre a cultura política”¹⁰. No que diz respeito ao conceito de cultura política, estamos entendendo-o a partir de Rodrigo Patto Motta, que define como sendo um “conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhado por

⁹ BARROS, José D'Assunção. História política: dos objetos tradicionais ao estudo dos micropoderes, do discurso e do imaginário. **Revista Escritas. Dossiê: políticas – práticas e representações**, vol.1, 2008, p.6.

¹⁰ MEDEIROS, Fabrício Ferreira. A nova história política. **Temporalidades – Revista de História**, Edição 25, V. 9, N. 3 (set./dez. 2017), p.264.

determinado grupo humano”¹¹, capaz de mobilizar identidades, usos do passado e projetos de sociedade. Este aspecto foi fundamental para a pesquisa para entendermos a inscrição da *União pelo Ceará* enquanto um coletivo político, cujas ideias, comportamentos e projetos defendidos pertenceram à determinada época e sociedade muito bem definida pela conjuntura política brasileira que a fez surgir, transformando-se mediante as mudanças de regimes políticos com o intuito de se manter em funcionamento pela prática do exercício da política.

Nos servimos também da Nova História Política para pensar a respeito da cultura política, que enfatizava a existência de comportamentos e valores pertencentes à cada sociedade, que moldam as relações humanas e influenciam nas decisões políticas. Logo, a cultura política é dinâmica e se ancora em aspectos que pertencem a essa sociedade. É com base nas observações acima que realizamos esta pesquisa, analisando a *União pelo Ceará* como uma expressão da cultura política cearense, que se constituiu por um conjunto de aspectos como o conservadorismo, elitismo, anticomunismo e defesa de ideias e práticas do autoritarismo, especialmente na defesa de governos ditatoriais, como o de Castello Branco. Tais ideias, valores e comportamentos se traduziram de forma específica na realidade cearense, conforme as condições materiais e imateriais disponíveis no seu universo social.

Deste modo, a pesquisa resultou na construção de cinco capítulos. No primeiro capítulo, realizamos uma análise das representações memorialísticas (autobiográficas, biográficas e entrevistas) que constituíram a ARENA como uma organização partidária fragilizada perante os governos militares (1965-1979). Nesse processo, identificamos que a memorialística, para legitimar os aspectos de artificialidade e fragilidade, recorreu ao processo de atualização das trajetórias de determinadas personalidades políticas em torno da mobilização da identidade de liberal, deslocando suas posições políticas para enquadramento na nova conjuntura (redemocratização) e, com isso, distanciando-se das ações que contribuíram para o aguçamento do regime militar. Este tipo de análise permitiu-nos observar quais aspectos dessas representações sobre a ARENA foram incorporados pelas produções historiográficas, especialmente aquelas que secundarizavam a participação civil durante o regime militar.

Como desdobramento deste aspecto, em segundo lugar, analisamos o processo de formação da *União pelo Ceará* como projeto político de rearranjo e alinhamento das forças direitistas e conservadoras, com o intuito de conter as forças políticas advindas das

¹¹ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A cultura política comunista: alguns apontamentos. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá; CZAJSKA, Rodrigo e NAPOLITANO, Marcos. **Comunistas brasileiros: cultura política e produção cultural**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013, p.17.

mobilizações de esquerda no estado. Este capítulo concluiu que a base da ARENA possuía raízes solidificadas em grupos familiares cearenses com longas trajetórias e disputas pelo poder político estadual, encontrando, no processo de implantação do sistema bipartidário, uma possibilidade de continuidade dessas famílias no novo regime político.

Desse modo, o capítulo se torna importante para demonstrar que as imagens de uma ARENA frágil e artificial, constituídas tanto pela memorialística quanto pela historiografia, são diferentes das experiências ocorridas nos estados brasileiros, nos quais esse processo de organização partidária dinamizou importante participação na consolidação dos governos militares.

A base política que constituiu a ARENA cearense veio da *União pelo Ceará*. Em razão disso, no capítulo dois, investigamos alguns aspectos importantes, a saber: em primeiro lugar, como a *União pelo Ceará* foi constituída por uma aliança interpartidária (UDN, PSD e PTN), integrando antigas famílias políticas que remontam ao início do período denominado de democracia representativa (1946-1964). E analisamos o processo de constituição dessas famílias enquanto elites políticas, mediante disputas por lideranças partidárias, disputas eleitorais e agendas de interesses no referido período.

Assim, o capítulo é essencial no sentido de mostrar que as bases políticas que deram vivacidade à ARENA cearense estavam assentadas em antigas lideranças partidárias, as quais representavam as principais famílias políticas cearenses que dinamizaram as disputas e sucessões estaduais por meio de alianças interpartidárias, como a *União pelo Ceará*, articulando-se na defesa e continuidade de seus interesses a partir do sistema político bipartidário.

Após o golpe de 1964, com o governo de Castello Branco, as bases que formavam a *União pelo Ceará* passaram a mobilizar politicamente alguns acontecimentos da conjuntura nacional e estadual na tentativa de adequação ao novo regime político e de disputa por projeções para a sucessão estadual, que ocorreria somente em 1966. Nesse sentido, o capítulo três analisou os acontecimentos como as eleições da mesa diretora da Assembleia Legislativa, as eleições de outubro de 1965 e o aniversário do governador Virgílio Távora, que foram noticiados pela imprensa local, tensionando as disputas em questão, uma vez que ela tomava partido em relação a algumas lideranças da *União pelo Ceará*.

Logo, o capítulo possibilitou compreender que as bases políticas da *União pelo Ceará*, assim como a imprensa que a observava, possuíam motivações diversas em relação a empreendimentos políticos, visando ganhos perante o governo militar, com ou sem a referida

aliança. E procurou mostrar que as disputas e os conflitos no interior da *União pelo Ceará*, a partir da mobilização de alguns acontecimentos, evidenciam a presença de diferentes interesses e projeções, reivindicando a participação política no regime militar.

No capítulo quatro, analisamos as repercussões do Ato Institucional nº 2 na imprensa cearense e o posicionamento político demonstrado pelos parlamentares da *União pelo Ceará* referente a esse ato. Com isso, objetivamos evidenciar que os parlamentares e algumas lideranças políticas cearenses, além de positivarem a institucionalidade do referido ato e promoverem articulações políticas na defesa do governo de Castello Branco, utilizaram-no para conservar e garantir a continuidade das antigas bases partidárias que constituíam a *União pelo Ceará*, assegurando aos seus membros a sobrevivência política no novo regime.

No capítulo cinco, estudamos os dois processos de transição da *União pelo Ceará*: o primeiro, em bloco, para a *União Parlamentar Revolucionária do Ceará* (UPRC), e o segundo, para a ARENA. Desse modo, observamos como as bases políticas da *União pelo Ceará* se articularam e quais problemas enfrentaram na Assembleia Legislativa, na imprensa e nos partidos, visando a continuidade dos acordos e da unidade dessa aliança na passagem para uma nova organização política intermediária e, posteriormente, na própria formação da ARENA.

A análise da imprensa *O Povo*, *Unitário*, *Gazeta de Notícias* e *Correio do Ceará* permitiu identificar os vários sentidos atribuídos e comportamentos exercidos pela base unionista nesse processo de transição e de adequação à nova realidade nacional. Assim, o capítulo revela que, em ambos os processos de transição, é possível identificar as ideias, as escolhas e as ações exercidas pelos unionistas, demonstrando dinamicidade e consciência na colaboração com o regime militar, constituindo uma imagem que contraria determinadas perspectivas advindas da memorialística e da historiografia.

CAPÍTULO I — ARENA... ARENAS... Mas de qual ARENA estamos falando? A polifonia das memórias e as lentes da historiografia brasileira

Neste capítulo, analisaremos dois aspectos que dizem respeito à compreensão histórica do processo de formação da ARENA no Brasil: em primeiro lugar, observaremos as representações da ARENA na escrita memorialística, compostas exclusivamente por biografias e autobiografias, produzidas entre as décadas de 1970 e 1990. Em seguida, estudaremos como os historiadores brasileiros constituíram representações sobre a ARENA enquanto reprodução da memorialística e protagonismo político consciente.

Na memorialística, observamos que as representações mobilizaram jogos estratégicos de atualização das trajetórias e das identidades pertencentes aos personagens narrados a partir de novos enquadramentos conjunturais. As atualizações dos sujeitos históricos em conjunturas posteriores, estabelecendo relações entre o vivido e o escrito, deram a eles um deslocamento de comportamentos políticos exercidos perante o regime militar, enrijecidos pela identidade de *liberais*.

Com base nisso, as mudanças de posicionamentos políticos pertenceram ao conjunto de produções memorialísticas, analisadas aqui a partir do termo *memória do deslocamento político*. Essas memórias, através da identidade como *liberal*, selecionaram alguns acontecimentos, como o sistema político bipartidário, a fundação da ARENA, o sistema de sublegendas e as relações políticas com os governos, com atribuições de sentidos que inviabilizavam, distanciavam ou deslocavam as posições políticas dos seus membros partidários para realçar uma imagem de fragilidade partidária. Além disso, também serviram para caracterizar determinados governos, concebendo uns como *democráticos* e outros como *ditatoriais*, a fim de situarem o tipo de posicionamento político exercido pelos políticos civis como apoiadores ou opositores liberais.

Em segundo lugar, afirmamos que a historiografia assume diferentes papéis na constituição de uma imagem histórica sobre determinado aspecto do passado: como *fonte* secundária, a ser consultada para nos dar informações necessárias à compreensão do passado, e como *objeto histórico*, observando como a história constituiu determinadas imagens sobre a ARENA a partir dos seus métodos utilizados em certa época, servindo como material importante para as gerações de historiadores posteriores. Além dessas duas posições, a historiografia pode assumir a condição de *agente histórico*, legitimando determinados aspectos ainda latentes e interferidores na realidade em que estão inseridos.

1.1 O jogo da memória

A partir de Pierre Nora, entende-se por *memória* um conjunto de aspectos ligados ao vivido, constituído por lembranças, esquecimentos e silenciamentos, “vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações”¹². A história se constituiu em ciência investigativa, desempenhando o papel da “reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais”¹³, atentando-se para as transformações, as continuidades e as relações humanas. A memória se constitui em objeto indispensável para a história. E a história desnaturaliza as memórias, colocando-as em situação de dessacralização e de criticidade.

Ao pensarmos nas memórias, refletimos sobre sua pluralidade, manifestação já apontada por Pierre Nora quando disse “que há tantas memórias quantos grupos existem; que ela é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada”¹⁴. Nesse sentido, entendemos que a memória coletiva sobre um movimento ou uma instituição não é homogênea e permanente, uma vez que há margens abertas para memórias polifônicas, advindas de grupos ou de contemporâneos aos mesmos acontecimentos, fundamentadas a partir de suas trajetórias culturais e sociais diferentes na condução, na orientação e na interpretação dessas experiências.

Aqui, estamos tratando de uma *polifonia das memórias* e de atores políticos, pertencentes ou vinculados à ARENA, representando vozes diversas e em condições diferentes de falar e elaborar lembranças sobre suas trajetórias a partir dessa organização partidária e a respeito de suas contribuições ou formas de relações políticas com o regime militar.

Recentemente, encontra-se uma gama de trabalhos na perspectiva filosófica de Mikhail Bakhtin, baseado nos estudos sobre a *polifonia*. Na perspectiva teórica, as categorias filosóficas expressam signos de comunicação ou mediação, manifestados na linguagem humana, seja pela arte, seja pela cultura etc. Para esta pesquisa, importa a perspectiva da *polifonia*, compreendida como uma representação das “várias vozes que interagem no discurso literário presentes, por vezes, na documentação textual, acrescida da reflexão

¹² Nora, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. **Projeto História : Revista Do Programa De Estudos Pós-Graduados De História**, 10, p. 9. (Tradução Yara Aun Khoury). Ver: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/8763>

¹³ Idem.

¹⁴ Idem.

proveniente da historiografia”¹⁵. Assim, entendendo como uma *polifonia* as várias representações memorialísticas sobre a ARENA, expressando um conjunto de vozes e interagindo para um enredo comum acerca de suas trajetórias nos processos de participação da fundação e atuação deste partido no regime militar.

A *polifonia das memórias* sobre a ARENA não é constituída apenas por vozes homogêneas em termos de concordância e harmonização. Ao contrário, incluem-se as dissonantes, vistas a partir de suas trajetórias culturais e sociais peculiares, manifestando ideias e interesses tensionados pelas discordâncias existentes. Segundo Leandro Santana Silva, numa analogia musical, o sentido da *polifonia* pode remeter a “um conjunto de várias melodias simultâneas cujas vozes ou sons podem ser compostos por acordes harmônicos, consoantes ou dissonantes”¹⁶.

Refletindo sobre a pluralidade das vozes sobre o mesmo passado vivido, Marcos Napolitano (2017) menciona três aspectos fundamentais em relação à ditadura: o primeiro diz respeito à *duração temporal* do regime militar, “que permitiu, de maneira contraditória e paradoxal, a sedimentação de muitas memórias”¹⁷, pautadas nas experiências sociais “ainda durante a sua vigência política”¹⁸. O segundo aspecto trata-se do agenciamento das *abordagens historiográficas*, identificando “que a historiografia mantém uma relação tensa com a memória social, ora se apoiando, ora ajudando a construí-la, ora negando-a”¹⁹. Quanto ao terceiro aspecto, *as condições materiais das memórias e testemunhos*, segundo Marcos Napolitano, “tivemos muitos testemunhos que já nasceram para edições impressas, em formato literário e escrito que inundaram o mercado editorial desde o início dos anos de 1980, produzidos, sobretudo, por ex-militantes de esquerdas”²⁰. Aqui, acrescentamos que este tipo de mercado editorial e a profusão de memórias direitistas também continuaram exercendo o seu papel de influências, disputas e reatualizações da memória social em torno desse passado.

¹⁵ SILVA, Leonardo Santana da. **Polifonia cultural em ponto e contraponto**: acordes historiográficos entre alguns conceitos teóricos possíveis. São Paulo: Paco Editorial, 2019, p. 7.

¹⁶ SILVA, Leonardo Santana da Silva. Introdução. **Polifonia Cultural em ponto e contraponto**: acordes historiográficos entre alguns conceitos teóricos possíveis. São Paulo: Paco Editorial, 2019.

¹⁷ NAPOLITANO, Marcos. Prefácio. In: DELLAMORE, Carolina; AMATO, Gabriel; BATISTA, Natália (orgs.). **A ditadura aconteceu aqui**: a história oral e as memórias do regime militar brasileiro. São Paulo: Letra e Voz, 2017b, p. 9.

¹⁸ NAPOLITANO, Marcos. Prefácio. In: DELLAMORE, Carolina; AMATO, Gabriel; BATISTA, Natália (orgs.). **A ditadura aconteceu aqui**: a história oral e as memórias do regime militar brasileiro. São Paulo: Letra e Voz, 2017b, p. 9.

¹⁹ NAPOLITANO, Marcos. Prefácio. In: DELLAMORE, Carolina; AMATO, Gabriel; BATISTA, Natália (orgs.). **A ditadura aconteceu aqui**: a história oral e as memórias do regime militar brasileiro. São Paulo: Letra e Voz, 2017b, p. 9.

²⁰ NAPOLITANO, Marcos. Prefácio. In: DELLAMORE, Carolina; AMATO, Gabriel; BATISTA, Natália (orgs.). **A ditadura aconteceu aqui**: a história oral e as memórias do regime militar brasileiro. São Paulo: Letra e Voz, 2017b, p. 11.

Quando pensamos nas fontes jornalísticas, nas entrevistas, nas biografias, nas autobiografias e nos documentos relacionados ao acervo da ARENA estadual cearense como *lugares de memória*, elas desempenham funções estendidas das recordações, servindo às memórias de grupos, de instituições ou dos movimentos como vetores, mecanismos e suportes. Para Pierre Nora (1993), “os lugares de memória são, antes de tudo, restos”²¹, que procura a sobrevivência e a sacralização de aspectos do passado. Ana Mauad e Samantha Quadrato (2023) apontam que a memória estabilizada se serve de suportes e mecanismos externos, indicando “o de seu caráter fluído e mutável”²².

No que diz respeito ao espaço biográfico, ele integra uma multiplicidade de formas intermediadas pelo desejo de narrar as experiências dos biografados, exercendo *jogos de memórias*, definidos por Ana Luiza Carvalho da Rocha e Cornelia Eckert (2000), como “uma ação inteligente singular do sujeito humano sobre o mundo na busca de um princípio de causalidade (formal e material) com a pretensão de enquadrar, de forma inseparável, vida e matéria”²³. Desse modo, age como fonte de testemunho e operacionaliza a memória, trazendo sentidos e coerências para as suas narrativas. A história narrada pela memorialística sofre interferência de quem a produz e do momento em que é escrita, articulando tempo, experiências e identidades.

A escrita narrativa das biografias, segundo Leonor Arfuch (2010), incorpora três tempos, a saber: “o tempo do mundo da vida, o tempo do relato e o tempo da leitura”²⁴. Desse modo, o biógrafo realiza uma operacionalização de múltiplos tempos, polindo as experiências, ajustando-as às demandas do tempo presente com um devir aberto. O vivido se ancora numa narrativa que estrutura a vida e a identidade do biografado, transportando para a linguagem uma coerência entre o vivido e o narrado. E os múltiplos tempos existentes nas narrativas memorialísticas podem dar contornos distintos ao sujeito narrado.

Branca Telles Ribeiro e Maria das Graças Dias Pereira (2002) recorrem ao uso do conceito de enquadres como possibilidade de reflexão para pensarmos o que acontece com as mudanças de posicionamentos em determinadas ocasiões. Para as autoras, “enquadres

²¹Nora, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. **Projeto História : Revista Do Programa De Estudos Pós-Graduados De História**, 1993, p. 12. (Tradução Yara Aun Khoury). Ver: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/8763>

²² MAUAD, Ana Maria e QUADRATO, Samantha (orgs.). **Diálogos historiográficos: memória, história e tempo presente no Brasil e na Argentina**. Letra e Voz: São Paulo, 2023, p. 8.

²³ ROCHA, Ana Luiza Carvalho da e ECKERT, Cornelia. Os jogos da memória. **Revista ILHA - Florianópolis**, n.1, dezembro de 2000, p. 73.

²⁴ ARFUCH, Leonor. A vida como narração. In: ARFUCH, Leonor. **O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010, p. 112.

constituem como construímos e sinalizamos o contexto da situação em curso”²⁵. Por outro lado, remetem a um segundo aspecto, como um ouvinte ou leitor capta a mensagem, que passa por uma contextualização, no caso, um enquadramento. Nesse sentido, entendemos, a partir das autoras, que os biógrafos estabelecem um tipo de relação interacional, em especial com os seus leitores, cujo processo é permeado de aspectos de sutilezas que remetem a mudanças de posicionamentos dos sujeitos narrados na medida em que algum dado pudessem pô-los em comprometimento.

Logo, as mudanças de posicionamentos referem-se aos deslocamentos de posições políticas, antes vistas como defensoras do regime civil-militar para uma postura de afastamento, ajustado às preocupações norteadoras que circunscreve o processo de escrita biográfica (entendemos como uma interação): preocupação “não apenas com a intenção do falante mas também com o efeito desta sobre o ouvinte — ou seja, como o ouvinte interpreta um ato comunicativo do falante”²⁶. Desse modo, tanto o conteúdo, como a forma que ele chega ao leitor das biografias transformam-se em objeto de enquadramento, realizando controle, polidez e elasticidade das narrativas.

Aqui, biografias, autobiografias e entrevistas são tomadas como fonte e objeto histórico, com a possibilidade de identificar e analisar os sentidos e os interesses que as constituíram em relação à posição política da ARENA na ditadura militar. A autobiografia é entendida como um gênero narrativo, prevalecendo “um espaço figurativo para a apresentação de um eu sempre ambíguo”²⁷, condicionando os jogos de memória, ancorada no arbítrio e na distorção na procura de autoafirmação. Já a biografia seria um gênero narrativo mediado por outro sujeito para realizar a narrativa sobre o biografado, reunindo diversos documentos de ordem pessoal, privado e público para montar as etapas da vida, as causalidades, os sentidos e até mesmo algumas contradições²⁸.

Outro aspecto relevante para esta pesquisa diz respeito ao conceito de ilusão biográfica²⁹, desenvolvido por Pierre Bourdieu, enfatizando que há o risco do biógrafo se orientar por uma percepção ilusória, especialmente, os leitores e receptores. A ilusão

²⁵ RIBEIRO, Branca Telles e PEREIRA, Maria das Graças Dias. A noção de contexto na análise do discurso. **Revista Veredas**, Juiz de Fora, vol.6, nº2, jul-dez., 2002, p. 53.

²⁶ RIBEIRO, Branca Telles e PEREIRA, Maria das Graças Dias. A noção de contexto na análise do discurso. **Revista Veredas**, Juiz de Fora, vol.6, nº2, jul-dez., 2002, p. 58.

²⁷ ARFUCH, Leonor. A vida como narração. In: ARFUCH, Leonor. **O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010, p. 134.

²⁸ ARFUCH, Leonor. A vida como narração. In: ARFUCH, Leonor. **O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010, p. 138.

²⁹ BOUDIEU, Pierre. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Tradução de Mariza Correia. São Paulo: Editora Papirus, 1996, p. 75.

biográfica possui um fio condutor que organiza e estrutura a vida biografada pela narrativa de forma cronológica e linear, procurando serem aceitos os sentidos das experiências, das trajetórias e, de forma homogeneizada e essencialista, da inscrição do sujeito no tempo.

Os historiadores, ao recorrerem ao uso das biografias e das autobiografias para análise do conhecimento histórico, procuram romper com estes limites e ilusões, enfatizando “a multiplicidade de ações, as dúvidas, as incertezas, as redes de apoio, os lugares de circulação, entre tantos outros fatores, que são fundamentais para a tomada de decisão e tão importantes para o agir humano”³⁰.

1.2 As vidas narradas e os jogos de memórias em torno da ARENA

Aqui, reunimos um conjunto de obras com viés autobiográfico e biográfico, cujas narrativas de vidas tiveram como preocupação inscrever os sujeitos como pertencentes à ARENA, porém, pondo-os em condições de distanciamento, estranhamento, ou mesmo de enquadramentos de alguns posicionamentos referentes às medidas realizadas pelo regime civil-militar. Assim, tivemos a pretensão de analisar quais jogos de memória foram operacionalizados por essas narrativas, visando desvincular os antigos políticos da ARENA através da criação identitária de *liberal* como tentativa de fazer o enquadramento desse passado a ser ajustado na nova conjuntura, no caso no processo de redemocratização.

A partir de 1974, uma extensa produção e circulação de testemunhos e de escrita memorialística (vidas narradas em autobiografia e biografia) ganha espaço na realidade brasileira, ainda sob o espectro político do regime civil-militar. Sem dúvidas, alguns aspectos da realidade, como as eleições de 1974, em que a ARENA começa dar sinais de clivagens e os intensos conflitos internos entre os militares e, conseqüentemente, com as personalidades políticas civis, começam a abrir uma margem de elaboração de memórias individuais e coletivas daqueles que estiveram vinculados ou exercendo funções durante os governos da ditadura até esse momento.

As obras selecionadas foram: *Milton Campos*³¹: uma vocação liberal, de José Bento Teixeira de Salles³², publicada em 1975, pela Editora Vega; *Daniel Krieger*: um liberal

³⁰ CARDOSO, Michele Gonçalves. Biografia e temporalidades: prática historiográfica e o ensino de história. *Revista Educar em Revista*, Curitiba, v. 37, e75676, 2021, p. 11.

³¹ Ele, natural de Ponte Nova (MG), nascido em 1900, formado em Direito pela Faculdade de Minas Gerais, teve uma trajetória política como governador (1947-1951), deputado federal (1955-1959), senador (1959-1962), ministro da justiça no governo de Castello Branco, e participou da formação da *União Democrática Nacional* (UDN) e do processo que culminou com a deposição do ex-presidente João Goulart em 1964.

na república, de Francisco Viana³³, publicada pela Dom Quixote em 1982; *A pregação da liberdade*: andanças de um liberal, de Teotônio Vilela, publicada em 1977 pela L&P Editores; *Desde as missões... Saudades, lutas, esperanças*, de Daniel Krieger, em 1976; *Castello Branco*: testemunhos de uma época³⁴, publicada em 1986, de Luis Viana Filho, pela Editora UnB; a Coleção História Oral do Exército, intitulada *1964: 31 de março — O Movimento Revolucionário e sua História*, publicada pela Biblioteca do Exército Editora entre os anos de 2000 a 2004, os 15 volumes³⁵, e, de Marcelo Linhares, a obra *Távora*: sua época, publicada pelas Edições UFC, em 1997.

Estas obras possuem camadas de narrativas que giram em torno de três ideias centrais comuns: primeiro, o uso recorrente do termo *liberal* para designar uma posição política diferente e distanciada em relação às ações autoritárias que marcaram os governos militares ao longo dos 21 anos de vigoramento. Na biografia de Milton Campos, por exemplo, o sentido liberal serviu como enquadramento para que a identidade pudesse ser aceita e atualizada pela nova conjuntura e contribuiu para que não comprometesse a sua trajetória política, especialmente, porque, após as eleições de 1974, parcelas significativas das forças políticas ingressantes na Arena iniciaram um processo de distanciamento com o regime vigente. A narrativa biográfica encontra o seu ponto central na ideia de que, por sua vocação liberal, Milton Campos foi acusado “pelo setor revolucionário mais extremado”³⁶, pela

³² Era natural de Santa Cruz, Minas Gerais, nascido em 1922, filho de Manoel Teixeira de Salles e Marietta Moreira Teixeira de Salles. Teve formação escolar no Grupo Escolar Afonso Pena e no Colégio Santo Agostinho e atuação no diretório acadêmico da Faculdade de Direito (1944), onde participou do diretório da *União Estadual dos Estudantes* (1946) e se formou como advogado (1946). Após a formação acadêmica, exerceu o cargo de chefe oficial do gabinete do governador Milton Campos (1947-1951). No regime civil-militar e na ocasião em que publicou o referido livro biográfico, José Bento Teixeira de Salles exercia o cargo de redator e chefia do Departamento de Imprensa de Minas Gerais (1951-1977). Ele teve forte atuação na imprensa jornalística *Correio do Dia*, Minas Gerais, *Diário do Comércio*, *Minas em Foco* e *Sucursal do Globo*. Para mais informações ver: <https://www.arcoirisgerais.com.br/2013/08/morre-jose-bento-teixeira-de-salles.html>. José Bento era um amigo e funcionário do governo de Milton Campos, tendo, com isso, íntima aproximação com o que ele pensava e defendia. Ele mantinha acesso à rede de relações políticas que envolviam o governante mineiro em questão, mas essa aproximação das redes sociais e políticas se fazia também por sua atuação como redator e chefe da imprensa estadual em Minas Gerais. Além disso, há a questão do cargo, que, como chefe de gabinete do governo de Milton Campos, exigia a ocupação de alguém com a devida confiança e compartilhamento de informações, detalhes e desafios.

³³ A obra biografada por Francisco Viana está dividida basicamente em três partes: apresentação por Jarbas Passarinho; a biográfica, por Francisco Viana e testemunhos, de Daniel Krieger.

³⁴ Nesta obra, se encontram alguns nomes como, por exemplo, Lincoln Gordon, Oswaldo Trigueiro, Mem de Sá, Roberto Sodrê e Aliomar Baleeiro. São testemunhos que dizem respeito não apenas a personalidades pertencentes às diferentes regiões brasileiras, mas possuem importância e relevância dos cargos exercidos no primeiro escalão dos governos militares (1964-1985) como ministros, pois as suas ações e manifestações eram conhecidas pelos brasileiros à época dos acontecimentos.

³⁵ Quanto aos entrevistados pelo projeto que deu origem à Coleção História Oral do Exército, intitulada *1964: 31 de março — O Movimento Revolucionário e sua História*, encontram-se alguns nomes, como Moacir Veras, Cid Sabóia de Carvalho, Hélio Mendes, José Pereira, José Genuíno Neto e Nilson Vieira Ferreira de Mello.

³⁶ SALLES, José Bento Teixeira de. **Milton Campos**: uma vocação liberal. Belo Horizonte: Editora Vega, 1975, p. 199.

postura “de se prender a detalhes jurídicos, dificultando, assim, a implantação dos princípios renovadores”³⁷. O perfilamento como *liberal* serve, pois, como ilusão biográfica para dar uma coerência e um distanciamento aos atos praticados pelo governo de Castello Branco.

Na autobiografia e biografia de Daniel Krieger, a memória toma posse do termo *liberal* para justificar este lugar do *distanciamento* aos crimes ocorridos nos governos do regime militar. Isso fica muito evidente quando Daniel Krieger fala que:

Castello representava o pensamento liberal do movimento. Era um oficial modelar, de sólida formação intelectual. Lutara na Segunda Guerra e foi o grande articulador da Revolução. Tinha grande prestígio entre os líderes civis. E naquela época os líderes civis tinham grande influência no processo. As lideranças militares só faziam pressões sobre as lideranças civis após o AI-5. Bem, difícil foi apressar a posse de Castello: ele só queria assumir dentro do maior rigor legal³⁸.

Como se observa acima, a expressão *liberal* é mobilizada com o sentido de constituição de uma imagem que atribui uma positividade para o governo de Castello Branco e sua relação com os civis, como se as relações fossem harmoniosas, contando com a autonomia da atuação dos civis na construção deste governo militar. Positivando o governo de Castello Branco, Daniel Krieger, em alguns relatos testemunhais da época contidos na biografia de Francisco Viana, afirma que “no Congresso, nós [Daniel Krieger] da UDN formamos um compacto bloco castelista: Aliomar Baleeiro, Pedro Aleixo, João Agripino, Herbety Levy Costa Cavalcanti, Bilac Pinto e o próprio Carlos Lacerda, que evoluiu para nossa posição”³⁹(grifo nosso).

Na autobiografia de Teotônio Vilela, a principal tese se centra na ideia de que, se houve atos de exceção, não foram praticados pelos *civis liberais*. Como desdobramento dessa, temos a segunda tese de que, se a ARENA, que era o partido de governo, recebera o rótulo como uma instituição político-partidária com traços de fragilidade, isso tinha relação à condição ou à vocação que os seus membros desempenhavam, como *liberais* nos governos militares. A partir dessa condição ou premissa de narrativa, eles estiveram ausentes de engajamento ou empreendimento político que atendessem seus interesses.

Assim, é transferida toda a responsabilização aos militares, pois atribui aos civis o termo *liberal*, sob a condição da artificialidade, com sentidos de enfraquecimento político,

³⁷ SALLES, José Bento Teixeira de. **Milton Campos**: uma vocação liberal. Belo Horizonte: Editora Vega, 1975, p. 199.

³⁸ VIANA, Francisco. **Daniel Krieger**: um liberal na república. Brasília: Senado Federal - Dom Quixote, 1982, pp.101-102.

³⁹ VIANA, Francisco. **Daniel Krieger**: um liberal na república. Brasília: Senado Federal - Dom Quixote, 1982, p. 102.

torna-se uma identidade confortável que procura evitar prejuízos éticos e morais na nova conjuntura brasileira. Como se vê, o termo *liberal* era um grande guarda-chuva, com sentidos polissêmicos que atendia às várias necessidades de atualização de inscrição dos atores políticos na nova conjuntura política brasileira.

Em segundo lugar, as obras estabelecem recortes temporais, atribuindo a determinados governos militares a fase reveladora do caráter ditatorial. Nesse sentido, cada um dos biógrafos e biografados recorreu a definições de fases diferenciadas sobre, a partir de que momento, o regime no qual eles tiveram empenho na construção e consolidação passou a ser concebido como autoritário e violento. Para Milton Campos, o ponto de virada foi o ano de 1965, atribuindo para o governo de Castello Branco indícios de ser uma ditadura militar; para Daniel Krieger, o ano de 1968 foi o divisor de águas pela escalada do autoritarismo do governo de Costa e Silva; já para Teotônio Vilela, seria o ano de 1974, no governo de Médici. No entanto, estas atribuições de reconhecimentos de determinados governos como autoritários diziam respeito ao problema relacionado com as disputas de grupos internos, tanto que governos militares posteriores passariam a ser concebidos como *democráticos*.

Na verdade, as forças heterogêneas que romperam com a democracia em 1964 e, em seguida, instituíram o novo regime político sob o comando dos militares tiveram projetos e interesses diversos, que estiveram em disputas políticas muito intensas na sua consumação. Então, entre os governos de Castello Branco a Geisel (1964–1974), civis e militares organizados em torno de projetos diferentes disputavam o poder político para a condução do Brasil.

Os colaboradores do governo *castelista* divergiam dos apoiadores do ex-presidente Arthur da Costa e Silva, que tiveram o retorno ao poder político do país somente em 1974 com o governo Geisel. Por essa razão, as escritas memorialísticas davam ênfase a esse momento como retorno à “*democracia*”, ainda sob o comando dos generais militares, atribuindo ao período em que estiveram fora da órbita do poder central, o sentido de “regime de exceção”. A esperança do fortalecimento da “*democracia*” nos governos militares posteriores é um traço comum em todas as produções de memórias.

De fato, identifica-se um jogo de memória, que pretende atribuir ao governo instituído de Geisel, após as eleições de 1974, pretensões “*democráticas*”, ao substituir o governo de Médici, entendido pela maioria das forças *castelistas* como *linha dura*. Além disso, observa-se a intenção política de determinadas personalidades da ARENA de se engajar nesse propósito, ainda que custasse determinadas conquistas pessoais. Há, pois, uma intensa pretensão de associar dois polos incompatíveis: “*Revolução*” com a democracia.

O que tem caracterizado essa diferenciação, com sentidos para momentos distintos, possui ligação com os modos como estes atores políticos se relacionaram com os governos militares e, conseqüentemente, com os impasses e imprevistos que o processo do jogo político apresentava. O único ponto de convergência entre as narrativas autobiográficas e biográficas reunidas aqui diz respeito ao uso recorrente da informação de que o seu biografado era *um liberal* e como tal tinha se comportado nos governos militares.

Em terceiro lugar, estas obras recorrem ao uso do termo *liberal* e de marcadores temporais para dar ênfase à narrativa de fragilidade e artificialismo à formação da ARENA e sua atuação durante o regime militar. Segundo esta narrativa, os *liberais* não poderiam ser praticantes ou concordantes com o autoritarismo, esvaziando as suas participações políticas na ARENA, passando a ser uma instituição meramente figurativa no referendado da agenda dos governos no regime militar.

Segundo Teotônio Vilela:

No debate eleitoral, a ARENA foi exposta, pela crítica, como o partido que negava todas as justas reivindicações populares, pela missão, geralmente ingrata, de sustentar a orientação do Governo contra as investidas, consideradas inoportunas, da Oposição, enquanto os atendimentos à ansiedade popular pertenciam ao campo estrito das decisões do Governo. Onerada por negar, onerada por se omitir, a fragilidade do partido propagou-se irremediavelmente⁴⁰.

Para Teotônio Vilela, a trajetória da ARENA possuiu duas fases distintas: a primeira dizia respeito ao período que antecedeu o ano de 1974, vista como frágil, porque os civis políticos travestidos como *liberais* não estavam vinculados às práticas autoritárias, e é recorrente, nos jogos da memória sobre a relação civil com os militares, a visão de que existiu uma incompatibilidade de um lugar-comum, configurada pela prática do uso do autoritarismo, das violências ou dos chamados “excessos ou desvios”. As narrativas se ancoram nos aspectos da negação e, se, em algum momento, houve aceno dos liberais para com os governos militares, deu-se mediante a obediência teatralizada, como mera demonstração pública.

Já a segunda imagem da ARENA, para Teotônio Vilela, correspondia ao momento posterior às eleições de 1974, inaugurando uma fase na trajetória desta instituição partidária, quando passou a ser evidente o protagonismo liberal na recuperação da “*democracia*” nos postulados iniciais da “*Revolução*” de 1964. Na autobiografia de Teotônio Vilela, percebemos as preocupações em inscrever o *ideário liberal* numa linha temporal, cujo início da vocação

⁴⁰ VILELA, Teotônio. **A pregação da liberdade**: andanças de um liberal. Porto Alegre: L&P Editores, 1977, p. 15.

dos seus membros ocorreu durante a experiência democrática (1946 a 1964) e, posteriormente, na transmutação com o autoritarismo militar (1964 a 1985).

Nas obras de Daniel Krieger e de Milton Campos, a narrativa que enfatiza a fragilidade da ARENA repete-se de forma semelhante à demonstrada por Teotônio Vilela. A principal diferença entre elas quanto à ideia de fragilidade está no momento em que essa fragilidade é concebida, ou seja, retomando o ponto anterior, a partir do instante em que personalidades políticas importantes deixam a órbita do poder vigente e do próprio partido.

No conjunto das obras listadas neste capítulo, a ideia de artificialidade da ARENA é reforçada mediante a recuperação de determinados acontecimentos, como a extinção dos partidos, o sistema político bipartidário, a formação e a atuação nos governos militares. A questão central das obras refere-se ao modo como alguns acontecimentos são recuperados pelo processo de constituição de memórias em processos de enquadramentos sociais e políticos.

No depoimento de Moacir Veras⁴¹, nos deparamos com uma narrativa extremamente militar, uma vez que ele constrói a representação sobre o sistema político bipartidário implantado pelo governo Castello Branco em 1965 da seguinte forma:

O Legislativo foi expurgado, mas continuou funcionando. Houve a imposição do bipartidarismo, como tinha que ser. Recentemente, tivemos quatorze candidatos a Prefeito do Rio de Janeiro. Quatorze candidatos não é possível!⁴².

O depoente alega que o sistema político bipartidário foi uma imposição, porém, defende a necessidade de uso para a época. Assim, explicita um olhar de quem corrobora e compartilha dessa mesma visão de mundo, autoridade e ideologia, que era a dos governos militares.

Já na próxima representação da ARENA, temos o olhar de Cid Sabóia⁴³:

A Revolução criou o bipartidarismo, um divisor de águas, pessoas governistas ou antigovernistas. Isso levou a dois partidos — a ARENA e o MDB — sem doutrina, uma situação apenas ocasional, governistas de um

⁴¹Segundo a própria coleção acima, no tomo 2, ele era natural de Fortaleza e tinha exercido o último posto na carreira como tenente-coronel. Em 1964, ele exercia a função de major, sendo chefe da 2ª Seção do Comando da 1ª Região Militar.

⁴² MOTTA, Aricildes de Moraes. **1964 – 31 de março: o movimento revolucionário e a sua história**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2003, p. 361 (vol.02).

⁴³Era natural de Fortaleza, formado em Direito pela UFC em 1966, membro da Academia Cearense de Letras e da Associação Cearense de Imprensa. Como jornalista, exerceu a função em vários veículos, como rádio, televisão e o jornal *Tribuna do Ceará*.

lado, opositoristas do outro. Passada essa fase, surgiram os diversos partidos⁴⁴ (Vol. 4, p.350).

Na citação acima, que envolve o momento de constituição do sistema político bipartidário, o depoente recorre aos aspectos da artificialidade e da subserviência, atribuindo o protagonismo político e jurídico aos militares, isentando os grupos políticos partidários de qualquer nível de autonomia e de colaboração com o regime civil-militar.

Quando consultamos as imagens construídas sobre a fundação da ARENA nessas produções, inicialmente, identificamos uma registrada por Mem de Sá⁴⁵, ao reelaborar esse processo político:

O caso mais difícil que se deparava ao Governo e ao partido que lhe ia dar amparo, era o da conciliação dos interesses eleitorais e partidários entre os remanescentes das agremiações, adversários ferrenhos até às vésperas, e agora forçosamente reunidos, sobretudo entre os ex-pessedistas, os ex-udenistas e até numerosos ex-trabalhistas⁴⁶.

Aqui reside uma narrativa galgada nas memórias que enfatizam a artificialidade, a fragilidade e a dependência dos políticos da ARENA com a ditadura, para tanto, recorre-se à “crítica ao modelo de representação política calcado no conflito”⁴⁷. Nesse sentido, o conflito é explorado como peça essencial para definições de identidades, ficando, de um lado, os que eram *liberais* e, do outro, os que eram os autoritários.

Em consonância com a opinião e atuação de Mem de Sá na construção do sistema de sublegendas, temos a representação memorialística de Marcelo Linhares⁴⁸:

Assim, praticamente, na cúpula não iria haver maiores dúvidas e os problemas iriam somente recair sobre as bases, cujas dificuldades seriam a de acomodar um sem número de interesses divergentes em apenas duas agremiações. Felizmente, Mem de Sá trouxe o “sistema de sublegendas”. Contra ela insurgiu-se Pedro Aleixo mas, finalmente, foi aprovada e integrou o AC-4, para alívio dos parlamentares⁴⁹.

⁴⁴MOTTA, Aricildes de Moraes. **1964 – 31 de março: o movimento revolucionário e a sua história**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2003, p. 350 (vol.04).

⁴⁵Mem de Azambuja Sá era natural de Porto Alegre, nascido em 1905, exerceu o cargo de deputado estadual por dois mandatos no Rio Grande do Sul (1947-1955), como ministro da Justiça e Negócios no governo de Castello Branco (1966) e como ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) no governo de Ernesto Geisel (1971).

⁴⁶FILHO, Luís Viana (orgs.). **Castello Branco: testemunhos de uma época**. Editora Universitária de Brasília: Brasília, 1986, p. 55.

⁴⁷ HOLLANDA, Cristina Buarque de e COSER, Ivo. Realismos autoritários e liberal: aspectos da imaginação sobre representações políticas do século XIX e princípios do XX. **Revista DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro**, vol.59, nº3, 2016, p. 918.

⁴⁸ Pertencia à família do ex-presidente José Linhares, tio de Marcelo Caracas Linhares, que era filho de Vicente Alves Linhares e Edite Caracas Linhares. Marcelo Linhares era natural de Fortaleza, nascido em 1924, e exerceu o cargo de deputado federal pelo Ceará, na legenda da ARENA entre 1971 e 1979 e no PDS entre 1980 e 1987.

⁴⁹LINHARES, Marcelo. **Virgílio Távora: sua época**. Edições UFC: Fortaleza, 1997, p. 306.

Marcelo Linhares afirma que o problema dos conflitos vindos das diversas agremiações extintas seria solucionável para o governo Castello Branco no plano federal. As maiores dificuldades recairiam sobre as organizações partidárias estaduais e municipais, redutos políticos já com tradição consolidada de conflitos e disputas de interesses políticos. O sistema de sublegendas não era um tema desconhecido, assim como para todos os outros problemas existentes nesse processo de formação das bases dos primeiros governos militares brasileiros. A solução para o problema brasileiro, segundo Mem de Sá, foi encontrada na experiência uruguaia, país que já era politicamente organizado pelo sistema de sublegendas.

O que estamos dizendo até aqui é que os acontecimentos que vieram com o regime civil-militar não estiveram desvinculados dos planejamentos, decisões e mobilizações sociais e institucionais, pois existiu um núcleo político extremamente atuante e em interação direta com os generais do regime militar, como no caso em questão.

1.3 As análises históricas sobre a ARENA na historiografia brasileira

Compreender como os historiadores analisaram esse partido, torna-se fundamental porque ajuda a entendermos que alguns aspectos sobre a ARENA ainda possuem resquícios da memória dos seus protagonistas no campo da colaboração ou da oposição ao regime militar.

Antes de partirmos para esta análise, necessitamos, *a priori*, manifestar a nossa compreensão a respeito de como estamos entendendo o papel que a historiografia realiza nesta pesquisa. Com base em José D'Assunção Barros, o uso da historiografia na história pode ser desempenhado de diferentes modos, destacando pelo menos três funções, a saber: como *objeto*, cuja produção ganha status como um acontecimento; como *fonte* “para compreender outras coisas que estavam acontecendo naquele espaço-tempo”⁵⁰, e como *meio de representação*, quando “a historiografia estará funcionando como um meio de representar a história, que foi realizado por outro historiador, e com o qual estou dialogando”⁵¹. É a partir dessas diferentes vozes que a historiografia fundamenta a análise que nos propomos a realizar.

De modo geral, podemos afirmar que, no processo de transição para a consolidação da democracia brasileira, pelos menos dois modos de construção de imagens

⁵⁰ BARROS, José D'Assunção Barros. **A historiografia como fonte histórica**. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2022, p. 31.

⁵¹ BARROS, José D'Assunção Barros. **A historiografia como fonte histórica**. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2022, p. 31.

históricas passaram a marcar as lentes de compreensão sobre a relação sociedade e o Estado ditatorial: um que privilegiava a dicotomia, pondo em polos antagônicos a sociedade como vítima do autoritarismo estatal, praticado por ações violentas restritas aos militares, concebendo-os como os seus praticantes. Como segunda forma de produção histórica encontrada hoje na historiografia brasileira, temos os enfoques de historiadores sobre a participação da sociedade no processo de construção social da ditadura. Estes, como bem disseram Quadrato e Cordeiro (2010), buscaram entender como se constroem consensos e consentimentos⁵², e isto significou dizer que o regime ditatorial não era nada estranho ou abominável para aqueles que dele participou ativamente, no caso, amplas parcelas da sociedade civil.

Enfaticamente, Daniel Aarão Reis (2014) afirma que a sociedade brasileira “enfrenta grandes dificuldades em compreender como participou, num passado ainda muito recente, da construção de uma ditadura, que definiu a tortura como política de Estado”⁵³.

Primeiramente, analisaremos como os autores configuraram uma imagem para a atuação da ARENA na ditadura militar, que se ancorou numa perspectiva dicotômica, mobilizando alguns temas, como o sistema político bipartidário, o sistema de sublegenda, a fundação da Arena e as relações políticas com os governos militares, atribuindo um lugar secundário para a representação e a atuação política dos civis. Esses temas são mobilizados por uma abordagem dicotômica, isolando a sociedade em relação aos atos violentos do regime vigente. Por outro lado, a abordagem histórica contribui para a perpetuação de determinado estigma ou mito sobre a vitimização da sociedade, no caso, de políticos civis que participaram via institucionalidade partidária para a consolidação desse formato de governo.

Os autores utilizados neste primeiro momento são Rogério Schmitt, autor de *Partidos Políticos no Brasil (1945–2000)*, publicado em 2005, e Edgar Ferreira Leite Neto, autor de *Os Partidos Políticos no Brasil*, publicado em 1988. Ambos os autores construíram narrativas históricas sobre a ARENA, reproduzindo aspectos da memorialística, dando um lugar de artificialidade ao jogo político estabelecido com os governos militares.

Segundo Rogério Schmitt (2005), o sistema político em torno da ditadura civil militar brasileira (1964-1985) se deu mediante a representação a seguir:

O ciclo político que vai do golpe de 1964 à posse de José Sarney na Presidência da República, em 1985, foi um período de sucessivas operações de engenharia política visando a legitimação e a permanência no poder do

⁵² ROLLEMBERG, Denise e QUADRATO, Samantha Viz (orgs.). **A Construção social dos regimes autoritários**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 28.

⁵³ REIS, Daniel Aarão, RIDENTI, Marcelo, MOTTA, Rodrigo Sá (orgs.). **O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)**. Bauru, SP: Edusc, 2004, p. 49.

regime autoritário e de seus partidários. Em nenhum outro momento da história política brasileira assistiu-se a tantas alterações casuísticas nas regras eleitorais e partidárias.⁵⁴

Neste tipo de representação, o casuísmo é mobilizado para destinar protagonismo político exclusivamente aos militares, encobrando a participação consciente de setores da sociedade brasileira com a nova forma de governo, no caso a construção social de uma ditadura. Na verdade, todas essas medidas se deram pelo travamento de longas discussões entre os apoiadores e por avaliações de como elas deveriam constar na inscrição jurídica.

Rogério Schmitt produz uma representação que dá continuidade à ideia de que a formação da ARENA se deu em função das imposições dos governos militares. Assim diz ele:

No entanto, o sistema bipartidário em gestação tinha um grave defeito de origem: seu artificialismo, pois fora compulsoriamente instituído de cima para baixo. O bipartidarismo brasileiro não foi o resultado da gradativa sedimentação das preferências eleitorais da opinião pública ao longo do tempo, tal como aconteceu nos países em que foi falsamente inspirado⁵⁵.

Segundo o autor, os partidos constituídos pelo sistema político, sobretudo ARENA e MDB, exerceram também papéis artificiais. Para ele, o que caracterizou a ideia de artificialismo do sistema político bipartidário é ter sido “instituído de cima para baixo”. Desse modo, a análise da participação política da sociedade na ditadura ocorre a partir da observação das mudanças jurídicas e não ao contrário, como sendo resultado do enfrentamento das mobilizações em curso via colaboração.

Compartilhando dessa perspectiva, temos a produção historiográfica de Edgar Ferreira Leite Neto, que reforça o mesmo pensamento quando trata do processo de modificações das regras jurídicas e políticas:

O primeiro teste eleitoral após o movimento militar de 64 não foi nada benéfico para os políticos que apoiavam o recém-vitorioso regime. Em 1965, com efeito, foram vitoriosos os candidatos da oposição nos estados de Minas, Guanabara, Mato Grosso e Santa Catarina. A extinção dos partidos políticos, tais como se organizavam naquele momento, via Ato Institucional, recurso de autoridade do Executivo, era uma resposta no sentido de ordenar as forças políticas e talvez visasse descaracterizar a força das legendas e seu significado junto ao eleitorado. O Ato Institucional nº 2 instaurava, igualmente, a eleição indireta para presidente da República. Pretendia-se cercar o poder central de todas as proteções possíveis a fim de que o aparato governamental não fosse devassado por propostas políticas outras de candidaturas não comprometidas com os militares e com os grupos poderosos que os apoiavam⁵⁶.

⁵⁴SCHMITT, Rogério. **Partidos políticos no Brasil (1945-2000)**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2005, p. 31.

⁵⁵SCHMITT, Rogério. **Partidos políticos no Brasil (1945-2000)**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2005, p. 32.

⁵⁶NETO, Edgar Ferreira. **Os partidos políticos no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 1988, p.

Edgar Leite aponta duas perspectivas que reforçam a ideia de artificialidade da ARENA. Na primeira, a análise do autor concentra-se nas mudanças jurídicas impostas pelos militares, atribuindo à participação dos civis na política do regime militar um sentido de invisibilidade e enfraquecimento. Outro modo de legitimação da imagem frágil da ARENA perante os governos militares diz respeito à atribuição de passividade aos seus membros, e não à sua atuação como atores políticos movidos por agendas de interesse.

As análises de ambos os autores concebem a artificialidade e a fragilidade dos partidos, sobretudo a ARENA, pela naturalização dos conflitos advindos da composição de forças políticas heterogêneas que formavam a base do regime em defesa de um projeto maior. Isso se explica porque, em passado recente, nas eleições de 1960 e 1962 e, posteriormente, no golpe de 1964, grupos tão heterogêneos uniram-se contra o governo de Jango, vindo depois a promover celebrações comemorativas nas Marchas da Vitória em todo o país.

Na produção de Edgar Leite, a ARENA é reconstituída por uma dicotomia identitária, de um lado, ocupada pelos mais *extremados* com profunda inclinação aos militares, e de outro os políticos *oportunistas*, que, imbuídos de múltiplos interesses, ampliaram seus horizontes de possibilidades de conquistas ou atendimentos às suas demandas. Embora essa produção de imagem, para os arenistas, venha se ancorar numa constituição identitária, reconhecendo-os *oportunistas*, com o comportamento dúbio ou ambivalente, isso não significa assumir que eles não tiveram participação e, muito menos, nenhuma consciência das suas escolhas em nome da agenda dos governos militares.

Esta concepção em muito se aproxima das narrativas predominantes nas autobiografias e biografias analisadas no tópico anterior, que procuraram instituir aos seus biografados uma identidade de *liberais* como tentativa de desresponsabilização com as práticas autoritárias do regime em questão. Desse modo, deparamo-nos com análises cuja escrita historiográfica expressa uma *polifonia* de narrativas sobre o golpe de 1964, a formação de governos militares, as mudanças jurídicas e reformas eleitorais, cujos aspectos foram reelaborados ou permaneceram com os processos de enquadramento da memorialística mediante a redemocratização e a valoração da forma de governo democrático após as décadas de 1980 e 1990.

Os pesquisadores, especialmente os historiadores, não estão isentos do processo de reprodução de determinados aspectos do passado relacionados ao regime militar em suas análises históricas. Isso exige um cuidado por parte dos historiadores quanto aos interesses que orientaram a incorporação de determinadas narrativas nessas fontes. Além disso, o historiador torna-se um agente que cria o seu próprio discurso sobre o passado, que, em certa

medida, pode vir a realçar ou mesmo legitimar polifonias anteriores que despolitizam a ação dos atores históricos, como forma de evitar o reconhecimento de responsabilizações. Nesse sentido, o problema em questão corresponde às estratégias que envolvem o jogo dessas narrativas, ancoradas em memórias moldadas pelos processos de enquadramento histórico, político e social.

O aceno ao poder deve ser compreendido como forma de acomodação no novo sistema de governo, visando ganhos políticos a partir da participação na construção do próprio regime por esses atores. Essas ações foram realizadas de forma deliberada e consciente das decisões, escolhas, estratégias e projeções, objetivando possibilidades de ganhos econômicos, políticos e sociais.

A memória que produziu o deslocamento político passou a indicar a mudança de posicionamentos dos arenistas com os governos militares diante do plano de reconstrução memorialístico desse passado. No entanto, não ocorreu durante a atuação da ARENA, pois não havia uma memória consolidada dessa instituição que reforçasse o distanciamento em relação ao regime militar. As produções autobiográficas e biográficas, nas décadas de 1970 e 1980, estavam realizando um esforço no sentido de possibilitar esta demanda, disputando com outras memórias, que visavam se ajustar à nova conjuntura política do país.

1.4 A historiografia do protagonismo político de civis na ditadura.

Na contramão das elaborações históricas que secundarizaram a participação civil, temos outra abordagem que considera a participação dos civis na ditadura como uma ação consciente, resultado de escolhas e decisões políticas. São civis que participaram das construções de consensos e consentimentos à agenda do regime civil-militar. Estas ações são percebidas como comportamentos permeados de complexidades, pois um amplo conjunto de motivações possibilitou as suas aproximações com os governos desse período (1964-1985), marcados, muitas vezes, por ambivalências e contradições.

Aqui, nos deparamos com produções históricas que abordam o protagonismo político de civis brasileiros, dessacralizando os sentidos de artificialidade para a ARENA e seus membros políticos. As obras destacadas aqui pertencem a Armand René Dreifuss (1986), Lucia Grinberg (2004, 2009 e 2010), Antonio Carlos Pojo (2008), Rafael Machado Madeira (2016) e Vivaldo de Souza (2006).

René Dreifuss (1986), com a obra clássica *1964: a conquista do Estado*, representou significativamente a análise das mudanças na historiografia brasileira sobre o período

da ditadura militar e combateu a visão que superestimou que a ditadura foi governada exclusivamente pelos militares. Além disso, ele demonstrou que os civis, perante os governos militares, não eram passivos ou meramente cumpridores de ordens. No lugar de aceitar uma visão que subestimava “o papel político dos industriais e banqueiros”⁵⁷ ou afirmar que esses civis eram somente tecnocratas, Dreifuss identificou-os como sendo uma elite orgânica atuante desde os anos de 1961, compostas por empresários e banqueiros da região sudeste do Brasil, membros e associados do complexo IPES e IBAD, institutos que promovem campanhas na desestabilização e deposição do presidente João Goulart.

Boa parte dos membros e associados do IPES “foram indicados para órgãos administrativos e ministérios”⁵⁸, concebendo-os como posições-chaves ou estratégicas. Ao assumir essas funções, a elite orgânica promoveu um conjunto de reformas administrativas, econômicas e políticas, orientadas por um dos núcleos do IPES – Estudo e Doutrina, que cumpria a função de orientar e propor diretrizes para as reformas. Em todos os estados da federação brasileira, havia filiais, especialmente do IBAD, que promovia ações junto aos civis para a desestabilização do governo de João Goulart.

Em relação ao surgimento da ARENA, Dreifuss interpreta que este processo não foi uma obra casuística ou meramente um fisiologismo artificial. Para ele, a ARENA significou um projeto pretendido pelo executivo com caracterizações de — reforma radical da vida política-partidária”⁵⁹, que convergiu com os interesses da elite orgânica na defesa do capital nacional e internacional privado, e visou atender uma objetividade que era neutralizar as pressões regionais e clientelistas por meio do alinhamento das forças políticas, organizadas no período que antecedeu o golpe de 1964. Dreifuss constituiu uma imagem para a ARENA, cuja composição institucional no *Congresso Nacional* veio das antigas organizações e entidades de cunho político anticomunista na conjuntura nacional (1961-1964) que procuravam desestabilizar e depor o presidente João Goulart, como a *Ação Democrática Parlamentar* (ADP).

A autora Lúcia Grinberg estudou a participação de civis, organizados e atuantes por uma instituição partidária, no caso a ARENA. Aqui, elencamos três trabalhos realizados pela autora, a seguir: no capítulo “Uma memória política sobre a ARENA: dos “revolucionários de primeira hora” ao “partido do sim, senhor””(2004), no livro *O golpe e a*

⁵⁷DREIFUSS, R. Armand Dreifuss. **1964**: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981, p. 417.

⁵⁸DREIFUSS, René Armand Dreifuss. **1964**: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981, p. 417.

⁵⁹DREIFUSS, René Armand. **1964**: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Editora Vozes, 1981, p. 428.

ditadura militar: quarenta anos depois (1964–2004)⁶⁰, ela desmistificou uma gama de representações memorialísticas acerca da ARENA, que, em boa medida, faziam referências à artificialidade e à obediência dos políticos desse partido às determinações dos governos militares.

Em capítulo ““Saudações arenistas”: correspondência entre partidários da Aliança Renovadora Nacional (Arena), 1966-1979”, a autora analisou a ARENA “a partir da perspectiva dos políticos locais e simpatizantes”⁶¹, em *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964–2004)*, mediante o envio e a troca de correspondências para o Diretório Nacional da ARENA. Ao tomar essas correspondências como fontes históricas, Lucia Grinberg compreende que elas demonstraram que a ARENA estava em plena atividade partidária, em que os seus autores políticos explicitam suas impressões e escolhas de atitudes.

De acordo com Lucia Grinberg, as correspondências estão depositadas entre a vasta documentação produzida pelo Diretório Nacional da ARENA. Para ela, “os papéis arquivados no Diretório Nacional foram produzidos na ocasião da fundação da Arena e ao longo de suas atividades”⁶². E as correspondências foram produzida quando os acontecimentos estavam ainda em ocorrência, ou seja, constituídos como testemunhos contemporâneos aos fatos evidenciados. Nesse sentido, são testemunhos que não passaram pelo crivo e interferência do tempo presente, na constituição da memorialística, após a extinção do partido ou do próprio regime militar.

Na obra intitulada *Partido político ou bode expiatório: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional - ARENA (1965-1979)*, publicada no ano de 2009, a historiadora analisou duas perspectivas: a primeira, a imagem construída em torno da ARENA como instituição frágil a partir de fontes como entrevistas, discursos e jornais, observando como o deboche e o humor político reforçavam uma imagem partidária com base em aspectos de *adesista e subordinação*. Na segunda perspectiva, ela analisou o processo de criação, os indivíduos, as experiências e as relações políticas desse partido com os governos militares, apresentando uma representação ativa dessa instituição partidária no Congresso Nacional.

⁶⁰ GRINBERG, Lucia. Uma memória política sobre a ARENA: dos “revolucionários de primeira hora” ao “partido do sim, senhor”. In: REIS, Daniel Aarão, RIDENTI, Marcelo, MOTTA, Rodrigo Sá (orgs.). **O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964–2004)**. Bauru-SP: Edusc, 2004.

⁶¹ GRINBERG, Lucia. “Saudações arenistas”: a correspondência entre partidários da Aliança Renovadora Nacional (Arena) – 1966 a 1979. In: ROLLEMBERG, Denise e QUADRAT, Samantha Viz. **A construção social dos regimes autoritários**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2010, p. 253.

⁶² GRINBERG, Lucia. “Saudações arenistas”: a correspondência entre partidários da Aliança Renovadora Nacional (Arena) – 1966 a 1979. In: ROLLEMBERG, Denise e QUADRAT, Samantha Viz. **A construção social dos regimes autoritários**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2010, p. 255.

Lucia Grinberg, nos três trabalhos mencionados, reforça que pesquisadores que trabalham com os partidos políticos como seu objeto de investigação histórica devem “procurar os nomes que formaram o partido”, no caso, a ARENA. Boa parte de seus membros era político profissional que auxiliou na construção das antigas legendas, como UDN e PSD, assim como também constituiu longas trajetórias políticas entre 1946 e 1964. Segundo a estudiosa, a composição da direção nacional da ARENA, em 1966, trazia os antigos políticos com longas trajetórias e experiências partidárias: “2 ex-interventores, 3 ex-governadores” nomeados pela presidência, “9 ex-governadores eleitos pelo voto direto, 18 senadores e 38 deputados federais⁶³.”

Corroborando a representação histórica produzida por Dreifuss e Lucia Grinberg, o historiador Thiago Souza (2015) amplia a compreensão sobre a participação de civis políticos no período anterior ao golpe de 1964, cujas trajetórias e experiências serviram para a transição na composição da ARENA. Ele estudou o processo de formação e atuação da *Ação Democrática Parlamentar* (ADP), identificando que a maioria dos seus membros, diante da instalação do sistema político bipartidário, ingressou na ARENA. Eram em torno de 82 membros políticos ingressantes, em boa medida, das ex UDN e ex-PSD⁶⁴.

No intervalo entre 1964 e 1966, o processo culminou com a implantação do sistema político bipartidário, e outros acontecimentos contribuíram para o alinhamento e nova aglutinação de forças, como as decisões do Congresso Nacional pela posse de Castello Branco e a prorrogação do seu governo; as eleições para presidente da Câmara Federal, que resultaram no desprestígio do PSD e na demissão do seu presidente partidário, antes mesmo da formação da ARENA nacional. Esses eventos resultaram no alinhamento de forças políticas, que cooptaram um número de mais de 200 parlamentares, conhecidos como *Bloco Revolucionário*, nas decisões demandadas muito antes da instalação do sistema político bipartidário.

No capítulo “O comportamento das coligações eleitorais entre 1954-1962: pleitos majoritários coincidentes com proporcionais”, Vivaldo de Sousa⁶⁵ analisou o processo de desenvolvimento das alianças e coligações partidárias entre as décadas de 1950 e 1960 nos processos eleitorais majoritários e proporcionais, afirmando que houve um crescimento

⁶³GRINBERG, Lucia. Uma memória política sobre a ARENA: dos “revolucionários de primeira hora” ao “partido do sim, senhor”. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo e MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)**. São Paulo – Bauru: EDUSC, 2004, p. 150.

⁶⁴SOUZA, Thiago Nogueira de. **Ação democrática parlamentar: anticomunismo, democracia e radicalização política no Congresso Nacional**. 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Rio de Janeiro, 2015.

⁶⁵SOUSA, Vivaldo de. O comportamento das coligações eleitorais entre 1954-1962: pleitos majoritários coincidentes e proporcionais. In: KRAUSE, Silvana; SCHMITT, Rogério (orgs.). **Partidos e coligações eleitorais no Brasil**. São Paulo: Editora Unesp, 2005.

exponencial entre essas duas décadas. Para ele, era inexistente a prática das coligações em 1946, vindo o seu aparecimento em 1950, “saíndo do zero em 1945”⁶⁶, passando a obtenção “de 20,3 em 1950, 27,0% em 1954 e atingindo 35,9 em 1958”⁶⁷.

Nesse sentido, o crescimento dos percentuais demonstraram o crescimento do eleitorado e sua procura por essas formas de participação e apoio nas eleições. O estudo apresentado por Vivaldo sobre as alianças e coligações se tornou importante, uma vez que identificou que elas serviram a diferentes propósitos para alinhar determinados conjuntos de forças políticas, especialmente grupos de direitas e conservadores em conjunturas de extrema polarização política.

Com relação às eleições de 1962, Vivaldo afirma que elas foram ainda mais intensas, especialmente porque as eleições de 1958 e de 1962 coincidiram com as eleições majoritárias para governadores e proporcionais para os cargos de deputados estaduais e federais, sendo realizadas em alguns estados brasileiros “como: Amazonas, Piauí, Ceará, Pernambuco, Sergipe, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul”⁶⁸.

Torna-se significativo situar historicamente essas coligações e resgatar as dinâmicas sociais e políticas que mobilizaram todo um arcabouço de imaginários, ideologias e narrativas, já que foram umas das primeiras experiências de convivência entre partidos permitidas pelas legislações eleitorais da época. Assim, compreendemos que a experiência das coligações partidárias em torno dos pleitos eleitorais foram pavimentando um caminho de uniformização das identidades ideológicas e da convivência interna via grupos suprapartidários ou interpartidários. Quanto à chegada do sistema bipartidário, compreendemos como sendo parte desse processo de escalada para a uniformização identitária, pautada pelo aspecto da denominação de “revolucionários”.

As coligações que foram permitidas de serem implementadas coincidiram com o período de abrangência do financiamento da *Aliança Para o Progresso* em diversos estados da federação brasileira. No Ceará, a eleição de 1962 foi financiada pelo IBAD, sendo a *União*

⁶⁶SOUSA, Vilvado de. O comportamento das coligações eleitorais entre 1954–1962: pleitos majoritários coincidentes e proporcionais. In: KRAUSE, Silvana; SCHMITT, Rogério (orgs.). **Partidos e coligações eleitorais no Brasil**. São Paulo: Editora Unesp, 2005.

⁶⁷SOUSA, Vilvado de. O comportamento das coligações eleitorais entre 1954–1962: pleitos majoritários coincidentes e proporcionais. In: KRAUSE, Silvana; SCHMITT, Rogério (orgs.). **Partidos e coligações eleitorais no Brasil**. São Paulo: Editora Unesp, 2005.

⁶⁸SOUSA, Vilvado de. O comportamento das coligações eleitorais entre 1954–1962: pleitos majoritários coincidentes e proporcionais. In: KRAUSE, Silvana; SCHMITT, Rogério (orgs.). **Partidos e coligações eleitorais no Brasil**. São Paulo: Editora Unesp, 2005.

pelo Ceará a principal receptora desses recursos, os quais foram utilizados para promoção de sua campanha com transportes, espaços na imprensa etc. Assim, as coligações, o financiamento internacional das coligações e outros eventos da conjuntura política nacional compuseram um Congresso Nacional extremamente conservador e reacionário ao governo de João Goulart.

Para o cientista político Antônio Pojo, na obra *O congresso brasileiro e o regime militar (1964–1985)*, de 2008, o Congresso Nacional desempenhou ativa participação política durante o regime militar (1964 e 1985), cujos governos militares mantiveram sua funcionalidade, devido à permanência da cultura política *conciliatória* na referida instituição, desempenhando funções de representação e legitimação até mesmo na forma consultiva⁶⁹.

Rafael Machado Madeira (2016), em *Dinâmica eleitoral e partidária em um contexto ditatorial: a relação entre elites políticas e o regime (1965-1979)*, ajuda-nos a pensar na complexidade dos comportamentos dos arenistas cearenses, compostos por diferentes famílias políticas, buscando ajustamento na nova moldura institucional, após o Decreto do Ato Institucional 2, (27/10/1965), como também o ajustamento dessa moldura nas dinâmicas políticas regionais e locais. Rafael analisa o processo de constituição das sublegendas, da estratégia política que viabilizou a acomodação das antigas lideranças políticas partidárias a atuarem na ARENA nos respectivos processos eleitorais de 1966, 1970 e 1974⁷⁰.

Com base nas representações históricas produzidas por Antonio Pojo e Rafael Madeira, percebemos que a atuação da ARENA é marcada por duas gerações políticas: a primeira, composta por antigas lideranças partidárias nas referidas eleições sob a condição de sublegenda, que teve o predomínio geracional até 1970. A segunda, sem vinculação às alianças políticas e dinâmica política regional e local, trazendo inseguranças e impactos para as antigas elites políticas. A atuação dos arenistas, ao longo da sua existência partidária (1965-1979), caracterizaram uma dinâmica política e eleitoral, permeada de conflitos internos entre as antigas lideranças pelo controle do poder local e regional e, posteriormente, pela disputa na manutenção das alianças e acordos com a chegada de novas lideranças. Tais conflitos, visando ganhos políticos e econômicos a partir das relações com os governos militares, demonstram mais um protagonismo do que um mero aceno com artificialidade.

No que se trata da participação das mulheres de direita no processo de atuação da ARENA, ainda é um tema pouco trabalhado. Tal estudo pode ampliar ainda mais a

⁶⁹REGO, Antônio Carlos Pojo do. *O Congresso brasileiro e o regime militar (1964-1985)*. Rio de Janeiro: FGV, 2008, p. 20.

⁷⁰MADEIRA, Rafael Machado. *Dinâmica eleitoral e partidária em um contexto ditatorial: a relação entre elites políticas e o regime (1965-1979)*. *Revista de Ciências Sociais*. Fortaleza, v.47, n. 2, p. 125—162, jul./dez., 2016.

compreensão sobre a participação dos civis políticos na sustentação do regime militar (1964-1985). Embora se saiba da existência de departamentos internos à ARENA, como departamento estudantil, trabalhadores e feminino, o enfoque sobre essas mulheres em ação política partidária de direita continua sendo um desafio, pois sabemos muito pouco sobre as suas trajetórias políticas e suas formas de ações enquanto membros da ARENA, e menos ainda no que diz respeito às suas formas de relação política com os governos militares no âmbito federal e estadual, na condição de parlamentares.

Entre folheamentos de arquivos, percebemos a existência de outras mulheres ainda no Ceará, como foi o caso da vereadora Maria Myrtes Lopes Campos, eleita pelo PL em 1958, que atuou na campanha anticomunista e, mais precisamente, na convocação da população cearense para participação na “*Marcha da Vitória*”, que celebrou o golpe de 1964. E exerceu o segundo mandato ao ser eleita em 1962. Com a instalação do sistema político bipartidário, Maria Myrtes Lopes Campos ingressou na ARENA e foi reeleita vereadora, agora pelo partido do regime civil-militar em 1966.

Naquele momento, a chegada de Myrtes Campos ⁷¹à Câmara dos Vereadores de Fortaleza veio acompanhada de outra mulher de direita, Francisca Ivone Pereira Melo ⁷², pelo partido ARENA, sendo reeleita depois pelo mesmo partido em 1972, ano que surge outra mulher eleita, Maria José Albuquerque de Oliveira, que exerceu a função de presidência da Mesa Diretora da Câmara entre 1973 e 1974.

As atuações dessas mulheres de direita não se restringiram somente ao Ceará. Outros estados brasileiros tiveram a participação feminina, que exerceu a política partidária na defesa dos ideais dos governos militares. Um exemplo claro disso é Neco Santos Novaes ⁷³, na

⁷¹ As poucas informações sobre Myrtes Campos dizem que ela havia sido eleita vereadora por discurso anticomunista nas eleições de 1962, quando os cargos municipais e estaduais, nesse pleito eleitoral, estavam alinhados a grupos conservadores de direitas em torno da *União pelo Ceará*. Ela se manifestou favorável na imprensa cearense pela intervenção militar de 1964 e articulou ações, convidando os fortalezenses para participarem da *Marcha da Família com Deus pela Liberdade*, que ficou conhecida como Marcha da Vitória, após a deposição de João Goulart.

⁷² Natural de Jucás, Ceará, nascida em 1927, era professora e secretária da Fundação do Serviço Social de Fortaleza (1965-1966). Nas primeiras eleições do sistema bipartidário, foi eleita vereadora pelo partido ARENA. Em 1970, tornou-se suplente e, em 1976, retornou para o terceiro mandato pela ARENA, ocupando a vice-presidência da Câmara dos Vereadores de Fortaleza (1977-1979). O seu eleitorado vinha dos respectivos bairros: Jardim Guanabara, Jardim Iracema, Padre Andrade, Goiabeiras e Grande Barra do Ceará.

⁷³ Natural de São Paulo, nascida em 1908, era professora e depois engajou-se na política partidária, vindo a ser eleita deputada federal pelo PTB da Bahia nas eleições de 1962 e, após o golpe de 1964, com a implantação do sistema político partidário, Nancy ingressou na ARENA, sendo eleita para mais dois mandatos (1966-1974). Ela era casada com Manoel Cavalcanti Novaes, um político com longa trajetória em diferentes partidos com sucessivos mandatos como deputado federal: PSD (1932-1937), UDN (1945-1950), PR (1950-1962), PTB (1962-1965), ARENA (1965-1980), PDS (1980-1985) e PFL (1985-1992). Manoel Novaes era médico formado pela Universidade da Bahia, hoje Universidade Federal da Bahia.

Bahia, eleita em 1962 pelo PTB, depois ingressou na ARENA e exerceu a função de deputada federal entre 1967-1971, sendo reeleita para a legislatura entre 1971 e 1975, mas parte desse segundo mandato esteve comprometido devido a sua saúde, recorrendo às licenças para tratamentos médicos entre 1972 e 1973.

Já no Piauí, a mulher que exerceu a política partidária pela ARENA foi Josefina Dias Ferreira Costa⁷⁴ que ingressou na ARENA e disputou a vaga para deputada estadual nas eleições de 1970, conseguindo ser eleita como representante do regime civil-militar, tornando-se a primeira mulher eleita da ARENA pelo estado do Piauí.

Segundo as informações de Ana Costa, o número de candidaturas femininas para os cargos de deputados federais e estaduais foi bem superior em relação àquilo que comumente sabemos. Na tabela extraída de seu trabalho, apresentam-se dados importantes para entendermos a participação dessas mulheres no período tão crucial para a história política do Brasil.

Quadro 1: Mulheres eleitas no período de 1946 a 1982

ANO	SENADO		CÂMARA FEDERAL		ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	
	ELEITA	CANDIDATA	ELEITA	CANDIDATA	ELEITA	CANDIDATA
1946	–	–	–	18	5	8
1950	–	–	1	9	8	10
1954	–	–	3	13	7	16
1958	–	–	2	8	2	39
1962	–	–	2	9	11	92
1965/66	–	–	6	13	1	39
1970	–	1	1	4	8	37
1974	–	–	1	4	12	*
1978	1 supl.	*	4	*	20	*
1982	1 supl.	2	8	58	27	34

Fonte: COSTA, Ana, 2014, p.27.

Desse modo, quando verificamos os dados apontados pela pesquisa de Ana Costa, compreendemos que falta muito para recuperarmos a historicidade e a dinâmica sociopolítica dessas mulheres, uma vez que quase todas as mulheres eleitas entre 1966 a 1979 pertenceu à ARENA.

Assim, neste capítulo concluímos que a história da ARENA esteve condicionada pelos jogos de memórias e sua reprodutibilidade pelos processos de investigação da produção

⁷⁴ Natural de São Raimundo Nonato, nascida em 1928. Assim como outras mulheres mencionadas anteriormente, ela exercia a profissão de professora e, em seguida, empreendeu seu prestígio intelectual na atividade político-partidária. Foi considerada a primeira mulher eleita deputada estadual pelo Piauí no pleito de 1970, exercendo o mandato entre 1970 e 1974. Josefina era casada com o farmacêutico e político Raimundo Vaz da Costa Neto, com alguns mandatos como deputado estadual pela UDN (1951-1963) e pela ARENA (1967-1970).

historiográfica. Em razão disso, a ARENA teve representações diversas, ancoradas em argumentações que procuraram atribuí-la como uma instituição frágil, artificial e dependente, como resultado da complexa ação da memória do *deslocamento político*. No entanto, identificamos que houve uma transformação na produção historiográfica brasileira, a qual tem se mostrado capaz de realizar novas interpretações e problematizações à produção memorialística, atenta aos mecanismos ou estratégias de sobrevivência de aspectos dessa memória, constituindo com isso, uma nova representação e sentidos atribuídos à ARENA na história, sendo condizente com o que ela foi e protagonizou policamente perante o regime militar.

CAPÍTULO II – A FORMAÇÃO DOS PARTIDOS POLÍTICOS E DA *UNIÃO PELO CEARÁ* (1946–1964)

Neste capítulo, analisaremos o processo de constituição e dinamização das bases políticas que formaram a ARENA cearense, uma vez que este novo partido tinha como sustentação a aliança interpartidária *União pelo Ceará* (UDN, PSD e PTN), formada no contexto das eleições de 1962 para a sucessão do governo estadual.

Nesse sentido, a formação da ARENA significou uma fase dinâmica em que as antigas lideranças e famílias políticas mobilizaram ações, trajetórias e interesses, visando seus enquadramentos no novo regime instituído após o golpe de 1964 e a manutenção e o controle de suas bases apoiadoras no estado.

Para entendermos o processo histórico de formação da ARENA no Ceará foi necessário, pois, a observação de dois aspectos: a formação e a trajetória dos partidos políticos cearenses no período de 1946 a 1964, com o intuito de perceber as formações das suas bases sociais e as formas dinâmicas da política local na constituição das elites políticas cearenses. Desse processo é que foram sendo constituídas as principais famílias políticas, como os Távora os Barros, os Pimentelista, os Saboysta, os Sarazista e outros, famílias políticas reunidas a partir de pesado investimento de capital, acordos, aproximações, dissidências e disputas eleitorais.

O segundo aspecto refere-se a percebermos os principais grupos políticos que foram se consolidando como responsáveis por formar uma ampla frente de ação política, a aliança interpartidária, denominada de *União pelo Ceará*, com vistas a conter o avanço das esquerdas cearenses, que supostamente poderiam comprometer o *status quo* vigente, no caso em especial, a agenda de interesses do PSD e da UDN. A aliança, além de garantir a vitória de Virgílio Távora nas eleições de 1962, consolidou a liderança dos Távora no estado, dinamizando o processo de transição para o sistema político bipartidário na formação da ARENA e se tornou a base de colaboração e consolidação do regime militar no Ceará.

2.1 A formação dos partidos políticos no Ceará (1946–1964)

Observar o processo de formação dos partidos políticos no Ceará se tornou um aspecto fundamental para identificarmos a constituição das principais lideranças, dominação e expansão de determinadas famílias que encontraram na política uma forma de profissionalização, enraizando-se nas diversas regiões do estado, mobilizando ideias,

experiências anteriores e instituições para o atendimento de seus interesses.

No Ceará, o Tribunal Regional Eleitoral somente veio ser instalado em 9 de junho de 1945, registrando a fundação dos principais partidos com expressões nacionais no estado⁷⁵, como exposto do quadro abaixo:

Quadro 2: Fundadores de Partidos no Ceará (1945-1950)

Fundador	Partido	Ano	Cidade	Região	Formação	Trajetória
Menezes Pimentel	PSD	1945	Santa Quitéria	Central Leste	Advogado	Professor e diretor da faculdade de Direito (UFC); ex-interventor(1935-1945); deputado estadual (1928-1932), governador (1935-1937); deputado federal (1950-1958), e senador (1959-1971).
Manuel Fernandes Távora	UDN	1945	Jaguaribe	Baixo e Médio Jaguaribe	Dentista e Farmacêutico	Deputado estadual (1913-1917); deputado federal (1927); senador (1947-1954); fundou o jornal <i>A Tribuna</i> .
Aderbal Nunes Freire	PDC	1945	Belém	Norte do Brasil	Advogado	Promotor de Justiça em Acaraú e Nova Russas, e professor da Faculdade de Direito.
José de Pontes Medeiros	PSP	1945	Baturité	Serra Litorânea	Advogado	Atuou no ramo empresarial de telefonia (1904-1934).
Olavo Oliveira	PPS	1945	Granja	Central Leste	Advogado	Deputado estadual (1925-1928); deputado federal (1935-1937); senador (1946-1955), e diretor do jornal <i>O Democrata</i> .
Vital Félix de Souza	PTB	1946	Várzea Alegre	Sertões do Sul	Carroceiro Marítimo	Atuou na fundação do Sindicato dos Trabalhadores do Porto e na Legião Cearense do Trabalho (LCT).
José Bento de Sousa	PCB	1945	s/i	s/i	Garçom	Atuação na mobilização dos trabalhadores cearenses e na divulgação das ideias no jornal <i>O Democrata</i> .
Humberto Rodrigues de Andrade	PAN	1947	s/i	s/i	Agrônomo	Fundou a Escola de Agronomia.
Jáder de Carvalho	PL	1947	Quixadá	Central Leste	Advogado Professor	Fundou o jornal <i>A Esquerda</i> e colaborou com o jornal <i>O Povo</i> .
Geraldo Carlos Lemos	PSB	1947	s/i	s/i	Advogado	Presidente da Caixa Assistência dos Advogados do Ceará.
Acrísio Moreira da Rocha	PR	1947	Fortaleza	Litorânea	Militar Odontólogo	Foi interventor (1946); secretário da Fazenda e prefeito de Fortaleza.
Honório Correia Pinto	PST	1950	s/i	s/i	Médico	Presidente da Federação Cearense de Futebol (1946) e deputado estadual e constituinte.
Pedro	PTN		Fortaleza	Litorânea	Médico	Atuou como professor do Liceu do

⁷⁵MAIA, Roberta Kelly Santos. **A cidade do jornalista:** da Fortaleza representada nos jornais à administração da capital por Luiz Queiroz Campos. 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Ceará (UECE), Fortaleza, 2013, p. 83-84.

Augusto de Araújo Sampaio						Ceará.
---------------------------	--	--	--	--	--	--------

Fonte: Elaboração própria com base em dados extraídos do TRE/CE.

Legenda: sem identificação (s/i)

Os fundadores dos partidos cearenses tiveram como principal formação e atuação a área do Direito. A Faculdade de Direito, pertencente à Universidade do Ceará, era a principal instituição formativa das elites locais. Antes de ingressarem na política institucional, a maioria dos fundadores teve atuação profissional na Faculdade de Direito e no Liceu do Ceará, seja como professores, seja como diretores. O mesmo se repetia na imprensa cearense, uma vez que muitos jornalistas tiveram a participação em processos de fundação dos principais jornais, atuando como donos, editores e colunistas. As elites cearenses, especialmente a elite política, teve como base um entrelaçamento com diferentes instituições, grupos e movimentos, aspecto que vêm demandando dos historiadadores um olhar mais atencioso na análise dessa complexidade.

De antemão, os dados descritos indicam o elitismo político com o qual se formaram os partidos cearenses, sendo representantes das principais famílias políticas advindas do meio militar, empresarial dos grupos liberais, como advogados e jornalistas e dos chefes políticos rurais. Tanto o PSD, como a UDN possuíam, em seus quadros partidários, a presença de antigos interventores federais, como Menezes Pimentel (PSD) e Manuel Távora (UDN), pois ambos os partidos cearenses disputaram o apoio do presidente Getúlio Vargas⁷⁶, com uma agenda de interesses pessoais e locais, contrariando, muitas vezes, as determinações partidárias advindas dos diretórios nacionais.

As personalidades políticas mencionadas eram os principais líderes na condução dos seus diretórios regionais durante toda a experiência da democracia liberal (1946–1964), procurando se adaptar aos imperativos dos acontecimentos nacionais e com desdobramentos no Ceará, uma vez que o estado dependia absolutamente dos recursos federais para a manutenção dos governos eleitos em todo período da terceira república. Por outro lado, regionalmente, os líderes se articulavam estrategicamente visando o controle político mediante o diálogo entre/com as várias vertentes internas em cada partido. As alas partidárias davam dinamicidade internamente e estabeleciam relações de troca de interesses com as alas

⁷⁶ Natural de São Borja, Rio Grande do Sul. Formado em Direito, membro do Bloco Acadêmico Castilhistas, militante do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), deputado estadual pelo PRR, deputado federal (1923-1926), ministro da Fazenda (1926-1927), governador do Rio Grande do Sul (1928-1933), porém, antes de concluir o seu mandato, disputou as eleições presidenciais com contundentes críticas ao governo federal, que era governado por Washington Luís, sofrendo um golpe de Estado, quando Getúlio Vargas assume o poder e monta um governo provisório (1930-1934), governo constitucionalista (1934-1937), a ditadura do Estado Novo (1937-1945). Em seguida, eleito senador, em 1950, retornava ao governo federal novamente como presidente da República, porém, no regime democrático liberal.

de outros partidos, incluindo aqueles tidos como oposição ou dissidentes aos governos eleitos nesse período.

Outro aspecto relevante no processo de constituição dos partidos cearenses na terceira pública diz respeito à formação de outros partidos como resultado das dissidências de alas internas no Partido Social Democrático(PSD), como o Partido Social Progressista (PSP), o Partido Popular Sindicalista (PPS) e o Partido Republicano (PR). Um político importante dessa dinâmica de transitoriedade e com pactos aliancistas entre vários partidos a cada novo processo eleitoral é o professor Olavo Oliveira, com ampla influência política em Sobral e em Fortaleza, especialmente entre o meio jurídico e intelectual.

No início do processo de formação do PSD, os conflitos eram visíveis entre Menezes Pimentel (PSD) e Olavo Oliveira (PSD). A situação de conflitos com resultados de dissidências veio a se repetir na segunda ala partidária que pertencia aos irmãos Crisanto e Acrísio Moreira da Rocha. O impasse de interesses chegou ao ponto de ter a expulsão de Olavo Oliveira do PSD, fazendo-o ingressar no PPS e, em decorrência de novos atritos, no PSP. Os irmãos Moreira da Rocha após desentendimentos com Menezes Pimentel (PSD), saíram do partido e decidiram fundar o PR.

Sem dúvida, a personalidade de Olavo Oliveira apresentava uma trajetória marcada por contradições, pois, com a mesma facilidade com que firmava pactos políticos, também os rompia. Dessa forma, percebemos que Olavo Oliveira estabelecia alianças com partidos tanto de posições ditas liberais quanto com aqueles que se alinhavam a uma agenda antigetulista e conservadora.

Ao final do pleito eleitoral de 1958, Olavo de Oliveira encontrava-se em uma fase de declínio político, embora seu partido tivesse exercido o papel de fiel da balança, garantindo aos partidos maiores a vitória nos pleitos disputados. Como partido pequeno, o PPS buscou maximizar os benefícios decorrentes de seus contatos com os demais partidos, aproveitando os bônus oferecidos à sombra de cada governo com o qual firmou compromisso político e, por vezes, contribuindo até para a sua derrubada.

Outro elemento importante a ser apontado, porém, com posições diferentes, foi, em primeiro lugar, o crescimento vertiginoso do PTB no Ceará, ancorado nos movimentos e nas lideranças representadas pela agenda trabalhista, cujos ápices de influências deram-se com a direção do empresário e político Carlos Jereissati⁷⁷(PTB) e pela atenção dada pelo

⁷⁷ Natural de Fortaleza, filho do empresário Aziz Kalil Jereissati, nos ramos de bacalhau e tecidos. A sua formação se deu em diferentes instituições como o Instituto São Luis, Marista e Escola Militar. Após a morte do pai, deu continuidade ao empreendimento no setor de tecidos pelo slogan Jereissati e Cia. Na década de 1950, Carlos Jereissati já mantinha domínio nesse setor no Nordeste brasileiro, prestígio que se transformou em objeto de acusação ao participar da política cearense, sendo alvo de críticas de Armando Falcão, que o acusava de praticar corrupção eleitoral. Jereissati se tornou uma das principais forças políticas cearenses na defesa do

vice-presidente e depois presidente, João Goulart (1961–1964), para essas mobilizações que vinham sendo realizadas no Ceará. Em segundo lugar, na contramão disso, temos a escalada da personalidade política de Virgílio Távora⁷⁸, que, na condição de coronel do Exército, transformou-se num político profissional, exercendo diversos mandatos como parlamentar federal, ministro e, após, as eleições de 1962, com a *União pelo Ceará*, como governador, controlando também a UDN regional. Com todo esse poder, Virgílio Távora promoveu ações de adesão ao golpe de 1964, apoiando a posse de Castello Branco e contribuindo para a implantação e consolidação da ditadura civil-militar no Ceará.

2.2 As famílias políticas cearenses

O início da implantação da terceira república⁷⁹ foi marcada por constantes e instáveis problemas entre as principais famílias políticas cearenses, sob a cultura dos interventores federais, empossados por Getúlio Vargas. No partido PSD, a liderança estava com o professor e senador Francisco Menezes Pimentel, que controlava a região norte do estado, especialmente em Sobral e nas cidades vizinhas. Porém, havia outra ala que divergia com a ala anterior, denominada de *pimentelistas*, que pertencia aos irmãos Moreiras da Rocha (Acrísio Moreira da Rocha e Crisanto Moreira da Rocha), que também romperam e formaram o PR.

governo de Getúlio Vargas (1950 a 1954), vindo com ampliação de seu prestígio na política nacional, a ser eleito deputado federal pelo PTB nas eleições de 1954. O processo político se repetia nas eleições de 1958, sendo reeleito, apoiando o reatamento político e econômico entre o Brasil e a União Soviética. Nas eleições de 1962, enfrentando o poderoso esquema político-ideológico da *União pelo Ceará* (UDN, PSD e PTN), Carlos Jereissati detinha ainda mais influência, conquistando a vaga de senador, em uma intensa campanha polarizada e enfrentando novamente o candidato Armando Falcão, que era o principal articulador da aliança interpartidária, representando as direitas cearenses, o conservadorismo e o pensamento anticomunista. No entanto, o seu mandato durou poucos meses, pois veio a falecer ainda no início do ano de 1963.

⁷⁸ Natural de Jaguaribe, cidade localizada na região Vale do Jaguaribe, pertencia à família de influências políticas e militares, como o pai Manuel Távora, ex-interventor e presidente do diretório estadual da UDN, e seu tio, Juarez Távora, militar que teve papel importante no golpe de 1930. Virgílio Távora teve formação militar na Escola Militar de Realengo, Rio de Janeiro, e na Escola Superior de Guerra (ESG), tornando-se coronel. Teve vários mandatos como deputado federal, sendo ministro da Viação e Obras Públicas no governo de João Goulart (1961). Ele renunciou quase um ano depois, em 1962, para disputar o governo do estado, pela aliança interpartidária, *União pelo Ceará*, que, com muitas dificuldades em conciliar as várias alas partidárias e os partidos na sua administração, manteve-se no poder perante o processo de mudança do regime político, com o governo militar, coordenando o processo de transmutação da *União pelo Ceará* em partido ARENA. Com todos os desafios e as perseguições enfrentadas do meio militar e político como inimigos no Ceará, o governo de Virgílio Távora conseguiu instrumentalizar a *União pelo Ceará* para sua sobrevivência política, sendo eleito em 1966 como deputado federal; em 1970, senador e, posteriormente, retornando ao cargo de governador em 1979.

⁷⁹ Segundo Ângela de Castro Gomes e Jorge Ferreira (2018), o período compreendido entre 1946-1964 recebeu dos historiadores uma diversidade de designações. Em razão disso, boa parte das denominações atribuídas como república liberal, populista ou liberal-democrática realçou as concepções negativas de determinadas experiências ocorridas nesse período. Estes autores defendem que a terceira república se configurou num processo de constituição e consolidação da democracia representativa, pois aponta algumas transformações ocorridas: “a diminuição do controle exercido pelos partidos/chefes políticos, nem tanto sobre o processo de alistamento, mas sim sobre o voto dos eleitores” (Gomes e Ferreira, 2018, p. 263).

O PSD cearense possuía um quadro político enraizado em lideranças e autoridades pertencentes às instituições públicas, especialmente do meio jurídico e industrial, relevantes no estado. Além disso, possuía uma aproximação com as lideranças pessedistas no plano federal, sobretudo com os presidentes do país eleitos por essa legenda partidária.

A UDN estava nas mãos de Manoel Fernandes Távora, pai de Virgílio Távora, representando uma das duas alas existentes no interior dessa agremiação, denominada de *tavoristas*. Por outro lado, havia a segunda ala chamada de *saboystas*, que pertencia ao influente professor de direito José Saboya, natural de Sobral, região norte, que, sem ocupar cargos eletivos, tinha enorme influência na UDN e nas participações das negociações de alianças e defesas de interesses políticos. A ala, que passaria a acompanhar o jornalista e parlamentar Paulo Sarasate, não estava definida ainda nesse início do período da democracia liberal, especialmente entre os anos de 1947 e 1950. A UDN cearense reunia forças políticas diversificadas que vinham do meio militar, jurídico, liberal e religioso.

As alas *tavoristas e saboystas* disputaram ferrenhamente o controle da UDN, porém, algumas arestas foram sendo aparadas em torno do processo eleitoral de 1947 devido às aproximações das duas alas com os membros políticos dissidentes do PSD, como o professor Olavo Oliveira, político habilidoso, que, por discordar dos interesses defendidos por uma das alas pessedistas na escolha do interventor federal, acabou sendo expulso do partido, vindo, em seguida, a fundar o PSP, partido que passaria a ser o fiel de balança nas eleições ocorridas entre 1947 e 1962.

Mesmo havendo uma variedade de alas internas em cada um dos principais partidos (UDN e PSD) e constantes crises e rupturas de membros políticos, isso, porém, em nada alterou o predomínio das lideranças partidárias e o domínio das antigas famílias políticas cearenses.

Para Adriano Codato (2015), o estudo das elites políticas é abrangente, demandando atenção para os variados aspectos como “exame de backgrounds sociais, análise de padrões de carreira, surveys sobre valores e atitudes de grupos de elite diante de temas precisos e pesquisas sobre interações entre grupos e seus graus de competição e integração”⁸⁰. Observando como se constitui uma elite, Adriano Codato (2015), afirma que há pelo menos três métodos amplamente conhecidos pelos estudiosos no tema⁸¹: o *posicional*, que “ênfatiza

⁸⁰ CODATO, Adriano. Metodologias para a identificação de elites: três exemplos clássicos. In: PERISSIMOTO, Renato e CODATO, Adriano. **Como estudar as elites**. Curitiba: Ed. UFPR, 2015, p. 15.

⁸¹ Estes métodos foram demonstrados em pesquisas produzidas no início da segunda metade do século XX, como Wright Mills (1956), Robert Dahl (1961) e Floyd Hunter (1953), focalizando análises sobre aspectos relacionados a fenômenos políticos locais no início do mesmo século. Os métodos procuraram identificar formas

que os que decidem são aqueles indivíduos ou grupos que preenchem as posições formais de mando em uma comunidade”⁸². Com base nisso, a realidade política cearense, entre 1946 e 1964, indica um heterogêneo grupo, constituído por aqueles que exerciam posições influentes no interior dos partidos, pelas várias alas, como no PSD (Menezes Pimentel, Martins Rodrigues, Wilson Gonçalves, Armando Falcão, Franklin Chaves), na UDN (Manuel Távora, José Saboya, Virgílio Távora, Gentil Barreira, Paulo Sarasate, Manoel de Castro), do PR (irmãos Crisanto e Acrísio Moreira da Rocha) e PSP (Olavo de Oliveira); do meio empresarial, como Paulo Sarasate, Audísio Pinheiro e do meio militar como Joaquim Bastos, Aécio de Borba, Adauto Bezerra.

Quadro3: As principais lideranças políticas no Ceará (1946-1964)

Nome	Partido	Cidade	Região	Formação	Trajetória
Menezes Pimentel	PSD	Santa Quitéria	Central Leste	Advogado	Deputado estadual (1928-1932); governador (1935-1937); interventor (1937-1945); deputado federal (1950-1958) e senador (1959-1971)
Martins Rodrigues	PSD	Quixadá	Central Norte	Advogado	Ministro da Justiça (1961) e deputado federal (1955-1962).
Wilson Gonçalves	PSD	Cazajeiros (PB)	Vale do Cariri	Advogado	Prefeito do Crato (1943-1945); deputado estadual (1947-1959); vice-governador (1959-1963), e senador (1963-1979).
Armando Falcão	PSD	Quixeramobim	Central Norte	Advogado	Empresário; deputado federal (1951-1966), e ministro (1974-1979).
Franklin Chaves	PSD	Fortaleza	Litorânea		Vereador (1935-1937) e deputado estadual (1950-1974).
Manuel Távora	UDN	Jaguaribe	Baixo e Médio Jaguaribe	Farmacêutico Médico	Exerceu a função de médico em Catro e Fortaleza; deputado estadual (1913-1917); deputado federal (1927), e senador (1947-1954).
José Saboya	UDN	Sobral	Central Leste	Advogado	Empresário no ramo de tecidos e articulador político entre as alas ou partidos cearenses.
Virgílio Távora	UDN	Jaguaribe	Baixo e Médio Jaguaribe	Militar	Deputado federal (1955-1962, 1966-1970); governador (1963-1966), e senador (1971-1979).
Gentil Barreira	UDN	Solonópolis	Baixo e Médio Jaguaribe	Advogado	Deputado estadual (1928-1930); prefeito de Fortaleza (1935), e deputado estadual (1946-1966).
Paulo Sarasate	UDN	Fortaleza	Litorânea	Empresário Jornalista	Deputado estadual (1934); deputado federal (1946, 1951, 1959, 1963, 1966), e presidente da ARENA/CE.
Manuel de Castro Filho	UDN	Morada Nova	Baixo e Médio Jaguaribe		Deputado estadual (1947-1974) e governador (1982-1983).
Crisanto M.	PR	Fortaleza	Litorânea	Médico	Deputado federal constituinte (1946);

posicionais, decisórias e reputacionais de atuação das elites analisadas como objeto de estudos. Além disso, possuem sentido na percepção de como se constituem as elites locais ou regionais em realidades brasileiras.

⁸² CODATO, Adriano. Metodologias para a identificação de elites: três exemplos clássicos. In: PERISSIMOTO, Renato e CODATO, Adriano. **Como estudar as elites**. Curitiba: Ed. UFPR, 2015, p. 16.

Rocha				Empresário	deputado federal (1954-1962), e diretor do jornal <i>Folha do Povo</i> .
Acrísio M. Rocha	PR	Fortaleza	Litorânea	Dentista	Interventor (1946) e prefeito de Fortaleza (1948-1951; 1955-1959).
Olavo de Oliveira	PSP	Granja	Central Leste	Professor Advogado	Deputado estadual (1925-1928); deputado federal (1935-1937); senador (1946-1955), e diretor do jornal <i>O Democrata</i> .
Aécio de Borba	UDN	Fortaleza	Litorânea	Advogado jornalista	Vice-prefeito de Fortaleza (1959-1963); deputado estadual (1963-1967), e deputado federal (1983-1998).
Adauro Bezerra	UDN	Juazeiro do Norte	Vale do Cariri	Militar	Deputado estadual (1958-1974); governador (1974-1978), e deputado federal (1978).
Audízio Pinheiro	UDN	Fortaleza	Litorânea	Empresário	Acionista e presidente da indústria Leite Barbosa e deputado federal (1963-1966).

Fonte: Elaboração própria com base em dados extraídos do TRE/CE.

As elites cearenses constituídas no período de 1946 a 1964 estavam enraizadas em diferentes estratos sociais (intelectuais, militares, religiosos e políticos) decorrendo delas, pela mobilização de influências e decisões, a constituição de outro tipo de elite, a *elite política*, que exerceria as funções da administração pública, referendadas pelos pleitos eleitorais e cujas propostas de governos e interesses eram balizados pelos acordos com a sua base, a *elite*, que se posicionava com poder a partir de seu lugar social.

Não é sem razão que, em boa medida, aqueles que alcançaram o poder político formal e institucional vieram dos grupos listados acima anteriormente, com enorme poder posicional, como, Virgílio Távora (UDN), que esperou cinco processos eleitorais para disputar, pela *União pelo Ceará*, o governo estadual. Mas, enquanto isso não acontecia, desenvolvia lentamente suas influências e ações conciliatórias no interior do seu grupo partidário, estabelecendo o rompimento de fronteiras com outros partidos e grupos, importantes representantes do meio empresarial, militar e religioso.

Esta situação se repetia com outras personalidades advindas dessa elite posicional, como Paulo Sarasate (UDN) e Audízio Moreira (UDN), que eram empresários, sendo o primeiro advindo do meio jornalístico, tornando-se governador (1955 a 1958), deputado federal (1958–1962; 1963–1966) e presidente da ARENA em 1966, e o segundo vinha do meio industrial têxtil, que controlava várias filiais na capital e no interior do estado, sendo deputado federal com expressiva votação no estado em 1962 pela *União pelo Ceará*, inclusive dando apoio à Marcha da Família com Deus pela Liberdade em Fortaleza e destinando o espaço das fábricas que lhe pertenciam para campanha eleitoral, com intuito de influenciar os próprios trabalhadores.

Do interior cearense, famílias políticas locais pertencentes a Franklin Chaves (PSD), Manoel de Castro (UDN) e Adauto Bezerra (UDN) e outros também foram construindo uma potencial influência após o golpe de 1964 e alcançaram alguns pontos importantes na condução política do Ceará. As elites políticas cearenses somente se construíram como possibilidade real de governança e controle do estado, pautados pelo árduo trabalho de conciliação de interesses e forças advindas dos vários grupos sociais, que serviam como base de apoio e colaboração para a agenda demandada em cada momento.

No que diz respeito ao método *decisional*, Adriano Codato (2015) aponta que as elites “são aquelas capazes de tomar as decisões estratégicas para uma comunidade (ou influenciar as suas decisões mais importantes) e nem sempre se confundem com aquelas que ocupam as posições formalmente designadas como as mais relevantes”⁸³. Com base nisso, compreendemos que quem governa não é necessariamente quem ocupa formalmente o poder instituído, como os governadores, deputados e presidente de uma Assembleia Legislativa, que, diante de tomadas decisões públicas, podem ser submetidos aos grupos de pressões e interesses, que revelam possuir o poder de influência, mudanças de direções, enfraquecimento, desestabilização etc. As elites políticas cearenses eram dependentes dos variados grupos que serviam como base de apoio, especialmente nos processos políticos-eleitorais realizados entre 1946 e 1964, marcados pela recorrente entrada e saída de apoio social, causando uma tradição de impossibilidade do governo vigente em fazer a transferência de poder para o seu sucessor.

A constituição da elite política cearense ocorreu através da ocupação do poder na condição de governantes pela formalização de coligações e alianças no período mencionado. As coligações e as alianças unificavam as forças heterogêneas, sem as quais se tornava ainda mais difícil o alcance do poder e a profissionalização da política para um maior contingente de representantes de determinado grupo social.

A realidade foi modificada lentamente com as eleições de 1962, na ocasião da proposta da *União pelo Ceará*. Enquanto, nos processos políticos anteriores, as coligações e as alianças eram efêmeras, a situação era diferente com a aliança *unionista*, sendo duradoura, balizando a estrutura de governança como dependente de apoio contínuo dos diferentes partidos e das suas respectivas alas internas. A *União pelo Ceará* garantiu a possibilidade de

⁸³CODATO, Adriano. Metodologias para a identificação de elites: três exemplos clássicos. In: PERISSIMOTO, Renato e CODATO, Adriano. **Como estudar as elites**. Curitiba: Ed. UFPR, 2015, p. 16.

sucessão de governos estaduais e promoveu a renovação do exercício do poder pelos mesmos membros de convergências de interesses após o golpe de 1964.

A *União pelo Ceará* foi a expressão do prolongamento das antigas famílias políticas, que, no final da década de 1950, realizou a transferência do poder de liderança partidária, buscando o controle interno e fazer oposição às novas forças políticas surgidas e mobilizadas pelo PTB. Assim, o golpe e a ditadura militar favoreceram o prolongamento das antigas forças elitistas cearenses.

Com relação ao método *reputacional* para identificação de determinado modelo de elite, Adriano Codato (2015) indica que este se baseia na formulação de “uma lista ampla de lideranças em uma comunidade a partir das posições formais que elas controlam em diferentes arenas decisórias”⁸⁴. Isto significa dizer que, num mesmo grupo, partido, instituição, empresa etc., ocorre a disputa pelo poder entre várias pessoas com reputação.

Adriano Codato salienta que é possível identificar, a partir do aspecto anterior, “um pequeno número daqueles que são, dentre os listados, os mais reputados, isto é, aqueles considerados como os mais influentes ou os mais poderosos”⁸⁵. Mediante essas considerações, percebemos que os partidos políticos cearenses, no período de 1946 a 1964, eram formados e dinamizados com uma agenda política elitizada, que expressava ideias dos diferentes grupos que os constituíram, segundo as suas posições, profissionalização política e reputação perante a sociedade cearense.

Além disso, havia lideranças, como Olavo Oliveira, que tinham enorme reputação não somente em seu partido ao qual era filiado, anteriormente o PSD e depois o PSP, com possibilidades reais de mobilizar decisões e acordos políticos com diferentes partidos, dominados por alas partidárias com reputações internas. Olavo Oliveira, por exemplo, tinha capacidade de mobilizar sua reputação no interior dos partidos, com os governos estaduais e federais, conseguindo se inserir na dinâmica existente da política local e nacional para atingir os seus objetivos. No entanto, a reputação e sua capacidade de influência não foram suficientes para colocá-lo no controle político do governo estadual, ainda que servindo deles para trocas de interesses.

As dissidências decorrentes das discordâncias do domínio de famílias políticas nos principais partidos (UDN e PSD) deram origem a outros partidos, fragmentando as possibilidades de participação partidária. Frutos das discordâncias em relação a esses dois

⁸⁴CODATO, Adriano. Metodologias para a identificação de elites: três exemplos clássicos. In: PERISSIMOTO, Renato e CODATO, Adriano. **Como estudar as elites**. Curitiba: Ed. UFPR, 2015, p. 16.

⁸⁵CODATO, Adriano. Metodologias para a identificação de elites: três exemplos clássicos. In: PERISSIMOTO, Renato e CODATO, Adriano. **Como estudar as elites**. Curitiba: Ed. UFPR, 2015, p. 16.

partidos mencionados, foram criados os partidos PR, PPS e PSP, que construíram relações políticas com os antigos mediante os atendimentos de interesses variados, tornando-se peso de balança nos pleitos eleitorais, ou na Assembleia Legislativa.

A experiência democrática representativa no Ceará (1946–1964) significou um período complexo de modificações e rearranjos políticos: as duas antigas lideranças, Menezes Pimentel (PSD) e Fernando Távora (UDN), controlavam os seus respectivos partidos, negociando com suas bases internas e com as diversas alas, que, ainda que tivessem membros que galgassem o poder político estadual, estavam submetidas ao poder dos antigos líderes partidários. Por outro lado, esse período exigiu das lideranças, que se encontravam em condições de saúde debilitadas, a transferência de poder e controle partidário: no PSD, para Waldemar Alcântara, e na UDN, para Virgílio Távora.

No entanto, as transferências ocorreram simultaneamente a outros processos dinâmicos na política cearense, e as dissidências, ocorridas por discordarem do controle político nos partidos PSD e UDN, deram origem a novos partidos que dinamizavam a política como prática de barganha de interesses, servindo de balança nos processos eleitorais ou na aprovação de agendas governamentais. Além disso, os novos líderes do PSD e da UDN tiveram que enfrentar os novos conjuntos de forças políticas advindos do PTB, que era crescente e atuante no meio cearense.

Os novos líderes da UDN e do PSD identificaram esse problema e intervieram sobre a nova realidade conjuntural política, formando uma aliança de coalizão, a *União pelo Ceará* (UpC), mobilizando o discurso anticomunista e buscando a sobrevivência e o controle político mediante a posse do poder estadual cearense em 1962.

Emerson Urizzi Cervi (2015), aprofundando as perspectivas metodológicas sobre a identificação e a atuação das elites, especialmente aquelas envolvidas na dimensão do exercício político, enfatiza que a abordagem microssociológica coloca de forma estática nas análises, “o indivíduo e suas relações com as estruturas de poder político”⁸⁶. Romper com esse tipo de abordagem demanda dos pesquisadores uma nova percepção e uso metodológico de como as elites são constituídas, especialmente quando sua composição está enraizada entre atores que pertencem a instituições distintas. Nesse sentido, o foco de análise se desloca do indivíduo para dar atenção à coletividade e à sua construção identitária.

De acordo com Emersom Cervi (2015, p.96), existe uma diferença na observação das relações políticas das elites, que dá atenção às relações políticas entre as elites distintas e

⁸⁶CODATO, Adriano. Metodologias para a identificação de elites: três exemplos clássicos. In: PERISSIMOTO, Renato e CODATO, Adriano. **Como estudar as elites**. Curitiba: Ed. UFPR, 2015, p. 96.

que observa como a mesma elite se interconecta com diferentes partidos a partir de seus membros. Isso nos parece ter sido a sua forma tradicional de constituição na realidade cearense, sendo a coligação e sua forma de governar a expressão máxima desse modelo. Desse modo, entendemos que a elite política cearense foi constituída por uma comunidade interconectada com vários partidos, sobretudo pela conexão de alas diferentes em cada partido, formando a mesma elite.

Isto não significa dizer que houve uma constituição homogênea de interesses e/ou a ausência de desentendimentos e de conflitos. Pelo contrário, os conflitos rompiam a unidade dessas elites, exigindo, a cada novo governo, um processo de reestruturação das forças políticas. O caso mais peculiar, embora não se isentasse de conflitos, talvez tenha sido a *União pelo Ceará*, que, além de possuir o apoio do governo vigente, conseguiu manter a sobrevivência de seus membros num longo período, especialmente pelo processo ocorrido com o golpe de 1964, em que o sistema bipartidário (1965) acabou legitimando essa forma de composição da elite política cearense, constituída naquele cenário das eleições de 1962, em elemento duradouro e vivendo à sombra do regime civil-militar.

Segundo o autor Emersom Cervi (2015), o conhecimento construído acerca das elites mediante uma abordagem relacional deve demonstrar a dinâmica das relações que os membros da mesma elite constroem a partir de diferentes partidos. Com base nisso, atenta-se para o “o conjunto de relações formadas entre os partidos políticos para disputas eleitorais”⁸⁷. Nesse sentido, os processos decisórios em torno das eleições apresentam-se como um elemento importante acerca da dinâmica desse tipo de relação, que muitas vezes são pautadas por aproximações ideológicas, possibilitando aos pesquisadores perceberem qual o grau de consistência do aspecto ideológico⁸⁸.

Quadro 4: As coligações partidárias no Ceará entre 1947 e 1962

Coligação	Ano de Eleição	Partido Central	Candidatos
Sem coligação	1947	UDN	Faustino Albuquerque (eleito)
Sem coligação	1947	PSD	Onofre Gomes
PSD, PSP, PR	1950	PSD	Raul Barbosa (eleito)
Sem coligação	1950	UDN	Edgar de Arruda
UDN, PTB, PR	1954	UDN	Paulo Sarasate (eleito)
PSD, PSP	1954	PSD	Armando Falcão
PTB, PSD, PR	1958	PTB	Parsifal Barroso (eleito)
UDN, PSP, PR, PRT	1958	UDN	Virgílio Távora
UDN, PSD, PTN	1962	UDN	Virgílio Távora (eleito)
PTB, PDC	1962	PTB	Adail Cavalcanti

Fonte: Elaboração própria com base em dados extraídos do TRE/CE.

⁸⁷CODATO, Adriano. Metodologias para a identificação de elites: três exemplos clássicos. In: PERISSIMOTO, Renato e CODATO, Adriano. **Como estudar as elites**. Curitiba: Ed. UFPR, 2015, p. 96.

⁸⁸CODATO, Adriano. Metodologias para a identificação de elites: três exemplos clássicos. In: PERISSIMOTO, Renato e CODATO, Adriano. **Como estudar as elites**. Curitiba: Ed. UFPR, 2015, p. 97.

Com base nisso, a dinâmica política cearense desenvolveu-se mediante a formação de alianças para a disputa eleitoral no período de 1946 a 1962, manifestando-se em duas fases distintas. Na primeira, marcada pela inconsistência ideológica (1946 a 1958), os partidos realizaram aproximações voltadas à construção de interesses comuns, à inserção nas elites e à pouca interferência de diferenças ideológicas. Foi um período em que as elites começaram a se consolidar nos dois principais partidos — a UDN e o PSD —, ramificando suas bases sociais em famílias rurais, profissionais liberais, militares e religiosos. Nesse contexto, UDN e PSD mantiveram aproximações com o PTB e o PSP.

Na segunda fase, a consistência ideológica tornou-se mais visível e foi praticada por meio da coligação *União pelo Ceará*, formada em torno das eleições de 1962. Nessa aliança — composta por UDN, PSD e PTN —, a candidatura de Virgílio Távora representou o alinhamento das direitas, dos conservadores e dos militares na defesa de um modelo específico de sociedade e de política.

Já nas *Coligações Opostas*, a aproximação ideológica era menos consistente entre o PTB, com a candidatura em torno de Carlos Jereissati e apoiado por pequenos partidos conservadores como PDC. Esse partido cearense tinha uma agenda de combate à miséria e à desigualdade social pautada numa visão religiosa.

Com o governo petebista de Parsifal Barroso⁸⁹ (1958), o PTB obteve um número considerável de deputados estaduais muito similares (quantidade) ao partido PSD, sendo o primeiro transformado como inimigo ideológico (PTB) na ótica dos dois maiores partidos (PSD e UDN), pelo fato de romper com o lugar de dominação ocupados por eles antes. Isto significava dizer que a nova força política representada por Carlos Jereissati, que pertencia a uma família de tradição no setor industrial têxtil, quebrava a hegemonia e prestígio das famílias Távora e Menezes.

⁸⁹ Natural de Fortaleza, estudou no Liceu do Ceará e se formou como advogado na Faculdade de Direito do Ceará. Atuou como deputado estadual entre 1935 e 1937, perdendo o cargo em decorrência da instalação do Estado Novo por Getúlio Vargas, que fechou as Assembleias Legislativas. Em 1947, ele retornou às funções de parlamentar pelo PSD, participando da Constituinte do Ceará. Foi eleito deputado federal em 1950, e senador pelo PTB em 1954, sendo ministro do governo JK (1956-1958). No ano seguinte, foi eleito governador pela aliança entre PTB, PSD e PRP, mas o seu governo sofreu os impasses da conjuntura política nacional, especialmente pela agenda de governo e renúncia de Jânio Quadros da presidência do Brasil, e enfrentou inúmeros problemas dos movimentos grevistas, que cobravam aumento salarial, sendo contra à carestia e escassez de alimentos. Parsifal tinha amizade com João Goulart, mas teve dificuldades de fazer uma frente política de resistência de forma imediata, situação que acabou sendo bem aproveitada pelas direitas e conservadores cearenses, que defendiam a legalidade e a posse de João Goulart. Com o prestígio no Ceará perante o novo governo no sistema parlamentarista, Parsifal ingressou no PTN, formando uma aliança com a *União pelo Ceará*, destinando as estruturas de seu governo para a campanha de 1962.

As alianças formalizadas no TRE/CE no período de 1947 a 1958 demonstravam poucas preocupações ideológicas, maselas surgiram no transcorrer das campanhas eleitorais, demandadas por interferências de instituições importantes, como a Igreja Católica, fazendo com que estas coligações mudassem o curso da campanha, ou até mesmo o rumo das eleições. Desse modo, as alianças e as campanhas não poderiam estar desvinculadas da realidade social cearense, correndo o risco de perderem o poder político.

O processo de constituição do espaço relacional entre os membros das elites políticas cearenses teve como base uma composição de forças representativas de diferentes instituições, que possuíam peso, poder de decisão e influência sobre seus integrantes. O perfil microsociológico dos indivíduos é insuficiente para explicar o tipo de relação existente entre os membros de uma mesma elite política, embora seja um ponto de partida para esse entendimento. A esse fator, podem ser acrescidos outros aspectos, como a rede política, “formada por seis nós⁹⁰, que podem ser indivíduos, organizações, instituições, partidos políticos, unidades geográficas como municípios ou países etc”⁹¹.

As alianças partidárias cearenses ocorridas entre 1946 e 1962 foram constituídas por *redes*, ou seja, pela demonstração do peso que os partidos, instituições, pessoas, regiões e cidades podiam exercer no processo decisório da política estadual. Para a realidade cearense, algumas personalidades, como Virgílio Távora (UDN), Olavo Oliveira (PSP), irmãos Moreiras da Rocha (PR), Parsifal Barroso (PTB), conseguiram dialogar com partidos diferentes, independentemente da vinculação ideológica, alargando o tamanho da rede política.

As redes políticas serviram para o crescimento de três formas de relações políticas: para o enraizamento das duas famílias, os Távora e os Menezes; para que os novos partidos formados por dissidências estabelecessem barganhas na participação como de fiéis de balança e para o crescimento da força da agenda trabalhista.

No período em questão (1946–1964), a família Távora foi se tornando o ponto central de convergência da política estadual cearense, especialmente devido ao alargamento da rede de relações políticas com uma diversidade de pessoas, instituições, regiões e cidades, entre os quais também havia elos de parentescos. Os Távora ampliavam a política como um

⁹⁰ Para o desenvolvimento de pesquisas que recorrem a Análises de Redes Sociais (ARS), é imprescindível a compreensão desses nós como sendo pontos de convergências. Com base nisso, indivíduos, organizações, instituições, partidos, cidades e regiões podem atuar como pontos de convergências em várias direções, desempenhando ações de centralidade ou mesmo secundariamente. De todo modo, ambas as formas contribuem para o estabelecimento de relações políticas com as elites.

⁹¹ CODATO, Adriano. Metodologias para a identificação de elites: três exemplos clássicos. In: PERISSIMOTO, Renato e CODATO, Adriano. **Como estudar as elites**. Curitiba: Ed. UFPR, 2015, p. 100.

negócio de família pelas arestas ligadas ao nó central. Por outro lado, o enfraquecimento do poder de Menezes Pimentel sobre o PSD, no final da década de 1950, transferindo a liderança para Waldemar Alcântara, favorecia não somente aos Távora, mas também à força trabalhista liderada por Carlos Jereissati (PTB), que, no final da referida década e início da década de 1960, já possuía igualdade de vagas parlamentares na Assembleia Legislativa.

Como bem escreveu Emersom Cervi (2015), a centralidade de uma rede política “é definida pelo número de arestas ou arcos ligados a um nó. Quanto maior o número de ligações, mais central é o nó”. Sem dúvidas, o *tavorismo* foi se enraizando em todas as regiões do Ceará, tanto pela atração dos partidos e personalidades diversas interessadas no projeto defendido pelos udenistas cearenses, quanto pela mediação de familiares situados nas relações sociais com outros partidos ou em instituições.

Os Távora ocuparam posições de destaque na política estadual e federal brasileira. A partir dessas posições, constituíram redes de relações políticas com membros de instituições importantes, como grupos escolares, universidades, bancos, secretarias, entre outras. Em todos os partidos cearenses, havia os...“indivíduos pertencentes às tradicionais e endinheiradas famílias [que] têm ocupado, de forma hegemônica e contínua, cargos eletivos e funções de nomeação nas esferas municipais, estaduais e federais”⁹².

Logo, as transformações ocorridas com a redemocratização (1945) exigiu das antigas famílias políticas algumas estratégias de empreendimento para a “continuidade da política como campo cada vez mais propício para atividades familiares”.

As famílias cearenses que exerciam a política no período da democracia representativa (1946-1964) profissionalizaram a carreira e recorreram a rearranjos diversos para a transferência ou extensão da referida atividade para os seus membros familiares. No quadro abaixo, demonstramos algumas dessas famílias que transformaram a política como empreendimento e negócio de família, transferindo ou expandindo para outros familiares.

Quadro 5: As principais famílias na política cearense no período de 1946-1964

LÍDERES	CONTINUIDADE	PARTIDO	CIDADE	REGIÃO	FORMAÇÃO/OCUPAÇÃO	TRAJETÓRIA
Manoel do Nascimento Fernandes Távora	Virgílio Távora	UDN AREN A	Jaguaribe	Bacia do Médio Jaguaribe	Militar	Líder da UDN no Ceará; deputado federal (1955-1962); ministro (1961-

⁹² OLIVEIRA, Ricardo Costa de; GOULART, Mônica Helena Harrich Silva; VANALI, Ana Cristina e MONTEIRO, José Marciano. Família, parentesco, instituições e poder no Brasil: retomada e atualização de uma agenda de pesquisa. **REVISTA BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA** | Vol 05, No. 11 | Set/Dez/2017, p. 167.

						1962); governador (1963-1966), e deputado federal (1967-1970).
Manuel M. da Rocha	Acrísio Moreira da Rocha Crisanto Moreira da Rocha	PSD PR	Fortaleza	Litorânea	Militar e dentista	Interventor e prefeito de Fortaleza em dois mandatos consecutivos.
José Gentil	Antonio da Frota Gentil	PSD	Sobral	Central Leste		Deputado estadual (1945-1947) e vice-presidente da diretoria do PSD.
Hermínio Barroso Olga Barroso (Filha de Francisco de Almeida Monte)	Parsifal Barroso	PSD PTB PTN ARENA	Fortaleza	Litorânea	Advogado	Deputado estadual (1935-1937); deputado federal (1950-1954); senador (1955-1958); ministro do Trabalho (1956-1958); governador (1959-1963), e deputado federal (1971-1978).
Francisco de Almeida Monte	Olga Barroso	-----	Sobral	Central Leste	Direito	Teve ampla atuação em ações sociais, educacionais e médicas na condição de primeira-dama do ex-governador Parsifal Barroso e filha de Francisco Monte.
João	Francisco de	PSD	Sobral	Central	Agricultor	Teve longa

Júlio de Almeida Monte	Almeida Monte (Chico Monte)	PTB		Leste	Pecuarista	trajetória política como deputado federal (1946-1961). Pertenceu ao PSD até 1950 e depois ingressou no PTB. Era genro do ex-governador Parsifal Barroso (1958-1963).
Ernesto Deoclecia no de Albuquerque	José Saboya	-----	Sobral	Central Leste	Advogado Empresário industrial têxtil	Não exerceu nenhum cargo político, porém, sua influência nos processos de indicações e decisões marcaram as disputas internas à UDN quanto aos partidos em oposição.
José Lopes Barreira	Gentil Barreira	UDN AREN A	Solonópoles	Bacia do Médio Jaguaribe	Advogado	Atuou como deputado estadual (1928-1930); (1945-1951) e suplente (1959).
Raimundo Nonato da Silva (primo de Manuel Moreira da Rocha)	Waldemar Alcântara	PSD AREN A	São Gonçalo do Amarante	Litorânea	Médico	Deputado estadual (1947-1950); (1954-1958); suplente como deputado federal (1950); presidente do diretório do PSD cearense;

						suplente senador (1958) e (1966); vice-governador por via indireta (1974) e governador interino (1978).
Antônio Rodrigues Teixeira	Perilo Teixeira	UDN	Itapipoca	Uruburetama	Advogado	Na ditadura de Vargas, foi empossado prefeito de Aracati (1930-1933). Ingressou na UDN em 1947 e eleito deputado estadual (1947) e federal (1955).
Luiz Gonzaga Gomes da Silva	Stênio Gomes da Silva	LEC PSP	Baturité	Serras Litorâneas	Advogado	Natural de Baturité, pertencente a famílias na política cearense, com formação em Direito pela UFC. Durante o governo constitucionista de Vargas, elegeu-se deputado estadual (LEC); deputado federal (1946-1950), e vice-governador (1954-1955).
Tenente Coronel Ildefonso Correia	Joaquim Bastos Gonçalves	PLC LEC PSP	Icó	Bacia do Jaguaribe	Advogado	Prefeito de São Benedito (1928-

Lima (Bisneto) Dona Fideralina Augusto Lima (Neto)						1929); deputado estadual (1929-1930); (1935-1937); (1945-1949), e participou da fundação do PSP.
Raimundo Leopoldo Coelho de Arruda	Edgar Arruda	LEC PRP UDN	Fortaleza	Litorânea	Advogado	Teve articulação na fundação da Liga Eleitoral Católica (LEC), na qual exerceu a presidência da diretoria (1933-1934), foi ainda senador eleito pelo Partido Republicano Progressista (PRP). Fundou o jornal <i>O Estado</i> , sendo o seu diretor (1935-1937). Perdeu o mandato de senador em decorrência do Estado Novo. Retorna às funções parlamentares federais pela UDN em 1946, sendo um dos constituintes.
Carlos Eduardo Benevides	Mauro Benevides	PSD MDB PMDB	Fortaleza	Litorânea	Advogado Jornalista	Pertenceu a vários partidos, como PSD (1955-

						1965), MDB (1966-1979), MDB e PMDB. Exerceu a função de jornalista nas colunas da <i>Tribuna da Ceará</i> e <i>Correio Brasiliense</i> . Era prefeito de Fortaleza (PSD, 1955), deputado estadual (1959-1975), senador (1975-1983) e (1987-1995), presidente do senado (1991-1993) e deputado federal (2007-2015).
João Pompeu de Sousa	Plínio Pompeu Magalhães.	PSD UDN MDB	Ipu	Ibiapaba	Engenheiro	Prefeito de Fortaleza (1934-1935); deputado estadual (1946) e senador (1946-1955)

Fonte: Elaboração própria com base em dados extraídos do TRE/CE.

Este processo marcou, para algumas famílias, o início da construção de uma carreira política. Diversos grupos familiares em torno de figuras como Paulo Sarasate (UDN), Franklin Chaves (PSD), Olavo de Oliveira (PSP), Carlos Jereissati (PTB), Menezes Pimentel (PSD) e Wilson Gonçalves (PSD) ilustram como, no período da Terceira República, se viabilizou o empreendimento do capital vinculado às atividades econômicas liberais como meio de ingresso na política.

Assim, o período em questão evidenciou dois processos dinâmicos: famílias em fase de transferência de capital político e aquelas em fase de construção da profissionalização na política, com o objetivo de, em seguida, expandir a rede de relações políticas entre os membros da própria família.

Outro fator essencial nas transformações e implicações das antigas famílias políticas cearenses diz respeito ao crescimento populacional e, conseqüentemente, à reconfiguração territorial.

Figura 1:



Fonte: *Anuário do Ceará de 1953-1954*, p.58.

Como se observa no mapa acima, o Ceará estava dividido em sete regiões, com suas respectivas quantidades de municípios, segundo o *Anuário* de 1953 a 1954: Litorânea (10), Serras Litorâneas (5), Uruburetama (3), Ibiapaba (9), Central – Central Leste (10) e Central Norte (10), Jaguaribana – Bacia do Jaguaribe (9) e Bacia do Médio Jaguaribe (8), Sul – Vale do Cariri (9) e Sertões (8). As principais lideranças e famílias cearenses que exerciam ou controlavam a política regional durante a Terceira República (1946-1964) estavam localizadas nessas setes regiões como demonstra o Quadro 4 mostrado acima.

Os grupos políticos e seus herdeiros, por via de transferências ou extensões, tinham como predominância a formação em Direito, sobretudo pela Universidade do Ceará — hoje denominada Universidade Federal do Ceará. A base das origens sociais de boa parte deles estava situada em Sobral e Fortaleza. Ademais, ampla parcela transitou por diferentes

partidos, em razão das mudanças exigidas pelo sistema político brasileiro ou devido a problemas internos que envolviam diversos interesses.

No entanto, a situação de liderança dos Távora era diferente da de grande parte das elites cearenses, pois eles tinham origem na região Jaguaribana, na cidade de Jaguaribe. A formação militar e o profundo envolvimento com a política eram as grandes marcas dos Távora, remontando aos tempos de Juarez Távora e aos episódios que colocaram Getúlio Vargas no poder.

Entre as décadas de 1950 e 1960, a região Jaguaribana iniciou um processo de crescimento demográfico, provocando modificações na configuração dos municípios que a compunham. E diversos distritos foram emancipados, o que alterou e fortaleceu o poder político local que dava sustentação ao projeto elitista e conservador dos Távora.

Pelo menos três parlamentares foram representantes dessa região: Manoel de Castro (UDN), Franklin Chaves (PSD) e José Simões (PTB), que, embora pertencessem a partidos ideologicamente distintos, na prática, apoiavam a agenda conservadora do futuro governador Virgílio Távora e, posteriormente, o processo de consolidação do regime militar. Na década de 1950, em todas as eleições realizadas, a região apresentou intensa participação política, elegendo Manoel de Castro Filho como o político mais votado entre todos os candidatos da UDN para a Assembleia Legislativa, que exerceu os cargos de presidente da Assembleia Legislativa e de vice-governador em 1978.

O crescimento populacional cearense pode ser constatado em diversas pesquisas realizadas, como as do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), demonstradas a seguir:

Quadro 6: Demografia do Ceará nas décadas de 1950 e 1960

Região	Grandes Regiões e Unidades da Federação	1872 ¹	1890 ¹	1900 ¹	1920 ¹	1940 ¹	1950 ¹	1960 ²	1970 ²	1980 ²	1991 ³	2000 ³	2010 ³
	BRA SIL	9.930.478	14.333.915	17.438.434	30.635.605	41.236.315	51.944.357	70.992.343	94.508.583	121.150.573	146.917.459	169.590.693	190.755.799
N	Região Norte	332.847	476.370	695.112	1.439.052	1.627.608	2.048.696	2.930.065	4.188.313	6.767.249	10.257.266	12.893.561	15.864.454
NE	Região Nordeste	4.638.560	6.002.047	6.749.507	11.245.921	14.434.080	17.973.413	22.428.873	28.675.110	35.419.156	42.470.225	47.693.253	53.081.950
SE	Região Sudeste	4.016.922	6.104.384	7.824.011	13.654.934	18.345.831	22.548.494	31.062.978	40.331.969	52.580.527	62.660.700	72.297.351	80.364.410
S	Região Sul	721.337	1.430.715	1.796.495	3.557.167	5.735.305	7.840.870	11.892.167	16.683.551	19.380.126	22.117.026	25.089.783	27.386.891
CO	Região Centro-Oeste	220.812	320.399	373.309	758.531	1.093.491	1.532.924	2.678.380	4.629.640	7.003.515	9.412.242	11.616.745	14.058.094
N	Roraima	---	---	---	---	---	36.935	70.783	116.620	503.125	1.130.874	1.377.792	1.562.409
N	Acre	---	---	---	92.379	79.768	114.755	180.208	218.008	308.893	417.165	557.226	733.559
N	Amazonas	57.810	147.915	249.758	363.166	438.008	514.099	721.215	960.934	1.449.135	2.102.901	2.813.085	3.483.985
N	Roraima	---	---	---	---	---	18.116	29.489	41.838	82.018	215.960	324.152	450.479
N	Pará	275.237	328.455	445.358	983.507	944.644	1.123.273	1.550.935	2.197.072	3.507.312	5.181.570	6.189.550	7.581.051
N	Amapá	---	---	---	---	---	37.477	68.889	116.480	180.078	288.690	475.843	669.526
N	Tocantins	---	---	---	---	165.188	204.041	328.486	537.563	738.688	920.116	1.155.913	1.383.445
NE	Maranhão	359.040	430.854	499.308	874.337	1.235.169	1.583.248	2.492.139	3.037.135	4.097.231	4.929.029	5.642.960	6.574.789
NE	Piauí	202.222	267.609	334.328	609.003	817.601	1.045.696	1.263.368	1.734.894	2.188.150	2.581.215	2.841.202	3.118.360
NE	Ceará	721.886	805.687	849.127	1.319.228	2.091.032	2.695.450	3.337.856	4.491.590	5.380.432	6.362.620	7.418.476	8.452.381
NE	Rio Grande do Norte	233.979	268.273	274.317	537.135	768.018	987.921	1.157.258	1.611.608	1.933.126	2.414.121	2.771.538	3.168.027
NE	Paraíba	376.226	457.232	490.784	961.106	1.422.282	1.713.259	2.018.023	2.445.419	2.810.032	3.200.677	3.439.344	3.786.528
NE	Pernambuco	841.539	1.030.224	1.178.150	2.154.835	2.688.240	3.395.766	4.138.289	5.253.901	6.244.275	7.122.548	7.911.937	8.796.448
NE	Alagoas	348.009	511.440	649.273	978.748	951.300	1.093.137	1.271.062	1.606.174	2.011.875	2.512.991	2.819.172	3.120.494
NE	Sergipe	176.243	310.928	358.264	477.064	542.326	644.361	760.273	911.251	1.156.642	1.491.867	1.781.714	2.068.017
NE	Bahia	1.379.616	1.919.802	2.117.956	3.334.485	3.918.112	4.834.575	5.990.605	7.583.140	9.597.393	11.855.157	13.068.910	14.016.906
SE	Minas Gerais	2.039.735	3.184.099	3.594.471	5.888.174	6.763.368	7.782.188	9.960.040	11.645.095	13.651.852	15.731.961	17.866.402	19.597.330
SE	Espírito Santo	82.137	135.997	209.783	457.328	790.149	957.238	1.418.348	1.617.857	2.063.679	2.598.505	3.094.390	3.514.952
SE	Rio de Janeiro	1.057.896	1.399.535	1.737.478	2.717.244	3.611.998	4.674.645	6.709.891	9.110.324	11.489.797	12.783.761	14.367.083	15.989.929
SE	São Paulo	837.354	1.384.753	2.282.279	4.592.188	7.180.316	9.134.423	12.974.699	17.958.693	25.375.199	31.546.473	36.969.476	41.282.199
S	Paraná	126.722	249.491	327.136	685.711	1.236.276	2.115.547	4.296.375	6.997.682	7.749.752	8.443.299	9.558.454	10.444.526
S	Santa Catarina	159.802	283.769	320.289	668.743	1.178.340	1.560.502	2.146.909	2.930.411	3.687.652	4.538.248	5.349.580	6.248.436
S	Rio Grande do Sul	434.813	897.455	1.149.070	2.182.713	3.320.689	4.184.821	5.448.823	6.755.458	7.942.722	9.135.479	10.181.749	10.693.929
CO	Mato Grosso do Sul	---	---	---	---	238.640	309.395	579.652	1.010.731	1.401.151	1.778.741	2.074.877	2.449.024
CO	Mato Grosso	60.417	92.827	118.025	246.612	193.625	212.649	330.610	612.887	1.169.812	2.022.524	2.502.260	3.035.122
CO	Goiás	160.395	227.572	255.284	511.919	661.226	1.010.880	1.626.376	2.460.007	3.229.219	4.012.562	4.996.439	6.003.788
CO	Distrito Federal	---	---	---	---	---	---	141.742	546.015	1.203.333	1.598.415	2.043.169	2.570.160

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1872, 1890, 1900, 1920, 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

(1) População presente. (2) População recenseada. (3) População residente.

O Ceará pertence à segunda maior região brasileira, o Nordeste, formado por nove estados. E, entre as décadas de 1950 e 1970, era o terceiro estado em crescimento populacional, ficando atrás da Bahia e Pernambuco. Em relação ao Brasil, ocupava o oitavo lugar em crescimento demográfico.

No *Atlas do Ceará*, publicado em 1995 pela Fundação Instituto de Planejamento do Ceará (IPLANCE), temos a demonstração do crescimento interno, posicionando as principais cidades cearenses nesse processo.

Quadro 7: Crescimento das cidades cearenses nas décadas de 1950 e 1960

Principais Municípios	Pop. 1950			Pop. 1960		
	Pop. Total	Pop. Urbana	Tx. Urb. (%)	Pop. Total	Pop. Urbana	Tx. Urb. (%)
Fortaleza	270.169	237.766	88,0	514.818	470.778	91,4
Juazeiro do Norte	56.146	42.821	76,3	68.494	54.170	79,1
Camocim	33.626	12.981	38,6	28.963	14.366	49,6
Sobral	70.011	26.432	37,8	73.716	37.706	51,2
Crato	46.408	16.776	36,1	59.464	29.308	49,3
Aracati	36.842	11.879	32,2	41.370	13.424	32,4
Maranguape	41.585	13.201	31,7	46.205	17.598	38,1
Iguatu	41.922	11.599	27,7	51.570	18.634	36,1
Russas	34.077	7.517	22,1	26.588	8.209	30,9
Icó	35.097	7.246	20,6	34.976	7.652	21,9
Baturite	37.927	7.732	20,4	20.585	7.198	35,0
Granja	44.261	8.755	19,8	27.313	7.156	26,2
Ipú	37.242	7.229	19,4	37.144	8.903	24,0
São Benedito	39.185	5.549	14,2	35.760	6.642	18,6
Cascavel	53.620	7.408	13,8	32.942	7.609	23,1
Canindé	48.320	5.735	11,9	37.672	6.713	17,8
Itapajé	36.101	4.275	11,8	29.814	6.097	20,5
Tauá	43.511	5.099	11,7	33.920	5.957	17,6
Itapipoca	64.907	7.427	11,4	79.663	11.939	15,0
São Gonçalo do Amarante	51.399	5.862	11,4	20.474	3.446	16,8
Quixeramobim	46.843	4.276	9,1	52.341	8.757	16,7
Acarau	54.973	4.279	7,8	55.385	6.126	11,1

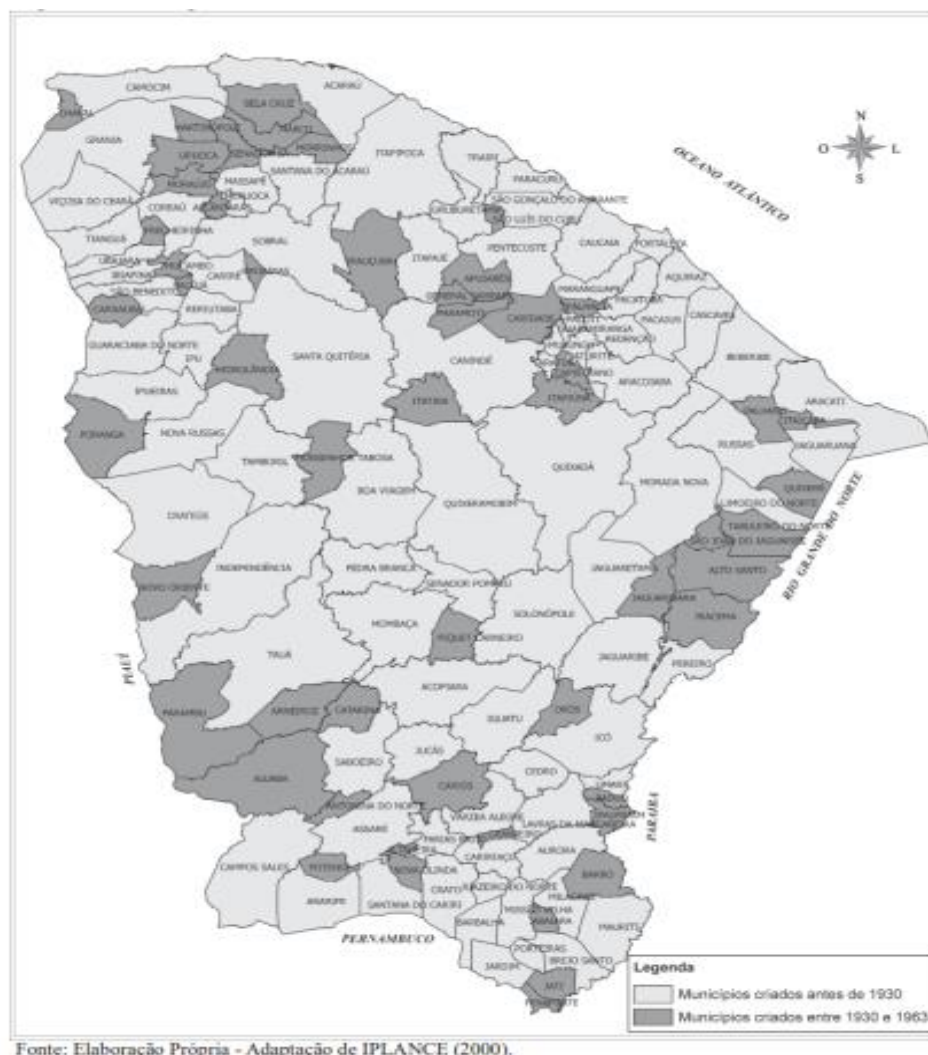
Fonte: Iplance, 1995.

Como demonstra o quadro acima, pelo menos 21 cidades cearenses listadas exemplificam o aumento populacional. Lana Mary Pontes (2010), ao analisar os dados do IPLANCE, argumenta que as mudanças podem estar vinculadas ao papel do intervencionismo do Estado na economia e às implicações da experiência política vivida pelos governos de vertente populista. As transformações internas decorrentes do crescimento populacional resultaram em outros processos, como o desmembramento de várias cidades entre as décadas de 1950 e 1960. Lana Pontes afirma que, em 1951, houve...“onze emancipações, e em 1957, com 29 emancipações. Os municípios restantes foram criados em 1953 (dois), 1956 (cinco), 1958 (cinco) e um município no ano de 1959”⁹³.

O mapa a seguir apresenta a nova configuração territorial cearense após a emancipação e criação de novos municípios.

⁹³ PONTES, Lana Mary Veloso de. **Formação do território e evolução político administrativa do Ceará: a questão dos limites municipais**. Fortaleza, IPECE, 2010, p.45.

Figura 2: Os municípios que se emanciparam no Ceará entre 1930 e 1960



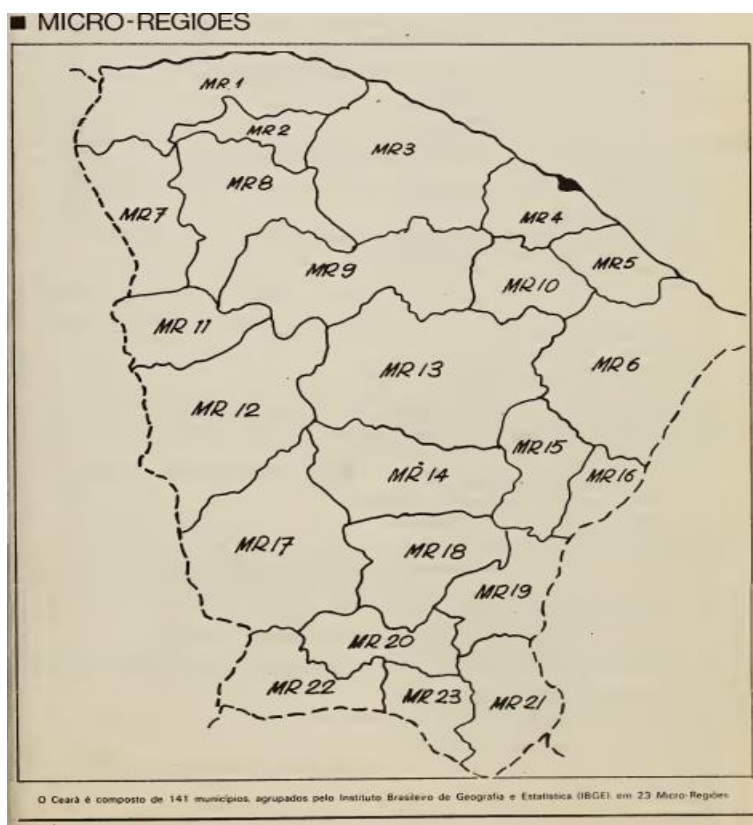
Dos 53 novos municípios criados entre a década de 1950 e 1960, o poder político-partidário estava distribuído da seguinte forma, segundo observações das primeiras eleições realizadas entre os anos de 1958-1959: a UDN elegeu quatorze prefeitos; PSD, treze; PSP, cinco; PTB, quatro; PRT, um; coligações diversas, dez, e sem registro, sete. Os dados demonstram um equilíbrio de forças entre PSD e UDN entre os novos municípios, porém, disputando às mais recentes organizações partidárias, como PTB e PSP.

Nas eleições, os novos municípios na Região do Vale do Jaguaribe, somados aos municípios existentes, consolidavam o poder da UDN, como aconteceu em Iracema, Quixeré, São João do Jaguaribe, Alto Santo e Palhano. A região jaguaribana tinha o crescimento da influência dos Távora, tornando-se o principal lugar de disseminação de campanhas, reuniões e acordos políticos.

Nas eleições de 1962, o poder dos Távora se consolidou ainda mais, especialmente porque Virgílio Távora foi o candidato das direitas cearenses, apoiado pela aliança *União pelo Ceará*, aglutinando os maiores partidos (UDN, PSD, PTN) contra o PTB. A campanha da *União pelo Ceará* foi bem recebida pelos novos municípios criados entre as décadas de 1950 e 1960, elegendo 48 prefeitos.

Sem dúvidas, o aumento populacional modificou a configuração das regiões divididas internamente no estado. Assim, o Ceará possuía até então sete regiões, as quais foram modificadas, passando a ter 141 municípios distribuídos em 23 regiões.

Figura 3: Reconfiguração interna do Ceará na década de 1970



Fonte: *Anuário do Ceará de 1972*, p.17.

As sete regiões anteriormente mencionadas foram reconfiguradas da seguinte forma:

- Litoral, subdividida em Camocim, Acaraú e Pacajus;
- Sertões, subdividida em Canindé, Crateús, Quixeramobim, Senador Pompeu, Inhamuns, Salgado e Cariri;
- Jaguaribana, subdividida em Baixo Jaguaribe e Médio Jaguaribe;

- Ibiapaba e Ibiapaba Meridional;
- Sobral;
- Iguatu;
- Cariri;
- Serras, subdividida em Pereiro, Caririaçu e Baturité;
- Fortaleza;
- Uruburetama, e
- Baixo e Médio Acaraú.

As transformações ocorridas no estado do Ceará colocaram-no em destaque no cenário político nacional, como entre as décadas de 1950 e 1960, na ocupação de pastas ministeriais. No quadro abaixo, apresentamos algumas indicações de nomes.

Quadro 8: Ministérios ocupados por cearenses entre 1946 e 1964

Nome	Ministério	Período	Partido	Presidente da República
Francisco Menezes Pimentel	Justiça de Negócios Interiores	11 de novembro de 1955 a 31 de janeiro de 1956	PSD	Nereu Ramos (1955-1956)
Armando Falcão	Saúde	31 de dezembro de 1960 a 31 de dezembro de 1961	PSD	Juscelino Kubitschek (1956-1961)
Armando Falcão	Justiça de Negócios Interiores	31 de julho de 1958 a 31 de janeiro de 1961	PSD	Juscelino Kubitschek (1956-1961)
José Martins Rodrigues	Justiça de Negócios Interiores	27 de agosto de 1961 a 8 de setembro de 1961.	PSD	Entre a renúncia de Jânio Quadros e a posse de João Goulart
Virgílio Távora	Viação e Obras Públicas	11 de novembro de 1961 a 25 de junho de 1962	UDN	João Goulart (1961-1964)
Expedito Machado Ponte	Viação e Obras Públicas	21 de junho de 1963 a 31 de março de 1964	PSD	João Goulart (1961-1964)

Fonte: Elaboração própria com base em dados extraídos do TRE/CE.

Como se observa, o PSD cearense, que estava na liderança de Menezes Pimentel e, posteriormente, com Waldemar Alcântara, destacava-se na ocupação da pasta ministerial Justiça de Negócios Interiores, Saúde e Viação e Obras Públicas, possuindo maior aproximação com os presidentes e o primeiro escalão dos governos federais. Durante o período (1946-1964), a UDN havia ocupado apenas uma pasta ministerial em 1962, por Virgílio Távora, função que lhe rendeu condições para a sua campanha em torno da *União pelo Ceará* para a sucessão do governo estadual.

Quanto aos governos cearenses no período de 1946 a 1964, o Ceará teve cinco governadores, apresentados abaixo:

Quadro 9: Governadores cearenses entre 1946 e 1964

Nome	Partido	Período
Faustino de Albuquerque e Souza	UDN	1947 a 1950
Raul Barbosa	PSD/PSP/PR (aliança)	1951 a 1954
Paulo Sarasate Ferreira Lopes	UDN/ PR/PTB (aliança)	1955 a 1958
José Parfisal Barroso	PTB/PSD (aliança)	1959 a 1962
Virgílio Fernandes Távora	UDN/PSD/PTN (aliança)	1963 a 1966

Fonte: Elaboração própria com base em dados extraídos do TRE/CE.

Os governos constituídos tiveram como predominância o poder dos Távora em três governos: o primeiro (1947 a 1950) elegeu Faustino de Albuquerque e Souza; o PTB, com o apoio da nova força política crescente no Ceará, elegeu Paulo Sarasate Ferreira Lopes e, na ocasião da *União pelo Ceará*, venceu Virgílio Távora. O PSD galgava atenção e prestígio no plano federal, enquanto a UDN controlava a máquina estadual. Porém, ambos os partidos eram confrontados com a força expressiva que vinha do PTB, que tinha feito um candidato no governo, Parsifal Barroso e na liderança de Carlos Jereissati.

Segundo Ricardo Oliveira, Mônica Goulart, Ana Cristina Vanalie José Monteiro (2017), de modo geral, é possível identificar determinado “padrão de atuação, em que famílias controlam e atuam nos principais e estratégicos postos do aparelho de Estado”⁹⁴. As famílias cearenses mencionadas nesse tópico ascenderam socialmente a partir do desenvolvimento da atividade econômica vinculada ao ramo da agropecuária, agroexportadora e industrial, usados para o processo de formação universitária de seus familiares, especialmente no curso de Bacharelado em Direito, ampliando os contatos com pessoas de outras famílias importantes.

Os familiares mencionados na coluna 2, do quadro quatro tiveram, em sua maioria, passagem na condição de professores do curso de Direito, não somente na Universidade do Ceará, hoje Universidade Federal do Ceará, mas em outras instituições no estado, como o Liceu do Ceará, ou em instituições fora do estado. José Gentil, que pertencia à família Gentil, foi o fundador e reitor do campus universitário do Benfica da Universidade do Ceará.

No campo educacional, tanto as famílias em processo de transferência, quanto em construção da profissionalização da atividade política tiveram, em algum momento, o empreendimento em torno de projetos educacionais, ou seja, um investimento na construção e na fundação de instituições educacionais, sobretudo em suas cidades ou regiões de influência política. Assim, em todo o estado do Ceará, as bases de constituição das famílias importantes

⁹⁴ OLIVEIRA, Ricardo Costa de; GOULART, Mônica Helena Harrich Silva; VANALI, Ana Cristina e MONTEIRO, José Marciano. Família, parentesco, instituições e poder no Brasil: retomada e atualização de uma agenda de pesquisa. **REVISTA BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA** | Vol 05, No. 11 | Set/Dez/2017, p. 168.

se ancorava em uma atividade econômica que englobava o projeto educacional e o associativismo político.

As famílias que melhor desempenharam articulações e estratégias no processo de enraizamento nas estruturas do poder estadual e federal foram as vinculadas aos Távora na região Jaguaribana; aos Saboya, com José Saboya; aos Benevide, aos Arruda, aos Alcântara e aos Barroso, com forte presença ou influência na região norte, na cidade de Sobral.

As sete regiões eram disputadas pelas diversas famílias políticas tradicionais, que eram fortificadas pelas famílias políticas locais em processo de construção das relações de poder nesses lugares. O Vale do Jaguaribe, por exemplo, se tornou um dos principais redutos dos tavoristas, sustentado por um conjunto de famílias em torno dos Serafins, Chaves, Castro, Simões, Costa Lima, Diógenes e outros, apoiando a *União pelo Ceará*, liderada por Virgílio Távora, e, posteriormente, o regime civil-militar.

A política cearense presenciou a continuidade das relações de poder em torno das famílias políticas tradicionais de cada região, bem como seus rearranjos nas ocasiões das disputas eleitorais. Essas famílias submetiam seus sobrenomes à busca de prestígio e de diversos tipos de capital, seja financeiro, seja relacionado à força de comando, incluindo o poder militar. As relações de poder exercidas por familiares no controle da política institucional eram continuadas por outros membros em um processo de transferência ou alargamento da atividade política, sobretudo por aqueles que, após 1946, viviam esse tipo de transformação.

Muitos membros dessas famílias galgaram cargos importantes nas esferas municipal, estadual e federal. Assim, o poder familiar atravessava as barreiras institucionais e tradicionalmente ampliava a máquina pública, ocupando secretarias e cargos administrativos relacionados ao poder vigente com outros parentes.

As famílias políticas diferentes realizaram algumas aproximações ou trocas de interesse pela via do matrimônio. O governador cearense eleito em 1958, Parsifal Barroso, era casado com Olga Barroso⁹⁵, filha de Chico Monte. Os irmãos Acrísio e Crisanto Moreira da Rocha tinham tronco familiar com Waldemar de Alcântara, ou seja, duas famílias políticas aproximadas por laços de parentescos.

De acordo com José Marciano Monteiro (2016), a agenda de estudos sobre o papel exercido por famílias tradicionais na tomada da estrutura do Estado e da política tem

⁹⁵ Raimunda Olga Monte Barroso se tornou a primeira dama do Ceará, quando o seu esposo (Parsifal Barroso) foi eleito e governou o estado entre 1959 a 1962. Teve uma vida intensa de participação política, em especial, em torno de projetos sociais na área da educação e saúde.

sido negligenciada por pesquisadores, especialmente porque envolve uma complexa compreensão sobre como “a estrutura familiar e a estrutura de parentesco exercem na constituição da vida política brasileira”⁹⁶.

A dinâmica política cearense no período (1946–1964) representava uma fase bifurcada: ora se referia ao processo de transmissão e reprodução do capital acumulado em termos político-familiar, alargando-se com a participação de novos membros familiares no exercício da atividade política e na ocupação de território cearense, especialmente na região Norte e Vale do Jaguaribe e Fortaleza, com isso, desmontando uma “percepção estigmatizada de que o parentesco na política é algo típico do local”⁹⁷. Ora, como em algumas cidades do interior cearense, principalmente nas regiões Sul, Vale do Jaguaribe e Sertão Central, algumas famílias políticas estavam se constituindo a partir da montagem de uma base de influência pautada na influência da economia local, dos projetos educacionais, como escolar ou grupos escolares privados, na formação militar e religiosa.

José Marciano Monteiro (2016) define ambos os movimentos como uma representação do conceito de família política, indicando “a inserção de vários parentes e/ou agentes que se encontram no âmbito da parentela no aparelho de Estado, tanto nos cargos de comando dos principais órgãos do Estado, como nos cargos eletivos e de representação [...] na república brasileira”⁹⁸.

2.3 As ideias e as redes políticas

No Ceará, as relações de proximidade entre os partidos deram-se em função de uma variedade de aspectos como ideologia, parentesco, região e indivíduo. Nesse sentido, os diferentes grupos sociais, especialmente os grupos familiares, organizaram-se por redes sociais, que, em sua maioria, eram montadas a partir do peso que os recursos disponíveis, tanto no sentido material, como simbólico, pudessem potencializar a duração dessas redes, assim como a sua extensão.

⁹⁶ MONTEIRO, José Marciano. **A política como negócio de família**: os herdeiros e a força dos capitais no jogo político das elites na Paraíba (1985-2015). 2016. 289 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, Campina Grande, PB, p. 18.

⁹⁷ MONTEIRO, José Marciano. **A política como negócio de família**: os herdeiros e a força dos capitais no jogo político das elites na Paraíba (1985-2015) 2016. 289 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, Campina Grande, PB, p. 21.

⁹⁸ MONTEIRO, José Marciano. **A política como negócio de família**: os herdeiros e a força dos capitais no jogo político das elites na Paraíba (1985-2015). 2016. 289 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, Campina Grande, PB, p. 19.

Os agentes envolvidos nas redes políticas atuavam conforme a dimensão do capital investido (material e simbólico), sendo o campo político ocupado mediante a “relação entre diferentes posições que distribuem desigualmente capitais específicos de um campo”⁹⁹, que potencializam ações estratégicas diferentes em relação à rede em que faziam parte.

As regras do jogo que faziam com que os agentes políticos viessem firmar alianças em redes políticas nem sempre eram claras, mas não eram uma variável independente, ou muito menos definidas pelo formalismo institucional, que podia, por normas e regras, enrijecer o comportamento de seus membros participantes da rede. E as escolhas eram orientadas por questões subjetivas, que podiam orientar mudanças nas direções, ou até mesmo na exclusão da própria rede política.

No processo de formação das redes, as ideias políticas cumpriam uma função significativa, uma vez que, por meio das ideias, os atores políticos se orientavam, posicionavam-se, decidiam e estabeleciam estratégias para compreenderem os processos sociais, políticos, econômicos, culturais e históricos. E os especialistas da virada ideacional passaram a criticar os limites institucionais¹⁰⁰.

Perissinotto e Michelli (2017) reconhecem que os interesses não existem de forma autônoma, objetiva e natural, pelo contrário, os entendem como “constituídos pela percepção que os agentes tem acerca de si próprios e de sua posição no mundo”¹⁰¹. Enquanto construção social, histórica e política, os interesses refletem determinados tipos de concepções que os atores tem de si e do mundo, mobilizadas para as relações constituídas.

Os autores (2017) afirmam ainda “que as instituições similares podem produzir efeitos muito diferentes, já que as crenças de seus operadores são distintas”¹⁰². Desse modo, quando pensamos nas instituições partidárias cearenses e suas aproximações em torno dos processos políticos no período (1946–1964), percebemos que os seus atores políticos tinham ideias e interesses diferentes, que davam outra direção em relação às posições assumidas pelos diretórios nacionais ou estaduais. E, na dinâmica local, várias alas disputavam o campo

⁹⁹ MONTEIRO, José Marciano. **A política como negócio de família: os herdeiros e a força dos capitais no jogo político das elites na Paraíba (1985-2015)**. 2016. 289 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, Campina Grande, PB, p. 18.

¹⁰⁰ Neste caso, os especialistas no estudo da virada ideacional defendem o papel das ideias para explicações de fenômenos políticos que extrapolam os limites institucionais enrijecidos por realidades objetivas e legados políticos. As ideias, diante de processos decisórios, no caso das eleições, desempenha o papel de mobilização e convencimento, visando redefinições ou mudanças de situações (Perissinotto e Stumm, 2017, p. 125).

¹⁰¹ PERISSINOTTO, Renato e STUMM, Michelli Gonçalves. A virada ideacional: quando e como ideias importam. **Revista de Sociologia Política**, vol.25, nº64, dez., 2017, p. 126.

¹⁰² PERISSINOTTO, Renato e STUMM, Michelli Gonçalves. A virada ideacional: quando e como ideias importam. **Revista de Sociologia Política**, vol.25, nº64, dez., 2017, p. 126.

político a partir da defesa de seus interesses, tendo posições diferentes no interior da mesma instituição.

Como bem indicam Perissinotto e Michelli (2017), o processo de decisão e da defesa de projeto de sociedade passavam pela disseminação e embates de ideias, evidenciando que o alcance de interesses políticos não se restringia somente à relação de poder e pressão. Entendemos, pois, que os processos da dinâmica política cearense em torno das eleições ocorridas no período (1946–1964) deram-se através das ações e das articulações, produzidas e negociadas pelas elites políticas, formulando um discurso que interagisse com os membros participantes.

Marcelo Linhares detalha o processo de aproximação de alas partidárias mediante o conjunto de ideias que os moviam:

Olavo Oliveira, com habilidade, havia proposto o nome de Faustino, magistrado de renome no judiciário cearense e Presidente, então, do Tribunal Regional Eleitoral e, também, grande amigo do Dr. José Saboya, sendo muito bem aceito pela ala saboyista da UDN. Além disso, era compadre de Joaquim Bastos – esteio do partido olavista – o que o transformava numa candidatura irremovível¹⁰³.

Como se observa acima, nas eleições de 1947, assim como a de 1950, as aproximações políticas entre os partidos tinham como orientação produzir uma campanha que mobilizasse os aspectos do meio social, ocupado pelo candidato escolhido, exaltando as suas qualificações profissionais empreendidas no meio jurídico. No caso acima, a aproximação entre UDN e PSP tinha como ponto de convergência e discurso de campanha o uso do prestígio social por meio da mobilização das instituições vinculada à esses partidos.

Assim, a política é vista como uma interação discursiva entre os atores da rede política constituída sem desconsiderar que eles poderiam agir de modos similares ou diferentes, durante ou depois dos pleitos eleitorais. As mudanças de posicionamentos na defesa de seus interesses poderiam estar relacionadas ao papel que as ideias ou interações discursivas poderiam assumir como elemento de mediação entre as mudanças estruturais e as mudanças institucionais na política¹⁰⁴. Este aspecto torna-se mais visível na ocasião das eleições de 1962 e com a implantação do sistema político bipartidário em 1965.

Com base nisso, percebemos que Virgílio Távora, durante os processos decisórios eleitorais no período (1946–1962), mobilizou politicamente algumas intermediações entre

¹⁰³ LINHARES, Marcelo. **Virgílio Távora**: sua época. Fortaleza: Casa de José Alencar – Programa Editorial, 1996, p. 41.

¹⁰⁴ PERISSINOTTO, Renato e STUMM, Michelli Gonçalves. A virada ideacional: quando e como ideias importam. Revista de Sociologia Política, vol.25, nº64, dez., 2017, p. 128.

polos diferentes (ideológicos), e talvez isso seja uma das razões da adesão à *União pelo Ceará*, que reuniu os partidos UDN, PSD e PTN. No entanto, outros indivíduos desempenharam esse mesmo comportamento em processos eleitorais nas eleições de 1947 por Olavo de Oliveira (PSP) e por Carlos Jereissati nas eleições de 1955 e 1958 (PTB).

Nas eleições de 1947, segundo Marcelo Linhares, Virgílio Távora articulou um diálogo com o interventor Machado Lopes, que produziu efeito no pleito eleitoral com transferência de delegados no interior cearense. No interior da UDN, em entrevista, Virgílio Távora comentou que “passei a ter contato frequente com os líderes tavorisras e saboystas, as duas correntes em se dividia a UDN no Ceará”¹⁰⁵. Em decorrência da vitória de Faustino Albuquerque, Virgílio Távora foi convidado a ingressar na política, “face às gestões exitosas a que procedera não só junto ao governo do Estado, como também aos próprios adversários. Walter de Sá Cavalcante, líder do PSD, era de há muito meu conhecido”¹⁰⁶. Virgílio Távora também se articulou junto ao presidente da República Eurico Gaspar Dutra (PSD) para socorrer a crise financeira do governo de Faustino Albuquerque (UDN), fato que lhe trouxe prestígio e notoriedade, especialmente porque a sua articulação conseguiu “romper uma amizade de tantos anos entre Faustino e Joaquim Bastos”¹⁰⁷.

Projetando ações para as eleições de 1950, Virgílio Távora planejou um conjunto de ações na UDN: em Fortaleza, fez aproximação política com o Departamento Estudantil, com forte atuação de Aquiles Peres e, no interior do estado, com as novas lideranças udenistas: Manuel de Castro, Morada Nova; José Napoleão de Araújo, Brejo Santo; Moacir de Aguiar, Cedro e Edval Távora. Além dessas ações, na condição de deputado federal, Virgílio Távora, em decorrência da sua amizade pessoal com o ministro João Goulart, construiu uma aliança entre a UDN e o PTB no Ceará, porém, a estratégia teve repercussões negativas do meio militar, em rejeição à proposta de aumento de salário do Ministério do Trabalho.

A modulação das relações de aproximação partidária entre UDN e PSD com PSP e PTB pode ser compreendida como uma configuração heterogênea, porém, de distância homogênea. A situação muda quando a referência se desloca para os partidos PTB e PSP, momento em que os vínculos de aproximação se tornaram impossíveis de serem efetivados em termos oficiais por meio de alianças ou coligações. Este fato pode ter ocasionado uma

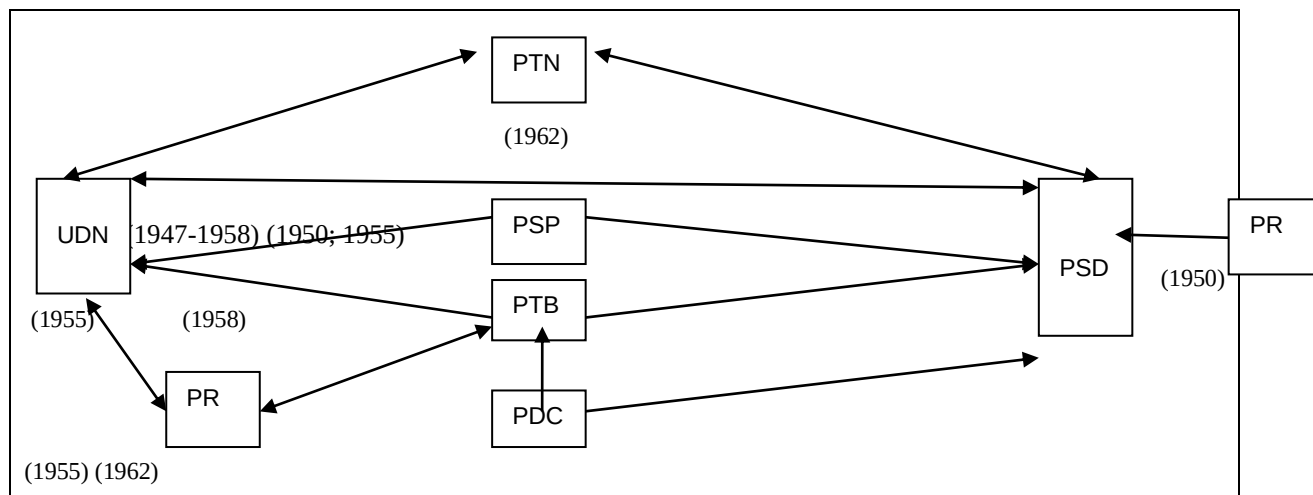
¹⁰⁵ LINHARES, Marcelo. Virgílio Távora: sua época. Fortaleza: Casa de José Alencar – Programa Editorial, 1996, p. 41.

¹⁰⁶ LINHARES, Marcelo. **Virgílio Távora**: sua época. Fortaleza: Casa de José Alencar – Programa Editorial, 1996, p. 44.

¹⁰⁷ LINHARES, Marcelo. **Virgílio Távora**: sua época. Fortaleza: Casa de José Alencar – Programa Editorial, 1996, p. 48.

distância entre os dois partidos (PTB e PSP), sobretudo porque eles serviram como fiéis de balança em torno das coligações nos processos eleitorais até 1958, quando o petebista Parsifal Barroso foi eleito governador.

Figura 4: As modulações das Alianças Interpartidárias (1947-1962)



Fonte: elaborada pelo autor.

As redes políticas constituídas pelos partidos também sofreram a interferência de outros indivíduos advindos do meio empresarial, militar e liberal, fazendo com que estas redes obtivessem determinados efeitos ou resultados. A respeito disso, Emersom Cervi fala que há “uma diferença dos efeitos agrupados (gerados pela rede) em oposição aos efeitos individuais/não integrados sobre qualquer fenômeno social”¹⁰⁸. Assim, a rede política desempenhava o objetivo de obter um amplo alcance de influência com/sobre as instituições, regiões, partidos, indivíduos. Os atores importantes dessa rede, especialmente os intermediadores, podiam vir das personalidades locais, como também da política federal, no caso de deputado, senador e presidentes da República.

2.4 As eleições no Ceará (1947–1962)

As eleições cearenses realizadas nesse período estiveram permeadas de conflitos envolvendo agendas de interesses, ideias e instituições, e serviram para constituição, transferência e consolidação de determinadas famílias políticas mediante as disputas de cargos eletivos como parlamentares (estadual e federal), sucessões de governos estaduais e formação de alianças política na tentativa de enfrentar os desafios que, a cada nova realidade,

¹⁰⁸CODATO, Adriano. Metodologias para a identificação de elites: três exemplos clássicos. In: PERISSIMOTO, Renato e CODATO, Adriano. **Como estudar as elites**. Curitiba: Ed. UFPR, 2015, p. 102.

se apresentavam ou poderiam impedir o processo de continuidade das elites.

2.4.1 As eleições de 1947

Na eleição de 1947, o udenista Faustino de Albuquerque venceu as eleições alinhado com o movimento nacional de insatisfação dos conservadores e liberais com o Estado Novo. A vitória no pleito também diz respeito à aproximação da UDN cearense com o partido PSP, liderado por Olavo de Oliveira, eleito como senador nas eleições. Porém, no desenrolar da administração de Faustino Albuquerque, surgiram atritos dele com Olavo Oliveira sobre os recursos financeiros, situação que acabou contribuindo para a retirada de apoio ao governo e ao partido udenista.

O PSD cearense, nas eleições de 1947, era liderado pelo antigo interventor Menezes Pimentel e havia indicado a candidatura de Onofre Muniz Gomes de Lima¹⁰⁹. Eram tempos diferentes, o que, para Abelardo Montenegro, “não mais se fazia sentir o espírito revolucionário de 1930 nas eleições”¹¹⁰. De acordo com Francisco Josênio Camelo Parente, o PSD cearense, mesmo tendo a administração estadual nas mãos de Menezes Pimentel, não conseguiu, por vias eleitorais, construir o governo sucessor.

Quando analisamos o processo de disputas entre as candidaturas de Faustino Albuquerque e Onofre Muniz, percebemos que elas foram atravessadas por disputas de ideias, as quais serviram como mote para posicionamentos de alguns cidadãos cearenses. Inicialmente, um aspecto construído pela imprensa cearense que fez a cobertura das eleições de 1947 diz respeito à vinculação da identidade de general e militar ao candidato Onofre Muniz, apoiado pelo interventor Menezes Pimentel.

Este aspecto envolvia uma dimensão central na agenda de sua campanha. Apresentá-lo como “Ilustre militar”¹¹¹ era uma identidade que procurava dar sentido ao processo eleitoral, à consolidação do processo de transição do fim do Estado Novo e à montagem das bases democráticas no Ceará. Diversos grupos sociais nesse momento estavam reivindicando o seu sentido de democracia e sua forma mais pragmática nas articulações político-partidárias.

À medida que a campanha de Onofre Muniz se realizava por todo o estado do Ceará, alguns sentidos começam a clarificar a ideia anterior, como a manifestação de apoiadores vindos de Curu, próximo à Sobral, mediante uma carta assinada e publicada pelo

¹⁰⁹ Político com definição ideológica conservadora, natural de Fortaleza e ex-comandante da 10ª Região Militar.

¹¹⁰ MONTENEGRO, Abelardo F. **Os partidos políticos do Ceará**. Fortaleza: UFC, 1980, p.146.

¹¹¹ Os adjetivos general e militar, praticamente em quase todas as coberturas, apareceram em referência ao candidato Onofre Muniz. “Realizando ali *meetings* de apoio à sua candidatura, o ilustre militar e a sua comitiva seguirão, hoje, para a Serra de Baturité”. In: **O Unitário**, 3 de janeiro de 1947, capa.

Unitário, em que os moradores apoiavam Onofre Muniz, afirmando que ele era “o futuro governador do Ceará, supremo defensor da nossa família, da Igreja e da Pátria”¹¹². Em Camocim, Martinópolis e Irauçuba, as manifestações vinham do padre João Batista Pereira, que se posicionava, dizendo: “que a vossa jornada sr. General seja feliz e gloriosa para o bem do Ceará católico, e para o triunfo da religião de Cristo”¹¹³. Esta manifestação visibilizada pela imprensa cearense é uma demonstração e representação da agenda conservadora, moralista e anticomunista, pautada na tríade Deus, Pátria e Família, que daria o tom das campanhas eleitorais cearenses em torno da candidatura de Onofre Muniz pelo PSD.

Enquanto a campanha se desenrolava, o colunista Austregésilo de Athayde agia politicamente, procurando influenciar o eleitorado cearense com o uso da imagem produzida por ele acerca das eleições no estado de Minas Gerais.

As eleições vindouras não serão, pois, em Minas, apenas uma disputa de mandatos. Tem um sentido mais profundo. Trata-se de principalmente de reivindicar, pela eliminação da máquina eleitoral que o Estado Novo ali construiu os títulos mais ilustres da gente mineira¹¹⁴.

Austregésilo de Athayde, ao construir uma imagem sobre os sentidos trazidos pela eleição de 1947 entre os mineiros, procurava instituir uma linha de pensamento no eleitorado cearense, elegendo Minas Gerais como ponta de lança numa representatividade identitária antigetulista e a tudo que estivesse associado ao regime estado-novista.

A agenda conservadora da campanha de Onofre Muniz se expandia com as mobilizações das mulheres. Para isso, criou-se o Comitê Feminino do PSD na cidade de Canidé. E Onofre Muniz vinha obtendo apoio político em todas as regiões do Ceará, colocando-o na liderança nessas eleições de 1947.

No entanto, a dinâmica dos atores sociais teve um peso importante nas mudanças dos rumos que as disputas políticas vinham seguindo. Para tanto, dois fatores foram catalisadores de mudanças que favoreceram a candidatura de Faustino Albuquerque: a vinda de Getúlio Vargas ao Ceará e o suposto apoio dos comunistas para essa candidatura¹¹⁵.

A vinda de Getúlio ao Ceará foi divulgada pelo *Unitário*, ao lado da nota do oficial PTB/CE que convidava o povo cearense a comparecer ao comício que se realizaria na

¹¹²GENERAL ONOFRE, “DEFENSOR DA FAMÍLIA, DA IGREJA E DA PÁTRIA”. *Unitário*, Fortaleza, 4 jan. 1947, p. 4.

¹¹³“QUE VOSSA JORNADA, SR. GENERAL, SEJA FELIZ E GLORIOSA PARA O BEM DO CEARÁ CATÓLICO E TRIUNFO DE CRISTO”. *Unitário*, Fortaleza, 8 jan. 1947, capa.

¹¹⁴VASSOURADA. *Unitário*, Fortaleza, p. 4.

¹¹⁵ De fato, não houve apoio real dos comunistas à candidatura de Raul Barbosa, porém, a falsa notícia produziu um efeito que colaborou para ampliar a sua candidatura, provocando intenso debate entre o eleitorado e autoridades pertencentes às instituições religiosas. O eleitorado cearense esteve dividido com relação a esse tema, polarizando as eleições.

Praça José de Alencar, e, do outro, o próprio jornal informava que “deverá chegar amanhã a Fortaleza o ex-ditador Getúlio Vargas”¹¹⁶.

As manifestações apoiadoras de Onofre Muniz que vinham da cidade de Massapê começaram a mobilizar o discurso anticomunista, especialmente de alguns religiosos, afirmando que “nós, padres, e vós, general, estamos juntos protestando contra a ousadia comunista” — dois sacerdotes de Massapê, fazem apologia de Onofre¹¹⁷. Poucos dias depois, um suposto apoio comunista a Faustino de Albuquerque circulava na imprensa cearense. O *Unitário*, em capa, escancarava: “Recomendada pelos comunistas a candidatura do desemb. Faustino de Albuquerque”¹¹⁸. A reação do diretório da UDN cearense foi imediata, esclarecendo, via nota oficial, os boatos que envolviam as aproximações políticas desse partido com os comunistas:

[...] parece claro que o propósito de nos incompatibilizarem com o clero e os católicos cearenses, o que, de modo algum, poderíamos permitir, silenciando sobre tão abusiva e injustificável atitude de homens que tanto divergem de nós em matéria religiosa, social e política. [...] ¹¹⁹.

De certo modo, a nota acima serviu para a demarcação de posições e identidades diante da sensibilidade que este aspecto carregava, sendo, possivelmente, geradora de conflitos no meio de uma base de forças políticas conservadoras, enraizadas no Ceará. A UDN delineava a identidade de Faustino de Albuquerque, dizendo que o apoio dos comunistas era “incompatível com os seus princípios de católico e com os programas das agremiações partidárias que o apoiam”¹²⁰.

Este tipo de conflito dividia as opiniões dos próprios membros da instituição religiosa, causando a tomada de posições à imprensa: uns se posicionavam favoráveis como o monsenhor Quinderá e os padres J.J. Cavalcanti e Otávio Mesquita, dizendo que: “a despeito da recomendação dos comunistas, os católicos podem votar no desemb. Faustino”¹²¹.

Os contrários eram aqueles que possuíam posições estratégicas na instituição

¹¹⁶DEVERÁ CHEGAR AMANHÃ A FORTALEZA O EX-DITADOR GETÚLIO VARGAS. *Unitário*, Fortaleza, 11 jan. 1947, capa.

¹¹⁷NÓS, PADRES, E VÓS, GENERAL, ESTAMOS JUNTOS PROTESTANDO CONTRA A OUSADIA COMUNISTA” – DOIS SACERDOTES DE MASSAPÊ FAZEM APOLOGIA DE ONOFRE. *Unitário*, Fortaleza, 11 jan. 1947, capa.

¹¹⁸RECOMENDADA PELOS COMUNISTAS A CANDIDATURA DO DESEMB. FAUSTINO DE ALBUQUERQUE. *Unitário*, Fortaleza, 14 jan. 1947, capa.

¹¹⁹UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL – NOTA OFICIAL. *Unitário*, Fortaleza, 14 jan. 1947, capa.

¹²⁰UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL – NOTA OFICIAL. *Unitário*, Fortaleza, 14 jan. 1947, capa.

¹²¹EXALTADOS PELO VIGÁRIO DE MONS. TABOSA OS SENTIMENTOS CRISTÃOS DO DES. FAUSTINO. EM CARTA, OUTROS PADRES SE MANIFESTARAM. O PADRE MARCONDES DECLAROU “O MEU VOTO, CRISTÃO E PATRIÓTICO, É PARA O DESEMBARGADOR FAUSTINO ALBUQUERQUE”. O PADRE INÁCIO DE MONS. TABOSA RECOMENDAVA SER FAUSTINO COMO “DIGNO DE VOTO CATÓLICO”. *Unitário*, Fortaleza, 16 jan. 1947, capa.

religiosa, tendo a imediata reação, como do Bispo de Fortaleza Antônio Lustosa, afirmando que “os comunistas sempre foram e são inimigos da Igreja. Nunca poderíamos aconselhar aos eleitores católicos que sufraguem um candidato amparado pelos comunistas”¹²². As dioceses católicas cearenses, no dia da eleição, emitiram notas reforçando a posição da Igreja Católica contra o voto comunista. A circular 64, de Dom Antonio Lustosa, Arquidiocese de Fortaleza, foi replicada pelas dioceses de Sobral, Limoeiro do Norte e Crato.

O conflito estava posto e foi sendo apropriado pelas candidaturas em disputas de Onofre Muniz e Faustino Albuquerque, que se definiam como simpatizantes do anticomunismo, porém, quem melhor se beneficiou foi a campanha de Faustino Albuquerque, alcançando projeções e, posteriormente, vencendo o pleito com uma margem de votos bastante expressiva.

A composição do governo de Faustino de Albuquerque serviu como caminho de pavimentação para inserção do grupo tavorista: Edival Távora, na Imprensa Oficial; Ademar Távora¹²³, na Secretaria de Segurança e Miguel Gurgel, no Instituto de Previdência do Ceará (IPEC)¹²⁴.

Aproximavam-se as eleições de 1950 e as relações políticas entre o governador Faustino Albuquerque e a sua base partidária estavam completamente instáveis com as indicações dos candidatos para os cargos majoritários, provocando rupturas de algumas alas. O entrave resultou no rompimento das três principais vertentes udenistas: os ligados ao Fernandes Távora (sul, sertão central e Fortaleza), os vinculados a José Saboya (norte) e os que orbitavam com o pensamento liberal de Paulo Sarasate (diretor do *O Povo*).

Outros tipos de fragilidades também se apresentam na condução da liderança partidária da UDN, pois Manuel Fernandes Távora encontrava-se com mais de 70 anos, exigindo dessa liderança novas habilidades nas negociações no novo sistema político pluripartidário. Além disso, o infortúnio também atingia a segunda ala udenista, pela ocasião da morte de José Saboya em 1950. Este episódio contribuiu para a fragmentação dessa ala política: uma parte ficando com a liderança de Gentil Barreira em processo de reagrupação ao grupo tavoristas, e a outra sob a liderança de Plínio Pompeu ao grupo sarasista.

No processo de reagrupamento de alas políticas udenistas, foi sendo construída a

¹²² DOM LUSTOSA DA COSTA – “OS COMUNISTAS SEMPRE FORAM E SÃO INIMIGOS DA IGREJA. NUNCA PODERÍAMOS ACONSELHAR AOS ELEITORES CATÓLICOS QUE SUFRAGUEM UM CANDIDATO AMPARADO PELOS COMUNISTAS”. *Unitário*, Fortaleza, 15 jan. 1947, capa

¹²³ Ademar do Nascimento Fernandes Távora, natural de Jaguaribe, estudou no Instituto Miguel Borges (Fortaleza) e no Colégio D. Pedro II. Fez o curso de Medicina no Rio de Janeiro, no entanto, desistiu e cursou Direito, concluindo em 1923. Era secretário de Segurança de Polícia e Segurança Pública no governo de Faustino e escreveu alguns artigos no jornal *O Povo*.

¹²⁴ ALENCAR JÚNIOR, José Sydrião de. **Virgílio Távora: o coronel modernizador do Ceará**. 2006. Tese (Doutorado em Sociologia) — Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006, p. 60.

liderança política do filho de Manuel Fernandes Távora, Virgílio Távora, influente e politicamente habilidoso não apenas na ala tavorista, mas sobre todo o partido udenista cearense, que atuou para a consagração do processo de transferência de poder político entre membros da mesma família com enorme capital político no Ceará.

Com o seu retorno ao Ceará e desistindo das funções militares que exerceria no exterior, Virgílio Távora construiu a sua imagem de liderança, viajando num velho avião e jipe que percorriam as várias regiões e cidades cearenses, demonstrando “assumir a chefia do grupo no Estado, pois passou a conhecer os chefes locais, seus interesses, a força eleitoral de cada um. Estava, assim, habilitado para viabilizar acordos de pacificação dentro do grupo tavorista”¹²⁵.

2.4.2 As eleições de 1950

Nas eleições de 1950, Virgílio Távora atuou para a formalização da coligação UDN, PDC e PTB, “sendo lançados Edgar Arruda, como candidato a governador, Fernandes Távora, para o Senado e Fausto Cabral, filiado ao PDC, para vice-governador”¹²⁶. Na candidatura oposta, Menezes Pimentel, no controle do PSD, firmou uma coligação com Olavo de Oliveira (PSP) e PL, lançando as candidaturas de Raul Barbosa como governador, Stênio Gomes como vice-governador e Onofre Gomes Muniz como senador. Deste embate em que dois partidos maiores coligaram com partidos menores, saiu vitoriosa a coligação PSD, PSP e PL. Assim, se consolidava, nas duas primeiras eleições do período de redemocratização (1946 e 1950), o papel atribuído ao PSP, como um partido fiel da balança.

As principais ideias que envolveram as campanhas nas eleições de 1950 no Ceará, mais uma vez, deu-se em torno do discurso anticomunista mobilizado pela Igreja Católica cearense e servindo de arsenal narrativo para as alianças interpartidárias. Os discursos e as notícias jornalísticas exploraram o cenário de medo do comunismo, incitando-o como referência identitária, visando atingir os seus oponentes com prejuízos e descrédito perante o eleitorado cearense.

As eleições no Ceará, 1947, 1950, 1954, 1958 e 1962, foram atravessadas pela interferência religiosa na propagação do medo do *suposto perigo comunista*, envolvendo acusações aos partidos e candidatos nas eleições. Por outro lado, a continuidade da mobilização do anticomunismo como arma estratégica para o desfecho decisório das eleições

¹²⁵ ALENCAR JÚNIOR, José Sydrião de. **Virgílio Távora: o coronel modernizador do Ceará**. 2006. Tese (Doutorado em Sociologia) — Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006, p. 66.

¹²⁶ ALENCAR JÚNIOR, José Sydrião de. **Virgílio Távora: o coronel modernizador do Ceará**. 2006. Tese (Doutorado em Sociologia) — Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006, p. 67.

adaptava-se aos novos cenários políticos do país, inserindo na associação ao comunismo outros aspectos. Por exemplo, até 1950, as referências associadas ao suposto perigo comunista remetiam à imagem de Carlos Prestes e ao PCB, enquanto, nas eleições de 1958 e 1962, ocorriam as rotulações de comunistas aos membros do PTB e, posteriormente, ao governo de João Goulart.

O Bispo Antonio de Almeida Lustosa interferiu nas candidaturas cearenses de 1950 através da produção e circulação listas nominais com recomendações proibitivas dos supostos comunistas, as quais poderiam atingir tanto à candidatos da situação quanto da oposição. As recomendações circulavam nas dioceses espalhadas nas várias regiões cearenses, assim como em toda a imprensa local. As acusações de suposto perigo comunista serviam para diferentes propósitos, como por exemplo, a acusação do bispo contra o empresário do ramo de curtume, Francisco Gadelha, que era candidato a deputado estadual pelo PTB e teve seu nome incluído na lista. Concedendo entrevista ao jornal *Unitário*, Francisco Gadelha rebateu as acusações, afirmando que

as suas qualidade de protestante [...] que esse tinha sido o motivo único dessa inclusão do seu nome, mas que, como um dos chefes do Curtume Cearense e como cidadão cumpridor dos seus deveres, sabia aplicar na prática os princípios evangélicos, também defendidos pela Igreja Católica¹²⁷.

Deparamo-nos com o medo da Igreja Católica diante da constatação de um evangélico candidato pelo PTB, ainda mais pela posição que desempenhava como patrão que detinha dezenas de trabalhadores no comércio de curtição do couro. Nesse sentido, o anticomunismo podia ter sido mobilizado com dupla finalidade: combater as novas manifestações de credo religioso e suas formas de participação na política cearense e de mobilizações de trabalhadores que pretendessem modificar a ordem social produzidas por essas elites cearenses. Em ambos os casos, a associação política com os partidos ou pessoas simpatizantes das esquerdas eram rapidamente denominadas de comunistas.

A campanha de Raul Barbosa estabeleceu uma aproximação com os setores da Igreja Católica cearense, montando uma agenda de campanha política que atraísse os eleitores religiosos. Na cidade do Crato, região do Cariri, Raul Barbosa foi recepcionado pelo bispo Francisco de Assis Pires como uma demonstração de apoio desse setor. O mesmo aceno político ocorria na região denominada de Central Leste, na cidade de Sobral, onde a diocese, na liderança do bispo José Tupinambá da Frota, enaltecia “as qualidades de Raul Barbosa

¹²⁷ AINDA A IGREJA E AS ELEIÇÕES: PALPITANTE ENTREVISTA DO JOVEM INDUSTRIAL CONTERRÂNEO, DR. FRANCISCO GADELHA, CANDIDATO A DEPUTADO ESTADUAL, NA LEGENDA DO PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO, EM FACE DE SUA INDICAÇÃO PELO ARCEBISPO, COMO “INACEITÁVEL”. *Unitário*, Fortaleza, 17 set. 1950, p. 3.

como homem público e como cidadão, e finalmente o ilustre candidato do PSD ao governo do Estado”¹²⁸. E fervilhava em todo o estado uma mobilização religiosa em favor da candidatura de Raul Barbosa.

Muitos candidatos que eram acusados como comunistas resistiam e faziam militância com entrevistas ou publicização de notas nos principais jornais da capital, Fortaleza. O poder de disputa entre indivíduos contra uma instituição religiosa era desigual, especialmente porque ela tinha, uma imprensa própria e uma rede institucional hierarquizada em território cearense. Não demorou para que viesse a perseguição da Arquidiocese de Fortaleza aos *supostos comunistas*, a qual montou uma programação de campanha em todos os bairros de Fortaleza para orientar, sob a influência do pensamento anticomunista, a posição dos fiéis nas eleições de 3 de outubro de 1950.

Estas atividades de campanha política culminaram em uma grande passeata cívico-religiosa em frente ao Palácio da Arquidiocese de Fortaleza, fazendo-nos relembrar o episódio da Marcha com Deus pela Liberdade em São Paulo, após o Comício da Central do Brasil no dia 13 de março de 1964. A palavra de ordem religiosa era “desagravo”, que já estava demarcando posição política em torno das campanhas eleitorais no Ceará em 1950.

O jornal *Unitário* publicou em capa: “GIGANTESCA PASSEATA OPERÁRIA DE DESAGRAVO A D. ANTÔNIO LUSTOSA”¹²⁹. O propósito do desagravo era combater à “sórdida campanha de difamações e infâmias que lhe vêm movendo os provocadores profissionais arregimentados sob a bandeira vermelha do fascismo soviético”. Estava aberta a guerra política com demonstrações de forças e mobilizações das instituições para esse propósito. A arquidiocese buscava o controle hegemônico dos fiéis, sobretudo daqueles oriundos das classes trabalhadoras, mediante a propagação da campanha anticomunista. E alguns convites foram publicados na imprensa, convidando a população fortalezense para o referido ato.

ATENÇÃO, POVO DE FORTALEZA

Chegou a hora das afirmações. Os Círculos Operários de Fortaleza afirmarão a sua fé na Igreja e a sua lealdade no seu chefe, numa monumental passeata que terminará em frente ao Palácio Arquiepiscopal. O Povo de Fortaleza está convidado para a grande concentração da praça em frente ao Palácio do Arcebispo, hoje às 20 horas¹³⁰.

Após uma jornada de campanhas anticomunistas nos bairros e subúrbios

¹²⁸EXPRESSIVA HOMENAGEM DO BISPO DE SOBRAL AO DEPUTADO RAUL BARBOSA. *Unitário*, Fortaleza, 21 set. 1950, capa.

¹²⁹GIGANTESCA PASSEATA OPERÁRIA DE DESAGRAVO A D. ANTÔNIO LUSTOSA. *Unitário*, Fortaleza, 28 set. 1950, capa.

¹³⁰ATENÇÃO, POVO DE FORTALEZA. *Unitário*, Fortaleza, 28 set. 1950, capa.

fortalezenses, o bispo Antonio Lustosa preparava uma grande manifestação como demonstração de poder contra as campanhas dos supostos comunistas. Faltava menos de uma semana para as eleições, quando a manifestação foi realizada, para que os fiéis pudessem manifestar as suas convicções e afirmações, como bem informou o *Unitário*: “por trás do estandarte dos Círculos Operários está de pé, em marcha contra os inimigos da Pátria, da Religião, da Liberdade e da Família”¹³¹. Sem dúvidas, a capital parou devido à tamanha massa humana que manifestava, reunindo milhares de cearenses, em concentração em frente ao Palácio Episcopal, residência do bispo Dom Antonio Lustosa.

A deflagração de vitória para o candidato Raul Barbosa teve a contribuição do uso da imagem feminina que mobilizava as falas de mulheres conservadoras e religiosas. O partido PSD soube inserir as mulheres conservadoras nas articulações políticas, arregimentando eleitoras com base na agenda que defendiam. Para isso, criou-se um departamento feminino, responsável na articulação política de mulheres na imprensa e em contato com outras mulheres nos municípios em que estavam realizando os comícios.

Em carta escrita e divulgada pelo jornal *Unitário*, o Diretório Feminino do PSD mobilizava papéis de gênero vinculados ao comportamento de mulheres conservadoras e religiosas:

Nas ciências, nas artes, na política, enfim, encontramos sempre a mulher à frente, não com o intuito de tomar o lugar dos homens mas com o propósito deliberado de colaborar, de coadjuvar aqueles que têm sobre os seus ombros os destinos da humanidade. Com essa atitude a mulher não foge em absoluto à nobre função de ser mãe¹³².

As mulheres conservadoras pertencentes ao diretório do PSD cearenses reafirmavam os seus papéis como mulheres, mães e esposas. A articulação política e a arregimentação de outras mulheres procuravam legitimar o lugar privado delas e o espaço da casa e da família, reservando o âmbito público como político e de atribuição dos homens. É com os traços definidores listados acima que a carta enfatizava o papel delas nas eleições de 1950: “eis o motivo porque a mulher de Fortaleza está tomando parte ativa na luta eleitoral que se avinha”¹³³.

O papel de ação política dessas mulheres na mobilização da imagem feminina brasileira se assemelha com aquela que foi instrumentalizada na década de 1960, com os

¹³¹GIGANTESCA PASSEATA OPERÁRIA DE DESAGRAVO A D. ANTÔNIO LUSTOSA. *Unitário*, Fortaleza, 28 set. 1950, capa.

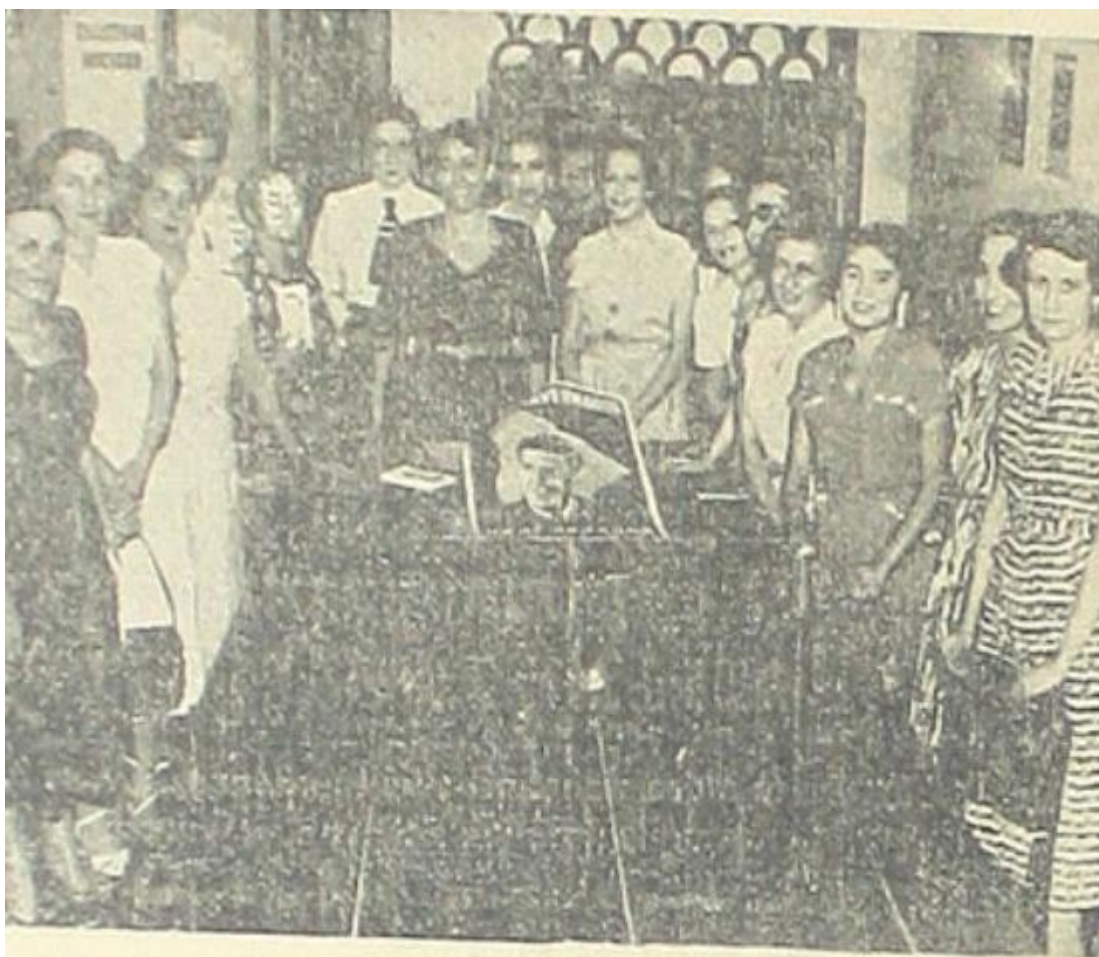
¹³²COM RAUL BARBOSA, NOSSOS FILHOS, NOSSOS MARIDOS, NOSSOS NOIVOS E NOSSOS PAIS TERÃO MELHORES DIAS. *Unitário*, Fortaleza, 17 set. 1950, capa.

¹³³COM RAUL BARBOSA, NOSSOS FILHOS, NOSSOS MARIDOS, NOSSOS NOIVOS E NOSSOS PAIS TERÃO MELHORES DIAS. *Unitário*, Fortaleza, 17 set. 1950, capa.

surgimentos de organizações femininas nas capitais brasileiras que procuravam a desestabilização do governo de João Goulart, “elas se lançaram na esfera pública a partir da condição de seres privados – foi como “mulheres-mães-donas-de-casa””¹³⁴. Segundo Solange Simões (1985), as ações eram pontuais e sem resultados de autonomia para as mulheres em relação às suas condições na esfera pública.

O Comitê Feminino foi fundado oficialmente em 3 de setembro de 1950, sendo dirigido por Olga Monte Barroso, filha de Francisco Monte (Chico Monte) e casada com Parsifal Barroso, que seria eleito governador nas eleições de 1958 pelo PTB e depois compôs a aliança *União pelo Ceará* nas eleições de 1962.

Figura 5: Comitê Feminino do PSD



Fonte: *Unitário*, 3 de setembro de 1950.

A foto acima registra o momento de lançamento do Comitê Feminino do PSD, que, sob a liderança de Olga Barroso e demais mulheres da capital cearense, promoveria

¹³⁴ SIMÕES, Solange de Deus. **Deus, pátria e família:** as mulheres no golpe de 1964. Petrópolis: Editora Vozes, 1985, p. 10.

diversas campanhas eleitorais em prol do candidato Raul Barbosa, como demonstra o cartaz nas mãos das mulheres, com o discurso de que as suas ações políticas visavam um bem maior ou coletivo, interpretado como cuidados de mães e mulheres, reforçando seus papéis e condições, sem, contudo, alterar o *status quo* vigente.

Aliado aos aspectos do anticomunismo e do gênero, encontravam-se outros elementos, como o patriotismo em torno da mobilização de símbolos e nomes vinculados ao meio militar. O PSD levantava a bandeira de campanha na defesa de Cristiano Machado, candidato à presidência, enquanto a coligação UDN, PR, PRP, PTB, PDC, defendia a campanha do brigadeiro Eduardo Gomes. Porém, as bases políticas que compuseram esta aliança estavam divididas em frentes de campanhas para a capital e para o estado, favorecendo ainda mais o candidato Raul Barbosa, do PSD.

No entanto, segundo Josênio Parente, a vitória alcançada pela coligação (PSD, PST, PSP e PR) “foi quase empatada e, por isto mesmo, não correspondeu a uma folgada maioria do governo na Assembleia Legislativa”¹³⁵. Este fato exigiu que o novo governo eleito para que pudesse ter a agenda de projetos aprovada deveria fazer a cooptação de votos da oposição, incluindo, nesse processo, as adesões de udenistas. De fato, durante o governo de Raul Barbosa, alguns parlamentares da oposição (PTB e UDN) aprovaram os projetos que pertenciam ao seu governo. Esse processo de articulação e acordos políticos com partidos e alas dissidentes e oposicionistas ficou conhecido como episódio de *Anjos Rebeldes*.

O episódio em torno dos *Anjos Rebeldes*, para Glória Maria Diógenes, dizia respeito “com um momento crítico do grupo saboyista a Raul Barbosa (governador eleito em 1950 pela coligação PSP-PSD), passando este grupo a ser denominado de *anjos rebeldes*, já que se insurgem contra a orientação udenista”¹³⁶. Assim, percebemos que a ala udenista da região Central Leste do Ceará, com forte influência na cidade de Sobral, agia autonomamente no interior da Assembleia Legislativa, fazendo aproximações políticas com o PSD, contrariando as orientações e interesses do próprio partido, sobretudo em relação aos interesses defendidos pelas alas tavorista e sarasista.

Para Glória Maria Diógenes, é justamente em torno desse acontecimento no interior da Assembleia Legislativa em torno dos *Anjos Rebeldes*, que veio a divisão dos udenistas da região Central Leste: a ala que ingressou no grupo tavorista pela liderança de Gentil Barreira (UDN), enquanto a outra parte manteve-se junto à liderança de Plínio Pompeu (UDN), sobrevivendo à sombra do governador Raul Barbosa (PSD).

¹³⁵ PARENTE, Francisco Josênio C. O Ceará dos “coronéis” (1945 a 1986). In: CORDEIRO, Ivone (orgs.). **Uma nova história do Ceará**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002, p.390.

¹³⁶ DIÓGENES, Maria da Glória dos Santos. **As eleições de 1954 e 1958 no Ceará: os partidos e suas lideranças**. Fortaleza: UFC, 1989, p. 28.

O fim do governo de Raul Barbosa teve como principal característica uma crise interna na base de apoio quanto ao partido PSD, em especial, advinda de Chico Monte. Isso significava dizer que, tanto a UDN, quanto o PSD, na década de 1950, passavam por dificuldades de conciliações dos interesses entre as suas bases políticas, constituídas por alas partidárias internas. Chico Monte se desvinculou do governo e do PSD, integrando o partido PTB, que tinha como diretor Vital Félix de Souza e a iniciante militância de Carlos Jereissati.

2.4.3 As eleições de 1954

A UDN soube aproveitar a situação política de crise vivida pelo PSD e pelo governador Raul Barbosa e indicou, para as eleições de 1954, o diretor do *O Povo*, Paulo Sarasate (UDN), para governador, e Flávio Marcílio¹³⁷ (PTB) como vice-governador. “Em 1954, o partido que fez o papel de fiel da balança para a vitória de Paulo Sarasate, da UDN, foi o PTB e não mais o PSP”¹³⁸.

Um pouco antes das eleições de 1954, Virgílio Távora foi empossado como secretário-geral estadual da UDN e passou a coordenar as várias vertentes políticas que integrava o partido na década de 1950: os simpatizantes varguistas, os antigetulistas adeptos da “Banda de Música de Aliomar Baleeiro” e de Lacerda e os legalistas, vertente que o próprio Virgílio Távora fazia parte. Em boa medida, as suas habilidades políticas em fazer acordos e negociações eram percebidas com o sentido de dubiedade, ou, como oportunismo, visando a cooptação de capital político para o seu grupo liderado.

Descrevendo o cenário de guerra travada nessas eleições de 1954 no Ceará entre os dois blocos de coligações, o primeiro composto pelos partidos UDN-PTB-PDC e o segundo, pelos partidos PSD-PSP-PL-PSB, Abelardo Montenegro menciona que chegou ao nível de solicitação ao Arcebispo da Igreja Metropolitana de Fortaleza para que interviesse com seus aconselhamentos aos candidatos Paulo Sarasate e Armando Falcão, para que controlassem os ânimos. Segundo o autor, o pedido era de que os candidatos suavizassem a “campanha eleitoral, que descambavam para o terreno das retaliações pessoais e das descomposturas”¹³⁹. Era uma campanha na qual “cotejam-se defeitos, folhas corridas, roupa suja”.

¹³⁷ Era natural de Pico, Brasília, e assumiu a vaga de Adahil Barreto (PTB) devido à cassação do AI-nº1 (1964-1966). Ingressou na ARENA cearense, exercendo vários mandatos por essa legenda (1966-1979) e PDS (1980-1985). Na condição de parlamentar federal, exerceu a presidência da Câmara em várias legislaturas (1973-1975, 1979-1981, 1983-1985). Foi vice-governador (1973-1975, 1979-1981, 1983-1985) pelo PTB na chapa que elegeu Paulo Sarasate governador do Ceará (1955-1958) e governador (1958-1959).

¹³⁸ PARENTE, Francisco José C. O Ceará dos “coronéis” (1945 a 1986). In: CORDEIRO, Ivone (orgs.). **Uma nova história do Ceará**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002, p.391.

¹³⁹ MONTENEGRO, Abelardo F. **Os partidos políticos do Ceará**. Fortaleza: UFC, 1980, p. 151.

De modo geral, esta era a atmosfera que envolveu as eleições estaduais no Ceará no referido pleito de 1954. Abelardo Montenegro menciona que o guarda civil Herondino fazia a sua própria campanha com a seguinte narrativa: “uma língua ferina à serviço do povo”¹⁴⁰.

A respeito das disputas entre os candidatos dos dois blocos cearenses, José Sybrião menciona que Armando Falcão, reacionariamente, acusava Carlos Jereissati de favorecimento econômico, que dizia “respeito a possíveis negócios escusos envolvendo contrabando de mercadorias, bem como o acesso a linhas de crédito para importação, originárias do Branco do Brasil”¹⁴¹, para prevalecer os interesses econômicos de Carlos Jereissati através de um monopólio comercial industrial de linho no Ceará.

Maria da Glória dos Santos Diógenes analisa esse processo político como demonstração de crise política entre forças ideologicamente opostas como resultado de problemas que são identificáveis entre o fim do governo de Raul Barbosa e seu interesse em disputar uma vaga para o senado nas eleições de 1954, colocando como seu substituto o vice-governador Stênio Gomes.

Outros problemas surgiram internamente com o grupo udenista, os “Anjos Rebeldes”, que servia como base de apoio ao governo. Após diversas pressões, a direção da UDN resolveu substituir a liderança do deputado estadual Perilo Teixeira por Moacy Aguiar na Assembleia Legislativa do Ceará, em decorrência dos descumprimentos das orientações partidárias, votando em projetos que favoreciam o PSD, partido do governo Raul Barbosa.

Raul Barbosa elaborou uma estratégia chamada de “pacificação”, procurando manter na base de apoio político os parlamentares estaduais que divergiam de determinados pontos de seu governo. Para isso, fez a indicação de Plínio Pompeu, candidato que desempenharia o processo de articulação política em torno do apaziguamento entre a ala “rebelde” com as demais alas da UDN. Maria da Glória dos Santos Diógenes esclarece que “a ideia de “pacificação”, pouco a pouco, foi delineando-se como sendo o “sonho” da paz política, mas tornou-se motivo de revolta, de conflito nos partidos e de sérias consequências políticas¹⁴².

Enquanto a coligação PSD-PSP-PL-PSB lançava a candidatura de Armando Falcão, a coligação UDN-PTB-PDC apresentava a candidatura para governador o empresário e jornalista Paulo Sarasate.

A candidatura de Armando Falcão, segundo Abelardo Montenegro, “não foi,

¹⁴⁰ MONTENEGRO, Abelardo F. **Os partidos políticos do Ceará**. Fortaleza: UFC, 1980, p. 151.

¹⁴¹ ALENCAR JÚNIOR, José Sydrião de. **Virgílio Távora: o coronel modernizador do Ceará**. 2006. Tese (Doutorado em Sociologia) — Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006, p. 67.

¹⁴² DIÓGENES, Maria da Glória dos Santos. **As eleições de 1954 e 1958 no Ceará: os partidos e suas lideranças**. Fortaleza: UFC, 1989, p. 31.

aliás, com intuitos patrióticos ou partidários que as classes conservadoras financiaram a campanha”¹⁴³. Na visão do autor, Armando Falcão se referia à candidatura de Paulo Sarasate, dizendo que o segundo não seria “candidato vitorioso, sem o dinheiro de fabricantes de óleos, de tecidos ou de sabão”¹⁴⁴. No entanto, percebemos que a mobilização de agendas de campanhas eleitorais se fez com a mobilização de discursos ideológicos, especialmente em torno do discurso anticomunista para se chegar ao poder. Nesse sentido, entendemos que a aplicação de recursos financeiros e do uso do discurso ideológico pavimentaram caminhos possíveis de chegada ao governo estadual nas eleições cearenses de 1954.

A declaração acima representa bem o perfil social dos grupos políticos e as suas relações de alianças e acordos. Eles, que já exerciam funções profissionais liberais, encontraram na atividade político-partidária outras possibilidades de engajamento e aplicação da sua influência e prestígio como pertencente à elite cearense.

Corroborando essa mesma linha de pensamento, Abelardo Montenegro afirma que as eleições de 1954 se destacaram pelo interesse dos conservadores e industriais na tomada dos cargos e funções no Estado. Isto significou dizer que para fazer a conservação de seus interesses capitalistas, viu-se “banqueiros, latifundiários, altos comerciantes e industriais a reivindicar os postos importantes da administração federal”¹⁴⁵.

Não restam dúvidas de que os traços conservadores e o apelo militar estavam presentes nos dois principais partidos cearenses — o PSD e a UDN. Contudo, as eleições de 1954 trouxeram à tona as crises internas existentes em cada um desses partidos, que disputavam o poder político-partidário. Somava-se a isso o surgimento de novas forças políticas, como o PSB e o PTB, que vinham se consolidando e promovendo mobilizações importantes na capital cearense.

As eleições cearenses de 1954 apresenta uma complexidade de análise, sobretudo em decorrência das constantes mudanças nas coligações entre os partidos nas formações interpartidárias e nas disputas de narrativas que envolveram a *Coligação Armando Falcão* (PSD) e as *Oposições Coligadas* (UDN). Outro aspecto que aponta complexidade é que ambas as coligações disputaram o eleitorado do PTB, no caso, o eleitorado trabalhista operário cearense.

A aliança *Oposições Coligadas* possuía o candidato Parsifal Barroso (PTB) para senador e Flávio Marcílio (PTB) como vice-governador, sendo coordenada pelo líder partidário Carlos Jereissati. Já a *Coligação Armando Falcão*, tinha o PSD como principal partido articulador, em que o seu candidato (Armando Falcão) recorria à disseminação de

¹⁴³ MONTENEGRO, Abelardo F. **Os partidos políticos do Ceará**. Fortaleza: UFC, 1980, p. 160.

¹⁴⁴ MONTENEGRO, Abelardo F. **Os partidos políticos do Ceará**. Fortaleza: UFC, 1980, p. 160.

¹⁴⁵ MONTENEGRO, Abelardo F. **Os partidos políticos do Ceará**. Fortaleza: UFC, 1980, p. 160.

notícias falsas, usando a imagem do partido PTB para realçar sua imagem de aceitação perante o eleitorado cearense, servindo para a desqualificação da campanha de Paulo Sarasate.

A campanha de Armando Falcão disseminava uma ofensiva, utilizando um discurso que implantava uma notícia falsa envolvendo uma postura de desconfiança do diretório nacional do PTB em relação ao candidato Paulo Sarasate. Com isso, Armando Falcão pretendia fragilizar as bases dos apoiadores sarasistas e fazer a migração do eleitorado trabalhista para a sua campanha como se fosse uma orientação modificada no meio do percurso eleitoral.

Havia, inicialmente, a disseminação de informações de que o PTB cearense teria rompido a aliança firmada (UDN, PTB, PDC) devido à pretensão de uma candidatura própria para a sucessão do governo estadual. Como bem noticiou o *Unitário*, “o PTB cearense terá candidato próprio e vai romper a coligação que o prendia a UDN”¹⁴⁶. Portanto, era um comportamento estratégico e ardiloso pautado em notícias falsas, visando a desestabilização das aproximações político-partidárias entre dois partidos com posições ideológicas muito divergentes.

Considerando que os partidos, UDN e PSD, somente poderiam alcançar a vitória eleitoral mediante o apoio irrestrito das demais siglas em ascensão, como o PTB e o PSP, aquele que conseguisse formular uma agenda estratégica mais eficiente de convencimento do eleitorado, fundamentada na adesão desses pequenos partidos, seria, sem dúvida, o vencedor do pleito de 1954. No entanto, o processo de aproximações políticas com os novos partidos não representou a ausência de meios escusos, intimidações ou acusações, pelo contrário, a disputa eleitoral foi marcada pela utilização de tais expedientes, evidenciando a intensidade e a complexidade das relações políticas daquele período.

A estratégia de rompimento do PTB com a UDN, segundo as informações do *Unitário*, estava relacionada a dois aspectos narrativos: o primeiro, porque os udenistas cearenses ocupavam uma posição político-ideológica contrária aos petebistas e, em segundo lugar, porque os udenistas estavam subordinados “ao pensamento do general Juarez Távora”¹⁴⁷. Nesse sentido, quem produzia as notícias falsas procurava explorar, de forma maximizada, esses dois elementos, enfatizando uma incompatibilidade ideológica. Além do aspecto ideológico, segundo a notícia falsa, a incompatibilidade se fazia de modo pragmático, pois a família Távora, na figura de Juarez Távora, representava uma liderança nacional de dissidência ao governo Vargas.

¹⁴⁶DESFEITA ALIANÇA PTB-UDN NO CEARÁ. *Unitário*, Fortaleza, 5 set. 1954, capa.

¹⁴⁷DESFEITA ALIANÇA PTB-UDN NO CEARÁ. *Unitário*, Fortaleza, 5 set. 1954, capa.

As notícias do rompimento causaram inquietações no meio político da capital e no interior, fazendo com que alguns jornalistas procurassem contatos com o diretório nacional do PTB para mais esclarecimentos e confirmação das informações. Após este procedimento, a imprensa cearense reafirmou a manutenção de apoio do PTB a Paulo Sarasate, mas a única ressalva existente, sem retorno para prevenção de prejuízos à Parsifal Barroso, era a aproximação de Paulo Sarasate com os Távora¹⁴⁸.

O diretório do PTB municipal de Fortaleza reagiu combativamente às investidas de Armando Falcão através da emissão de uma nota oficial, denunciando algumas autoridades do Ministério do Trabalho no Ceará, ao pressionarem os trabalhadores para se manifestarem contrários à campanha de Paulo Sarasate. Com isso, o diretório petebista municipal alertava aos líderes sindicais trabalhistas sobre essa perseguição aos trabalhadores, esclarecendo que “Armando Falcão, jamais se credenciou perante as massas trabalhadoras como elemento capaz de merecer a sua confiança, tendo sido apenas um adversário declarado da política trabalhista e inimigo [...] gratuito do imortal presidente Getúlio Vargas”¹⁴⁹.

A imagem do PTB cearense foi disputada nos processos de campanhas políticas de 1954 com uma dupla finalidade: favorecer a campanha da chapa situacionista, de Armando Falcão, e prejudicar a chapa oposicionista de Paulo Sarasate. A estratégia era desviar as atenções da maior instituição com poder de interferência sobre os rumos da política cearense, a Igreja Católica, representada pelo Bispo Dom Antonio Lustosa, que vinha, desde o início de setembro de 1954, realizando interferências, acusando o candidato a vice-governador, Ivan Barroso de Oliveira, de simpatizante do comunismo.

Ivan era filho do importante político do PSP, Olavo de Oliveira, articulador político nessas eleições, disputando a vaga de senador na chapa encabeçada por Armando Falcão para a sucessão do governo estadual.

Desde o início, a chapa liderada por Armando Falcão apresentava sinais de desarticulação com as bases políticas, constituída por diferentes partidos pequenos. A atuação do bispo arquidiocesano de Fortaleza impactou diretamente nessas bases, especialmente porque a Igreja Católica proibiu os fiéis à votarem em Armando Falcão, provocando uma crise entre os candidatos e seus articuladores de campanhas. *O Unitário* comunicava aos eleitores cearenses a respeito dessa decisão da Igreja Católica:

Efetivamente, a decisão da LEC que foi tomada numa memorável reunião com a presença de Dom Antonio de Almeida Lustosa traçou novos rumos

¹⁴⁸REAFIRMA A MERIDIONAL: VOTAÇÃO DOS TRABALHISTAS PARA ARMANDO. **Unitário**, Fortaleza, 12 set. 1954, capa.

¹⁴⁹PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO – Diretório Municipal de Fortaleza, NOTA OFICIAL. **Unitário**, 14 set. 1954, capa.

para a política cearense, colocando muito mal a chapa governista. Notícias chegadas do interior do Estado dizem da deserção nas hostes situacionistas no que diz respeito ao cargo de vice-governador, estando os católicos desgostos a não sufragarem o nome de Armando Falcão se as chapas forem conjuntas¹⁵⁰.

A interferência do bispo provocou uma série de dúvidas e de incertezas no eleitorado cearense que era apoiador de Armando Falcão. Os fiéis foram orientados a votar em Flávio Marcílio na chapa de Paulo Sarasate. Desse modo, a estratégia causou uma migração do eleitorado católico. A estratégia em prejudicar a candidatura de Paulo Sarasate passou a ser um catalisador positivo para ele, sobretudo porque, diante dos desentendimentos ocorridos, a Igreja Católica resolveu apoiá-lo.

No referido pleito de 1954, saiu vitoriosa a coligação UDN-PTB, dando vitória a Paulo Sarasate como governador, Parsifal Barroso como senador (PTB-PSD) e Flávio Marcílio como vice-governador (PTB).

As eleições de 1954, no Ceará, tiveram aspectos reveladores, segundo afirma José Sydrião, no que diz respeito às relações políticas e pessoais entre Virgílio Távora e o governador eleito, Paulo Sarasate.

Conforme o autor:

Na época, Sarasate era um político mais experiente do que Virgílio e tinha o apoio do jornal O Povo para sua promoção. Virgílio entendeu que não era o seu momento. Apresentou-se mais uma vez o negociador, que fez os seus correligionários aceitarem o nome de Sarasate, em detrimento dele, ao mesmo tempo em que negociou com a Direção Nacional da UDN aliança com o PTB no campo estadual¹⁵¹.

Isso significava dizer que Paulo Sarasate era habilidoso e montava estratégia políticas muito similar à de Virgílio Távora, visando uma autonomia e arregimentação de forças internas à UDN. Este processo se deu mediante os contatos estabelecidos com as lideranças no cenário nacional (João Goulart), com os militares (Teixeira Lott) e no uso de uma linguagem política envolta em preocupações de desenvolvimento regional do Ceará.

José Sydrião aponta que as divergências entre Virgílio Távora e Paulo Sarasate passaram a ser clarificadas quando este último, ao vencer o pleito, montou a sua administração, “as nomeações feitas pelo governador, para os cargos de secretários, delegados, coletores, professores e diretores de grupos escolares de adversários do grupo

¹⁵⁰ENORME REPERCUSSÃO DO ATO DA IGREJA. **Unitário**, Fortaleza, 5 set. 1954, p. 3.

¹⁵¹ ALENCAR JÚNIOR, José Sydrião de. **Virgílio Távora: o coronel modernizador do Ceará**. 2006. Tese (Doutorado em Sociologia) — Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006, p. 94.

tavorista e a pouca influência de Virgílio nestas nomeações”¹⁵².

As habilidades políticas de Virgílio Távora com forças políticas, no cenário nacional e regional, seriam novamente testadas pela ocasião das eleições de 1958. Tomando as eleições de 1954 e 1958 como objeto de investigação sociológica, Maria da Glória Diógenes justifica duas razões importantes, que, de certo modo, contribuem para pensarmos no objetivo desta pesquisa: a primeira, porque, nesse momento, os discursos ganham materialidade, desmistificação de posições de neutralidade e construção de uma prática política. Em segundo lugar, já se podia pensar com nitidez a respeito das lideranças cearenses e suas motivações, tendo já passado a “reviravolta política de 1945”¹⁵³.

2.4.4 As eleições de 1958

No que diz respeito às eleições de 1958, vários pontos foram levantados por esses autores como comprometedores nos resultados. Josênio Parente e Abelardo Montenegro são consensuais em relação às crises políticas envolvendo dissidências partidárias na região sul cearense, representadas por cidades importantes como Crato e Juazeiro do Norte. Segundo Abelardo Montenegro, “irrompia-se, no sul do Estado, na região caririense, movimento autonomista explorado pelos partidos políticos de oposição. A Rádio Araripe, do Crato, divulgava crônica em que pregava a criação do Estado do Cariri”¹⁵⁴.

De acordo com José Sydrião, o movimento de reivindicação da independência territorial do Cariri, em relação às demais regiões do Ceará, coincide com o primeiro mandato de deputado federal de Virgílio Távora, que, entre os anos de 1957 e 1958, lutava, na Câmara dos Deputados, pela implantação do projeto de eletrificação do estado. É nesta conjuntura que reascende antigos desafetos entre as famílias Roriz e os Távora. Como afirma Sydrião, “Virgílio Távora não tinha ligações políticas importantes no Cariri cearense e a forte oposição de Roriz foi, naquele momento, um dos principais entraves ao seu governo”¹⁵⁵. Nesse sentido, a situação não era muito diferente no que diz respeito à região norte. “A força da dissidência da zona Norte do Estado fez o PTB cearense mais forte”¹⁵⁶. Assim, defende Maria da Glória Diógenes, o fortalecimento do PTB cearense ganha expressividade com a atuação de Chico

¹⁵² ALENCAR JÚNIOR, José Sydrião de. **Virgílio Távora: o coronel modernizador do Ceará**. 2006. Tese (Doutorado em Sociologia) — Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006, p. 94.

¹⁵³ DIÓGENES, Maria da Glória dos Santos. **As eleições de 1954 e 1958 no Ceará: os partidos e suas lideranças**. Fortaleza: UFC, 1989, p. 23.

¹⁵⁴ MONTENEGRO, Abelardo F. **Os partidos políticos do Ceará**. Fortaleza: UFC, 1980, p.p. 164.

¹⁵⁵ ALENCAR JÚNIOR, José Sydrião de. **Virgílio Távora: o coronel modernizador do Ceará**. 2006. Tese (Doutorado em Sociologia) — Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006, p. 99.

¹⁵⁶ PARENTE, Francisco Josênio C. O Ceará dos “coronéis” (1945 a 1986). In: CORDEIRO, Ivone (orgs.). **Uma nova história do Ceará**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002, p.391.

Monte e suas enormes lideranças nos colégios eleitorais da região.

Torna-se importante aqui destacar o pensamento da pesquisadora Maria da Glória dos Diógenes sobre o significado do PTB cearense nesse processo político de disputas nas eleições de 1958. Segundo a pesquisadora, o principal elemento que justifica o crescimento de adesões e filiados ao PTB no Ceará está na proximidade da liderança de José Parsifal Barroso, líder do partido e ministro do Trabalho de Juscelino. A autora argumenta que o partido “cresce não devido a uma organização e mobilização de suas classes trabalhadoras mas, sim, devido ao fortalecimento deste partido a nível nacional”¹⁵⁷, e, de forma contundente, que o partido PTB cearense não desempenhava uma postura direta de combate ideológico aos partidos conservadores como UDN e PSD, mas “ameaçava, sim, pelo poder que estava conquistando nas esferas federais”¹⁵⁸.

Esta situação de crescimento do PTB, vindo pela influência do governo federal no crescimento de forças políticas no Ceará, começa assustar as tradicionais personalidades políticas e comentaristas jornalísticos, destacando-se Oscar Pacheco, que fazia críticas ao PSD por constituir uma coligação com o PTB, denominada de *Oposições Coligadas*, que lançava José Parsifal Barroso como governador (PTB), Wilson Gonçalves como vice-governador (PSD) e senador Francisco Menezes Pimentel (PSD). E isso ficou inviável, especialmente porque determinadas alas pessedistas não abriam mão da vaga de senador. Desse modo, o PSD ficaria tanto com a vaga para governador, indicando Waldemar de Alcântara, quanto com a vaga de senador.

O fato também se agrava ainda mais, segundo José Sydrião, por outros aspectos, decorrentes da própria gestão do então governador Paulo Sarasate com as suas bases políticas. Nesse momento, o referido governador já acumulava sérios descontentamentos de grupos políticos ligados ao PSD cearense. José Sydrião afirma que Paulo Sarasate era responsável pelos conflitos gerados no âmbito da Assembleia Legislativa, entre os líderes partidários, assim como também em processos de perseguições, prisões e demissões de correligionários do PSD¹⁵⁹.

Diante dessas situações de crises e reagrupamento de alas partidárias, as eleições ocorreram e deram a vitória para a aliança *Oposições Coligadas*, tendo José Parsifal Barroso, ex-ministro do Trabalho, o alcance do poder estadual.

De acordo com José Sydrião:

¹⁵⁷ DIÓGENES, Maria da Glória dos Santos. **As eleições de 1954 e 1958 no Ceará**: os partidos e suas lideranças. Fortaleza: UFC, 1989, p. 62.

¹⁵⁸ DIÓGENES, Maria da Glória dos Santos. **As eleições de 1954 e 1958 no Ceará**: os partidos e suas lideranças. Fortaleza: UFC, 1989, p. 63.

¹⁵⁹ ALENCAR JÚNIOR, José Sydrião de. **Virgílio Távora**: o coronel modernizador do Ceará. 2006. Tese (Doutorado em Sociologia) — Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006, p. 99.

Na eleição, Parsifal Barroso, da coligação PTB-PSD, venceu com 279.449 votos (49,04%), ao passo que Virgílio obteve 248.241 votos (43,58%)¹⁶⁰, derrotado notadamente na região metropolitana de Fortaleza com uma diferença de mais de 25.000 votos. No restante do Estado, a diferença foi menor, em torno de 6.000 votos. Virgílio venceu na Zona Norte, perdeu no Sertão Central e Cariri.

O resultado eleitoral demonstrara uma diferença pequena entre as coligações em disputas, refletindo o quanto a eleição de 1958 foi bastante acirrada e caracterizada pela troca de acusações envolvendo alguns escândalos de corrupções entre os candidatos pertencentes às coligações opostas. Maria da Glória Diógenes explica que estas eleições foram acirradas, devido à “convicção dos setores udenistas da necessidade de vencer. Todos os instrumentos “disponíveis” são acionados para persuadir a população”, acusando a chapa da oposição como praticante de “tramoias, corrupções, e ausência de caráter dos próceres pessedistas-trabalhistas”¹⁶⁰.

O grupo constituído pelas *Oposições Coligadas* (aliança entre PTB e PSD) tinha a influência do governo federal, e a chapa *Coligações Democráticas*, compostas por UDN, PSP e PR tinha a máquina do governo estadual, Paulo Sarasate, para a promoção de recursos financeiros demandados pela disputa nas eleições de 1958.

Como nas eleições anteriores (1947, 1950 e 1954), as narrativas de supostos perigos comunistas envolvendo determinados candidatos persistiram nas eleições de 1958, servindo de bandeira combativa aos oponentes político-partidários. Das críticas e das acusações recebidas na eleição de 1954, Armando Falcão desempenhara agora uma campanha anticomunista contra a campanha de Virgílio Távora, afirmando “que o Presidente da República e o Partido Social Democrático repudiam qualquer aproximação política com os comunistas, que “são os mesmos de 1935””¹⁶¹. Esta fala tinha dupla finalidade: desvincular qualquer associação do PTB com o *suposto perigo comunista* e garantir estabilidade na campanha política, já que o seu partido, PSD, fazia chapa com o candidato a governador Parsifal Barroso, ex-ministro do Trabalho no governo de JK. Por outro lado, Armando procurava vincular a chapa PSD-PTB cearense como concordante das orientações e postulados cristãos.

A situação era incerta no que diz respeito às posições da Igreja Católica cearense, que, embora tenha demonstrado afeição política com a campanha de Virgílio Távora, alguns religiosos estavam divididos em relação à chapa de Parsifal Barroso, outro candidato com forte influência no eleitorado religioso cearense. Virgílio Távora teve direito a uma página

¹⁶⁰DIÓGENES, Maria da Glória dos Santos. **As eleições de 1954 e 1958 no Ceará: os partidos e suas lideranças**. Fortaleza: UFC, 1989, p. 55.

¹⁶¹REPÚDIO AO COMUNISMO. **O Nordeste**, Fortaleza, 25 set. 1958, p. 3.

completa no jornal *O Nordeste*, que recuperava as origens da família Távora e com variados elogios, dizendo que “nosso irmão cel. Virgílio Távora, tem sido filho fiel da Igreja em suas atividades parlamentares, votando sempre de acordo com os postulados da Igreja”¹⁶². Nesse sentido, observamos que, em ambas as chapas, os fiéis católicos eram disputados, recorrendo-se à narrativa religiosa e ao pensamento anticomunista.

No entanto, outros aspectos contribuíram para o enfraquecimento da campanha de Virgílio Távora, como as denúncias de escândalos de corrupção e as supostas campanhas de comunistas em prol do udenista cearense e demais candidatos da situação. Este fato provocou a reação do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará, que agiu para a proibição desses comícios. *O Nordeste* informava que “em Fortaleza, estando os comunistas apoiando os candidatos da situação vem agindo com toda liberdade [...]. Inventaram uns “comícios relâmpagos”, a cargo de bem treinados “comandos””¹⁶³.

As eleições cearenses de 1958 trouxeram outras implicações negativas para Virgílio Távora em decorrência do candidato e importante jornalista, Themístocles de Castro e Silva, que escrevia diariamente, em pleno pleito eleitoral, um conjunto de críticas ao candidato udenista. Para Themístocles, o candidato Parsifal Barroso representava as classes trabalhadoras e com forte contatos com o poder federal com essa agenda dos petebistas. Assim, retirava-se a possibilidade de atração dos trabalhadores pela campanha virgilista em números expressivos.

Às vésperas das eleições, novos episódios enfraqueciam a campanha virgilista, como a chegada das Forças Armadas para auxiliar as cidades cearenses, que se transformaram, mais uma vez, em palcos de violências, perseguições e morte. A campanha de Parsifal se aproveitou disso, fazendo o uso de determinados símbolos que remetessem ao patriotismo, servindo de bandeira política, de comoção e aplauso público. “O povo aplaude a gloriosa farda verde-oliva que vai assegurar, no interior, a livre manifestação da sua vontade contra a prepotência, a arrogância e as perseguições do Governo dos concunhados”¹⁶⁴.

Este episódio consolidou dois aspectos importantes: uma crença na intervenção federal nas eleições cearenses, remetendo-se a esse tipo de ação como uma demonstração de patriotismo, e uma crítica à família Távora, já que as eleições de 1958 representaram uma transição da política exercida por Manuel Távora para o seu filho, Virgílio Távora.

Abelardo Montenegro explica que as eleições de 1958 ocorreram em um ano muito difícil para a população cearense, porque era ano de seca extrema. O problema da seca

¹⁶²OS TÁVORAS E SEUS ADVERSÁRIOS. *O Nordeste*, Fortaleza, 25 set. 1958, p. 4.

¹⁶³COMANDOS COMUNISTAS FAZEM COMÍCIOS RELÂMPAGOS NA CIDADE. *O Nordeste*, Fortaleza, 27 set. 1958, capa

¹⁶⁴TROPAS DO EXÉRCITO JÁ EM DEZENAS DE MUNICÍPIOS. *Unitário*, Fortaleza, 1 out. 1958, capa.

podia servir tanto para derrubar governos que encontravam dificuldades financeiras diante desse problema, como também em degrau para aqueles que desejavam alcançar o poder com base nas críticas aos governantes com os descasos aos flagelados pela seca. Nessa ocasião se destinava alguns recursos federais para o enfrentamento da seca e o desenvolvimento das áreas de infraestrutura. Isso significava dizer que o Ceará dependia dos recursos da União para viabilizar as obras através do “Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) e o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER)”¹⁶⁵.

A chapa encabeçada pela UDN, PSP e PR, assim como determinada imprensa de apoio a essa candidatura, como *Correio do Ceará*, acusava Parsifal Barroso de corrupção. As acusações envolvendo os desvios de verbas federais chegou à determinada situação, obrigando Orlando Ramagem, “subchefe da Casa Militar da Presidência da República”¹⁶⁶, a fazer uma viagem ao Ceará para acompanhar a situação dessas obras. Mesmo diante das diversas investidas acusatórias à candidatura de Parsifal Barroso, ele sai vitorioso nessa eleição de 1958. No entanto, o governo de Parsifal Barroso foi uma administração cheia de contradições que possibilitou, nas eleições de 1962, uma reaproximação entre UDN e PSD, pavimentando um caminho político na articulação que convergeria com os interesses do golpe de 1964 e dos governos militares.

2.4.5 As eleições de 1962

O cenário político que influenciou as eleições de 1962 no estado do Ceará era marcado por acontecimentos da conjuntura de crise nacional e das variadas crises no estado, decorrentes do próprio governo de Parsifal Barroso e da intensas articulações de interesses das lideranças partidárias do PTB, PSD, UDN e PSP.

Em parte, a crise do governo de José Parsifal Barroso (PTB) é fruto da incapacidade do mesmo em agir prontamente na defesa da legalidade e da posse de João Goulart. Não significa dizer que ele tenha se posicionado contrário ao novo presidente João Goulart em setembro de 1961, porém, houve uma demora na demonstração desse apoio. Enquanto rapidamente boa parte da imprensa, das instituições e dos movimentos veio à cena pública em defesa do respeito à Constituição de 1946, Parsifal aguardava desdobramentos para consumir o seu posicionamento político.

Esta situação esteve somada a muitas outras, como as repercussões do episódio envolvendo a própria renúncia de Jânio Quadros. No Ceará, a crise política também vinha se

¹⁶⁵ MONTENEGRO, Abelardo F. **Os partidos políticos do Ceará**. Fortaleza: UFC, 1980, p. 168.

¹⁶⁶ MONTENEGRO, Abelardo F. **Os partidos políticos do Ceará**. Fortaleza: UFC, 1980, p. 168.

desenrolando na Câmara dos Vereadores de Fortaleza e da Assembleia Legislativa. No dia da renúncia de Jânio Quadros, o presidente da Câmara, o político e jornalista, Dorian Sampaio, renunciou ao cargo.

O conflito acima, envolveu Dorian Sampaio¹⁶⁷ (PSD) e os vereadores Antônio Costa Filho¹⁶⁸ (UDN) e Gutemberg Braun¹⁶⁹ (UDN) nos debates ocorridos no interior da Câmara dos Vereadores em Fortaleza. Segundo o jornal *Unitário*, “fez, o presidente Dorian Sampaio, num discurso dramático, anunciar a sua renúncia à presidência da Câmara, em caráter irrevogável, dispensando inclusive a aceitação ou não por parte do plenário”¹⁷⁰.

O cenário de crise institucional do governo de Parsifal Barroso se arrasta para o interior da Assembleia Legislativa ao ter a aprovação pelos parlamentares na retirada ao veto do governador sobre o projeto que instituía o reconhecimento de direitos aos docentes que atuavam na Faculdade de Ciências Humanas o título de “professores universitários”. A medida de veto contrariava a agenda de um governo, cuja posição político-ideológica estava direcionada para o movimento trabalhista, especialmente no reconhecimento profissional, nos reajustes de salários aos servidores públicos e na própria melhoria das condições econômicas e sociais dos trabalhadores de modo geral.

O *Unitário* estampava em sua capa de forma categórica: “todos os deputados governistas, do PSD ou do PTB, votaram contra o governo”¹⁷¹. Para o jornal, as reações dos parlamentares contra Parsifal Barroso significou uma “derrota do governador na Assembleia: seu veto derrotado por 33 votos”¹⁷².

Os impactos da renúncia de Jânio Quadros se agravam no Ceará e ganhou destaque na imprensa como o texto opinativo do jornalista Lustosa da Costa, “O Ararat de Jânio e Lacerda”. Nele, o posicionamento é de rejeição aos embates ocorrido entre os dois políticos citados no título. O jornalista utilizou a expressão “Ararat”, uma linguagem

¹⁶⁷ Era natural do Rio de Janeiro, porém, as raízes familiares descendiam da região do Cariri no Ceará. Estudou no Colégio Floriano, no grupo escolar Rodolfo Teófilo, Colégio Cearense e Liceu do Ceará. Formou-se em Odontologia em 1950 na Faculdade de Farmácia e Odontologia do Ceará. Vereador e presidente da Câmara dos Vereadores de Fortaleza (1958-1962) pelo PSD, deputado estadual (1963-1966, PSD) e 1967-1969 (MDB), sendo cassado pelo AI-5, atuou no jornal *Folha Estudantil*. Fundou a Rádio Dragão do Mar, colaborando com Armando Falcão, Waldemar Alcântara e Ary Cavalcante. Foi diretor do jornal *Gazeta de Notícias* e comentarista no *Correio do Ceará*.

¹⁶⁸ Era natural de Fortaleza, militar formado em aeronáutica em Paris (1941) e, sendo instrutor do Aeroclube de Fortaleza, serviu a FAB na costa do Ceará e Piauí. Era sócio da Associação Cearense de Imprensa (ACI), vereador eleito pela UDN em Fortaleza (1958-1962), deputado estadual pela ARENA (1975-1979) e religioso simpatizante do Círculo Operário Cristão.

¹⁶⁹ Com base em nossas pesquisas, não identificamos nenhum vereador eleito em 1958 para a legislatura até 1962 com o referido nome ou alcunha nos registro do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-CE). Acreditamos que tenha sido um suplente, ocupante da vaga de algum parlamentar em licença na ocasião da renúncia no legislativo municipal e do executivo federal, e não nos parece ser um apelido, já que consta como nome legítimo na legislatura municipal eleito pela ARENA no período de 1971 a 1974.

¹⁷⁰ Carlos Lacerda atenua a tensão: “meu cargo é eletivo”. In: **Unitário**, 24 de agosto de 1961. Capa.

¹⁷¹ In: **Unitário**, 24 de agosto de 1961.

¹⁷² In: **Unitário**, 24 de agosto de 1961.

coloquial, dando a dimensão dos atritos a partir de uma cena com pessoas irritadas, com muita estridências e zangadas, sem entendimentos. A referida linguagem enfatizava que a situação encontrada era geradora de uma crise na democracia, com possibilidade de ruptura institucional. Carlos Lacerda e Jânio Quadros passam a ser concebidos como “os inimigos” da democracia brasileira.

Os acontecimentos foram canalizados pelas forças políticas heterogêneas advindas dos grupos conservadores, partidos, movimentos e entidades, aproximando-se do campo das esquerda e dos discursos que defendiam o respeito e a manutenção da legalidade constitucional e do regime democrático. Assim, em 1961, a postura de defesa democrática representava, para variados grupos políticos, uma possibilidade de garantia de participação no jogo político no sistema vigente.

No Ceará, a renúncia de Jânio Quadros foi interpretada como uma ação golpista e desestabilizadora das instituições, sendo rejeitada com veemência e de toda parte. Imediatamente, a 10ª Região Militar, localizada em Fortaleza, reagiu através do envio de tropas militares para fazer o patrulhamento e a segurança nas praças e nas principais avenidas. Em função dos tumultos que vinham ocorrendo na Praça do Ferreira, dez soldados foram os responsáveis para fazer essa vigilância e o controle de depredações e das violências diante dos descontentamentos com a postura renunciante de Jânio Quadros. Tentando acalmar os ânimos da população fortalezense, o jornal *Unitário* informava estar a “patrulha do exército nas ruas de Fortaleza para manter a ordem”¹⁷³.

Imediatamente surgiu uma iniciativa de cooperação entre as forças policiais civis e militares para resguardar a segurança da população na capital. Os jornais cearenses serviam como mediadores na divulgação das medidas de contenção dos pontos de conflitos que existiam na capital, buscando trazer um clima de normalidade. Por exemplo, o *Unitário* afirmava que os “ônibus voltaram a circular sob a garantia da polícia: calma a situação da cidade”¹⁷⁴. O cenário era totalmente diferente dos dias anteriores, após a divulgação da renúncia do ex-presidente. “Na noite de anteontem os coletivos foram obrigados a sair das Praças, em face de um começo de um quebra-quebra por parte de populares revoltados, quando foi anunciada a renúncia do Presidente Quadros”¹⁷⁵.

Nos 14 dias que separaram o momento da renúncia de Jânio Quadros e a posse do presidente João Goulart, repercutiu efeitos econômicos desastrosos para o estado do Ceará.

¹⁷³PATRULHA DO EXÉRCITO NAS RUAS DE FORTALEZA PARA MANTER A ORDEM. *Unitário*, Fortaleza, 7 set. 1961, capa.

¹⁷⁴ÔNIBUS VOLTARAM A CIRCULAR SOB A GARANTIA DA POLÍCIA: CALMA A SITUAÇÃO DA CIDADE. *Unitário*, Fortaleza, 7 set. 1961, capa.

¹⁷⁵ÔNIBUS VOLTARAM A CIRCULAR SOB A GARANTIA DA POLÍCIA: CALMA A SITUAÇÃO DA CIDADE. *Unitário*, Fortaleza, 7 set. 1961, capa.

Alguns jornais, como *Unitário*, ao cobrirem diariamente esses eventos, afirmavam que “no movimento comercial em nossa capital sexta-feira à tarde e ontem pela manhã, o movimento foi simplesmente irrisório”¹⁷⁶. Em outras ocasiões, o *Unitário* apontava que a crise econômica se agrava e que “o movimento de vendas está diminuindo, no alto comércio varejista, atingindo também nas transações por atacado, diante da expectativa reinante”¹⁷⁷. O problema se repetia no setor de exportações: “a mesma coisa está se verificando, aliás, de maneira mais acentuada. Os negócios no exterior estão praticamente paralisados, pois nenhum negócio vulto foi fechado depois da explosão da crise”¹⁷⁸.

Nesse momento de crise, professores e estudantes universitários reagiram por meio de manifestações, aderindo à greve nacional da UNE. No Ceará, formou-se a “adesão de todas as escolas superiores à greve geral decretada por universitários”¹⁷⁹, em rejeição à atitude do presidente renunciante. Os estudantes da Escola de Agronomia visitaram o prédio do jornal *Unitário* para a entrega de um telegrama, solicitando “ao presidente Jânio Quadros, no sentido de sustasse sua renúncia, ao Congresso Nacional para que não aceitasse o pedido do Sr. Quadros e à UNE, confirmando o seu apoio ao movimento grevista”¹⁸⁰. A postura desses estudantes demonstra a gravidade dos impactos de uma renúncia presidencial no campo da educação.

Enquanto, no Rio Grande do Sul, o governador Leonel Brizola mobilizava a população gaúcha e o país, de modo geral, por meio da divulgação das manifestações e discursos numa cadeia de rádios integradas à rádio instalada na sede do governador estadual, no Ceará, a situação era de cobrança a Parsifal Barroso para auxiliar nesse processo de ajuda social na garantia da normalidade e na contenção de movimentos que viessem aderir às ideias golpistas dos três ministros militares.

Em tese, o Brasil estava sendo governado interinamente por Ranieri Mazzilli, mas, na prática, o controle político estava nas mãos da Junta Militar, que resistia à entrega da sucessão do cargo presidencial ao vice-presidente João Goulart, eleito democraticamente em 1960. Como ministro da Justiça, Martins Rodrigues (PSD/CE) solicitava ao governador Parsifal Barroso (PTB/CE) a sua colaboração na campanha de normalidade das instituições no estado. Assim, mediante um telegrama enviado ao governador cearense, Martins Rodrigues comunicou que estava à “disposição de Vossência, esperando também contar com a sua patriótica e esclarecida cooperação para cumprimento exato dos altos deveres do

¹⁷⁶RENÚNCIA DE JÂNIO TEVE REFLEXO NO COMÉRCIO. *Unitário*, Fortaleza, 27 ago. 1961, p. 3.

¹⁷⁷REFLETE CRISE POLÍTICA NO COMÉRCIO DE FORTALEZA. *Unitário*, Fortaleza, 1 set. 1961, capa.

¹⁷⁸REFLETE CRISE POLÍTICA NO COMÉRCIO DE FORTALEZA. *Unitário*, Fortaleza, 1 set. 1961, capa.

¹⁷⁹ADESÃO DE TODAS AS ESCOLAS SUPERIORES À GREVE GERAL DECRETADA POR UNIVERSITÁRIOS. *Unitário*, Fortaleza, 27 ago. 1961, capa.

¹⁸⁰ADESÃO DE TODAS AS ESCOLAS SUPERIORES À GREVE GERAL DECRETADA POR UNIVERSITÁRIOS. *Unitário*, Fortaleza, 27 ago. 1961, capa.

referido cargo, na difícil conjuntura política que atravessamos”¹⁸¹.

A resposta de Parsifal Barroso veio dois dias depois, divulgada no mesmo jornal, o *Unitário*. O telegrama do governador informava que:

Certo interpretar uníssono pensamento povo cearense, momento aflitivo vida nação, manifesto vossa excelência confiança imediata ação conjunta presidência República Congresso Nacional e Forças Armadas no sentido, de, sob a inspiração sagrados princípios¹⁸².

Parsifal Barroso, além de reiterar o apoio à legalidade do governo João Goulart, complementava, posicionando-se favorável à “democracia preservação regime constitucional possa assegurar ordem pública e tranquilidade família brasileira, nunca tão reclamados face atual crise”¹⁸³.

A Campanha da Legalidade ganhava forma no Ceará, recebendo apoio de diversas instituições e autoridades diversas. Amplamente, as instituições públicas cearenses, municipais, estaduais e federais paralisaram o funcionamento “em face da crise nacional”¹⁸⁴. Prevalencia, nas instituições e nos servidores, uma mistura de medo com a incerteza dos desdobramentos, mas, ao mesmo tempo, uma preocupação com a defesa do regime democrático. A afirmação do *Unitário*, “esse estado de expectativa já dura nove dias, não se sabendo até quando perdurará”¹⁸⁵, demonstra bem a atmosfera do cotidiano dos cidadãos cearenses nesse momento.

A campanha vai sendo ampliada com a atuação da Rádio Dragão do Mar, na liderança de Moisés Pimentel, transmitindo as mobilizações e manifestações ocorridas pelo país na defesa da democracia. Esta rádio teve papel crucial na arregimentação das forças de esquerdas cearenses, tendo um lugar de destaque no estado, ao ponto de ser perseguida e fechada logo após o golpe de 1964.

Outro modo de ação na campanha deu-se através dos principais jornais impressos. Exemplo claro de posicionamentos favoráveis à posse do presidente João Goulart, temos a *Gazeta de Notícias*, quando comentava “não é mais o campo favorável a aventuras

¹⁸¹RODRIGUES A PARSIFAL: ORDEM PÚBLICA INALTERADA EM TODO O PAÍS. *Unitário*, Fortaleza, 29 ago. 1961, capa.

¹⁸²NOVO PRONUNCIAMENTO DE PARSIFAL A RESPEITO DA CRISE POLÍTICA NACIONAL. *Unitário*, Fortaleza, 1 set. 1961, capa.

¹⁸³NOVO PRONUNCIAMENTO DE PARSIFAL A RESPEITO DA CRISE POLÍTICA NACIONAL. *Unitário*, Fortaleza, 1 set. 1961, capa.

¹⁸⁴REPARTIÇÕES PÚBLICAS ESTÃO PRATICAMENTE PARADAS EM FACE DA CRISE NACIONAL. *Unitário*, Fortaleza, 2 set. 1961, capa.

¹⁸⁵REPARTIÇÕES PÚBLICAS ESTÃO PRATICAMENTE PARADAS EM FACE DA CRISE NACIONAL. *Unitário*, Fortaleza, 2 set. 1961, capa.

golpistas”¹⁸⁶. Assim, havia posições vindas da parte da imprensa em rejeição às especulações de defesa ao golpe dos militares. As coberturas das manifestações reforçavam também esse lugar de protagonismo à legalidade, como a divulgação da manifestação dos estudantes, intitulada “rede da legalidade dos estudantes: passeata e enterro de Lacerda”¹⁸⁷. A manifestação percorria as principais avenidas da capital, conduzindo, “num caixão mortuário”, a presença do “corpo do Corvo”, em referência à rejeição e ao combate à personalidade de Carlos Lacerda, visto como o principal responsável pela crise no país.

Após vencidas as batalhas no Congresso Nacional, a Junta Militar e os acordos com a medida parlamentarista, foi garantida a posse de João Goulart no dia 7 de setembro de 1961. Após atravessar um longo percurso, passando por Paris, Nova Iorque, Cidade do Panamá, Lima, Buenos Aires, Montevideu e Porto Alegre, o presidente chegou em Brasília para tomar posse como presidente da república.

A notícia acerca da posse sob as condições do parlamentarismo foi transferida ao Ceará, no caso, ao governo de Parsifal Barroso, mediante o vice-governador Wilson Gonçalves, que acompanhava, no Rio de Janeiro, os desdobramentos das negociações entre o Congresso Nacional e a Junta Militar.

Em sua posse, João Goulart realizou um discurso vibrante, sendo também constituído por preocupações apaziguadoras, que pretendiam solucionar o cenário instaurado de crise político-militar. O seu discurso pode ser dividido em algumas partes: reconstituição da conjuntura de crise instaurada no país; agradecimento às instituições, e demonstração de comprometimento ao regime democrático e constitucional.

[...] como Presidente da República, dirijo os agradecimentos do país e formulo um apelo para que não nos falem em nenhum momento com o seu apoio e solidariedade, em nome dos mais sagrados interesses da Pátria comum¹⁸⁸.

O discurso de João Goulart, nesse momento, constituía-se em um pacto com a sociedade brasileira e teve uma dimensão política em torno da conciliação, assim como também em agradecimento aos resultados obtidos por esse engajamento. No que diz respeito aos agradecimentos, João Goulart recupera, nominalmente, as principais instituições que desempenharam ações políticas visando a manutenção democrática e o retorno à normalidade do país. No rol de agradecimentos, destacava-se Ranieri Mazzilli, a Igreja Católica e demais denominações eclesiais, os estudantes, os trabalhadores, a imprensa e os militares.

¹⁸⁶In: **Gazeta de Notícias**. 26 de agosto de 1961, página 3.

¹⁸⁷In: **Gazeta de Notícias**. 10 de setembro de 1961, capa.

¹⁸⁸MARCELINO, Wanielle Brito. Discurso de posse de João Goulart na Presidência da República no Regime Parlamentarista. In: _____. **João Goulart (1918–1976)**: Discursos selecionados do presidente João Goulart. Brasília: FUNAG, 2009.

As repercussões da posse de João Goulart no Ceará podem ser encontradas em publicações nos/pelos jornais impressos, como no *Unitário*, que destacou que a cerimônia de posse passou por diversas interrupções com as reações do público ao ter menção de cada instituição na contribuição para o desfecho democrático. O *Unitário* enfatizava que João Goulart foi interrompido por cerca de 19 vezes¹⁸⁹. Os aplausos eram identificados em todo o plenário e nas galerias do Congresso Nacional.

A posse de João Goulart foi caracterizada, pela *Gazeta de Notícias*, com um sentido de relevância à democracia brasileira. Nesse jornal, o comentarista Jonas Silva dizia que:

Dentro da politicagem, não somos filiados a partido algum, mas, no sentido sadio da verdadeira política, embora houvesse surgido dúvidas sobre as ideologias do Presidente Nacional, pertencemos ao PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO. A Justiça Divina tarda, mas não falta. Esta crise política, uma das mais perigosas que a história de nossa Pátria já registrou, originada da politiquice e do impatriotismo de alguns brasileiros veio demonstrar ao nosso povo que S. Excia., o Dr. João Goulart, é um verdadeiro patriota e não um adepto do comunismo, como foi injustamente taxado. Mercê da Providência e graças ao patriotismo e ao coração humanitário de S. Excia., o nosso sangue, não está sendo imbebido pela terra. Não fora a magnitude de seu coração, o seu alto patriotismo, o Brasil já estaria mergulhado na guerra civil. E somente Deus, com a sua divindade, poderia evitar a tomada do poder plena força. No entanto, S. Excia., o Dr. João Goulart, para não ver o sangue de seus irmãos correr pelo solo pátrio, adaptou-se a uma forma de governo que julgamos inconstitucional, arcaica e contrária a todos os nossos princípios democráticos.¹⁹⁰

A tônica do texto, escrito por Jonas Silva, reflete a leitura que se fazia dos acontecimentos nessa conjuntura de crise, incluindo a posse de João Goulart, vista como expressão máxima do respeito aos resultados eleitorais, empossando um presidente eleito democraticamente. Por outro lado, extensivamente dessa primeira, a posse de Goulart servia para a exaltação dos princípios da ordem democrática, a única capaz de possibilitar as garantias constitucionais e o retorno à normalidade da vida social, econômica e política. No entanto, sabemos que as condições no regime parlamentar eram limitadas e causadoras de conflitos, uma vez que o primeiro-ministro, as equipes ministeriais e sua base de apoio no Congresso Nacional, em alguns momentos, causavam determinados impasses aos projetos do governo de João Goulart.

Estes ministérios foram caracterizados por crises de gabinetes, renúncias de ministros que militariam na conspiração do golpe de 1964 e ministros que passaram a fortalecer oposição a João Goulart também nos governos estaduais. Uma demonstração dessa mudança de comportamento político é Virgílio Távora (UDN), que, até o início de 1962, era

¹⁸⁹JOÃO GOULART INTERROMPIDO 19 VEZES. *Unitário*, Fortaleza, 12 set. 1961, p. 2.

¹⁹⁰ *Gazeta de Notícias*, 10 de setembro de 1961.

ministro da Viação e Obras Públicas, mas renuncia à pasta para disputar o cargo de governador, em aliança entre UDN, PSD e PTN.

2.5 A fundação da *União pelo Ceará*

Nas eleições de 1962, observa-se a quebra da tradição na qual o governante não conseguia fazer um sucessor. Parsifal Barroso (PTB), ainda que militando em partido ideologicamente oposto a Virgílio Távora (UDN), realizou uma ação política favorável à formação da *União pelo Ceará*, visando uma ampla oposição ao prestígio de Carlos Jereissati (PTB) e os movimentos de esquerda e do pacto sindical cearense. Para desestabilizar a liderança de Carlos Jereissati, o governador deixou a disposição da campanha realizada pela aliança interpartidária, *União pelo Ceará*, toda a estrutura governamental.

Exatamente há um ano da renúncia de Jânio Quadros, a imprensa cearense se mobilizou na divulgação de uma nova aliança política para as eleições, denominado de *União pelo Ceará*. O candidato indicado para essa organização na sucessão estadual foi o coronel Virgílio Távora, apoiado pelos principais líderes políticos como Waldemar Alcântara (presidente regional do PSD), Gentil Barreira (presidente regional da UDN) e Parsifal Barroso (presidente regional do PTN). Como se observa, a organização política recepcionava as principais forças político-partidárias na contenção do avanço das esquerdas pelo PTB. Outro aspecto relevante que tomou forma de apoio a essa organização veio dos militares, da Igreja Católica, das classes produtoras e da própria imprensa¹⁹¹.

A aproximação e envolvimento de empresários industriais na campanha da *União pelo Ceará* tem uma profunda relação com a defesa dos interesses privados, especialmente de natureza econômica, a qual foi instrumentalizada ao lado dos interesses conservadores e morais, para deslegitimar o processo político que visava a realização de reformas pelo governo de João Goulart, especialmente, a reforma agrária. Assim, estava posto uma polarização política, em que de um lado, estava as esquerdas trabalhistas cearenses, que viam na reforma agrária uma possibilidade de melhorias das condições e dos direitos do trabalho e

¹⁹¹ Até o presente momento, prevalece uma dificuldade sobre os valores cobrados pelos grupos ou diretores de jornais impressos no Ceará para a publicização de notas e notícias. Essa dificuldade aumenta mais ainda, quando há a participação dos diretores e jornalistas na cobertura das disputas políticas como a *União pelo Ceará* em 1962, em que eles estiveram disputando cargos eletivos no legislativo estadual e federal. Neste sentido, não temos como mensurar os valores pagos pela *União pelo Ceará* para ter visibilidade da sua campanha nos jornais de circulação local e estadual. As poucas fontes que temos diz respeito aos relatórios da CPI de 1963, a qual ouviu alguns parlamentares envolvidos em supostos escândalos de corrupção com recursos dianceiros do IBAD no Ceará para promoção da campanha política da *aliança unionista*. A situação se repete em relação a números de tiragem diária desses jornais cearenses. De forma mais segura, com base nos próprios jornais, podemos afirmar que boa parte dos seus conteúdos eram lidos em tribunas, rádios, púlpitos e rodas de conversas sobre política local, seja para referendar ou discordar de algum aspecto da publicização nos jornais.

do outro lado, as diretas cearenses que enxergam as medidas anunciadas pelo presidente da República como uma ameaça aos seus interesses pessoais.

Chegado o período das campanhas eleitorais, duas organizações políticas estavam constituídas, demonstrando uma polarização política no Ceará: a *União pelo Ceará*, vista como aceno aos movimentos das direitas a favor de Virgílio Távora, e a *Frente Democrática*, representando as esquerdas, com a candidatura em torno de Adahil Barreto. As campanhas eleitorais eram repletas de narrativas com mobilização do discurso anticomunista, os impasses do sistema parlamentarista, as *Cruzadas do Rosário em Família*, a *Moralização dos Bons Costumes Políticos* e a *Aliança Para o Progresso*.

Para os partidos que representavam as direitas cearenses, as eleições de 1962 serviram como estratégia política, possibilitando em várias frentes à realização de uma ampla mobilização do conservadorismo com o intuito de influenciar o eleitorado cearense, religioso e trabalhista.

2.5.1 A campanha eleitoral e seus atores

Nas campanhas políticas de 1962, a imprensa cearense teve um papel importante, seja na visibilidade dos atores em ação política, seja como ator interessado nesse processo. Como demonstração da atuação desempenhada pelos atores e da imprensa, temos a publicação a seguir:

Moralização dos Costumes visita mais fábricas: TRABALHADORES OUVEM PREGAÇÃO EM FAVOR DA CAMPANHA DO CEL MURILO PARA PREFEITO. Trabalhadores da Fábrica Siqueira Gurgel¹⁹² reuniram-se demonstrando grande interesse, a fim de ouvir a palavra dos dirigentes da CAMPANHA DE MORALIZAÇÃO DOS COSTUMES POLÍTICOS, que discorreram sobre a importância das eleições. Romeu Aldigueri, Coordenador da Campanha, dr. Lindolfo Cordeiro e Odílio Figueiredo fizeram-se presentes ao encontro, que teve também como finalidade mostrar aos trabalhadores a imperiosa necessidade da eleição de homens honestos, dignos e capazes, como se vê na foto. Essa reunião, diga-se de passagem, foi realizada logo depois de uma outra na Fábrica A.D. Siqueira que também prendeu a atenção de grande número de trabalhadores. A CAMPANHA PELA MORALIZAÇÃO DOS COSTUMES POLÍTICOS bate-se com denodo e entusiasmo, pela eleição do Coronel Murilo Borges à Prefeitura, convencida de que o ilustre Militar é o que melhor representa as aspirações

¹⁹² Fábrica fundada em 1925, localizada no bairro Otávio Bonfim e fundada por Teófilo Gurgel Valente do Amaral e Antonio Diogo Siqueira, natural de Itapajé, ali se fabricava sabonete Sigel, óleo, pajeú, sabão Pavão e gordura do coco Cariri. Ver: VIANNA, Carlos Negreiros. As múltiplas facetas de um marchante: a vida empresarial de Antônio Diogo de Siqueira. *Revista do Instituto do Ceará*, v. VI, 2009. Disponível em: https://institutoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAno/2009/09_Art_AsMultiplasFacetasdeumMarchante.pdf. Acesso em: 30 out. 2025.

de progresso do nosso Município e do bem estar do nosso povo¹⁹³.

A candidatura de Murilo Borges e Virgílio Távora, além de representar a instituição militar, tinha alguns deles trabalhando diretamente na administração dos recursos financeiros da *União pelo Ceará*, como os generais Aécio de Borba e Humberto Ellery. A candidatura de Murilo Borges estava em consonância com a candidatura de Virgílio Távora através dos mesmos elementos mobilizados: discurso anticomunista, moralização da política e envolvimento do eleitorado trabalhador na ideologia conservadora.

Ambas as candidaturas estavam alinhadas à *União pelo Ceará*, embora em níveis distintos: Murilo Borges concorria à prefeitura de Fortaleza, enquanto Virgílio Távora disputava o governo do estado. Essa articulação político-militar, presente nas candidaturas em âmbito municipal e estadual, resultou em uma expressiva vitória das direitas cearenses, que mais tarde se consolidariam com o regime militar.

Percebemos que os empresários cearenses, em afinidades de interesses com as chapas atreladas à *União pelo Ceará*, transformaram os seus ambientes de trabalhos em palanque para os seus candidatos disseminarem as suas ideias. O papel desempenhado pelas elites políticas e econômicas buscava conquistar o eleitorado operário e industrial cearense, que também seria disputado pela agenda eleitoral de Carlos Jereissati. O discurso moralizador tornou-se um dos principais instrumentos de influência sobre esse eleitorado nas candidaturas vinculadas e apoiadas pela *União pelo Ceará*.

A candidatura de Virgílio Távora, da *União pelo Ceará*, teve a sua disposição o governo de Parsifal Barroso, utilizando sua imagem e influência para a promoção do seu candidato. Vejamos abaixo como Parsifal Barroso contribuiu para rebater o seu principal oponente, Carlos Jereissati.

O Governador Parsifal Barroso esmagou, ontem, através da TV, todas as mentiras da véspera do falsário Jereissati. O sr. Parsifal Barroso concluiu sua exposição dizendo que o homem do linho nem sequer se referiu aos srs. Virgílio Távora, Figueiredo Correia e Wilson Gonçalves, concentrando todo seu ódio na candidatura do sr. Tancredo Alcântara, por ser o candidato gente sua, pessoa de sua confiança. Objetivo da “União pelo Ceará”. Inicialmente, o Governador expôs os objetivos da “União pelo Ceará”, afirmando que o esquema, se hoje não presta para o sr. Jereissati, é apenas porque o falsário está fora dele! Do contrário, seria a melhor coisa do mundo... Sempre calmo e sereno, o Governador foi destruindo, uma a uma, as mentiras do homem da CEXIM. Quanto aos recursos da sua campanha para o Governo, esclareceu o sr. Parsifal Barroso que, de início, foi sua própria esposa que com um Livro de Ouro (que exibiu perante as câmaras da TV), conseguiu os primeiros recursos para a campanha. Depois, em face da insuficiência de tais recursos,

¹⁹³ Moralização dos Costumes visita mais fábricas: TRABALHADORES OUVEM PREGAÇÃO EM FAVOR DA CAMPANHA DO CEL MURILO PARA PREFEITO. *Unitário*, 1 de setembro de 1962, página 2.

o industrial Ricardo Jafet¹⁹⁴ veio ao seu encontro e fez uma doação de vinte milhões para a campanha, que foram entregues ao tesoureiro, sr. Jereissati que os movimentou como bem quis. Não houve nenhum segredo e nem nada e nem nada lhe foi pedido em recompensa. O sr. Ricardo Jafet não tem nenhum interesse no Ceará e nem sequer nunca veio aqui. Alguns recursos também foram conseguidos no Ceará¹⁹⁵.

O governador Parsifal Barroso desempenhava uma batalha político-ideológica travada contra Carlos Jereissati. O trecho acima revela o posicionamento da imprensa, caracterizando os candidatos da *União pelo Ceará* como pessoas “calmas”, “transparentes” e “honestas”, cujas qualidades serviriam para desmontar a campanha da “*Frente Democrática*”, a qual tinha como candidato Adahil Barreto, apoiado por Carlos Jereissati. Por outro lado, a referida entrevista procurava atacar o empresário industrial têxtil, o deputado federal Carlos Jereissati, adjetivando-o como “o homem do linho” e associando essa posição econômica com os supostos escândalos de corrupção envolvendo a Carteira de Comércio Exterior e Importação do Banco do Brasil (CEXIM), a qual recebeu uma instalação de CPI na Câmara dos Deputados em 1953 para investigar as supostas fraudes em torno das licenças de importação de tecidos de linho. Já se tinha passado quase dez anos dessas investigações, e ainda assim, tornou-se objeto de acusação instrumentalizado pelos membros da *União pelo Ceará* para acatar os candidatos das esquerdas trabalhistas.

Como se observa, Parsifal Barroso, por ter uma passagem político-partidária no PTB, além de usufruir do próprio governo estadual, agora procurava manobrar os trabalhadores pelo programa da campanha da *União pelo Ceará* e pretendia realizar um diálogo entre as classes produtoras e a classe trabalhadora, visando a mesma finalidade: convencer os trabalhadores de uma possibilidade de conquista trabalhista, inviabilizando uma aproximação com os movimentos grevistas ou com a campanha preconizada por Carlos Jereissati. No entanto, havia uma liderança sindical que não se deixava manobrar, que era Moura Beleza, que estava retornando ao Ceará para que, em alinhamento com o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), organizasse o movimento grevista em ameaça a não realização do plebiscito ainda em 1962.

Como nas eleições anteriores, em 1962, o discurso anticomunista foi mobilizado para interferir no resultado do pleito. Justamente no dia da votação, 7 de outubro de 1962, os jornais cearenses replicavam diferentes matérias, notas e propagandas anticomunistas, que vinham de diversos grupos e instituições, como da Igreja Católica, na personalidade de Dom

¹⁹⁴ Natural de São Paulo, advogado formado na Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1930, fundador da empresa Mineração Geral do Brasil, apoiador da campanha presidencial de Getúlio Vargas (1950), presidente do Branco do Brasil (1951), dono das empresas Banco Cruzeiro do Sul, Fiação Jafet, Imobiliária Bom Pastor e cunhado de Paulo Maluf, irmão de Neli Maluf Jafet.

¹⁹⁵In: **Unitário**, 3 de setembro de 1962, página 8.

Antônio de Almeida Lustosa, que estampava na capa do *Unitário*, dizendo: “Candidato que aceita voto de comunista não merece voto católico”¹⁹⁶.

A situação de interferência do meio religioso se repetia com a carta circular do bispo de Limoeiro do Norte, que pressionava os fiéis, ao dizer que “ao penetrar na cabine para votar, lembre cada um que vai se influir definitivamente, com seu voto, nos destinos da Pátria e quiçá da Igreja”¹⁹⁷. O bispo Dom Aureliano Matos¹⁹⁸ dizia aos fiéis que o ato de votar deveria ser mediado pela “consciência cristã”, inclinando-os a eleger os candidatos conservadores. As posições das lideranças religiosas cearenses, ao interferirem no eleitorado para votarem em candidatos e partidos que não fossem comunistas, de certo modo, favoreciam aos candidatos da *União pelo Ceará*.

2.5.2 Os comícios

Os comícios dos candidatos da *União pelo Ceará* e da *Frente Democrática*, que disputavam as eleições de 1962, foram mobilizados intensamente nas páginas dos jornais impressos. Aqui, reportaremos apenas as divulgações dos comícios da *União pelo Ceará*, realizados na capital e nas cidades interioranas que destacaram em circulação pela imprensa cearense, como podemos ver no quadro abaixo:

Quadro 10: Os comícios da *União pelo Ceará* na imprensa *Unitário*

TÍTULOS DAS MATÉRIAS	JORNAL	DIA	MÊS	ANO	PÁGINA
“Depois do monumental comício de Cristo Rei Virgílio Távora hoje na Praça de Otávio Bonfim à noite”	<i>Unitário</i>	2	Setembro	1962	8
Hoje grande concentração de Virgílio Távora no Cristo Rei	<i>Unitário</i>	1	Setembro	1962	8
“Líderes sindicais debaterão hoje o programa de Virgílio”	<i>Unitário</i>	5	Setembro	1962	capa
“3 monumentais comícios hoje em favor de Virgílio”	<i>Unitário</i>	7	Setembro	1962	8
“Carlito Pamplona integra-se na campanha de Virgílio hoje”	<i>Unitário</i>	9	Setembro	1962	Capa
“Chefe do PTB de Juazeiro do Norte ao lado de Virgílio!”	<i>Unitário</i>	11	Setembro	1962	8
“Figueiredo: o sertão em peso ao lado de Virgílio”	<i>Unitário</i>	11	Setembro	1962	8
“Bela Vista, Campo do Pio e Panamericano hoje vão aplaudir Virgílio Távora”	<i>Unitário</i>	12	Setembro	1962	8
“Será esmagadora a maioria de Virgílio Távora em Morada Nova”	<i>Unitário</i>	13	Setembro	1962	8

¹⁹⁶CATÓLICOS, DOM ANTÔNIO DE ALMEIDA LUSTOSA JÁ DISSE. *Unitário*, Fortaleza, 7 out. 1962, capa.

¹⁹⁷CIRCULAR DE DOM AURELIANO MATOS AOS FIÉIS CATÓLICOS. *Unitário*, Fortaleza, 7 out. 1962, capa.

¹⁹⁸ Natural de Itapajé, bispo católico, foi nomeado como primeiro bispo da cidade de Limoeiro do Norte (Vale do Jaguaribe) em 1940e atuou ampla na política local e regional, especialmente na defesa do projeto educacional conservador, do qual resultou a criação da Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos ainda no regime militar, denominada de FAFIDAM, pertencente à Universidade Estadual do Ceará. Ele foi apoiador do golpe de 1964 e participante da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, realizada na entrada da Igreja Matriz em que exercia o bispado. Defendeu a ARENA e a modernização conservadora, combatendo as transformações liberais e movimentos de inspiração socialistas.

“Virgílio hoje com os candidatos à câmara municipal: contatos”	Unitário	13	Setembro	1962	8
“Mucuripe ao lado de Virgílio: grande concentração amanhã!”	Unitário	14	Setembro	1962	8
“Hoje, o grande comício de Virgílio em Mucuripe”	Unitário	15	Setembro	1962	8
“Praia de Iracema hipoteca apoio a Virgílio — Comício”	Unitário	18	Setembro	1962	8
“Caravana de vitória amanhã Porangabuçu, Bom Sucesso e Vila Brasil: três comícios”	Unitário	20	Setembro	1962	8
“Antonio Bezerra vai prestar significativa manifestação de apoio a Virgílio: dia 20”	Unitário	21	Setembro	1962	8
“Juazeiro em peso ao lado de Virgílio!”	Unitário	21	Setembro	1962	8
“Ipaumirim, Crato e Missão Velha consagram Virgílio”	Unitário	23	Setembro	1962	Capa
“Grande comício de Virgílio amanhã em Limoeiro do Norte”	Unitário	26	Setembro	1962	8
“Virgílio hoje no Pirambu e Arraial Moura Brasil”	Unitário	26	Setembro	1962	8
“Amanhã monumental comício em São João do Tauape em favor de Virgílio Távora”	Unitário	27	Setembro	1962	8
“São João do Tauape e Messejana com Virgílio”	Unitário	28	Setembro	1962	8
“Ipaumirim ao lado de Virgílio”	Unitário	28	Setembro	1962	8
“Parangaba ao lado de Virgílio: comício hoje e amanhã em A. Bezerra”	Unitário	29	Setembro	1962	8
“Monumental concentração pró Virgílio em Antonio Bezerra”	Unitário	30	Setembro	1962	8
“Povo de Iguatu recebeu cel. Virgílio Távora”	Unitário	31	Setembro	1962	8
“Encerramento da campanha de Virgílio amanhã na Praça da Sé com grandiosa concentração”	Unitário	3	Outubro	1962	8
Concentração-Monstro pró-Virgílio hoje na Praça da Sé, às 20hs.”	Unitário	4	Outubro	1962	8
“Comício de encerramento foi o retrato da vitória”	Unitário	5	Outubro	1962	8

Fonte: Elaboração própria com base nas informações extraídas do jornal Unitário (set. e out. de 1962)

A imprensa cearense promovia mobilização política ao pautar a campanha eleitoral da *União pelo Ceará* através da visibilidade das agendas programadas para realização de comícios e após o acontecimento, colaborava no processo de influência do eleitorado na adesão ao projeto defendido pela *União pelo Ceará*. Mesmo que essa imprensa procurasse atuar na divulgação da campanha da *Frente Democrática*, havia uma larga diferença quantitativa na publicização do material de campanha entre ambas as coligações, destacando-se nesse aspecto o material da *União pelo Ceará*. As divulgações das agendas referentes aos comícios e seu acontecimento efetivo, em boa medida, eram registradas em capa ou na última página do jornal.

A campanha eleitoral de 1962 foi disputada na forma de coligações partidárias entre os grupos políticos oponentes. Aliás, em todo o período da terceira república, todas as eleições ocorridas no Ceará se deram pela forma de coligações e alianças. No que diz respeito a 1962, a aliança *União pelo Ceará* tinha melhor destaque e, quantitativamente, circulação entre os jornais impressos cearenses. As razões poderiam ser diversas: afinidades com os interesses defendidos por essa coligação, ou por uma robusta campanha, advindas de melhores recursos no financiamento do *marketing* político, uma vez que se pagava para circular as propagandas nas páginas jornalísticas.

2.5.3 Os cartazes

Por esta razão, os jornais cearenses dão destaque a outro tipo de mobilização

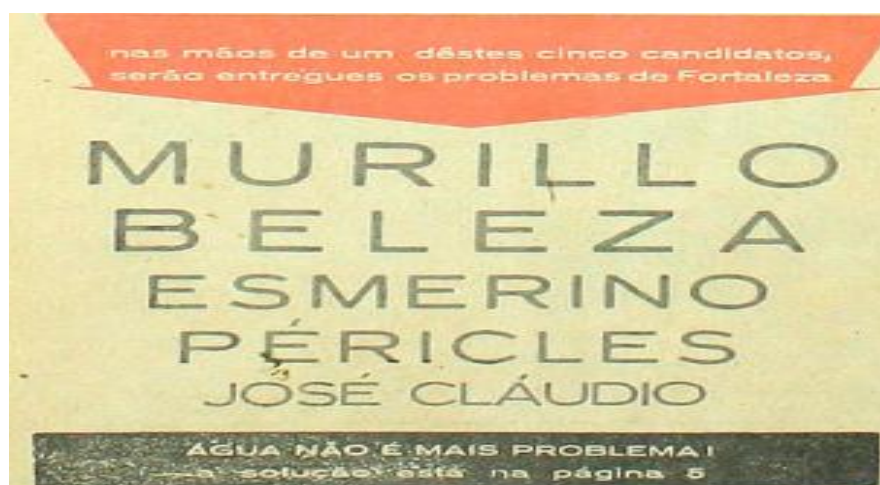
político-eleitoral em 1962: a circulação impressa dos cartazes e de campanhas dos candidatos em disputas, nos quais sobressaíram, em linha de frente e qualidade, as propagandas e *layout* do material de campanha do candidato Virgílio Távora, líder político da *União pelo Ceará*. A tônica das campanhas em cartazes dava destaque para o sentido de uma “união de forças” (aperto de mãos), cuja unidade colocaria o Ceará em desenvolvimento econômico (utilização do símbolo do trator) e com projeção nacional.

Figura 6: Campanha União pelo Ceará



Fonte: jornal Unitário de 1962

Figura 7: Campanha União pelo Ceará



Fonte: jornal Unitário de 1962

Figura 8: Campanha União pelo Ceará



Fonte: jornal Unitário de 1962

Como podemos ver, por meio desses cartazes, a candidatura de Virgílio enfatizava uma ideia de progresso diferente daquela preconizada pelas esquerdas em torno de Carlos Jereissati. A compreensão de progresso por parte da campanha de Virgílio estava associada à ideia de harmonização e manutenção da ordem social e dos “postulados cristãos”.

2.5.4 Os “santinhos”

A *União pelo Ceará* também se diferenciava das coligações democráticas quanto à mobilização político e eleitoral na forma de fazer publicização, utilizando os famosos “santinhos”, como se pode perceber logo a seguir, para atrair o eleitorado cearense. O número de santinhos dos candidatos da *União pelo Ceará* publicados em jornais era muito superior ao da campanha de oposição. Este elemento pode ser relacionado com as denúncias ocorridas à época, posteriormente, investigadas pela CPI de 1963, na Câmara Federal, acerca dos recursos do instituto IBAD em financiar a campanha dos candidatos da *União pelo Ceará*.

Figura 09: Campanha União pelo Ceará



Fonte: Jornal *Unitáriode* 1962.

Assim como ocorria com as divulgações dos comícios, a maioria das publicações dos “santinhos” na imprensa cearense era na capa do jornal ou na última página, preenchida totalmente com matérias, notícias e propagandas eleitorais. Os “santinhos” tinham outros padrões na forma de circulação — foto, seguida de nome do candidato e número; sem foto, nome e número; caricatura, nome e número. A sua disposição em jornais impressos dava-se por uma forma geométrica quadrada, de um acima do outro, formando colunas, uma ao lado da outra. Os candidatos poderiam ser deputados estaduais e federais, senadores, prefeitos, vereadores e governador, uma vez que as eleições de 1962, no Ceará, foram para esses cargos.

Figura 11: Marcha da Apuração

... como do interior do Estado.

MARCHA DA APURAÇÃO				<i>oferta de</i> <i>Gustavo Silva S/A</i>	
DADOS FORNECIDOS PELO T. R. E. ATÉ AS 21 HS. DE ONTEM					
PARA GOVERNADOR — Capital — Interior — Total					
Virgílio Távora	6.808	24.938	30.346		
Adolfo Buarque	3.304	2.557	18.308		
P/ VICE GOVERNADOR					
Figueiredo Gomes	8.308	19.408	30.746		
PARA SENADOR					
Carlos Jernassi	8.308	19.408	19.388		
Osvaldo Oliveira	7.047	7.100	9.946		
Wilson Gonçalves	6.836	17.247	28.308		
Tacendo Alcântara	4.209	12.688	16.897		
PARA PREFEITO DE FORTALEZA					
Mário Borges	4.338				
Maura Botelho	3.797				
Romário Arruda	328				
Peterson Moreira	3.308				
João Claudio	304				
P/ VICE PREFEITO					
Antônio Gêise	1.308				
Prof. Teixeira	708				
Mário de Azeite	408				
Laurival Sabóia	128				
Despacho Lima	1.324				
Agostinho Leite	1.381				
Manoel Lima Soares	378				
Luís Campos	2.308				
Costa Pamplona	698				

GUSTAVO SILVA S/A

RUA SENADOR POMPEU, 1022

MACON

Máquinas de proteger e visar cheques, para Bancos e Cooperativas. Autentique os seus cheques, colando nos mesmos a sua própria firma.

Fonte: Jornal Unitário de 1962.

Após a votação, os jornais praticavam outra modalidade de fazer mobilização do eleitorado cearense em torno das candidaturas que disputavam vagas nas eleições de 1962, que era por uma coluna diária, denominada de *Marcha da Apuração*. Nela, os resultados parciais, dia após dia, até chegar em seu resultado final, alimentavam o consumo dos jornais cearenses em busca de informações acerca de seus candidatos. O engajamento contribuía para formulações de hipóteses de vitórias e de opiniões, e havia outros aspectos que oportunizavam este tipo de comportamento, como as demoras na entrega das urnas de votos ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará, que, muitas vezes, estavam relacionadas à falta de comunicação, transportes, confisco de urnas, entre outras causas.

Conforme consta no histórico do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará, o periódico que divulgava os resultados eleitorais teve diversas transformações:

A primeira edição veio a lume em junho de 1956. Com periodicidade trimestral, intitulava-se Boletim Eleitoral. O primeiro número publicado cobria o período de abril a junho daquele ano. Essa periodicidade foi rigorosamente mantida até o número 19, relativo ao trimestre de outubro a dezembro de 1960. No ano seguinte, 1961, foi publicada apenas uma edição do Boletim Eleitoral, cobrindo o ano inteiro, ou seja, janeiro a dezembro, conforme explicitado na capa. Em 1962, foram publicadas três edições: uma semestral (de janeiro a junho) e duas trimestrais (de julho a setembro e de outubro a dezembro). Nos dois anos seguintes, houve apenas um boletim por ano: em 1963, uma edição referente a janeiro a junho, e, em 1964, a edição foi referente aos meses de julho a dezembro de 1963. Em 1965, não foi

publicado o Boletim Eleitoral¹⁹⁹.

As eleições de 1962 pertenciam à primeira fase (1956–1971) de consolidação e periodicidade das publicações dos *Boletins Eleitorais*. No entanto, enquanto os resultados informados oficialmente não chegavam, os jornais exerciam o papel de trazerem informações parciais, coletadas junto ao TRE-CE. O que se depreende dos jornais, como *O Nordeste*, é que o TRE-CE instalou “cinco Juntas Apuradoras, admitindo o Tribunal Regional Eleitoral, que haja necessidade de criação de outras, a fim de apressar o trabalho de apuração”²⁰⁰, e noticiam os resultados eleitorais, dando orientações fundamentais, como “Saiba, a partir de hoje através de “O Nordeste”, onde votará no dia das eleições”²⁰¹, horários das eleições e regras eleitorais²⁰². Após as eleições (7 de outubro de 1962), o periódico chamava a atenção dos leitores: “Apuração começou: resultado vem aí!”²⁰³.

O Nordeste lançava textos informativos com teor especulativo em torno de um dos candidatos apoiados pela *União pelo Ceará*, como o coronel Murilo Borges: “Qual dos três tem a verdade?...Murilo, Beleza e Pekim estão certos da vitória?”²⁰⁴. Entre as perguntas lançadas e divulgações parciais, os jornais cearenses preenchiam um espaço aberto, devido às dificuldades organizativas do TRE, para a divulgação dos votos apurados, lidos pelas rádios amadoras existentes à época.

De imediato, podemos afirmar que esse grupo, constituído por três partidos, desempenhou variadas ações, conforme as mudanças conjunturais eram vivenciadas objetivando a continuidade dos seus acordos políticos, como, em 1962, quando o grupo promoveu ação e narrativa anticomunista em torno das eleições do referido ano como tentativa de contenção das forças políticas ligadas ao governo de João Goulart nos estados do Nordeste brasileiro, sobretudo no Ceará, na figura de Carlos Jereissati e sua aproximação com as organizações e entidades sindicalistas.

Após vencerem as eleições de 1962 e terem sido empossados nos cargos eletivos, veio o processo de distribuição de secretarias, cargos públicos e comissionados e indicações para cargos eletivos no âmbito estadual, transformando a *União pelo Ceará* num componente indispensável à construção de acordos para distribuição desses cargos e em

¹⁹⁹Disponível em: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ. Histórico da revista. **Suffragium: Revista do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará**, Fortaleza: TRE-CE, [s.d.]. Disponível em: <https://suffragium.tre-ce.jus.br/suffragium/historicodarevista>. Acesso em: 31 out. 2025.

²⁰⁰5 JUNTAS APURADORAS. **O Nordeste**, Fortaleza, 1 out. 1962.

²⁰¹SAIBA, A PARTIR DE HOJE ATRAVÉS DE “O NORDESTE”, ONDE VOTARÁ NOS DIAS DAS ELEIÇÕES. **O Nordeste**, Fortaleza, 3 out. 1962.

²⁰²O jornal *O Nordeste* destinou uma coluna denominada de *Coluna da Aliança Eleitoral do Ceará*, formalizando diariamente as informações do TRE-CE ao leitor cearense.

²⁰³APURAÇÃO COMEÇOU: RESULTADO VEM AÍ!. **O Nordeste**, Fortaleza, 8 out. 1962.

²⁰⁴QUAL DOS TRÊS TEM A VERDADE?... MURILO, BELEZA E PEKIM ESTÃO CERTOS DA VITÓRIA?. **O Nordeste**, Fortaleza, 11 out. 1962.

instrumento em acomodação dessas forças políticas para o andamento da normalidade da agenda do governo estadual e da sua sobrevivência política. Com a implantação do novo sistema político bipartidarista, ocorreu o processo de transmutação jurídico partidária na forma da ARENA, ampliando as suas identidades políticas, marcadas pela ideia de que eles eram “revolucionários autênticos”.

Conclui-se que a eleição de 1962 sinalizou o coroamento de dois movimentos que estiveram em pleno processo de consolidação no Ceará: o primeiro, diz respeito a constituição de uma prática política baseada nas aproximações partidárias em torno de alianças interpartidárias, as quais pavimentaram caminho para o aumento de prestígio de determinados chefes de famílias políticas, especialmente os Távora, no controle do estado do Ceará, cujo coroamento é a liderança de Virgílio Távora com a *União pelo Ceará*. O segundo movimento, é que essas alianças interpartidárias no período de 1947 a 1962, conformaram um campo de alinhamento político pautada em agendas conservadoras e anticomunistas, cujas experiências e trajetórias foram muito bem instrumentalizadas pela *União pelo Ceará* e posteriormente, como capital político a ser aplicado no processo de transição para ARENA no estado.

CAPÍTULO II - A SOBREVIVÊNCIA DA UNIÃO PELO CEARÁ

Tendo passado dois anos de fundação, 27 de agosto de 1962, a *União pelo Ceará* entrou numa nova fase de disputas políticas envolvendo alguns cargos, recursos e projeções na sucessão estadual nas eleições de 1966. Os diferentes partidos e alas que compuseram essa aliança passaram a dinamizar alguns enfrentamentos, visando o controle do grupo.

Dois aspectos importantes caracterizavam a valorização da *União pelo Ceará*: primeiro, a aliança possuía uma base político-parlamentar bastante sólida, não significando ausência de conflitos ou desentendimentos, mas no sentido de fazer referendar os objetivos traçados. Em segundo lugar, desempenhou ações que convergiram na adesão aos militares, favorecendo, em 1965, um ajustamento no novo sistema político-partidário bipartidário.

Neste capítulo, analisamos os principais acontecimentos evidenciados pela imprensa cearense, como as eleições da mesa diretora da Assembleia Legislativa, as eleições de outubro de 1965, o aniversário do governador Virgílio Távora e as repercussões do Ato Institucional nº2, com o intuito de percebermos o comportamento da *União pelo Ceará* na colaboração ao novo regime político instituído em 1964.

Este processo de análise se torna significativo porque demonstra os comportamentos políticos interessados em participar do regime militar, cuja imagem dinamizada destoa daquelas que fazem referências aos comportamentos assumidos pela imposição ou ameaça, dando um sentido de fragilidade ou artificialidade.

Aqui, defendemos que a aliança *União pelo Ceará* realizou um protagonismo político consciente ao disputar diferentes interesses em torno dos acontecimentos citados acima, pavimentando-os para a legitimação e positivação do governo de Castello Branco. Nesse sentido, estes acontecimentos permitiram aos membros e lideranças da *União pelo Ceará* algumas possibilidades de ajustamento à nova realidade mediante a tomada de decisões e articulações políticas necessárias.

Os jornais trabalhados foram *Unitário*, *Correio do Ceará*, *Gazeta de Notícias* e *O Povo*, compreendidos, nesta pesquisa, como fonte e objeto, cujos objetivos, com base em José D'Assunção, enxergando-o a partir do lugar de produção, tem uma complexidade, “perpassado pelo conjunto dos produtores e leitores do jornal²⁰⁵”, assim como “a dimensão social mais ampla, a rede de jornais concorrentes, os interesses políticos e econômicos envolvidos, as demandas sociais, as intertextualidades que interconectam os jornais a outros textos e a contextos os mais diversos”²⁰⁶.

²⁰⁵ BARROS, José D'Assunção. **O jornal como fonte histórica**. Petrópolis: RJ, Vozes, 2023, p. 8.

²⁰⁶ BARROS, José D'Assunção. **O jornal como fonte histórica**. Petrópolis: RJ, Vozes, 2023, p. 8.

Ao tomarmos os jornais cearenses como objeto, pretendemos analisar quais foram os comportamentos exercidos por eles na construção de imagens envolvendo o protagonismo político da *União pelo Ceará* em torno dos acontecimentos que marcaram o longo ano de 1965 e cujos sentidos remetiam à positivação do regime militar em torno do governo de Castello Branco.

A construção imagética realizada pelos jornais cearenses à respeito do protagonismo político da aliança era baseada por um viés dicotômico, que explorava a dinâmica de conflitos no interior da referida aliança, estando, de um lado, os que defendiam a *extinção* e, do outro, os que defendiam a sua *sobrevivência*. No entanto, ambos os posicionamentos divergentes às projeções políticas para o ano de 1966, visando o controle do capital político, convergiam para o alinhamento político de colaboração e defesa do regime militar no Ceará, aprovando as mudanças jurídicas, a instalação de comissões que cassaram parlamentares pelos atos institucionais e os usos diversos desses atos para outras finalidades de interesses.

Como bem enfatizou José D’Assunção, “os jornais retratam e elaboram representações da realidade, e já modificam e interagem sobre esta mesma realidade”²⁰⁷. Assim, a imprensa também protagonizou, junto à *União pelo Ceará*, ora concordando, ora discordando, a consolidação do regime militar no Ceará.

3.1 *União pelo Ceará*: continuidade ou extinção?

Numa quinta-feira, dia 4 de fevereiro de 1965, ainda no início do ano, na coluna política do periódico *O Povo*, sob o título “Decisão de Virgílio”, Oscar Pacheco trouxe um conjunto de aspectos voltados à situação do grupo *União pelo Ceará*²⁰⁸ e o governo estadual de Virgílio Távora (UDN). Ele especulava a respeito do futuro da política estadual, se Virgílio buscava o segundo mandato e se, numa eventual decisão de não continuidade, como seria a situação do grupo formado em 1962. Tratava-se, na verdade, de uma ação política cuja estratégia era sondar na cena pública quais eram os interesses de Virgílio Távora e quais as possibilidades dos seus oponentes no plano estadual viriam a disputar o capital político herdado pela *União pelo Ceará* em 1966.

Como bem sabemos, o jornal *O Povo* pertencia ao deputado federal Paulo Sarasate, que tinha desempenhado intensa colaboração na defesa da posse e da prorrogação do mandato de Castello Branco. Virgílio Távora e Paulo Sarasate pertenciam ao mesmo partido, UDN, e estavam alinhados ideologicamente com o governo de Castello Branco e

²⁰⁷BARROS, José D’Assunção. **O jornal como fonte histórica**. Petrópolis: RJ, Vozes, 2023, p. 13.

²⁰⁸PASSOS, Oscar Pacheco. “Decisão de Virgílio”. *O Povo*, Fortaleza, 4 fev. 1965, p. 2.

com determinadas alas militares, porém, no plano estadual, ambos tinham desavenças pessoais e partidárias, representando alas udenistas distintas.

No episódio acima, Oscar Pacheco articulou politicamente a coluna de comentários políticos, reservadas pelo *O Povo*, para lançar dúvidas e especulações quanto às condições políticas da *União pelo Ceará*, liderada por Virgílio Távora e quanto ao seu papel colaborativo num cenário nacional que demandava dos governantes e líderes partidários demonstrações de apoio e colaborações ao regime militar. Este tipo de comportamento, segundo José D'Assunção, aponta para a função que os jornais exercem como agente histórico pelos textos, na intervenção do mundo²⁰⁹.

O jornal *O Povo* especulava as ações políticas de Virgílio Távora, cujos interesses seriam a preparação para uma dupla intervenção na realidade estadual cearense, a fim de alinhar a referida aliança interpartidária aos interesses do regime militar como uma base política solidificada no Ceará e fazer o enfrentamento político da liderança de Virgílio Távora.

À medida que os acontecimentos foram se desenrolando, demandando a protagonização consciente de ações em defesa do regime militar no Ceará, as especulações deram concretude ao referido alinhamento e às disputas do capital da aliança, conduzindo Virgílio Távora ao cargo de deputado federal e Paulo Sarasate, à liderança da ARENA estadual. Apesar desse desfecho, o processo político em questão não significou a perda de influência de Virgílio Távora sobre a nova organização partidária, assentada na composição de forças políticas da *União pelo Ceará*. Ele retorna, tendo o controle do governo estadual na década de 1970.

De antemão, procurando ocultar os interesses que o faziam agir daquela maneira, Oscar Pacheco influenciava os leitores do *O Povo* e os círculos políticos a acreditarem que a continuidade da aliança era condicionada aos interesses exclusivos do governador Virgílio Távora. Este processo de questionamento sobre as condições reais de colaboração do governador na consolidação do regime militar, mobilizando o capital político disponível na *União pelo Ceará*, teve várias fases conflituosas, porém, nesse primeiro contato, Oscar Pacheco evitou qualquer enfrentamento com Virgílio Távora.

Até esse momento, o comportamento de *O Povo* era de omissão dos interesses que circunscreviam o processo de jogo políticos na tomada do poder estadual cearense, alinhada ao governo de Castello Branco. Este processo esteve marcado por um conjunto de forças internas e externas que pretendiam disputar o capital da aliança para a sucessão estadual cearense em 1966. Assim, quando Pacheco referiu-se à sobrevivência da *União pelo*

²⁰⁹BARROS, José D'Assunção. **O jornal como fonte histórica**. Petrópolis: RJ, Vozes, 2023, p. 13.

Ceará, manifestou um jogo de disputas desenroladas por um conjunto de atores e interesses diversos, vencendo quem fosse mais estratégico. Nesse radar, era preciso o apoio da imprensa, tornando *O Povo* um protagonista político na base de apoio, na visibilidade das ações e no desdobramento dos interesses defendidos.

O ano de 1965 estava apenas começando, mas as articulações políticas de Oscar Pacheco já ganhavam força com as realizações de inferências sobre as futuras escolhas políticas do então governador cearense: “encontra-se o sr. Virgílio Távora, contrariando a opinião da unanimidade ou quase unanimidade dos círculos partidários, na firme disposição de não se candidatar a qualquer cargo eletivo e, portanto, de encerrar, no Governo Estado, a sua carreira política”²¹⁰. Oscar Pacheco, de *O Povo*, implantava na imprensa uma afirmação carregada de sentido de dúvidas quanto ao desinteresse do governador na continuidade do cargo em 1966, mesmo estando em seu primeiro mandato.

Desse modo, questionamo-nos, quais eram as intenções dessa imprensa veicular um tipo de informação que colocasse o governador num estado de desconfiança e dúvida? Que outras pessoas poderiam estar interessadas nesse tipo de decisão? Supõe-se aqui que essa postura do jornal implantava um tipo de narrativa que visava atingir o governador, uma vez que não encontramos, nas publicações anteriores, nenhuma afirmação desse tipo feita a Virgílio Távora, ao contrário, ele, após a publicação em questão, rebateu contundentemente as informações dúbias feitas pelo jornal.

Na visão de Pacheco, a decisão de Virgílio Távora estaria ancorada em três justificativas, mesmo diante da grande popularidade que o seu nome representava no Ceará: a primeira dizia respeito ao fato de “após comandar a administração do seu Estado e após triunfar na batalha da eletrificação total do Ceará, já se sente integralmente realizado como líder político”²¹¹. O segundo ponto estratégico implantado pelo *O Povo* seria convencer o eleitor cearense que a gestão administrativa estadual na liderança de Virgílio Távora havia cumprido os seus propósitos, abrindo flancos para as disputas de outras personalidades política ao se apresentar como herdeira do conjunto de forças políticas aglutinadas na aliança *União pelo Ceará*.

O terceiro ponto de justificativa, segundo Pacheco, era “recuperar o prestígio administrativo dos Távoras, vitimizados por continuadas e sistemáticas increpações de seus adversários políticos rancorosos”²¹². Na leitura de conjuntura, Pacheco entendia que os objetivos concretizados pela aliança política de 1962 já estavam postos na eleição anterior, que Virgílio Távora havia contestado. De acordo com ele, “somente aqueles que o

²¹⁰PASSOS, Oscar Pacheco. “Decisão de Virgílio”. *O Povo*, Fortaleza, 4 fev. 1965, p. 2.

²¹¹PASSOS, Oscar Pacheco. “Decisão de Virgílio”. *O Povo*, Fortaleza, 4 fev. 1965, p. 2.

²¹²PASSOS, Oscar Pacheco. “Decisão de Virgílio”. *O Povo*, Fortaleza, 4 fev. 1965, p. 2.

acompanharam no duelo eleitoral de 1958 podem medir e pesar, com precisão, os abalos que sofreu com o revés das urnas, revés que lhe parecia sepultar todo um esquema de objetivos”²¹³. Mas, segundo Pacheco, a oportunidade havia chegado em 1962, cujas eleições seriam vitoriosas pelo pacto da *União pelo Ceará*, possibilitando pôr em prática essas metas administrativas.

Com a recuperação cronológica, Pacheco pretendia mais uma vez convencer os cearenses que os interesses de Virgílio Távora já estavam alcançados. Suas justificativas tinham o interesse de retirar Virgílio Távora da cena política estadual e abrir caminho para que o grupo dominado por Paulo Sarasate conquistasse o eleitorado cearense e controlasse o capital da *União pelo Ceará*.

A sobrevivência, ou a extinção da *União pelo Ceará*, estava condicionada, segundo Oscar Pacheco, a duas hipóteses: a primeira, que tinha como pensamento “de que a sobrevivência da “*União pelo Ceará*” dependerá de sua permanência na Chefia do Executivo até o fim do seu mandato, sobrevivência que consideraria fundamental para a continuidade administrativa”²¹⁴. Enquanto isso, a segunda hipótese estava direcionada ao sentido de extinguir o grupo “para garantir ao seu partido — a UDN —, como prova de sua lealdade partidária, o controle do Governo, nas eleições de 1966”²¹⁵.

Neste processo de especulações políticas, Oscar Pacheco, procurando desviar qualquer possibilidade de reações de Virgílio Távora em torno dos seus comentários, acenava para o governador, dizendo: “É muito cedo para chegar ao fim da linha”²¹⁶. Ante o exposto, Virgílio Távora se manteve afastado da cena pública temporariamente, evitando fazer a definição de suas intenções quanto aos rumos da sucessão estadual, aspecto que somente passou a ganhar visibilidade em dezembro de 1965. Até lá, Oscar Pacheco mantinha em cena as especulações sobre a extinção ou manutenção da *União pelo Ceará* com base nos conflitos e discordâncias entre os membros da aliança *unionista*.

No dia seguinte, o colunista político Oscar Pacheco, numa nova publicação, “A eleição da Mesa”, no periódico *O Povo* (05/02/1965), escreveu preocupado com um novo aspecto: a eleição da mesa diretora da Assembleia Legislativa do Ceará. Ao que podemos notar, além de conceber as escolhas de Virgílio Távora como comprometedora do futuro da *União pelo Ceará*, para ele, a eleição poderia, de certo modo, também afetar a continuidade do grupo. Desse modo, compreendemos que a eleição da mesa teve, para Pacheco, atribuição de sentidos, pois, além de significar uma condição para continuidade/extinção da *União pelo Ceará*, também representava um elemento de interesse aos militares, pois deveria atender ou

²¹³PASSOS, Oscar Pacheco. “Decisão de Virgílio”. *O Povo*, Fortaleza, 4 fev. 1965, p. 2.

²¹⁴PASSOS, Oscar Pacheco. “Decisão de Virgílio”. *O Povo*, Fortaleza, 4 fev. 1965, p. 2.

²¹⁵PASSOS, Oscar Pacheco. “Decisão de Virgílio”. *O Povo*, Fortaleza, 4 fev. 1965, p. 2.

²¹⁶PASSOS, Oscar Pacheco. “Decisão de Virgílio”. *O Povo*, Fortaleza, 4 fev. 1965, p. 2.

se adequar aos interesses “*da revolução*”, independentemente de quem ocuparia esse cargo. Segundo Pacheco, a eleição “repercutirá nos planos de preservação da “*União pelo Ceará*” e em virtude, ainda do interesse que por ela revelam as lideranças militares”²¹⁷.

Conforme justificava Pacheco, o problema da sucessão da mesa da Assembleia Estadual diz respeito ao fato de a UDN cearense impor um novo critério para eleger o presidente sucessório, uma vez que a postura da UDN cearense foi entendida como postura de rompimento dos critérios estabelecidos ainda em torno das eleições de 1962, que a maior bancada partidária ocuparia esse cargo. Nesse sentido, Pacheco afirmou que, devido a esse critério, “os mentores do PSD, desde a inauguração do atual quadriênio constitucional, conseguiram isolar o problema da chefia do Legislativo do conjunto dos critérios adotados pela “*União pelo Ceará*””²¹⁸.

O episódio de disputa em torno da eleição da mesa diretora na Assembleia Legislativa se tornou um ponto essencial na formação de grupos que pretendiam colaborar com o regime militar no Ceará, conforme a agenda de interesses de seus grupos políticos. De certo modo, essa eleição ameaçava a ruptura da *União pelo Ceará*, pois, a UDN desejava indicar um parlamentar do próprio partido, contrariando os acordos firmados com o PSD. Segundo o acordo político de agosto de 1962, o cargo do poder executivo estadual era destinado à UDN e os cargos do poder legislativo estadual ao PSD e algumas secretarias ao PTN, partidos que compuseram a *União pelo Ceará*.

Oscar Pacheco recupera a memória, dizendo que, desde 1963, o pessedismo cearense era a bancada majoritária e que, devido a esse critério, “nos dois primeiros anos, foi pacífica a vitória do deputado Mauro Benevides”²¹⁹. O problema causador do desajuste político da “*União*” era atribuído à UDN cearense, ao discordar do critério que estipulava “o número de parlamentares da bancada de um partido” e defendia o critério que indicava “o número de parlamentares que esse partido oferece para prestigiar o Governo”²²⁰. Entre manutenção de critérios ou mudança deles, o que se observa é que Oscar Pacheco articula o episódio dessa eleição no interior da Assembleia Legislativa para fragilizar a imagem de liderança de Virgílio Távora, que tinha amplos poderes sobre a UDN. Com isso, procurava-se associar as crises da aliança como resultante do comportamento personalista do então governador.

José D’Assunção aponta que isso é uma produção de “discurso sobre a realidade”. Assim, o comportamento de Oscar Pacheco não é neutro, ao contrário, poderia estar visando o atendimento de interesses pessoais e da própria instituição, o jornal *O Povo*, tendo à frente o

²¹⁷PASSOS, Oscar Pacheco. “A eleição da mesa”. **O Povo**, Fortaleza, 4 fev. 1965, p. 2.

²¹⁸PASSOS, Oscar Pacheco. “Decisão de Virgílio”. **O Povo**, Fortaleza, 4 fev. 1965, p. 2.

²¹⁹PASSOS, Oscar Pacheco. “Decisão de Virgílio”. **O Povo**, Fortaleza, 4 fev. 1965, p. 2.

²²⁰PASSOS, Oscar Pacheco. “Decisão de Virgílio”. **O Povo**, Fortaleza, 4 fev. 1965, p. 2.

deputado federal Paulo Sarasate, que, na nova conjuntura política, possuía um estreito vínculo com Castello Branco.

3.2 A mesa diretora da Assembleia Legislativa

Após o golpe de Estado de 1964, implantou-se um novo Estado brasileiro de cunho autoritário, baseado na Doutrina de Segurança Nacional (DSN), cuja formulação realizada pela Escola Superior de Guerra (ESG) recebeu estreitas contribuições do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD). Conforme os estudos realizados por Maria Helena Alves, a respectiva DSN era um conjunto “de elementos ideológicos e diretrizes para infiltração, coleta de informações e planejamento político-ideológico de programas governamentais”²²¹.

Para a conjuntura de Guerra Fria vivenciada no continente americano, precisamente, na região latino-americana, a doutrina tipificava um modelo ideológico de guerra vivenciada por essas sociedades, no caso, *a guerra revolucionária*, entendida como “toda iniciativa de oposição organizada com força suficiente para desafiar as políticas de Estado”²²². Nesse sentido, a união de forças, compostas por civis e militares, após a implantação de uma ditadura, por meio desse conceito, atribuiu o conceito de *guerra revolucionária* como sentido negativo “a infiltração comunista e a iniciativa indiretas por parte do comunismo internacional controlado pela União Soviética”²²³.

Como desdobramento para o combate desse tipo de guerra, foi desenvolvida uma estratégia de ação indireta, o que segundo Maria Helena Alves, dizia respeito “ao estabelecimento de diferentes frentes de ação no seio da população, assim como de um método especial de propaganda psicológica e controle ideológico”²²⁴, em dois tipos de públicos, os *internos* (meio militar) e os *externos* (a sociedade civil).

Assim, o estado autoritário, no processo de mobilização do discurso de Segurança Nacional, definiu quais seriam as identidades e os comportamentos dos *inimigos internos*, ou seja, os alvos a serem combatidos por essa guerra ideológica, em plena consolidação após o golpe de 1964. Estes aspectos foram traduzidos na formulação de estratégias, como na criação de “um Aparato Repressivo e de controle armado capaz de impor sua vontade”²²⁵, ou na montagem de uma “rede de informações políticas para detectar os *inimigos*, aqueles

²²¹ ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Bauru: Edusc, 2005, p.

²²² ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Bauru: Edusc, 2005, p. 45.

²²³ ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Bauru: Edusc, 2005, p. 45.

²²⁴ ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Bauru: Edusc, 2005, p. 47.

²²⁵ ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Bauru: Edusc, 2005, p. 48.

setores da oposição que possam estar infiltrados pela ação comunista *indiretas*”²²⁶.

Após a derrubada do presidente eleito democraticamente, João Goulart, “na manhã de 2 de abril de 1964 foi realizada uma sessão extraordinária do Congresso Nacional para declarar vaga a presidência da República”²²⁷. O então deputado Ranieri Mazzilli assumiu interinamente a presidência, como bem disse Maria Helena Alves, servindo mais como *testa de ferro*, exclusivamente porque o comando da nação estava de fato nas mãos do Alto Comando Revolucionário, que realizava promessas em duas direções: o restabelecimento da *ordem* e o *saneamento das instituições*.

Nesse cenário, houve a promulgação do Ato Institucional nº 1, datado em 9 de abril de 1964. Baixado pelo Alto Comando Revolucionário, ele explicitava e atribuía sentidos “revolucionários” para o conjunto de medidas que visavam expurgar “os que estiveram associados a movimentos sociais e ao governo anterior”²²⁸, justificando-os como causas para “institucionalização do Estado de Segurança Nacional”²²⁹. Em suma, o AI-1 revestiu o poder Executivo de poderes excepcionais, limitando o poder Legislativo (Congresso Nacional) e o poder Judiciário (STF). Com base no Artigo 10 do referido ato, estava, pois, estabelecida a autorização para cassar os “mandatos legislativos federais, estaduais e municipais e a suspensão dos direitos políticos de qualquer cidadão por período de dez anos”²³⁰.

Daí surgiu um processo longo de perseguição às esquerdas e opositores do regime, chamado de *operação limpeza*, e que, após a posse do governo de Castello Branco, em 27 de abril de 1964, ganhou fôlego, sendo desempenhado pelas forças repressivas, com a decretação dos Inquéritos Policiais Militares (IPMs), que, de acordo com Maria Helena Alves, “deveriam investigar as atividades de funcionários civis e militares, de níveis municipal, estadual e federal, para identificar os que estavam comprometidos com atividades “subversivas””.

O efeito da decretação do Ato Institucional nº1, em si, já tinha servido para que as forças políticas apoiadoras, nos entes federativos mencionados acima, muitos dias anteriores à instauração dos IPMs, arrolassem processos contra seus oponentes, como aconteceu na Assembleia Legislativa do Ceará, no dia seguinte à decretação do AI-1.

Em menos de 24 horas do AI-1, ainda na zero hora da madrugada do dia 10 de abril de 1964, o presidente da Assembleia Legislativa, o deputado estadual Mauro Benevides (PSD), convocou uma sessão extraordinária. Nela, embora houvesse a constatação de parlamentares ausentes, os parlamentares que integravam a coligação *União pelo Ceará*, em

²²⁶ ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Bauru: Edusc, 2005, p. 48.

²²⁷ ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Bauru: Edusc, 2005, p. 63.

²²⁸ ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Bauru: Edusc, 2005, p. 64.

²²⁹ ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Bauru: Edusc, 2005, p. 64.

²³⁰ ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Bauru: Edusc, 2005, p. 67.

torno de 48 parlamentares, estavam em peso para votar na cassação de mandatos de alguns parlamentares. Com base nela, encaminhou-se a cassação dos parlamentares: Anibal Bonavides, José Blanchard Girão, Amadeu Arraes, José Fiúza Gomes, José Pontes Neto e Raimundo Ivan Barroso de Oliveira, totalizando oito deputados estaduais cassados pelo AI-1.

Observamos, em primeiro momento, que o referido ato institucional serviu de instrumento revestido para perseguições contra parlamentares, acusados de “subversivos” e para retirar determinadas pessoas que viessem atrapalhar os interesses dos grupos políticos em aproximações com o projeto autoritário dos governos militares. O que estamos querendo dizer é que o ato serviu para perseguir até mesmo aqueles que compunham a base política apoiadora do golpe de 1964, que, por terem interesses diferentes em conflitos na nova conjuntura, eram vistos como “inimigos do regime”.

Percebemos que, em 1965, na Assembleia Legislativa, se incorporou a cultura política do regime militar, pautada na concepção de operação limpeza e nos IMPs. Assim, a dinâmica de perseguição foi instaurada a partir de acontecimentos que visavam a um alinhamento ideológico com o regime instituído, já quase um ano nesse momento. Além disso, a imprensa cearense também exercia papel de vigilância e interferência, ao construir textos opinativos e informativos sobre as coberturas desses acontecimentos no processo de alinhamento.

Quando voltamos a atenção para as disputas em torno da escolha do presidente da Assembleia Legislativa, percebemos que *O Povo* fazia a cobertura desse acontecimento, cuja construção imagética e sentidos caracterizavam-se por ações políticas que interferiam na realidade disputada no interior da referida aliança. Oscar Pacheco realizava uma articulação política através do jogo da linguagem que, através dos acontecimentos construídos, apresentava pontos de vista, omissões e falseamentos, cujos atos de consciência podem “produzir algum efeito sobre os leitores”²³¹.

Um dos modos de protagonizar politicamente papel no novo regime, tendo à frente Castello Branco, foi a eleição da mesa diretora da Assembleia Legislativa do Ceará, que se transformou em objeto de disputas pela UDN, PSD e pelas forças militares cearenses interessadas em alinhar o poder político civil aos interesses do governo militar no plano federal. Este tipo de comportamento é essencial para a nossa análise histórica, porque manifesta ações coletivas ou individuais, de forma consciente e voluntária, na colaboração ao regime militar, contrapondo-se às imagens construídas pela memorialística de que estas atitudes se deram em função da coerção dos militares sobre os políticos civis, cujas demonstrações tinham sentido artificial e frágil.

²³¹BARROS, José D’Assunção. **O jornal como fonte histórica**. Petrópolis: RJ, Vozes, 2023, p. 18.

A eleição da mesa diretora em questão é um indicativo fundamental para percebermos que os parlamentares estaduais que compuseram a *União pelo Ceará* mobilizaram esse acontecimento, atribuindo as escolhas dos novos líderes aos cargos do poder legislativo um sentido de alinhamento e concordância com a agenda do regime militar. A convergência de pensamento se fazia no sentido de ter um alinhamento ao governo de Castello Branco, divergindo apenas se esse apoio seria feito com a continuidade ou com a extinção da *União pelo Ceará*. Esta situação foi caracterizando a aliança como elemento fundamental na manutenção de apoio e consolidação do regime militar no Ceará.

O problema envolvendo o processo de sucessão da presidência do Legislativo criou um clima de tensão e conflito que ultrapassou a instituição, trazendo novos protagonistas que disputavam e reivindicavam ações sob a identidade de revolucionários no Ceará — no caso em questão, algumas alas militares cearenses que pertenciam à 10ª Região Militar, localizada em Fortaleza. De fato, civis e militares disputavam a importância da *União pelo Ceará* para a estabilidade política na consolidação dos interesses do governo de Castello Branco no estado. Nesse momento, as várias alas militares se mantinham fiéis ao governador Virgílio Távora, especialmente devido às suas colaborações, em primeira hora, com os episódios que culminaram com o golpe de 1964, demandando uma articulação política entre ele e o general Aécio de Borba Vasconcelos no controle da segurança no Ceará.

A situação foi contornada temporariamente, contando com o apoio de militares e canalizando a situação para a dimensão ideológica que deveria perfilar o novo presidente da Assembleia Legislativa do Ceará. Este aspecto impactava na reeleição de Mauro Benevides, ainda que indicado pelo PSD, em cumprimento ao esquema estabelecido pela aliança *unionista* em 1962. Desse modo, configurava-se um novo impasse e as negociações “foram interrompidas em suas movimentações pelo demonstrado interesse das lideranças militares pelo encaminhamento de uma solução para esse problema, deixando transparecer a sua opinião de que inconveniente a reeleição dos atuais membros da Mesa da Assembleia”²³², sendo, de fato, uma interferência para que houvesse uma militarização institucional da Assembleia Legislativa mediante adoção das medidas que atendessem aos interesses das Forças Armadas, representadas no Ceará pelo comando da 10ª Região Militar e pelo governo de Castello Branco.

A UDN, como vimos anteriormente, tentou protagonizar, de forma isolada, o processo de adequação ao novo regime com a indicação do candidato à presidência da Assembleia Legislativa, visando um controle hegemônico nas decisões que seriam tomadas nessa instituição política, porém, o custo era alto, significando a dissolução da aliança

²³²PASSOS, Oscar Pacheco. “Decisão de Virgílio”. *O Povo*, Fortaleza, 4 fev. 1965, p. 2.

interpartidária. Os custos ao PSD também seriam elevados com a não reeleição de Mauro Benevides, substituído por outro mais alinhado com a escalada do autoritarismo no Ceará.

Como podemos notar, a eleição da mesa passou a receber interferências dos meios militares cearenses, não só procurando conduzi-la aos seus objetivos, mas também se articulando quanto ao impedimento da reeleição de Mauro Benevides²³³, que era contrário ao golpe de 1964. Podemos compreender que estas articulações militares, junto ao núcleo político da UDN cearense, caminhavam para um movimento crescente que culminaria na formação de um novo bloco interpartidário, na própria *União Pelo Ceará*, haja vista que, depois de alguns acontecimentos nacionais e suas implicações nos estados brasileiros, encontraram-se em situação de conflitos de interesses.

Com a reação dos militares e de parcelas da UDN na disputas pela presidência do legislativo cearense, a candidatura do deputado estadual Mauro Benevides passou ser compreendida como *inimigo* à marcha de consolidação do regime militar no Ceará, ficando referido parlamentar associado às esquerdas e ao governo de João Goulart. A disputa pela diretoria da Assembleia Legislativa passou, nesse momento, pelo crivo da lógica da eliminação dos *subversivos* que impedia o processo de consolidação do golpe no Ceará, no caso, no poder Legislativo estadual. Enquanto isso não se consolidava, a base política da *União pela Ceará* estava dividida nas indicações dos supostos candidatos à sucessão dessa diretoria.

Torna-se enfático dizer que essas crises e desentendimentos não representaram aspectos de fragilidade ou artificialidade, pelo contrário, demonstraram vivacidade e diversidade de interesses mediante o processo de colaboração e positivação ao regime militar.

As acusações e fabricações de opiniões associando o papel desempenhado por Mauro Benevides ao empecilho à marcha dos interesses militares e às forças externas que pertenciam à 10ª Região Militar (Fortaleza), pressionavam e interferiam, com base na ideologia da *operação limpeza*, por uma indicação vinda da *União pelo Ceará* mais identificada com os ideais “revolucionários”. Parlamentares da referida aliança não se omitiram a operacionalizar esse discurso em favor do ajustamento da Assembleia Legislativa no atendimento das demandas do regime militar, ainda que, para isso, fosse necessário acusar e caçar outros parlamentares por vias de inquéritos militares, considerados impeditivos ao

²³³Tinha formação em Direito e Jornalismo, pela Universidade Federal do Ceará. Natural de Fortaleza, nascido em 21 de março de 1930, teve uma longa trajetória política na história do Ceará pelo partido PSD como vereador em Fortaleza (1955-1959) e como deputado estadual (1959-1962; 1963-1966) e pelo MDB (1967-1970, 1971-1974), como senador da República (eleito nas legislaturas de 1975-1983 e 1987-1995). Para mais informações sobre a trajetória de Mauro Benevides, consultar o memorial da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, da 16ª Legislatura (1963-1966), publicado pela Edificações INESP. Disponível em: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ (AL-CE). **Programa editorial do Memorial Pontes Neto da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará**. Fortaleza: ALECE – INESP, [s.d.]. Disponível em: <https://www3.al.ce.gov.br/index.php/publicacoes-inesp/category/97-programa-editorial-do-memorial-pontes-neto-da-assembleia-legislativa-do-estado-do-ceara>. Acesso em: 31 out. 2025.

movimento em curso no estado.

Enquanto uma solução não era encontrada para o impasse dessas eleições, o jornal *O Povo* permanecia produzindo novos discursos que alimentavam a intensidade dessas disputas, cuja ação exercida interferia nos resultados e nos acordos que visavam a favorecer a manutenção da *União pelo Ceará*.

Procurando conciliar o conjunto de forças *unionistas*, as alas discordantes (vistas como “*rebeldes*”) e a agenda de alguns militares, Virgílio Távora articulou o apoio ao candidato Almir Pinto (PSD)²³⁴ como uma pessoa importante de seus interesses, assim como do equilíbrio de forças até 1966. De fato, Almir Pinto conseguiu, em sua campanha, atrair ampla parcela dos diversos grupos políticos e militares.

De modo geral, a coligação *União pelo Ceará*, estruturada nos cargos, comissões e secretarias da Assembleia Legislativa, empenhou-se para referendar os interesses dos militares, adaptando-se à nova cultura político-militar. O governador Virgílio Távora tinha estreitas aproximações com Castello Branco, incluindo familiares que ocupavam cargos ministeriais, atendendo rapidamente aos interesses dos militares, promovendo o alinhamento das forças *unionistas* com a indicação de Almir Pinto (PSD), personalidade alinhada ao projeto de consolidação dos militares no Ceará.

A rapidez com a qual foi construída a indicação de Almir Pinto tem relação com as preocupações que cercavam o governo de Virgílio Távora, porque, poucos dias antes dessas eleições, foi inaugurada a Energia de Paulo Afonso, episódio que causou atritos entre o governador e o presidente da República. As eleições da mesa diretora representaram, para Virgílio Távora, um retorno ao diálogo e uma forma de desviar as intenções de perseguições, especialmente aquelas produzidas pela própria imprensa cearense.

Poucos dias depois, *O Povo* retornou ao assunto dessas eleições. Na perspectiva de Pacheco, “a calma política de após o advento da Revolução foi ligeiramente perturbada pelas movimentações que precedem a eleição para a Mesa da Assembleia, eleição que adquire relevo pelas circunstâncias que a envolvem”²³⁵. Oscar Pacheco apontou que essa eleição deveria servir de alinhamento político entre a esfera estadual com o governo de Castello Branco. Estas mobilizações, segundo Oscar Pacheco, procuraram, em boa medida, “no sentido de ajustar o comando legislativo à ordem política dominante”²³⁶.

De fatos, dois aspectos nortearam o cenário político de 1965 na Assembleia

²³⁴ Nascido em 15 de fevereiro de 1913, natural de Lavras da Mangabeira, formou-se em Medicina pela Escola da Bahia no ano de 1936, vindo a exercer as atividades de atendimentos médicos em Maranguape, ao retornar para o Ceará. “Em outubro de 1942, após um curso de estágio de três meses no Serviço de Saúde do Exército, foi lhe conferida a patente de 2º Tenente Médico da Reserva”.

²³⁵ PASSOS, Oscar Pacheco. “Fórmulas de eleição”. *O Povo*, Fortaleza, 16 fev. 1965, p. 2.

²³⁶ PASSOS, Oscar Pacheco. “Fórmulas de eleição”. *O Povo*, Fortaleza, 16 fev. 1965, p. 2.

Legislativa do Ceará: as acusações de *subversão*, que serviam como controle hegemônico para eliminar os impasses à consolidação do golpe de 1964 e o fortalecimento das alas mais autoritárias do partido udenista cearense. As acusações formais (instaurações de inquéritos de IPMs) ou informais (fabricação de opinião pública) foram mobilizadas por políticos da UDN, que se valiam “do recurso de acusar seus adversários políticos de atividades “subversivas””²³⁷, para “eliminar a concorrência indesejada”. Ambos os aspectos fortaleciam a *União pelo Ceará*, no sentido de ser uma união de forças político-partidárias, contando com 48 parlamentares em colaboração com a agenda do governo de Castello Branco, sobressaindo o partido da UDN na reivindicação de liderança do movimento favorável aos militares.

O alinhamento entre os parlamentares estaduais com o poder executivo federal já estava em curso muito antes do Ato Institucional nº2, com dinamização política da *União pelo Ceará* (UDN, PSD e PTN), que politizou determinados acontecimentos nacionais e locais com sentidos de avanço da *revolução*. As forças colaborativas ao governo de Castello Branco no parlamento cearense não exerciam papel de questionamento ao poder militar; pelo contrário, questionavam os meios que os conduzissem a estar fora da dinâmica de pertencimento ao referido governo. Ser excluído é o principal questionamento desses parlamentares. As relações dos parlamentares da *União pelo Ceará* com a agenda do governo de Castello Branco giravam mais no sentido de como usufruir ganhos e destaques do que propriamente em uma oposição ideológica ao regime instituído, como aquelas no instante do golpe de Estado ou aquelas que se fizeram com a atuação de alguns parlamentares do MDB no sistema bipartidário.

Diante das incertezas sobre a identidade do novo presidente da Assembleia cearense, Oscar Pacheco afirmou que “a solução do problema legislativo tende ou para um candidato da UDN à Presidência ou para um candidato de afinidades com as ideias revolucionárias, que tanto pode ser udenista como um pessedista”²³⁸. O engajamento dos políticos em exercícios foram se apropriando de determinados acontecimentos ou processos políticos e atuando no sentido de consolidar o movimento dos governos militares. A eleição cearense para a mesa diretora da Assembleia Legislativa foi uma demonstração da apropriação política. Devemos lembrar que estas mobilizações ocorreram bem antes das eleições para o novo presidente da Câmara Federal dos Deputados e muito antes da formação dos blocos políticos do sistema político bipartidário.

No processo de adequação ao governo de Castello Branco e sua representação militar estadual pelo comando da 10ª Região, localizada em Fortaleza, a imprensa cearense desempenhou um papel significativo de contribuição para a consolidação dos interesses, ao

²³⁷ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Bauru: Edusc, 2005, p. 69.

²³⁸PASSOS, Oscar Pacheco. “Fórmulas de eleição”. **O Povo**, Fortaleza, 16 fev. 1965, p. 2.

visibilizar as disputas em torno da escolha do novo presidente da Assembleia Legislativa, fazendo com que este acontecimento entrasse no radar para a agenda militar ser institucionalizada.

O interesse no enfoque e no desdobramento desse assunto era fundamental para o jornal *O Povo*, cujo principal diretor era o deputado federal Paulo Sarasate, importante articulador parlamentar federal que tinha o seu jornal para divulgar que as bancadas parlamentares cearenses seguiam o mesmo movimento de interesses e aprovação com que vinha acontecendo na Câmara Federal. Além disso, o jornal agia no sentido de enfatizar que, no Ceará, o partido que melhor desempenhava ações no processo de consolidação do governo de Castello Branco era a UDN, colocando o PSD — ou melhor, algumas de suas alas internas — como interesseiras nesse processo, sem a liderança de Virgílio Távora.

As bancadas parlamentares cearenses, estaduais e federais procuraram um alinhamento com o governo de Castello Branco. No processo de constituição do Bloco Parlamentar que garantiu a vitória de Bilac Pinto, Paulo Sarasate se deparou com os impasses advindos de alas do PSD lideradas por Amaral Peixoto. Desse modo, o jornal *O Povo* pretendia que o movimento ocorrido na Câmara Federal fosse seguido pela Assembleia Legislativa, no protagonismo político à disposição do governo de Castello Branco.

Conforme avançava a UDN cearense com o seu alinhamento ao movimento militar, o comentarista do periódico *O Povo* se posicionava dizendo que, embora fosse visível um processo que “favorecida a delegação parlamentar udenista”²³⁹, mantendo como sua hipótese, o resultado desse processo de eleição seria “a opinião do governador Virgílio Távora”²⁴⁰. Entre as justificativas para a sua hipótese, Pacheco argumenta que: “é que, nesta fase de ampliação da rede da energia de Paulo Afonso e de perspectiva de execução de um plano de obras de alta envergadura”²⁴¹. Diante dessa motivação, para Pacheco, “não convém ao atual Governo, nem ao sucessor do sr. Virgílio Távora, intranquilidade política de repercussão na paz administrativa”. Aqui, o comentarista político mudou de posicionamento, que outrora dizia que Virgílio Távora tinha cumprido seus objetivos, mas, nesse momento, enfatiza a sua importância para a estabilidade política no Ceará que assegurasse o regime militar.

Na verdade, a ação política de Oscar Pacheco tinha uma linha direcionada no sentido de associar indiretamente a imagem de Virgílio Távora ao movimento que vinha ocorrendo na Assembleia Legislativa, com as interferências do meio militar com as instalações de IPMs no governo de Castello Branco. Há duas motivações para isso, sendo a

²³⁹PASSOS, Oscar Pacheco. “Fórmulas de eleição”. *O Povo*, Fortaleza, 16 fev. 1965, p. 2.

²⁴⁰PASSOS, Oscar Pacheco. “Fórmulas de eleição”. *O Povo*, Fortaleza, 16 fev. 1965, p. 2.

²⁴¹PASSOS, Oscar Pacheco. “Fórmulas de eleição”. *O Povo*, Fortaleza, 16 fev. 1965, p. 2.

primeira delas relacionada ao andamento do projeto de fornecimento de energia pela Usina de Paulo Afonso, em 1963, na região do Cariri (Sul do Ceará), e ao fato de que, poucos dias antes das eleições da mesa diretora em questão, houve a inauguração da segunda fase do projeto em Fortaleza, contando com a presença de Castello Branco.

De acordo com Sydrião:

Na solenidade de inauguração da linha de transmissão de energia de Paulo Afonso a Fortaleza, o governador Virgílio Távora, na presença de Castello Branco, elogiou o presidente deposto João Goulart que liberava verbas federais para o empreendimento. Esse fato marcou a ruptura entre Virgílio e Castello e a consolidação da liderança de Paulo Sarasate na nova estrutura de poder²⁴².

Na ocasião, Virgílio Távora realizou um discurso enfatizando a relevância da energia elétrica para as transformações industriais no estado, assim como as condições de melhorias dos cearenses que conviviam com os problemas das secas e suas implicações com a política. O discurso do governador foi marcado também por outro aspecto que pesou bastante e estava sendo agora aproveitado por Oscar Pacheco, o reconhecimento em público das contribuições do governo federal (governo de João Goulart) na consumação desse projeto, objeto de propaganda eleitoral da campanha da *União pelo Ceará* em 1962. A partir desse discurso, com a inauguração da Energia Paulo Afonso em Fortaleza (1 de fevereiro de 1965), as relações entre Castello Branco e o governador Virgílio Távora passaram por arranhamentos, sem provocar uma ruptura política absoluta.

O segundo aspecto, que dizia respeito à retomada de imagem de desconfiança em torno de Virgílio Távora, apontava para as investidas contra ele ainda na conjuntura política dos primeiros dias após o golpe de 1964. Devido ao seu passado como ex-ministro da Viação e Obras públicas, no regime parlamentarista, as declarações de tranquilidade da ordem pública e demora na declaração aberta ao golpe de Estado fizeram com que determinadas alas civis e militares formassem uma oposição que buscavam a sua cassação e destituição da condição como governador. De acordo com os estudos apontados por José Sydrião:

Estes aspectos provocaram, nos primeiros momentos do golpe, tentativas para a sua destituição, especialmente por parte de uma guarnição militar de Fortaleza, 10º Grupo dos Obuses, comandado pelo major Egmont Bastos Gonçalves²⁴³. Este militar era filho do ex-deputado estadual Joaquim Bastos,

²⁴²ALENCAR JÚNIOR, José Sydrião de. **Virgílio Távora: o coronel modernizador do Ceará**. 2006. Tese (Doutorado em Sociologia) — Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006, p. 126.

²⁴³ Natural de Camocim, Ceará, nascido em 1924 e falecido em 2014, filho de Joaquim Bastos Gonçalves e Maria Alice de Paula Bastos. Teve formação bacharelesca em Letras e Ciências Econômicas. Atuou como coronel na Artilharia do Exército Brasileiro (AMAN, T-1947), tendo, na mesma instituição, servido como Instrutor de Artilharia nos anos de 1952-1953; na conjuntura política de conspiração do golpe de 1964 contra o

político filiado à Liga Eleitoral Católica nos anos de 1930 e inimigos dos Távoras²⁴⁴.

Percebemos que a nova conjuntura política nacional servia para realinhamentos das forças político-militares cearenses, cujos processos de enquadramentos para sobrevivência passavam pelo enfrentamento de ressentimentos dos passados, como as intrigas entre os Távoras e os Bastos. Virgílio Távora, mediante sua formação militar no Rio de Janeiro, ao mobilizar os seus contatos, conseguiu construir uma aliança com o general Justino Bastos (IV Exército — Recife), Castello Branco e o seu tio Juarez Távora, que assumia o ministério de Viação e Obras Públicas. Além de Virgílio Távora, outros membros também passaram a ser investigados, numa tentativa de atingir o próprio governador. Entre eles estava o comandante da 10ª Região Militar, Aécio Borbas, acusado de ser esquerdista. No entanto, as acusações não prosperaram, pois “era empresário com ligações com o IBAD, e chefe de campanha de Jânio Quadros no Estado do Ceará”²⁴⁵.

As acusações que procuravam inclinar o governador Virgílio Távora para uma desconfiança ideológica contrária ao regime militar foram canalizadas para as questões de desafetos pessoais, familiares e restritos agora ao Ceará. Egmont Bastos era filho de Joaquim Bastos Gonçalves, natural de Icó, hoje região centro sul do estado, e criado pelo tio, o coronel Tibúrcio Gonçalves de Paula, que “foi um dos chefes políticos do Ceará de maior prestígio e força no regime republicano”²⁴⁶. Ele teve uma longa trajetória política no Ceará, sendo eleito prefeito pelo Partido Liberal Conservador em 1928. Após um ano de administração na cidade de São Benedito, elegeu-se como deputado estadual, ocupando a segunda vice-diretoria da Mesa na Assembleia Legislativa. Porém, o seu mandato foi destituído com o processo de consolidação da famosa revolução de 1930, de Getúlio Vargas, tendo a família Távora, no caso Fernandes Távora, o papel de interventores de acomodação das forças políticas apoiadoras do novo governo. Esse processo veio a se repetir ao retornar a atividade política em 1935 como deputado constituinte estadual (1935–1937), perdendo o mandato pela

presidente João Goulart, Egmont exercia o cargo de comandante do 10º Grupo de Obuses em Fortaleza (1963-1964) e, após a intervenção militar, atuou como diretor das Operações do Departamento de Polícia Federal entre os anos de 1969 a 1971, seguido da ocupação da Secretaria de Estado da Segurança Pública de Pernambuco nos anos de 1971 a 1975. Para mais informações biográficas sobre Egmont Bastos Gonçalves, ver: GONÇALVES, George Emílio Bastos. Breve estudo biográfico e genealógico de Joaquim Bastos Gonçalves (1895-1959). **Revista do Instituto do Ceará – Histórica, Geográfica e Antropológica**, Fortaleza, ano CXXXVI, p. 185, 2022. Disponível em: <https://www.institutodoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAno/2022/2022-07-reveEstudoBiografico-GEGBG.pdf>. Acesso em: 3 nov. 2025.

²⁴⁴ALENCAR JÚNIOR, José Sydrião de. **Virgílio Távora: o coronel modernizador do Ceará**. 2006. Tese (Doutorado em Sociologia) — Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006, p. 125.

²⁴⁵ALENCAR JÚNIOR, José Sydrião de. **Virgílio Távora: o coronel modernizador do Ceará**. 2006. Tese (Doutorado em Sociologia) — Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006, p. 126.

²⁴⁶GONÇALVES, George Emílio Bastos. Breve estudo biográfico e genealógico de Joaquim Bastos Gonçalves (1895-1959). **Revista do Instituto do Ceará – Histórica, Geográfica e Antropológica**, Fortaleza, ano CXXXVI, p. 200, 2022. Disponível em: <https://www.institutodoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAno/2022/2022-07-reveEstudoBiografico-GEGBG.pdf>. Acesso em: 3 nov. 2025.

segunda vez durante a interventoria agora de Menezes Pimentel. O seu segundo retorno às atividades políticas somente ocorreu com o processo de redemocratização nas eleições estaduais de 1946, quando foi eleito deputado estadual pelo PSP, liderando como presidente da Assembleia Legislativa entre 1948 e 1949. Durante o governo de Raul Barbosa (1951–1954), ocupou a função de secretário de Estado dos Negócios do Interior e Justiça (1952–1954).

Segundo José Valdenir Rabelo Filho (2013), o deputado Francisco Diógenes Nogueira, do PSD, articulou alianças na própria Assembleia Legislativa, em que das 65 cadeiras ocupadas, 48 eram preenchidas pelos membros da *União pelo Ceará*, de forte adesão ao governador Virgílio Távora. No interior da Assembleia, as articulações conspiratórias não prosperaram. Segundo o estudioso, com o objetivo de cassar o mandato de Virgílio, chegou a formar uma aliança com Egmont Bastos Gonçalves, uma vez que este também “herdara o desafeto pela família Távora, e, nos instantes posteriores ao golpe contra João Goulart, visualizou favoráveis condições para destituir Virgílio do executivo cearense”²⁴⁷.

Em reunião no Rio de Janeiro, tendo a presença de Virgílio, Juarez Távora, Castello Branco e outros, as acusações que visavam a destituição do governador cearense foram filtradas pelo viés dos desafetos passados e da alegação de que Virgílio era importante “para o equilíbrio das forças políticas cearenses em apoio à “revolução vitoriosa””²⁴⁸.

Embora o jornalista tentasse atribuir as decisões ao governador Virgílio Távora, sua postura, na verdade, buscava dar-lhe visibilidade, justamente em razão da situação vexatória entre ele e Castello. Essas caracterizações, por sua vez, abriam espaço para que o diretor jornalístico, Paulo Sarasate, assumisse plenos poderes de representação política no estado do Ceará, em meio às articulações que já vinha conduzindo em torno das eleições de Bilac Pinto no Congresso Nacional. Em síntese, Pacheco se posiciona no sentido de afirmar que, sob a liderança de Virgílio Távora, a situação da *União pelo Ceará* se manteria nos termos acordados em 1962.

O jornal *O Povo*, representado por Oscar Pacheco, mantinha um posicionamento recorrente, enfatizando que tanto a imprensa, quanto os parlamentares buscavam se adequar ao regime militar, apropriando-se do processo de escolha do novo presidente da Assembleia Legislativa.

²⁴⁷RABELO FILHO, José Valdenir. As classes políticas cearenses e a ditadura de 31 de março de 1964: entre consensos e consentimentos. **Revista Historiar**, vol. 5, n° 9, ano 2013, p. 76.

²⁴⁸RABELO FILHO, José Valdenir. As classes políticas cearenses e a ditadura de 31 de março de 1964: entre consensos e consentimentos. **Revista Historiar**, vol. 5, n° 9, ano 2013, p. 81.

3.3 A ascensão dos militares cearenses

Neste processo histórico em que diferentes forças políticas se mobilizaram no sentido de ajustamento ao novo regime político brasileiro, a imprensa desempenhou papel central favorável às demandas dos militares. Como bem disse Marcos Napolitano (2017), são profundamente conhecidas por nós, historiadores, as relações estabelecidas entre a imprensa brasileira com os “processos históricos ligados ao golpe civil-militar de 1964 e ao regime militar que se implantou a partir de então”²⁴⁹.

Variadas foram as posturas e comportamentos da imprensa enquanto instituição, tanto no apoio ao golpe de 1964 quanto durante o regime militar, inclusive quanto à duração desse apoio. Sabemos que alguns periódicos resistiram ao autoritarismo, especialmente aqueles vinculados às esquerdas. No entanto, no caso dos chamados jornais “liberais”, eles “nunca chegaram a romper global e totalmente com o regime militar, mantendo ora uma posição de críticas pontuais de determinadas políticas setoriais do governo, ora de interlocutores confiáveis”²⁵⁰.

Rodrigo Patto Sá Motta (2014), analisando, por meio da categoria *adesão*, o processo de ajustamento de comportamentos no meio universitário em apoio ao regime militar, afirma que “inúmeros exemplos de adesões e apoio ao regime militar já foram relatados, e a motivação era tanto afinidade com os valores ou com os temores dos golpistas quanto apego a cargos e vantagens”²⁵¹. Com base na menção feita por Rodrigo Patto, ao se transferir a análise dos comportamentos para outras instituições, como a imprensa e a Assembleia Legislativa, por meio da mobilização da *União pelo Ceará*, percebe-se que as adesões ao projeto militar possuíam naturezas sociais diversas, revelando uma complexidade de sujeitos e ações que convergiram para o apoio ao regime militar. Nesse sentido, as posições dos comentaristas jornalísticos — no caso, do *O Povo* — assim como da *União pelo Ceará*, representaram diferentes formas de interlocução com a agenda do novo regime, visando, especialmente, a obtenção de ganhos e a defesa de interesses locais e regionais. Tais posicionamentos conferiram dinamismo ao processo de participação no regime militar.

No que diz respeito a essas complexidades de comportamentos objetivando a interlocução ou mediações com o regime militar, Janaina Martins Cordeiro (2015) enfatiza ser pertinente a observação dos historiadores para “as formas, diversas, a partir das quais as

²⁴⁹NAPOLITANO, Marcos. A imprensa e a construção da memória do regime militar brasileiro (1965–1985). *Revista Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v.43, n.2, maio–ago., 2017, p. 347.

²⁵⁰NAPOLITANO, Marcos. A imprensa e a construção da memória do regime militar brasileiro (1965–1985). *Revista Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v.43, n.2, maio–ago., 2017, p. 347.

²⁵¹MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 301.

sociedades se expressam com relação a determinados acontecimentos ou regimes”²⁵². De acordo a historiadora, entende-se *consenso* como modos característicos de *acordos* que envolvem “princípios, valores e normas partilhados por determinada unidade ou grupo social”²⁵³, no caso, com o regime militar. Esta definição, segundo Daniel Aarão, serve aos historiadores para compreensão de como a sociedade aceita determinados regimes, de modo “explícito ou implícito, compreendendo apoio ativo, a simpatia acolhedora, a neutralidade benévola, a indiferença ou, no limite, a sensação de absoluta impotência”²⁵⁴.

No processo de decisão na escolha de novo presidente da Assembleia Legislativa do Ceará em fevereiro de 1965, visando o alinhamento desse cargo com a demandas exigidas pelo governo federal no presidente Castello Branco e pelas pressões exercidas por forças militares no estado, pela 10ª Região Militar, o jornal *O Povo*, através do comentarista político Oscar Pacheco, agiu com a estratégia de sondar os rumos da política cearense, tendo à frente o governador Virgílio Távora, explorando os episódios que possibilitasse a sua destituição como governante e abrindo caminho para que determinadas lideranças pudessem se firmar em seu lugar.

Não obtendo respostas nos campos das acusações formais, seja contra Mauro Benevides (PSD), seja contra Virgílio Távora (UDN), ou seja, na ausência de qualquer IPM, Oscar Pacheco mudou, então, de estratégia, destacando certos acontecimentos da política local para, indiretamente, inferir as possíveis escolhas do governador em questão. A iniciativa de veicular na imprensa as disputas em torno da mesa diretora do Legislativo estadual constituía, sem dúvida, um meio de identificar quais seriam as preocupações, interesses e interferências de Virgílio Távora na política do estado. Tanto a disputa pela mesa diretora, quanto a intensa especulação sobre a extinção ou sobrevivência da aliança unionista serviam para aferir o comportamento político de Virgílio Távora, uma vez que suas interferências funcionariam como indícios de interesses futuros para a continuidade política no Ceará.

Movido por essas novas estratégias de interlocutor dos *ideais revolucionários*, no dia 17 de fevereiro de 1965, Oscar Pacheco fez um posicionamento político sob o título “As Versões do Veto”, no periódico *O Povo*. O comentarista instaurava no debate público uma desconfiança quanto à possibilidade de o governador em exercício, Virgílio Távora, possuir as qualidades e condições necessárias para garantir a manutenção do grupo *União pelo Ceará*. Além disso, questionou se, com base nesse capital político, ele teria condições de

²⁵² CORDEIRO, Janaina Martins. **A ditadura em tempos de milagres**: comemorações, orgulho e consentimentos. Rio de Janeiro: FGV, 2015, p. 14.

²⁵³CORDEIRO, Janaina Martins. **A ditadura em tempos de milagres**: comemorações, orgulho e consentimentos. Rio de Janeiro: FGV, 2015, p. 14.

²⁵⁴CORDEIRO, Janaina Martins. **A ditadura em tempos de milagres**: comemorações, orgulho e consentimentos. Rio de Janeiro: FGV, 2015, p. 15.

satisfazer ou impedir intervenções dos meios militares na escolha do novo presidente do Legislativo estadual cearense. Sem dúvida, caso o governador tivesse se posicionado na preservação da candidatura de Mauro Benevides à mesa diretora do legislativo cearense, aumentariam as suspeitas dos militares e de determinadas alas políticas sobre as inclinações de Virgílio Távora em relação ao processo de consolidação do novo regime político no Ceará.

Como vemos, o comentarista agiu no sentido de produzir uma narrativa e sentidos negativos que induzissem a opinião pública e a atenção das autoridades militares em relação às posições políticas daqueles que exerciam o poder executivo e legislativo cearenses, respectivamente Virgílio Távora e Mauro Benevides, passando a serem vistos como obstáculos à marcha do *movimento revolucionário*, seja pelas condições de inclinações ideológicas, seja pelas cisões políticas internas aos partidos, ou coligações. Como bem ressaltou Marcos Napolitano, sobre o papel duplo exercido pela imprensa liberal, torna-se enfático mencionar que ela tem a capacidade de “forjar a opinião pública”²⁵⁵, fabricando uma opinião segundo “a perspectiva vontade dos editores-chefes e magnatas da imprensa”. Por outro lado, desempenha o objetivo de “pautar temas da política, tentando influenciar as decisões palacianas e parlamentares”²⁵⁶.

O jornal *O Povo* enquadra-se perfeitamente nesse agir duplo, na fabricação de opiniões especulativas e de pauta dos assuntos com vistas à interferência de outros públicos, objetivando abrir caminho de influência do seu diretor jornalístico, o deputado federal Paulo Sarasate, em processo de ascensão nas articulações que defendiam o governo de Castello Branco no Congresso Nacional.

Nesse momento de acalorado debate e disputa política por essa vaga no legislativo, os meios militares procuraram argumentar dois motivos para vetar a reeleição de Mauro Benevides: em primeiro lugar, que ele “se apoia no fundamento de que o comando legislativo, à frente o deputado Mauro Benevides, se excedeu na prática de uma política empreguista, mesmo após instaurada a fase do regime revolucionário”²⁵⁷. Assim, a argumentação militar é que a postura do presidente do legislativo cearense era semelhante às caracterizações do governo nacional deposto, João Goulart. Sua gestão política era caracterizada por empreguismo e posicionamento ideológico de inclinação às esquerdas.

Como a informação era narrada fazia com que essa imprensa reforçasse o pensamento militar, pautado na agenda das acusações e denúncias de corrupção, geralmente associadas ao campo das esquerdas. De acordo com Airton de Farias, “um dos argumentos

²⁵⁵NAPOLITANO, Marcos. A imprensa e a construção da memória do regime militar brasileiro (1965–1985). *Revista Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v.43, n.2, maio–ago., 2017, p. 347.

²⁵⁶NAPOLITANO, Marcos. A imprensa e a construção da memória do regime militar brasileiro (1965–1985). *Revista Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v.43, n.2, maio–ago., 2017, p. 347.

²⁵⁷PASSOS, Oscar Pacheco. “As versões do veto”. *O Povo*, Fortaleza, 16 fev. 1965, p. 2.

usados para o golpe foi o combate à corrupção, de modo que os militares instauraram vários inquéritos para apurar irregularidades”²⁵⁸.

Não restam dúvidas que a imprensa liberal, como o jornal *O Povo*, auxiliou o poder militar nos processos de repercussões que queriam acusar e prender oponentes sob o pretexto da *subversão*. No momento em que se disputava a mesa diretora da Assembleia cearense e se questionava o capital político do governador para mobilizações futuras em apoio à agenda do governo de Castello Branco, permanecia muito viva na memória dos cearenses — e, também, de não cearenses — a repercussão das prisões instauradas por IPMs, lideradas por Egmont Bastos Gonçalves, principal adversário de Virgílio.

Com repercussões até mesmo entre os cariocas, o jornal *Correio da Manhã*, 19 de junho de 1964, informou as principais ações lideradas por Egmont Bastos que tiveram resultados nas prisões de alguns parlamentares, comerciantes, professores e estudantes.

O presidente do Inquérito Policial Militar sobre o contrabando de café, major Egmont Bastos. Gonçalves, revelou oficialmente à imprensa os nomes dos indiciados no IPM como envolvidos em atividades ligadas ao contrabando. Há dois deputados federais, os srs. Esmerindo Arruda²⁵⁹ e padre José Palhano de Saboia²⁶⁰. Entre os deputados estaduais, o inquérito arrolou os srs. Aniceto Rocha²⁶¹, Aurimar Pontes²⁶², Cândido Ribeiro Neto²⁶³, Januário Feitosa²⁶⁴ e Murilo Aguiar²⁶⁵. Dois prefeitos também estão envolvidos: o de

²⁵⁸FARIAS, Airton de. As esquerdas e o golpe civil militar de 1964 no Ceará: análises de um estudo de caso. **Contraponto – Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-graduação em História do Brasil da UFPI**, v. 9, n. 1, jan./jun. 2020.

²⁵⁹ Natural de Granja, 1922. Formado em Medicina pela UFF em 1946. Atuou profissionalmente na área como diretor do Hospital Bom Sucesso no Rio de Janeiro, a Casa de Saúde Santa Mônica e o Hospital Pedro Hernesto. Era deputado federal em quatro mandatos sucessivos pelo PSP e PTS (1954 a 1967). Ingressou na Arena após o AI-2 e no PMDB após o fim do sistema bipartidário.

²⁶⁰ Natural de Crateús, 1922. Foi seminarista em Sobral, estudou em Roma e tinha enorme influência como sacerdote na região de Sobral e cidades vizinhas. Entrou para a atividade político, sendo eleito prefeito de Sobral em 1958, fazendo oposição ao grupo liderado por Chico Monte, pai de Olga Barroso. Em seguida foi eleito deputado federal através da campanha União pelo Ceará em 1962. Após o AI-1, teve o seu mandato cassado.

²⁶¹ Natural de Riachão, distrito de Granja, que ao ser independente, constituiu-se no município de Uruoca. Exerceu o cargo de vereador de Granja entre os anos de 1934 a 1937 e posteriormente, entre 1951 a 1955. Deputado estadual suplente (1959 a 1962). Deputado estadual pelo PTN (1963-1966) e prefeito de Uruoca (1983-1989).

²⁶² Natural de Massapê, 1922. Formado em Medicina em Recife, Pernambuco; em Direito pela Faculdade Cândido Mendes, Rio de Janeiro. Atuou como deputado estadual pelo PTB entre os anos de 1958 a 1964. Foi cassado pelo regime militar ainda em 1964.

²⁶³ Natural de Aurora, 1911. Era comerciante e agropecuarista com enorme influência no setor de tecidos nas cidades Aurora, Missão Velha e Ingazeiras. Fez parte da Liga Eleitoral Católica em 1935, eleito vereador pelo PSD em 1947 em Missão Velha. Na mesma legenda partidária foi eleito deputado estadual, exercendo o mandato entre os anos de 1955 a 1964.

²⁶⁴ Natural de Cajazeiras, 1914, Paraíba. Desenvolveu atividades de agropecuarista ao vir morar no Ceará. Atuou como deputado estadual suplente em 1963 pelo PSD e dois mandatos de deputado federal de 1971 a 1978 pela ARENA e posteriormente, pelo PDS.

²⁶⁵ Murilo Rocha Aguiar era natural de Camocim, 1914. Era comerciante na cidade, e em seguida foi para Fortaleza, onde estudou no Colégio Castelo Branco. Ele teve uma longa trajetória política como deputado estadual pela UDN, iniciando a carreira em 1947 indo até 1983. Durante o regime militar teve um dos seus mandatos cassados.

Acaraú, sr. João Jaime Ferreira Gomes²⁶⁶ e o de Aracati, sr Armando Dias Simões²⁶⁷.

A operação militar realizada por Egmont Bastos, sob alegação de combate à *subversão*, teve enormes repercussões, especialmente por dois aspectos, quais sejam: a extensa lista de nomes e instituições atingidas, incluindo deputados federais, estaduais, prefeitos, comerciantes, funcionários públicos, professores e estudantes universitários. A nota jornalística destacava, nominalmente, os comerciantes²⁶⁸ arrolados no IPM, como: José Hugo Machado, Aldenor Gomes de Araújo, Napoleão Soares Silva, Rubens Sales de Assis, Alcebíades Gurgel Barreto, Silvio da Rocha Metz, Otoni Diniz, Orestes Cavalcanti, Moacir Soares Pinto, Milton Ponciano, José Eudes Ximenes, José Luiz Torquato, Emílio Ayoab, Olindina Ferreira, Kléber Navarro, José Regis Pernambuco Camboim.

O segundo aspecto que chama-nos a atenção é o modo como a imprensa cearense participa na cobertura dessa operação militar. Assim, mais do que dar cobertura e visibilidade, a imprensa se transformou em agente colaborativo, provendo uma narrativa pirotécnica e sensacionalista. Nesse sentido, o poder da imprensa dita *liberal* cearense e o poder militar convergiam na exaltação aos *ideais revolucionários*, realizando uma espécie de caça às bruxas.

As ações do poder executivo e legislativo cearenses na nova conjuntura tiveram as suas atividades burocráticas e ações políticas vigiadas por uma espécie de panoptismo, denominado por Michael Foucault, representando tipos de mecanismos de poder exercidos. Podemos pensar no periódico *O Povo* e em outros jornais cearenses como sendo canais sutis de exercício de poder, assim como os seus atores, que fizeram a construção das narrativas, sendo veiculadores de formas peculiares de vinculação das relações de poder. Ao refletirmos quanto às relações de colaborações entre jornais, grupos militares e grupos políticos em processo de ajustamento ao novo regime, com base em Michael Foucault, referimo-nos às “redes da dominação e os circuitos da exploração”²⁶⁹ que “se apoiam e interferem uns nos outros, mas não coincidem”²⁷⁰. Logo, a rede estruturada mediante relações de poder e colaborações visava interesses diferentes enquanto agia sob o mesmo processo de

²⁶⁶ Natural de Acaraú, 1909, filho de uma família influente de políticos na cidade, como o pai e ex- deputado José Philomeno Ferreira Gomes. Realizou alguns empreendimentos comerciais e industriais como a J. Jaime Cia e J. Jaime S.A. Foi prefeito de Acaraú em três mandatos (1951-1954), (1963-1966) e (1971-1972).

²⁶⁷ Natural de Aracati, 1921. Foi eleito prefeito de Aracati nas eleições de 1962, pela coligação PTN e UDN.

²⁶⁸ Não identificamos nenhuma informação sobre as origens e trajetórias sociais desses comerciantes.

²⁶⁹ FOUCAULT, Michael. **Microfísica do Poder**. Tradução e organização de Roberto Machado. 28. ed. São Paulo: Graal, 2010b, p. 91.

²⁷⁰ FOUCAULT, Michael. **Microfísica do Poder**. Tradução e organização de Roberto Machado. 28. ed. São Paulo: Graal, 2010b, p. 91.

enquadramento de ações desempenhadas.

De fato, deparamo-nos com um tipo de ação que ampliava o campo de atuação dos militares e o alinhamento dos parlamentares estaduais cearenses no atendimento dos interesses dos primeiros. Entre o golpe de 1964 e a posse de Castello Branco, os parlamentares estaduais cearenses, colaboradores do regime militar, cassaram os mandatos de outros colegas, alegando serem *subversivos* e simpatizantes do governo destituído, de João Goulart. Através do cenário de consolidação dos interesses militares em torno da *operação de higienização das instituições*, as eleições internas da mesa diretora retomou o discurso anticomunista com a estratégia de colocar forças políticas favoráveis ao andamento das ações militares em curso. Caso contrário, a manutenção de antigas forças políticas ligadas ao governo anterior seria interpretada como impeditiva, sobretudo, nos processos de novas cassações e investigações solicitados pelo governo de Castello Branco, ou pelo comando da 10ª Região Militar. Analisamos, pois, que a eleição interna no poder legislativo cearense seria apossada pelos membros da *União pelo Ceará*, pelos militares locais e pela imprensa com o intuito de acelerar a adesão ao governo de Castello Branco, mediante o processo de mudanças das personalidades nos cargos estratégicos nas instituições parlamentares.

Como desdobramento desse último aspecto, veio a segunda argumentação militar, que diz respeito “ao mal estar causado pelo comportamento da referida Mesa, ainda à frente o deputado Mauro Benevides, no encaminhamento da última etapa das cassações de mandatos”²⁷¹. Desse modo, para os militares cearenses vinculados aos deputados udenistas, o papel desempenhado pelo presidente Mauro Benevides consistia em impedir o avanço de movimentos que exigiam reestruturação política. A tônica de sua atuação esteve, justamente, na postura de barrar a conclusão do processo de cassação de mandatos de alguns parlamentares estaduais. Por outro lado, segundo Pacheco, a manutenção de Mauro Benevides no cargo de presidente do legislativo cearense e o temor a sua reeleição tem profunda relação “com os culpados ostensivos, todos os que se contemplaram com aquela fartura de cargos. Todos eles, em participando do rico bolo”²⁷², em boa medida, contribuíram duplamente para esse *status quo* através da conivência e dos instrumentos regimentais.

O papel desempenhado por esse comentarista consistia em alertar que o projeto de consolidação do regime militar poderia encontrar, no Ceará, resistências tanto por parte do presidente da Assembleia Legislativa, quanto do governador Virgílio Távora. Para superar esse impasse, entendia-se que os “autênticos” defensores do regime, em alinhamento com os militares, deveriam apropriar-se desse espaço de poder. Por outro lado, o Poder Legislativo poderia servir de sustentação à ala discordante da *União pelo Ceará*, que, no processo de

²⁷¹PASSOS, Oscar Pacheco. “As versões do veto”. *O Povo*, Fortaleza, 16 fev. 1965, p.02.

²⁷²PASSOS, Oscar Pacheco. “As versões do veto”. *O Povo*, Fortaleza, 16 fev. 1965, p.02.

sucessão do governo estadual, poderia bloquear as investidas do governo militar no estado.

O desempenho do *O Povo* ao reportar insinuações de crise funcionava como um pretexto para que os atores em disputa revelassem suas reais intenções, uma vez que as motivações que haviam conduzido à aglutinação de forças das antigas legendas partidárias (UDN, PSD e PTN) na *União pelo Ceará*, formando uma ampla frente de contenção das esquerdas, agora estavam anuladas pelo regime militar. De fato, a ideia de crise refletia um sintoma das intencionalidades políticas, baseada na cisão do grupo constituído em 1962, buscando o retorno de independência e o enfrentamento entre UDN e PSD. Mais uma vez, tratava-se de uma crise decorrente de estratégias políticas voltadas para a obtenção de ganhos por meio da participação no novo regime.

Oscar Pacheco, procurando atribuir os sentidos de desconfiança e deslealdade de Mauro Benevides ao projeto de adesão dos militares no Ceará, por meio do seu texto, afirmava que o “fator decisivo para que o PSD derrubasse o primeiro projeto de cassação foi, sem dúvida, a interferência de líderes federais daquele partido, cujos pronunciamentos, em telegramas ou em contacto com os deputados, lhes deram fôlego para um arremedo de resistência”²⁷³. E, em conclusão, escreveu: “pouco adiantava que o sr. Mauro Benevides cumprisse bem ou mal a sua tarefa”²⁷⁴. Isto significava dizer que Benevides se manteria alinhado às alas pessedistas discordantes dos militares, seja no plano federal, seja no plano estadual.

Outra linha de ação desempenhada pelo *O Povo*, na escrita de Pacheco, era fazer a associação de Mauro Benevides aos escândalos de corrupção e empreguismo, procurando atribuir sentido de um simpatizante das esquerdas, sob as mesmas alegações em torno da *descomunização das instituições*. No entanto, devemos relembrar que Mauro Benevides foi protagonista pactuante com a consolidação do regime no estado até o momento, passando a discordar, quando vieram as cassações dos parlamentares do PTB cearense.

Desse modo, compreendemos que a *União pelo Ceará*, conjunto constituído por forças políticas diversas, deparou-se com um novo processo político que tensionava as relações internas, buscando, a partir da defesa de seus interesses, a possibilidade de continuidade ou extinção do pacto de 1962. Internamente, havia aqueles que defendiam a manutenção do esquema de 1962, os que buscavam alinhamento e aproximação com os militares, e os engajados na *União pelo Ceará*, mas contrários às medidas autoritárias. Faltando pouco mais de um ano para o término do seu mandato, o governador Virgílio Távora precisou desempenhar um papel de articulação para manter o grupo unido, sem prejuízos à sua administração e, sobretudo, sem se comprometer com as forças militares no plano federal.

²⁷³PASSOS, Oscar Pacheco. “As versões do veto”. *O Povo*, Fortaleza, 16 fev. 1965, p.02.

²⁷⁴PASSOS, Oscar Pacheco. “As versões do veto”. *O Povo*, Fortaleza, 16 fev. 1965, p.02.

Ao procurar conter os ânimos acirrados e constituir um ambiente de apaziguamento ao governo de Virgílio Távora, *O Povo* informou que:

Ainda hoje, o governador Virgílio Távora [VT] irá conversar com o PSD, para o encaminhamento da questão da Mesa Diretora do Legislativo. Tratará do assunto com objetividade, claramente, sem tergiversação, apresentando argumentação convincente e irrefutável da necessidade de o grêmio pessedista dar ao Governo apoio maciço, homogêneo, capaz de assegurar a continuação de sua obra administrativa, sem aquele “balão de ensaio” oposicionista que nenhum benefício trouxe a vida cearense. Para a preservação da tese defendida pelo PSD, baseada no compromisso firmado quando da formação da “União Pelo Ceará”, — é este o pensamento de Virgílio — o grêmio também terá que cumprir sua parte²⁷⁵.

No trecho acima, percebemos haver uma tentativa de pressionar as alas que compunham o PSD cearense no sentido de garantir a governabilidade de Virgílio Távora, sem prejuízos políticos com a agenda do governo de Castello. Não restam dúvidas de que a principal preocupação em torno da aliança *União pelo Ceará* seria quem poderia herdar esse capital político. Até aqui, as forças políticas internas à UDN e PSD depararam-se com conflitos políticos relacionados à convivência interna na aliança, não representando nenhuma oposição consolidada em relação a Castello Branco. O que se constituiu como uma narrativa jornalística como *crise* trata-se, na verdade, de um projeto em processo de disputa interna na ascensão ao poder estadual e numa aproximação de prestígio perante o governo federal.

Entendemos que a imprensa e as autoridades políticas procuraram contornar as disputas perante o cenário que se desenrolava nacionalmente e havia a prevalência de cautelas para distanciamento de qualquer enviesamento contrário ao *movimento revolucionário*. Assim, começou a se configurar algumas certezas quanto aos rumos da *União pelo Ceará*, o que, para José Rangel²⁷⁶, sinalizou uma postura do governador Virgílio Távora em dar continuidade à essa aliança, porém, ele aguardava do PSD o cumprimento e respeito às regras internas instituídas.

A suposta crise interna à *União pelo Ceará* poderia, hipoteticamente, significar uma forma de investida da imprensa, interessada em explorar desentendimentos já existentes entre Virgílio Távora e alguns parlamentares estaduais. A estratégia de poder pela escrita ocorria no sentido que, ao divulgar a crise, tais forças, alicerçadas na base da aliança, poderiam causar, concretamente, uma ruptura de apoio, prejudicando o governador em exercício. A intenção de desestabilização poderia ser um recurso político que viesse associá-lo a simpatizante do ex-presidente João Goulart, em especial porque ele tinha exercido o

²⁷⁵RANGEL, José. “Política em 3 dimensões”. *O Povo*, Fortaleza, 16 fev. 1965, p.02.

²⁷⁶ Formado em jornalismo na França e em Ciências Sociais pela Universidade do Ceará, hoje UFC. Trabalhou mais de 30 anos no jornal *O Povo*.

cargo de ministro de Viação e Obras Públicas.

O comentarista, percebendo que as investigações de cassações do governo de Virgílio Távora não prosseguiram com efeitos esperados, passou a explorar o cenário de disputas internas na *União pelo Ceará*, que reivindicavam destaques e vantagens no novo governo. Por inferência, procurava atribuir sentido de que essa *crise* sofrida fosse desdobramento dos bastidores que miravam a vida do governador Virgílio Távora. Torna-se importante esclarecer que a suposta *crise* não se referia a desejos de rompimento com o governo de Castello Branco, mas à protagonização e politização dos acontecimentos a partir de cálculos políticos, visando ganhos com esse governo, com ou sem a liderança do governador Virgílio Távora.

Outro aspecto relevante e que servia de aquecimento a alguns comentaristas políticos e alguns partidários era a exposição de um telegrama do governador cearense, garantindo a continuidade do grupo político, no caso, a *União pelo Ceará*. No dia 12 de fevereiro de 1965, José Rangel havia publicado um trecho do telegrama que dizia que “o próprio governador, irritado com as especulações surgidas ultimamente sobre a sua posição no “affaire”, teria respondido naquela sua linguagem telegráfica à pergunta que lhe fizeram: “Pretendo governar os quatro anos com o mesmo esquema pt”²⁷⁷.

Pelo visto, nem mesmo Virgílio Távora considerava pertinente a ruptura com o grupo no novo contexto político, mas, ao contrário, moldá-lo conforme as necessidades surgiam. Sem dúvidas, nos deparamos com um em processo de transmutação em que a *União pelo Ceará* possibilitou a sobrevivência dos seus membros políticos perante os governos militares pela dinamização de decisões, escolhas e votações, tendo consciência do que estavam fazendo.

3.4 O Povo em atrito com o vice-governador

Outra maneira de minar e atacar o governo de Virgílio veio por exploração da imagem do vice-governador, que tinha sido observado nas investigações pelos IPMs de Egmont Bastos. Todos os que eram alvos de Egmont também passavam a ser atingidos por Oscar Pacheco, na forma de fabricações de opiniões que ampliavam uma desconfiança na sociedade cearense acerca desses personagens mencionados pelo referido jornalista.

A crise referida em *O Povo* ganhava desdobramentos na política estadual cearense. A cada acontecimento, a postura, ou posicionamentos, de Oscar Pacheco Passos atraía diferentes personalidades políticas para o meio de conflitos. A próxima empreitada que envolveu o jornal *O Povo* em desentendimentos ocorreu quando críticas foram dirigidas ao

²⁷⁷RANGEL, José. “Política em 3 dimensões”. *O Povo*, Fortaleza, 16 fev. 1965, p.02.

vice-governador cearense Joaquim Figueiredo Correia, do PSD, eleito juntamente de Virgílio Távora (governador) nas eleições de 1962. As críticas foram mobilizadas pela campanha anticomunista e pela formação do grupo *União pelo Ceará*, coligação que reuniu os três partidos: UDN, PSD e PTN. Como a direção do *O Povo* estava sob o comando de um deputado federal da UDN e amigo próximo de Castello Branco, o comentarista político do jornal direcionava críticas a uma personalidade do PSD com grande influência na estabilidade interna da aliança *União pelo Ceará*.

Os eleitos pela *União pelo Ceará* tomaram posse em 1963, mas o grupo permaneceu ativo na Assembleia Legislativa do Ceará, com suas diferentes alas disputando as eleições da mesa diretora, composta por secretarias, cargos e comissões. Além das divergências em torno da escolha da mesa diretora, as alas políticas da *União pelo Ceará* passaram a se confrontar quanto às projeções para a sucessão estadual de 1966.

À medida que se aproximavam as eleições de 3 de outubro de 1965, as tensões entre os partidos da coligação *União pelo Ceará* tornaram-se mais visíveis, sobretudo internamente, em função da projeção para as eleições sucessórias, com ou sem a manutenção da coligação. É nesse contexto que se desenrolam as supostas crises entre pessedistas e udenistas cearenses.

Em uma edição do *O Povo*, o colunista Oscar Pacheco sugeriu que, no lugar de Figueiredo Correia como vice-governador, a coligação interpartidária deveria ter escolhido, em 1962, o senador Wilson Gonçalves para essa posição no estado. Segundo o jornalista, caso isso tivesse ocorrido, a *União Pelo Ceará* estaria tranquila²⁷⁸. Podemos observar que o jornalista lançou uma narrativa que pretendia colocar em sentido de *crise* os diversos grupos que compunham a estrutura da aliança, uma vez que o topo da liderança estava com o governador Virgílio Távora (UDN) e do vice-governador (PSD), Figueiredo Correia.

As desconfiças produzidas no meio da sociedade cearense, intentando causar um sinal de rejeição, pretendia formular uma opinião pública, pactuando ter o governo de Virgílio Távora uma personalidade sob os traços da “corrupção” e “infidelidade política”. O intuito era fazer o governador associado, sendo complacente, a algum esquema de corrupção, uma vez que havia várias personalidades em seu governo acusadas de corrupções.

Ao que tudo indica, nas palavras de Oscar Pacheco, “o sr. Figueiredo Correia se irritou com a tese que defendemos: a “‘*União Pelo Ceará*’ estaria tranquila, se tivesse o sr. Virgílio Távora, como seu Vice-governador, o atual senador Wilson Gonçalves”²⁷⁹.

Da irritação com as palavras proferidas pelo jornalista, veio a emissão de uma nota oficial de Figueiredo Correia (vice-governador), partindo para um embate de acusações

²⁷⁸PASSOS, Oscar Pacheco. “As incoerências da carta”. *O Povo*, Fortaleza, 1 out. 1965, p. 2.

²⁷⁹PASSOS, Oscar Pacheco. “As incoerências da carta”. *O Povo*, Fortaleza, 1 out. 1965, p. 2.

contra Oscar Pacheco, causando novas reações, em seguida, pelo comentarista político do *O Povo*, às provocações dirigidas pelo vice-governador. Em ambas as acusações, o teor do conteúdo, em síntese, dizia respeito a uma estratégica narrativa do jornalista de pôr em dúvidas o caráter do vice-governador perante a sociedade cearense, especialmente entre os círculos políticos, com os sentidos de desconfianças quanto às suas posições políticas, antes e depois do movimento de intervenção civil-militar de 1964. Como se vê, o jornal *O Povo* realizou um teste das afinidades políticas de determinadas autoridades ou lideranças partidárias na cena pública, com acusações em suas colunas políticas.

O conflito iniciado entre o jornalista e o vice-governador causou um mal-estar, fazendo com que outros políticos se posicionassem contrários às atitudes da referida imprensa. O sentido de *crise* constantemente gerada por esta imprensa pretendia atingir ao governador Virgílio Távora, uma vez que era muito próximo do governo de João Goulart e, no mês de fevereiro de 1965, ao inaugurar a Usina Hidrelétrica Paulo Afonso, na presença do presidente general Castello Branco, agradeceu a Jango pelos recursos federais oferecidos, provocando uma situação vexatória entre ambos.

Poucos dias antes das eleições de 1965, na última semana de setembro, Figueiredo Correia voltou a acusar Oscar Pacheco de não ser um combatente “autêntico” do movimento militar, enviando uma carta que foi publicada em outro periódico. Ou seja, o vice-governador utilizou as mesmas estratégias de antes, com narrativas acusatórias e de esquerdização. Ao se autodeclarar como um verdadeiro defensor do movimento, Oscar Pacheco reagiu de forma imediata e combativa, no dia 30 de setembro de 1965, afirmando que:

A carta do ilustre Vice-Governador, publicada noutro local, é uma peça que força a saudade da época em que um líder político representava uma elite intelectual. É uma peça que, também, serve de prova à procedência da tese de que a lei eleitoral, assim como compete o eleitor demonstrar, no ato da inscrição, um mínimo de capacidade intelectual, não deveria permitir que o eleito para o exercício de um mandato político e administração escapasse de tal exigência. Em devolvendo intactos ao ilustre sr. Figueiredo Correia os insultos que, em instante de pouca lucidez, contra nós assacou - insultos que não nos atingem e que talvez lhe caibam na carapuça —, ficamos em dúvida sobre o missivista merece perdão ou piedade. Com efeito, as suas increpações são determinadas pelo seu estado de espírito e pelos seus dramas partidários. E confessamos não ignorar as depressões que lhe impõem os retraimentos, impostos por conveniências, de seu temperamento impetuoso. Há poucos dias, o sr. Valdemar Alcântara, sincero adepto da “União Pelo Ceará”, emitiu ponto de vista que tranquilizou a aliança. De imediato, o sr. Figueiredo Correia criou o “caso” de uma imaginada interpelação que faria o sr. Virgílio Távora ao P.S.D. Os fins eram evidentes: manter a campanha de desprestígio do Presidente do partido e adepto da “União Pelo Ceará” e impulsionar os movimentos contrários à sobrevivência da aliança. O sr. Virgílio Távora matou a questão. Então, o Vice-Governador pretendeu ir à réplica. A falta de outros meios, faz-se de irritado com os nossos

comentários, para agredir o Governador. Isso está nas entrelinhas de sua carta. Isso deixou entendido, quando afirma que o sr. Virgílio Távora nos deu tempo para censurar o P.S.D. Em primeiro lugar, o Vice-Governador quer pintar o nosso retrato à sua imagem e semelhança. Avisamos, porém, que não nos agrada ser eco das futricas políticas de ninguém. Além disso, não temos vocação para títeres de quem quer que seja. Que o Vice nos desculpe a recusa. É uma questão de personalidade. Em segundo lugar, não devemos admitir que, no seu desespero e na sua cegueira, se prive o ilustre Vice-governador da obrigação de respeitar a verdade e de não falseá-la, mesmo que, com isso, pleitei prestar vassalagem ao deputado José Martins Rodrigues²⁸⁰.

A inferência que Oscar Pacheco faz no *O Povo* busca demonstrar que as atitudes de Figueiredo Correia são características de desespero, visando dois objetivos: primeiro, desestabilizar a base de apoio do presidente do diretório estadual do PSD, Waldemar Alcântara, à administração do governador Virgílio Távora e segundo, provocar um desprestígio capaz de gerar uma crise interna no PSD, culminando em uma ruptura com a *União pelo Ceará*. A partir dessa narrativa, atribui-se ao vice-governador um comportamento inesperado, ou seja, capaz de desarticular a *União pelo Ceará*, devido à sua aproximação e alinhamento com as alas pessedistas lideradas pelo deputado federal Martins Rodrigues, que já atuava como militante da oposição ao governo de Castello Branco no Congresso Nacional.

Sem dúvida, a estratégia de Pacheco tinha como alvo o vice-governador Figueiredo Correia, justamente pelo fato de este ter se negado a colaborar com Egmont Bastos no plano conspiratório que pretendia a cassação do cargo de governador ocupado por Virgílio Távora. Dessa forma, Oscar Pacheco lança mão de artifícios de acusações e desqualificações com o objetivo de reforçar e proteger a imagem do governo de Virgílio Távora.

Posteriormente, Oscar Pacheco retoma o assunto da carta de Figueiredo Correia no *O Povo*, trazendo alguns trechos da referida carta, nas seguintes palavras: “Oscar. Oscar não teve a coragem de combater a política comunizante (sic), o favoritismo, a corrupção e a indisciplina que a Revolução banuiu em boa hora”²⁸¹. Observamos que Figueiredo, em sua carta, questionou o ativismo político intencionado de Oscar Pacheco, pois ele mobilizou uma narrativa que visava favorecer aos militares que interferiam na política cearense, cuja postura era vista como interesseira, e não de um *autêntico revolucionário*. Em reação ao que foi dito pelo vice-governador, Oscar Pacheco desafiou Figueiredo Correia a verificar os noticiários jornalísticos do período pré-golpe de 1964: “Meus amigos, isso é dito por um Vice-Governador. Está ele convidado à averiguar os arquivos do “Correio do Ceará” e de O POVO

²⁸⁰Oscar Pacheco Passos. “A carta do vice”. *O Povo*. 30 de setembro de 1965, p.02.

²⁸¹PASSOS, Oscar Pacheco. “As incoerências da carta”. *O Povo*, Fortaleza, 1 out. 1965, p. 2.

e curvar-se à confissão da falsidade”²⁸².

A mesma estratégia ofensiva veio por parte de Oscar Pacheco, quando passou a questionar ao vice-governador:

Não negamos que o Vice-Governador fez pronunciamentos, anteriores à Revolução, de oposição ao sr. João Goulart. Hoje, perguntamos: esses pronunciamentos foram feitos antes ou depois da demissão de um seu familiar de um importante cargo federal? Não vivia o sr. Figueiredo Correia a cortejar do sr. João Goulart, em palanques, em recepções, o apoio do PTB às fórmulas sucessórias do PSD?

Uma questão se torna importante até aqui: qual o peso dessas acusações, considerando o cenário de cassações de personalidades da *União pelo Ceará*, associadas como simpatizantes das esquerdas na perspectiva de Oscar Pacheco? Embora, procurando mostrar certa afinidade com Virgílio Távora, ainda que pelas acusações dúbias, o interesse era pô-lo no centro dos desentendimentos perante o governo de Castello Branco.

Pelo visto, as colunas políticas de Oscar Pacheco serviam para enquadramento dos principais acontecimentos da política estadual, procurando alimentar, entre Virgílio Távora e Figueiredo Correia, uma relação de desconfianças, já que este último havia sido sondado pelo general Egmont Bastos para contribuir na cassação do primeiro.

Devido a uma situação que envolveu a demissão de um familiar, este acontecimento o colocou numa mudança de posicionamento, sendo recuperado pelo sentido da desconfiança. Realçava-se, com isso, o comportamento de mudança de posicionamento político do vice-governador com intuito de sobrevivência, por causa de sua grande proximidade com o ex-presidente do Brasil, João Goulart. Para o jornalista, Figueiredo Correia já reuniu um histórico suficiente para ser um empecilho para as necessárias contribuições ao governo de Castello Branco, que necessitava de uma sólida base social no Ceará. O objeto de disputa para montagem da base foi o conjunto de forças que pertencia à *União pelo Ceará*.

A acusação se desenrolou para o aspecto da divisão interna no PSD cearense, membro da vigente coligação interpartidária “*União pelo Ceará*”, quando o jornalista questionou:

Não está o sr. Figueiredo Correia, como líder incontestado dos “rebeldes”, a atrair, para uma coligação com o PSD, do sr. João Goulart, esse mesmo PTB da “política comunizante, do favoritismo, da corrupção e da indisciplina que a Revolução banuiu em boa hora”? Por que quer se misturar com esse PTB?²⁸³

Oscar Pacheco começou a dizer que Figueiredo Correia desempenhou uma ação

²⁸²PASSOS, Oscar Pacheco. “As incoerências da carta”. **O Povo**, Fortaleza, 1 out. 1965, p. 2. As incoerências da carta. Até o presente momento não identifiquei qual o jornal em que foi publicado, se diz respeito aos meses de alguns jornais que não mais possuem exemplares. Muitos jornais cearenses estão com suas coleções anuais incompletas.

²⁸³PASSOS, Oscar Pacheco. “As incoerências da carta”. **O Povo**, Fortaleza, 1 out. 1965, p. 2.

política que tinha a possibilidade de fraturar as forças partidárias pessedistas cearenses, resultando até mesmo na ruptura da coligação, que fazia sentido em sua manutenção na colaboração ao regime civil-militar. Além disso, a hipótese defendida por Oscar Pacheco enfatizava que Figueiredo Correia, como representante da ala que pretendia uma sucessão estadual sob a liderança do PSD, com ou sem a coligação, articulava-se no sentido de aproximação política com os petebistas no Ceará, sendo eleito Carlos Jereissati, senador em exercício eleito nas eleições de 1962 pelas esquerdas cearenses.

A retórica do jornalista buscou insinuar que o vice-governador era um oportunista, a ponto de se alinhar aos comunistas cearenses, do PTB, partido do ex-presidente João Goulart. Portanto, havia um temor de que as articulações entre Martins Rodrigues (deputado federal) e Figueiredo Correia (vice-governador), ao lado de Virgílio Távora, manobrassem a *União pelo Ceará* contra o próprio regime, diante dos impasses entre o governador e Castello Branco. A dita ala liberal do PSD, a partir do momento que discordou de determinadas ações da agenda de Castello Branco, entrou no radar de preocupações das forças que demandavam ações mais autoritárias.

Como as instaurações dos Inquéritos Policiais Militares ocorriam em plena cena pública, com ampla cobertura da própria imprensa cearense, esse tipo de envolvimento facilitava o processo de mobilização de informações pelos jornalistas — especialmente os das colunas políticas — que se autodeclaravam interlocutores do regime no combate aos inimigos. Dessa forma, utilizavam esse espaço para manifestar acusações e promover ações que poderiam culminar até mesmo na prisão daqueles considerados opositores.

Atreladas às acusações de ordem ideológica, houve mais acusações de cunho profissional e política:

É desambicioso político que usa do seu mandato de deputado estadual para aprovar lei que cria para si, um cargo com proventos de desembargador? Não se move por interesses pessoais o político que cria um estabelecimento de ensino para “ganhar”, sem concurso, uma cadeira de professor (pasmem os céus!) de Direito Internacional? É isto o que faz mal a mocidade estudiosa. Foi isto o que a Revolução não viu para justificar a revolta da juventude que não sabe como aprender. É moralista o político que, prevalecendo-se do cargo que ocupa (e é professor de Direito), usa da atribuição de provimento de cargos do rico Gabinete que lhe deu a “União Pelo Ceará”?²⁸⁴.

O jornalista Oscar Pacheco agia contundentemente em seus questionamentos ao vice-governador, que era alvo de dúvidas sobre salários astronômicos, cargos apadrinhados e traição ao grupo político que auxiliou a se eleger. Assim, mais uma vez, Pacheco recorreu a

²⁸⁴PASSOS, Oscar Pacheco. “As incoerências da carta”. **O Povo**, Fortaleza, 1 out. 1965, p. 2.

uma narrativa que viabilizasse um tipo de imagem do vice-governador como alguém associado às esquerdas, pelo viés “da corrupção e empreguismo”.

Constatou-se, contudo, que, por razões ou motivações desconhecidas, o vice-governador Figueiredo Correia não recorreu contra as acusações mencionadas. Já o jornalista Oscar Pacheco continuou a direcionar seus ataques à “ala rebelde”, contrária à permanência da *União pelo Ceará* ou favorável à imposição do PSD na sucessão estadual de 1966.

Em uma nova publicação na coluna *Panorama Político*, Oscar Pacheco demonstrou-se profundamente irritado, a ponto de tornar suas justificativas textuais explicitamente contundentes:

Embora não nos apeteça dar confiança a ninguém o uso que fazemos da liberdade de pensamento, pouco importando que qualquer um goste ou não goste dos nossos estudos e conclusões dos fenômenos políticos, é-nos lícito contestar qualquer acusação que pretenda atribuir-nos discriminação partidária. E esse direito de contestação mais se acentua, quando o acusador pleiteia, com isso, a execução de um plano de valorização do seu prestígio partidário. Evidente que não nos prestamos às “auto-promoções” de quem quer que seja²⁸⁵

Verificam-se, no trecho acima, dois tipos de comportamentos exercidos por essa imprensa: a configuração de uma imagem de isenção ou neutralidade política, enquanto, politicamente, jogando as palavras, atribuindo uma identidade ao alvo como alguém sem escrúpulos. Ao que tudo indica, na visão de Oscar Pacheco, a ação política do vice-governador seria uma demonstração de que uma autoridade no exercício de cargo eletivo agiu no sentido de trair as suas alianças e pôr em “execução de um plano de valorização do seu prestígio partidário”. Assim, o comportamento exercido por Figueiredo Correia ganhou, nos escritos de Oscar Pacheco, traços personalistas, interesseiros e desvirtuados de moralidade, como simpatizante das esquerdas cearenses. Estes aspectos serviram como antagonismos ou oposições ao seu papel desempenhado, posto por ele mesmo de sentido de isenção.

Deparamo-nos com essa dupla ação exercida pelo jornalista do *O Povo*, que, além de insinuar as pretensões de destruição da *União pelo Ceará*, era posto na cena pública como alguém devoto da *subversão*. Sem dúvida, o ambiente político cearense, marcado pelas interferências do meio militar, poderia gerar sérios problemas tanto para Virgílio Távora, que corria o risco de perder um dos principais apoiadores de sua coligação, quanto para a própria continuidade da aliança.

Na tentativa de se contrapor aos traços atribuídos às ações de Figueiredo Correia, o jornalista de *O Povo* constrói para si uma narrativa que o apresenta como detentor de uma

²⁸⁵PASSOS, Oscar Pacheco. “Indiscriminação partidária”. *O Povo*, Fortaleza, 2 e 3 out. 1965, p. 2.

identidade de imparcialidade partidária.

Por exemplo, é verdade que criticamos, até com veemência, o chamado grupo “rebelde” do PSD e do PTN. Mas, não há nisso, evidentemente, qualquer manifestação de indisposição com o PSD ou com o PTN, porque as censuras aos seus grupos “rebeldes” da UDN. Ontem e hoje, nunca aplaudimos indisciplina partidária, desrespeito às orientações de partidos compromissados. Logo, o nosso comportamento em relação aos “rebeldes” do PSD e do PTN não difere, de forma alguma, do nosso, comportamento em relação aos “rebeldes” da UDN, do quadriênio 1951–1954²⁸⁶.

Como demonstração de uma imagem de imparcialidade, Oscar Pacheco recuperou ou mobilizou determinado aspecto do passado da política cearense, procurando justificar que as suas críticas também eram apontadas aos “rebeldes” da UDN, seja os da década de 1950, seja os do momento vivenciado em 1965. Buscando a ampliação dos argumentos para a justificação de uma postura política de “imparcialidade”, Oscar Pacheco questionava:

Ora, se o PSD e o PTN nos acusassem, perguntamos: o que diria o governador Virgílio Távora? Não fomos, porventura, os pioneiros da crítica ao seu Governo? Não foram acres as censuras que dirigimos a erros que enxergamos no setor fazendário e na política financeira de sua administração?²⁸⁷

Ao colocar o exemplo do governo Virgílio Távora, que foi também criticado pelo mesmo jornalista de *O Povo*, tem-se uma tática de desvencilhar qualquer interpretação sobre as posições políticas dele. No entanto, entendemos que a postura política do jornalista é evidente, pois se posiciona pela manutenção da *União Pelo Ceará*, aspecto que fica mais claro ainda no trecho a seguir:

De outra parte, nunca manifestamos preferência alguma pela origem, partidária de um candidato para a “União Pelo Ceará”, em 1966. Nunca negamos ao PSD o privilégio de indicá-lo. Apenas temos dito que o PSD poderia conquistar a meta da “candidatura pessedista” pelos caminhos da cordialidade, do estreitamento de suas relações com a UDN, o que deveria ter sido feito desde a inauguração do governo Virgílio Távora. Apenas temos dito que existem pessedistas ilustres e muito bem credenciados ao exercício, com vantagens, do cargo ao governo. Apenas temos dito que o candidato da “União Pelo Ceará” deve ser escolhido no cotejo dos méritos de cada postulante, sem que se dê valia a coloração partidária. Apenas temos dito que é contraproducente a tática da “imposição”, a tática da coação (“ou o

²⁸⁶PASSOS, Oscar Pacheco. “Indiscriminação partidária”. *O Povo*. Fortaleza, 02-03 out. 1965, p. 02. No trecho mencionado acima, recupera-se o passado muito similar em que membros da UDN, PTB e PR se uniram para disputar a diretoria da Mesa da Assembleia Legislativa estadual no primeiro ano de governo de Raul Barbosa. Virgílio Távora foi um dos participantes dessa empreitada política, que saiu vitoriosa com a eleição de Péricles Moreira da Rocha como presidente e vários cargos ligados à mesa diretora ocupados pelo PTB. Diante da situação, o governador Raul Barbosa necessitou estabelecer um pacto de conciliação de forças cedendo às pressões dos grupos de oposição, trazendo para o seu governo vários deputados oposicionistas, chamados de “*Anjos Rebeldes*”. Segundo o próprio Virgílio Távora, eram os *realistas* e José Claudio de Oliveira, compostos por “deputados da UDN e PTB que passaram a dar apoio administrativo ao Governador na Assembleia e, inteligentes, empolgaram o governo para deixá-lo, ao final, retornando todos às suas bases elideranças” (Linhares, 1996, p. 82).

²⁸⁷PASSOS, Oscar Pacheco. “Indiscriminação partidária”. *O Povo*. 02-03 out. 1965, p. 02.

candidato é pessedista ou nós rompemos”).²⁸⁸

Na prática, há uma projeção política em curso que supostamente interessaria ao diretor do *O Povo*, Paulo Sarasate. Nesse sentido, duas coisas começaram a se configurar nesse processo de disputas internas e externas, envolvendo tanto a liderança de Virgílio, quanto a aliança *União pelo Ceará*: primeiro, as projeções políticas, com sucessos de resultados na nova conjuntura política, deveriam ser feitas contando o capital político existente da *União pelo Ceará* e, em segundo lugar, fazia-se urgência que todas as forças políticas procurassem meios de adequação ao jogo político instituído pelo governo de Castello Branco pelo crivo da militarização. Assim, a manutenção da *União pelo Ceará* somente fazia sentido se sua base estivesse alinhada aos ideais do regime. Por outro lado, a ascensão de uma liderança pessedista na direção do estado e da própria organização poderiam trazer sérios problemas no diálogo com Castello Branco. Aquilo que contribuiu para o retorno de forças opositoras ao regime nas eleições de 1965 teria a mesma projeção política a partir da própria *União pelo Ceará*, sob as alas pessedistas discordantes do regime militar.

É notória a preocupação de Oscar Pacheco quanto aos rumos das alianças em torno da *União pelo Ceará* e ao tipo de ação que esse grupo poderia exercer nas eleições de 1966. Além disso, fica também evidente, nas preocupações do jornalista, uma defesa no sentido da manutenção desse grupo, sendo a continuidade das alianças de forças políticas cearenses uma tática de impedimento para a formação de uma nova organização política, como fruto das dissidências entre os partidos UDN e PSD em aliança com o PTN e o PTB. Em eventual situação de nova formação de grupo político, ocorreria uma nova configuração nos grupos e acordos políticos cearenses.

Transcorrido alguns dias, *O Povo*, na coluna de Oscar Pacheco, começou a dar uma configuração às ações exercidas pela ala do PSD, que pretendiam a ruptura com a *União pelo Ceará*, pois, até o momento, as motivações que promoviam as discordâncias pareciam serem dúvidas. Assim descreveu Passos:

Necessariamente, o Governador e a UDN acompanhamos a evolução dos fatos que deixam bem visíveis a execução de uma manobra do PSD: 1 - a palestra oposicionista do deputado Wilson Roriz; 2 - a carta do senhor Figueiredo Correia; 3 - as reuniões da liderança pessedista; 4 - a “Nota Oficial” desse partido²⁸⁹.

De forma clara e direta, o posicionamento do *O Povo*, na pessoa de Oscar Pacheco, procurou atribuir ao partido UDN cearense o protagonismo político em alinhamento ao regime militar, provavelmente, projetando por outras fontes de informações junto ao governo federal de Castello Branco, especialmente porque, no final de 1965, entre os meses

²⁸⁸PASSOS, Oscar Pacheco. “Indiscriminação partidária”. *O Povo*. 02-03 out. 1965, p. 02.

²⁸⁹PASSOS, Oscar Pacheco. PSD em manobra. *O Povo*, Fortaleza, 5 out. 1965, p. 2.

de novembro e dezembro, Paulo Sarasate foi escolhido para a liderança do partido ARENA no Ceará. Já Virgílio Távora não ficaria com a sucessão do executivo estadual, mas com uma vaga para deputado federal em 1966, contando com a existência e amplo apoio para assegurar essa vaga na Câmara dos Deputados Federais.

Quando analisamos esse processo, torna-se importante recapitular que a base de apoio ao golpe de 1964, no estado do Ceará, alimentava-se do sentimento de que havia, na presidência da República, um conterrâneo. Esse fator abriu diversas frentes políticas que passaram a disputar o protagonismo na condução da administração estadual, bem como a possibilidade de herdar o capital político da União pelo Ceará, mesmo sob ameaças de extinção, com o intuito de fortalecer a futura gestão dentro do regime militar. Nesse contexto, o projeto político de Virgílio Távora tornou-se alvo de intensas disputas, sendo combatido a todo custo, inclusive com tentativas de afastá-lo do cenário político, se necessário. De fato, tanto o jornal *O Povo*, quanto as alas internas do PSD, articuladas em torno de Figueiredo Correia, protagonizaram esse embate.

A possível extinção da *União pelo Ceará* representava, porém, inúmeros riscos. Tal medida evidenciaria a fragilidade definitiva do governo de Virgílio Távora e, em seguida, enfraqueceria politicamente qualquer sucessor escolhido pelo regime. Diante desses cenários, a manutenção e sobrevivência dessa coligação mostravam-se fundamentais para a própria sustentação do regime, especialmente considerando que, caso Virgílio Távora fosse cassado, o cargo seria assumido pelo vice-governador, Figueiredo Correia.

Nesse contexto, Oscar Pacheco inicia um processo de mapeamento das ações executadas pelos pessedistas descontentes com os rumos da *União pelo Ceará*, uma vez que sua estrutura possibilitava maiores ganhos e atendimentos de interesses junto ao governo federal. As ações que antes pareciam isoladas ou movidas por ambições pessoais passam, então, a ser interpretadas por Oscar Pacheco como parte de uma manobra política, enquanto ele próprio articulava seus movimentos por meio de discursos publicados nas colunas políticas do jornal *O Povo*. Assim, essas ações passam a ser vistas como articulações organizadas, voltadas à construção de um objetivo comum, que, de certo modo, contrariava os interesses do deputado federal e diretor de *O Povo*, Paulo Sarasate.

Segundo as interpretações de Oscar Pacheco, o conjunto de ações promovidas pela “ala rebelde” fazem parte de uma mobilização que procurava designar um estado de crise, se inviabilizando como sendo um ator importante na construção desse processo de crise nas alianças políticas, firmadas desde 1962. De forma bem direta, passava a se questionar não a estrutura e funcionamento da *União pelo Ceará*, mas determinadas pessoas que ocupavam

cargos estratégicos, as quais passaram a serem vistas como *inimigos do regime*. A estrutura dessa aliança servia bem para aceitação do regime militar no Ceará porque procurou, mediante acordos políticos, o convívio entre partidos diferentes e alas diversas, antes mesmo da implantação do sistema político bipartidário e das sublegendas.

Para Pacheco:

Se não nos enganamos, tudo foi devidamente orientado para a explosão de uma crise na “União Pelo Ceará” ou, na melhor das hipóteses, para a criação de um clima artificial de rompimento ou de divergências sérias, para que o Governo e a UDN se curvem à imposição do “candidato pessedista”²⁹⁰.

As acusações e as hipóteses construídas em forma de narrativas pela interferência do jornalista Oscar Pacheco, do jornal *O Povo*, ganharam realidade, justamente, após as reações de alguns parlamentares que defendiam o vice-governador Figueiredo Correia. Além disso, chama-nos a atenção a abordagem que o jornalista caracteriza a *crise*, que ganha contornos de ações que objetivaram produzir efeito estratégico, no caso em atribuição, produzindo “artificialmente” uma crise na “*União pelo Ceará*” diante da impossibilidade de concorrer à sucessão do governo estadual em 1966 sem o apoio do PSD ou desse partido sem o apoio da aliança *unionista*. Com base nisso, estava no radar dos parlamentares cearenses de que pairava sobre eles alguns riscos políticos a serem assumidos perante a nova ordem estabelecida no governo de Castello Branco instituído a partir de 1964.

As divergências e as disputas internas protagonizadas por determinadas alas do PSD, aglutinadas na *União pelo Ceará*, não estavam isentas de terem sido colaboradoras do regime civil-militar. O que estamos destacando é que essas alas pessedistas não se articularam politicamente para questionar os atos institucionais que caracterizaram o governo de Castello Branco como autoritário, mas tornam-se nítidas as mobilizações preocupadas com a possibilidade política de ascensão ao poder estadual, sendo associadas como colaboradora ao próprio regime instituído pelo golpe de 1964.

No que diz respeito ao deputado estadual citado nas articulações do PSD, Wilson Roriz, o jornalista Oscar Pacheco argumentou que “com efeito, se alinhados os sintomas disso, parece que não foi por acaso que o deputado Wilson Roriz, mudando toda a orientação oposicionista, investiu, furiosamente, contra o Governo Virgílio Távora e deu uma tonalidade forte à última palestra que proferiu”⁹¹. Assim, a crise política ganhava extensão, que além de tentar combater a continuidade do esquema da *União Pelo Ceará*, com influência de algumas alas do PSD, se pretendendo também desestabilizar o próprio governador Virgílio Távora.

Por mais estridentes que essas articulações fossem com o processo de imposições de condições que favorecessem as suas permanências no interior da *União pelo Ceará*, o projeto e os interesses da agenda do governo federal davam sinais claros de irredutibilidade e

²⁹⁰PASSOS, Oscar Pacheco. PSD em manobra. *O Povo*, Fortaleza, 5 out. 1965, p. 2.

firmeza.

Como efeito das denúncias e do engajamento político exercido pelo Oscar Pacheco no *O Povo*, podemos agora observar algumas personalidades, especialmente pertencentes ao PSD cearense, que se mantiveram alinhadas aos governos militares no plano federal, mas que, a partir desse momento, agiram como oposição em discordância à administração de Virgílio Távora. Com a chegada do sistema político bipartidário, os “rebeldes” ingressaram no MDB, por razões discordantes de interesses locais e regionais.

As acusações de Oscar Pacheco passaram a se desdobrar em ataques diretos a Figueiredo Correia, chegando ao ponto de afirmar que este não mantinha bom relacionamento nem mesmo com os próprios membros do PSD cearense. O jornalista, então, modificou sua postura em relação às críticas dirigidas a Virgílio Távora. Se antes lançava contra ele duras acusações e inferências, agora, diante dos riscos que a extinção da *União pelo Ceará* poderia representar para o regime, passou a posicionar o governador como vítima das articulações daqueles que ameaçavam formar uma aliança com as esquerdas cearenses e romper o apoio ao governo de Castello Branco, caso não fossem feitas concessões ou renúncias que atendessem aos interesses das alas do PSD.

E não lhe era lícito dizer-se ferido com o comentário em que afirmamos, que, por uma questão de temperamento, o PSD teria sido bem servido com o sr. Figueiredo Correia na Vice-Governança do Governo Parsifal Barroso e a “União Pelo Ceará” não estaria atormentada com o sr. Wilson Gonçalves como Vice-Governador do Governo Virgílio. E não lhe era lícito, também, dizer-se melindrado com o comentário em que nos referimos à existência de “alas” no PSD e ao duelo travado, na intimidade do PSD, pelos candidatos Figueiredo Correia e Wilson Gonçalves. Ora, ninguém, absolutamente ninguém, contesta a presença dessas “alas” tradicionais no PSD. E nunca quantos nelas falaram foram acusados de sugerir o divisionismo pessedista. Depois disso, quando analisamos a questão das “alas” e o duelo dos candidatos, apenas nos louvamos no noticiário da imprensa sobre o lançamento da candidatura Figueiredo Correia pelos “rebeldes” e sobre uma articulação da candidatura Wilson Gonçalves, atribuída ao sr. Vicente Augusto. E nunca ninguém se irritou com o noticiário da imprensa. Por último, a imprensa criticou, acrescente, as irregularidades do Gabinete do Vice-Governador. E o sr. Figueiredo Correia não se zangou com denúncias tão grave²⁹¹

No trecho acima, observamos uma série de elementos que conferem sentido às acusações, revelando a existência de sérios conflitos internos no PSD cearense. As tensões derivavam da formação de diferentes grupos, liderados por figuras como Wilson Gonçalves e Figueiredo Correia, que pretendiam disputar a sucessão do governo estadual em 1966, buscando afirmar o PSD como protagonista desse processo político.

²⁹¹PASSOS, Oscar Pacheco. PSD em manobra. *O Povo*, Fortaleza, 5 out. 1965, p. 2.

Para Oscar Pacheco, Figueiredo era novamente caracterizado como um político “oportunista” e “interesseiro”, e, sobretudo, como alguém responsável por gerar contendas nas alianças das quais participava. Assim, Pacheco mantinha sua retórica, destacando que a irritação de Figueiredo Correia diante de um de seus comentários era mais notável do que as próprias acusações de corrupção que recaíam sobre o cargo de vice-governador.

3.5 O impacto das eleições de 1965 no Ceará

Outro aspecto que chamou a atenção do jornalista Oscar Pacheco, no periódico *O Povo*, foram as eleições de 03 de outubro de 1965, que, para ele, foram apropriadas pelos pessedistas dissidentes com o intuito de ampliarem as articulações de manobra política para as eleições de 1966 no Ceará. As eleições aconteceram em alguns estados brasileiros, como Minas Gerais, Guanabara e Paraná. Pacheco, quanto às projeções políticas cearenses, reforçava um sentido de veracidade ao posicionamento exercido. Porém, indagamos: de que forma a notícia sobre as eleições de 1965 reforçava determinada imagem sobre o PSD cearense? Como a imprensa construiu uma imagem para o PSD, uma vez que tinha uma postura favorável à UDN e o porque o seu diretor era filiado ao partido?

De acordo com a análise de Palhares Moreira Reis, a Constituição de 1946 estabeleceu normas quanto à duração dos mandatos dos cargos eletivos, tanto do Executivo, quanto do Legislativo, definindo prazos distintos para cada função. O mandato presidencial, por exemplo, passou a ter duração de cinco anos, enquanto o dos senadores foi fixado em oito anos, com renovação de um terço nas primeiras eleições e dois terços nas subsequentes.

No que se refere aos mandatos dos governadores, a Constituição de 1964 conferiu autonomia aos estados para decidirem se adeririam ou não às mudanças relativas ao tempo de duração dos mandatos do Executivo estadual, podendo optar por quatro ou cinco anos.

Palhares Moreira Reis comenta que “com o mandato presidencial de cinco anos, diversos Estados adotaram regra similar para o período de seus Governadores, enquanto outros permaneceram na tradicional regra do quadriênio” (Reis, 1997, p.125). A partir dessas informações, compreende-se que as eleições no período (1946 a 1964) não ocorreram de forma simultânea.

Segundo Vivaldo de Sousa (2005), as eleições de 1962, realizadas nos estados que adotavam o modelo quadrienal, a saber: Amazonas, Piauí, Ceará, Pernambuco, Sergipe, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul, ocorreram de forma coincidente para os cargos majoritários e proporcionais, com exceção do cargo de presidente da República, ou seja, o eleitorado brasileiro escolheu simultaneamente governadores,

senadores, deputados federais e estaduais, além de prefeitos e vereadores.

Já nas eleições de 1965, os 11 estados participantes, quais sejam: Pará, Maranhão, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas, Paraná, Minas Gerais, Mato Grosso e Guanabara (Sousa, 2005, p. 35), elegeram apenas os governadores, sem coincidência de pleitos para outros cargos.

Segundo Lúcia Grinberg, “o resultado das eleições de outubro de 1965 precipitou uma reforma partidária muito mais profunda”, no caso, o sistema político bipartidário, que instituiu uma nova dinâmica e formas políticas relacionais, tendo à frente do país os governos militares (Grinberg, 2009, p.58). A vasta produção historiográfica que trata da ditadura brasileira (1964–1965), quando menciona o acontecimento das eleições de outubro de 1965, é consensual quanto à constatação de que a “UDN perdeu em 9 dos 11 estados em disputas, já que, nos demais estados, de acordo com o calendário, as eleições se realizariam em 1966” (Grinberg, 2009, p.58).

No dia 06 de outubro de 1965, em *O Povo*, Oscar Pacheco escreveu:

A UDN e os revolucionários se curvam, obrigatoriamente, ao reconhecimento de que a maiúscula vitória eleitoral do PSD e do PTB, no pleito de domingo, se constitui, principalmente por suas repercussões, a mais expressiva e a mais importante da história dos dois partidos⁹³.

Na ótica do jornalista, as eleições realizadas há poucos dias nesses estados tinham uma dupla orientação: um alerta para os udenistas e “revolucionários” que disputarão as eleições em 1966, exigindo reavaliação das estratégias tomadas, e servia para os grupos pessedistas dissidentes da *União pelo Ceará* e das medidas do governo Castelo Branco como instrumento de manobra para ascensão ao poder estadual.

Como se observa, após o agravamento do conflito no interior da *União pelo Ceará*, o comentarista político do *O Povo* passou a construir uma imagem generalizada do PSD cearense, apresentando-o como um partido oportunista e desestabilizador das forças políticas necessárias à manutenção do apoio ao regime no estado.

Percebe-se que *O Povo*, por meio de sua coluna política, difundia uma representação do PSD marcada por traços de oportunismo, frequentemente exposta de forma irônica. No entanto, de maneira indireta, evidenciava-se que tanto a UDN quanto o PSD protagonizavam um movimento de continuidade política, sustentado pela disputa pelo poder e pela defesa de interesses próprios.

As notícias veiculadas por essa imprensa buscavam, portanto, emitir um “alerta” às alas udenistas, especialmente àquelas alinhadas aos militares, advertindo que, apesar de sua proximidade com o poder central no governo federal, poderiam perder prestígio com a ascensão do PSD nas eleições e com a reorganização das alianças partidárias previstas para

1966.

Pacheco agia para que as eleições de 1965 merecessem melhor atenção com base na formulação de algumas justificativas: “no exame desses fatores, partimos, da tese de que o “veredictum” eleitoral, proferido pelo eleitorado de onze Estados, decorre mais de equívocos políticos da UDN e da Revolução do que mesmo da habilidade do PSD e do PTB”²⁹². A primeira avaliação do jornalista é que os péssimos resultados eleitorais, para os udenistas, são fruto das incoerentes articulações políticas exercidas. Nesse sentido, a vitória é concebida não como qualidade de capital investido pelos pessedistas, mas resultante dos erros dos udenistas em desarticulação com os militares governistas. Assim, as eleições eram balizadas com o sentido de alertar às forças políticas da *União pelo Ceará*, pretendendo uma blindagem diante das possíveis dissidências que visassem romper ou projetar mudanças da ordem estabelecida pelo novo regime.

Como desdobramento da ideia anterior, Oscar Pacheco avaliou que os resultados eleitorais, em sinais negativos, foram também decorrentes da conjuntura em que se realizaram, mencionando a conjuntura das eleições de 03 de outubro da seguinte maneira:

Com efeito, a UDN e a Revolução agiram sob o impulso do seu secular puritanismo. Jamais o PSD e o PTB, porventura responsáveis por um movimento revolucionário, se dariam ao luxo de promover eleições um ano e seis meses após a tomada do poder, porque seria uma loucura pretender, nesse curto prazo, desmanchar uma máquina administrativa com 34 anos de montagem. E, por incrível que pareça, a UDN e a Revolução patrocinaram o pleito em fase ainda aguda de impopularidade, advinda das medidas que o Governo pôs em prática para restabelecer o equilíbrio financeiro do país²⁹³.

É evidente, no trecho acima, a presença de um pensamento contrário às eleições diretas, entendidas como uma ameaça ao regime, segundo a própria opinião expressa pelo jornalista que ocupava as páginas do jornal *O Povo*. Esse aspecto, presente na narrativa jornalística, revela um processo complexo de enquadramento da imprensa em relação aos acontecimentos políticos: antes das eleições, as adjetivações negativas recaíam sobre ações individuais; já no pós-eleição de 1965, essa mesma imprensa passou a atribuir a culpabilidade às condutas de instituições partidárias, em especial ao PTB e ao PSD.

De forma explícita, a postura do comentarista de *O Povo* indicava que as forças políticas de sustentação do regime militar deveriam se concentrar exclusivamente nas mãos dos udenistas. Além disso, o jornalista buscava reforçar a ideia de que os pessedistas não eram “revolucionários autênticos”, ou, no mínimo, que apenas parte deles poderia ser considerada como tal. Nesse sentido, o jornalista argumentava que, se o PSD não fora

²⁹²PASSOS, Oscar Pacheco. O resultado das eleições. *O Povo*, Fortaleza, 6 out. 1965, p. 2.

²⁹³PASSOS, Oscar Pacheco. O resultado das eleições. *O Povo*, Fortaleza, 6 out. 1965, p. 2.

protagonista da chamada “Revolução”, estaria agora, por meio das vias eleitorais mantidas pelo regime militar, tentando reivindicar e se apropriar desse papel junto ao governo de Castello Branco.

Ao analisar a conjuntura eleitoral, o comentarista afirmava que, além dos erros cometidos pela UDN, as medidas econômicas do governo Castello Branco tiveram peso determinante nos resultados das urnas. Embora Oscar Pacheco demonstrasse alinhamento ao pensamento militar na esfera federal — e, nesse novo momento, apoio ao governo de Virgílio Távora no plano estadual —, considerava tais medidas impopulares, com efeitos negativos nas decisões políticas do eleitorado nos estados que participaram das eleições de 1965. Esta visão refletia uma opinião mais ampla, compartilhada por diversos setores da sociedade brasileira.

Ademais, Pacheco elencou outras condições que, segundo ele, contribuíram para os resultados desfavoráveis do pleito. Entre elas, destacou a desarticulação política de lideranças como Carlos Lacerda e Magalhães Pinto, fatores que, em sua avaliação, favoreceram a atuação dos grupos regionais e locais de oposição ao projeto militar nos estados que participaram das eleições de 1966.

Depois disso, como segundo fator de derrota, alinhamos a desarticulação política dos líderes situacionistas, dados a querelas e a desinteligências de negativos reflexos na opinião pública. Não discutimos se procedentes ou improcedentes as críticas dos srs. Carlos Lacerda e Magalhães Pinto ao Governo Castelo Branco ou vice-versa. Não interessa saber, no caso, quem estava com a razão. O fato é que os desentendimentos prejudicaram, sensivelmente, correntes situacionistas: 1 - porque os debates havidos, sempre calorosos, redundaram em desprestígio das lideranças políticas “governistas”, pois elas próprias traziam ao conhecimento do povo fatos que importam em descrença nas forças dominantes; 2 - porque esse litúgio dos “situacionistas” não atraía, nem para um nem para o outro lado, o apoio eleitoral deste ou daquele grupo oposicionista e apenas paulatinamente reforçava as suas condições de luta²⁹⁴

Os constantes entraves e trocas de acusações entre algumas lideranças, como Carlos Lacerda contra o governo Castello Branco, no intuito de alargar sua candidatura presidencial em 1966, como sucessora do “governo revolucionário”, contribuíram, segundo Oscar Pacheco, para a fragmentação de forças “revolucionárias” e redução de capital político pró-governo nos possíveis governos estaduais concorrentes nessas eleições. As constantes crises entre forças governistas com as alas militares nesses estados, oportunizaram a escalada ou regresso das candidaturas de oposição ao regime, as quais também passaram a serem compostas com o apoio de personalidades políticas dissidentes do governo de Castello

²⁹⁴PASSOS, Oscar Pacheco. O resultado das eleições. **O Povo**, Fortaleza, 6 out. 1965, p. 2.

Branco.

A menção da crise entre Carlos Lacerda e Castello Branco foi instrumentalizada por Oscar no sentido de dar um recado aos udenistas cearenses, para agirem imediatamente na contenção dos conflitos no interior da *União pelo Ceará*. Pelo cálculo político de Oscar, a sucessão estadual cearense seria decidida em breve, no ano de 1966, podendo se repetir o retorno das forças oposicionistas em aliança com as alas dissidentes do PSD e dissidentes do governo de Castello Branco. Oscar Pacheco se revelou, pois, cada vez mais como alguém anticomunista e apoiador do regime e das medidas autoritárias.

Havia outro aspecto que chamava a atenção de Oscar Pacheco e que, em sua perspectiva, contribuiu para as derrotas dos udenistas, podendo ser aproveitado pelas forças políticas pessedistas cearenses: a inaplicabilidade da chamada “lei das inelegibilidades”.

Em terceiro lugar, arca com as suas responsabilidades a chamada “lei das inelegibilidades” e, mais que isso, o pecado da UDN e dos revolucionários no apelo inoportuno à sua aplicação. Em Minas, o veto à candidatura Sebastião Paes de Almeida consolidou a vitória da candidatura Israel Pinheiro. Na Guanabara, a impugnação da candidatura Teixeira Lott, impugnação condenada pelo sr. Carlos Lacerda, contribuiu, decisivamente, para a derrota do sr. Flexa Ribeiro. O marechal talvez estivesse, a esta altura, a receber o impacto de um revés. O cerceamento do direito de competir, mesmo de corrupto ou de subversivo, não encontra aplauso do eleitorado sensível.²⁹⁵

Aqui, novamente, deparamo-nos com o engajamento do *O Povo* em reforçar o discurso de que o PSD era um partido oportunista, interessado em conquistar um lugar de destaque junto aos governos militares, especialmente diante da impossibilidade de se aproximar das esquerdas. Desse modo, o jornalista retomava o discurso anticomunista como estratégia para enfraquecer as alas pessedistas e impedir eventuais avanços políticos do partido.

Assim, o PSD passou a ser retratado, por um lado, como um obstáculo à consolidação dos ideais revolucionários, e, por outro, como uma força que buscava, oportunisticamente, afirmar seu apoio aos princípios do regime militar. *O Povo*, nesse contexto, desempenhava o papel de veículo legitimador dessa narrativa, pautando politicamente os acontecimentos e direcionando seus desdobramentos por meio de comentários e acusações.

Mesmo sendo impossível mensurar todos os resultados possíveis mediante a aplicabilidade ou não da referida lei, o que traz a tônica é a projeção desses resultados pelos grupos políticos cearenses, tanto dentro, como fora da *União pelo Ceará*. Estes aspectos eram

²⁹⁵PASSOS, Oscar Pacheco. O resultado das eleições. *O Povo*, Fortaleza, 6 out. 1965, p. 2.

o que impactavam temerosamente a sobrevivência da coligação interpartidária, pois havia um alerta no ar, quando Oscar dizia “Que a UDN e os revolucionários reexaminem os seus pecados. Ou os reparam ou irão a novas e retumbantes derrotas, em 1966”²⁹⁶.

Percebemos que o periódico cearense não visou o questionamento do regime político instituído no país, nem a agenda de governo de Castello Branco, mas unicamente os erros de cálculos políticos entre as bases políticas nos estados brasileiros que fragilizavam ou contribuíam para, indiretamente, a derrubada do governo vigente. Além disso, não é feita nenhuma demonstração de constrangimento em colaborar ou pertencer ao novo regime.

3.6 As projeções para a sucessão estadual em 1966

Em *O Povo*, de 07 de outubro de 1965, segundo Oscar, caso as forças “rebeldes” pessedistas em torno de Figueiredo Correia se ampliassem, a projeção política para a sucessão estadual cearense poderia antecipar o fim da *União Pelo Ceará*, ou, na melhor das hipóteses, durante as eleições de 1966.

Como estava previsto — e isso afirmamos antes de conhecidos os resultados do pleito do dia 3 -, a euforia da vitória eleitoral deu margem à intensificação da campanha de pessedistas contra a sobrevivência da “União Pelo Ceará”. Por isso mesmo, de um modo geral, os prognósticos marcam para ela um curto prazo de existência.²⁹⁷

A partir da cobertura das eleições realizadas em outubro de 1965, Oscar Pacheco buscou convencer o leitor e a sociedade cearense de que, caso a UDN e os militares — representantes da chamada “Revolução de 1964” — não se precavessem, poderiam perder o controle do poder político local, assim como ocorreu em alguns estados aliados ao governo de Castello Branco.

O principal ponto de alerta destacado pelo jornalista dizia respeito à possibilidade de rompimento das alas pessedistas com a ainda existente aliança *União pelo Ceará*, o que, segundo ele, indicou um movimento de aproximação com os setores de esquerda do PTB. O segundo ponto de sua argumentação sugeriu que, caso esse rompimento não resultasse em uma aliança com as esquerdas, poderia haver a formação de um grupo pessedista independente, desvinculado dos acordos firmados pela cúpula federal do partido.

Os resultados eleitorais de 1965, além de confirmarem os prognósticos dos jornalistas cearenses sobre os conflitos internos entre udenistas, também serviram como alerta para os incertos e preocupantes horizontes políticos que se desenhavam para os próximos

²⁹⁶PASSOS, Oscar Pacheco. O resultado das eleições. *O Povo*, Fortaleza, 6 out. 1965, p. 2.

²⁹⁷PASSOS, Oscar Pacheco. O PSD e o rompimento. *O Povo*, Fortaleza, 7 out. 1965, p. 2.

pleitos, em 1966. Como afirmou Pacheco:

Com efeito, é de presumir-se que os conselhos da cúpula federal do PSD orientem os pessedistas dos dez Estados, de eleições fixadas para outubro de 1966, no sentido da imediata inauguração da campanha política. É de boa tática a conservação do estado de ânimo que empolga e sensibiliza o partido. É de boa estratégia que o PSD parta para a luta sucessória de 1966 sob o bafejo desse clima de triunfo que lhe dá a convicção de que reeditou o feito²⁹⁸.

Aqui, percebemos haver um temor de que as eleições de 1965 e suas respectivas vitórias do PSD e PTB virassem um palanque estendido de campanha eleitoral para 1966, especialmente, porque colocaria o PSD em amplo capital político. No entanto, sabemos que, historicamente, estas projeções políticas foram frustradas devido às medidas da agenda defendida no governo de Castelo Branco, pela instituição do bipartidarismo.

As interpretações em torno das eleições de 3 de outubro de 1965 foram diversas e refletiram as diferentes perspectivas de grupos e partidos políticos. Para muitos militares ligados a Costa e Silva — que defendiam o endurecimento do regime —, a vitória da oposição, resultante das alianças entre o PTB e o PSD, representou a possibilidade de um retorno dessas forças ao cenário político nacional. Tal situação foi vista com preocupação, pois, pouco tempo antes, esses mesmos militares haviam se engajado intensamente na luta contra o comunismo e na defesa do expurgo das instituições públicas consideradas contrárias aos ideais da “Revolução de 1964”.

Como bem analisou José Paulo Netto, “a reação da “linha dura”, com algum apoio nos comandos do I e II Exércitos, sediados no Rio de Janeiro e em São Paulo, foi imediata: os quartéis onde tinham influência agitaram-se”, pretendendo alcançar alguns objetivos como a anulação das eleições, e inclusive, a deposição de Castelo Branco (NETTO, 2014, p.99).

Havia também alas internas do PSD mais alinhadas a Amaral Peixoto e Paschoal Ranieri Mazzilli que, embora tivessem participado do processo de consolidação das medidas implementadas pelo governo Castello Branco e acreditassem nas projeções de retorno à normalidade política em 1966, buscavam recuperar o protagonismo partidário, tanto em nível nacional, quanto estadual, o que poderia ocorrer por meio do afastamento da UDN ou pela formação de novas alianças com o PTB.

É importante ressaltar que a nova conjuntura política, moldada pela ênfase na necessidade de consolidação do movimento de 1964, provocou uma série de mudanças institucionais. Entre elas, destacam-se a prorrogação do mandato de Castello Branco até

²⁹⁸PASSOS, Oscar Pacheco. O PSD e o rompimento. **O Povo**, Fortaleza, 7 out. 1965, p. 2.

março de 1967 e a alteração da data das eleições de 1966, transferidas de outubro para novembro. Nesse processo de reconfiguração política, sob a justificativa de defesa da “Revolução”, sobrevieram ainda a extinção dos partidos políticos e a instituição das eleições indiretas para presidente (NETTO, 2014, p. 98).

No caso do Ceará, os resultados das eleições de 1965 foram objeto de múltiplas apropriações políticas, destacando-se, em primeiro lugar, a antecipação das articulações voltadas para as campanhas subsequentes.

Mas, no Ceará, a liderança pessedista, se concorda com a diretriz que recomenda a precipitação da batalha sucessória e acha mesmo que a repercussão do pronunciamento das urnas de domingo último constitui um fator de felicidade eleitoral, ao mesmo tempo não esquece não basta esse estado de espírito para dar absoluta tranquilidade às suas possibilidades de vitória²⁹⁹.

Chama-nos a atenção o modo como se articula Oscar Pacheco por um engajamento político em torno de suas colunas, como se fosse porta-voz da *União pelo Ceará* e da “Revolução”. Além disso, delineava-se alguns sentidos em suas narrativas sobre o fim da *União pelo Ceará*. Para a primeira hipótese, Oscar Pacheco considerou que a conjuntura eleitoral de 1965 e seus respectivos resultados não seriam suficientes para garantir a vitória do PSD. Logo, alertou quanto ao rompimento da coligação interpartidária, que poderia ser uma estratégia calculada erroneamente.

De fato, a força política das alas dissidentes dentro da *União pelo Ceará* era insuficiente para assumir o controle da coligação, restando-lhes apenas recorrer à tradicional cultura política dos partidos — marcada pelo rompimento de alianças e pela formação de novas composições —, prática comum durante a República representativa de 1946 a 1964 e posteriormente desestruturada pelo regime civil-militar.

Como o PSD cearense reunia diversas vertentes, havia um amplo grupo que discordava do rompimento abrupto da *União pelo Ceará*, defendendo a preservação da aliança como forma de manter a estabilidade política e assegurar espaços de atuação dentro do novo contexto imposto pelo regime.

E o PSD não atendeu, de imediato, ao apelo “divisionista” da aliança, porque, em primeiro lugar, há os que argumentam ser politicamente contraproducente o afastamento do Governo um ano antes do pleito, prazo muito elástico para liberar o sr. Virgílio Távora e permiti-lo utilizar, em favor do seu partido, as disponibilidades administrativas muito vastas que possui. O rompimento, por exemplo, poderia ser desejado pelos Diretórios, mas não o seria pelos Prefeitos pessedistas, bem aquinhoados pelo

²⁹⁹PASSOS, Oscar Pacheco. O PSD e o rompimento. **O Povo**, Fortaleza, 7 out. 1965, p. 2.

Governo³⁰⁰.

Embora o jornal *O Povo* mostrasse que determinada parcela do PSD cearense pretendia a ruptura da aliança, Pacheco argumentou que a especulação política pela realidade do Ceará apresentou outros condicionantes que impediriam esse sucesso. Isto significava dizer que, mesmo sendo real essa possibilidade de conduzir um processo político independente na sucessão do poder executivo estadual, a UDN cearense faria o jogo político junto a Castello Branco para impedir esse processo de ascensão do PSD.

Percebemos que o PSD era plural em ideias e estratégias. Desse modo, outras alas que possuíam diferentes interesses contrariaram a “*ala rebelde*”, que se posicionou pelo desligamento da aliança. As ideias de Figueiredo Correia, Wilson Roriz, e outros mais não expressaram os sentimentos da diretoria partidária como Wilson Gonçalves. A medida de antecipação de desligamento da aliança interpartidária também sofreu efeitos em vários municípios cearenses em que havia diretório pessedista.

Oscar Pacheco escreveu que a saída do PSD, além de ser uma manifestação de manobra e exigência de benefícios para ampliação de influência na aliança, também poderia obter resultados não esperados, devido a não percepção de informações importantes.

[...] a liderança pessedista ainda não tem a garantia absoluta da organização do grupo partidário que tem em vista, de modo a caminhar, sem tropeços, para a conquista do poder. Sabe que as estatísticas eleitorais negam a qualquer dos dois partidos — UDN e PSD — a condição de corrente majoritária. Eles se equivalem, eleitoralmente. Sabe, também, que não pode apregoar vantagens com o apoio do PTB da Executiva Regional, pois não menospreza os ponderáveis desfalques havidos com o desligamento dos sete deputados estaduais petebista. Sabe, ainda agora, que não conseguiu harmonizar, em termos concretos, os interesses do PTN, interesses que se fixam, primordialmente, na candidatura Parsifal Barroso ao Senado da República. Ora, o deferimento dessa principal solicitação do PTN significará o cancelamento do direito que a maioria pessedista atribui ao sr. Menezes Pimentel, cujo retorno ao Senado é encarado como um justo irrenunciável prêmio ao venerando comandante do partido³⁰¹.

Aqui, temos informações essenciais que revelam como os acontecimentos eram lidos e interpretados pelos diferentes grupos políticos. Chama atenção, sobretudo, o modo como *O Povo* era instrumentalizado para exercer influência e orientar tais grupos, por meio dos comentários publicados sobre a política nacional e estadual. As análises de Oscar Pacheco não se limitavam a uma simples leitura da conjuntura, mas funcionavam como instrumentos de balizamento e interferência estratégica na manutenção da aliança *União pelo Ceará*.

³⁰⁰PASSOS, Oscar Pacheco. O PSD e o rompimento. **O Povo**, Fortaleza, 7 out. 1965, p. 2.

³⁰¹PASSOS, Oscar Pacheco. O PSD e o rompimento. **O Povo**, Fortaleza, 7 out. 1965, p. 2.

Desse modo, o posicionamento do jornalista em favor de Virgílio Távora significava, na prática, a defesa da continuidade da aliança e do projeto militar. Além disso, a ascensão do PSD representava uma ameaça à possibilidade de aproveitamento do capital político da coligação em benefício dos planos do deputado federal Paulo Sarasate. Como se sabe, o diretor de *O Povo* foi um dos participantes do processo de consolidação do golpe de 1964 e do regime militar. Por outro lado, tais ações também expressavam a intenção de assegurar a continuidade do projeto em curso, impedindo que forças contrárias interferissem ou alterassem as regras do jogo político na nova ordem instaurada no país.

Assim, Oscar Pacheco atuou na defesa da manutenção do *status quo* da política cearense e da sucessão estadual de 1966, tendo à frente a principal liderança do momento, o então governador Virgílio Távora, empossado em março de 1963. Alguns de seus comentários apontaram claramente nessa direção, ao afirmar que nem a UDN, nem o PSD possuíam, isoladamente, força política suficiente para liderar o estado fora da aliança interpartidária. Por outro lado, considerava um erro estratégico as negociações da ala “rebelde” com o PTB, especialmente em razão das cassações sofridas por membros do partido de esquerda no Ceará. É importante ressaltar que Oscar evitava empregar o termo “desligamento” e preferia utilizar a expressão “cassação”, ainda que se tratasse de ações promovidas pelo próprio regime do qual era colaborador.

O problema também não diferia muito em relação ao PTN, uma vez que o partido entraria na disputa da vaga senatorial, sendo um conflito entre Parsifal Barroso e o Menezes Pimentel. Na perspectiva de Oscar Pacheco, avaliando a situação do PSD cearense: “nestas condições, a liderança do PSD, a esta altura, ainda enfrenta um dilema: aproveitar os reflexos da vitória ou curvar-se aos problemas sucessórios que se esforça para resolver com urgência”³⁰². Pacheco até questionou se o PSD tinha mesmo condições políticas para manobrar a permanência à *União Pelo Ceará*: “E se não encontrar solução para esses problemas, o PTB romperá a “União Pelo Ceará”? ”³⁰³

3.7 Quem fica com a *União*, se ela sobreviver?

Neste momento, estamos diante de um cenário que configurou uma possibilidade de manobra da *União pelo Ceará* pelo partido PSD, em favor — pelo aspecto de concessões ou pela dissidência — da formação de nova aliança com o PTB.

Oscar Pacheco ressaltou a intenção de manutenção da *União pelo Ceará* devido aos riscos que o momento apresentava. E, para isso, ele recorreu a vários elementos que

³⁰²PASSOS, Oscar Pacheco. O PSD e o rompimento. *O Povo*, Fortaleza, 7 out. 1965, p. 2.

³⁰³PASSOS, Oscar Pacheco. O PSD e o rompimento. *O Povo*, Fortaleza, 7 out. 1965, p. 2.

buscavam justificar a preservação da coligação interpartidária (UDN, PSD e PTN).

As articulações políticas de personalidades advindas, especialmente das alas do PSD, em contraposição a esse objetivo, ainda mais contra o líder geral dessa coligação, o governador Virgílio Távora, eram lidas como ameaça. Segundo o jornalista:

Sempre advogamos a tese de que as lideranças dos partidos que compõem a “União Pelo Ceará”, aquelas que honestamente sugerem e sustentam a sua sobrevivência, podem solucionar o problema da organização do esquema sucessório, notadamente o problema da escolha do candidato ao Governo, se despidas de preconceitos partidários e movidas, somente, pelo interesse superior de garantir ao Estado a preservação dessa ordem político-administrativa.³⁰⁴

Quanto ao exposto, temos novamente algumas evidências da mudança de postura de Oscar Pacheco, que antes desferiu ataques pessoais, enquadrando-os como subversivos, mas, no contexto de eleições de 1965 e das projeções para 1966, exerceu um engajamento político na preservação da *União pelo Ceará*.

As movimentações políticas não se restringiam aos próprios grupos partidários preocupados com a conjuntura nacional e com os desdobramentos futuros na dinâmica regional. Somava-se a esse processo o papel de articulação política desempenhado por Oscar Pacheco, por meio do jornal *O Povo*, cuja linha editorial refletia posições de defesa e de interesse bem definidos. Por outro lado, os comentários políticos produzidos e publicados na coluna “Panorama Político” alinhavam-se a perspectivas que convergiam com as dos militares, o que fez de Pacheco um ator político engajado, atuando sob a forma de orientador e conselheiro das elites locais.

A interlocução exercida pelo jornalista buscava levar os líderes da *União pelo Ceará* a um pacto conciliatório diante das divergências internas. Ao mesmo tempo, recomendava que o resultado dessa conciliação, especialmente em torno da sucessão do governo estadual, preservasse os ganhos administrativos alcançados, mantendo o convívio pactuado entre interesses diversos. Mais uma vez, observamos o posicionamento do jornal em defesa da tese de que a sucessão estadual deveria ocorrer segundo as ordens estabelecidas — no caso, as da UDN —, sustentadas pelos parlamentares estaduais ligados à aliança *União pelo Ceará*.

A defesa do pacto conciliatório, resultante da manutenção da *União pelo Ceará*, deveria, segundo as palavras de Oscar Pacheco, combater:

apelo a direitos e prerrogativas deste ou daquele partido e muito menos com apoio em imposições e ameaças inconsequentes. Cada facção possui os seus próceres bem credenciados. Portanto, que cada uma alinhe os méritos dos

³⁰⁴PASSOS, Oscar Pacheco. A lista do PSD. *O Povo*, Fortaleza, 14 out. 1965, p. 2.

seus candidatos. Feito, assim, o rol dos postulantes, promovia-se a análise de suas possibilidades administrativas, não esquecida a sua capacidade de manter os compromissos assumidos. Ora, partindo dessa tese, chegamos ao exame das candidaturas dos líderes do PSD que possuem condições para cotejo de qualidades pessoais e políticas com as dos líderes porventura arroladas pela UDN.³⁰⁵

As questões de ordem pessoal eram vistas como ameaças ao projeto político instituído em curso, eliminando do radar as possibilidades de qualquer veiculação às esquerdas. Com base na história da dinâmica partidária e eleitoral no Ceará, entre 1958 e 1962, nenhum dos partidos vinculados à aliança interpartidária, UDN, PSD e PTN, conseguiu vencer os pleitos políticos, intensamente disputados, de forma isolada ou sozinhos.

As vitórias para o governo estadual, desde a década de 1950, resultaram de coligações partidárias: a primeira entre PSD e PTB (1958) e, posteriormente, entre UDN, PSD e PTN (1962), no caso da *União pelo Ceará*, considerada a mais importante e duradoura aliança, por ter conseguido manter-se estruturada e instrumentalizada nas trocas de favores e no atendimento de interesses, mesmo após as eleições, até 1965. A estrutura dessa aliança estendia-se para o interior do funcionamento da Assembleia Legislativa, influenciando a disputa pela mesa diretora, a formação das comissões e a escolha dos secretários estaduais. Nesse sentido, a coligação possibilitou ganhos reais a uma ampla parcela dos que dela se beneficiavam.

No entanto, a conjuntura nacional trazia incertezas, inclusive para aqueles que participaram ou apoiaram o processo de implantação do golpe e da ditadura civil-militar após 1964. No caso do Ceará, os desdobramentos assumiram contornos específicos, marcados por questões locais. Um dos momentos de maior ajustamento para os atores políticos foi a aproximação das eleições de 1966, quando se tornaram mais evidentes os conflitos internos na aliança interpartidária.

Assim dizia Oscar Pacheco, em *O Povo*, sobre as futuras eleições no Ceará:

Levando em conta a circunstância da coincidência da eleição governamental com a eleição presidencial e considerando a promessa de que a disputa pela Presidência da República terá um curso acirrado e impetuoso, havemos de convir em que o candidato ao Governo precisa exibir virtudes que assegurem completa isenção e total equidistância do pleito federal. Além disso, não é possível desprezar-se a opinião de que o candidato ao Governo Necessariamente deve possuir afinidades com o poder revolucionário, sem qualquer vinculação, próxima ou remota, com os grupos que a ele se opõem. Dentro dessa ordem de considerações, queremos crer que o PSD pode oferecer à consideração da UDN as candidaturas dos srs. Raul Barbosa, Valdemar Alcântara e Wilson Gonçalves.³⁰⁶

³⁰⁵PASSOS, Oscar Pacheco. A lista do PSD. *O Povo*, Fortaleza, 14 out. 1965, p. 2.

³⁰⁶PASSOS, Oscar Pacheco. A lista do PSD. *O Povo*, Fortaleza, 14 out. 1965, p. 2.

No trecho acima, novas questões surgem como pertinentes a fim de formular uma opinião pública sobre o processo de conciliação de forças na *União Pelo Ceará*. Um desses aspectos, segundo Oscar Pacheco, dizia respeito à escolha de um candidato sucessório para 1966, com uma identidade ou perfil político, completamente desvinculada das posições a Carlos Lacerda ou Castello Branco, uma vez que havia diversas posições nos partidos cearenses. Entretanto, a única recomendação proibitiva era quanto à aproximação dos apoiadores dos militares com os políticos de oposição, tidos como “esquerdizantes”.

Pelo visto, Pacheco considerava que as lideranças partidárias da União, além de construírem um pacto conciliatório para a manutenção dos acordos, deveriam adotar, como estratégia de sobrevivência diante da polarização política entre as forças colaboradoras do governo de Castello Branco, uma postura de isenção no plano federal.

De imediato, o comentarista político de *O Povo* elaborou uma listagem prévia de possíveis candidatos, dividindo-os entre “aceitáveis” e “rejeitados”. Entre os aceitáveis, estavam Raul Barbosa, Waldemar de Alcântara e Wilson Gonçalves; e entre os rejeitados, o deputado Martins Rodrigues.

Os candidatos considerados “aceitáveis”, segundo Pacheco, mantinham relações harmoniosas com as diversas alas, tanto no plano federal quanto estadual, o que lhes permitiria atuar politicamente em favor da manutenção do apoio ao regime no Ceará.

A situação, entretanto, era bastante diferente no caso de Martins Rodrigues, como se observa no trecho abaixo:

Mas, voltando ao exame da lista de candidatos do PSD, salientamos que, na “ala Martins Rodrigues”, o seu líder reúne as qualidades reclamadas para o comando sucessório da “União Pelo Ceará”. Não lhe falta capacidade administrativa. Sobra-lhe dinamismo. É garantia de honorabilidade de Governo. Todavia, lamentavelmente, as suas tarefas na liderança do PSD na Câmara Federal criaram obstáculos de ordem política à sua inclusão na lista de candidatos. Forte, ardiloso e hábil na defesa dos interesses do seu partido, o sr. Martins Rodrigues dificultou, sem dúvida, no justo cumprimento de suas obrigações parlamentares e partidárias, a sua candidatura apoiada por partido ligado à Revolução, ao governo Castelo Branco e ao próprio sr. Carlos Lacerda. Se, por isso, lamentavelmente excluída a candidatura do ilustre parlamentar, a sua “ala” é omitida de lista em que figurem os srs. Wilson Gonçalves, Valdemar Alcântara e Raul Barbosa.³⁰⁷

Martins Rodrigues, apesar de reunir várias qualidades e adjetivações positivas que o caracterizavam como uma personalidade política de destaque, era descrito por Oscar Pacheco como uma liderança inadequada para a manutenção da União e para o processo de sucessão estadual. Segundo o comentarista, sua atuação no plano federal fora marcada por

³⁰⁷PASSOS, Oscar Pacheco. A lista do PSD. *O Povo*, Fortaleza, 14 out. 1965, p. 2.

posicionamentos contrários e por dificuldades na formação do partido “Revolução”, além de demonstrar inabilidade de relacionamento tanto com Castello Branco quanto com Carlos Lacerda. As atitudes, consideradas “reprováveis” por Pacheco, eram interpretadas como sinais de indisciplina e fator de crise dentro do PSD cearense, repercutindo em todas as esferas do partido.

Por outro lado, a análise publicada por Oscar Pacheco reforçava a importância da manutenção da aliança unionista, destacando a receptividade do senador Wilson Gonçalves e do presidente do diretório estadual do PSD, Waldemar de Alcântara, como fundamentais para a estabilidade política. Esta leitura se confirmou em dezembro de 1965, com a formação do diretório estadual da ARENA: Wilson Gonçalves passou a integrar o diretório nacional, Waldemar de Alcântara assumiu lugar na direção estadual, enquanto Martins Rodrigues foi impedido pelo próprio Castello Branco, justamente por representar, tanto no plano federal, quanto estadual, um obstáculo à agenda governista.

Até este ponto, observamos que, dentro do PSD, grupos distintos disputavam o controle da *União pelo Ceará* — ou mesmo defendiam o rompimento da aliança — no contexto das articulações políticas voltadas às eleições de 1966. Nesse processo de atritos, Figueiredo Correia, Wilson Roriz e Martins Rodrigues passaram a ser retratados por Oscar Pacheco como os “rebeldes” do PSD. No entanto, tudo indica que esta lista foi se ampliando à medida que a conjuntura política nacional evoluía, afetando também as estratégias adotadas, tanto as defendidas pelo jornalista, quanto as sustentadas pelos líderes partidários e pelos dissidentes.

Poucos dias depois, a situação se agravou: a ala pessedista “rebelde” buscava se impor como grupo dirigente nas negociações dentro da *União pelo Ceará*. Em resposta, Oscar Pacheco intensificou suas críticas, chegando a sugerir medidas punitivas contra os articuladores internos do PSD. Dessa vez, o comentarista de *O Povo* optou por não revelar o nome de um dos deputados que se movimentava contra o governo de Virgílio Távora, mas cruzamentos de informações com outros jornais cearenses permitiram identificar o parlamentar como Almir Pinto, então presidente da Assembleia Legislativa do Ceará, eleito em fevereiro de 1965 sob forte tensão dentro da própria *União*, ocasião em que mencionava que o

Ilustre deputado do PSD, integrante do chamado grupo “rebelde”, aliás dos mais operosos do seu partido, quebrou o silêncio a que, talvez por conveniências estratégicas, se recolheram esses parlamentares e, em entrevista anteontem concedida, formulou fortes críticas ao Governo Virgílio Távora, Governo da “União Pelo Ceará” e, portanto, Governo do PSD³⁰⁸.

³⁰⁸PASSOS, Oscar Pacheco. A revolta oficial. *O Povo*, Fortaleza, 16 e 17 out. 1965, p. 2.

Não restam dúvidas que determinadas alas do PSD, que faziam oposição ao governador Virgílio Távora, se transformaram, ou pelo menos catalisaram, algumas forças políticas, tanto partidariamente, como na opinião pública, na defesa do desmantelamento da *União pelo Ceará*. De fato, Almir Pinto possuía um capital político expressivo, nas classes produtoras e liberais cearenses. O aparecimento oposicionista deste deputado estadual é descrito como “UMA REVOLTA OFICIAL”, podendo atribuir muitos sentidos de leituras sobre esta celeuma no PSD.

Diante do acompanhamento das disputas entre alas do PSD e sua possível ruptura da aliança *unionista* e com o governo estadual, Oscar Pacheco, na edição de 16 e 17/10/1965, começou a escrever algumas exigências de tomada de posições duras por parte da liderança do PSD cearense, como:

Queremos acreditar que a liderança do PSD, para ser coerente com a sua “conduta de superioridade e equilíbrio” e, mais ainda, com a sua decisão de “enfrentar, com desassombro e destemor, todas as insídias e manobras, partam de onde partirem”, encontra uma oportunidade excepcional para emitir uma “Nota Oficial” de solidariedade ao Governador e, principalmente, de protesto contra essas “diatribes que visam ao prestígio do partido ou que pretendam atingir as figuras expressivas da agremiação política”. Com efeito, não pode o PSD fugir às expedições de uma Nota Oficial, porque, em primeiro lugar, a crítica do deputado ao Governo representa, sem dúvida alguma, um achincalhe ao prestígio do partido. Afinal de contas, o PSD se fixou em linha de apoio ao governo Virgílio Távora. As suas ordens, pelos menos oficialmente, são baixadas no sentido do seu cumprimento pelos seus liderados e adeptos. Se elas são alcançadas pelo desrespeito de um deputado pessedista, parece de uma clareza meridiana que o desacato repercute, direta e violentamente, no prestígio da organização política. Afeta-lhe a disciplina e agride a autoridade do comando partidário. Ora, é intuitivo que, além de importar em desprestígio do partido, a conduta dos “rebeldes”, expressa na entrevista do seu porta-voz, desmoraliza as “figuras expressivas” do PSD. Por um lado, compromete a autoridade do comando partidário, demonstrando que de nada valem as suas diretrizes; por outro lado, dá margem à desconfiança nos compromissos que a liderança assumiu e na palavra que venha a empenhar.³⁰⁹

O jornalista, ao descrever as disputas de algumas alas pessedista com a situação da governança estadual e sucessória para 1966, cobrou a liderança estadual cearense do PSD no sentido de emitir uma nota oficial, dando esclarecimentos sobre essas articulações e qual a relação delas com a referida liderança. Além disso, procurou enquadrar esses comportamentos da ala “*rebelde*” num tom de desmoralização em amplos sentidos: com Virgílio Távora, *União pelo Ceará* e direção partidária de Wilson Gonçalves. Agindo pela lógica de que essas articulações dos “*rebeldes*” desmoralizam a gestão governamental do Ceará em vigência, Oscar Pacheco escreveu: “o sr. Virgílio Távora necessita de uma moção de desagravo. É Governador, também, do PSD. Foi eleito pelo PSD. Satisfaz os interesses do

³⁰⁹PASSOS, Oscar Pacheco. A revolta oficial. *O Povo*, Fortaleza, 16 e 17 out. 1965, p. 2.

PSD. Governa com os aplausos do PSD”³¹⁰

Já em relação à opinião pública, dizia o comentarista:

Portanto, para que a opinião pública acredite na superioridade e no equilíbrio” da liderança do PSD, impô-se uma “Nota Oficial” de repúdio à ação dos “rebeldes”, já que essa liderança não se dispõe a punir, estatutariamente, os que, pela indisciplina e pelo desrespeito, desprestigiam o partido, insultam o seu comando e propõem a sua cizânia³¹¹.

Como se observa no trecho acima, a nota oficial exigida pelo jornalista funcionou estrategicamente como uma forma de dissociar publicamente a imagem de Wilson Gonçalves de qualquer tentativa de punição direta aos comportamentos considerados “reprováveis”.

Houve uma reunião entre o governador Virgílio Távora e as várias lideranças aglutinadas dentro do PSD cearense, emergindo dela duas pautas importantes: 1) havia convergência no sentido de sustentação da aliança *unionista*, vindo os líderes do PSD a fazerem “reafirmações de apoio à sobrevivência da aliança”³¹², ponto que parece ter sido unânime entre eles, e 2) o ponto nebuloso dizia respeito à sucessão estadual com o apoio dessa aliança. O fim da reunião deu-se “sem se fixarem, porém, nas soluções dos problemas nevrálgicos da sucessão, suscitados pelos partidos. Tudo de acordo com a opinião sustentada pelo Chefe do Executivo”³¹³.

Como vemos, clarificava-se que a *União pelo Ceará* manteria o apoio ao regime civil-militar, ficando exclusivamente em dúvida somente quem lideraria o referido grupo através do poder executivo estadual.

O governador Virgílio Távora (UDN), além de uma reunião com as lideranças partidárias da *União pelo Ceará*, visando a manutenção dessa aliança até 1966, esteve articulando uma aproximação com uma ampla parte dos deputados do PTB cearense.

Evidente que incensurável à ação política do sr. Virgílio Távora na defesa dos interesses da aliança e também das conveniências da UDN, bastando ressaltar, em abono disso, a sua providência de chamar à área governamental a bancada do PTB, em virtude do que dividiu esse partido e determinou um pelo menos aparente recuo do PSD, na sua marcha acelerada para a formação de uma coligação (PSD-PTB-PTN) que, em última instância, decretaria o rompimento da “União Pelo Ceará”. Por outro lado, é de presumir-se que o Governador está prevenido contra as manobras que pretendem contrariar o seu intuito de manter a aliança e que sugerem a execução de golpes contra a UDN. Daí porque é de supor-se que o sr. Virgílio Távora alinha bons argumentos para a sua decisão de não precipitar a formulação do “acordo” e a organização do esquema da “União Pelo Ceará”, não obstante os perigos a que expõe as suas metas políticas, das quais depende a sorte da aliança e da UDN³¹⁴.

³¹⁰PASSOS, Oscar Pacheco. A revolta oficial. **O Povo**, Fortaleza, 16 e 17 out. 1965, p. 2.

³¹¹PASSOS, Oscar Pacheco. A revolta oficial. **O Povo**, Fortaleza, 16 e 17 out. 1965, p. 2.

³¹²PASSOS, Oscar Pacheco. Adiamento das definições. **O Povo**, Fortaleza, 18 out. 1965, p. 2.

³¹³PASSOS, Oscar Pacheco. Adiamento das definições. **O Povo**, Fortaleza, 18 out. 1965, p. 2.

³¹⁴PASSOS, Oscar Pacheco. Adiamento das definições. **O Povo**, Fortaleza, 18 out. 1965, p. 2.

A reunião aproximativa com a ala petebista, adepta ao movimento militar no Ceará, repercutiu no sentido de que ampliou a base de apoio à agenda política defendida pelo Virgílio Távora e contribuiu para a postergação das ações pretendidas da “ala divisionista” do PSD.

Os efeitos de ambas as reuniões, comentadas por Oscar Pacheco, em *O Povo* (8/10/1965), ganharam o título de ADIAMENTO DAS DEFINIÇÕES, mostrando que a personalidade sucessória ao governo estadual ainda era uma incerteza política, necessitando dar tempo às estratégias e decisões. O aspecto do tempo é perceptível no trecho abaixo:

Com efeito, se o Governador adia a definição dos partidos nos quadros sucessório e não provoca, de imediato, os seus últimos pronunciamentos sobre a sobrevivência ou sobre o rompimento da “União Pelo Ceará”, ou é porque confia muito em sua habilidade e na sinceridade dos propósitos do PSD ou é porque entende que o tempo será útil à execução dos seus planos em favor da aliança e da UDN. O sr. Virgílio Távora possui, necessariamente, elementos suficientes para julgar a sinceridade ou a insinceridade de propósitos da liderança do PSD. E, para esse julgamento, concorre muito a sua maneira de encarar o comportamento dos “rebeldes” e a omissão dos mentores pessedistas na repressão a essa indisciplina.³¹⁵

O comentarista, no trecho acima, procurou realçar qualidades e habilidades políticas de Virgílio Távora. Diante de um cenário nacional de incertezas e possíveis desdobramentos regionais, o jornalista colocou o governador como liderança experiente dos desafios incertos e apontou três qualidades: liderança capaz de comandar uma aliança interpartidária (UDN, PSD, PTN), governar em tempos de crises e construir pactos conciliatórios.

Devido a essas atribuições ao governador Virgílio Távora, o jornalista começou a duvidar das reais intenções da ala divisionista do PSD, ao ponto de afirmar:

É que, se não é autêntica a solidariedade pessedista a ideia da sobrevivência da aliança, são identificáveis as razões ou razão por que o PSD ainda não rompeu: 1 - ou repete a velha estratégia de explorar as vantagens do poder até quando lhe convier; 2 - ou não conseguiu formar a coligação com o PTN e o PTB; 3 - ou já firmou essa coligação e só espera anunciá-la quando pessedistas e petenistas tiverem desfrutado todas as iguarias do poder; 4 - ou prefere aguardar que a situação nacional recomende o rompimento ou não³¹⁶.

A leitura feita por Oscar Pacheco sobre as intenções dessa ala pessedista girou em torno do oportunismo e da chantagem, além da intenção real de rompimento da aliança. De fato, percebemos haver uma escalada expressiva de personalidades políticas do PSD em cargos estratégicos para o engajamento partidário. Nesse momento, enquanto a UDN tinha como único cargo importante o governador Virgílio Távora, o PSD tinha um vice-governador Figueiredo Correia, um presidente da Assembleia Almir Pinto e vários deputados federais e

³¹⁵PASSOS, Oscar Pacheco. Adiamento das definições. *O Povo*, Fortaleza, 18 out. 1965, p. 2.

³¹⁶PASSOS, Oscar Pacheco. Adiamento das definições. *O Povo*, Fortaleza, 18 out. 1965, p. 2.

estaduais importantes, como Armando Falcão, Martins Rodrigues, Franklin Chaves, e outro mais. Acrescenta-se ao núcleo, o senador como Wilson Gonçalves.

A escalada do PSD poderia se ampliar ainda mais, segundo Pacheco, caso os conflitos internos e com a aliança fossem inexistentes.

Lembrando, também, que promulgamos a tática da imposição do “candidato pessedista”. Em oportunidade nenhuma, negamos ao PSD o direito de indicá-lo. Em oportunidade nenhuma, contestamos a existência, nos quadros do PSD, de líderes credenciados para o comando da fórmula sucessória da “União Pelo Ceará”. Apenas entendíamos e entendemos que os pessedistas erraram na sua estratégia. Sempre contaram eles com a boa vontade do Governador na aprovação da tese do “candidato pessedista”. O sr Virgílio Távora demonstrou, sucessivas vezes, ser adepto do critério do rodízio. Ora, em assim sendo, competia ao PSD, para consolidar esse privilégio, tão-somente manter e preservar a cordialidade nas suas relações com a UDN. Cabia ao PSD inspirar, por esta forma, confiança nos udenistas. E o PSD teria, a esta altura, inteiramente consagrada a tese do “candidato pessedista”. Mas certos grupos, pensando nas suas conveniências eleitorais e nas suas candidaturas ao Governo, optaram pelo estabelecimento de clima de atritos, preferiram irritar a UDN e o Governador e até marcharam para a esquematização de um acordo com o PTB e com o PTN. Tudo era arrogância, tudo era valentia. Tudo era insensatez³¹⁷.

Para Pacheco, não fosse a imposição de vontade da ala “rebelde”, ameaças divisionistas ou pactuantes com alas do PTB e PTN, o partido PSD poderia até galgar a governança estadual em nome da manutenção da *União pelo Ceará*.

Houve uma reação do governador diante dessas ações, pautado na defesa da UDN e na ampliação de partidos na *União pelo Ceará*, contando com o apoio do próprio PSD, alas que defendiam a manutenção do esquema político:

O sr. Virgílio Távora, também apoiado na opinião pessedista de que deveria ser ampliado o quadro de partidos da “União Pelo Ceará”, iniciou a sua ação política em defesa da aliança e, também, da UDN. De imediato, quebrou o entusiasmo desses grupos pessedistas pela solidariedade do PTB, quando conseguir atrair ao Governo a fatia maior da força eleitoral petebista. Agora, quando a imprensa dá ênfase a fatos que entende vinculados às articulações políticas do Governador, esses nervosos grupos pessedistas se exasperam, esquecidos de que são os responsáveis por tudo isso e de que foram eles, com o seu comportamento politicamente ingênuo, que levaram o sr. Virgílio Távora à adotar as medidas preventivas em favor da “União Pelo Ceará” e por vias indiretas, da UDN³¹⁸.

O jornalista procurou dar visibilidade na opinião pública de que a ala que preconizava a imposição de cargo à sucessão estadual ou a divisão da aliança de 1962 era os “inimigos” no próprio PSD e que a estratégia adotada por ela ganhou efeitos contrários na *União pelo Ceará*, contribuindo para a manutenção e ampliação de novos partidos como o PTB.

³¹⁷PASSOS, Oscar Pacheco. Adiamento das definições. **O Povo**, Fortaleza, 18 out. 1965, p. 2.

³¹⁸PASSOS, Oscar Pacheco. Os inimigos do PSD. **O Povo**, Fortaleza, 21 out. 1965, p. 2.

Muitos foram os entraves entre partidos ou entre alas partidárias pela manutenção ou extinção da aliança, mas não devemos esquecer que, embora o bloco defensor da *União* tenha vencido até esse momento das articulações políticas estadual cearense, eles teriam, em breve, um novo desafio, o Ato Institucional II, que remodelou a aliança. Isto será desenvolvido no próximo capítulo. Até aqui, temos visto que a *União pelo Ceará* passou por diferentes processos de enquadramento histórico, necessitando de reformulações do conjunto de forças políticas entre 1962 a 1965, principalmente devido às eleições de 1962, ao golpe de 1964, à eleição da mesa diretora de 1965, às eleições de 1965 e, posteriormente, ao Ato Institucional nº2 e ao sistema bipartidário, temas dos próximos capítulos desta pesquisa.

3.8 As eleições de 1965

Agora, observamos como o jornal *Unitário*³¹⁹ desempenhou o papel de narrar o processo de disputas internas entre o PSD e a UDN cearenses em torno das eleições de 1965 e o Ato Institucional II. Enquanto, no periódico *O Povo*, tínhamos o jornalista Oscar Pacheco como principal comentarista de política regional cearense, no *Unitário*, este papel foi exercido pelo jornalista Pádua Lopes, como colunista na página 02, aparecendo algumas vezes alguns comentários de Helder Feitosa, na página 03. Mas, sem sombra de dúvidas, Pádua Lopes³²⁰ é quem predomina durante esse período, ao acompanhar os acontecimentos da conjuntura política nacional.

A primeira observação de Pádua Lopes a respeito das eleições de outubro de 1965 direcionava-se a um acontecimento que trazia uma profunda apreensão e suspense dentro da nova conjuntura política vivenciada no país.

Metade do País passa hoje por um dia diferente. Milhões de brasileiros estão neste momento, escolhendo os seus governantes. É mais um espetáculo, altamente democrático, que desperta a atenção de todo o Brasil. É a continuação das eleições. O povo queimando e glorificando candidatos. A massa opinando. Elite e ralé, juntos, escolhendo homens que administrarão. Cidadãos que amanhã estarão influenciando enormemente nos seus destinos e também comandando a navegação da Pátria. O momento é de suspense. As opiniões são as mais controvertidas. Interrogações e dúvidas pairam no ar. Quem vencerá na Guanabara? O candidato de Lacerda, Flexa Ribeiro, sobrepujar Negrão? E o homem do PSD-PDC, Aurélio Viana. No Maranhão,

³¹⁹Como os jornais de consulta pública ou em instituições públicas no Ceará possuem as coleções anuais incompletas, aguardamos a consulta em instituições privadas. Anteriormente, o foco da pesquisa tinha uma delimitação ampliada para o pós-1965, abrangendo todo o período da ARENA no Ceará, mas, com os vários recortes para melhor análise da dinâmica política cearense, as fontes tiveram um recuo para o breve intervalo que intercala a posse de Castelo Branco e a formação da ARENA.

³²⁰Antônio de Pádua Lopes de Freitas nasceu em Luzilândia – PI, em 8 de junho de 1946, mas veio com os pais residir em Fortaleza desde os dois anos de idade. Informação disponível em: ACADEMIA CEARENSE DE LETRAS. **Pádua Lopes**. Disponível em: <https://academiacearensedelettras.org.br/membros/padua-lopes/>. Acesso em: 5 nov. 2025.

a candidatura do sr. Renato Archer, apoiada pelo senador Vitorino Freire, será derrotado desta vez? São perguntas que somente o povo hoje pode responder. E enquanto não vem a resposta, a expectativa toma conta dos 4 cantos do Brasil³²¹.

O texto veio justamente no dia da eleição, 3 de outubro de 1965, procurando captar os sentimentos que circulavam em torno dela, procurando dar conta das inquietações políticas que pareciam fazer parte de todas as classes sociais, especialmente no sentido de como ficariam as peças do xadrez político, tendo um governo militar trajado de “*revolucionário*”, realizando eleições como se vivessem numa democracia.

As atenções, preocupações, suspenses e até mesmo horizontes de expectativas não se restringiam ao cenário nacional, no caso de 11 estados que disputam as eleições, mas foram objetos de suspense e ansiedade também aqui no Ceará. Como disse Pádua Lopes:

E no Ceará, notadamente em Fortaleza, eleição que se realiza põe os nossos círculos políticos em ansiedade. Líderes políticos locais, das mais variadas correntes partidárias, não escondem as suas preocupações pelo resultado das urnas. Reconhecem a sua alta significação. Lançam as atenções, especialmente, para o Rio. São os eleitores do cognominado “palco do nervosismo nacional”, que hoje falarão mais alto, desfazendo dúvidas e prostando por terra castelos de areia³²².

Como é observado no trecho acima, os diversos grupos políticos e partidos cearenses acompanharam com apreensão os desdobramentos dessas eleições para o Ceará. Destacam-se entre esses grupos as alas pessedistas em torno de Figueiredo Correio, Wilson Gonçalves e Martins Rodrigues, que pretendiam taticamente instrumentalizá-la para imposição de candidato próprio na sucessão estadual e no controle da aliança *União pelo Ceará*. Nesse sentido, a tática se desdobrou a fim de impor um candidato pelo PSD através da extinção da aliança, ou mediante o controle total dela.

Não restavam dúvidas nem mesmo para os comentaristas jornalistas cearenses o grau de importância que a Guanabara trazia para o Ceará, uma vez que a UDN, o PSD e os partidos da mesma aliança tinham inclinações políticas diferentes acerca da sucessão presidencial. Alguns parlamentares defendiam Carlos Lacerda, e outros defendiam Castello Branco. Numa eventual situação em que Lacerda fosse vencedor, causaria um efeito complicador na manutenção da *União pelo Ceará*, já que o governador Virgílio Távora tinha uma relação política íntima com o presidente da ditadura civil-militar.

Este fator ganhou um delineamento significativo aqui no Ceará, tanto que Pádua Lopes, muito diferente de Oscar Pacheco, fez questão de realçá-lo publicamente:

O Governador Virgílio Távora, que se encontra repousado na sua residência, aguarda ansiosamente o desenrolar dos acontecimentos. Um apelo aos cearenses radicados no Rio foi feito por S. Excia, solicitando a sufragação do

³²¹FEITOSA, Helder. Ceará também em suspense. **Unitário**, Fortaleza, 3 out. 1965, p. 2.

³²²FEITOSA, Helder. Ceará também em suspense. **Unitário**, Fortaleza, 3 out. 1965, p. 2.

nome do candidato Flexa Ribeiro. O apelo foi feito na seguinte mensagem enviada àquele candidato³²³.

Pouco antes das eleições, o governador cearense Virgílio Távora agiu no sentido de demonstrar publicamente um afastamento em relação ao candidato Carlos Lacerda. A estratégia encontrada foi fazer a indicação aos cearenses residentes no Rio de Janeiro e Guanabara de uma chapa alternativa, de sua preferência, que era de Flexa Ribeiro, da UDN. A eleição da Guanabara tinha cinco candidatos: Negrão de Lima (coligação PSD e PTB), Flexa Ribeiro (sem coligação UDN), Amaral Neto (PL sem coligação), Aurélio Vianna (PSB e PDC com coligação) e Hélio Santos (PTN sem coligação).

Outro ponto de diferenciação entre *O Povo* e o *Unitário* tem relação com o papel desempenhado pelo governador Virgílio Távora: enquanto Oscar Pacheco desenvolveu uma narrativa restrita ao Ceará sobre as eleições de 1965 e os efeitos no estado, Pádua Lopes estabeleceu uma escrita em que evidenciou as articulações do governador dentro e fora do Ceará. Além disso, quanto às formas abordadas sobre as pressões exercidas pelas alas pessedistas ao governador e líder da *União pelo Ceará*, Oscar Pacheco descreveu *a crise* sob o viés do maniqueísmo (os bons contra os maus), em que os pessedistas discordantes e Virgílio Távora tinham papéis políticos controlados, sobretudo, pelo tempo. Enquanto isso, Pádua Lopes tinha uma narrativa microscópica, relatando aspectos dos bastidores das tensões e conflitos.

Sobre os resultados das eleições nos 11 estados brasileiros, Pádua Lopes demonstrou que eles não foram somente elementos de projeção política para as articulações, visando a sucessão governamental estadual cearense em 1966. De fato, já tinha efeitos imediatos no Ceará.

Indisfarçável a alegria dos pessedistas com os primeiros resultados do pleito de domingo. O Partido, segundo se calculava, teria vitória em 6 ou 7 dos 11 Estados, e pelo que se pronuncia e pelo que já se arrazoa, ganhará no mínimo em nove unidades da Federação. Aqui no Ceará o júbilo só transparece em cada membro separadamente, numa atitude de reserva causada pelos bons entendimentos a chegaram anteontem os chefes do PSD e o governador udenista, e pela expectativa de uma reviravolta³²⁴.

No dia seguinte ao resultado das eleições, o governador Virgílio Távora (UDN) realizou uma reunião com os líderes do PSD, representando as diferentes alas aglutinadas nesse partido. E isso possibilitou uma negociação, ou como descrito por Pádua Lopes, “uma reviravolta”, porque dela saiu resultados que ampliavam o poder de influência Figueiredo Correia (Vice-governador), Wilson Roriz (deputado estadual) e Almir Pinto (presidente da Assembleia Estadual).

A crônica política não noticiou ainda, mas uma das reivindicações do PSD

³²³LOPES, Pádua. Virgílio envia mensagem. **Unitário**, Fortaleza, 3 out. 1965, p. 6.

³²⁴LOPES, Pádua. Euforia pessedista. **Unitário**, Fortaleza, 5 out. 1965, p. 2.

ao governador do Estado foi a da recondução do senador Vicente Augusto para a Secretaria de Coordenação Administrativa, com todas as atribuições que lhe dizem respeito reintegradas. Foi uma concessão do Governo para solidificar a “União Pelo Ceará” que, em franca decadência, teve no domingo um de seus dias áureos, com o tradicional conagração das cúpulas, para as quais tudo vai muito bem³²⁵.

Senadores como Vicente Augusto e Wilson Gonçalves, junto ao deputado federal Martins Rodrigues e alguns deputados estaduais, pressionaram, nessa reunião, Virgílio Távora a ceder cargos ao partido PSD. Vejamos que os resultados eleitorais favoráveis ao PSD foram apropriados pelos pessedistas cearenses para agirem nas negociações da *União pelo Ceará* quanto à cobrança ou concessão de cargos. Por outro lado, a ala pessedista procurou o domínio da liderança da aliança interpartidária, impondo uma candidatura do PSD na sucessão estadual em 1966. Diante das pressões imediatas, Virgílio cedeu ao senador Vicente Augusto a Secretaria de Coordenação Administrativa como forma de manutenção da aliança.

3.9 As vozes sobre as eleições

Nos chama a atenção também como Pádua Lopes procurou dar conta das interpretações que alguns deputados pessedistas (membros internos de partido) fizeram sobre os colegas da ala em divergência com o governador Virgílio Távora

O deputado Samuel Lins (PSD) disse à reportagem que, nos encontros pessedistas, nem sequer foi tocado sobre a posição dos “rebeldes”, uma vez que eles se têm mantido ultimamente dentro de uma linha moderada, ressaltando o comportamento do deputado Wilson Roriz que “tem motivos puramente pessoais para fazer oposição ao sr. Virgílio Távora”. Afirmou ainda que as acusações do deputado Stênio Dantas (PSD) contra o sr. Roriz “foram frutos de um entusiasmo momentâneo e não trarão maiores consequências”³²⁶.

Ao conceder uma entrevista ao jornal *Unitário*, o deputado estadual Samuel Lins (PSD) procurou amenizar o clima de tensão vivido no partido a que pertence. De fato, todos os jornais e o canal televisivo deram conta do clima de desavença entre a ala tida como “rebelde” e o governador cearense. No entanto, Samuel Lins tentou isolar o deputado estadual Wilson Roriz, colocando como um anátema do PSD, por considerar que as desavenças dele foram pessoais e remontaram à década de 1950, quando Paulo Sarasate foi o governador do Ceará e um episódio ocorreu com pessoas próximas a Virgílio Távora, tendo a defesa do governador e do secretário Aderaldo Plácido Castelo, que, nesse momento das agitações de 1965, estava invisível das reportagens jornalísticas cearenses, pois seria o sucessor em 1966.

³²⁵ LOPES, Pádua. Governo cede. *Unitário*, Fortaleza, 5 out. 1965, p. 2.

³²⁶ LOPES, Pádua. Entusiasmo. *Unitário*, Fortaleza, 5 out. 1965, p. 2.

Logicamente que isso frustrou os planos dos pessedistas na escalada do poder, enquanto Virgílio Távora já negociava nos bastidores com Castello Branco a indicação de Plácido Castelo, sob o pretexto de ser ele o candidato que manteria a sobrevivência do “esquema da *União pelo Ceará* de 1962”, mesmo após a formação da ARENA no Ceará. O fato em questão deixou em inferência ter havido uma troca de favores entre ambos, mediada pelo presidente Castello Branco.

Mas voltando à entrevista concedida ao *Unitário*, Samuel Lins, além de isolar Wilson Roriz, procurou amenizar os desentendimentos internos, como o episódio do deputado Stênio Dantas, atribuindo os desentendimentos entre ambos como somente fruto de emoção do momento, sem causas graves. Desse modo, todas as tentativas das alas divergentes em se impor dentro do PSD e de suposta ameaça de rompimento com o Virgílio Távora, foram canalizados com sentidos de desafetos pessoais, argumentação compartilhada pelos próprios membros partidários.

Enquanto a celeuma pessedista aumentava e algumas tentativas internas procuravam amenizá-las, a situação dos petebistas cearenses era incerta, ainda mais porque também havia alas divergentes: governistas e oposicionistas. “Os ex-petebistas governistas não sabem em qual partido ingressem. As reuniões que tiveram não ajudaram a resolver o problema, porque desejam entrar conjuntamente numa mesma agremiação partidária, coisa muito difícil para interesses tão variados. O processo de cassações de deputados de esquerdas foi alterando a quantidade de forças políticas em suas articulações, nesse momento, com as incertezas no governo da ditadura civil-militar, fazendo com que os petebistas ingressassem na aliança, depois no bloco parlamentar “*revolucionário*” e, posteriormente, na ARENA.

Retomando as repercussões das eleições no Ceará, Pádua Lopes afirmou que “a situação política do Ceará vai por novos caminhos, tendo o PSD se insuflado enquanto que a UDN forja um pacto de coexistência para um futuro próximo”³²⁷. À medida que o PSD insuflava a ascensão à sucessão estadual, a UDN, via Virgílio Távora, agia no sentido de ampliação da participação dos partidos na *União Pelo Ceará*. Portanto, os partidos veteranos da aliança tomaram direções bem distintas, visando as suas próprias sobrevivências políticas no novo regime político brasileiro.

Entretanto, a medida de integração de uma base governista advinda do PTB cearense preocupava Pádua Lopes, pois esta intenção dos petebista não poderia resultar, no futuro, na mesma condição imposta por algumas das alas pessedista.

De invejável posição, desfrutam agora os ex-petebistas governistas, os quais não estando definidos politicamente podem usufruir das benesses governamentais, que doravante serão em maior quantidade, visto que o

³²⁷ LOPES, Pádua. Importância da posição. *Unitário*, Fortaleza, 6 out. 1965, p. 2.

Governo pretende seu concurso também para seu esquema sucessório³²⁸.

Diante do exposto, percebemos que a narrativa de Pádua Lopes, sobre como as diversas forças políticas cearense abstraíam os acontecimentos nacionais, estava profundamente constituída de incertezas e cautelas ante as alianças vistas como móveis e voláteis.

Este aspecto da imprevisibilidade era algo que atormentava o pensamento do jornalista, pois ele considerava que os resultados eleitorais, nos 11 estados, até mesmo com aliança entre PSD e PTB, pudesse se repetir do Ceará em 1966, como ocorrido em 1958, que garantiu a vitória do ex-governador Parsifal Barroso, apoiado por João Goulart.

Assim dizia Pádua Lopes, sobre uma suposta aliança partidária vindoura, “informações extra oficiais dão como certa a coalizão PSD-PTB e PTN, para disputar as eleições em 66. Nesse quadro, o PSD indicaria o candidato a governador, o PTB apresentaria o vice-governador e o PTN concorreria com nomes para o Senado”³²⁹.

As especulações que circulavam tinham como mote uma traição do PSD, sob a liderança de Valdemar de Alcântara, e do PTN, na liderança de Parsifal Barroso, que antes pertencia ao PTB e se desfilou, devido a alguns desentendimentos com Carlos Jereissati, eleito senador nas eleições de 1962. Como o Parsifal Barroso não teve apoio suficiente de João Goulart para disputar a sua reeleição em 1962 no Ceará, que apoiou Adail Barreto, ele se movimentou a fim de fazer campanha contrária, participando da *União Pelo Ceará*.

O suposto esquema de cunho *aliancista*, que politicamente imitava a *União Pelo Ceará*, não era necessariamente uma oposição real ao curso do governo Castello Branco. Tratava-se, na verdade, de comportamentos *oposicionistas* ao governo Virgílio Távora.

Os resultados das eleições também foram alvo de pronunciamento do próprio líder estadual cearense, Valdemar de Alcântara. A entrevista que ele concedeu ao *Unitário* tinha como objetivo duas direções:

Estou bastante satisfeito com o êxito do Partido Social Democrático, que vem liderando o pleito em nada menos de 9 Unidades da Federação, sendo que na Guanabara, com Negrão de Lima, Minas Gerais com Israel Pinheiro e Goiás com Peixoto da Silveira, os resultados já são definidores de grandes vitórias”. E arrematou o prócer pessedista de São Gonçalo do Amarante: “AS eleições diretas e os resultados abriram perspectivas as mais lisonjeiras para a vida política do país, podendo a esta altura o PSD disputar as eleições presidenciais de 1966 com amplas possibilidades de triunfo”³³⁰.

As afirmações do líder pessedista cearense faziam uma projeção política, em que

³²⁸ LOPES, Pádua. Importância da posição. **Unitário**, Fortaleza, 6 out. 1965, p. 2.

³²⁹ LOPES, Pádua. Importância da posição. **Unitário**, Fortaleza, 6 out. 1965, p. 2.

³³⁰ RESULTADOS DO PLEITO NOS 11 ESTADOS REPERCUTEM NA POLÍTICA DE NOSSO ESTADO. **Unitário**, Fortaleza, 6 out. 1965.

os resultados das eleições eram favoráveis à ascensão do PSD numa eventual disputa presidencial em 1966. Semelhantemente, as projeções nacionais eram balizadas para enaltecer as expectativas no meio político cearense, colocando os pessedistas como ponta de lança na disputa estadual. Como dizia Valdemar, “o Partido Social Democrático no Ceará está muito fortalecido eleitoralmente, a exemplo do que ocorre na maioria dos Estados e cujo atestado mais eloquente são os resultados das eleições de 3 de outubro”³³¹.

Aqui, abrimos um breve parêntese, que retoma os pontos do capítulo 1, quando a historiografia atribui o resultado dessas eleições como “ameaça” ao governo militar, sendo um papel significativo na compreensão de que, em determinados estados brasileiros, no caso do Ceará, mesmo contando com uma ampla força política ao regime instituído, via-se nas referidas eleições um caminho possível de ascensão a cargos políticos, uma vez que as questões ideológicas rompiam fronteiras do fisiologismo partidário, como no PTB, em que a maioria passou a ser adepta das mobilizações da posse de Castelo Branco e de suas medidas autoritárias.

As projeções políticas em torno as eleições de 1966 não se restringiu aos grupos políticos do PSD ou da UDN. O secretário-geral do PTB também veio a público evidenciar o seu pensamento e projeção política para 1966. Sem dúvidas, ele agiu para demarcar um espaço de influência do partido no Ceará, fazendo jogo político com as intenções das alas pessedistas que pretendiam uma disputa para a governança estadual.

O deputado Aldenor Nunes Freire, secretário-geral do Partido Trabalhista Brasileiro fez as seguintes declarações: conforme prevíamos onde funcionou a aliança PSD-PTB o adversário não teve vez. É uma questão de lógica, pois o partido que congrega a massa rural e a classe média, no caso o PSD e o partido dos trabalhadores, que é o PTB, unidos são imbatíveis. E mais adiante voltará o esquema histórico, que é o da união do PSD-PTB a fim de elegermos um Governador compromissado com o povo, dentro das regras do jogo democrático. Adiantou o parlamentar petebista não restar dúvidas que o estado de espírito há muito reinante nas duas agremiações levará a uma nova aliança partidária³³².

A análise do deputado Aldenor Nunes (Fortaleza-PTB) convergia com a tese da ala pessedista que pregava a sua liderança política no estado. Ele defendia a recuperação da antiga aliança entre PSD e PTB em 1958, na qual foi eleito deputado estadual com 5678 votos, representando as camadas liberais e profissionais na capital cearense, sendo eleito como governador Parsifal Barroso. Nesse sentido, alguns petebistas ainda acreditavam que poderia haver uma retomada de prestígio, mesmo diante do avanço das medidas autoritárias. A ala que acreditava nessa hipótese, após as eleições, continuou na reorganização dos diretórios municipais. Segundo o jornalista Pádua Lopes, “o PTB continua fundando e

³³¹RESULTADOS DO PLEITO NOS 11 ESTADOS REPERCUTEM NA POLÍTICA DE NOSSO ESTADO. **Unitário**, Fortaleza, 6 out. 1965.

³³²ESQUEMA HISTÓRICO VOLTARÁ. **Unitário**, Fortaleza, 6 out. 1965.

reestruturando seus Diretórios Municipais, por todo o interior do Estado. O PSD está também nessa mesma azáfama”³³⁴.

Mas nem todos do PTB tinham a mesma leitura política sobre o momento vivido. O deputado estadual Oriel Mota (Iguatu, PTB) era da mesma cidade de Edval Távora e Edilson Távora, que eram alinhados politicamente ao deputado federal Paulo Sarasate. O seu posicionamento sobre a formação de uma nova aliança entre PSD e PTB era “uma conversa para boi dormir”.

Pádua Lopes descreveu como o deputado Oriel Mota enxergou as atitudes de ruptura do PSD, ou pelos menos as narrativas que circulavam a respeito:

Essa história de dizer que o PSD quer o rompimento da União Pelo Ceará, é simplesmente para boi dormir”, disse à reportagem o deputado petebista Oriel Mota, que vem de fazer uma maratona pelo interior do Estado, “auscultando e sentindo o pensamento de chefes políticos de tendências as mais variadas”. Acha o representante de Nova Russas, que “não passa de pura fantasia o propalado rompimento, que só aos tolos engana”. Argumentou que os desprestigiados, esses sim, querem o rompimento e para já. Todavia — assinalou — a cúpula do Partido Social Democrático não pensa assim: quer a continuidade da União, conquanto o candidato a governador saia de suas hostes, oferecendo em contrapartida a UDN à vice-governador e outras vantagens. A UDN não pode recusar a proposta pessedista principalmente agora quando partido no plano nacional obteve retumbantes vitórias, estando muito fortalecido e pelo estado psicológico já vem repercutindo intensamente até mesmo no Ceará³³³.

Conforme afirmado pelo deputado estadual Oriel Mota, a tese de ruptura aliancista se resumiu à intenção de uma minoria, não expressando o desejo da cúpula partidária do PSD cearense. Por outro lado, avaliava-se que a UDN não poderia subestimar os ganhos eleitorais e seus possíveis usos em acordos na dinâmica estadual cearense. A avaliação que Oriel fazia era de uma ação de concessão da UDN diante do cenário: “que a UDN dará paz a conferir dentro do esquema montado pela cúpula pessedista, mesmo porque não tem outra alternativa, de vez que eleitoralmente o PSD está muito forte. Forte, até demais”³³⁴.

Semelhante ao PTB e PSD, que, com os resultados de 3 de outubro de 1965, procurou o agendamento de reuniões e aberturas de diretórios municipais, no interior do Ceará, o partido PDC seguiu os mesmos passos nessa.

O deputado Luciano Magalhães, destacado prócer do Partido Democrático Cristão, declarou à reportagem que o seu Partido marcha pelo interior do Estado captando as simpatias dos sertanejos, tanto na Zona Norte, como no Centro e no Sul. Referiu também que os diversos prefeitos estão prontos a aderir aos ideais democratas-cristãos, não revelando porém os seus nomes,

³³³NUNES, Oriel. Conversa de que PSD quer romper com união é para boi dormir. **Unitário**, Fortaleza, 7 out. 1965.

³³⁴NUNES, Oriel. Conversa de que PSD quer romper com união é para boi dormir. **Unitário**, Fortaleza, 7 out. 1965.

“por não contar com o ovo dentro da galinha”. Acrescentou que, nestes dias, o Partido conseguirá atingir o mínimo de 36 Diretórios Municipais, para sua sobrevivência aqui no Ceará, e anunciou a vinda Fortaleza, na próxima semana, do deputado Franco Montoro, presidente nacional do PDC, para averiguar a situação do grêmio político que dirige e para um debate sobre os problemas nacionais com o povo cearense³³⁵.

No Partido da Democracia Cristã, embora possuísse características ideológicas de identificação com o governo civil-militar de Castello Branco, no Ceará, os seus partidários estavam completamente em acirramento com o núcleo político participante e adesista aos militares. O motivo dessa desavença estava ainda nas eleições anticomunistas de 1962, na qual a agenda de campanha de Virgílio Távora era criticada por alguns membros do PDC, que alegavam não ser ele um “autêntico anticomunista”. Da mesma forma, apoiadores de campanha do Virgílio criticavam, através da imprensa, em horário propagandista eleitoral, os membros desse partido, alegando que alguns deles “não eram cristãos autênticos”.

Pelo visto, mesmo após o golpe civil-militar de 1964 e depois da implantação do governo de Castello Branco, o partido caminhou em isolamento, tendo uma agenda conservadora, anticomunista e pautada nos postulados cristãos. O próprio partido PDC passou acreditar que, com a formação dos novos partidos em 1965, ele poderia ser o escolhido por Castelo Branco, devido à agenda ideológica que carregava, porém, esse fato não aconteceu.

Conforme os resultados das eleições de 1965 foram sendo apropriados pelos grupos e partidos cearenses, duas teses ganharam configuração importante, sendo expressamente defendidas pela imprensa local: a primeira era referente ao fim da *União pelo Ceará*, sendo uma narrativa política criada pela ala dissidente do PSD.

Pádua Lopes afirmou que:

Desde o começo deste ano que os oportunistas propalam que o acordo UDN-PSD-PTN não dura 15 dias. No entanto, estamos no antepenúltimo mês do ano e o pacto persiste tem defensores intransigentes naqueles que o firmaram, como se depreende de qualquer pronunciamento oriundo das cúpulas dos partidos³³⁶.

Praticamente todos os jornais impressos cearenses selecionados nesta pesquisa posicionaram-se contrários à narrativa política divisionista da União. À medida que o ano de 1965 avançava, essa narrativa perdia credibilidade. O referido ano foi marcado por intensa polarização, que atingiu seus momentos mais acentuados em três períodos: entre janeiro e fevereiro, entre julho e agosto e, posteriormente, entre outubro e novembro. De fato, 1965 representou um momento de teste para a sobrevivência da União pelo Ceará, tendo como ápice dessa prova os resultados das eleições e a promulgação do Ato Institucional nº 2.

A segunda tese que se consolidava, tanto nos círculos políticos quanto na

³³⁵NUNES, Oriel. Conversa de que PSD quer romper com união é para boi dormir. **Unitário**, Fortaleza, 7 out. 1965.

³³⁶LOPES, Pádua. “União” para sobreviver. **Unitário**, Fortaleza, 10 out. 1965, p. 2.

imprensa, era a ideia de que Virgílio Távora adotava uma postura de concessões, como forma de demonstrar conciliação e preservar a aliança intrapartidária. O posicionamento favorável do jornalista Pádua Lopes era que “o PSD, nessas condições é negócio vantajoso vincular-se a UDN, porque elimina uma série de dificuldades e incerteza antes e durante o pleito e enseja após uma administração relativamente tranquila”³³⁷.

A defesa dessas teses ganha visibilidade à medida que novos atritos passam a ocorrer envolvendo Virgílio Távora. Na verdade, tratava-se de desentendimentos com lideranças partidárias que haviam formado a aliança *União pelo Ceará* em 1962: Valdemar Alcântara (PSD) e Parsifal Barroso (PTB), respectivamente presidentes dos diretórios regionais. No caso de Parsifal, o conflito girava em torno da concessão de uma secretaria estadual, uma vez que a aliança deveria garantir benefícios aos três partidos participantes. Assim, o PTN, como membro da coligação, acabou ficando em segundo plano após a posse dos eleitos em 1962.

Devido aos impasses ocorridos, “o deputado Mauro Benevides (PSD) solicitou ao presidente do PSD, sr. Waldemar de Alcântara, a convocação do Partido para uma convenção regional, a fim de serem examinados seus problemas”³³⁸. Para Pádua Lopes, a pressão exercida na exigência de uma reunião ou convenção partidária estadual era entendida como escalada das forças pessedistas em dissidência ao governo de Virgílio Távora.

O PSD “rebelde” continua firme no seu ponto de vista, de que o partido precisa realizar uma Convenção Regional para examinar a situação política do Estado em termo práticos, retirando-se inclusive da União Pelo Ceará, se no balanço geral o resultado estiver beneficiando outros partidos, em seu detrimento. Os diretórios municipais de Ipueiras, Santana do Acaraú e Iguatú já apearam o pedido de convenção solicitado pelo deputado Mauro Benevides será remetida circular a todo o interior do Ceará, consultando e dando-lhe ciência.³³⁹

Ao que sabemos, intensificaram-se internamente os embates entre as alas pessedistas cearenses. A tentativa de Mauro Benevides (PSD) em pressionar o presidente partidário Waldemar de Alcântara, uma convenção para decidir pelo fim da *União pelo Ceará*, adquiriu reações inesperadas no partido. A repercussão se estendeu até nos diretórios municipais, sobretudo entre as cidades de Iguatu, Ipueiras e Santana do Acaraú. Na contramão, os diretórios discordantes da convocação emitiram uma carta circular dando conta dos sentidos que permeavam a suposta reunião e que poderiam dar fim à aliança interpartidária, que também serviu para reestruturação da composição dos diretórios municipais, durante e após as eleições de 1962. De fato, seria uma desmontagem, tanto na

³³⁷ LOPES, Pádua. União para sobreviver. **Unitário**, Fortaleza, 10 out. 1965, p. 2.

³³⁸ LOPES, Pádua. União para sobreviver. **Unitário**, Fortaleza, 10 out. 1965, p. 2.

³³⁹ LOPES, Pádua. Convenção do PSD regional. **Unitário**, Fortaleza, 24 out. 1965, p. 2.

capital, como no interior, da composição das forças políticas partidárias cearenses.

Por outro lado, a tal reunião era vista como possibilidade de demarcar certas pretensões existentes entre os pessedistas. Para o presidente da Assembleia Legislativa do Ceará, Almir Pinto (PSD), era o momento para o fortalecimento da tese de que o PSD seria o sucessor nas disputas eleitorais de 1966.

De qualquer maneira, dentro do esquema da União Pelo Ceará, ou fora dele, o Partido Social Democrático terá candidato próprio nas eleições de 66 para Governador do Estado” — declarou ao ser abordado pela reportagem de UNITÁRIO o deputado Almir dos Santos Pinto, Presidente da Assembleia Legislativa. Afirmou que sendo o PSD um partido eleitoralmente muito forte, deve disputar o Palácio da Luz com um candidato saído de seus quadros, pois a vitória estaria francamente garantida. Disse ainda o deputado Almir Pinto que estando o PSD praticamente fora do Governo há cerca de 12 anos e já tendo o PTB, PTN e UDN usufruído o poder, é justo que agora seja a vez de sua agremiação. Adiantou que desde o Governo Raul Barbosa, o PSD tem ficado numa posição secundária.³⁴⁰

Almir Pinto, que chegou ao cargo de presidente da Assembleia com ajuda de Virgílio Távora e da *União pelo Ceará*, perante a situação em que estava agiu a fim de ampliar as conquistas políticas e para conquistar seus objetivos, não medindo esforços para o rompimento das alianças estabelecidas. A declaração que Almir Pinto concedeu ao jornal *Unitário* demonstra a imposição e a ordem.

Mesmo com todos os ganhos políticos usufruídos com aliança *União pelo Ceará*, Almir Pinto e demais membros da ala divisionista procuravam naturalizar o direito de sucessão do governo estadual, já que o PSD, desde a década de 1940, não exercia a titularidade na gestão estadual cearense. Na verdade, PSD e UDN, entre as décadas de 1940 a 1960, tinham peso político semelhante para obtenção de vitória, necessidade de estabelecimento de aliança ou coligação para a conquista do pleito.

No entanto, outras forças políticas começaram a emergir no cenário partidário cearense, como o PTB e o PTN, impulsionando dois tipos de movimento. O primeiro consistiu no estabelecimento de alianças entre partidos tradicionais e os emergentes, o que resultou em expressiva aceitação e fortalecimento dos partidos recém-instituídos, ao mesmo tempo em que garantiu vitórias aos partidos veteranos.

No segundo movimento, percebe-se que as alianças contribuíram para a constituição de funções políticas na agenda do governo eleito: o partido vencedor atuava no sentido de manter o equilíbrio por meio da concessão e da conciliação, enquanto o partido colaborador servia como fiel da balança nas aprovações da agenda governamental da qual

³⁴⁰ LOPES, Pádua. Almir Pinto: candidato de 1966 sai do PSD, com União ou sem ela. **Unitário**, Fortaleza, 27 out. 1965, s/p.

fazia parte.

Ao final do governo de João Goulart, o Ceará contava com quatro partidos de destaque: UDN, PSD, PTB e PTN.

Nesse momento de efervescência em torno do futuro do governo estadual cearense, algumas notícias veiculadas pela imprensa passaram a evidenciar a possibilidade de Virgílio Távora não ser candidato à reeleição em 1966. Surgiram boatos de que ele pretendia se candidatar a deputado federal. Diante dessa informação, comentaristas políticos e personalidades partidárias consideraram tal comportamento uma concessão ao PSD. Havia, pelo menos, duas razões para a inclusão dessa hipótese nas projeções políticas — a primeira dizia respeito ao diálogo existente entre o vice-governador Figueiredo Correia (PSD) e o governador Virgílio Távora (UDN).

Quanto a candidatura do Governador Virgílio Távora a deputado Federal, o vice-governador Figueiredo Correia declarou nunca haver propalado tal assunto. Apenas, ele, Figueiredo dissera a VT que seu grande desejo é de disputar uma cadeira na Câmara, por considerar a maior escola política do País. Aliás, pensava nisto desde 1954, “mas a influência acentuada de seu poder econômico nas eleições não me permitiu”, finalizou³⁴¹.

O comentário de Figueiredo Correia, aparentemente estranho e desconexo, dava a impressão de que ele era quem pretendia a vaga como deputado federal, o que causava uma negação de ter sido o informante desse fato. O boato parecia uma conversa de “telefone sem fio”, que, a cada ouvinte, sofria realces de acordo com cada momento e subjetividade. Como afirmamos, *parecia*, mas outros episódios dão conta de formar uma hipótese verdadeira, como foi o caso de uma negociação entre o Virgílio Távora e a liderança do PTB, Carlos Jereissati, para composição da mesa diretora da Assembleia Legislativa Estadual. A suposta negociação trazia detalhes importantes:

As últimas manobras políticas do sr. Virgílio Távora visam à composição da Mesa Diretora da Assembleia na próxima Legislativa. Isso porque o governador necessita de uma base política em que confie para poder retirar-se da administração, a fim de disputar qualquer mandato nas eleições vindouras³⁴².

O jornalista Pádua Lopes analisou que a aproximação do governador com o PTB tinha como principal objetivo a construção de uma base fiel a ele na Assembleia Estadual, quando estivesse exercendo a função de deputado federal. Para efeito dessa aproximação, foi designado o deputado estadual Aduino Bezerra (UDN, futuro governador entre 1975 e 1979) para conversações com o Carlos Jereissati (presidente do PTB). Ao que tudo indicava, Aduino Bezerra, com uma “secreta desconfiança do PSD e procura precaver-se buscando uma

³⁴¹O QUE SE DIZ. **Unitário**, Fortaleza, 13 out. 1965, p. 8.

³⁴²LOPES, Pádua. Agenda parlamentar. **Unitário**, Fortaleza, 20 out. 1965, p. 2.

aliança que fortifique o seu partido, para que não aconteça como na formação da mesa passada, quando o governador estava derrotado até horas antes da eleição”¹⁴⁵. De todo modo, ocorrida ou não a aliança que concedeu uma participação do PTB na composição da mesa diretora da Assembleia, o fato concreto é que Virgílio Távora se candidatou em 1966 como deputado federal e, próximo a Castello Branco, pôde ampliar suas influências políticas.

3.10 O aniversariante, o bolo e os “rebeldes” e os usos políticos na *Gazeta de Notícias*

No que diz respeito ao comportamento político da *Gazetade Notícias*, encontramos similaridades e particularidades com os demais jornais cearenses, a respeito do processo de mobilização das alas pessedistas, ao depararem-se com os resultados eleitorais de outubro de 1965 e, duas semanas depois, com a decretação do Ato Institucional nº2.

Outro dado importante acerca desse impresso é que a direção dele estava com o deputado estadual Dorian Sampaio, eleito nas eleições de 1962, marcadas pelo anticomunismo e participando do governo de Virgílio Távora. Com a chegada da formação dos partidos no sistema político bipartidário, Dorian Sampaio oscila de posicionamento, ficando ao lado dos emedebistas cearenses.

Nas matérias, reportagens e colunas políticas referentes ao período das mobilizações pessedistas, o diretor do jornal, Dorian Sampaio, ainda não havia rompido com a *União pelo Ceará*. Assim, a *Gazeta de Notícias* buscou retratar a dinâmica política vivida pelas diferentes alas pessedistas e os embates com o governador Virgílio Távora, representante da UDN e da aliança interpartidária. O conjunto de informações desse periódico ocupa diferentes espaços no jornal: capa, editorial, notas, boletins, colunas, fotografias e outros.

Como exemplo da particularidade da *Gazeta de Notícias* em relação aos demais jornais analisados nesta pesquisa, destaca-se a cobertura jornalística sobre o aniversário do governador Virgílio Távora e o conjunto de detalhes políticos que permeou essa comemoração. A matéria foi publicada na primeira página (capa), acompanhada de fotografia e texto. Vejamos o que apresentava a fotografia.

Figura 12: Aniversário do governador



Fonte: jornal Gazeta de Notícias, 1965

A comemoração natalícia do governador ocorreu poucos dias antes das eleições, no entanto, a *Gazeta de Notícias* buscou, a partir desse acontecimento, atribuir uma valoração a Virgílio Távora, enaltecendo a sua liderança na administração estadual, fruto da aliança intrapartidária (UDN, PSD e PTN), como bem intitulava o impresso cearense “Ninguém Quis Partir a “União Pelo Ceará””.

Há nesta imagem uma junção de sentidos usados pela *Gazeta de Notícias*: Primeiramente, porque dizia respeito a uma parte do bolo que continha “União Pelo Ceará”, e as autoridades e demais convidados não tiveram a coragem de partir e comê-lo. Aqui, temos uma apropriação do jornal em relação ao aniversário do governador, atribuindo sentidos que iam muito além, dando um recado aos oposicionistas políticos que o grupo se mantinha firme e respeitado, sendo este jornal um ator importante na produção e divulgação dessa mensagem.

O texto produzido pela *Gazeta de Notícias* veio em caixa alta e com detalhes importantes, vejamos abaixo:

NUMA HORA EM QUE TANTO SE FALA E TANTO SE TENTA PROMOVER O ESTABELECIMENTO DA “UNIÃO PELO CEARÁ”, A FOTO ACIMA TEM MUITO SIGNIFICADO. REPRESENTANDO ESSE ESQUEMA DE FORÇAS POLÍTICAS, CUJA MANUTENÇÃO É DO INTERESSE DOS LÍDERES E DO BEM DO ESTADO, VEMOS O GOVERNADOR VIRGÍLIO TÁVORA (UDN) SENDO ABRAÇADO PELO VICE GOVERNADOR FIGUEIREDO CORREIA (PSD), SOB SORRISO APROVATIVO DO EX-GOVERNADOR PARSIFAL BARROSO (PTN), TUDO ONDE O APLAUSO E O OLHAR VIGILANTE DE GENTIL BARREIRA E VALDEMAR ALCÂNTARA, PRESIDENTES UDENISTAS E PESSEDISTAS, RESPECTIVAMENTE. A CENA OCORREU NA FESTA COMEMORATIVA DO ANIVERSÁRIO DO CHEFE DO EXECUTIVO E BEM VISÍVEL ESTÁ O BOLO, EM FORMA DE LIVRO, TENDO NUMA PÁGINA O DÍSTICO “UNIÃO PELO CEARÁ” E NA OUTRA O SEU EMBLEMA COM A SIGLA DO PLAMEG. DETALHE SIGNIFICATIVO: NINGUÉM QUIS PARTIR A

PÁGINA DA UNIÃO, QUE PERMANECEU INTACTA, REPRESENTANDO O GESTO, O EMPENHO DE TODOS NO SENTIDO DA MANUTENÇÃO DO ESQUEMA, CUJO FORTALECIMENTO PARECE EVIDENTE DIANTE DE TANTAS CORDIALIDADE E APESAR DO ESFORÇO DE UNS POUCOS CONTRÁRIOS AOS VERDADEIROS INTERESSES DO CEARÁ E DO SEU POVO³⁴³

A cena narrada pela *Gazeta de Notícias* chama a atenção pela representação e força política que traz ao leitor. Embora fosse um momento festivo, o que se sobressai é a dinâmica dos grupos partidários em torno de Virgílio Távora: os apoiadores e os contrários a ele. Há uma ênfase em prestigiar a aliança interpartidária, posicionando o vice-governador Figueiredo Correia (PSD) e o ex-governador Parsifal Barroso (PTN) numa recepção harmoniosa de *abraço* ao Virgílio Távora, que ganha parece uma aproximação e respeito que trazem uma relação mútua entre os participantes.

Estamos diante de um acontecimento que carregava uma politização do aniversário de Virgílio Távora e os demais símbolos referentes a ele, que procuravam ressaltar uma imagem positiva, estável e fortalecida no interior da *União pelo Ceará*.

No entanto, a *Gazeta de Notícias* procurou evidenciar um contraste com a cena em questão: mostrando que nela havia outras personagens que não escondiam seus descontentamentos e que não foi somente o “aplausos e olhar vigilante de Gentil Barreira e Valdemar Alcântara”³⁴⁴. São traços que realçam atitudes de desconfiança exercidas pelos dois presidentes regionais de partidos, oferecendo aos observadores um olhar de estranhamento e desconfiança.

Com intuito de realçar o comportamento político favorável à manutenção da aliança, a *Gazeta de Notícias* afirmou que, no partir do bolo, que tinha um formato de livro e dizeres como PLAMEG e UNIÃO PELO CEARÁ (aliança), os convidados usufruíram somente da parte que tratava do desenvolvimento econômico e industrial, frutos de articulações no governo federal para captação e implementação de obras no estado através do Plano de Metas de Governo (PLAMEG)³⁴⁵. Assim, o aniversário, o bolo e os convidados, foram apropriados por esse periódico, visando a construção de uma opinião pública com o intuito de reforçar a argumentação à respeito da manutenção e fortalecimento da aliança interpartidária, “apesar do esforço de uns poucos contrários”³⁴⁶ naquele instante.

No dia seguinte, após a publicação da matéria em capa sobre o famoso bolo e a parte de conservação da *União pelo Ceará*, um dos atores políticos presentes no aniversário,

³⁴³NINGUÉM QUIS PARTIR A “UNIÃO PELO CEARÁ”. *Gazeta de Notícias*, Fortaleza, 1º out. 1965, capa.

³⁴⁴NINGUÉM QUIS PARTIR A “UNIÃO PELO CEARÁ”. *Gazeta de Notícias*, Fortaleza, 1º out. 1965, capa.

³⁴⁵ Para mais informações sobre o PLAMEG, ver [MELO, Francisco Egberto de. Práticas de clientelismo, educação planejada e sonho da redenção humana em torno do PLAMEG — Plano de Metas do Governo Virgílio Távora \(Ceará, 1963–66\)](#). Tese (Doutorado) — Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Fortaleza–CE, 2013.

³⁴⁶NINGUÉM QUIS PARTIR A “UNIÃO PELO CEARÁ”. *Gazeta de Notícias*, Fortaleza, 1º out. 1965, capa.

Waldemar Alcântara (presidente estadual do PSD), teve uma reação imediata, recorrendo à imprensa cearense para a publicação de um Nota Oficial, um dia antes das eleições de 3 de outubro de 1965.

Partido Social Democrático

NOTA OFICIAL

O Partido Social Democrático, desde a sua fundação, tem mantido, invariável, uma conduta de superioridade e equilíbrio nas diversas fases da vida política do Ceará. Constituído de homens públicos de incontestável honradez e reconhecida integridade moral, com larga folha de serviços prestado ao Estado, goza, por isso, de merecido conceito perante a coletividade cearense, cuja vontade soberana, desde a reconstitucionalização do País, lhe tem conferido, em pleitos sucessivos, a condição, altamente honrosa, de partido majoritário. Não obstante essa característica de autenticidade democrática, surgem, vez por outra, diatribes e invectivas, ora visando ao prestígio da entidade partidária, no seu conjunto, ora pretendendo atingir figuras expressivas da agremiação política. Data a aproximação do pleito sucessório estadual, processa-se de algum tempo a esta parte, pertinaz e insidioso trabalho de intrigas, objetivando estabelecer a cizânia nas hostes pessedistas, através de manobras escusas, cuja origem é facilmente identificável. Dentro dessas diretrizes, evidentemente contrária ao PSD, escolheu-se, agora, para alvo de acusação, o nosso eminente correligionário Dr. Joaquim de Figueiredo Correia, Vice-Governador do Estado, cuja atuação vem sendo injusta e malévolamente atacada através de comentários da imprensa. O PSD, com o apoio indiscrepante do Diretório Regional e das representações federal e estadual, repele, com altivez e energia, a exploração tendenciosa de supostas divergências em suas fileiras. E, ao mesmo tempo, presta integral solidariedade ao Dr. Joaquim de Figueiredo Correia, cuja vida pública desafia a maledicência de críticas soezes e malintencionadas, que visam menos atingir o prestigioso líder do que a unidade de nosso Partido. É a hora de afirmar que o Partido Social Democrático, em qualquer situação, estará unido e coeso, enfrentando, com desassombro e destemor, todas as insídias e manobras, partam de onde partirem.

Fortaleza, 2 de outubro de 1965

WALDEMAR DE ALCÂNTARA

Presidente do Diretório Regional do PSD³⁴⁷

Quando observamos a nota oficial do PSD acima, identificamos alguns pontos importantes. Em boa medida, a nota publicada na *Gazeta de Notícias* procurou agir em dois sentidos, visando, na linha de ação, defender o vice-governador Figueiredo Correia, que era membro do partido e estava sendo alvo de comentários na imprensa, como *O Povo*, pelo jornalista Oscar Pacheco. No referido periódico, foram divulgados alguns boatos políticos reforçam a ideia de traição do vice-governador Figueiredo Correia estava agindo nos bastidores para formar uma aliança com o PTB.

A imprensa cearense, após o aniversário de Virgílio Távora, começou a dar visibilidade a essa narrativa, que saiu da condição de boato e virou uma questão de preocupação, porque outras personalidades políticas pessedistas aglutinaram forças para

³⁴⁷ ALCÂNTARA, Waldemar de. Partido Social Democrático — Nota Oficial. **Gazeta de Notícias**, Fortaleza, 3 out. 1965, capa.

pressionar a UDN, representada pelo governador, a conceder alguns cargos e a sucessão estadual para o PSD em 1966.

Além disso, a nota, estrategicamente, encobriu qualquer resquício de desenvolvimento entre as alas discordantes com Virgílio, um dos motivos pelos quais os jornalistas enfatizaram o tema da ruptura com a aliança unionista. Assim, Waldemar Alcântara rebateu Oscar Pacheco indiretamente, sem o mencionar, enquanto construiu uma narrativa que atribuiu sentido positivo ao PSD.

O teor contido na Nota Oficial divulgada por Waldemar tinha como objetivo rebater as publicações jornalísticas a seu respeito, classificando-as como “manobras escusas”, “atuação injusta”, “malévola” e “cizânia”. Trata-se, portanto, de termos que conferem um tom de desqualificação às críticas dirigidas ao vice-governador.

Outro aspecto que chama atenção é o fato de Waldemar atribuir a crise vivida pelo PSD a ataques externos, especialmente da imprensa. Na verdade, houve uma tentativa de omitir a existência de rachas e intrigas internas no partido, que caminhavam na direção de uma ruptura institucional. Tal aspecto era motivo de preocupação, tanto que Waldemar recorreu a uma linha narrativa de defesa histórica do partido para justificar a posição do PSD.

A nota, contudo, não produziu os efeitos esperados. Pelo contrário, quando foram divulgados os resultados eleitorais de 3 de outubro de 1965, membros do PSD iniciaram articulações e declarações à imprensa, demonstrando pressão sobre o esquema aliancista e sobre o governador Virgílio Távora. O impasse ganhou visibilidade, levando Mauro Benevides a solicitar a convocação de uma convenção do PSD. Cabe lembrar que este era parte interessada nessa reunião, pois, àquela altura, já militava contra o governo de Virgílio Távora.

A carta de pedido de uma reunião tinha como objetivo “tomar conhecimento das reivindicações a serem formuladas pelas bases daquele partido, sobre a política da “União Pelo Ceará””.³⁴⁸ Além disso, outras preocupações foram manifestas em carta, que deveriam estar como pauta na referida reunião: o desgaste do PSD “em municípios onde recebera anteriormente votações, citando exemplos como Iguatu e Ipueiras”¹⁴⁹; o problema da “concessão especial e elevada de benefícios a deputados da UDN, onde existem também deputados do PSD”³⁴⁹.

No entanto, conforme a publicação da *Gazeta de Notícias*, a carta de Mauro Benevides não surtiu o efeito esperado por duas razões: a primeira — “a realidade aguardada, contudo, é de que a cúpula pessedista apenas olhará para o documento e dele tão somente se

³⁴⁸PEDIDA CONVENÇÃO DO PSD: BASES DEVEM SER OUVIDAS SOBRE OS SEUS PROBLEMAS. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 15 out. 1965, capa.

³⁴⁹PEDIDA CONVENÇÃO DO PSD: BASES DEVEM SER OUVIDAS SOBRE OS SEUS PROBLEMAS. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 15 out. 1965, capa.

servirão quando atender aos seus objetivos e interesses, embora se considere a ponderabilidade do seu autor no diretório do PSD”³⁵⁰.

A segunda explicação é porque “a carta vai ter assim mais o sentido de uma tentativa de levar o PSD a debater a questão eleitoral antes que se defina o esquema sucessório (está definido pró-forma e poderá se modificar)”³⁵¹. Assim, em coluna política, o jornal *Gazeta de Notícias* avaliou a ação como uma prévia, mas sem acordo firmado em convenção garantiria efetividade devido às constantes mudanças no cenário político nacional e regional. Pelo visto, a *Gazeta de Notícias* não esperava que o presidente Waldemar Alcântara pudesse agir contra o Virgílio, e menos ainda, contra a *União pelo Ceará*.

A defesa da *União pelo Ceará* ganhou vários espaços na imprensa cearense, e a *Gazeta de Notícias* não esteve ausente, mas participou de diferentes modos, seja dando cobertura aos políticos, seja se posicionando favorável à manutenção do pacto político de 1962. Quem se posicionou na *Gazeta de Notícias* foi o jornalista Arabá Matos, ao tratar dos resultados das eleições e os impactos na referida aliança. O jornalista, ao dirigir um comentário de posicionamento favorável à permanência da aliança *unionista*, disse: “com o fortalecimento do PSD, poderá perfeitamente, ter influência benéfica para o fortalecimento da ‘União pelo Ceará’”³⁵². Além disso, Arabá Matos apontou, numa projeção política, que o rompimento ou extinção da aliança causaria danos terríveis para o Ceará:

Sacrificar a União seria sacrificar a possibilidade única de o Governo do Estado ter força e apoio e meios para continuar obtendo, do Governo Federal, os recursos indispensáveis para prosseguimento de uma obra administrativa capaz de atender às necessidades do Ceará e do seu povo. A tranquilidade do pleito, o clima propício para existência de administração também tranquila e efetiva, força para obtenção dos recursos sem os quais praticamente nada poderá ser feito, bastam estes pontos para atestar, de maneira inequívoca, ser a sobrevivência da “União pelo Ceará” vital para a própria sobrevivência do Estado além de representar a melhor contribuição que o Ceará poderá oferecer à Nação, para normalização da vida democrática. Só os que não querem ver, podem negar esta evidência³⁵³.

Assim, a aliança interpartidária é concebida pela coluna política da *Gazeta de Notícias* como um projeto político que vai muito além de entendimentos partidários, transformando-se em um projeto administrativo e de desenvolvimento do próprio estado, que captava recursos para essa finalidade. O estado cearense passaria pelo investimento de

³⁵⁰PEDIDA CONVENÇÃO DO PSD: BASES DEVEM SER OUVIDAS SOBRE OS SEUS PROBLEMAS. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 15 out. 1965, capa.

³⁵¹PEDIDA CONVENÇÃO DO PSD: BASES DEVEM SER OUVIDAS SOBRE OS SEUS PROBLEMAS. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 15 out. 1965, capa.

³⁵²MATOS, J. Arabá. Porque se faz necessária a sobrevivência da União. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 10 out. 1965, p. 7.

³⁵³MATOS, J. Arabá. Porque se faz necessária a sobrevivência da União. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 10 out. 1965, p. 7.

recursos e implantação de indústrias, porém, os partidos participantes da aliança também teriam seus usufrutos com ocupações de funções e cargos eletivos e comissionados. O rompimento dessa megaestrutura política foi defendido por algumas alas internas do PSD, pois a aliança se consolidou mediante a racionalidade de funcionamento burocrático em torno de acordos econômicos e políticos, especialmente, tendo o governo de Virgílio Távora, o seu principal expoente eleito por ela e em vigência. Assim, uma das táticas dos opositores ao governador, mas participantes da aliança, foi a tentativa de tomada da liderança dela com a disputa sucessória estadual em 1966, tendo à frente o PSD.

A manutenção da *União pelo Ceará* trouxe apropriações e disputas diversas, muitas delas manifestadas na imprensa cearense. Temos como exemplo a posição do deputado Dias de Macedo³⁵⁴: “Declarando-se favorável a preservação da “União pelo Ceará” para que seja mantido o estilo de Governo estabelecido pelo sr. Virgílio Távora, com o qual “só o Ceará tem a ganhar”³⁵⁵, em especial, “mantida com um candidato do PSD ao Governo”³⁵⁶.

Outro deputado que se posicionou favorável à manutenção foi Armando Falcão³⁵⁷ — “Afirmado que considera necessária a preservação da “União pelo Ceará”, com ou sem eleições indiretas, o sr. Armando Falcão declarou que não pensa em ser candidatos à sucessão governamental”³⁵⁸. O jornalista tinha uma postura mais radical, prevendo no horizonte a possibilidade de eleições indiretas nos estados. O ministro Gentil Barreira³⁵⁹ também tratou do assunto na imprensa, quando disse que a UDN, “deve defender a continuidade da União pelo Ceará”, sem, no entanto, definição do candidato sucessório ao estado³⁶⁰.

Outro aspecto importante que surge contra a mobilização do partido de Virgílio Távora (UDN) é a aproximação de uma parte dos membros ao governador da Guanabara Carlos Lacerda (UDN). O governador cearense se empenhava em defender o governo de Castello Branco. Nesse momento de ataque à aliança intrapartidária, o partido da UDN, no

³⁵⁴Cearense de trajetória industrial que ingressou na política como deputado federal em 1958, eleito pela Coligação da Oposição, formada entre PSD e PTB. Buscando a sua reeleição, ingressou na coligação União pelo Ceará, nas eleições de 1962, firmada entre os partidos UDN, PSD e PTN. O terceiro mandato veio em 1966 com a sua entrada na ARENA.

³⁵⁵MACEDO: “UNIÃO PELO CEARÁ” DEVE SER MANTIDA, MAS CANDIDATO SAINDO DO PSD. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, 21 out. 1965, capa.

³⁵⁶MACEDO: “UNIÃO PELO CEARÁ” DEVE SER MANTIDA, MAS CANDIDATO SAINDO DO PSD. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, 21 out. 1965, capa.

³⁵⁷ Armando Falcão era formado em Direito e exerceu o cargo de deputado federal em diversos mandatos subsequentes (1951–1955); (1955–1959) e (1963–1967). Também exerceu o cargo de presidente estadual do partido PSD em 1954 e foi ministro da Justiça (1959–1961) durante o governo de JK e novamente durante o regime militar (1974–1979).

³⁵⁸ARMANDO SOBRE A SUCESSÃO. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, 22 out. 1965, capa.

³⁵⁹ Gentil Barreira foi deputado federal pela UDN na legislatura que ia de 1946 a 1950 e, nos pleitos eleitorais seguintes, reelegeu-se para mais dois mandatos, de 1951 a 1958.

³⁶⁰UDN deve defender continuidade da União pelo Ceará, mas é cedo para tratar da sucessão de VT. *Gazeta de Notícias*, 13 de outubro de 1965, capa.

Ceará, era composto por pelo menos três alas: *os lacerdistas, os virgilistas e os liberais*³⁶¹.

Devido à multiplicidade de posicionamentos políticos advindos das alas udenistas cearenses, muitos conflitos e desentendimentos surgiram no contexto dos resultados eleitorais de 1965 e nas projeções dos pleitos de 1966. A *Gazeta de Notícias*, foi uma dos poucos jornais impressos do Ceará, senão o único nessa fase a tratar desses entendimentos sobre a figura de Carlos Lacerda. Temos a declaração do deputado Aquiles Mota³⁶² — “votai, votai e votarei no nome de Carlos Lacerda para presidente”³⁶³. Já o deputado Barros³⁶⁴ dos Santos procurou uma postura equilibrada ao falar na imprensa. Desse modo, “preferiu declarar que o resultado da revisão da candidatura à presidência, do Governador carioca “depende da convenção nacional da UDN”³⁶⁵.

O tema sobre Carlos Lacerda se desdobra no Ceará, criando uma confusão em torno de uma suposta reunião do diretório estadual da UDN, sendo um motivo para repercussões na *Gazeta de Notícias* por representantes partidários, como o deputado Barros dos Santos (líder da bancada udenista cearense), que “declarava ao mesmo tempo não ter tomado conhecimento da convocação de uma reunião udenista para terça-feira”³⁶⁶.

No mesmo raciocínio, o ministro Gentil Barreira “dizia desconhecer por completo qualquer pedido ou consulta do diretório nacional da UDN ao diretório estadual”³⁶⁷. A *Gazeta de Notícias* afirmou que um dos principais desafios da UDN cearense foi “definir-se entre o Presidente Castelo Branco e o Governador Carlos de Lacerda”³⁶⁸. No entanto, era uma tarefa difícil de se definir, pois a ala *virgilista* não se mostrava favorável à reunião, muito menos queria pautar o assunto em torno de Carlos Lacerda.

Entre idas e vindas na dinâmica política cearense em torno da extinção ou manutenção da *União pelo Ceará*, a imprensa também esteve interessada, inclusive sendo ator nesse processo. Atores políticos e imprensa estavam agindo, confrontando-se e mudando de posicionamentos políticos, conforme os enquadramentos da conjuntura nacional e seus desdobramentos no estado.

Em seguida, analisaremos as repercussões e posicionamentos dessas lideranças

³⁶¹AS TRÊS ALAS. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, 20 out. 1965, p. 4.

³⁶²Advogado e deputado estadual (1955–1958), participou da fundação do departamento da Mocidade Udenista e exerceu a função de vice-presidente da UDN cearense, sendo líder da ARENA na Assembleia Legislativa.

³⁶³AQUILES PEREZ MOTA: UDN DO CEARÁ APOIA CASTELO, MAS VOTA EM CARLOS. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, 14 out. 1965.

³⁶⁴Advogado cearense, foi eleito para deputado estadual pela UDN em vários mandatos, como em 1958 e 1962.

³⁶⁵AQUILES PEREZ MOTA: UDN DO CEARÁ APOIA CASTELO, MAS VOTA EM CARLOS. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, 14 out. 1965.

³⁶⁶UDN CEARENSE NÃO QUER DEBATER A DEVOLUÇÃO DA CANDIDATURA CL. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, 16 out. 1965, capa.

³⁶⁷AQUILES PEREZ MOTA: UDN DO CEARÁ APOIA CASTELO, MAS VOTA EM CARLOS. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, 14 out. 1965.

³⁶⁸UDN É LACERDISTA. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, 16 out. 1965, capa.

cearenses diante da decretação do Ato Institucional nº 2, objeto do nosso próximo capítulo.

O tema em questão, o apoio à candidatura de Carlos Lacerda, significou na opinião pública um impasse para a base de apoio no Ceará ao governo de Castello Branco, bastante abalado com os reveses internos na *União pelo Ceará*, pois, ao fazer uma declaração pública de apoio ao candidato carioca, teria novos problemas na manutenção da referida aliança tão disputada.

Aqui, concluímos que após o golpe de 1964, os parlamentares e o líder da *União pelo Ceará* acenaram politicamente o interesse em participar da construção do regime militar, demarcando posicionamentos colaborativos à Castello Branco, disputando projetos políticos em torno de alguns acontecimentos que marcaram o breve intervalo entre 1964 e 1965, ou seja, da posse do presidente militar até o AI-2, cujas divergências de interesses ameaçavam a continuidade da aliança ou a sua adequação ao novo regime político. Assim, compreendemos que esses acontecimentos serviram como forma de participação, legitimação e aprovação do governo de Castello Branco.

Deste modo, a politização desses acontecimentos se deu mediante o enfrentamento de interesses a partir da tomadas de decisões e ações conscientes dos riscos assumidos. Além disso, o apoio da *União pelo Ceará* à Castello Branco consolidou um amplo processo de adesão social e político, especialmente, porque os seus membros parlamentares provinham de estratos sociais elitizados de diversas instituições cearenses, conformando uma frente ampla de participação no regime militar.

CAPÍTULO IV – “ANTES TARDE DO QUE NUNCA”: AS REPERCUSSÕES DE APLAUSOS E NOTAS AO ATO INSTITUCIONAL Nº2 NA IMPRENSA CEARENSE

Neste capítulo, analisaremos as repercussões do Ato Institucional nº 2, promulgado em 27 de outubro de 1965 na/pela imprensa do Ceará, observando os comportamentos dos grupos políticos e da própria imprensa escrita cearense em processo de adesão às medidas relacionadas ao novo arcabouço jurídico, caracterizando a escalada do autoritarismo pelo governo de Castello Branco.

Parlamentares e lideranças vinculadas à *União pelo Ceará* dinamizaram a recepção do Ato Institucional nº2, positivando-o nas entrevistas, comentários e notas oficiais na imprensa e em outras formas, encontrando, nesse acontecimento, uma ocasião para demonstração de apoio e colaboração consciente ao regime militar.

A respeito da imprensa cearense, tomamos como objeto de investigação somente os quatro principais: *O Povo*, *Unitário*, *Correio do Ceará* e *Gazeta de Notícias*. As repercussões do ato não se limitaram aos grupos políticos da capital cearense, mas tiveram reações em vários municípios das diferentes regiões do estado.

O capítulo coloca em evidência o modo como os parlamentares e líderes vinculados à *União pelo Ceará* instrumentalizaram o AI nº2 a partir de um processo dinâmico de enfrentamentos, posicionamentos, acordos, negociações e rupturas, visando conquistas de interesses perante o regime militar, buscando um alinhamento das estruturas políticas no Ceará com o governo de Castello Branco. Assim, o capítulo contribuiu para o processo de revisionismo histórico em uma análise mais refinada das memórias, que, pretensamente, procuravam enfatizar que o Ato Institucional nº2 foi uma medida impopular e que não houve adesão dos grupos políticos, da imprensa, das instituições e parte da sociedade brasileira.

Assim, esta pesquisa ajuda a entender que as afirmações feitas ao referido ato como elemento da imposição, casuístico e isolado das bases de apoio e colaboração, fazem parte de um processo de elaboração memorialística, posterior aos acontecimentos, interpretada como *memórias do deslocamento político*, já estudado no primeiro capítulo.

Todas as mobilizações em torno da manutenção ou da extinção da *União pelo Ceará* sofrerão o impacto com a chegada e receptividade do ato. Se já havia incerteza de sobrevivência e de quais medidas as alas discordantes da aliança interpartidária tomariam como projeção das eleições de 1966, a situação se complexificaria ainda mais com o ato decretado no governo Castello Branco.

4.1 As repercussões na/pela imprensa

Antes de tudo, necessitamos compreender dois aspectos importantes a respeito da chegada do Ato Institucional nº2: em primeiro lugar, nos atentar para a conjuntura e dinâmica política dos atores que contribuíram para as condições de sua existência e sentidos atribuídos e, em segundo lugar, analisarmos os discursos contidos no referido ato, responsável por mobilizar pessoas, instituições e grupos em nome da revolução, pois estes aspectos se referem às condições sociais, políticas e jurídica que o país atravessava.

Maria Helena Moreira Alves (2005) descreve este cenário analisando várias capilaridades: no cenário econômico, encontrava-se em plena consolidação “a política de estabilização”³⁶⁹, que tinha efeitos contraditórios, que, sem dúvidas, eram sentidos pela recessão, quanto ao pequeno crescimento industrial e ao controle salarial. Como desdobramento da medida anterior, o governo de Castello Branco interferiu no mundo do trabalho por um “alto grau de exploração do trabalho”³⁷⁰, sem descuidar-se, da “repressão à classe trabalhadora”³⁷¹, procurando o desmonte das organizações sindicais.

A eleição de 1965, segundo Moreira Alves, teve como principal significado ser um ato de sondagem sobre as intenções do eleitorado brasileiro em contexto de ditadura militar, o que, segundo a autora, “o próprio calendário do processo eleitoral e os procedimentos normais da seleção partidária de candidatos transformaram-se em acirradas batalha entre oposição e os grupos de linha dura do Estado”³⁷². E uma pequena parte dessa oposição era composta por alguns extratos políticos descontentes com a agenda do governo de Castello Branco.

A eleição de 1965 trouxe alguns impactos no meio militar, aprofundando as crises internas que permeavam a instituição. Nela, encontravam-se, de um lado, os chamados de *linha dura*, que realizavam pressões para que os candidatos tidos como *subversivos* pelo AI-1 fossem presos, direitos políticos suspensos ou mesmo o cancelamento das eleições. Em oposição a esses, existiam algumas alas de oficiais que “condenaram publicamente a tentativa de restringir a liberdade do processo eleitoral”³⁷³.

Os impasses ocorridos no interior do Estado brasileiro, envolvendo a eleição de 1965, segundo Moreira Alves (2005), abriram flancos para a adoção de novas medidas

³⁶⁹ ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil**. Bauru: EDUSC, 2005, p. 97-98.

³⁷⁰ ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil**. Bauru: EDUSC, 2005, p. 101.

³⁷¹ ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil**. Bauru: EDUSC, 2005, p. 101.

³⁷² ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil**. Bauru: EDUSC, 2005, p. 102.

³⁷³ ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil**. Bauru: EDUSC, 2005, p. 102.

autoritárias, como a *Lei das Inelegibilidades*, redigida por Milton Campos e com a colaboração de Pedro Aleixo, que eliminou dos processos eleitorais aqueles que eram concebidos como empecilhos à consolidação do regime civil-militar.

De todo modo, Castello Branco manteve as eleições, decisão que causou indignação às alas militares da linha dura, os quais se articularam policamente na contenção e equilíbrio do conjunto heterogêneo de forças políticas que sustentavam o regime militar naquele momento. Maria Helena Alves (2005) analisa que “o Estado precisava continuar invocando a função legitimadora das eleições, vinculada à promessa de restabelecimento da democracia”³⁷⁴, principal argumento “para a tomada do poder” em 1964.

Após as eleições, o governo de Castello Branco tentou com o *Congresso Nacional*, a aprovação de uma emenda na Constituição de 1946, pretendendo reduzir os poderes do Judiciário e Legislativo. Mas, conforme Maria Helena Alves (2005), “o Congresso recusou-se a desempenhar o papel que lhe era exigido e forçou a mão da repressão”³⁷⁵. Em decorrência de previsibilidade política de rejeição à referida emenda constitucional, Castello Branco decretou o AI-2.

Assim dizia ele na parte do preâmbulo:

À NAÇÃO

A Revolução é um movimento que veio da inspiração do povo brasileiro para atender às suas aspirações mais legítimas: erradicar uma situação e um Governo que afundavam o País na corrupção e na subversão.

No preâmbulo do Ato que iniciou a institucionalização, do movimento de 31 de março de 1964 foi dito que o que houve e continuará a haver, não só no espírito e no comportamento das classes armadas, mas também na opinião pública nacional, é uma autêntica revolução³⁷⁶.

O preâmbulo do AI-2, segundo Moreira Alves, consistia em um conjunto de intenções que reforçavam os argumentos em torno da “tranquilidade social” como balizadora para “o modelo de desenvolvimento econômico”³⁷⁷, em curso pelo governo de Castello Branco. A estudiosa argumenta “que o preâmbulo alterou a definição do conceito de “inimigo interno” para incluir não só aqueles”³⁷⁸ tidos como subversivos por suas vinculações ao governo de João Goulart, mas todos que fossem interpretados como empecilhos ao processo de consolidação do regime civil-militar. Assim, o AI-2 expressou uma escalada do

³⁷⁴ ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil**. Bauru: EDUSC, 2005, p. 106.

³⁷⁵ ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil**. Bauru: EDUSC, 2005, p. 110.

³⁷⁶ BRASIL. **Ato Institucional nº 2, de 25 de outubro de 1965**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, ano CIII, n. 206, 25 out. 1965. Preâmbulo.

³⁷⁷ ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil**. Bauru: EDUSC, 2005, p. 111.

³⁷⁸ ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil**. Bauru: EDUSC, 2005, p. 111.

autoritarismo com a intenção de controlar politicamente a sua base de apoio, que enfrentava sérios problemas de dissidências.

Corroborando o pensamento da autora, Rogério Pacheco Alves (2014) aponta que o governo de Castello Branco através, do AI-2 (27 de outubro de 1965), em um processo de continuidade do AI-1 (9 de abril de 1964), apropriou-se do léxico *democracia*, que estava descolado “de suas raízes populares para vincular-se aos anseios da “nação”, cuja vontade os militares julgavam representar”³⁷⁹. Os aspectos, *democracia e legalidade*, segundo Rogério Pacheco Alves (2014), caracterizaram as pretensões dos militares como forma de legitimidade perante a sociedade brasileira, como o encobertamento do sequestro do poder em 1964. Para o referido autor, durante o regime civil-militar, ocorreu um constante processo de promulgação “de um sem número de atos normativos recheados de referências principiológicas”³⁸⁰, visando as demandas mencionadas acima.

Conforme afirma Rogério Pacheco Alves (2014), ainda que o regime vigente se apropriasse politicamente do léxico *democracia*, as contradições foram percebidas em vários aspectos, como a manutenção da Constituição de 1946, que não respaldava nenhuma das arbitrariedades, “ou seja, as cassações de mandatos, o fechamento do Congresso Nacional, o banimento de agentes políticos e servidores públicos contrários ao regime, a extinção dos partidos políticos”³⁸¹, incluindo, nessa lista, as realizações de torturas e assassinatos aos oponentes.

Rogério Pacheco aponta que as contradições do regime estavam na própria materialidade de suas práticas, ancoradas em processos de violências e investigações, sobretudo pela “formação de redes de informações contrarrevolucionária”³⁸², com intenções visíveis desde o momento do golpe de 1964.

Para o historiador Carlos Fico, as referidas contradições encontradas no regime estavam na base do “próprio funcionamento do regime, de suas estruturas políticas e de seu sistema decisório”³⁸³.

³⁷⁹ ALVES, Rogério Pacheco. Ditadura civil-militar no Brasil: a disputa pelo uso do léxico democrático. **Revista do Ministério Público do Rio de Janeiro: MPRJ**, n.52, abr./jun.2014, p. 170.

³⁸⁰ ALVES, Rogério Pacheco. Ditadura civil-militar no Brasil: a disputa pelo uso do léxico democrático. **Revista do Ministério Público do Rio de Janeiro: MPRJ**, n. 52, abr./jun.2014, p. 165.

³⁸¹ ALVES, Rogério Pacheco. Ditadura civil-militar no Brasil: a disputa pelo uso do léxico democrático. **Revista do Ministério Público do Rio de Janeiro: MPRJ**, n. 52, abr./jun.2014, p.167.

³⁸² ALVES, Rogério Pacheco. Ditadura civil-militar no Brasil: a disputa pelo uso do léxico democrático. **Revista do Ministério Público do Rio de Janeiro: MPRJ**, n. 52, abr./jun.2014, p. 168.

³⁸³ NAPOLITANO, Marcos. A história política do golpe de 1964 e do regime militar: balanços e perspectivas. **Revista Tempo e Argumento**, 2024, p. 17.

Dialogando com os autores anteriores, Robert Carvalho e Mariel Muraro (2015) analisaram que o governo de Castello Branco serviu-se de outra argumentação, da *ordem*. Assim, o conceito de *ordem*, instrumentalizado pelo regime civil-militar, teve como principal “justificativa de livrar as forças governistas da ameaça comunista, assegurando a ordem interna, econômica e social, para restabelecer as bases morais, política e econômica”³⁸⁴.

Analisando as principais características do AI-2, Robert Carvalho e Mariel Muraro enfatizam que o referido ato recuperava a argumentação em torno do “poder constituinte instituído por si mesmo”³⁸⁵, em um processo contínuo, atribuindo o golpe de Estado como *movimento revolucionário*. A ideia da *ordem* foi, dessa maneira, sustentada pela lógica de escalada do autoritarismo, mediante a concentração dos poderes do Executivo, na limitação do poder Judiciário e na quase absoluta inércia do poder Legislativo. Por outro lado, a *ordem*, para ser estabelecida nos termos do regime vigente, fazia-se também pela prática da suspensão e violação dos direitos humanos.

No que diz respeito ao próprio corpo jurídico do AI-2, Maria Helena Alves (2005), analisa-o a partir de três categorias: a primeira foi composta pelas medidas que intencionavam o controle do Congresso Nacional através do poder excepcional do Executivo, que passava a interferir nas temáticas, como aprovação de emenda constitucional, orçamento, duração das discussões, estado de sítio e recesso ao Poder Legislativo. A segunda englobava as medidas de controle e redução do Poder Judiciário, alterando a composição do STF, nomeações de juízes federais e atuação dos Tribunais Militares nos supostos crimes enquadrados pela narrativa dos riscos à Segurança Nacional. Já na terceira, as medidas de controle das organizações e representações políticas no Brasil se baseavam na defesa das eleições indiretas (indicadas por um Colégio Eleitoral), na cassação de mandatos políticos, na suspensão dos direitos políticos e na extinção dos partidos políticos³⁸⁶.

Quando o Ato Institucional nº2 foi anunciado pelo Castello Branco, houve uma intensa repercussão na imprensa brasileira. Osvaldo Trigueiro do Vale (1975), em sua dissertação de mestrado em Administração, recuperou alguns editoriais, demonstrando a reação política em torno do referido ato.

No jornal *O Globo*, tem-se o seguinte:

Toda a Nação é testemunha dos ingentes esforços que há 18 meses vinha empregando o Marechal Castelo Branco para conciliar o funcionamento

³⁸⁴ CARVALHO, Robert Carjon de e MURARO, Mariel. O conceito de ordem na ditadura militar brasileira. **Revista de História do Direito**, v.1, n.2, jul.-dez., 2015, p. 291.

³⁸⁵ CARVALHO, Robert Carjon de e MURARO, Mariel. O conceito de ordem na ditadura militar brasileira. **Revista de História do Direito**, v.1, n.2, jul.-dez., 2015, p. 291.

³⁸⁶ ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil**. Bauru: EDUSC, 2005, p. 111-114.

das instituições com a missão revolucionária de que foi investido o seu Governo. Se em algumas ocasiões estes esforços foram correspondidos, em outras só receberam, o Presidente e as Forças Armadas que fizeram a revolução, incompreensões e ataques. Mas os deveres de uma Revolução não podem ser descumpridos pela fiel observância de normas jurídicas anteriores a ela, porquanto são deveres assumidos perante a história³⁸⁷.

Analisando este editorial, publicado em 28 de outubro de 1965, Mateus Gamba Torres afirma que o jornal assumiu publicamente a argumentação de que Castello Branco estava sendo incompreendido, atribuindo às Forças Armadas o papel de desempenho em conciliar, mediante o AI-2, o ajustamento das instituições com o projeto da *revolução*³⁸⁸. Isto significou defender o alinhamento das instituições aos interesses dos militares, incluindo, nesse processo, as alterações ou interferências no poder Judiciário.

O *Jornal do Brasil* trouxe a seguinte análise sobre o Ato Institucional nº2:

O Ato Institucional nº2, editado ontem como solução dramática para a crise político-militar, armou o Governo de poderes excepcionais mas o presidente da República, segundo afirmou o ministro da Justiça em seu nome, “começa por não aplicá-lo enquanto não julgar a sua aplicação absolutamente necessária³⁸⁹”.

Como bem analisou Mateus Gamba Torres, a postura desse editorial instrumentalizou uma argumentação que evitou atingir diretamente o presidente Castello Branco, concentrando suas críticas exclusivamente em personalidades internas a esse governo. Conforme a análise de Mateus Gamba Torres (2021), “O *Jornal do Brasil*, mantendo uma atitude equidistante dos acontecimentos, evitou elaborar opiniões políticas, apresentando somente declarações de membros do governo sobre o assunto”³⁹⁰.

O *Correio da Manhã* se expressou da seguinte maneira:

Desta vez, não houve sequer a preocupação de disfarce, de frases antissonantes ou de hipocrisias pseudemocráticas. O novo Ato Institucional ontem promulgado, ou simplesmente editado é um documento de seca e arrogante implantação da ordem ditatorial. Dele emerge, sem rebuscos, um único poder, o poder militar, enquanto os verdadeiros motivos, os Poderes Constitucionais entram em colapso que a experiência permite afirmar há de ser bem mais curta do que a previsão desses construtores de túmulos³⁹¹.

³⁸⁷VALE, Osvaldo Trigueiro. **O Supremo Tribunal Federal e instabilidade político-institucional**. 1975. Dissertação (Mestrado em Administração) — Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1975, p. 135.

³⁸⁸TORRES, Mateus Gamba. **O discurso do Supremo Tribunal Federal na ditadura militar**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2021, p.75.

³⁸⁹VALE, Osvaldo Trigueiro. **O Supremo Tribunal Federal e instabilidade político-institucional**. 1975. Dissertação (Mestrado em Administração) — Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1975, p. 133-134

³⁹⁰TORRES, Mateus Gamba. **O discurso do Supremo Tribunal Federal na ditadura militar**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2021, p.77.

³⁹¹VALE, Osvaldo Trigueiro. **O Supremo Tribunal Federal e instabilidade político-institucional**. 1975. Dissertação (Mestrado em Administração) — Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1975, p. 134.

O jornal *Correio da Manhã*, que, nessas alturas, já tinha feito as mudanças de posicionamentos políticos em relação ao regime instituído com o governo de Castello Branco, apresentou críticas diretas ao presidente por decretar um novo ato institucional, concebendo-o como ditador. Segundo Mateus Gamba Torres, nesse momento, o periódico “chamou o governo de *ditadura* e criticou o Ato, a começar pela prevalência da Justiça Militar sobre as outras, situação na qual o Judiciário teria sua majestade ferida, e na qual somente existiria um poder, o militar”³⁹². Como bem foi lembrado por Mateus Gamba Torres, a folha tinha, no período anterior ao golpe de 1964, desempenhado um comportamento de oposição ao governo de João Goulart com críticas quanto ao apoio ao golpe, vindo, em seguida, opor-se ao regime³⁹³.

Quando voltamos à atenção para a escrita memorialística, com o intuito de perceber quais foram as reações dos políticos pertencentes à *União pelo Ceará* na receptividade e os usos políticos do Ato Institucional nº2, é praticamente inexistente a localização de evidências deixadas por esse tipo de escrita. Há uma razão: um complexo aspecto consolidado de um ato de memória pela via do *silenciamento*. Isso significa dizer que há um enorme obstáculo na produção do conhecimento histórico pautado apenas na escrita memorialística, incluindo biografias e autobiografias dos principais personagens da *União pelo Ceará*, em especial, devido a adequação política de seus membros diante do novo ato decretado em outubro de 1965, que extinguiu os antigos partidos e o sistema político pluripartidário.

Dois livros biográficos são exemplares desse aspecto apontado acima. O primeiro, *Virgílio Távora: o estadista cearense*, lançado em 2019, na ocasião do centenário do principal líder da *União pelo Ceará*, organizado por César Barreto Lima e Saulo Barreto Lima, e o segundo, de autoria de Marcelo Linhares, *Virgílio Távora: sua época*, (1996). Em ambas as produções, tem-se como enredo central uma história linear da vida Virgílio Távora, entrelaçadas pela junção de aspectos de sua vida pessoal, social, política, militar e administrativa. A recepção do AI-2 na condição de governador à época e seus usos políticos na contenção do controle político da *União pelo Ceará* são silenciados nestas produções.

Em razão disso, recorreremos à pesquisa e análise da imprensa escrita cearense, que deu ampla visibilidade aos comportamentos político exercidos pelos membros da *União pelo Ceará*. Com a consulta dos jornais *Unitário*, *O Povo*, *Correio do Ceará* e *Gazeta de Notícias*,

³⁹² TORRES, Mateus Gamba. **O discurso do Supremo Tribunal Federal na ditadura militar**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2021, p.77.

³⁹³ TORRES, Mateus Gamba. **O discurso do Supremo Tribunal Federal na ditadura militar**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2021, p.77.

conseguimos identificar quais foram os posicionamentos políticos dos parlamentares estaduais e do líder da *União pelo Ceará*, dinamizando esse processo a partir da positivação do Ato Institucional nº2 como elemento de continuidade da *revolução* e na garantia da continuidade do governo de Castello Branco.

Entre os jornais cearenses que repercutiram o AI-2, destacamos *O Povo*, que estampou em capa e em caixa alta os dizeres: “EM VIGOR O ATO INSTITUCIONAL Nº2”³⁹⁴. O jornal desempenhou, a partir desse acontecimento, uma ação de interlocutor do governo Castello Branco, dando visibilidade às ações realizadas pela ditadura civil-militar e a como elas eram abstraídas pelos grupos políticos cearenses.

Sobre o AI-2, o jornal *O Povo* informava:

- Terá vigência até março de 1967
- Extintos todos os partidos políticos
- Eleição indireta do Presidente
- Reduzidos subsídios dos deputados
- Estado de Sítio a qualquer momento
- Elevados para 16 os ministros do STF³⁹⁵

Figura 13: Em vigor o Ato Institucional nº2



Fonte: *O Povo*, 27 de outubro de 1965, capa.

³⁹⁴EM VIGOR O ATO INSTITUCIONAL Nº 2. *O Povo*, Fortaleza, 27 out. 1965, capa.

³⁹⁵*O Povo*, 27 de outubro de 1965, capa.

O jornal *O Povo*, na direção do deputado federal Paulo Sarasate (UDN), visibilizou as medidas do Ato Institucional nº2, destacando os principais aspectos trazidos pelo novo ato, como o processo de extinção dos partidos e sucessórios da presidência em modalidade indireta, o uso do estado de sítio, a redução de verbas aos deputados e as modificações na composição das vagas ministeriais do STF, que antes tinha 11 ministros, passando a ter 16 membros. No entanto, a divulgação do Ato Institucional nº2 não se limitou apenas ao seu conteúdo, mas, procurou fazer demonstrações da receptividade do referido ato, as quais vieram de várias partes do Ceará.

A partir desse novo ato institucional, a *União pelo Ceará* intensificou a dinamização do processo de ações colaborativas em favor do regime militar, contando com o amplo engajamento da imprensa local e com pessoas ligadas à aliança *unionista*, como o próprio Paulo Sarasate, eleito deputado federal em 1962. Parlamentares estaduais e federais cearenses que desempenhavam uma multimodalidade profissional entre a política institucional e a imprensa escrita souberam canalizar as duas frentes em favor da sobrevivência da *União pelo Ceará*, visibilizando as suas ações e declarações na aceitação ao novo ato institucional implantado no país em 1965.

Em primeiro lugar, temos a manifestação do próprio governador Virgílio Távora, poucos instantes depois da decretação do referido ato. O governador disse ao *O Povo* “que se o Congresso não aprovar as emendas constitucionais apresentadas pelo Governo, este poderá valer suas prerrogativas revolucionárias, decretando-as por Ato Institucional³⁹⁶. A postura do Virgílio Távora revela um comportamento incisivo, recomendando ao presidente Castello Branco uso de medidas autoritárias, em eventual situação de impasses dos seus projetos submetidos ao Congresso Nacional. A afirmação acima, manifestada por Virgílio Távora, apresenta-nos um tipo de consciência de que os atores políticos precisavam agir e se ajustar à nova ordem estabelecida pelo regime civil-militar.

Outra manifestação ocorrida de profundo sentido de positivação ao regime militar veio da Assembleia Legislativa do Ceará. A decretação acima é vista com bons olhos e alegrias pelos membros da instituição, especialmente, por parlamentares pertencentes à *União pelo Ceará*. O jornal *O Povo* recuperou, no título da notícia “ASSEMBLEIA APLAUDE CASTELO E VIRGÍLIO”, como esses parlamentares fizeram a leitura desse acontecimento:

Na sessão de ontem da Assembleia Legislativa vários deputados apresentaram requerimento de apoio e aplausos ao Presidente da República e demais autoridades, pela decretação do Ato Institucional nº 2. Outrossim,

³⁹⁶ ASSEMBLEIA APLAUDE CASTELO E VIRGÍLIO. *O Povo*, Fortaleza, 28 out. 1965, capa.

manifestaram ainda aplausos ao Governador do Estado pela sua conduta face à conjuntura nacional³⁹⁷.

As reações dos deputados estaduais cearenses ao AI-2 demonstraram como principal característica um sinal positivo de receptividade, motivo de comemoração, aplausos e requerimentos em favor do regime militar. Esta cena é interessante porque dá visibilidade a comportamentos realizados de forma consciente, colaborativo e de militância política de cunho conservador e autoritário, destoada daquelas representações que se alega que tudo foi decidido pela imposição ou coerção.

Os deputados estaduais que manifestaram ações com requerimentos de apoio e aplausos com a escalada do autoritarismo foram “Aquiles Mota, Barros dos Santos, Aduino Bezerra, Samuel Lins, Epitácio Cruz, Filemon Teles e Guilherme Gouveia”³⁹⁸. Os requerimentos enfatizavam que o AI-nº2 era uma “medida revigoradora do processo revolucionário de 31 de março de 1964, na salvaguarda dos superiores interesses da Nação brasileira, cujos ideais e postulados democráticos”³⁹⁹, representada por Castello Branco e outras autoridades vinculadas às Forças Armadas. A demonstração de sentimentos comemorativos ao recrudescimento das ações do presidente Castello Branco também foram canalizadas no sentido de homenagear o governo Virgílio Távora por seu posicionamento em favor do regime militar mediante as declarações na imprensa local.

O comportamento político exercido pelos parlamentares cearenses, descrito acima, tinha como intenção, transformar o governador Virgílio Távora em representante da *revolução* mediante o uso político do Ato Institucional nº2. Este processo de transformação realizado no interior da Assembleia Legislativa do Ceará era apropriado para uma projeção política que garantisse a sobrevivência política da *União pelo Ceará* e de seu líder. A empreitada exigiu grandes esforços desses parlamentares em mobilizações dentro e fora dessa instituição.

Aqui, destacamos que o referido ato institucional serviu também para outros propósitos, especialmente quando observamos os usos políticos pelo governador Virgílio Távora na anúncio de uma agenda de reformas administrativas, balizadas por ações autoritárias, impossíveis de serem realizadas sem o referido ato.

O sr. Virgílio Távora disse-nos que as reformas administrativas que se vem processando estavam prontas há quatro meses à espera de oportunidade para serem executadas. - “Não são produto do II Ato Institucional, observou, mas

³⁹⁷O POVO. Assembleia aplaude. **O Povo**, Fortaleza, 28 out. 1965, p. 6.

³⁹⁸O POVO. Assembleia aplaude. **O Povo**, Fortaleza, 28 out. 1965, p. 6.

³⁹⁹ASSEMBLEIA APLAUDE CASTELO E VIRGÍLIO. **O Povo**, Fortaleza, 28 out. 1965, capa.

consequência dele, tendo em vista que propiciou o clima necessário à sua execução”. Somente depois de remetida a mensagem à Assembleia foi que o sr. Virgílio Távora comunicou aos chefes dos órgãos atingidos sua decisão, tomando a todos de surpresa, como aos srs. Décio Teles Cartaxo, Geraldo Lira e Nertan Macedo⁴⁰⁰.

As reformas implantadas pelo governo de Virgílio Távora passaram a seguir um caminho de perseguição aos seus opositores políticos, amparando as suas decisões e ações pelo uso do AI- nº2 como elemento estruturador das mudanças que ocorreriam nas secretarias estaduais. As medidas do governo estadual, segundo *O Povo*, tomou algumas pessoas de surpresa, como Décio Teles Cartaxo⁴⁰¹, Geraldo Lira Nertan Macedo⁴⁰².

Quando observamos como a imprensa e os líderes políticos reagiram à notícia do Ato Institucional nº2, percebemos alguns aspectos de diferenças nas posturas realizadas. No que se refere ao jornal *Unitário*, vinculado aos *Diários Associados*, alguns comentaristas políticos procuraram demonstrar as suas reações pela perspectiva do equilíbrio ou da moderação. No entanto, a postura da direção desse jornal era colaboracionista ao crescimento da escalada do autoritarismo. Vejamos como foi noticiado neste periódico o AI-2 por Pádua Lopes:

Como não poderia deixar de ser, repercutiu intensamente em todo o Estado a decretação do Ato Institucional nº2, ontem pela manhã. Infelizmente, e já tivemos oportunidade de frisar daqui, somos por demais afastados dos centros de notícias, motivo pelo qual não podemos julgar com acerto os fatos reais que levaram o Governo a tomar esta medida extrema. Se com a manutenção da *União pelo Ceará* os pairadores homens públicos já usavam das palavras com parcimônia, agora com a vigência do nº2 eles ficaram mudos. Quando a reportagem procurou ouvir diversos próceres não udenistas, esbarrava com respostas ao mesmo tempo negativas e implorativas: “Pelo amor de Deus, não me peça declaração”. Não muito diferente era o que afirmavam alguns vereadores, cujos subsídios foram cortados, tornando o exercício de seu cargo uma contribuição gratuita para o bem-estar do povo. Inclusive um deles, com revolucionária resignação, exclamou laconicamente: “Diga que está tudo muito bonito, rapaz”. O espírito da população está inquieto. Estas constantes mutações no cenário político do País tem causado traumas à vocação pacifista dos brasileiros, que quando pensa que vai deliciar-se numa vida normal e tranquila é atordado pelas complexas manobras políticas⁴⁰³.

⁴⁰⁰O ATO INSTITUCIONAL II DEU NO GOVERNO CLIMA PARA AS REFORMAS ADMINISTRATIVAS. *O Povo*, Fortaleza, 9 dez. 1965, p. 2.

⁴⁰¹ Nasceu em Mauriti, 1911. Iniciou os estudos na cidade do Crato e posteriormente em Fortaleza, no colégio Sagrado Coração de Jesus. Formou-se em medicina na Bahia em 1934. Já formado, atuou em várias atividades médicas na cidade do Crato, na qual foi eleito prefeito e administrou entre os anos de 1951 a 1955. Durante o governo de Virgílio Távora, ele exerceu o cargo de Chefe da Casa Civil.

⁴⁰² Não identificamos informações.

⁴⁰³REPERCUSSÃO DO ATO Nº 2. *Unitário*, Fortaleza, 20 out. 1965, p. 2.

A postura do jornal *Unitário*, na figura do comentarista Pádua Lopes, na coluna *Agenda Parlamentar*, é permeada de desconfianças e incertezas quanto aos usos do Ato Institucional nº2. O jornalista faz um posicionamento a partir de um argumento que colocava em evidência o desconhecimento das motivações que conduziram Castello Branco a essa tomada de decisão. Além disso, afirmou de forma incisiva que a decretação do ato tinha sido uma “medida extrema”. Na tentativa de amenização da situação, Pádua Lopes alegou que o desconhecimento das motivações estava relacionado ao fato de os cearenses estarem isolados, ou “por demais afastados dos centros de notícias”⁴⁰⁴. O argumento assumido por ele tinha pouca sustentação, especialmente porque o próprio jornal pertencia aos *Diários Associados*, do empresário paraibano Assis Chateaubriand, dono da maior rede de comunicações do Brasil, integrando rádios, jornais, revista e televisão. O *Unitário* replicou diariamente os acontecimentos da conjuntura nacional e internacional, não ficando inerte aos eventos ocorridos.

Em uma postura de atribuição de sentido positivado ao AI-2, mais do que o seu comentarista político Pádua Lopes, o próprio jornal *Unitário* manifestou-se em defesa de Castello Branco em uma nota em capa, sob o título **“O ato desejado”**. Como bem sabemos, este jornal tinha como diretor o deputado estadual Dorian Sampaio, e aqui a sua linha político-ideológica evidenciava ações que visavam intervencionar no sentido de legitimação do governo de Castello Branco no Ceará, como se observa na imagem a seguir.

Figura 14: Ato Institucional nº2



Fonte: *Unitário*, 28 de outubro de 1965 (capa).

⁴⁰⁴Idem.

O *Unitário* caracterizava o referido ato como um aceno político, demonstrado por Castello Branco para o reencontro com o seu verdadeiro caminho, ou seja, enfatizando o argumento da época de que a *revolução* era imparável. Além disso, elogiou a ação política exercida pelo presidente do regime, dizendo que o ato vinha em boa hora, sendo ele “a figura legítima da chefia revolucionária”⁴⁰⁵. Quanto à extinção dos partidos, o *Unitário*, demonstrava-se favorável, dizendo que “a revolução tomou, finalmente, o rumo que nos parece acertado, exercido com coragem e em respeito aos que, muito aguardando dela, confragiam-se ante as soluções puramente paleativas, que ameaçavam em sua autenticidade”⁴⁰⁶, trazendo, para boa parte dos seus apoiadores, “sentimentos de terrível decepção”⁴⁰⁷. Diante de tais declarações advindas de um jornal, que se colocava como defensor do pensamento liberal, foram desconstruídas as comuns narrativas que jamais colaboraram com a escalada do autoritarismo. Assim, jornais e políticos da *União pelo Ceará* estavam marchando juntos na consolidação do regime militar no Ceará.

Retornando a observação para a postura de Pádua Lopes, o segundo elemento tomado para justificação de isenção ou desconhecimento às motivações de Castello Branco no AI-2 estava relacionado com as acirradas disputas pela manutenção e extinção da *União pelo Ceará*, que ficaram marcadas por uma diversidade e oscilações de posicionamentos, conforme os enquadramentos da realidade demandavam. Temendo que no Ceará ocorresse de forma semelhante com a cobertura do AI-2, o jornalista buscou um determinado distanciamento opinativo e, ao mesmo tempo, ouvir o que os grupos políticos cearenses tinham a dizer, na tentativa de formular uma opinião.

Chama a atenção a seletividade do jornalista Pádua Lopes, que, ao procurar ouvir como o AI-2 repercutiu nos grupos políticos, isolou, ou pelo menos preservou parcialmente as opiniões da UDN cearense. A fala era clara quando se afirmou que “a reportagem procurou ouvir próceres não udenistas”⁴⁰⁸. Sabemos que a UDN do Ceará era heterogênea, composta por pelo menos três alas políticas: lacerdistas, virgilistas e liberais. No entanto, na mesma publicação, uma declaração isolada desse comentário chamava-nos a atenção: a do deputado Aquiles Peres Mota (UDN), que fazia uma leitura sobre o papel do Ato Institucional nº 2 no Ceará. De acordo com ele, “Este novo Ato Institucional é notável. Vem justamente preservar a *União pelo Ceará*”.

⁴⁰⁵O ATO DESEJADO. *Unitário*, Fortaleza, 28 out. 1965, capa.

⁴⁰⁶O ATO DESEJADO. *Unitário*, Fortaleza, 28 out. 1965, capa.

⁴⁰⁷O ATO DESEJADO. *Unitário*, Fortaleza, 28 out. 1965, capa.

⁴⁰⁸REPERCUSSÃO DO ATO Nº 2. *Unitário*, Fortaleza, 20 out. 1965, p. 2.

O deputado em questão analisou que o referido ato cumpria um conjunto de funções, destacando, para a realidade cearense, um dispositivo que contribuía para a manutenção ou sobrevivência da *União pelo Ceará*. Sem dúvidas, é justamente esse um dos aspectos que nortearam esta pesquisa, mostrando que o AI-2 possibilitou uma conjuntura política em que a *União pelo Ceará* se transmutasse na ARENA, organizando-se, de forma ensaiada, como União Parlamentar Revolucionária pelo Ceará, na Assembleia Legislativa do Estado — tema do próximo capítulo.

Outro aspecto relevante acerca da postura do *Unitário* perante o novo ato é sua afirmação de que, em todo o Ceará, havia ampla adesão e tranquilidade em sua receptividade. De fato, tal afirmação é muito expressiva, por se tratar de um dos jornais cearenses que melhor conseguia oferecer cobertura e noticiamento das variadas cidades interioranas nas diferentes regionais do estado. Era o jornal da época que possuía o maior número de correspondentes no interior do Ceará, em relação aos demais impressos.

No dia seguinte ao novo ato, o *Unitário* comunicou que “a população cearense recebeu tranquilidade o Ato Institucional de número 2. A Delegacia de Ordem Política e Social, através do seu titular, sr. João Quariguasi, informou a UNITÁRIO que a situação é de absoluta calma em toda a capital cearense, não se registrando”⁴⁰⁹, nenhuma ocorrência que rompesse com a ordem institucional no Ceará. Isto evidencia que as ações no Ceará estavam acontecendo de forma colaborativa, integrando o poder executivo estadual, o poder legislativo, a imprensa e as instituições militares.

O AI-2 teve repercussões em cidades do interior, hoje pertencentes à região metropolitana de Fortaleza, no caso, Maracanaú. O *Unitário* repercutiu a fala do presidente do Diretório Municipal de Maracanaú, João Guerreiro de Brito, da UDN.

Tudo que se disser em contrário não passa de meras especulações. A matéria somente será decidida com a reestruturação dos partidos acompanhada da regulamentação completa do Ato n.º 2, que deixou a Nação em suspense, como se verifica do amplo noticiário da imprensa e as mais diversas interpretações dos homens afeitos às controvérsias jurídicas⁴¹⁰.

João Guerreiro de Brito entendia que o AI-2 era uma medida “jurídico-partidária” como parte do processo de consolidação do movimento militar na condução do país à restauração “*democrática*”. Por outro lado, criticava as apropriações da oposição ao referido ato, no sentido de agirem em deturpação ao sentido trazido pela agenda do governo

⁴⁰⁹POPULAÇÃO RECEBEU TRANQUILA ATO Nº 2. *Unitário*, Fortaleza, 28 out. 1965, p. 6.

⁴¹⁰O ATO Nº 2 E OS POLÍTICOS MARACANAUENSES. *Unitário*, Fortaleza, 7 nov. 1965, s/p.

Castelo Branco. Além disso, procurou transmitir ao jornal *Unitário*, via correspondente local, que Maracanaú, naquele momento, estava em *estabilidade*.

Outra cidade que teve notícias sobre as repercussões do AI-2 foi Ipueiras. O jornal *Unitário* evidenciou que o correspondente jornalístico dessa cidade pensava sobre as disputas antes e depois da extinção dos partidos.

Os efeitos do 2º Ato Institucional, com a dissolução dos partidos, fizeram com houvesse uma completa transformação na política de nossa terra. Já ninguém ouve mais referência a PSD, UDN ou PTB e bem poucos são os que falam em política mesmo em tom partidário. Essa providência chegou na hora, pois a pluralidade de partidos era um mal que afetava seriamente a vida do país, criando ainda um clima de constante confusão e até desordens. Que só permita a existência de dois partidos, caminho certo para a nossa desejada paz e decência administrativa⁴¹¹.

Os políticos e a imprensa, de modo geral, convergiram na celebração às medidas autoritárias nesse primeiro momento. O correspondente Jeremias Catunda, de Ipueiras, relatou que a chegada do AI-2 causou um impacto “emudecedor”. Entretanto, o silêncio provocado pelo ato institucional não são demonstrações absolutas de concordância ou discordâncias com as medidas autoritárias do governo Castelo Branco.

O único aspecto concreto era o posicionamento do correspondente jornalístico local, que concebia a medida como um ato “providencial”, capaz de transformar o mundo “desorganizado” (multipartidarismo) em algo organizado (bipartidarismo), cujos critérios estabelecidos pertenciam à cosmovisão militar, travestida de “revolucionária”.

No Ceará, assim como em todo o Brasil, a Assembleia e as câmaras municipais tiveram de se adaptar às novas regras jurídico-partidárias. Com o objetivo de agilizar esse processo no Ceará, “o deputado Almir Pinto presidente da Assembleia Legislativa, convocou para as 9 horas de hoje [30/10/1965] reunião com a Comissão Executiva daquela Casa, objetivando iniciar as primeiras medidas quanto a adaptação ao Ato Institucional número 2 da Constituição estadual”⁴¹². Em alinhamento com o posicionamento político assumido pela Assembleia Legislativa do Ceará, a Câmara dos Vereadores de Fortaleza convocou ações visando aderir às mudanças e cumprimento das normas trazidas pelo Ato Institucional à Constituição do Estado⁴¹³.

4.2 Themístocles em multimodalidade: político e jornalista

⁴¹¹O ATO Nº 2 E OS POLÍTICOS MARACANAUEENSES. *Unitário*, Fortaleza, 7 nov. 1965, s/p.

⁴¹²PRESIDENTE da AL CONVOCA REUNIÃO PARA ADAPTAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO AO ATO. *Unitário*, Fortaleza, 30 out. 1965, s/p.

⁴¹³CÂMARA EM ESPERA. *Unitário*, Fortaleza, 30 out. 1965, s/p.

Este tópico tem uma razão: Themístocles de Castro e Silva era um catalisador de dissidência política e de enfrentamento direto com o governador Virgílio Távora. No momento em que tudo transcorria para um alinhamento político entre os grupos políticos, a imprensa e outras instituições, Themístocles rompeu com essa estabilidade no Ceará, realizando sérias acusações a Virgílio Távora de não ser um “*autêntico revolucionário*”, implantando dúvidas na imprensa e na arregimentação de alguns parlamentares.

Themístocles reunia um grande capital político, pois agia numa dupla ação: na condição de jornalista e como deputado estadual. Ele se autoproclamava um anticomunista estridente, anterior ao golpe de 1964, e possuía uma multidão de cearenses que o venerava, se assemelhando aos simpatizantes de Carlos Lacerda ou Jânio Quadros. Era um intelectual que sabia mobilizar a sua escrita com fins políticos de destituir os seus oponentes. Nesse momento, Virgílio Távora não escapou de seus ataques impiedosos. Seus ataques, caso tivessem obtido resultado, teriam provocado um efeito desastroso, a extinção da *União pelo Ceará*, assim como o crescimento da interferência da 10ª Região Militar na Assembleia Legislativa.

Aqui, estamos entendendo o comportamento exercido por Themístocles, com base em Ângela de Castro Gomes, como um *intelectual mediador*⁴¹⁴. Para a renomada historiadora e cientista política, esta categoria diz respeito às “práticas de mediação cultural, especificamente desenvolvidas por sujeitos históricos identificados como intelectuais”⁴¹⁵. Ângela de Castro Gomes, a partir de sua produção, entende *intelectuais* como sendo sujeitos que pensam, agem e passam por “processo de formação e aprendizado, sempre atuando em conexão com outros atores sociais e organizações, intelectuais ou não, e tendo intenções e projetos no entrelaçamento entre o cultural e o político”⁴¹⁶. Na condição de um intelectual mediador do conservadorismo e do pensamento anticomunista, Themístocles agia politicamente mediante produção e circulação de textos jornalísticos para o processo de legitimação do regime militar, inclusive, disputando um espaço de colaboração no novo governo.

Assim, a imprensa, ocupada por vários intelectuais em multimodalidades, sobretudo em carreira política, proporcionou um período de crescimento da escalada do

⁴¹⁴ Entendemos que os intelectuais mediadores pode estabelecer conexões os seus públicos pelo viés acadêmico, do ensino ou mesmo, por produção e circulação massiva.

⁴¹⁵ GOMES, Ângela de Castro e HANSEN, Patrícia Santos. **Intelectuais mediadores**: práticas culturais e ação política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, p. 10.

⁴¹⁶ ⁴¹⁶ GOMES, Ângela de Castro e HANSEN, Patrícia Santos. **Intelectuais mediadores**: práticas culturais e ação política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, p. 11.

autoritarismo no governo de Castello Branco, sendo um veículo indispensável e colaborador ao projeto de legitimação do regime civil-militar, mediante a produção e circulação das narrativas, ideias e argumentos que enalteciam as medidas persecutórias aos oponentes e no ajustamento das instituições brasileiras aos interesses dos militares que pretendiam continuar no controle político do país.

Atrelados a isso, somam-se os aspectos relacionados aos diretores e jornalistas que exerciam o duplo engajamento ou ação política: a função de jornalistas/diretor e como políticos com ocupações em cargos eletivos, como Dorian Sampaio (*Gazeta de Notícias*), Paulo Sarasate (*O Povo*) e Themístocles de Castro e Silva (*Correio do Ceará*). Os jornais mencionados nesta pesquisa não são apenas instrumentos apropriados por personalidades, cuja dupla função englobava uma indecifrável fronteira no exercício da política partidária e da atividade intelectual, mas tinham um ampliado campo de atuação política, fazendo referências às suas produções e ao uso do reconhecimento social de suas posições ocupadas a partir de articulação política consciente de sua realização.

Para Igor Gastal Grill e Eliana Tavares dos Reis (2016), “a produção mesma de bens culturais e o reconhecimento como intelectual são dimensões significativas da própria atividade política e funcionam como trunfos de distinção contudentes”⁴¹⁷. Isso significa dizer que o trabalho empreendido na construção identitária de tornar-se um intelectual é um empreendimento de capital politizado, em que uma das dimensões é a possibilidade de entrada na carreira política.

Nesse sentido, referimo-nos aos diretores e jornalistas, Paulo Sarasate, Dorian Sampaio e Themístocles de Castro e Silva, como agentes políticos, cujas ações políticas percorrem e cruzam as fronteiras entre o fazer jornalístico e o fazer político-partidário. Este tipo de ação política é interpretado por Igor Gastal e Eliana Tavares como um investimento duplo ou multimodal. Em primeiro lugar, porque, na condição de agentes, declaram-se “como porta-vozes de causas legítimas, contando com a notoriedade como intelectuais e de estima por sua carreira política”⁴¹⁸. Assim, percebemos que é delineada por “fronteiras fluídas”, “amálgamas”, “perfis híbridos” e “trânsitos possíveis de serem operados”⁴¹⁹. Em segundo lugar, os autores enfatizam que o ingresso no exercício da política passa pelo processo de gerenciamento de suas identidades e representações, para, estrategicamente, “gerir os bens

⁴¹⁷ GRILL, Igor Gastal e REIS, Eliana Tavares dos. **Elites parlamentares e a dupla arte de representar: intersecções entre “política” e “cultura” no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2016, p. 9.

⁴¹⁸ GRILL, Igor Gastal e REIS, Eliana Tavares dos. **Elites parlamentares e a dupla arte de representar: intersecções entre “política” e “cultura” no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2016, p. 9.

⁴¹⁹ GRILL, Igor Gastal e REIS, Eliana Tavares dos. **Elites parlamentares e a dupla arte de representar: intersecções entre “política” e “cultura” no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2016, p. 10.

políticos, com certificações para participar da disputa pela prescrição de princípios de visão e divisão do mundo social e dispostos a fabricar ou gerenciar imagens de si”⁴²⁰, conforme as posições que ocupam na referida sociedade.

Quanto às repercussões do AI-2 no *Correio do Ceará*, as suas matérias jornalísticas contemplavam uma diversidade de vozes, desde as mais estridentes às moderadas. No entanto, as polifonias eram convergentes no engajamento ao regime militar apoiando o governo de Castello Branco, divergindo exclusivamente sobre a liderança de Virgílio Távora na condução do movimento no estado. A variabilidade de vozes diz respeito aos desentendimentos de interesses e partidários, tanto no plano nacional, como nas questões locais, no Ceará, .

No momento da decretação do AI- nº2 e das suas repercussões no Ceará, a voz mais estridente é a do deputado estadual Temístocles de Castro e Silva (PTN). Há razões muito subjetivas que envolviam os tensos e confrontantes discursos desse parlamentar cearense, realizados na imprensa, na tribuna estadual ou na TV.

Como sabem os cearenses, antes de 31 de março eu falava e gritava quase sozinho. Com o advento da Revolução ninguém quis ser impopular e eu, mais uma vez, fiquei praticamente sozinho. Agora, com o Ato-2, quem sempre viveu em cima do muro entendeu também de ser revolucionário. Assim, prefiro minha posição antiga, sem fanfarronadas nem vedetismo. Esse tal Bloco Revolucionário da Assembleia é a “*União pelo Ceará*” com o nome trocado. O balaio é o mesmo, com todos os seus vícios e deformações. Bem analisado, constitui até uma afronta ao espírito da Revolução. Prefiro ficar bem distante dele. Sinto até que o povo não o leva a sério⁴²¹.

Temístocles de Castro e Silva é um exemplo claro das forças conservadoras e profundamente alinhadas ao extremismo da agenda da ditadura militar, mas ele combatia em duas frentes que o levaram para longe da agenda do regime instituído: primeiro, fazia uma militância política maximizada em defesa do governador da Guanabara, Carlos Lacerda, e em segundo lugar, desempenhava um constante desentendimento político com o governador cearense Virgílio Távora, que passou a ser representante oficial da *revolução* no Ceará.

Na conturbada conjuntura política nacional, de 1961 a 1964, Temístocles de Castro e Silva talvez tenha sido o jornalista e deputado estadual cearense que mais tenha demonstrado na imprensa o discurso anticomunista, com apelo ao intervencionismo militar e na adoção de medidas autoritárias. O engajamento político e jornalístico dele resultou numa publicação da obra *Antes e depois de 31 de março de 1964* (1970), volume 01, ainda no auge

⁴²⁰ GRILL, Igor Gastal e REIS, Eliana Tavares dos. **Elites parlamentares e a dupla arte de representar:** intersecções entre “política” e “cultura” no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2016, p. 11.

⁴²¹CORREIO DO CEARÁ. Themístocles: ficarei onde sempre estive. **Correio do Ceará**. Fortaleza, 8 nov. 1965, p. 2.

do regime civil-militar brasileiro. Encontra-se nesse material um discurso anticomunista que recuperava os conflitos ocorridos na Guatemala e em Cuba, servindo de inspiração para arregimentação de ações que visavam a contenção das esquerdas no Ceará.

O elemento comum que melhor descreve a sua escrita e discursos proferidos é a construção de uma identidade de “*revolucionário autêntico*”, cuja centralidade coloca-o como sendo esse sujeito que tem a sua comprovada atuação no *antes* de 1964, servindo de uma espécie de *mito da origem*, momento em que se emanou ou se iluminou o sentimento da “*eterna vigilância*” acerca dos rumos tomados pelo Brasil naquela conjuntura.

A declaração do deputado caminha praticamente no sentido de heroicização dos seus próprios atos quando falou que “antes de 31 de março eu falava e gritava quase sozinho”. A afirmação dada atribuía para si um ato de coragem, cujo passado é atestado pelas posições feitas por sua produção jornalística. Por outro lado, procurava ser reconhecido pelo governo presidencial do regime civil-militar, passando a impressão de que suas qualidades de “*revolucionário*” iam de encontro aos ideais defendidos pelo novo sistema de governo.

O outro lado da ação política de Themístocles de Castro e Silva estava relacionado à ideia de que, no curso dos acontecimentos da política nacional brasileira, havia os oportunistas, que, segundo o jornalista, “com o Ato-2, quem sempre viveu em cima do muro entendeu também de ser revolucionário”⁴²². A sua narrativa em torno do *oportunismo* ganhou um movimento crescente, à medida que o enquadramento da realidade cearense foi submetido aos ditames da política nacional, como no caso da extinção do multipartidarismo e da implantação do sistema político bipartidário. Ele se irritou porque, depois de 31 de março, aquela identidade assumida de *revolucionária* foi ampliada, elástica e metamorfoseada, sendo peça importante no jogo de sobrevivência política. Assim, todos estavam reivindicando suas identidades de alinhamento ao governo Castelo Branco.

Até aqui, percebemos que uma diversidade de instituições cearenses, como os partidos, a imprensa e instituições públicas, diante da nova realidade, engajaram-se para uma convergência de apoio e colaboração, especialmente, em torno das reivindicações identitárias de *revolucionários* do regime.

Quando Themístocles de Castro e Silva observou que o Ato Institucional nº2 ganhou usos e apropriações diversas, a ponto de possibilitar o processo de transmutação da aliança *União pelo Ceará* em nova organização de bloco político como *União Parlamentar Revolucionária do Ceará* (UPRC), sofrendo apenas a inclusão de novos nomes à antiga

⁴²²CORREIO DO CEARÁ. Themístocles: ficarei onde sempre estive. **Correio do Ceará**. Fortaleza, 8 nov. 1965, p. 2.

organização interpartidária, ele ficou furioso e tentou desqualificar a nova organização com termos pejorativos, a fim de dar um imagem aos membros da organização de oportunistas. Themístocles diretamente apontou que o “tal Bloco Revolucionário da Assembleia é a “*União pelo Ceará*” com o nome trocado. O balaio é o mesmo, com todos os seus vícios e deformações”⁴²³.

Em relação à população, Themístocles de Castro e Silva disse que “o povo recebeu o Ato Institucional nº2 com uma verdadeira sensação de desafogo. Com ele, o Governo ganhou a Revolução para revitalizá-la e torná-la, na verdade, irreversível”⁴²⁴. A declaração do deputado estadual procurou criar uma atmosfera de aceitação e apoio popular, passando a impressão de que tanto as medidas, quanto o governo responsável por elas eram desejáveis. Nesse sentido, as afirmações pretendiam construir uma imagem em que povo e governo tinham sentimentos correspondidos ou mútuos, caracterizando a chegada do AI-2 como elemento dessa correspondência, responsável por atingir as expectativas e trazer “*calmaria*” e “*desafogo*”.

Como o AI-2 provocou frustrações nos planos políticos de Carlos Lacerda, especialmente porque o ato instituiu eleições indiretas para presidente em 1966, Themístocles de Castro e Silva saiu em defesa dele, afirmando que o governador da Guanabara

Foi vítima de um dos mais monstruosos equívocos eleitorais de que se tem notícia, [...] declarou que “um líder como Carlos Lacerda não se destrói com facilidade. Ele, no momento, resolveu retirar-se mas o espírito de sua luta e de suas ideias continua cada vez mais vivo na consciência dos brasileiros. Estive com o Governador e não vi nele nenhum sinal de amargura ou frustração. Pelo contrário, senti que, mais do nunca, ele está disposto a ser do povo brasileiro”⁴²⁵.

O deputado tinha uma postura política bastante complexa e alinhada ao grupo dos lacerdistas, que defendiam o recrudescimento do regime ainda mais pelas ideias de Costa e Silva. Isto não significava que as medidas do governo de Castello Branco fossem “amenizadas”, mas os conflitos de argumentações buscaram o favoritismo da sucessão presidencial pautado na ideia da *continuidade e aprofundamento da “revolução”*. Porém, na maior parte dessas argumentações, a ideia de aprofundamento estava ancorada justamente nas ideias extremas e ações exacerbadas.

Themístocles de Castro e Silva, além de deputado estadual, desempenhava a função de jornalista no *Correio do Ceará*, comentando sobre variados temas ligados à política

⁴²³ **Correio do Ceará**. Fortaleza, 8 nov. 1965, p. 2.

⁴²⁴ **Correio do Ceará**. Fortaleza, 8 nov. 1965, p. 2.

⁴²⁵ **Correio do Ceará**. Fortaleza, 8 nov. 1965, p. 2.

nacional e estadual. Poucos dias após a promulgação do AI-2, ele produziu um texto opinativo justificando “o defeito do Ato-2”:

Para a imensa maioria dos brasileiros, o Ato-2 só teve um defeito: DEMOROU A CHEGAR. Muitas crises e muitos dissabores teriam sido evitados se o Governo, como chegou a reconhecer na undécima hora, não tivesse perdido tanto tempo tentando domiciliar aquilo que, na ordem natural das coisas, é inteiramente irreconciliável: Revolução e ordem legal. Mas, antes tarde do que nunca⁴²⁶.

Para Themístocles de Castro e Silva, o único defeito do Ato-2 era a demora do governo Castello Branco em executá-lo, opinião que ele transferiu à sociedade brasileira, como sendo uma vontade popular interessada nas medidas trazidas. O trecho acima faz referência a um posicionamento de pesos na balança, em que, em um dos lados, estava a população desejante pelo endurecimento do regime, enquanto, do outro lado, o governo tentava a conciliação de forças políticas, fazendo das medidas muito “tímidas”. Assim, era a linha de pensamento de alguns colaboradores do movimento militar.

Estes posicionamentos são reveladores de muitos sentidos importantes: demonstração de consciência e capital político investido na receptividade ao referido ato. Além disso, traz o aspecto de cobrança e exigência para que ocorresse uma escalada do autoritarismo ainda no governo de Castello Branco. Estes aspectos são sumariamente significativos, porque eles carregam um tipo de imagem que se contrapõe àquela atribuída para o ano de 1968 em torno do AI-5, quando o regime revelou a sua verdadeira face nesse momento.

A linha de raciocínio é estendida, com recuo das eleições realizadas em outubro do mesmo ano (1965), postas nesse espectro da “timidez” do governo Castello Branco. Assim dizia Themístocles:

Não teria sentido o desfile, aqui, dos grandes erros, recuos e até mesmo contradições da Revolução de 31 de março. Citemos apenas um dos mais gritantes: o Governo convocou eleições POPULARES depois de anunciar a todo o País que iria tomar uma série de medidas IMPOPULARES. Mesmo assim, ainda teve sorte, pois o pior poderia ter acontecido com a abertura das urnas⁴²⁷.

Com base no trecho acima, percebemos que a decisão em realizar as eleições de 1966 era vista por esse parlamentar/jornalista mais como uma contradição do regime, do que, propriamente, um aspecto demonstrativo de enfraquecimento. O questionamento do elemento de contrariedade do governo Castello Branco, ao que parece, não dizia respeito às medidas

⁴²⁶ O defeito do Ato-2. **Correio do Ceará**. Fortaleza, 8 nov. 1965, p. 4.

⁴²⁷ CORREIO DO CEARÁ. O defeito do Ato-2. **Correio do Ceará**. Fortaleza, 8 nov. 1965, p. 4.

pautadas nos atos institucionais, mas ao fato de ter estabelecido medidas “populares” como negociação de forças em primeira instância para, em seguida, executar medidas mais duras. Desse modo, há um sentimento ressentido, pelo fato de o governo Castello Branco não ter constituído, “*embrionariamente*”, os elementos do AI-2 ainda em 1964, sob a perspectiva de que o ocorrido politicamente em 1965 seria evitável. Por outro lado, esta constituição de imagem que colocou Castello Branco como um líder político sem “autonomia” e “projeto” à mercê das antigas forças políticas do multipartidarismo só fez aumentar os múltiplos interesses em disputas internas entre os generais na condução do país.

4.3 Os usos políticos do AI-2

O AI-2 também provocou uma celeuma não somente nos grupos políticos da capital, mas sobretudo nos interiores, como na região sul (Juazeiro do Norte, Crato e Iguatu - hoje é região centro-sul) e região norte (Sobral), que tiveram um peso eleitoral forte na composição das 65 vagas eletivas para deputados estaduais, sendo a maioria resultante da campanha anticomunista pela aliança *União pelo Ceará*. Isso não significa que as demais regiões, como Sertão Central e Vale do Jaguaribe, não tivessem impasses e disputas com a chegada do AI-2. A situação de disputas se complexificou em muitos estados brasileiros, a ponto do ministro da Justiça, Juracy Magalhães, expedir um comunicado aos governadores.

Em telegrama dirigido ao Governador do Estado e ontem recebido pelo coronel Virgílio Távora, o Ministro da Justiça Juracy Magalhães, adverte o Governador para que faça saber às forças políticas locais que “não é esta a ocasião de procurarem colher vantagens em detrimento da paz pública e da estabilidade das instituições”, asseverando que o Governo permanece disposto a dar cumprimento aos objetivos revolucionários estabelecidos no Ato Institucional nº 2. O texto do despacho é o seguinte: “Com a decretação do Ato Institucional nº2, restabeleceu-se o clima de tranquilidade para o trabalho de que a nação tanto necessita. Entretanto, recrudesceram certas desavenças políticas, criando clima de instabilidade em diversas regiões do país, o que se precisa evitar de maneira rápida e eficiente. Apelo, assim, para os excelentíssimos senhores Governadores de Estado e Territórios no sentido de que façam saber às forças políticas que não é esta a ocasião de procurarem colher vantagens em detrimento da paz pública e da estabilidade das instituições. Cada caso que surja será enfrentado pelo Governo com serenidade e espírito de justiça, mas com energia, não servindo de escudo a descaradas pretensões de grupos políticos que não se mostram à altura dos nobres propósitos de normalização da vida política do País e do permanente roteiro do Governo no cumprimento dos objetivos revolucionários”⁴²⁸.

⁴²⁸CORREIO DO CEARÁ. Juraci alerta VT contra as desavenças políticas no Estado. *Correio do Ceará*. Fortaleza, 18 nov. 1965, p. 3.

Aqui, deparamo-nos com uma situação política que comumente a historiografia especializada no assunto trata da execução do AI-2 como elemento exclusivo do presidente Castello Branco. No entanto, essas abordagens desconsideraram os comportamentos políticos resultantes de decisões conscientes de diversos civis, que atuaram na mobilização da agenda do governo Castello e do referido ato, e ignoraram as evidências que demonstram a participação desses civis na formação de uma opinião pública favorável às medidas autoritárias estabelecidas pelo próprio ato institucional.

Diversas personalidades políticas e jurídicas cumpriram, conscientemente, papéis vistos como essenciais na consolidação do autoritarismo. A ação exercida por Juracy Magalhães, demonstrada na citação acima, diz muito sobre o tipo de comportamento político em colaboração ao governo de Castello, fazendo interlocuções e mediações de conflitos com as bases políticas no intuito de trazer estabilidade ao referido governo.

Este processo de transição e mediação deu-se de muitas formas, balizadas pela instrumentalização do AI-2, que, por sua vez, foi ajustada nas constituições estaduais e municipais. As interpretações e usos políticos eram variáveis, segundo os elementos condicionantes da dinâmica política regional, em especial os aspectos das subjetividades de interesses. No conjunto dos defensores do regime vigente, era elástico o entendimento da execução dos dispositivos integrados no AI-2, ampliando ainda mais o entendimento quando se procurava definir a identidade do que era ser “revolucionário”.

Nesse sentido, os usos do AI-2 poderiam servir como meio de demonstração pública de colaboração, de reivindicação de identidade política como revolucionário, de alinhamento e conciliação entre forças divergentes dos interesses locais e, sobretudo, como instrumento de perseguição a opositores. Todas essas ações caracterizam-se como formas de dinamização política em processo de participação, cujos sentidos apontam para a positivação do regime militar. Assim, as crises ou conflitos presentes nesses processos colaborativos revelam os diversos caminhos de atuação no regime, contrariando interpretações que os classificam como frágeis ou superficiais.

Ao ter recebido o telegrama, o governador Virgílio Távora pretendeu “reunir os líderes dos extintos partidos componentes da *União pelo Ceará* para dar-lhes conhecimento oficial do texto do telegrama do Ministro da Justiça”⁴²⁹. A medida tomada pelo Virgílio Távora tinha como principal objetivo “alertar essas forças contra prováveis perturbações da ordem, inclusive através de métodos de oposição sistemática e irascível que de forma alguma

⁴²⁹CORREIO DO CEARÁ. Juraci alerta VT contra as desavenças políticas no Estado. **Correio do Ceará**. Fortaleza, 18 nov. 1965, p. 3.

constroem em benefício do Estado”⁴³⁰. A missão desempenhada pelo governador não seria isolada, segundo o *Correio do Ceará*, sobretudo, porque “as principais forças se alinham ao Palácio da Luz, emprestando apoio integral ao Governo”⁴³¹.

A estratégia de conciliação das forças políticas em defesa do regime militar, sugerida pelo ministro Juracy Magalhães — um tipo de uso político do AI-2 —, encaixava-se perfeitamente nas circunstâncias das manifestações realizadas por Themístocles de Castro e Silva, que, além de questionar a liderança de Virgílio Távora, era adepto do pensamento político defendido por Carlos Lacerda. Nesse sentido, seu comportamento representava uma ameaça à estabilidade e à unidade da aliança unionista, comprometendo a manutenção de um apoio mais amplo.

A notícia sobre as orientações do ministro da Justiça, Juracy Magalhães, era utilizada como estratégia para reforçar a imagem de liderança política do governador Virgílio Távora, especialmente no que se referia ao uso dos dispositivos do AI-2 para perseguir opositores no Ceará, associando tais ações à obediência às determinações da revolução, e não a interesses pessoais. Buscando demonstrar que o AI-2 servia à conciliação de forças políticas divergentes, o *Correio do Ceará* empregava expressões como “paz reinante no Ceará”, “principais forças se alinham ao Palácio da Luz” e “ser sua obrigação de alertar”, numa tentativa de amenizar e afastar qualquer interpretação das atitudes do governo como autoritárias ou persecutórias. A situação de constituir um ambiente harmonioso para o Ceará chegou ao ponto de o referido periódico fazer a seguinte afirmação: “não enseje um enquadramento do nosso Estado nas recomendações do Ministro da Justiça”⁴³².

O comportamento negava ou, pelo menos, mascarava os conflitos existentes no interior da *União pelo Ceará*, compostos por algumas alas que defendiam a sua extinção e por outras alas que defendiam a sua continuidade, a fim de realizar a disputa sucessória ao cargo de governador em 1966.

No que diz respeito às medidas pelo uso dos dispositivos do AI-2 pelo governador Virgílio Távora, o *Correio do Ceará* enfatizou que:

Segundo o entendimento da maioria dos observadores políticos, o telegrama do Ministro da Justiça poderá enquadrar perfeitamente o estilo de oposição que ultimamente vem sendo feita ao governador pelo grupo de 9 deputados na Assembleia Legislativa, tendente mais a agitar do que propriamente a construir em benefício da comunidade. Esta, pelo menos, eram as

⁴³⁰CORREIO DO CEARÁ. Juraci alerta VT contra as desavenças políticas no Estado. **Correio do Ceará**. Fortaleza, 18 nov. 1965, p. 3.

⁴³¹CORREIO DO CEARÁ. Juraci alerta VT contra as desavenças políticas no Estado. **Correio do Ceará**. Fortaleza, 18 nov. 1965, p. 3.

⁴³²CORREIO DO CEARÁ.Repercutiu. **Correio do Ceará**. Fortaleza, 18 nov. 1965, p. 3.

observações que círculos políticos faziam ontem, após tomarem conhecimento do texto do importante despacho do ministro Juracy Magalhães⁴³³.

Enquanto o jornal *Correio do Ceará* negava a existência de conflitos políticos, isentando Virgílio Távora de qualquer adoção de medida autoritária de cunho pessoal, do outro lado, os vários círculos políticos, interpretando, de forma diferente, o telegrama do ministro da Justiça, autorizavam o governador a fazer o uso político persecutório aos seus oponentes que pretendiam a extinção da aliança interpartidária e a tomada da vaga sucessória para o cargo de governador. A questão acima, sobre o uso ou não uso do AI-2, envolvia os nove deputados estaduais que não ingressaram na ARENA cearense, por discordarem do referido governo estadual, mas que se consideravam como participantes da “Revolução”. Sem dúvidas, o momento em que o AI-2 foi implantado e as recomendações do ministro da Justiça deram algumas condições necessárias para a sobrevivência política para Virgílio Távora e sua liderança na *União pelo Ceará*, amortizando alguns desafetos pessoais no interior dessa aliança, concentrando-se em ações contra aqueles que militavam externamente contra ela, no caso contra Themístocles e outros.

A titularidade de *revolucionários* era também elemento disputado por forças fora das instituições políticas, como assembleia, câmaras municipais e partidos. A mobilização de argumentos em torno do AI-2 alargava as possibilidades e ampliava a participação de grupos que reivindicavam participação consciente do novo regime político. Outros grupos reivindicavam o uso do AI-2 e seus dispositivos como “medidas saneadoras” dos problemas locais, como solução ou aprofundamento dos desafetos pessoais. Nesse contexto, personalidades de dentro do quartel-general de Fortaleza, da 10ª da Região Militar, incluindo alguns de fora dessa instituição, mas identificáveis com o movimento em curso, mobilizaram-se para adaptar a realidade cearense com as determinações trazidas pelo AI-2.

Reuniões de líderes revolucionários, realizadas nas últimas quarenta e oito horas, - pelo menos duas ocorreram no Náutico Atlético Cearense - indicam que o Ato Institucional nº 2 e a presença entre nós do general Itiberê Gouveia do Amaral, destacado no comando da 10ª Região Militar, vieram possibilitar aos idealistas do movimento de 31 de março de 64 um esquema de trabalho pretendendo medidas saneadoras por parte do poder público, movimento que se preconiza com guarda e respeito aos fundamentos democráticos do regime, que, por pouco, não se perdeu ainda ante o compromisso de certos políticos desatentos e até certo ponto irresponsáveis. Sobre a oportunidade do Ato Institucional nº 2 e vantagens decorrentes, será ocioso referir, pois a todos é perfeitamente compreensível o alcance desse

⁴³³CORREIO DO CEARÁ. Repercutiu. **Correio do Ceará**. Fortaleza, 18 nov. 1965, p. 3.

dispositivo legal na consolidação dos ideais revolucionários no país, e, naturalmente, no Ceará⁴³⁴.

Na reunião ocorrida no Náutico Atlético Cearense, embora não saibamos todos os nomes dos presentes, a matéria deixa a entender que grupos políticos e militares se reuniram para fazer uma espécie de alinhamento das medidas a serem tomadas a partir dos dispositivos contidos no AI-2. No processo de alinhamento das ações para execução no Ceará, um personagem importante foi o General Itiberê Gouvêa do Amaral, da 10ª Região Militar, que, em consonância com o governo estadual de Virgílio Távora, contribuiu para a institucionalização dessas ações em todas as instâncias sociais, incluindo cassações e prisões de oponentes.

Segundo a cobertura do *Correio do Ceará*, o general Itiberê é descrito da seguinte forma:

Quanto ao general Itiberê Gouveia do Amaral, é preciso que se diga que, até onde alcança a capacidade de observação da reportagem, é oficial de confiança tanto do sr. Ministro da Guerra como do sr. Presidente da República, mercê de sua destacada vida militar e dos relevantes serviços prestados à causa revolucionária. De tratamento amigável, nem sempre quando se faz agradável na maneira de falar, consegue esconder a personalidade de oficial decidido e enérgico no cumprimento de dever. Sua presença, como é de se esperar, não oferece alternativas para os arranjos que a convivência política enseja. A nosso ver o general Itiberê Gouvêa do Amaral não é homem para assistir, impassível, ao trabalho nocivo dos que desejam arranhar o espírito do movimento de 31 de março. Não se duvide que estando assim forrado de princípios patrióticos, deixe de apoiar, na medida de suas possibilidades, os que enfrentando a resistência dos saudosistas do regime deposto, estão querendo, sem vantagem pessoal, oferecer ao Ceará um programa mínimo de saneamento moral em determinados setores de sua vida pública⁴³⁵.

Após a intervenção militar de 1964, o general Aécio de Borba foi substituído por Itiberê Gouvêa do Amaral. No Ceará, houve a necessidade de controle interno nas forças armadas, pois havia alas discordantes e apoiadoras do ex-presidente João Goulart. Devido a isso, o então presidente da ditadura, Castello Branco, substituiu o general Aécio de Borba por Itiberê, mais alinhado com o recrudescimento das medidas autoritárias, sobretudo com as defendidas no AI-2. Ele era peça estratégica e intermediária entre Castello Branco e o ministro da Justiça com o governo de Virgílio Távora no meio militar.

⁴³⁴CORREIO DO CEARÁ. Políticos sob tensão: grupo revolucionário do Ceará pretende novas medidas saneadoras. *Correio do Ceará*. Fortaleza, 20 nov. 1965, capa.

⁴³⁵CORREIO DO CEARÁ. Políticos sob tensão: grupo revolucionário do Ceará pretende novas medidas saneadoras. *Correio do Ceará*. Fortaleza, 20 nov. 1965, capa.

As duas reuniões realizadas no Clube Náutico Atlético Cearense (NAC)⁴³⁶ foram finalizadas contendo um conjunto de medidas consideradas “saneadoras” da moralidade no Ceará, que foram encaminhadas ao governador Virgílio Távora (ex-UDN) e, posteriormente, aceitas pelos parlamentares na Assembleia Legislativa Estadual, presidida pelo Almir Pinto (ex-PSD).

Estamos seguramente informados de que todas as medidas solicitadas, tanto ao Poder Legislativo como ao Poder Executivo serão encaminhadas dentro de um clima de compreensão. O termo “pressão” é considerado atualmente pela maioria dos que integram o grupo revolucionário (não confundir com o bloco revolucionário na Assembleia) como insultuoso e negativo para os frutos que deseja colher junto às autoridades. Autoridade intimidada, - pensa o grupo revolucionário - é autoridade acovardada. O princípio da autoridade deve ser mantida em toda a linha. As sugestões propostas deverão ser acolhidas como colaboração e nunca como imposição. Seria odioso e ao mesmo tempo uma injustiça imaginar-se que o ideal de servir, de escolher o caminho para a afirmação do regime, com o restabelecimento de sua decência onde por acaso estiver ferido, seja propriedade de revolucionários, do Ministro da Guerra, do Presidente da República, do Ministro da Justiça, ou, mais proximamente, do comandante da 10ª Região Militar. Pensando assim, agem com diplomacia e bom senso os líderes revolucionários. Ensejam, com esse raciocínio, a participação de um maior número de políticos em evidência, do Chefe do Executivo, do Presidente da Assembleia, do Poder Municipal, e de quantos estão igualmente pensando que o País marcha para livrar-se dos vícios ignorados de uma tradição política que se terá de render à nova realidade brasileira⁴³⁷.

Um dado interessante na matéria citada diz respeito à compreensão que os autores ofereceram suas próprias medidas ao Executivo e ao Legislativo, com o sentido de “colaboração e nunca como imposição”. Houve, inclusive, uma defesa de narrativa que visava combater qualquer insinuação de que essas ações pretendidas fossem tidas como “pressão” de uma instituição sobre outra. A ideia de “pressão” também serviu para propagar uma visão de que tudo o que era feito representava uma demonstração espontânea, combatendo os argumentos que enfatizavam as interferências de Castello Branco ou do ministro da Justiça, Juracy Magalhães.

Havia um cabo de força nas disputas em torno da “identidade de revolucionários” entre os parlamentares e alguns grupos militares localizados na 10ª Região Militar. O conflito representava, sobretudo, a intenção desses militares, em especial de Itiberê Amaral, de protagonizar o processo de consolidação do regime militar no Ceará. Para não perder o processo de participação junto ao regime militar, os parlamentares cearenses, especialmente

⁴³⁶ O clube foi fundado em 9 de junho de 1929 na Praia Formosa, tendo a sua sede construída posteriormente, na praia do Meireles em 1959. Na década de 1960, o clube tinha se tornado um espaço de encontros sociais, especialmente entre as elites cearenses, a partir de encontros sociais e reuniões.

⁴³⁷ CORREIO DO CEARÁ. Pressão – termo proibido. **Correio do Ceará**. Fortaleza, 20 nov. 1965, capa.

os vinculados à *União pelo Ceará*, lançam uma saída, sob a argumentação de que o “servir” era caminho de metamorfose ou simbiose para a transformação em revolucionário, decorrente do serviço prestado à Nação. Assim, as regras institucionalizadas pelo AI-2, implantadas em todas as instituições e grupos, possibilitaram aos seus membros a condição de participação que autorizava a reivindicação do status de participante da “Revolução”.

O *Correio do Ceará* se mostrou descrente em relação à aplicação das medidas sem o uso do açoitamento, e argumentou que as medidas trazidas pelo AI-2 encontrariam algumas resistências de parlamentares no interior da Assembleia Legislativa. Segundo o periódico: “nota-se a resistência, de modo reprovável de alguns políticos, notadamente deputados, que querem oferecer obstáculos à reivindicações que tendem a melhorar tão-somente o conceito de Legislativo, sem ferir ninguém”⁴³⁸. O terceiro ponto tinha a ver com a ampla aliança de forças na execução dos ideais do regime civil-militar.

O comprometimento de muitos talvez seja um sério embaraço à consecução do plano, mesmo contando a favor com o destacado apoio de determinados deputados, moralmente esclarecidos, cujas atitudes de revolta aos desmandos do Legislativo não tem alcançado até hoje merecida ressonância⁴³⁹.

O *Correio do Ceará* não escondia o seu temor, seja tendo amplo apoio, seja resistência, pois entendia que a execução do plano em questão facilmente encontraria problemas no percurso, acrescidos aos já existentes.

Em seguida, a Assembleia Legislativa do Ceará se manifestou em relação às reivindicações “moralizadoras” dos grupos “revolucionários”. “Os líderes mais responsabilizados da Assembleia Legislativa consideram plenamente aceitáveis e mais do que necessárias, as sugestões apresentadas pelos setores revolucionários, tendentes ao aprimoramento das normas de ação naquela Casa do povo”⁴⁴⁰. A sinalização de aceitação da Assembleia, segundo o jornal, procurou “aumentar o seu conceito perante a opinião pública”⁴⁴¹. Como adesão às reivindicações, foi montada uma Comissão Executiva para execução das medidas, o que, segundo o jornal, “algumas delas já em andamento, antes mesmo de qualquer estímulo revolucionário”⁴⁴².

⁴³⁸CORREIO DO CEARÁ. Reivindicações escalonadas: uma de cada vez. **Correio do Ceará**. Fortaleza, 20 nov. 1965, capa.

⁴³⁹CORREIO DO CEARÁ. Reivindicações escalonadas: uma de cada vez. **Correio do Ceará**. Fortaleza, 20 nov. 1965, capa.

⁴⁴⁰CORREIO DO CEARÁ. AL acolhe sugestões dos setores revolucionários. **Correio do Ceará**. Fortaleza, 20 nov. 1965, capa.

⁴⁴¹CORREIO DO CEARÁ. AL acolhe sugestões dos setores revolucionários. **Correio do Ceará**. Fortaleza, 20 nov. 1965, capa.

⁴⁴²CORREIO DO CEARÁ. AL acolhe sugestões dos setores revolucionários. **Correio do Ceará**. Fortaleza, 20 nov. 1965, capa.

Por volta da meia-noite de 22 de novembro 1965, o deputado estadual Guilherme Gouvêa exigiu a expedição de um requerimento para ser enviado ao presidente Castello Branco e ao ministro da Justiça, discordando das medidas “saneadoras” com base nos dispositivos do AI-2 a serem aplicadas no Ceará. O deputado teve um papel significativo internamente na Assembleia Legislativa do Ceará, sendo o autor da formação e arregimentação do bloco “Bloco Revolucionário”, ou seja, da “*União Revolucionária Parlamentar pelo Ceará*”, possibilitando o processo de transição para esse grupo das antigas forças políticas da “*União pelo Ceará*”.

Ao que tudo indica, o referido requerimento foi publicado no *Correio do Ceará*, levando o deputado Themístocles de Castro e Silva a tomar uma postura de confronto com Guilherme Gouvêa no mesmo jornal. A folha enfatizava: “o Deputado Themístocles de Castro e Silva tomou a defesa dos “Diários Associados”, dizendo que, redigido sob estado emocional, o requerimento só poderia ter qualificativo grotesco”⁴⁴³. Para o deputado lacerdista, as manifestações de discordância na imprensa sobre as medidas tidas como “*revolucionárias*” poderiam ter gerado reações da parte do ministro da Justiça, ou do próprio general da 10ª Região Militar em Fortaleza, pois as reações poderiam sobressair na punição ao jornal *Correio do Ceará*.

Themístocles de Castro e Silva demonstrou preocupação com outro problema. Para ele, assim como para outros extremistas do movimento militar no estado, o general Itiberê Amaral “é o delegado, de direito e de fato, da Revolução no Ceará”⁴⁴⁴. Há, portanto, aqui, uma questão interessante, porque Themístocles não reconhecia o governador Virgílio Távora como representante direto da “Revolução”? Diante desse episódio, ele inicia um processo de aproximação com o general Itiberê, fazendo-o elogios na imprensa cearense, dando-lhe honras por ser ele o “representante fiel e decidido da Revolução”⁴⁴⁵.

Themístocles interveio, impedindo que o requerimento chegasse a Castello Branco, agindo em um movimento contrário, mediando a destinação ao procurador da República no Ceará e à 10ª Região Militar em Fortaleza. Após a apreciação nessas instituições, o requerimento foi devolvido à Assembleia Legislativa para aprovação, mas não houve coro para isso. Assim, a tentativa de reconhecimento de discordância ao uso dos dispositivos do AI-2 foi sabotada.

⁴⁴³CORREIO DO CEARÁ. Chefe da Revolução no Ceará é Gen. Itiberê. **Correio do Ceará**. Fortaleza, 23 nov. 1965, s/p.

⁴⁴⁴CORREIO DO CEARÁ. Chefe da Revolução no Ceará é Gen. Itiberê. **Correio do Ceará**. Fortaleza, 23 nov. 1965, s/p.

⁴⁴⁵CORREIO DO CEARÁ. Chefe da Revolução no Ceará é Gen. Itiberê. **Correio do Ceará**. Fortaleza, 23 nov. 1965, s/p.

Neste capítulo, temos analisado que a implantação do AI-2 foi intepritada pela *União pelo Ceará* como oportunidade de alinhamento de forças conservadoras no interior da Assembleia Legislativa, transformando-os em “revolucionários” e o líder da aliança interpartidária em representante direto dessa “revolução” no estado. Deste modo, temos compreendido que o AI-2 foi concebido como rito de passagem dessa transformação, a qual demandou dos seus atores demonstrações de aplausos, comemorações e intensa ação em defesa do regime militar. Com isso, o AI-2 recebeu diferentes usos políticos visando atendimento de interesses mediante a positivação do regime militar, resultando dessas demosntrações a sobrevivência política da aliança interpartidária e do governo de Virgílio Távora.

Resta-nos agora sabermos como ficou a formação dos grupos de forças políticas apoiadoras da “*Revolução*” no Ceará após a extinção dos partidos. Como a formação do novo partido de base governamental a Castello Branco lidou com as diferentes alas partidárias? Como a formação do novo partido lidou com as recentes disputas pela sucessão estadual? Como se deu a transicionalidade das antigas forças políticas da *União pelo Ceará* nas novas organizações político-partidárias? As respostas são complexas e serão demonstradas no capítulo a seguir.

CAPÍTULO V - A TRANSMUTAÇÃO DA “UNIÃO PELO CEARÁ” EM ALIANÇA RENOVADORA NACIONAL (ARENA)

Neste capítulo, analisaremos as ações e os conflitos ocorridos no interior da *União pelo Ceará* que, através de um processo de dinamização política, objetivaram a continuidade dessa aliança com a formação da *União Parlamentar Revolucionário pelo Ceará* no interior da Assembleia Legislativa, após a extinção dos partidos, determinada pelo Ato Institucional nº2. Nesse sentido, as bases políticas dos ex-partidos, UDN, PSD e PTN, permaneceram na constituição do referido bloco, repetindo em seguida, com o processo de formação da Aliança Renovadora Nacional (ARENA).

O bloco parlamentar, além de ter servido como uma organização intermediária para a formação do novo partido, contribuiu para o alinhamento de forças políticas colaboradoras ao governo de Castello Branco.

As movimentações no interior da Assembleia Legislativa e nas articulações de alas e lideranças políticas cearenses demonstram interesses e ações conscientes de participação no novo regime político, no caso do regime militar, e representam a dinamização de ações e os interesses que dessacralizam determinadas afirmações de que elas eram artificiais ou frágeis. Além disso, estiveram completamente articuladas e em conexão com os processos políticos conjunturais que o país atravessava, com polarização política, pensamento anticomunista e escalada do conservadorismo autoritário.

5.1 Os enquadramentos conjunturais

Lucília de Almeida Neves Delgado (2020) descreve que a conjuntura nacional, entre os anos de 1958 a 1964, assinalou aspectos “da extensa e profunda mobilização da sociedade civil brasileira”⁴⁴⁶, cuja principal marca foi a diversificada forma de organização social e política, incluindo as relacionadas à própria atuação do Estado. A partir desse cenário, em que surgiu uma “proliferação de heterogêneas organizações que atuaram com muita

⁴⁴⁶ DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Partidos Políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964 — terceira república (1945–1964)**. 9ª ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2020, p. 145.

determinação na defesa de seus projetos, ocorreu uma polarização nítida dos grupos sociais e políticos que entraram em conflito entre si”⁴⁴⁷.

Lucília de Almeida Neves Delgado afirma que a polarização foi mobilizada nos diferentes cenários do Brasil, nas esferas municipal, estadual e federal. Além disso, a autora aponta que a polarização no Brasil dividiu as várias forças políticas em dois principais blocos: o primeiro, composto por forças reformistas e nacionalistas, e o segundo, por defensores da internacionalização da economia em submissão aos ditames dos EUA e contrários aos projetos de reforma agrária.

Desse processo de agitação política em formas de organizações, tem-se, em 1962, o surgimento da *Frente de Mobilização Popular* (FMP), que objetivou fazer pressão ao governo de João Goulart, visando aprovar as reformas de bases e o conjunto de leis que promoveria o crescimento nacional, que tramitavam nos poderes Executivo e Legislativo⁴⁴⁸. Em oposição a esta organização, encontrava-se em plena mobilização o *Instituto Brasileiro de Ação Democrática* (IBAD), fundado em 1959, “que tinha como principal meta combater a propagação do comunismo no Brasil”⁴⁴⁹. O processo eleitoral de 1962 foi um dos meios pelos quais o IBAD conseguiu interferir e agir politicamente na obtenção desse objetivo, uma vez que passou a realizar o financiamento das campanhas de candidatos conservadores anticomunistas e, após essas eleições, promoveu recursos e orientações aos eleitos para o enfrentamento no *Congresso Nacional*, combatendo a agenda do governo de João Goulart com o assessoramento dos membros da Ação Democrática Parlamentar.

No que diz respeito às frentes parlamentares, o seu surgimento está vinculado, segundo Lucília Delgado, aos processos “de dissidências internas pelas quais passaram os partidos”⁴⁵⁰. Desse modo, as frentes parlamentares constituídas pela participação com membros do *Congresso Nacional* assumiram papéis, projetos e ideias de cunho

⁴⁴⁷DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Partidos Políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O tempo da experiência democrática**: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964 — terceira república (1945–1964). 9ª ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2020, p. 145.

⁴⁴⁸DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Partidos Políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O tempo da experiência democrática**: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964 — terceira república (1945–1964). 9ª ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2020, p. 146.

⁴⁴⁹DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Partidos Políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O tempo da experiência democrática**: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964 — terceira república (1945–1964). 9ª ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2020, p. 146.

⁴⁵⁰DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Partidos Políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O tempo da experiência democrática**: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964 — terceira república (1945–1964). 9ª ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2020, p. 145.

suprapartidários, diante de um cenário de movimentos e votações em que os próprios partidos no multipartidarismo eram incapazes de realizar ou atingir os objetivos.

A exemplo disso, foram configuradas, com abrangência nacional, duas frentes parlamentares na experiência da democracia representativa (1946–1964). Em 1956, no governo de Juscelino Kubitschek, tem-se a *Frente Parlamentar Nacionalista* (FPN), de caráter combativo, nacionalista e desenvolvimentista. Esta frente parlamentar, conforme afirma Delgado (2020), teve suas ações visibilizadas pelos jornais *O Seminário* e *O Nacional*. A autora também ressalta que a FPN era, em sua maioria, composta por parlamentares do PTB, alguns membros de outros partidos e assessorados por “intelectuais ligados à ala mais nacionalista do Instituto de Estudos Superiores Brasileiros (ISEB)”⁴⁵¹.

Em oposição à FPN, encontrava-se, em 1961, em processo de fundação a *Ação Democrática Parlamentar* (ADP), por João Mendes (UDN/BA), formada por parlamentares dos partidos da UDN, PSD, PR e PTB, sendo esse último composto por parlamentares discordantes da agenda nacionalista e reformista do governo de João Goulart. Além de lançar uma frente opositora às ideias da agenda nacionalista, seus objetivos principais eram intensificar as mobilizações combativas ao suposto perigo comunista e a defesa do liberalismo com uma agenda de investimentos estrangeiros.

Corroborando o pensamento de Lucília Delgado, Guilherme Ribeiro (2017) afirma que, além dos partidos mencionados acima, a *Ação Democrática Parlamentar* contou com a recepção de investidores internacionais e nacionais, Forças Armadas, economistas e associações. Para Guilherme Ribeiro, “as frentes parlamentares não podem se desconectar da crise política em voga nos anos de 1960. Elas não apenas foram participantes como reforçaram a polarização”⁴⁵².

Compreendemos que, nesse cenário de instabilidade política, os parlamentares recorreram à “aderência a grupos suprapartidários com feições ideológicas claras e definidas”⁴⁵³ e instrumentalizadas diante das questões polarizadas e sem dependência do governo vigente.

A *União pelo Ceará*, embora fosse oficialmente uma aliança ou coligação partidária, atuou como frente política nas eleições de 1962 e como frente parlamentar após o

⁴⁵¹DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Partidos Políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O tempo da experiência democrática:** da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964 — terceira república (1945–1964). 9ª ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2020, p. 148.

⁴⁵²RIBEIRO, Guilherme Leite. **Radicalização e crise:** o protagonismo das frentes parlamentares no governo de João Goulart (1961–1964). Curitiba: Appris, 2017, p. 45.

⁴⁵³ RIBEIRO, Guilherme Leite. **Radicalização e crise:** o protagonismo das frentes parlamentares no governo de João Goulart (1961–1964). Curitiba: Appris, 2017, p. 63.

golpe de 1964. Como afirma Rogério Schmitt (2005), somente a partir de 1950, mediante o Código Eleitoral, Lei de nº 1164, é que veio a normatividade de uso do termo “alianças”. Para ele, “as denominações utilizadas pelas alianças eventualmente incluíam também o termo “coligação”, mas o mesmo era inexistente do ponto de vista estritamente legal”⁴⁵⁴.

Ante este contexto, a *União pelo Ceará* estava inserida na conjuntura de formação de coligações e alianças interpartidárias em vias de consolidação entre os anos de 1950 e 1960. Portanto, eram alianças e coligações formadas muito antes do processo de desfecho da experiência democrática que resultou na intervenção e golpe de Estado em 1964. Isto significa dizer que, durante o regime da democracia representativa (1946 a 1964), seja de cunho nacional, seja estadual, seja municipal, houve diversas coligações ou alianças políticas, umas mais duradouras, enquanto outras mais efêmeras, visando o investimento político em torno dos processos eleitorais que precisavam enfrentar.

As aproximações e os convívios entre as bases políticas interpartidárias já estavam em pleno vapor, muito antes da implantação do sistema político de sublegendas nos partidos instituídos no regime militar. Esse aspecto, torna-se em elemento central no desmonte das argumentações que procuram demonstrar que os conflitos de convívio são elementos de fragilidade da ARENA devido a sua composição de vários partidos.

O Ceará tinha uma instabilidade política desde o processo de redemocratização de 1947. Isto não significa dizer que os partidos instituídos eram frágeis, pelo contrário, os partidos cearenses tinham alas diversas que defendiam interesses diferentes, exigindo dos seus líderes partidários um jogo de equilíbrio e disposição para concessões e pactos conciliatórios. Nesse sentido, a multifacetada aglutinação de forças políticas no interior desses partidos trouxe algumas implicações, como referendar a continuidade de apoio ou fazer oposição. Esse foi o principal impasse entre os partidos UDN e PSD, que, mesmo no exercício do poder estadual, encontraram dificuldades em concretizar a sucessão estadual. A solução para os conflitos de interesses no interior dos próprios partidos deu-se com a realização de alianças ou coligações, procurando equilibrar e aumentar o capital político nas disputas sucessórias no estado.

De 1947 a 1958, todas as eleições ocorridas no Ceará deram-se com base em pactos de alianças ou coligações, porém, os governos eleitos encontraram dificuldades para desempenhar a sucessão estadual. Das várias coligações existentes entre as décadas de 1950 e 1960, a *União pelo Ceará*, foi a única que teve uma longa trajetória, sendo iniciada em torno

⁴⁵⁴ SCHMITT, ROGÉRIO. **Os estudos sobre alianças e coligações eleitorais na Ciência Política brasileira.** Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer; São Paulo: Fundação Editorial da UNESP, 2005, p. 11.

das eleições de 1962, moldando-se à nova conjuntura política dos governos militares e transformando-se na base política da ARENA, que durou até 1979.

No período anterior ao golpe de 1964, a *União pelo Ceará* atuou em alinhamento às demandas dos grupos vinculados ao IBAD (general Humberto Ellery⁴⁵⁵), Moralização dos Costumes Políticos⁴⁵⁶ (empresários industriais, militares e líderes sindicais) e Movimento Anticomunista dos Militares Católicos⁴⁵⁷ (organização que reunia as forças militares cearenses na consolidação do golpe e do próprio regime militar). Estes grupos serviam de ponta de lança na agenda e campanha da *União pelo Ceará* em 1962.

Após o golpe de 1964, a *União pelo Ceará* serviu como uma frente parlamentar estadual no interior da Assembleia Legislativa, pautando e aprovando os projetos e as medidas autoritárias implementadas pelo governo da ditadura. Estes projetos eram rejeitados ou aprovados quando submetidos à Assembleia Estadual do Ceará, sendo mobilizados politicamente pelos deputados estaduais que pertenciam à *União pelo Ceará*. Em boa medida, as mobilizações desses parlamentares foram em consonância com as determinações do governo de Castello Branco, reivindicando reconhecimentos como “*revolucionários cearenses*” por suas posições políticas demonstradas.

As pautas submetidas na Assembleia Legislativa eram vinculadas aos projeto de cassações, eleições da mesa diretora, menções honrosas e aplausos aos atos institucionais e reformas políticas, como o sistema político bipartidário. Nelas, o comportamento da *União pelo Ceará* deu-se no sentido de engajamento colaborativo das medidas autoritárias. O partido tinha uma composição de 44 deputados estaduais eleitos oficialmente pelas eleições de 1962 e alguns suplentes, especialmente porque, em peso, aprovou cassações de oito parlamentares pelo Ato Institucional nº1. Era um número expressivo, considerando que a legislação política da época destinava 65 vagas para a composição da Assembleia Legislativa.

⁴⁵⁵ Francisco Humberto Ferreira Ellery era natural de Fortaleza, nascido em 1913. Foi investigado pelo CPI do IBAD em 1963, por supostos recebimentos de recursos financeiros do IBAB para a aplicação na campanha política da *União pelo Ceará*. Apoiou o golpe de 1964 e, um ano depois, durante o governo Castello Branco, foi indicado ao Conselho Administrativo da Caixa Econômica do Ceará. Teve ampla atuação no projeto de abastecimento de água na cidade de Fortaleza, projeto financiamento (1968-1970) pelo governador Plácido Castelo (1968-1970), que substituiu Virgílio Távora.

⁴⁵⁶ A campanha encabeçada pelos militares vinculados a 10ª Região Militar, em Fortaleza seguiu o mesmo formato das eleições presidenciais em 1960, quando o candidato Jânio Quadros utilizou o discurso moralista e anticorrupção. As campanhas seguiam a mesma lógica discursiva. Muitos candidatos da *União pelo Ceará*, que disputavam cargos nas diferentes esferas municipal, estadual e federal, mobilizaram a campanha conservadora.

⁴⁵⁷ É recorrente, no jornal *Unitário*, a menção de grupos de militares anticomunistas no interior da 10ª Região Militar, localizada em Fortaleza. No entanto, as matérias dão pouquíssimos detalhes acerca de quem eram esses militares. Pelo menos, destaca-se a participação de Murilo Borges e Humberto Ellery. Sem dúvidas, a lista deve ser maior e exige ampla pesquisa nas fontes jornalísticas da época. Sabemos também que alguns civis estavam profundamente articulados com esse grupo, como o ex-governador Parsifal Barroso, inclusive, considerado um político de manifestação à religiosidade católica.

Definindo as características das coligações políticas nesse período, Rogério Schmitt justifica que as “alianças e coligações são, portanto, denominações diferentes para o mesmo fenômeno — o das listas partidárias associadas disputando eleições proporcionais”⁴⁵⁸. Quando pensamos sobre a realidade política do Ceará, o fenômeno das alianças foi mais complexo ainda, porque as eleições proporcionais eram simultâneas às eleições majoritárias.

Rogério Schmitt indica que as alianças políticas são diferentes das coalizões parlamentares, pois estas últimas foram formadas visando a sustentabilidade, ou a oposição a determinado governo. Em razão disso, elas são constituídas fora do período eleitoral e “direcionadas para o processo legislativo enquanto tal, e podem não guardar qualquer semelhança com as combinações realizadas entre as legendas para a disputa das eleições”.

Em parte, a colocação do autor se fundamenta como verdadeira, pois pode encontrar sustentação em alguma experiência política situada em determinado estado brasileiro. No entanto, mediante a realidade cearense, sabemos que a aliança *União pelo Ceará*, constituída por UDN, PSD e PTN, com agenda política de combate às esquerdas lideradas por Carlos Jereissati nas eleições de 1962, foi fruto de uma articulação e financiamento de uma frente parlamentar instalada no Congresso Nacional, a *Ação Democrática Parlamentar* (ADP), contando com apoio dos institutos IPES e IBAD. Além disso, a *União pelo Ceará*, após as eleições, virou uma frente parlamentar. Nesse sentido, alianças e frentes parlamentares podem ter momentos distintos de constituição, porém, ambas podem ter algumas similaridades, mobilizando a mesma base política, cujas transformações realizadas pretenderam conservá-la. Este mesmo processo teve continuidade durante o governo de Castello Branco, aprovando as medidas autoritárias, defendendo a agenda militar e transmutando-se em bloco *União Parlamentar Revolucionário pelo Ceará* e, posteriormente, na formação da ARENA com a mesma base política de 1962.

Outro aspecto levantado por Rogério Schmitt, que possui especificidade no Ceará, diz respeito às coligações como sendo de natureza estadual e às coalizões parlamentares de nível nacional ou federal. Mais uma vez, deparamo-nos com uma realidade cearense, em que a *União pelo Ceará* tinha essa dupla funcionalidade: aliança e frente de combate ao comunismo no próprio estado.

Por outro lado, a *União pelo Ceará* reuniu forças políticas que já vinham em processo de engajamento nas frentes parlamentares em nível nacional, como Armando Falcão, pela Ação Democrática Parlamentar (ADP), por meio de personalidades militares como o

⁴⁵⁸SCHMITT, ROGÉRIO. **Os estudos sobre alianças e coligações eleitorais na Ciência Política brasileira**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer: São Paulo: Fundação Editorial da UNESP, 2005, p. 11.

general Humberto Ellery, que fora acusado de ter sido o receptor de recursos financeiros para o financiamento da campanha política da referida organização. Conforme noticiaram os jornais impressos da época, os recursos eram provenientes do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), que visava promover melhor espaço jornalístico, cartazes, gasolina e transportes para os eleitores.

Devemos lembrar que a *União pelo Ceará* surgiu numa conjuntura política bastante polarizada entre as forças de esquerda e de direita durante o cenário da Guerra Fria. Além disso, foi oficialmente reconhecida alguns meses após o surgimento da Ação Democrática Parlamentar (ADP), em 1961. Diversos jornais cearenses repercutiram que a *União pelo Ceará* era uma filial da ADP no estado, sobretudo porque o vice-presidente dessa frente parlamentar era Armando Falcão, empossado no início do ano de 1962, se transformou no principal articulador político no Ceará da aliança interpartidária.

Em 1962, segundo Guilherme Leite Ribeiro (2017), quando foram realizadas as eleições para a renovação da diretoria da Ação Democrática Parlamentar, a nova diretoria dessa organização estava composta por João Mendes (UDN/BA), como presidente; Armando Falcão (PSD/CE), como primeiro vice-presidente; Raimundo Padilha (UDN/RJ), como secretário-geral, e Oswaldo Zanello (PRP/ES), como tesoureiro.

De modo geral, a diretoria da ADP era composta por 50 parlamentares, advindos de variados partidos, como UDN, PSD, PTB, PRP, PL, PDC e PR⁴⁵⁹. Destes, havia três parlamentares cearenses: Armando Falcão (PSD), que, em 1962, exerceu o cargo de primeiro vice-presidente, Furtado Leite (UDN) e Leão Sampaio (UDN). Porém, o envolvimento de parlamentares cearenses foi muito maior, além desses que compunham a diretoria nacional da ADP. Com base nos dados apresentados por Guilherme Leite Ribeiro (2017), identificam-se ainda outros dois parlamentares cearenses, Adolfo Gentil (PSD) e Costa Lima (UDN)⁴⁶⁰.

Desse modo, compreendemos que, no momento em que Armando Falcão ascendeu ao cargo de vice-presidente da *Ação Democrática Parlamentar*, ele se mobilizou no sentido de estender a experiência organizativa para o estado do Ceará através da formação da *União pelo Ceará*, reunindo os principais partidos como UDN, PSD e PTN e demais forças políticas de oposição (militares, religiosos e empresários industriais) ao crescimento das esquerdas pela liderança de Carlos Jereissati (PTB/CE). Foi dessa mobilização, servindo como uma espécie de braço estendido da ADP no Ceará, que Armando Falcão conseguiu

⁴⁵⁹RIBEIRO, Guilherme Leite. **Radicalização e crise:** o protagonismo das frentes parlamentares no governo de João Goulart (1961–1964). Curitiba: Appris, 2017, p. 129–130.

⁴⁶⁰RIBEIRO, Guilherme Leite. **Radicalização e crise:** o protagonismo das frentes parlamentares no governo de João Goulart (1961–1964). Curitiba: Appris, 2017, p. 86–91.

articular politicamente alianças com Waldemar Alcântara (presidente regional do PSD), Gentil Barreira (presidente regional da UDN) e José Parsifal Barroso (ex-petebista, presidente regional do PTN), para o lançamento da candidatura de Virgílio Távora para a sucessão estadual.

Glauco Ary Dillon Soares, avaliando as alianças políticas existentes no período de 1946 a 1964, aponta duas vertentes distintas. A primeira, conhecida como *teoria dos esforços econômicos*, dava ênfase ao comportamento dos partidos, maximizando o desempenho político pelo domínio das regras institucionais. A segunda, denominada de *resistência ideológica*, ancorou-se numa perspectiva de observação das “influências ideológicas, das bases sociais dos partidos políticos e dos condicionamentos sócioeconômicos”⁴⁶¹.

Ao analisar os padrões formativos das alianças em cenário político estadual, Isabel Ribeiro de Oliveira define dois modelos: o primeiro: “a taxa de alianças incontestes, quer do ponto de vista ideológico [...] quer do ponto de vista espacial [...] teria sido sempre bastante minoritária em relação ao total de alianças efetuadas”⁴⁶². No que diz respeito a isso, a *União pelo Ceará* encontrava-se nessa margem mínima, especialmente pelo alto grau de mobilização ideológica anticomunista em 1962.

No tocante ao segundo padrão reformulado por Oliveira, o processo de formação das alianças estaduais dava-se entre um partido grande com um ou mais partidos pequenos. A aliança interpartidária *União pelo Ceará* estava distante desse padrão, uma vez que era constituída pelos dois maiores partidos cearenses, UDN e PSD, com a inclusão de um partido pequeno, o PTN. Mas todos com inclinações fáceis ao conservadorismo e ao crescimento do autoritarismo.

Segundo estudos de Maria do Carmo Campello de Souza, o comportamento de pretensões em formar alianças políticas representa um aspecto de cunho “nacional e crescente, embora com ritmos diferentes, durante o período, e que não era errático”⁴⁶³, que poderiam ser motivadas por questões ideológicas, de expansão e de ganho eleitoral. De todo modo, as alianças políticas possibilitaram uma universalização do bônus, fazendo com que os partidos participantes fossem beneficiados⁴⁶⁴. Por outro lado, com base nos estudos de José Antonio

⁴⁶¹SCHMITT, ROGÉRIO. **Os estudos sobre alianças e coligações eleitorais na Ciência Política brasileira**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer; São Paulo: Fundação Editorial da UNESP, 2005, p. 13.

⁴⁶²SCHMITT, ROGÉRIO. **Os estudos sobre alianças e coligações eleitorais na Ciência Política brasileira**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer; São Paulo: Fundação Editorial da UNESP, 2005, p. 14.

⁴⁶³SCHMITT, ROGÉRIO. **Os estudos sobre alianças e coligações eleitorais na Ciência Política brasileira**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer; São Paulo: Fundação Editorial da UNESP, 2005, p. 15.

⁴⁶⁴SCHMITT, ROGÉRIO. **Os estudos sobre alianças e coligações eleitorais na Ciência Política brasileira**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer; São Paulo: Fundação Editorial da UNESP, 2005, p. 17.

Guimarães Lavareda Filho, as alianças político-eleitorais que tiveram melhores resultados foram justamente aquelas nas quais as eleições proporcionais e majoritárias foram coincidentes com as disputas pelo mandato de governador num intervalo de quatro anos.

5.2 As mudanças conjunturais após o golpe de 1964

Mudadas as condições conjunturais, as alianças, ou frentes parlamentares, tiveram que se adaptar às determinações da nova realidade. Com base nisso, a *Ação Democrática Parlamentar* (ADP) no congresso nacional e a *União pelo Ceará* tiveram que se ajustar à realidade política que se sucedeu após o golpe de 1964. Os processos enfrentados na transmutação de nova organização eram vistos como mobilizações de transferência do mesmo capital político, e suas ações, como ideia ou argumentação de continuidade.

Este aspecto é fundamental para refutar as visões de que a ARENA foi uma criação casuística do Ato Institucional nº 2, pois trata-se de um recorte de memória sobre o período que, de forma pretensiosa, elege como ponto de partida o momento em que esse ato instituiu o sistema político bipartidário, atribuindo o recrudescimento exclusivamente aos governos militares. São interpretações que procuram isolar o processo de formação e dinamização da ARENA, desconsiderando-o como elemento de continuidade e de interligação com o conjunto de acontecimentos que promoveram a escalada anticomunista e militarizada responsável pela construção social da ditadura civil-militar brasileira.

Os esforços em perceber as articulações políticas dos membros da ARENA nacional somente a partir do surgimento do sistema político bipartidário são um posicionamento ideológico que coloca em invisibilidade outras articulações políticas praticadas no intervalo de 1964 a 1965, que nos ajudam a desconstruir as percepções de que o partido resultou da imposição militar com traços de fragilidade, dependência e artificialismo.

Entre 1964 e 1965, um conjunto de acontecimentos da conjuntura nacional exigiu do *Congresso Nacional* a tomada de decisões que, em nome dos “*ideais do movimento revolucionário*”, foram pavimentando o caminho para a formação e institucionalidade da ARENA como organização política para sustentação dos líderes desse processo político. Destacamos aqui como principais acontecimentos a escolha do general Humberto Castello Branco, a prorrogação do seu mandato, as eleições dos presidentes da Câmara e do Senado, as eleições de 1965 e as reformas políticas.

Temos claramente o tema das eleições para a sucessão das presidências da Câmara e Senado federais, que movimentou não somente o meio político, mas também a grande mídia interessada nas divulgações de informações para uma sociedade recém-mobilizada pelas ações anticomunistas em torno de organizações efêmeras para as celebrações da intervenção militar de 1964. No Ceará, um dos principais veículos da grande imprensa escrita estadual, o periódico *O Povo*, traz para nós um pouco da dimensão do processo de disputa política envolvendo os opositores, tanto de esquerda, quanto os dissidentes conforme se consolidava o regime, e a base política colaboradora e adesista ao “*movimento militar revolucionário*” dentro do *Congresso Nacional*.

Assim, trouxe o periódico *O Povo*, em capa como manchete principal nas edições conjuntas dos dias 20 e 21 de fevereiro de 1965, “**INTENSIFICA-SE O TRABALHO PARA FORMAÇÃO DO BLOCO POLÍTICO DA REVOLUÇÃO**”, informando que na Câmara dos Deputados estava sendo formado um bloco de apoio aos projetos e agenda do governo Castello Branco, em especial como medida de apoio ao candidato do general para ocupação da presidência na referida casa, no caso, Bilac Pinto. A manchete afirmou que o “bloco político da revolução”, constituía-se um “Grupo interpartidário em entendimentos para escolha do opositor de Mazzilli”, sendo um bloco contando até mesmo com “apoio de deputados petebistas”. Ainda segundo o jornal, o grupo interpartidário possuía um regimento elaborado, o qual que possibilitou o seu caráter de agrupamento e estruturação.

As eleições da Câmara dos Deputados federais, assim como outros acontecimentos, por exemplo, a prorrogação do governo Castello Branco, as eleições em 11 estados e a instituição do novo modelo político — o sistema político bipartidário —, eram percebidas por uma ampla parcela de atores como “*movimento de continuidade da revolução*”. O processo de renovação da presidência da Câmara Federal ocorreu justamente às “vésperas do seu primeiro aniversário, o Movimento político-militar de 31 de março de 1964⁴⁶⁵” em fase de consolidação nacional. As eleições, em consonância com as demandas do governo de Castello Branco, ancoraram-se “na origem revolucionária e categoricamente contrária à situação reinante no país antes de 31 de março”⁴⁶⁶,

⁴⁶⁵BOLETIM DA BIBLIOTECA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. Presidentes da Câmara dos Deputados, 23º — Bilac Pinto. **Boletim da Biblioteca da Câmara dos Deputados**, vol. 16, nº1, jan./abr., 1967. O boletim informou que a aglutinação em 1965 foi ampla, sofrendo reduções em 1967. O processo de reaglutinação sucedeu com base na formação do Bloco Parlamentar Revolucionário, que integrava vários partidos de direitas, com vinculações aos movimentos, organizações e entidades conservadoras e anticomunistas como Ação Democrática Parlamentar (ADP), Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD).

⁴⁶⁶BOLETIM DA BIBLIOTECA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. Presidentes da Câmara dos Deputados, 23º — Bilac Pinto. **Boletim da Biblioteca da Câmara dos Deputados**, vol. 16, nº 1, jan./abr., 1967.

objetivando o movimento “de reaglutinação das forças políticas outrora majoritária” para fazer do legislativo uma base “parlamentar de que necessitava para a continuidade de sua tarefa”⁴⁶⁷.

O boletim da Câmara Federal em 1967, numa análise desse processo das eleições do legislativo em 1965, realçou em seu texto um sentimento de dúvidas quanto à duração desse movimento de apoio ao governo de Castello Branco. O referido boletim mencionou que “a entente cordiale que garantira a eleição, pelo Congresso Nacional, do então General Castelo Branco” poderia, futuramente, se revelar como um fenômeno efêmero. No entanto, a disputa pela presidência da câmara retomou a mobilização de base de apoio à agenda do governo de Castello Branco, especialmente porque havia um candidato com o apoio dele, o deputado Bilac Pinto.

Segundo o boletim da Câmara Federal, o referido deputado:

Atuando, como veremos mais adiante, na primeira fila dos que batalharam ideológica e politicamente pelo afastamento da situação anterior, poucos como o Deputado Bilac Pinto poderiam, na verdade, empolgar a maioria da Câmara dos Deputados ao ponto de convencê-la a desmontar o esquema já tradicionalmente armado de reconduzir à Presidência desta Casa do Congresso o Deputado Ranieri Mazzilli, que decidira concorrer uma vez mais ao cargo, não obstante as dificuldades de natureza política que se pronunciaram e vieram a confirmar-se mais tarde para a sua candidatura⁴⁶⁸.

O papel desempenhado pelo deputado federal Bilac Pinto na diretoria da Câmara Federal dizia respeito a duas ações: demolir toda a estrutura política e simbólica associada ao governo de João Goulart (1961–1964) e reconstruir a dinâmica política com novas estruturas em torno do pensamento de “*consolidação do movimento de 1964*”. Desse modo, compreendemos que os acontecimentos ocorridos entre 1964 e 1965 foram resultantes desses engajamentos, nos quais as mudanças ou rupturas de sistemas políticos remetiam à ideia de um avanço ou continuidade na consolidação dos ideais defendidos em suas agendas.

Bilac Pinto era um contundente crítico anticomunista durante a conjuntura política que desestabilizou o governo de Jango. Em 1963, assim como outros políticos e intelectuais anticomunistas, lançava críticas ao presidente da República quando o debate em torno da reforma agrária ganhou fôlego e os desentendimentos entre os partidos quanto à fórmula para a realização desse projeto se acirravam. Muitas de suas críticas tiveram a cobertura da imprensa ou foram reunidas para a produção de livros, como *A marcha da*

⁴⁶⁷BOLETIM DA BIBLIOTECA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. Presidentes da Câmara dos Deputados, 23º — Bilac Pinto. **Boletim da Biblioteca da Câmara dos Deputados**, vol. 16, nº 1, jan./abr., 1967.

⁴⁶⁸BOLETIM DA BIBLIOTECA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. Presidentes da Câmara dos Deputados, 23º — Bilac Pinto. **Boletim da Biblioteca da Câmara dos Deputados**, vol. 16, nº 1, jan./abr., 1967, p. 14.

“guerra revolucionária” no Brasil, publicado em janeiro de 1964, sob a argumentação de que o país vivia um processo de comunização no contexto de Guerra Fria.

Segundo Marco Túlio Antunes Gomes (2017), o deputado federal Bilac Pinto⁴⁶⁹ era um udenista antigetulista, fazendo parte do conhecido grupo denominado de “Banda de Música”⁴⁷⁰, que reunia outras personalidades políticas anticomunista, como Afonso Arinos e Aliomar Baleeiro⁴⁷¹.

Martina enfatiza em sua pesquisa, inspirada em Dreifuss, que, em torno do golpe de 1964, na implantação do regime civil-militar brasileiro, evidencia-se uma “elite orgânica [que] se diferencia do total das classes dominantes, liderando e viabilizando suas ações no nível político”⁴⁷². Esta elite orgânica, no *Congresso Nacional* e, aqui nesta pesquisa, na Assembleia Legislativa do Ceará, servia “como mediadoras nos blocos de poder, como frentes móveis de ação, predispondo a classe dominante para a luta política”⁴⁷³.

Com base nesse pensamento, entende-se que as frentes ou blocos instituídos durante o governo de Castello Branco e nos governos estaduais, que visavam a aprovação da agenda governamental como continuidade da “revolução”, serviam como uma frente móvel, bem articulada e pensada em termos político-ideológicos, cuja polarização política intencionava o controle das demais forças políticas.

Esta elite foi constituída por intelectuais orgânicos vindos das classes dominantes. Os parlamentares cearenses, federais ou estaduais, como Paulo Sarasate, Almir Pinto, Barroso dos Santos, Guilherme Gouveia e outros, nas duas linhas de frente como *Bloco Revolucionário Parlamentar* (Congresso Nacional) e *União Parlamentar*

⁴⁶⁹Bilac Pinto era natural de Minas Gerais, onde também se formou em Direito pela UFMG. Nos anos de 1930, ingressou na Aliança Liberal e, em 1934, fez parte da Assembleia Constituinte. Devido a desentendimentos durante o Estado Novo varguista, ele residiu no Rio de Janeiro e se afastou temporariamente do exercício político. Em 1943, com o desdobramento da Segunda Guerra Mundial, contra o fascismo, surgiu, em Minas Gerais, o *Manifesto dos Mineiros*, do qual Bilac Pinto foi participante e signatário. Com a redemocratização em 1946, Bilac ingressou na União Democrática Nacional (UDN), partido que garantiu sucessivos mandatos como deputado federal a partir de 1951 a 1966. Com a chegada do sistema bipartidarismo, integrou a Aliança Renovadora Nacional (ARENA)⁴⁶⁹.

⁴⁷⁰Para Martina Spohr (2024), o termo “Banda de Música” era uma expressão política atribuída à determinada ala da UDN no Congresso Nacional, cujos membros ficavam na primeira fileira disferindo discursos inflamados contra o governo de João Goulart. O grupo tinha alguns parlamentares bastante conhecidos, como Adauto Lúcio Cardoso, Afonso Arinos, Bilac Pinto, José Bonifácio, Aliomar Baleiro e outros.

⁴⁷¹GOMES, Marco Túlio Antunes. “Guerra Revolucionária”: o anticomunismo de Bilac Pinto e o golpe de 1964. *Revista da Universidade Federal do Espírito Santo – Anais da XI Semana de História UFES*, Vitória-ES, 2018, p. 2. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/semanadehistoria/article/view/23109/15702>. Acesso em 11 nov. 2025.

⁴⁷²SPOHR, Martina. *Bandade música e seu maestro: Aliomar Baleeiro e o golpe de 1964*. Curitiba: Appris, 2024, p. 29.

⁴⁷³SPOHR, Martina. *Banda de música e seu maestro: Aliomar Baleeiro e o golpe de 1964*. Curitiba: Appris, 2024, p. 29.

Revolucionária pelo Ceará (Assembleia Estadual), estabeleciam junto aos demais integrantes de seus grupos uma congruência orgânica, “buscando compreender sua inserção social não somente em tempo de revoltas ou revoluções, mas sim em sua luta política permanente”⁴⁷⁴. Foi com essa consciência que a elite orgânica percorreu os processos e os enquadramentos dos acontecimentos no governo de Castello Branco e do governo de Virgílio Távora no Ceará, como um contínuo movimento político de reafirmação da “revolução”.

Retornando ao cenário da política no *Congresso Nacional*, as disputas entre Ranieri Mazzilli (agora dissidente da base de apoio ao regime) e Bilac Pinto se intensificaram em torno das eleições para a presidência da *Câmara dos Deputados* federais, especialmente porque forças as políticas alinhadas em torno do apoio ao golpe de 1964 se movimentavam em direção à escolha de Mazzilli. Castello Branco, preocupado em compor uma base fiel ao seu governo, organizou uma articulação em favor de Bilac.

O comentarista política de *O Povo*, Oscar Pacheco Passos, afirmou que “enquanto assim age esse integro Presidente da República, algumas esferas revolucionárias, notadamente as chamadas “lideranças civis”⁴⁷⁵, se esmeram na inobservância das recomendações do grande comandante da Revolução”⁴⁷⁶. Pacheco Passos chamava atenção para “o episódio da eleição da Mesa da Assembleia”, em que alguns políticos desempenharam papéis no sentido “a motivar, de maneira deplorável, uma encenação antipática de arroubos moralizadores, à custa — e é o pior — do lastro de apoio político de que necessita a revolução”⁴⁷⁷.

Não restou dúvida de que houve uma racha no interior do partido PSD, quando uma parte apoiou Bilac e a outra, Mazzilli. Este aspecto é importante porque a literatura sobre o período tende a enfatizar o enfraquecimento do PSD após a integração dos seus membros na ARENA nacional. Ao contrário dessa literatura, o enfraquecimento de parte do PSD se deu ainda no processo de disputa pela presidência da Câmara dos Deputados.

É importante enfatizar alguns aspectos a respeito do PSD: o partido vinha em processo de consolidação nacional em termos de domínio da máquina estatal, pois escolheram alguns presidentes da República, como Juscelino e Dutra, e elegeram vários

⁴⁷⁴ SPOHR, Martina. **Banda de música e seu maestro: Aliomar Baleeiro e o golpe de 1964**. Curitiba: Appris, 2024, p. 21.

⁴⁷⁵ INTENSIFICA-SE O TRABALHO PARA A FORMAÇÃO DO BLOCO POLÍTICO DA REVOLUÇÃO. **O Povo**, Fortaleza, 20 e 21 fev. 1965, capa.

⁴⁷⁶ INTENSIFICA-SE O TRABALHO PARA A FORMAÇÃO DO BLOCO POLÍTICO DA REVOLUÇÃO. **O Povo**, Fortaleza, 20 e 21 fev. 1965, capa.

⁴⁷⁷ INTENSIFICA-SE O TRABALHO PARA A FORMAÇÃO DO BLOCO POLÍTICO DA REVOLUÇÃO. **O Povo**, Fortaleza, 20 e 21 fev. 1965, capa.

governadores em alianças e coligações partidárias com o PTB e a UDN durante o período democrático de 1946 a 1964, sendo um partido fiel de balança em vários cenários municipais e estaduais. Além disso, Ranieri Mazzilli (PSD), então presidente da Câmara dos Deputados federais, tornou-se presidente interino da República em 1961 devido à renúncia de Jânio Quadros e o vice-presidente estava em viagem à China, cumprindo agenda governamental.

Quando a *Campanha pela Legalidade*, liderada por Leonel Brizola, saiu vitoriosa e conseguiu apoio civil e militar, Jango assumiu o cargo de presidente, e Mazzilli foi reconduzido ao seu posto na Câmara Federal. Porém, em 1964, ocorreram mudanças de posicionamentos políticos em personalidades que antes agiam no sentido da manutenção da ordem constitucional de 1946, destacando-se o episódio em que Darcy Ribeiro enviou uma carta de Jango para Auro Moura de Andrade, presidente do Senado, afirmando estar em deslocamento para o Rio Grande do Sul para defender o seu governo.

A partir desse momento, as posições dos dois presidentes foram no sentido de atender seus interesses, apoiando o movimento militar que depôs o presidente. Moura Andrade declarou em rede nacional a vacância da presidência e mobilizou os membros do Congresso para a posse de Mazzilli, mais uma vez como presidente interino do país no dia 2 de abril de 1964. Mas o protagonismo do Alto Comando Revolucionário recorreu, por meio do Ato Institucional em 9 de abril, ao papel de liderança da nação. Mazzilli se manteve somente por 13 dias na presidência, pois o Congresso elegeu Castello Branco como presidente indiretamente para finalizar o tempo de mandato iniciado em 1961, o que posteriormente teve sua prorrogação até 1967.

Após a posse de Castello Branco até 1965, um conjunto de acontecimentos fizeram com que a UDN ascendesse aos postos do Estado brasileiro e, em decorrência disso, o PSD passou a sofrer crises internas porque parte de suas alas começou a defender a agenda de Castello Branco, enquanto outras, estrategicamente, fizeram previsões políticas para apoiar candidaturas civis para 1965, como foi o caso das eleições entre Bilac Pinto e Ranieri Mazzilli. Assim, quando o bipartidarismo foi instituído, o PSD já vinha em processo de fragmentação de defesas de projetos políticos, vivendo uma linha tênue entre a consolidação do regime e a montagem de estratégias pessoais malsucedidas, sem o comando dos militares.

Por outro lado, o sistema de sublegendas não criou as crises já existentes entre os partidos UDN e PSD, mas aguçou os problemas mediante o convívio dividido no mesmo partido no sistema político bipartidário. De acordo com Lucia Grinberg (2009, p.70), “as sublegendas eram uma garantia de modificar o mínimo possível as relações de

poder nos municípios, mantendo-se a realização das disputas entre os grupos locais através das eleições”⁴⁷⁸.

O periódico *O Povo*, do dia 23 de fevereiro de 1965, expôs, na parte central da primeira página (capa), o título: **“MAZZILLI LEVA O PSD A DRAMÁTICO DILEMA: CRISE INTERNA OU NACIONAL”**. Antes mesmo de serem obtidos os resultados dessa eleição, a imprensa captou os sentimentos dos membros do PSD e como eles perceberam o processo político vivido. Vinculado à percepção de momento, *O Povo* informou em capa que o deputado federal “Amaral regressa sombrio de Brasília e tenta, junto aos dirigentes pessedistas, uma saída honrosa — Mas não há mais nada a fazer: a candidatura revolucionária de Bilac Pinto encerrou a questão”⁴⁷⁹.

No dia seguinte, *O Povo* estampou em capa com manchete principal: **“Hoje, A Escolha do Presidente da Câmara — GOVERNO CONFIANTE NA VITÓRIA: BILAC FORTALECE ESQUEMA CIVIL”**. As informações contidas nas manchetes e matérias ali inseridas buscavam dar conta de transmitir um clima desconfiança e vitória ao governo Castello Branco. Os sentimentos de alegria e comemoração eram reforçados ainda mais quando afirmavam que “pelo último levantamento feito, 207 votos para o candidato do Bloco Parlamentar Revolucionário — APOIO DO Marechal Dutra — Todo o PSD do Maranhão e o PTN solidários”⁴⁸⁰.

O processo de dinamização dessa eleição promoveu um alinhamento da base de apoio político ao Castello Branco e ao seu candidato a partir da formação de um bloco parlamentar, integrado por vários partidos. O bloco foi denominado de *Bloco Parlamentar Revolucionário* (BPR), se caracterizando como pertencente a uma fase de engajamento que traduz bem o tipo de papel desempenhado pelo Legislativo nacional nesse momento: ações colaborativas na construção e consolidação do regime militar.

Antonio Carlos Pojo do Rego (2008) interpreta esse momento como pertencente a uma fase de “ápice da ditadura, quando o Congresso serve como a principal fonte de manutenção da legitimidade (1965–74)”⁴⁸¹. Assim, compreendemos que as formas de mobilizações anticomunistas e politicamente favoráveis às colaborações aos

⁴⁷⁸ GRINBERG, Lucia. **Partido político ou bode expiatório: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) – 1965 a 1979**. Rio de Janeiro: Editora Mauad X, 2009, p. 70. Para mais informações sobre o sistema de sublegendas ver, ALVES, Louremberg. **1967: sublegendas, conflitos e quase impeachment**. São Paulo: Scortecci, 2020.

⁴⁷⁹ MAZZILLI LEVA O PSD A DRAMÁTICO DILEMA: CRISE INTERNA OU NACIONAL. *O Povo*, Fortaleza, 23 fev. 1965, capa.

⁴⁸⁰ HOJE, A ESCOLHA DO PRESIDENTE DA CÂMARA — GOVERNO CONFIANTE NA VITÓRIA: BILAC FORTALECE ESQUEMA CIVIL. *O Povo*, Fortaleza, 24 fev. 1965, capa.

⁴⁸¹ REGO, Antonio Carlos Pojo do. **O congresso brasileiro e o regime militar (1964–1985)**. Rio de Janeiro: FGV, 2008, p. 56.

militares ocorreram por formações de grupos, entidades ou frentes parlamentares. E as divulgações e direcionamento dos temas em defesa do regime pela imprensa cearense serviam como ator político indispensável nesse momento.

Estas mobilizações serviam de ponta de lança para pressão e imposição de interesses defendidos em suas agendas, sem ausência de conflitos, desentendimentos ou dissidências, e vinham em processo crescente, desde o momento anterior ao golpe de 1964, mas foi em 1965 que ocorreu o alinhamento das diversas frentes, especialmente depois da decretação do Ato Institucional nº 2, cujo resultado foi a formação da *Aliança Renovadora Nacional* (ARENA). A base de apoio do bloco, em termos quantitativos de votos, era próxima daquilo que constituiu o percentual de filiação ao partido ARENA no plano federal, 257 deputados federais.

O clima era de festa tanto para os parlamentares, como para boa parte da imprensa brasileira, o que significou, para Pacheco Passos, uma **“FESTA DA REVOLUÇÃO”**. Segundo o jornalista, uma festa da *“revolução”* reunia um conjunto de motivações, porque se submeteu “a um teste e prestígio”, cujo crescimento de aceitação veio “da área político-parlamentar”, não muito diferente de “ir às urnas e apurar o valor numérico das forças que o apoiam”. Como se vê, o autor, em consonância ao pensamento do regime militar, via nesse processo político um sentido de aceitação e colaboração positiva ao governo de Castello Branco.

No dia posterior às eleições, 25 de fevereiro de 1965, o jornal *O Povo* estampou em capa **“Eleição da Câmara Federal, mais um lance para conquista dos objetivos revolucionários”**. Além do resultado para eleições da presidência da Câmara Federal, prevaleceu um aspecto que ficou esquecido pela historiografia e se tornou responsável por conjugar os momentos vividos pelos arenistas como vitórias de ações casuísticas, que foi o processo de politização dos acontecimentos em caracterizações de avanços dos *“ideais revolucionários”* como este que estamos analisando, as eleições na Câmara dos Deputados.

Os resultados dessa eleição apontaram o outro lado, que havia diferentes correntes políticas internas no PSD que se articulavam no distanciamento político à agenda do governo vigente. Justamente essa diferente diretriz de pensamento político que viabiliza aquilo que Pacheco Passos chamou em sua coluna jornalística do jornal *O Povo*, de 26 de fevereiro de 1965, de **“A DERROTA DO PSD”**. De acordo com Oscar Pacheco, a derrota do PSD teve dois significados: o primeiro dizia respeito à queda de prestígio de partido majoritário e o segundo, a um “choque” por sua “fama de quase infalibilidade de suas tradicionais lideranças”.

Estes dados são essenciais para entendermos as disputas de memórias entre a *União Democrática Nacional* (UDN) e o *Partido Social Democrático* (PSD) que colocam em um lugar secundário para o PSD no processo de formação da ARENA no Congresso Nacional, mais precisamente nas narrativas sobre a implantação das sublegendas. Assim, a imprensa brasileira, sobretudo cearense, aproveitou o momento vivido no interior do Congresso Nacional para caracterizar uma imagem negativa do PSD, atribuindo sua derrota política como resultado da traição aos ideais “revolucionários”, sendo vista como decorrente da oposição de pequenas alas políticas do PSD ao Castello Branco. Nas demais alas pessedistas, o apoio ao regime militar se manteve no processo de colaboração ao recrudescimento das medidas, sob a alegação de “*continuidade do movimento revolucionário*”.

Porém, o que vemos aqui é uma ruptura do PSD antes mesmo da existência da ARENA e que, diante do processo político ocorrido entre 1964 e 1965, pautado nos sentimentos militarizados, provocou fissuras internamente nesse partido. Sem dúvidas, a formação de blocos ou frentes parlamentares no governo de Castello Branco contribuiu para que fosse finalizado o processo iniciado pela experiência democrática representativa (1946–1964), quando os partidos se aproximaram das congruências ideológicas e agendas polêmicas, formando alianças interpartidárias.

Não por acaso o PSD sofreu outro processo antes da chegada do sistema político bipartidário, que foi aquilo que ficou conhecido como “depuração”, ou seja, um processo de limpeza interna no referido partido. A crônica jornalística não esteve ausente de um engajamento político favorável a esse procedimento, ao contrário, acompanhou cautelosamente também esse momento vivido pelo PSD, divulgando inúmeras matérias e manchetes sobre a depuração no PSD.

No dia 26 de fevereiro de 1965, o jornal *O Povo* informou sobre as consequências da derrota do PSD nas referidas eleições. Assim dizia o jornal: “**AMARAL DISPOSTO A RENUNCIAR: DEPURAÇÃO À VISTA NO P.S.D. E NO P.T.B.**”, e “O resultado da votação demonstrou a firmeza do bloco revolucionário, organizado na Câmara, de inspiração do Presidente da República. As consequências imediatas serão a depuração no PSD e PTB”.

O clima de limpeza foi realçado mais ainda, quando o jornal trouxe falas de deputados federais que defendiam o governo de Castello Branco, como do anticomunista cearense Armando Falcão, que “afirmou que agora é preciso depurar o PSD, cujo presidente, Amaral Peixoto, procurou esconder de seus liderados as diversas

manifestações do Presidente da República sobre o caso da Presidência da Câmara”⁴⁸². Sem dúvidas, os comentadores políticos do *O Povo* exploraram essa crise vivida pelas alas pessedistas oposicionistas ao presidente da República, especialmente porque esse jornal era dirigido por Paulo Sarasate, principal articulador na Câmara Federal na defesa de Castello Branco.

O acontecimento das eleições sobre a escolha do novo presidente da Câmara dos Deputados surtiu efeitos variados tanto no PSD quanto na UDN. No PSD, esses efeitos foram sentidos tanto na esfera federal, resultando na troca do presidente do diretório nacional e na expulsão de determinados membros pertencentes à referida legenda. A crise era sentida também nos estados da federação brasileira, que, por sua vez, trouxeram crises políticas internas nos diretórios de São Paulo, Ceará e Minas Gerais.

Desse modo, as alas discordantes do PSD passaram a compreender que havia uma disputa desigual na correlação de forças políticas, sendo uma ala partidária contra uma frente suprapartidária. Como bem analisou Paulo Roberto Motta (1971), ao se referir à polarização política vivida entre 1946 e 1964, “no Congresso, outrossim, os partidos também foram superados pelos blocos parlamentares”. Isto não seria diferente após o golpe de 1964, cuja divisão e perseguição política eram escancaradas e em que os recentes apoiadores, ao se posicionarem como discordantes das medidas do governo de Castello Branco, eram rapidamente transformados em inimigos do Estado e da “revolução”.

De certo modo, as crises possibilitaram os políticos do PSD, em diferentes estados — sobretudo no conjunto de políticos contrários ao governo de Castello Branco —, que, mobilizados, favoreceram a vitória de governadores nas eleições previstas para outubro de 1965. A vitória pessedista, nesse referido ano, estava atrelada ao processo de reavaliação da experiência no início do ano por algumas alas partidárias, que, com a montagem de alianças com os partidos de esquerda, como o PTB, procuravam se distanciar do governo que tinham ajudado a formar após o golpe de 1964.

Após serem derrotados nessa eleição na Câmara Federal, a referida ala do PSD articulou uma nova empreitada, porém sem sucesso — e mais ainda, por não calcular politicamente a conjuntura favorável às mudanças institucionais, jurídicas e partidárias, com inclinação e base na ideologia militar. Numa nota informativa do dia 5 de maio de 1965, o jornal *O Povo* divulgava a natureza da articulação que estava em curso. “Líderes pessedistas em frequentes contatos com ex-ministro Carvalho Pinto”⁴⁸³. Para o periódico, esse tipo de movimentação era um “assunto objeto de constantes especulações

⁴⁸²AMARAL DISPOSTO A RENUNCIAR: DEPURAÇÃO À VISTA NO PSD E PTB. *O Povo*, Fortaleza, 26 fev. 1965, p. 10.

⁴⁸³*O Povo*, 05 de maio de 1965.

jornalísticas”⁴⁸⁴, sem sombra de dúvidas, porque “O PSD já estaria cogitando da escolha do seu candidato à sucessão presidencial”⁴⁸⁵ para o ano de 1966. Os planos, mais uma vez, foram frustrados, pois o Ato Institucional nº2 impossibilitou essa mobilização, modificando a legislação partidária e favorecendo uma ampla frente de apoio ao governo com a criação da ARENA, partido de base governista.

Paulo Roberto Motta (1971) analisa que esse movimento político de alas do PSD esteve em processo de distanciamento da agenda do governo de Castello Branco como uma demonstração de enfraquecimento das elites agrárias mediante “a existência de um governo militar aliado à UDN”⁴⁸⁶. E afirma enfaticamente que, a partir de 1965, durante o governo de Castello Branco, “a elite rural, por sua vez, tencionava reagrupar meios, a fim de dominar o governo”⁴⁸⁷, sendo um movimento político com margem a ser investido e engajado. Na contramão disso, outro movimento se articulava, sendo mais poderoso: o referido bloco de apoio a Castello Branco na Câmara Federal. Entre os embates ocorridos pelos dois grupos de forças, “a importância dos partidos foi minimizada pelo governo militar e o BRP dominado pelos udenistas, que formavam obstáculos à ascensão dos líderes latifundiários”⁴⁸⁸.

O governo vigente, além de provocar o famoso expurgo das esquerdas pela operação limpeza, necessitou destinar esforços e mobilizar um contingente dessas elites orgânicas para blindá-lo contra as pretensões de ascensão das elites rurais que viam em Castello Branco uma possibilidade de retorno ao poder nas diferentes estâncias (municipais, estadual e federais), como ocorrida pelas eleições de outubro de 1965.

Enquanto a parte derrotada do PSD procurou sobreviver politicamente, alguns membros da UDN, como Paulo Sarasate, que, além de jornalista do próprio jornal *O Povo*, exercia a função de deputado federal no momento desses acontecimentos no Congresso Nacional. Posteriormente, ele será o presidente do diretório da ARENA Estadual, seção Ceará.

Em exposto em capa do jornal *O Povo*, em 14 de maio de 1965, divulgava-se: “O deputado Paulo Sarasate, antes de regressar ao Rio, declara: ‘O CONGRESSO ESTÁ PERFEITAMENTE IDENTIFICADO COM OS OBJETIVOS PATRIÓTICOS DO

⁴⁸⁴ *O Povo*, 05 de maio de 1965.

⁴⁸⁵ *O Povo*, 05 de maio de 1965.

⁴⁸⁶ MOTTA, Paulo Roberto. **Movimentos Partidários no Brasil**: a estratégia da elite e dos militares. Rio de Janeiro: FGV, 1971, p. 49.

⁴⁸⁷ MOTTA, Paulo Roberto. **Movimentos Partidários no Brasil**: a estratégia da elite e dos militares. Rio de Janeiro: FGV, 1971, p. 49.

⁴⁸⁸ MOTTA, Paulo Roberto. **Movimentos Partidários no Brasil**: a estratégia da elite e dos militares. Rio de Janeiro: FGV, 1971, p. 49.

GOVERNO”⁴⁸⁹. A referida matéria de capa, realçava que, no Congresso, havia uma base política caracterizada como “maioria absoluta” e que, diante dos enfrentamentos da agenda, “dá tranquilidade à política segura e reformista do presidente Castello Branco”⁴⁹⁰.

Isto significava dizer que, enquanto o PSD se enfraquecia, atingindo em cheio algumas alas cearenses, como a liderada por Martins Rodrigues, o partido UDN se fortalecia no cenário nacional pela atuação de Paulo Sarasate e, no próprio estado do Ceará, pelo governo de Virgílio Távora, tendo uma ampla base parlamentar — a *União pelo Ceará*.

O *Bloco Parlamentar Revolucionário* (BPR), instalado no Congresso Nacional, é um claro exemplo de que o partido UDN ascendia politicamente pela via do autoritarismo após o golpe de 1964. Segundo Paulo Roberto Motta (1971), “o Bloco Parlamentar Revolucionário (BPR), criado para dar apoio legislativo ao governo, era comandado pela UDN. O BPR era constituído por praticamente todos os udenistas, um terço dos pessedistas e um quinto dos petebeístas”⁴⁹¹. O mesmo ocorria pelo processo de transmutação entre a *União pelo Ceará* e o bloco político denominado União Parlamentar Revolucionária pelo Ceará, liderado por Guilherme Gouveia na Assembleia Legislativa, no qual o governo estadual e o conjunto de forças udenistas passavam a ser maioria e atuantes na defesa do regime civil-militar.

A postura com que os congressistas referendaram a agenda de Castello Branco, exposta pela imprensa, é muito diferente das versões apresentadas pela produção memorialística, que enfatiza um encurtamento de acontecimentos entre o golpe de 1964 e o AI-2 em 1965, atribuindo um sentido de artificialidade à participação dos civis no governo de Castello Branco. Nem mesmo uma parte da historiografia brasileira escapou à reprodução desse tipo de versão sobre essa participação dos civis, ao afirmar que o governo militar manteve artificialmente o Congresso Nacional como demonstração de sobrevivência democrática das instituições liberais.

Em parte, essas análises estão corretas, mas não completamente, no sentido de fazer compreender que, em torno desses acontecimentos, existiram parlamentares com posicionamentos políticos que oscilaram ou se mantiveram no processo de consolidação da ditadura militar (1964–1985). Esse tipo de comportamento é identificável também nesses processos políticos que demandavam decisões de parlamentares estaduais e da própria imprensa dita liberal.

⁴⁸⁹ *O Povo*, 14 de maio de 1965.

⁴⁹⁰ *O Povo*, 14 de maio de 1965.

⁴⁹¹ MOTTA, Paulo Roberto. **Movimentos Partidários no Brasil**: a estratégia da elite e dos militares. Rio de Janeiro: FGV, 1971, p. 49.

A partir de Antonio Pojo (2008), entendemos que o Legislativo teve protagonismo significativo no atendimento à agenda de Castello, um dos governos que acelerou o processo de consolidação das demandas militares até 1974. Segundo Pojo (2008), o processo de disrupção do Congresso veio após 1974, fazendo com que o Legislativo procurasse nova atuação, em grande medida, passando para a oposição um número razoável de ex-apoiadores dos militares.

Não estamos afirmando que houve inexistência de controle, limites e imposições advindos dos governos militares, porém, acreditamos, com base em Antonio Pojo (2008, p.65), que, na primeira fase, de 1964 a 1974, especialmente durante o governo de Castello Branco (1964–1967), boa parte dos acontecimentos políticos foi resultante da correlação de forças, em que o Legislativo empreendeu engajamento consciente em favor da manutenção do novo sistema político, instituído após a intervenção militar.

Sem intencionais generalizações, torna-se importante observar a fala de Oswaldo Trigueiro: “o Congresso, decerto, pagou um pesado tributo. Mas sobreviveu” [...]. Ele não foi menos independente do que na primeira República”⁴⁹², além disso, “não se tornou mero ornato de fachada do regime”⁴⁹³. Pelo contrário, “permaneceu como corpo legislativo participante de decisões que mudaram a face do País”⁴⁹⁴. Além da observação da parcialidade das memórias sobre as articulações políticas dos governos militares, a narrativa histórica também tem a sua parcial lente de observação, como bem demonstra as afirmações de Daniel Lvovich: “a ditadura brasileira se diferenciou das outras três por optar por um regime político que possibilitou o funcionamento — todavia muito condicionado — de partidos políticos e do Congresso, além da periódica convocação para eleições”⁴⁹⁵.

Entre a memória e a história sobre o papel do Legislativo, nessa primeira fase, que foi de consolidação do regime militar, torna-se importante a compreensão de que ampla parcela dos parlamentares eleitos em 1962 pela propaganda eleitoral do anticomunismo e conservadorismo, segundo Antônio Pojo, “aceitou a intervenção militar

⁴⁹² VIANA FILHO, Luiz. **Castello Branco**: testemunhos de uma época. Vol. 61. Brasília: Editora UnB, 1986, p. 72 (Coleção Temas Brasileiros).

⁴⁹³ VIANA FILHO, Luiz. **Castello Branco**: testemunhos de uma época. Vol. 61. Brasília: Editora UnB, 1986, p. 72 (Coleção Temas Brasileiros).

⁴⁹⁴ VIANA FILHO, Luiz. **Castello Branco**: testemunhos de uma época. Vol. 61. Brasília: Editora UnB, 1986, p. 72 (Coleção Temas Brasileiros)..

⁴⁹⁵ LVOVICH, Daniel. Autoritarismo, nacionalismo, fascismo e Doutrina de Segurança Nacional no debate sobre as ditaduras do Cone Sul latino-americano da segunda metade do século XX. In: MAUAD, Ana Maria e QUADRAT, Samantha. **Diálogos historiográficos**: memória, história e tempo presente no Brasil e na Argentina. São Paulo: Letra e Voz, 2023, p. 16.

e muitos a defenderam”⁴⁹⁶. Continuando o autor, “o Legislativo coexistiu com os militares, na medida em que a natureza ideológica do movimento militar era em tudo similar às opiniões da maioria conservadora do Congresso”⁴⁹⁷.

Em um cenário em que o deputado federal Moreira Alves teve o seu mandato cassado pelo regime e o *Congresso Nacional* fechado, provocando intensa agitação em diferentes lideranças políticas no país, no Ceará, este episódio foi interpretado com o sentido de positividade das ações realizadas por Costa e Silva. Exemplo claro disso é o jornal *Unitário*, que, em seu editorial, assumiu categoricamente a permanência do apoio ao regime, no caso, ao governo de Costa e Silva, entendendo o AI-5 (1968) como sendo uma segunda fase de renovação “*dos ideais revolucionários*”. Em editorial, o *Unitário* expressou que o AI-5, em segunda fase, “reabre um ciclo punitivo que ela própria voluntariamente já dera por findo e buscava os caminhos do reencontro democrático, não sentimos nenhum constrangimento nem incorremos em qualquer incoerência em continuarmos ao seu lado”⁴⁹⁸.

A respeito da cassação de Moreira Alves, o periódico afirmou que “o desafio lançado pela Câmara dos Deputados, na última quinta-feira, o tiro de misericórdia que estava faltando e que, no entanto, saiu pela culatra”⁴⁹⁹. Observa-se na expressão e posição assumida por este jornal que o AI-5 serviu como medida benéfica na restauração da ordem estabelecida pelo regime vigente, e na contentação das forças políticas oposicionistas.

Esta visão era amplamente compartilhada por outros políticos, jornalistas e setores diversos no Ceará. Novamente, o deputado Themístocles de Castro e Silva voltou à imprensa numa espécie de profecia da vinda de um novo Ato Institucional (28 de outubro de 1968) no comunicado ao próprio *Unitário*. Após a decretação do AI-5, o jornal, na coluna política de Pádua Lopes, procurou dar relevância ao parlamentar, afirmando que “Themístocles previu o Ato”, que pretendia “revigorar a Revolução de Março”⁵⁰⁰.

A situação era similar com alguns setores ouvidos por Pádua Lopes, ao afirmarem “que o Ato-5 era reclamado há muito tempo, desde as primeiras manifestações

⁴⁹⁶REGO, Antonio Carlos Pojo do. **O congresso brasileiro e o regime militar (1964-1985)**. Rio de Janeiro: FGV, 2008, p.65.

⁴⁹⁷REGO, Antonio Carlos Pojo do. **O congresso brasileiro e o regime militar (1964-1985)**. Rio de Janeiro: FGV, 2008, p.65.

⁴⁹⁸SEGUNDA LIÇÃO (EDITORIAL). *Unitário*, Fortaleza, 13 dez. 1968, capa.

⁴⁹⁹SEGUNDA LIÇÃO (EDITORIAL). *Unitário*, Fortaleza, 13 dez. 1968, capa.

⁵⁰⁰AGENDA POLÍTICA — PÁDUA LOPES: THEMÍSTOCLES PREVIU O ATO. *Unitário*, Fortaleza, 13 dez. 1968, p. 2.

populares em que a autoridade governamental foi posta em xeque”⁵⁰¹. Já em relação à cassação de Moreira Alves, o único parlamentar federal que votou contra essa medida autoritária foi o deputado federal Flávio Marcílio, ficando os demais, um total de 21 parlamentares, a favor do governo de Costa e Silva⁵⁰². A situação não foi muito diferente na Assembleia Legislativa do Ceará, quando somente um parlamentar estadual da ARENA deu declaração contrária ao governo Costa e Silva, o deputado Fernando Melo, que disse: “a Câmara desmentiu a existência de pressões do Executivo sobre ela, ao ter apreciado livremente, sob seu aspecto jurídico, o pedido de licença para processar o parlamentar carioca”⁵⁰³.

Perceber a atuação do Legislativo em torno das eleições sobre a mesa diretora envolve uma questão profundamente significativa, inclusive levantada pela historiadora Lucia Grinberg, quando disse que “a participação efetiva compreende tanto os riscos da empreitada em atividades políticas desse gênero quanto o apoio e a crença naquele movimento”⁵⁰⁴. Assim, entendemos que os acontecimentos como a posse de Castello Branco, a prorrogação do seu mandato, as eleições dos Legislativos em 1965 e a implantação do modelo político do sistema político bipartidário ficaram marcados pela ampla participação de políticos, sejam udenistas, sejam pessedistas, cuja ação é caracterizada com o sentido de engajamento e empreendimento envolvendo riscos conscientes⁵⁰⁵. Por outro lado, esses acontecimentos e as mobilizações de civis e militares na condução deles revelam aspectos do cotidiano do regime militar, que demonstram a forma e os mecanismos de legitimação do novo regime político.

Numa declaração ao jornal *O Povo*, o deputado federal Paulo Sarasate (UDN), narrando o expressivo apoio político existente no Senador Federal e na Câmara dos Deputados, disse: “E na Câmara, os fatos aí estão: ainda não perdemos uma. Ganhamos todas as paradas”⁵⁰⁶. O trecho torna visível um pouco da atmosfera vivida por aqueles que apoiaram o governo de Castello Branco e suas reformas políticas. Declarações como essas dão outra perspectiva sobre como determinados atores políticos dinamizaram os acontecimentos em favor da legitimação do governo de Castello Branco, contrariando as versões que se ancoram na ideia de que tudo foi feito pela imposição e obediência cega.

⁵⁰¹AGENDA POLÍTICA — PÁDUA LOPES: THEMÍSTOCLES PREVIU O ATO. **Unitário**, Fortaleza, 13 dez. 1968, p. 2.

⁵⁰²A FAVOR DAS CONDENAÇÕES. **Unitário**, Fortaleza, 13 dez. 1968, p. 2.

⁵⁰³A FAVOR DAS CONDENAÇÕES. **Unitário**, Fortaleza, 13 dez. 1968, p. 2.

⁵⁰⁴GRINBERG, Lucia. **Partido Político ou bode expiatório**: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) - 1965–1979. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009, p. 26.

⁵⁰⁵GRINBERG, Lucia. **Partido Político ou bode expiatório**: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) - 1965–1979. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009, p. 26.

⁵⁰⁶**O Povo**, 14 de maio de 1965.

5.3 A formação do bloco *União Parlamentar Revolucionária do Ceará* (UPRC)

As mobilizações e articulações políticas promovidas no interior do *Congresso Nacional* em defesa do governo de Castello Branco possibilitaram um alinhamento político interpartidário, mediante a transmutação da *Ação Democrática Parlamentar* (ADP) em *Bloco Revolucionário Parlamentar* (BRP). Essas articulações estavam completamente alinhadas com os movimentos que viriam a acontecer no interior das Assembleias Legislativas nos estados brasileiros, transformando as antigas alianças em organizações políticas de apoio ao presidente da República após o AI-2.

Nesse sentido, a experiência ocorrida no *Congresso Nacional*, em fevereiro de 1965, pavimentou um caminho indispensável e transferível para as realidades estaduais e municipais, a fim de realinhar as bases políticas com base em nova legislação de cunho autoritário, a partir de outubro do mesmo ano.

O Ceará participou desse processo de alinhamento com a chegada do AI-2, fazendo desse momento uma possibilidade de transmutação da aliança *União pelo Ceará em União Parlamentar Revolucionária do Ceará* (UPRC).

Logo após a divulgação na imprensa do Ato Institucional n.º 2 que resultou na nova forma de organização política mediante o novo sistema político bipartidário, houve uma articulação na Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, reunindo um bloco de parlamentares estaduais em resposta às novas formas de organizações político-partidárias. Cerca de 59⁵⁰⁷ deputados estaduais emitiram um abaixo-assinado⁵⁰⁸, datado em 29 de outubro de 1965, em que assinalavam conhecimento e interpretação do processo político vivido.

⁵⁰⁷O Bloco Parlamentar Revolucionário do Ceará era constituído dos seguintes deputados: Guilherme, Ézio Pinheiro, João Frederico Ferreira Gomes, José Napoleão de Araújo, Jorge Abreu, Francisco Augusto Sales, Manuel Rodrigues dos Santos, Adauto Bezerra, Sênio Dantas, Murilo Aguiar, Obi Viana Diniz, Edson da Mota Correia, José Mário Barbosa, Jeová Costa Lima, Brasilino de Freitas, Manuel de Castro Filho, Quintílio Teixeira, Gilberto Sampaio, Barros dos Santos, Cincinato Furtado Leite, Lourival Banhos, Plácido Castelo, José Peregrino Frota, Irapuan Pinheiro, Joel Marques, Oriel Mota, Franklin Chaves, Antônio Diniz, Filemon Teles, Epitácio Cruz, Erasmo de Alencar, Haroldo Martins, José Correia Pinto, Raimundo Gomes da Silva, Francisco Alves Sobrinho, Abelardo Costa Lima, Antônio Custódio de Azevedo, Ernani Viana, Aécio de Borba Vasconcelos, Alceu Coutinho, Gomes de Freitas, José Firmo de Aguiar, José Simões dos Santos, Mozart Gomes de Lima, Raimundo Ximenes Neto, Sabino Cavalcante, Castelo de Castro, Elísio Aguiar, Haroldo Sanford e Samuel Lins Cavalcante. Os suplentes em exercício que assinaram foram os srs. Januário Alves Feitosa, Edísio Meira Tejo, Aquiles Peres Mota, Esmerino Ferreira Gomes, Austregésilo Rodrigues, Alfredo Veras Coelho, Antônio Danúcio Barroso, Racine Távora e Jerônimo Alves de Araújo. In: DEFINITIVAMENTE CONSTITUÍDO O BLOCO PARLAMENTAR REVOLUCIONÁRIO. *O Povo*, Fortaleza, 9 nov. 1965, p. 2.

⁵⁰⁸O abaixo-assinado está depositado no Arquivo Público do Ceará (APC). O documento integra o Acervo — Fundo Virgílio Távora, na Série Organização Político Partidária, na subseção Aliança Renovadora Nacional (ARENA — Ceará). Torna-se importante informar que este documento já se encontra em situação de desgaste temporal, dificultando sua leitura, sendo necessária a utilização de digitalização, ampliação de zoom, cor e contrastes por meio de dispositivos digitais para ser possível a sua leitura.

Era com as seguintes expressões e tom que o abaixo-assinado manifestava algo na assembleia: “ATENDENDO à necessidade de natureza parlamentar de se aglutinarem no exercício da ação legislativa visando à efetividade da ordem jurídico-revolucionária, no Poder do Estado”⁵⁰⁹. O processo de reformulação e organização de novas agremiações partidárias foi interpretado como parte ou peça importante dentro daquilo que eles entendiam como processo “revolucionário” ou continuidade dele, que possuía uma base jurídica própria, concebendo-a como “ordem jurídica-revolucionária”, para que fosse necessário para a sua efetivação e legitimidade.

Com base em um abaixo-assinado, o referido grupo resolveu “constituir-se em bloco parlamentar sob a denominação de **“UNIÃO PARLAMENTAR REVOLUCIONÁRIA NO CEARÁ”**”⁵¹⁰. Nesse momento, ao que parece, ainda não se sabia qual seria o nome do partido de base governista no plano federal, o que levou os políticos cearenses, apoiadores do golpe e do governo Castello Branco, a reaproveitarem a denominação política utilizada no Ceará para vencer as eleições de 1962, baseada no discurso político anticomunista, chamada *União pelo Ceará*. Por outro lado, não há certeza se essa denominação influenciou a escolha posterior do nome do partido nacional, intitulado *Aliança Renovadora Nacional (ARENA)*.

Segundo o documento, o posicionamento da formação do grupo dizia respeito a apoiar “à ordem jurídica-revolucionária”⁵¹¹, Castello Branco e o governador Virgílio Távora. O referido documentos explicitava as motivações, o espírito de agitação e atmosfera ideológica que pairavam sobre determinados grupos políticos, que, imbuídos de sentimentos e pertencimentos ao movimento militar, colaboraram e aprovaram alterações, reconhecendo que poderia estar na agenda política, a necessidade de abrir mão de certas garantias e direitos.

Nesse momento abarcado, entre a institucionalização do AI-2 e a legalização oficial do diretório estadual da ARENA no Ceará, as atenções estavam voltadas para o governador em exercício, o Cel. Virgílio Távora, sendo atribuída a ele a representatividade de “*revolucionário*”, um representante do governo de Castello Branco em terras cearenses. Como os olhos dos grupos políticos, classes produtoras, militares e

⁵⁰⁹ABAIXO-ASSINADO. 29 out. 1965. Submetido à Assembleia Legislativa do Ceará. Fortaleza: Acervo — Fundo Virgílio Távora, Série Organização Político-Partidária, Subsessão Aliança Renovadora Nacional (ARENA — Ceará).

⁵¹⁰ABAIXO-ASSINADO. 29 out. 1965. Submetido à Assembleia Legislativa do Ceará. Fortaleza: Acervo — Fundo Virgílio Távora, Série Organização Político-Partidária, Subsessão Aliança Renovadora Nacional (ARENA — Ceará).

⁵¹¹ABAIXO-ASSINADO. 29 out. 1965. Submetido à Assembleia Legislativa do Ceará. Fortaleza: Acervo — Fundo Virgílio Távora, Série Organização Político-Partidária, Subsessão Aliança Renovadora Nacional (ARENA — Ceará).

religiosas estavam voltados para ele, era quase natural ser o escolhido como o líder partidário, do futuro partido governista no Ceará. Na tentativa de efetivar esse sentimento, não faltaram manifestações e felicitações ao Cel. Virgílio Távora, delegando um lugar de liderança dos “ideais revolucionários” na fase de instalação dos novos partidos.

Algumas cartas procuravam visibilizar o sentimento de comemoração na indicação de Virgílio Távora como possível líder do partido do governo militar. Duas cartas endereçadas a Virgílio Távora nos chamam a atenção: a primeira, com data de 9 de dezembro de 1965, salientou que o governador possuía as “credenciais bastantes para, na formação de novas agremiações políticas, definir a nossa filiação partidária”⁵¹². A segunda carta, de 10 de dezembro de 1965, manifestou que Virgílio Távora estava credenciado “para, oportunidade devida, declarar a filiação partidária de signatário”⁵¹³. Eram cartas advindas de autoridades com assinaturas coletivas, delegando o governador como liderança para movimentar o apoio político e social em favor de Castello Branco e sua proposta de agenda de governo militar.

As expectativas em torno do governador Virgílio Távora eram tão grandes que, através do referido abaixo-assinado, de iniciativa do deputado estadual Guilherme Gouveia (UDN, Granja - CE), lido na Assembleia Legislativa do Ceará, foram atribuídas ações de combate ao comunismo e à modernização econômica como antecipadora daquelas que estavam sendo desenvolvidas pelo governo de Castello Branco. O orador, Guilherme Gouveia, em Assembleia, assim discursou:

[...] o Senhor Governador do Estado, o Coronel Virgílio do Nascimento Fernandes Távora, o que implica afirmar, visando ao aperfeiçoamento e readaptação de diretrizes governamentais, muitas das quais, em boa hora implantadas com o advento da atual administração, sem dúvidas, precursora de revolucionárias normas estabelecidas em terra cearenses, sob a esclarecida disposição de coestaduanos, os mais responsáveis, e ressaltada no memorável pacto de 26 de agosto de 1962⁵¹⁴.

Com base no trecho acima, é recuperado e mobilizado politicamente a aliança de 1962 (*União pelo Ceará*), a qual reuniu as principais forças políticas anticomunistas e conservadoras com o intuito de conter o crescimento das forças políticas partidárias de esquerda no estado. Além disso, faz referência ao início ou ao processo embrionário que conjugou as lutas do anticomunismo e promoção de desenvolvimento em traços

⁵¹² Ambas as cartas estão salvaguardadas no Arquivo Público do Ceará, em Fortaleza e compõem o acervo Fundo Virgílio Távora, na Série Organização Político Partidária, na subseção Aliança Renovadora Nacional (ARENA — Ceará). As cartas foram digitalizadas em 2023. Infelizmente, para este momento, não conseguimos acessar os nomes dos remetentes, pois o notebook teve mudança de configuração e perdemos o acesso delas, necessitando ir novamente ao acervo para verificação dos nomes.

⁵¹³ Idem.

⁵¹⁴ ABAIXO-ASSINADO. 29 out. 1965. Submetido à Assembleia Legislativa do Ceará. Fortaleza: Acervo — Fundo Virgílio Távora, Série Organização Político-Partidária, Subseção Aliança Renovadora Nacional (ARENA — Ceará).

“conservadores” a partir da “consagração de forças” heterogêneas. Assim, por meio da projeção da imagem de Virgílio Távora, buscava-se afirmar, como notoriedade, que, no Ceará, a luta “revolucionária” estava em curso bem antes do 31 de março de 1964, mas que estava perfeitamente alinhada e identificada com os objetivos do governo Castello Branco.

A recuperação e uso do passado em volta do pacto político de 1962 foram retomados em outro trecho do referido discurso. No tocante à extinção das antigas legendas partidárias e as novas organizações político-partidárias, o orador Guilherme Gouveia disse que:

O Ceará não desconhece, e melhor o atentar-se esta Casa, o haver-mos contribuído, sustentado e persistido, ser-----, que para a garantia dos direitos de Estado, para a manutenção do clima de tranquilidade, para a continuidade dos percursos administrativos, para o aperfeiçoamento das normas políticas da pública administração — somente será exequível, como tem sido, pelo elevado entendimento de quantos têm qualquer parcela de responsabilidade nos destinos do Ceará. Assim, Senhor Presidente, se no passado preconizamos e sustentamos esse diálogo entre os dirigentes e responsáveis das ex-entidades político partidárias, como ficarmos, agora, indiferentes, apáticos ou alheios, exatamente, nessa ocasião em que extintas aquelas organizações, não insistíssemos com mais veemência até, a manutenção de um ideal, tido e havido como o mais condizente com os interesses do povo? Que firmeza de convicção seria a nossa se, desarmarmos alguns com a ausência de uma perempta chefia política, não promovermos o reagrupamento com o Poder, de representação consentida pelo Ato Institucional nº 2? até quando não incurra em processos de corrupção e subversão, sobretudo, com a precípua finalidade de assegurar os princípios e normas editados pela Revolução, para que esta Casa, com a majestade de seu poder legiferante, possa transformar-se em inexpugnável baluarte na defesa e sustentação daqueles princípios [...]

No trecho acima, conseguimos visualizar um tipo de mobilização política: a formação de novos partidos a partir do Ato Institucional nº 2. O elemento que se apresenta como diferencial em relação ao que já foi produzido sobre o processo de formação das organizações ou modelos partidários relaciona-se, exclusivamente, ao fato de essas ações políticas demonstrarem engajamentos conscientes, no momento em que seus protagonistas realizavam leituras da realidade sociopolítica brasileira.

Nesse sentido, as tomadas de consciência desses protagonistas decorrem da necessidade de, mais uma vez, se mobilizarem em defesa dos ideais da “Revolução”. Assim, a formação do bloco *União Parlamentar Revolucionária do Ceará* não foi um processo inexperiente, uma vez que, em boa medida, grande parte de sua composição já integrava o pacto político *União pelo Ceará*. Essa chave de interpretação é fundamental,

pois, embora sempre a remetermos aos preâmbulos dos Atos Institucionais, as elites parlamentares, intelectuais e orgânicas serviram-se dela como instrumento de investimento e ganho político, visando à sobrevivência de suas trajetórias no cenário instaurado pelo regime.

Desse modo, percebemos que os parlamentares do referido bloco, além de recorrerem ao passado recente vivido por eles, passaram por um processo de politização do Ato Institucional, interpretando-o não como imposição, mas como elemento indispensável e necessário à conquista dos ideais defendidos e compartilhados. Em termos diretos, estavam dispostos a essa nova empreitada, transformando o discurso na Assembleia Legislativa em um instrumento de mobilização, reposicionando, mais uma vez, o então governador Virgílio Távora no cenário político como representante legítimo.

Mas será mesmo que Virgílio Távora conseguiu liderar o partido de base do governo “revolucionário”, mesmo possuindo tanto prestígio e aceitação?

Quanto aos deputados estaduais que ingressaram no bloco político denominado *União Parlamentar Revolucionária do Ceará*, cujos nomes constam no abaixo-assinado de 29 de outubro de 1965, vê-se esse momento de posicionamento como demonstração e colaboração nos rumos considerados necessários ao “movimento militar”.

Quando observamos a trajetória dos 59 deputados⁵¹⁵ que passaram a compor o grupo parlamentar de apoio aos militares, encontramos algumas características significativas como: desses 59 deputados estaduais, oito estavam exercendo vagas parlamentares como suplentes, e 51 como candidatos eleitos no último pleito eleitoral de 1962, no caso eleições gerais e majoritárias no Ceará.

Além disso, 12 deputados estaduais do referido grupo ingressaram na carreira política pela primeira vez, sendo eleitos justamente na eleição de 1962, que se caracterizou

⁵¹⁵Todas as informações foram coletadas em publicações da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará (ALECE), que, a cada nova legislatura, realiza uma publicação biográfica dos deputados eleitos e empossados, bem como da composição da Mesa Diretora e da ata da primeira sessão ordinária dos trabalhos iniciados por aquela legislatura. Cada legislatura possui uma edição em formato de livro, publicada pela editora INESP, sediada em Fortaleza e disponível eletronicamente para consulta na internet. A coleta das informações biográficas de cada deputado estadual das 14^a, 15^a, 16^a, 17^a e 18^a legislaturas foi fundamental para realizar o cruzamento de dados e, a partir daí, desenvolver uma pesquisa cujas análises trouxessem um olhar voltado às biografias coletivas — ou, em termos mais específicos, uma análise prosopográfica — dos membros políticos cearenses que se articularam na União Parlamentar pelo Ceará. Esse procedimento metodológico foi repetido durante o processo de análise da composição da legislatura eleita em 1962 e empossada em 1963; posteriormente, com o grupo União pelo Ceará e, em seguida, com a formação da ARENA no Ceará. De fato, entre 1962 e 1965, ocorreram diversas mobilizações políticas coletivas que envolveram os políticos cearenses e, por isso, há uma demanda urgente em compreender como essas ações se deram coletivamente ao longo desses processos.

pelo grande empenho na coligação partidária que uniu forças entre UDN, PSD e PTN no combate ao avanço dos partidos e movimentos de esquerdas em estágio de crescimento no Ceará. A coligação anticomunista e registrada junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará era a famosa *União pelo Ceará*.

A campanha anticomunista da *União pelo Ceará* foi bastante expressiva na eleição do governador Virgílio Távora e capitalizou um poder político que garantiu a reeleição de pelo menos 44 deputados estaduais, os 12 deputados estaduais novos mencionados como primeira atividade política e a ascensão política para 17 deputados estaduais, porque, antes das eleições de 1962, eles eram vereadores, prefeitos ou vice-prefeitos. Esta é a composição política daqueles que ingressaram na *União Parlamentar pelo Ceará*.

Devemos lembrar que, dos 65 deputados estaduais eleitos na eleição de 1962, nessa primeira mobilização em 1965, com a repercussão do Ato Institucional nº 02, que acarretou um novo sistema político, o bipartidário, a ampla maioria se articulou no apoio às medidas do primeiro governo militar, Castello Branco. Nesse sentido, a adesão de 59 dos 65 deputados estaduais corresponde a 90% dos deputados da Assembleia Legislativa do Ceará, eleita em 1962 e empossada em 1963.

Outros aspectos também nos chamaram a atenção com relação aos 59 deputados, o primeiro é que somente nove deles conseguiram prolongar os seus mandatos durante toda a existência da ARENA, no caso, até 1979, ano de extinção do bipartidarismo. Já seis deputados exerceram mandatos pela ARENA até 1974. Outros 11 deputados encerraram os seus mandatos na Assembleia Legislativa em 1970. Além disso, 28 deputados ficaram em seus cargos até 1966. E cinco deputados restantes tiveram mandatos estaduais mesmo após a extinção da ARENA.

Compreendemos que, a partir das eleições indiretas em 1966, a composição da Assembleia Legislativa do Ceará sofreu modificações na composição das suas 65 cadeias, especialmente no que diz respeito à renovação das antigas forças pertencentes ao grupo *União pelo Ceará*, com a chegada de novas personalidades, ainda que fosse do mesmo partido, a ARENA. No entanto, como vimos anteriormente, mesmo possuindo uma renovação quantitativa dos membros da ARENA cearense, ainda em 1968, ela permaneceu como base política consolidada e alinhada aos governos militares posteriores.

No que se refere ao exercício de mandatos como deputados federais, somente dois dos 59 do referido grupo conseguiram ampliar a atuação política para o Congresso Nacional, quais sejam: Raimundo Gomes da Silva e Januário Alves Feitosa, no funcionamento da

ARENA e depois da sua extinção; e outros quatro políticos cearenses foram eleitos deputados federais após a extinção desse partido.

Dos 59 deputados estaduais que compuseram a *União Parlamentar Revolucionária do Ceará*, somente dois deles alcançaram o cargo de governador estadual no sistema político bipartidário: Plácido Castelo (1966–1971) e Adauto Bezerra (1975 a 1979). O governador César Cals (1971–1975) não fez parte desse grupo político, uma vez que era militar e sem trajetória política e vínculos com os grupos partidários tradicionais cearenses.

O bloco político na Assembleia Legislativa tinha uma configuração representativa das diferentes microregiões do estado do Ceará. Nas cinco regiões cearenses representadas pelos deputados estaduais, percebemos que algumas delas, como norte, sul e região de Fortaleza, tiveram uma quantidade de políticos eleitos maior do que em outras, como na Região Jaguaribana. No entanto, a região, mesmo tendo poucos deputados eleitos, os seus mandatos foram bastante extensos temporalmente, servindo de correlação de forças de equilíbrio político nas questões regionais. Da região norte cearense, o bloco político estava representado por 15 deputados; a região sul, por 15 deputados; a região do sertão central, 11 deputados; a região de Fortaleza e Metropolitana, 13 deputados, e a região Vale do Jaguaribe (baixo, médio e alto), cinco deputados.

Em relação aos municípios representados pela região norte cearense, os deputados estaduais eleitos vinham de Granja, Sobral, Santa Quitéria, Cariré, Camocim, Itapiúna, Independência, Massapê, Coreaú e Crateús. Na região sul cearense, os 15 deputados estaduais eleitos eram de Barro, Brejo Santo, Juazeiro do Norte, Missão Velha, Mombaça, Iguatu, Várzea Alegre, Crato, Jardim, Santana do Cariri e Acopiara. Já na região do sertão cearense, os 11 deputados que ingressaram no grupo político eram das cidades de Cedro, Quixeramobim, Solonópole, Tauá, Quixadá, Icó, Ipueiras e Pedra Branca. Na região do *Vale do Jaguaribe*, os cinco deputados vinham da região supracitada e, mesmo em menor número, tinham uma extensão eleitoral e de influência em todo o Vale do Jaguaribe, composta por algumas dezenas de cidades interioranas. Além disso, a região teve esses mesmos representantes em longas trajetórias políticas, galgando até cargos superiores na política regional.

A *União Parlamentar Revolucionária do Ceará* reuniu 59 deputados no referido grupo político, que tiveram ocupação profissional diversificada e elitista. Antes desses deputados exercerem a atividade parlamentar, muitos deles se ocuparam economicamente em atividades, segundo a ordem decrescentes de quantidades: advogados (18); comerciantes (8); agropecuaristas (7); médicos (5); militares (4); empresários industriais (4); funcionários

públicos (3); professores (2); agrônomos (2); contadores (2); pecuarista (1); aviador (1); farmacêutico (1), e um sem definição da ocupação, somente como político. Estes dados explicitam a diversificação e formas de ocupações, incluindo aquelas herdadas dos próprios pais⁵¹⁶.

A ampla maioria dos parlamentares estaduais cearenses tem um perfil de trajetória em suas ocupações econômicas baseado em somente uma atividade, antes ou depois de seus mandatos políticos. Dos 59 deputados do grupo político de defesa ao bipartidarismo, somente sete exerceram atividades econômicas duplas, sendo uma delas importante, ou secundária, como aviador e pecuarista; funcionário público e advogado; militar e advogado; professor e comerciante; agropecuarista e comerciante, e funcionário público e comerciante.

A composição dos deputados estaduais na Assembleia Legislativa, naquele momento, representada pela *União Parlamentar pelo Ceará*, era profundamente elitista, cujo perfil social e econômico dos representantes políticos em exercício demonstrava acesso a cursos universitários, destacando-se os de Direito e Medicina.

No que diz respeito à formação desses parlamentares estaduais, ingressantes na *União Parlamentar Revolucionária do Ceará*, observamos que, dos 18 deputados que tiveram formação em Direito nas décadas de 1940 e 1950, 13 foram formados pela Universidade do Ceará, hoje Universidade Federal do Ceará (UFC), e que o curso de Direito e o exercício da atividade advocatícia foram a principal formação e ocupação antes de ingressarem na atividade político-partidária. É justamente nesse aspecto que a instituição universitária contribuiu para a expansão da influência política e social, pois eles já vinham de origens sociais importantes nas cidades interioranas.

Dos 59 deputados estaduais que se mobilizaram na formação do bloco político em questão, 22% recorreram à formação universitária como escolha para a qualificação profissional, sendo a Universidade do Ceará a principal instituição de ensino superior do estado, situada na capital cearense. Foi a partir do curso de bacharelado em Direito que eles construíram suas trajetórias, utilizando-o como ponte de acesso à vida pública e, em especial, à vida política. Somente dois deputados estaduais, antes de ingressarem na política, tiveram formação bacharelesca em Direito em outros estados, um na UFRJ (Rio de Janeiro) e outro na UFPE (Pernambuco).

Cinco deputados eram formados em Medicina, três pela Faculdade de Medicina da Bahia, um pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e outro pela Faculdade de

⁵¹⁶ GRILL, Igor Gastal e REIS, Eliana Tavares dos. **Elites parlamentares e a dupla arte de representar: interseções entre “política” e “cultura” no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2016, p. 88.

Medicina de Recife, totalizando 100% de sua formação em outro estado, com 80% prevalecendo na região Nordeste do país, e 20% na região Sudeste.

Aqueles que exerceram atividades econômicas na área da Agronomia formaram-se exclusivamente no Ceará, pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Nessa categoria profissional, identificam-se dois deputados agrônomos. Quanto aos parlamentares com formação militar, três concluíram cursos de oficiais, tenentes ou cadetes do Exército Brasileiro, todos no estado do Rio de Janeiro, enquanto um obteve formação como policial militar em Pernambuco. Assim como ocorreu com os deputados graduados em Medicina, os de formação militar realizaram seus estudos em instituições localizadas fora do Ceará. Entre os demais deputados estaduais do bloco, destaca-se ainda um formado em Aviação Civil e outro em Contabilidade, ambos no Ceará — o primeiro na Base Aérea de Fortaleza e o segundo na Escola Comercial Padre Champagnat.

Logo, as diversas instituições formativas procuradas pelas elites locais e regionais cumpriam um papel importante não somente no processo de formação intelectual e profissional, mas também colaboravam para a expansão das redes de relações com governos e nas parcerias com empresas e com o capital privado. E a atividade política possibilitava o alargamento de seus campos de influência no estado.

5.4 As repercussões da formação do bloco *União Parlamentar Revolucionária do Ceará (UPRC)* na imprensa

A formação da *União Parlamentar Revolucionário do Ceará* (UPRC) recebeu a cobertura da imprensa cearense, dando visibilidade às movimentações e articulações políticas realizadas pelos deputados estaduais pertencentes à *União pelo Ceará* na formação do referido bloco. Nesta seção, nos deteremos, para os fins da análise, nos periódicos *O Povo*, *Correio do Ceará*, *Unitário* e *Gazeta de Notícias*.

O jornal *O Povo* informou que, no dia 3 de novembro de 1965, à tarde, “surgiu no plenário da Assembleia um movimento, encabeçado pelo deputado Guilherme Gouveia, da ex-UDN, no sentido da constituição de um bloco de parlamentares, com o objetivo de apoiar o governador Virgílio Távora e o presidente Castelo Branco”⁵¹⁷. A nova organização política emergiu com o propósito de apoio e defesa da agenda dos dois governos (federal e estadual),

⁵¹⁷EM FORMAÇÃO NA ASSEMBLEIA A UNIÃO PARLAMENTAR REVOLUCIONÁRIA. *O Povo*, Fortaleza, 4 nov. 1965, p. 6.

vistos como líderes revolucionários responsáveis pela condução política a partir de seus postos.

A formação da UPRC serviu como uma organização política intermediária entre a antiga *União pelo Ceará* e a formação da ARENA. Ao longo de todo esse processo a tônica foi justamente a transmutação de uma organização de coligação interpartidária para a ampliação dela, incluindo novos integrantes, especialmente, devido à extinção dos antigos partidos pelo AI-2.

Em declaração ao jornal, Guilherme Gouvêa disse que “a UPRC reunirá deputados de todas as extintas legendas partidárias, notadamente aquelas que o compunham a *União pelo Ceará*”⁵¹⁸. A estimativa que Guilherme Gouvêa fez em relação à adesão ao bloco UPRC girou em torno “dos 65 deputados com assento na Assembleia”, dos quais “50 firmarão o documento”⁵¹⁹. Portanto, era um comportamento similar àquele existente na Câmara Federal, na defesa do regime e suas medidas.

Naquele momento, o bloco UPRC já contava “com cerca de 33 assinaturas” e, posteriormente, teria “o número de seus simpatizantes aumentado nas próximas horas, quando vários deputados estarão retornando dos seus redutos eleitorais”⁵²⁰. As expectativas de crescimento das assinaturas de adesão à UPRC eram algo que ia além dos grupos políticos, tendo uma expressão suprapartidária estadual. Além disso, a imprensa cearense, diariamente, acompanhou e deu visibilidade às quantidades de assinaturas até chegar ao total de 59 deputados.

Cada nova publicação que era noticiada pela imprensa contribuía para o crescimento da visibilidade das ações ocorridas no interior da Assembleia Legislativa, que intencionavam a defesa do regime no Ceará. Nesses termos, *O Povo* escancarou, em primeira página: **“BLOCO REVOLUCIONÁRIO DO CEARÁ JÁ CONTA COM 42 ASSINATURAS”**⁵²¹. E disse mais: **“A UNIÃO REVOLUCIONÁRIA DO CEARÁ JÁ CONTA COM ADESÃO DE 55 DEPUTADOS”**⁵²². Ao atingir o total de 59 assinaturas, *O*

⁵¹⁸EM FORMAÇÃO NA ASSEMBLEIA A UNIÃO PARLAMENTAR REVOLUCIONÁRIA. *O Povo*, Fortaleza, 4 nov. 1965, p. 6.

⁵¹⁹EM FORMAÇÃO NA ASSEMBLEIA A UNIÃO PARLAMENTAR REVOLUCIONÁRIA. *O Povo*, Fortaleza, 4 nov. 1965, p. 6.

⁵²⁰EM FORMAÇÃO NA ASSEMBLEIA A UNIÃO PARLAMENTAR REVOLUCIONÁRIA. *O Povo*, Fortaleza, 4 nov. 1965, p. 6.

⁵²¹BLOCO REVOLUCIONÁRIO DO CEARÁ JÁ CONTA 42 ASSINATURAS. *O Povo*, Fortaleza, 5 nov. 1965, p. 2.

⁵²²A UNIÃO REVOLUCIONÁRIA DO CEARÁ JÁ CONTA COM ADESÃO DE 55 DEPUTADOS. *O Povo*, Fortaleza, 6 e 7 nov. 1965, p. 2.

Povo divulgou: “**DEFINITIVAMENTE CONSTITUÍDO O BLOCO PARLAMENTAR REVOLUCIONÁRIO**”⁵²³.

A formação do bloco UPRC suscitou uma dúvida no processo, tanto em parlamentares anticomunistas no período anterior ao golpe de 1964, como Themístocles de Castro e Silva, quanto em alguns comentaristas jornalísticos apoiadores e legitimadores do regime, como Oscar Pacheco, que criticou: “se a adesão de qualquer deputado ao Bloco Parlamentar Revolucionário implica, necessariamente, em sua vinculação ao partido que nascerá sob patrocínio e bafejo da Revolução”⁵²⁴. Em seguida complementa:

Ora, se levarmos em conta a própria denominação do Bloco, é óbvia a conclusão de que os deputados, signatários do documento exibido pelo sr. Guilherme Gouveia, assumem um compromisso de incorporação partidária. Todos eles, em manifestando as suas tendências revolucionárias, ora quando prometem cobertura político-legislativa a Governos da Revolução, ora quando atendem a um chamamento de uma força parlamentar da Revolução, moral e materialmente oferecem integral solidariedade à facção do marechal Castelo Branco⁵²⁵.

Para a folha, a escolha política de adesão ao UPRC foi um nítido processo de seletividade das forças de combate em nome da agenda dos governos militares, pois, o bloco antecipou a arregimentação, servindo de sondagem do tamanho e alcance das forças apoiadoras.

O jornal entendia que, se este objetivo não fosse a centralidade das preferências políticas dos parlamentares, o bloco UPRC estaria submetido a outras subjetividades, como: “constituir-se-ia, tão somente, uma ratificação do acordo que deu origem à *União pelo Ceará*, acrescido do aditivo que lhe ordena, em termos oficiais, e apoio ao Governo Castelo Branco”⁵²⁶. O entendimento manifestado foi claro no sentido de que a conjuntura política nacional trouxe um novo aspecto na antiga organização interpartidária cearense, acrescentando o elemento reivindicatório identitário de *revolucionários* e combatentes na consolidação do novo regime. O aspecto ideológico na defesa do regime catalisou um dos principais partidos na formação de uma frente ou bloco. Assim, compreendia-se que as demonstrações serviam somente como um endosso e formalização dos acordos políticos resultantes da antiga aliança de 1962.

⁵²³DEFINITIVAMENTE CONSTITUÍDO O BLOCO PARLAMENTAR REVOLUCIONÁRIO. **O Povo**, Fortaleza, 9 nov. 1965, p. 2.

⁵²⁴BLOCO REVOLUCIONÁRIO DO CEARÁ JÁ CONTA 42 ASSINATURAS. **O Povo**, Fortaleza, 5 nov. 1965, p. 2.

⁵²⁵BLOCO REVOLUCIONÁRIO DO CEARÁ JÁ CONTA 42 ASSINATURAS. **O Povo**, Fortaleza, 5 nov. 1965, p. 2.

⁵²⁶**O Povo**. Fortaleza, 5 nov. 1965, p. 2.

O segundo aspecto seria um elemento de preocupação para o jornal relacionado às intencionalidades de sobrevivência política de alguns parlamentares mediante a medida de adesão ao bloco. Como decorrente dessa condição de realidade possível, “alertava-se aos líderes da UPRC de que eles, em certo modo, estariam apenas prestando um relevante serviço aos não-revolucionários, dando-lhes oportunidade a uma sobrevivência administrativa que, em última análise, lhe assegura felicidade na reaglutinação do seu partido”⁵²⁷.

Necessitamos compreender que a mobilização desempenhada pelo deputado estadual Guilherme Teles Gouvêa e dos demais que se comprometeram com a assinatura tratava-se de uma ação política voluntária e consciente, que ocorreu bem antes da formação do diretório estadual da ARENA. Esta ação coletiva, que performa uma demonstração política favorável e participativa na concretização dos objetivos do governo ditatorial, situa-se entre o momento da divulgação do AI-2 e a formação da ARENA.

A observação desse aspecto traz uma contribuição para a historiografia especializada no tema da ditadura, especialmente, porque há determinadas análises que tendem à afirmação de que os amplos apoios civis demonstrados nas manifestações das *Marchas da Vitória* foram, logo após os atos decretados, uma expressiva redução de apoio civil, por considerarem que a intervenção militar seria imediata, com retorno ao poder políticos para os civis.

Ademais, a redução de apoio ou participação de civis na construção social de governos ditatoriais após a promulgação de atos decretados pelo governo Castello Branco nos parece ser algo deslocado da realidade, considerando as particularidades políticas e sociais vividas pelo Ceará em relação ao primeiro governo do regime vigente. Ao identificarmos a existência de instituições, organizações e movimentos surgidos com propósitos de enaltecimento do governo militar, incluindo setores que não haviam ainda se manifestado na fase anterior, estes comemoraram, aplaudiram e se articulavam com apoio de grupos militares para que a nova ordem jurídica dos atos institucionais tivesse efeito na agenda do governo estadual e em vários municípios.

O Ato Institucional nº2 teve ampla repercussão no Ceará, como vimos nos capítulo 4, incluindo manifestação de comemoração, aplausos e incertezas. Muitas cidades interioranas, em câmaras municipais, registraram notas em atas, fazendo homenagens a Castello Branco pela decretação do ato como demonstração do avanço da “revolução”. Este tipo de comportamento foi perceptível também na imprensa local.

⁵²⁷ **O Povo**. Fortaleza, 5 nov. 1965, p. 2.

A ampla e intensa mobilização política para a formação da *União Parlamentar Revolucionária do Ceará* e depois pela formação da ARENA, tendo como norte a narrativa de estarem cumprindo “as normas jurídicas-revolucionária”, representou a tomada de decisões e estratégias conscientes e com riscos assumidos. Para nós, não há um descolamento entre as manifestações de adesão ao Ato Institucional nº2 com as mobilizações políticas na UPRC e a formação do diretório estadual da ARENA, porque suas existências tiveram como caminho pavimentado o referido ordenamento jurídico. Nesse sentido, a consciência de pertencimento à UPRC e à ARENA legitima o reconhecimento dos efeitos ou desdobramentos do AI-2.

Partindo do pressuposto de que, após o golpe de 1964, a participação civil estava reduzida, como explicar as demonstrações de apoio e a participação coletiva ou individual, positivando os Atos Institucionais como “ordenamento jurídico-revolucionário”, que possibilitou a formação de um bloco (UPRC) e, posteriormente, de um partido que fosse o símbolo do movimento “*revolucionário*” (ARENA), vindas de cerca de dezenas de cidades interioranas na imprensa, em rádios locais, que expediram notas de congratulações à Castello Branco pelo ato, nas Atas de Câmaras Municipais?

Em resposta, entendemos que são demonstrações que se ampliaram muito além daquelas 12 cidades cearenses e da capital (Fortaleza), comemorando o golpe de 1964 e a posse de Castello Branco, em um movimento crescente.

Portanto, houve uma ampliação significativa na demonstração no apoio ao governo de Castello Branco, com as primeiras manifestações de ruas com o *apelô e comemoração popular*, e, em seguida, as demonstrações políticas coletivas, de cunho *institucionalizado*, como na UPRC e na ARENA. A partir do momento em que se amplia o *lugar da ação política* demonstrada (da posse de Castelo Branco ao Ato Institucional), novos atores ganham visibilidade.

Como exemplo, temos a reduzida participação da Assembleia Legislativa nas marchas de 1964, mas, no processo de formação da UPRC e da ARENA, com a mesma composição parlamentar estadual, houve um crescimento expressivo de apoio, uma vez que, dos 65 parlamentares, 59 ingressaram na UPRC e, posteriormente, na ARENA estadual. Com relação aos demais deputados, havia cerca de 16, dos quais dez foram suplentes que ingressaram no bloco da oposição chamado de *Bloco da Renovação Democrática*. E a maioria estava inclinável ideologicamente a Castello Branco no plano federal, sendo divergentes somente nas questões locais com o governo de Virgílio Távora. Este aspecto, sem dúvidas, se replicou em todo o Ceará.

As afirmações que procuraram indicar que houve um declínio de apoio à Castello Branco, após a decretação dos Atos Institucionais, são, na verdade, um elemento contido na escrita memorialística que tenta isentar ou invisibilizar os apoios demonstrados de modo consciente e comprometidos com a agenda dos governos militares. Para nós, este aspecto faz parte do processo de elaboração da *memória do deslocamento político*, visando, com isso, desvencilhar o amplo apoio no governo de Castelo com base numa narrativa pelo aspecto da redução quantitativa.

Atrelado ao aspecto anterior, tem-se, na escrita memorialística, um *deslocamento político*, manifesto pelo quase silêncio a respeito do que aconteceu ao longo de 1965, quando se consolidou a ampla base de apoio ao governo de Castello Branco e as mudanças ocorridas nas legislações jurídicas. O silêncio, ou a pouca menção, sobre a votação em Bilac Pinto, na memorialística, como candidato do governo da “revolução”, no *Congresso Nacional*, através das eleições da mesa diretora e da formação do *Bloco Parlamentar Revolucionário*, foi ponto de partida para a arregimentação e consolidação das forças políticas que comporiam a formação do Diretório Nacional da ARENA. Quando observamos os depoimentos de figuras políticas que atuaram no alto escalão do governo de Castello Branco, entre as dez personalidades reunidas pelo ex-ministro da Casa Civil, Luís Viana, na década de 1970, somente um parlamentar mencionou a eleição, a saber: Aliomar Baleeiro, dizendo:

Logo depois, luta pela Presidência da Câmara, Bilac vencendo Mazzilli com ação firme de Castello Branco, a quem Aduino telefonou, pedindo-me testemunhasse ele afirmar que Bilac aceitaria, apesar do que fora noticiado pelos jornais. Aduino queria que eu ouvisse ele dizer ao presidente que, convidado por ele para candidato, insistia em Bilac. Aduino queria ser presidente da Câmara mas como soube que Cordeiro de Farias e Mendes de Moraes pressionaram Castello em favor de nome pessedista, optou por Bilac, a fim de ter maior desembaraço na luta. Você me contou em princípio de 1965, que Aduino queria mesmo a Presidência da Câmara e botou a Sandra no encalço do Suplicy, que se recusou a falar a Castello, porque este já se fixara no Bilac⁵²⁸.

O trecho acima, contido no depoimento de Aliomar Baleeiro, quando exerceu o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal, revela aspectos importantes em torno da eleição da mesa diretora na Câmara Federal. Por exemplo, o exercício com este cargo tinha dupla finalidade — mobilizar os parlamentares num alinhamento político para a aprovação de reformas que visava desmontar tudo que estivesse associado ao governo anterior e servir de ponta de lança combativa aos pequenos núcleos dissidentes internos no PSD ou de influências do meio militar.

⁵²⁸VIANA FILHO, Luiz. **Castello Branco**: testemunhos de uma época. Brasília: Unb, 1986, p. 15.

Como vimos, a eleição da mesa diretora foi objeto de interesse de outros grupos no movimento “revolucionário”, pois pretendia desestabilizar o governo vigente. Além disso, junto da formação do *Bloco Parlamentar Revolucionário*, foi amplamente divulgada pela imprensa nacional e regional. Entretanto, quando se trata da memória contida em testemunhos ou em memorialísticas, temos poucas menções, como foi a fala de Aliomar Baleeiro. Este aspecto parece se repetir também na escrita historiográfica, quanto à prorrogação do Castello Branco, uma vez que, imediatamente, se pula para o Ato Institucional nº 2.

O silêncio quanto à atuação do *Congresso Nacional* na eleição em fevereiro de 1965 acabou ficando referendado pela memorialística e pela historiografia, o que, para nós, exerce uma função de deslocamento da ação política, saindo da condição de visibilidade para a invisibilidade.

Aliomar Baleeiro, em depoimento, reforçou mais uma vez este aspecto envolvendo a participação do congresso, especialmente em 1965:

Apesar de não se ter envolvido em política antes da Revolução, transformou-se rapidamente, a meu ver, num político infatigável. Dentro de poucos meses, fez contato pessoal e direto com grande número de senadores e deputados. Até outubro de 1965, realizou profundas reformas da estrutura nacional por meio de Emendas Constitucionais votadas pelo quorum de $\frac{2}{3}$, quando o Congresso ainda estava com apreciável número de homens do PTB ou do PSD mais ou menos comprometidos com Juscelino Kubitschek e outros. Convocava ao Palácio os parlamentares e telefonava-lhes, cabalando votos para a reformas, projeto ou para eleições, como a de Bilac para a presidência da Câmara⁵²⁹.

Como podemos notar, o ano de 1965 foi muito intenso, uma vez que as mobilizações políticas vieram tanto de Castello Branco, como de parlamentares, incluindo políticos de partidos tidos como mais à esquerda e do centro, constituindo uma frente de legitimação da agenda demandada.

O *Bloco Parlamentar Revolucionário* no *Congresso Nacional* engloba uma transmutação da antiga organização, a *Ação Democrática Parlamentar*, acrescida de novos atores importantes nas articulações para a pavimentação das medidas tidas como “revolucionárias” pela agenda do governo de Castello Branco. Isto significa dizer que os partidos existentes vinham em processo de fragmentação para a possibilidade de constituição política de amplas frentes substitutas das antigas legendas. De fato, isso foi o que ocorreu. O processo de constituição das novas organizações políticas após o AI-2 considerou mediante

⁵²⁹ VIANA FILHO, Luiz. **Castello Branco**: testemunhos de uma época. Brasília: Unb, 1986, p. 13.

projeção política, o tamanho do *Bloco Parlamentar Revolucionário*, totalizando 208 parlamentares, viabilizando somente o sistema político bipartidário.

As memórias que deslocaram o lugar do posicionamento político no momento em que os eventos ocorreram, conformando uma direção de continuidade das ações exercidas, foram responsáveis por preencher as lacunas silenciadas e substituídas por narrativas marcadas pelo estranhamento e pela sensação de impotência política diante do Ato Institucional nº 2 (AI-2) e do sistema bipartidário.

Quando recorremos ao jornal *O Povo*, percebemos que o lugar do posicionamento político pelos deputados estaduais cearenses diante da realidade nacional vivida foi bem diferente dos aspectos indicados pela escrita memorialística. O abaixo-assinado dos 59 deputados, tendo Guilherme Gouvêa como representante da UPRC, foi lido na tarde do dia 5 de novembro de 1965, em sessão da Assembleia Legislativa do Ceará.

O jornal enfatizou que a leitura do abaixo-assinado tinha uma significação, “porque para conhecimento da Casa, a íntegra do importante documento que, entre outras coisas, preconiza a efetividade da ordem jurídico-revolucionária no Poder Legislativo”⁵³⁰. Até mesmo uma boa parcela da imprensa enxergou esse processo de mobilização como parte da continuidade das ações anteriores, e as mudanças jurídicas e políticas foram consequências das demandas necessárias ao atingimento dos objetivos defendidos. Assim, a institucionalização das medidas jurídicas e políticas do governo de Castello Branco no âmbito estadual e municipal foram analisadas como um *processo de consolidação revolucionária*, sendo defendido pelo posicionamento político dos deputados mediante as suas assinaturas.

O abaixo-assinado foi também composto por outras demandas e acenos políticos que visaram a demarcação e defesa do regime vigente no Ceará. Para isso, a mensagem contida no documento teve um teor contundente na justificativa do seu interesse naquele momento.

Para tornar efetivo os seguintes objetivos a) apoiar a ordem jurídico-revolucionária; b) apoiar o Governo Federal, representado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco; c) apoiar o Governo Estadual, representado pelo Excelentíssimo Senhor Governador, Coronel Virgílio Távora do Nascimento Fernandes Távora; d) tornar público este instrumento ao povo do Ceará, dando-se conhecimento de seu teor às autoridades acima indicada, bem como ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará⁵³¹.

⁵³⁰ *O Povo*. Fortaleza, 5 nov. 1965, p. 2.

⁵³¹ *O Povo*. Fortaleza, 5 nov. 1965, p. 2.

O movimento em curso, via UPRC, não somente pelo abaixo-assinado, mas também por outros meios e ações, reconheceu como legítimas as mudanças ocorridas no campo jurídico para a consolidação do autoritarismo, sendo entendidas como “arcabouço jurídico-revolucionário”.

Assim, o documento, uma vez que foi divulgado por todo o estado do Ceará, serviu como autorização e colaboração coletiva do ajustamento da realidade estadual a essas medidas exigidas. Por outro lado, a ação coletiva reafirmou e promoveu o alinhamento dos compromissos antigos com os novos, pois, pouco tempo antes e depois das eleições de outubro de 1965, as forças que, naquele momento, se aglutinaram na UPRC, estavam em plena arena política, a respeito da extinção ou sobrevivência da *União pelo Ceará*, colocando como principal expoente o governo de Virgílio Távora.

A demonstração que surgiu na Assembleia Legislativa do Ceará, com a UPRC, convergiu com os interesses da antiga aliança interpartidária, alinhando-se em volta do governo de Virgílio Távora, contornando situações de crises de rupturas, mas havia um elemento diferenciado, que foi a conjuntura da reafirmação pública da identidade como revolucionário e participantes do governo de Castello Branco.

Para nós, este é um elemento de extrema relevância, já que os comportamentos políticos assumidos nessa trajetória dos acontecimentos remeteram mais ao pensamento de estar em marcha no processo de colaboração com o governo de Castello Branco do que simplesmente estar no governo dele. A colaboração voluntária e consciente das decisões em nome dos ideais tidos como “revolucionários” foi a tela pintada e emoldurada pelo regime militar com a narrativa da restauração e fortalecimento da “democracia”, sendo impressionante porque os detalhes e as expressões que delineiam os atores dessa cena não dizem respeito ao medo e à impotência de decisão política, mas constata a determinação, o empreendimento e a necessidade de um agir que vai ao encontro de objetivos que estão para além de pessoas ou governos, para a “*Revolução*”, que tem um fluxo semelhante ao rio, cujo transcurso das águas não poderia ser impedido. Semelhantemente, quaisquer problemas drásticos que fossem resultantes entre o fluxo do rio e os obstáculos eram vistos como inimigos da *revolução*.

Quando observamos também o comentário feito pelo deputado estadual Guilherme Gouvêa ao jornal *O Povo* acerca das iniciativas que conduziram a criação da *União Parlamentar Revolucionária do Ceará*, nos atentamos aos aspectos levantados quando disse: “o Bloco Parlamentar Revolucionário do Ceará não surgiu por qualquer imposição de

ordem estranha às conveniências regimentais desta Casa e pois, sem a menor implicação de natureza político-partidária do passado”⁵³².

O comentário de Guilherme Teles Gouveia constitui uma profunda reafirmação de que as decisões tomadas eram plenamente conscientes, afastando qualquer possibilidade interpretativa de que as posições adotadas fossem fruto de imposição. Tais aspectos foram amplamente enfatizados pela escrita memorialística produzida no período pós-ditadura, que seguiu outros elementos de enquadramento social próprios do contexto de sua constituição.

A imprensa cearense, em especial o jornal *O Povo*, também exerceu papel relevante nesse cenário, atuando por meio de comentários, notas e defesas de autoridades vinculadas ao movimento então vigente, manifestando inclusive repulsa a alguns opositores considerados obstáculos à marcha dos acontecimentos. Nesse sentido, a folha desempenhou uma função de avaliação e validação da legitimidade das posições políticas expressas no documento mencionado.

O periódico desconfiava, em certa medida, das 59 assinaturas, se todos eram realmente “*revolucionários*” ou ingressaram por conveniência da situação política. Como sugestão, defendeu a necessidade de observações em duas situações para a comprovação dessa legitimidade das posições políticas nessa fase de formação da UPRC: “A primeira oportunidade para a realização do teste ocorrerá, sem dúvida alguma, quando da composição dos órgãos partidários, dentro do prazo de sessenta dias que a lei eleitoral fixou”⁵³³. Na primeira etapa de teste, os holofotes da imprensa e dos comentadores políticos recaíram naqueles que firmaram compromissos na UPRC e, posteriormente, por decisões pessoais, ficaram fora da formação estadual da ARENA.

O segundo teste, apontado pelo jornal *O Povo*, teve relação com a disputa da vaga para presidente da Assembleia Legislativa, “se ultrapassada a primeira sem uma tomada de posição, se verificará quando da eleição da Mesa da Assembleia, em março de 1966”. Neste aspecto, a postura do jornal estava alicerçada na crença de que os conflitos pessoais, locais e regionais seriam apagados, pois as antigas identidades partidárias dariam lugar a única identidade política. “Não haverá udenismo e não haverá pessedismo. Apenas haverá integrantes do partido revolucionário e, como tal, cumpre-lhes eleger um candidato dessa corrente de opinião, sejam quais forem as suas anteriores raízes partidárias”⁵³⁴. Portanto, havia uma convergência de pensamento, compartilhada pela imprensa cearense, no sentido de

⁵³² *O Povo*. Fortaleza, 9 nov. 1965, p. 2.

⁵³³ *O Povo*. Fortaleza, 9 nov. 1965, p. 2.

⁵³⁴ *O Povo*. Fortaleza, 9 nov. 1965, p. 2.

que os partidos fossem suprimidos por blocos ou frentes ideológicas favoráveis ao regime civil-militar.

O teste apontado pelo periódico teve os seus acertos e erros de estratégias políticas, percebidas no processo de formação do diretório estadual da ARENA no Ceará. No que se trata do quantitativo de membros da UPRC, o número permaneceu similar no processo de composição do partido cearense, a ARENA. Somente pouquíssimas mudanças de posicionamento político de deputados estaduais ocorreram ao ingressarem na oposição — em oposição ao Virgílio Távora. Sobre os dissidentes, o número reduziu a dois ou três políticos e sem possibilidades de comprometimento com a funcionalidade da ARENA cearense. Os conflitos políticos internos não desapareceram com o processo de institucionalização dos dispositivos legais nas novas organizações partidárias e nos processos eleitorais, tanto na direta, quanto indireta de escolhas dos governantes nos cargos sucessórios.

Este aspecto foi enfrentado na própria montagem dos diretórios com a implantação do sistema de sublegendas, mecanismo de ajustamento e acomodação das forças políticas opostas nas demandas regionais e locais, mas colaboradoras ao regime no plano federal. Sem dúvida, o elemento da sublegenda fez com que trouxesse certa estabilidade, pelo menos do ponto de vista institucional, para o governo federal e para os governadores, pois, dos três governadores empossados no modelo bipartidário, todos governaram e concluíram no tempo preestabelecido. Já em relação à dinâmica interna ao partido ARENA, esta foi marcadamente permeada de conflitos, mas não a ponto de promover a total ruptura com o governo federal e nem o estadual.

Já o *Unitário* trouxe novos aspectos sobre a temática de formação do bloco de base apoiadora ao regime militar na Câmara Municipal de Fortaleza, como a demonstração de que a *UPRC* resultou de um processo de transmutação da antiga aliança, a *União pelo Ceará*.

O governador Virgílio Távora reuniu-se ontem pela manhã, às 10 horas, durante apenas meia hora, com o líder e todos os vice-líderes do Bloco da União Parlamentar Revolucionária, que são os mesmos da extinta *União pelo Ceará*. Na oportunidade, o chefe do Poder Executivo pediu um melhor entrosamento desses líderes, explicando que esta é a única maneira de se resguardar os ideais unionistas⁵³⁵.

A reunião realizada no dia 19 de novembro de 1965 transformou-se em objeto de interesses tanto do governador Virgílio Távora, como dos antigos líderes dos partidos extintos, ao verem que, por meio da *UPRC*, os ideais e os acordos políticos se mantiveram

⁵³⁵ **O Povo**. Fortaleza, 19 nov. 1965, p. 6.

com a nova roupagem, acrescida da denominação de “*revolucionário*” na organização, com a ampliação de membros e sem preocupação com alguma associação aos antigos partidos.

Virgílio Távora tinha à sua disposição, naquele momento, um grupo ampliado, tendo, inclusive, um número expressivo de deputados do ex-PTB, visto como partido de esquerda. O deputado Guilherme Teles Gouvêa desempenhou um papel importante nesse processo de organização da UPRC na Assembleia Legislativa, com abaixo-assinado, cuja arregimentação política procurou ressaltar o apoio e a colaboração aos governos de Castello Branco e de Virgílio Távora. Por outro lado, a base de apoio possibilitou que o governador Virgílio Távora concluísse a sua administração até 1966 com a ajuda dos recursos federais. O fim dos acordos *unionistas*, sem o seu aproveitamento na UPRC, causou desgaste político, incluindo a saída dele, já que investidas contrárias cresceram, mas tiveram a proteção de Castello Branco, isentando-o de todas.

Retornando à participação de Guilherme Teles Gouvêa na formação UPRC, o *Unitário* trouxe elogios de maneira direta, dizendo que o deputado estava, naquele momento, “patenteando sua viva imaginação e demonstrando senso prático nos momentos de indecisão e recuo”⁵³⁶. Enfatizou o sentido de criatividade e sabedoria do deputado pelo “meio original de fundir o apoio ao governo do sr. Virgílio Távora aos anseios do movimento iniciado em 31 de março de 1964”⁵³⁷.

O periódico, mediante o comentarista Pádua Lopes, elogiou a decisão de Guilherme em realçar o governo Virgílio Távora como o expoente revolucionário direto do governo Castello Branco, já “que todos os deputados reclamam para si o qualificativo de revolucionário, sendo portanto impossível a existência de oposição no plano federal”⁵³⁸. De fato, no plano federal, a situação foi contornada, uma vez que havia uma dezena de deputados federais pertencentes à *União pelo Ceará*, eleitos e empossados na Câmara dos Deputados federais.

Destaca-se a participação do deputado federal Paulo Sarasate, que coordenou os acordos no alinhamento ao governo Castello Branco ao longo do ano de 1965, principalmente na eleição do presidente de Bilac Pinto. Depois de cerca de um mês, Paulo Sarasate fez parte da formação do diretório estadual da Arena no Ceará. Embora o governador Virgílio Távora tivesse participado de forma conturbada na organização da Arena estadual, ele manteve

⁵³⁶ *O Povo*. Fortaleza, 7 nov. 1965, p. 2.

⁵³⁷ *O Povo*. Fortaleza, 7 nov. 1965, p. 2.

⁵³⁸ *O Povo*. Fortaleza, 7 nov. 1965, p. 2.

elevado prestígio político dentro da nova estrutura partidária, o que possibilitou sua eleição como deputado federal em 1966.

O jornal *Unitário* tinha uma postura similar à de *O Povo*, acerca da notícia da composição dos membros na UPRC. O jornal *O Povo* buscou aferir a veracidade das identificações políticas demonstradas através da assinatura do documento. Muito semelhante a isso, o *Unitário* tinha a percepção de que o momento de formação da nova organização política deveria proporcionar um processo de limpeza daqueles que traziam empecilhos ao andamento dos acordos firmados. A UPRC, na visão do jornal, possibilitou o expurgo “dos elementos que lhe são adversos”⁵³⁹. No entanto, o *Unitário* manifestou rotineiramente a função provisória da UPRC como preparatória para o novo partido.

5.5 Formação de blocos políticos no interior do Ceará

A formação de blocos políticos, antes da oficialidade do partido ARENA ganhou observação estendida ou prolongada para a realidade dos municípios do interior⁵⁴⁰. Além da formação do bloco na Assembleia Legislativa, a Câmara Municipal de Fortaleza também teve mobilização com esse intuito. A iniciativa veio por parte do presidente da Câmara de Vereadores, José Barros de Alencar. A formação do bloco, nesse momento, estava em curso, mas sem a etapa de conclusão, pois necessitava de finalização do processo de adaptação do AI-2 no estado Ceará, uma vez que tudo gira em torno da Assembleia Legislativa, que vota inclusive a constituição municipal”⁵⁴¹.

O *Unitário* foi enfático ao noticiar: “Câmara Municipal também compõe bloco revolucionário”, demonstrando a extensão, agilidade e alinhamento entre os poderes regionais do processo de adaptação ao AI-2 no Ceará. Outras cidades também tiveram a formação do bloco político tido como revolucionário, mas nem o jornal *O Povo*, nem o *Unitário* tiveram interesses em divulgá-las. Quem fez essa apresentação das ações no interior foi o *Correio do Ceará*.

⁵³⁹**O Povo**. Fortaleza, 7 nov. 1965, p. 2.

⁵⁴⁰Os jornais que melhor desempenham a função de observação de fenômenos políticos e sociais na sociedade cearense no século XX foram: *O Nordeste*, *Unitário*, *Gazeta de Notícias* e *Correio do Ceará*. *O Nordeste* pertencia à Arquidiocese de Fortaleza, mas, no período em abordagem, não desempenhava mais a sua função. O *Correio do Ceará* e *Unitário* permaneceram, após o golpe de 1964, em funcionamento e vinculados aos *Diários Associados*. O *Gazeta de Notícias*, ligado ao jornalista e político Dorian Sampaio, devido a sua aproximação forte com o meio político, conseguiu trazer informações e acompanhamentos dos acontecimentos nos interiores. Embora o jornal *O Povo* tratasse de alguns assuntos relacionados ao estado, no caso, de cidades do interior, a maioria dos enfoques estava voltada para a política nacional nas capas e editoriais.

⁵⁴¹**Correio do Ceará**. Fortaleza, 17 nov. 1965, p. 3.

Nele, o correspondente local, José Páscoa, informou que, na cidade de Quixadá, a Câmara Municipal estava organizando também o bloco revolucionário. Segundo o relato divulgado pelo jornalista, os vereadores organizadores do bloco foram: “Agenor Queiroz Magalhães, Tácito Fernandes de Queiroz, Pacol Sampaio Ribeiro, Inácio Galdino de Queiroz, Geraldo Alves de Cunha, Francisco Eneas de Lima, e Manoel Nobre do Nascimento”⁵⁴². O documento enviado à Câmara de Quixadá tinha como defesa o

integral apoio aos ideais revolucionários; à administração do ínclito Presidente Marechal Castelo Branco; à administração do eminente Governador Virgílio Távora; às gloriosas forças armadas, comprometendo-se a trabalhar pelo enquadramento de Quixadá e pelo bem estar da coletividade⁵⁴³.

As personalidades políticas de Quixadá em exercício reforçaram e endossaram o movimento de adaptação das mudanças, entendidas como “*jurídico-revolucionárias*”. Logo, são comportamentos políticos deliberados e visibilizados no curso dos acontecimentos da conjuntura nacional e de seus desdobramentos no Ceará.

A mobilização ocorrida em Quixadá teve também uma ala semelhante à da Assembleia Legislativa, que formou outro grupo, “cujos objetivos são quase idênticos ao primeiro constituído, negando, porém, apoio à administração do governador Virgílio Távora, porém comprometendo-se a apoiar a administração municipal confiada ao sr. José Baquit”⁵⁴⁴. As formações de blocos tinham uma ordem de interesses distintos: num primeiro momento (no plano federal), tinham convergência de apoios ao governo de Castello Branco e, no segundo plano, (no plano municipal), as divergências remetiam ao governo de Virgílio Távora, não traduzindo uma oposição, cujos aspectos estivessem ligados à ação política de esquerda. A composição do segundo bloco tinha como membros “os vereadores Eugênio Freire Moreira, Francisco Assis Nunes; José Lopes Filho, Raimundo Nobre Lima, Raimundo Mesquita e A. Calixto”⁵⁴⁵.

Após a oficialização do Bloco UPRC na Assembleia Legislativa do Ceará, conhecido como um grupo grandioso que isolou o grupo “rebelde” com somente nove deputados efetivos, a próxima etapa da mobilização deveria ser a visita ao governador cearense como demonstração de solidariedade ao seu governo. A reunião estava agendada para o dia 9 de novembro de 1965. O *Correio do Ceará* informou que “hoje os integrantes do

⁵⁴² *Correio do Ceará*. Fortaleza, 17 nov. 1965, p. 3.

⁵⁴³ *Correio do Ceará*. Fortaleza, 17 nov. 1965, p. 3.

⁵⁴⁴ *Correio do Ceará*. Fortaleza, 17 nov. 1965, p. 3.

⁵⁴⁵ *Correio do Ceará*. Fortaleza, 17 nov. 1965, p. 3.

bloco revolucionário visitarão oficialmente o Governador Virgílio Távora, no Palácio da Luz, a quem levarão seu apoio político-administrativo na área parlamentar”⁵⁴⁶. Foi mais uma etapa da visibilidade das ações tomadas no Ceará, sendo ampliada pelas divulgações da imprensa local.

5.6 UPRC: a união do legislativo com o executivo estadual na defesa do regime militar

A visita do bloco UPRC a Virgílio Távora, no Palácio da Luz, atribui sentido de manifestação com o objetivo de “garantir a cobertura político-administrativa do Governo na Assembleia”⁵⁴⁷, além de “lutar pelos ideais revolucionários”⁵⁴⁸.

A reunião foi registrada pelo fotógrafo do jornal *Correio do Ceará* e divulgada em capa no dia seguinte. “Na foto são vistos o presidente da Assembleia, deputado Almir Pinto, os ex-pessedistas Oriel Mota e Erasmo Rodovalho, os ex-udenistas Quintílio Teixeira e Jeová Costa Lima e Antônio Diniz e o ex-pessedista Custódio de Azevedo”⁵⁴⁹.

Figura 15: Reunião na residência do governador



Fonte: jornal *O Povo*

A reunião registrada acima fez parte de uma das etapas de mobilização do bloco *União Parlamentar Revolucionária do Ceará*, demandando de seus membros outra ação indispensável para o fluxo dos trabalhos políticos a serem executados em breve.

⁵⁴⁶ *Correio do Ceará*. Fortaleza, 9 nov. 1965, p. 3.

⁵⁴⁷ *Correio do Ceará*. Fortaleza, nov. 1965, capa.

⁵⁴⁸ *Correio do Ceará*. Fortaleza, nov. 1965, capa.

⁵⁴⁹ *Correio do Ceará*. Fortaleza, 9 nov. 1965, capa.

A próxima demanda necessitava que os membros pertencentes à UPRC se reunissem para a escolha do líder e vice-líderes do bloco político. Sabemos que a *União pelo Ceará* passou pelo processo de transmutação em UPRC, mas manteve os ideais e acordos, visando a estabilidade governamental e a chegada dos recursos federais. O processo de transmutação acarretou a entrada de novos integrantes, advindos dos outros partidos também extintos pelo AI-2, como o PTB e PRP. A *União pelo Ceará* comportou politicamente, desde 1962, a participação de três partidos: UDN, PSD e PTN. E, naquele momento, com a UPRC, estava sendo necessário o convívio de, no mínimo, cinco partidos, quais sejam: UDN, PSD, PTN, PTB e PRP.

Logo após o encontro com o governador Virgílio Távora no Palácio da Luz, os componentes da UPRC se programaram para a reunião para constituir uma diretoria no formato existente da *União pelo Ceará*, ampliando-o com dois novos partidos. Conforme o *Jornal Correio do Ceará*, os membros do bloco, pelo horário da “tarde farão uma reunião, quando examinaram o problema da escolha do líder e dos cinco vice-líderes do bloco”⁵⁵⁰. A ideia central é que os escolhidos sejam representados pelas “antigas agremiações, cujos representantes figuraram no organismo legislativo ontem estruturado”⁵⁵¹.

Os participantes da reunião, no seu término, deliberaram a escolha do deputado “Barros dos Santos, líder do Governo e o mais experimentado parlamentar no exercício de uma liderança legislativa”⁵⁵², como sendo o líder do bloco revolucionário. Com relação aos vice-líderes, a decisão de escolha foram dos “deputados Firmo de Aguiar, Samuel Lins, Jorge Abreu, Aécio de Borba e Eptácio Cruz”⁵⁵³. Há aqui dois aspectos importantes na estruturação da diretoria do bloco político UPRC: O primeiro estava visível no *Correio do Ceará*, quando mencionou que “todos já eram líderes de bancada dos seus respectivos partidos, quando estes existiam”⁵⁵⁴. Com base neste aspecto, a UPRC manteve a lógica política de funcionamento interno com os moldes anteriores à instituição do bipartidarismo.

O segundo aspecto que nos chama à atenção é o isolamento do deputado Guilherme Gouvêa nas escolhas para composição da diretoria do bloco. Ele foi o autor da criação do referido bloco político, tendo grande atuação durante quase dois meses para a arregimentação dos parlamentares estaduais na defesa dos governos de Castello Branco e Virgílio Távora como representantes da “Revolução”. Quando ocorreu a escolha para a

⁵⁵⁰09 de novembro de 1965, página 03.

⁵⁵¹ 09 de novembro de 1965, página 03.

⁵⁵² **Correio do Ceará**. Fortaleza, 10 nov. 1965, capa.

⁵⁵³ **Correio do Ceará**. Fortaleza, 10 nov. 1965, capa.

⁵⁵⁴ **Correio do Ceará**. Fortaleza, 10 nov. 1965, capa.

composição da diretoria da UPRC e dos cinco vice-diretores (representados pelos cinco líderes partidários na Assembleia), Guilherme não foi escolhido, menos ainda, na formação da ARENA. Não sabemos, ao certo, se essa questão influenciou diretamente na sua postura contrária à efetivação do AI-2 na Assembleia Legislativa do Ceará, que estava sendo demandada por setores militares cearenses.

Poucos dias depois, a *União Parlamentar Revolucionária do Ceará* recebeu críticas do bloco oposicionista, denominado de *Bloco da Renovação Democrática*, composto por sua maioria de personalidades tidas como “revolucionárias”, porém, eles militavam e acumulavam vários desafetos contra governador Virgílio Távora, . As críticas desferidas diziam respeito à ideia de que a UPRC “está acéfala, sem dirigentes e aparentemente abandonada. A rigor — segundo esses descontentes — o bloco ainda não existe, pois até agora seus integrantes não se reuniram sequer para a escolha do líder e do grupo de vice-líderes”⁵⁵⁵.

Tratava-se, na verdade, de uma disputa de argumentos em que o bloco de oposição, constituído por poucos membros dissidentes da *União pelo Ceará*, que procuravam a desqualificação das mobilizações dos membros pertencentes ao bloco UPRC. As críticas da oposição tiveram pouco efeito, especialmente porque a imprensa cearense estava engajada na cobertura da formação do bloco político, entrevistando, inclusive, as suas lideranças. Mais do que isso, a imprensa cearense colaborava de modo favorável ao bloco formado na Assembleia Legislativa do Ceará.

Este processo de ajustamento e realinhamento das forças políticas estaduais por meio da UPRC visava “fortificar o Governador Virgílio Távora não apenas no legislativo estadual, mas no comando das ações políticas no Estado”⁵⁵⁶. A *Gazeta de Notícias* deixou claro e visível qual era o objetivo da UPRC: servir “como marco inicial ou arcabouço do futuro Partido da Revolução, no Ceará”⁵⁵⁷. A mobilização da UPRC sinalizou um gesto político, pois implicou “em dizer que oitenta por cento das forças políticas do Ceará reconhecem o Governador Virgílio Távora, em forma de apoio integral a ele e ao Presidente da República, como seu condutor”⁵⁵⁸.

A linha de pensamento manifestada acima foi retornada pouco dias depois, quando o *Gazeta de Notícias* disse “que os blocos políticos que estão ganhando forma dentro da Assembleia representam as estruturas iniciais dos dois futuros partidos políticos no Ceará,

⁵⁵⁵ **Correio do Ceará**. Fortaleza, 10 nov. 1965, capa.

⁵⁵⁶ **Gazeta de Notícias**. Fortaleza, 5 nov. 1965, p. 4.

⁵⁵⁷ **Gazeta de Notícias**. Fortaleza, 5 nov. 1965, p. 4.

⁵⁵⁸ **Gazeta de Notícias**. Fortaleza, 5 nov. 1965, p. 4.

e não mais que dois⁵⁵⁹. Com atenção especial dada à UPRC, a *Gazeta de Notícias* afirmou que “a União Parlamentar, que receberá pelos menos oitenta e cinco por cento das atuantes forças políticas, será o futuro partido do Governo, sob a liderança do sr. Virgílio Távora”⁵⁶⁰.

Assim, após termos observado as mobilizações políticas em 1965 no Ceará, compreendemos que os parlamentares, líderes e o governador do Ceará não omitiram esforços visando uma dupla finalidade: a manutenção da aliança intrapartidária, a *União pelo Ceará* e a defesa do governo de Castello Branco. Desse modo, uma das soluções encontradas para esse enfrentamento se deu pelo processo de transmutação, mantendo os acordos firmados em 1962 e a estrutura de funcionamento burocrático dos cargos ao ingressarem em novas organizações como a UPRC e, posteriormente em ARENA. Mas, nesse processo, esteve também permeado de conflitos, nos quais, alguns membros, ao se desvincularem, passaram a agir opostamente ao governo vigente, de Virgílio Távora. Parte desses conflitos tiveram o interesse de observação e engajamento dos principais jornais locais, como *Unitário*, *O Povo*, *Gazeta de Notícias* e *Correio do Ceará*.

5.7 “A UNIÃO VIRA PARTIDO DA REVOLUÇÃO”: a formação da ARENA no Ceará

O processo de fundação da ARENA no estado do Ceará demandou de várias etapas, reuniões e interferências como a do próprio Castello Branco. O seu primeiro momento coletivo foi uma reunião realizada no dia 28 de novembro de 1965. Os jornais já tinham consciência da sua ocorrência e alguns até noticiaram os principais pontos discutidos na reunião. Era um momento de dinamização política, em que os parlamentares da UPRC foram transformados em membros da ARENA.

A reunião teve “início às 21 horas, na residência do governador Virgílio Távora”⁵⁶¹, no bairro Aldeota, local nobre de Fortaleza. O principal objetivo foi “formar um partido de apoio à Revolução e aos seus chefes, de acordo com as normas preconizadas no Ato Complementar nº4”⁵⁶².

Na residência do governador Virgílio Távora, os participantes destacaram algumas providências necessárias para a formação da ARENA: “a incorporação das forças políticas do Estado ao grêmio revolucionário em formação”; o ajustamento da realidade estadual com “o disposto nos instrumentos legais promulgados pelo presidente Castelo

⁵⁵⁹O GADO ARISCO. *Gazeta de Notícias*, Fortaleza, 11 nov. 1965, p. 4.

⁵⁶⁰O GADO ARISCO. *Gazeta de Notícias*, Fortaleza, 11 nov. 1965, p. 4.

⁵⁶¹*O Povo*. Fortaleza, 29 nov. 1965.

⁵⁶²*O Povo*. Fortaleza, 29 nov. 1965.

Branco”⁵⁶³; o alinhamento político dos líderes dos partidos extintos na Assembleia Legislativa, e a autorização do Ministro da Justiça ao governador Virgílio Távora para a organização da Aliança Renovadora Nacional, chamada pela imprensa cearense nessa primeira fase de ARN. Somente alguns dias depois, foi que a sigla ARENA passou a ser empregada nos noticiários cearenses.

Algumas horas antes, o governador Virgílio Távora convocou alguns políticos para uma reunião preliminar, esboçando os pontos a serem tratados na reunião que viria em seguida. Participaram dessa primeira reunião “os srs. Figueiredo Correia, Gentil Barreira, Barros dos Santos, Samuel Lins, José Firmo Aguiar, Plácido Castelo, Jorge Abreu, Waldemar Alcântara, Haroldo Sanford e, logicamente, do sr. Virgílio Távora”⁵⁶⁴.

O jornal *O Povo*, no dia seguinte, em 29 de novembro de 1965, fez a divulgação da reunião com o registro de uma fotografia do momento em que o evento acontecia.

Figura 16: Reunião na residência do governador



Fonte: *O Povo*, 1965.

Ao mencionar a reunião em sua publicação, o *Unitário* informou que a única ausência percebida “foi a do bloco da oposição, composto de 9 membros, além dos quatro componentes do ex-PTB e do vice-governador Joaquim de Figueiredo Correia, que se havia desentendido com o chefe do Executivo à tarde”⁵⁶⁵. Pelo visto, as tensões entre o Joaquim

⁵⁶³ *O Povo*. Fortaleza, 29 nov. 1965.

⁵⁶⁴ PRELIMINAR. *O Povo*, Fortaleza, 29 nov. 1965.

⁵⁶⁵ REUNIÃO SECRETA NA CASA DO GOVERNADOR: PARTIDO DA REVOLUÇÃO. *Unitário*, Fortaleza, 29 dez. 1965, capa.

Correia e o Virgílio Távora tiveram uma escalada expressiva, resultando num desentendimento e distanciamento, justamente naquela reunião preliminar.

Ao que tudo indica, tanto a fotografia do jornal *O Povo*, quanto as informações descritas pelo *Unitário* procuram enfatizar que a reunião ocorrida num galpão da casa do governador Virgílio Távora contou com um número expressivo de políticos cearenses. O *Unitário* foi enfático ao noticiar: “que estavam presentes todos os secretários de Estado (sem exceção); o ex-senador Fernandes Távora, o deputado federal José Flávio Costa Lima e o presidente do ex-PSD, dr. Waldemar de Alcântara”⁵⁶⁶. Além disso, teve a participação dos 51 membros e 9 suplentes, totalizando os 60 membros da *União Parlamentar Revolucionária do Ceará*. Integrando-se ao público ali reunido, esteve presente o bloco também tido como *revolucionário* da Câmara Municipal de Fortaleza, com 25 integrantes, coordenado por José Martins Timbó.

Mesmo tendo um número expressivo de políticos participantes nesta reunião, alguns problemas dela decorrente ganharam destaques na imprensa, como o desentendimento com Joaquim Correia que se opôs a participar da reunião, e as divergências de ideias com Waldemar de Alcântara, embora participando da reunião; as articulações da oposição, no plano estadual à Virgílio Távora, sob a alegação de que ele “transgrediu dispositivo do ato Complementar n.º 4, liderando um movimento para a formação de um novo partido”⁵⁶⁷, especialmente vinda do deputado estadual Themístocles de Castro e Silva, via rede de televisão.

O *Correio do Ceará* seguiu a mesma linha editorial do *Unitário*, evidenciando ambas as frentes de ações políticas que culminaram com a formação oficial do partido ARENA no Ceará. A primeira teve dois líderes importantes, Paulo Sarasate e Armando Falcão, eleitos pela coligação *União pelo Ceará* e articuladores da campanha eleitoral anticomunista de 1962. Nesse momento, eles retornam ao Ceará para liderarem o processo de formação do diretório estadual da ARENA. Paulo Sarasate teve a responsabilidade de “reunir todos os parlamentares e líderes de expressão do antigo udenismo”⁵⁶⁸. O deputado federal Armando Falcão agiu para levar “ao partido revolucionário diversos parlamentares outrora pertencentes ao PSD”⁵⁶⁹. Ambas as lideranças receberam apoio nesse processo de articulação

⁵⁶⁶REUNIÃO SECRETA NA CASA DO GOVERNADOR: PARTIDO DA REVOLUÇÃO. *Unitário*, Fortaleza, 29 dez. 1965, capa.

⁵⁶⁷CONTRARIADOS. *Unitário*, Fortaleza, 29 nov. 1965, p. 6.

⁵⁶⁸VT, SARASATE E ARMANDO FALCÃO ORGANIZAM O PARTIDO DA REVOLUÇÃO: MAIS ADESÕES. *Correio do Ceará*, Fortaleza, 17 nov. 1965, capa.

⁵⁶⁹VT, SARASATE E ARMANDO FALCÃO ORGANIZAM O PARTIDO DA REVOLUÇÃO: MAIS ADESÕES. *Correio do Ceará*, Fortaleza, 17 nov. 1965, capa.

dos “deputados federais Ubirajara Índio do Ceará, ex-integrante do extinto PRP, Euclides Wicar e José Dias de Macedo, que pertenceram ao PSD”⁵⁷⁰.

A reunião na residência de Virgílio Távora, segundo o *Correio do Ceará*, tinha como principal intuito “tomar a primeira providência de ordem prática no sentido da estruturação, em nosso Estado, da Aliança Renovadora Nacional”⁵⁷¹. Mas, pelo visto, transformou-se em objeto de críticas contra a liderança do governador, que se baseiam em narrativas sobre a ilegalidade prescritas no Ato Complementar nº4 e no Ato Institucional nº2. Nesse momento, todos os comentaristas políticos dos quatro jornais já citados endossaram a importância indispensável da atuação de Virgílio Távora na formação do diretório estadual e no equilíbrio das forças políticas.

As reações de defesa ao governo Virgílio Távora e sua liderança, chamada pelo jornal de *Correio do Ceará* de *coordenador-mor*, vieram de várias personalidades políticas. A primeira delas veio do deputado João Frederico, que, diante da tribuna da Assembleia Legislativa, lembrava “que foi o próprio Presidente da República o maior estimulador da organização dessas facções, tendo inclusive sugerido a que englobará as forças fiéis ao movimento de março de 1964”⁵⁷², incluindo o próprio governador Virgílio Távora nesse processo de formação partidária. A segunda resposta para esse obstáculo veio do próprio jornal *Correio do Ceará*, ao comentar o assunto sobre o papel do Castelo Branco na interferência dos desentendimentos políticos regionais, que resultou numa modificação prática das determinações do AC nº4.

Assim dizia o jornal:

A decisão do Presidente Castelo Branco de incumbir ao Governador do Estado do Rio, sr. Artur Reis, a tarefa de organizar em seu Estado a Aliança de Renovação Nacional, veio pôr abaixo a insinuação dos representantes da oposição, que identificaram na atitude de liderança do Governador Virgílio Távora um propósito de fazer sentir a pressão política do poder, em detrimento das recomendações recentes do Ministro da Justiça. Os fatos, todavia, provam que o chefe da Nação, tendo em vista garantir uma tranquila organização dessas agremiações de caráter partidário, considerou de melhor alvitre encarregar aos próprios governadores de Estado, como maior autoridade política, da formação dessas instituições, ou pelo menos da que representará os interesses do movimento revolucionário⁵⁷³.

⁵⁷⁰VT, SARASATE E ARMANDO FALCÃO ORGANIZAM O PARTIDO DA REVOLUÇÃO: MAIS ADESÕES. *Correio do Ceará*, Fortaleza, 17 nov. 1965, capa.

⁵⁷¹LÍDERES REUNIDOS HOJE COM VT PARA FORMAR ARN. *Correio do Ceará*, Fortaleza, 29 nov. 1965, capa.

⁵⁷²*Correio do Ceará*. Fortaleza, 26 nov. 1965, p. 3.

⁵⁷³LÍDERES REUNIDOS HOJE COM VT PARA FORMAR ARN. *Correio do Ceará*, Fortaleza, 29 nov. 1965, capa.

O *Correio do Ceará* lembrou a interferência do presidente Castello Branco ao colocar o governador do Rio de Janeiro, Artur Reis, como coordenador da formação do diretório estadual. O episódio teve repercussão, servindo de modelo para os demais estados que vinham enfrentando dificuldades na formação dos seus diretórios regionais, em especial, para a formação da ARENA no Ceará. A interferência de Castello Branco nas medidas do Ministro da Justiça teve efeito paliativo nos desentendimentos locais, necessitando do então presidente do regime fazer uma viagem até o Ceará para a solução final na composição da diretoria da ARENA.

A *Gazeta de Notícias* também repercutiu as movimentações políticas em torno da realização da reunião na residência do governador Virgílio Távora. O jornal chamou a atenção para dois pontos de pauta que faziam parte das especulações jornalísticas e rebatidas pela oposição política: o envolvimento do Virgílio Távora na formação do diretório estadual da ARENA e a especulação, que envolvia a formação de um bloco político fiel ao sucessor de Virgílio Távora através das eleições indiretas. Por esta razão, a base política *unionista*, depois ampliada pela *UPRC*, manteve-se na configuração da ARENA, justamente para que o governo sucessório, no caso Plácido Castelo, desse continuidade ao esquema político. A base política mantida possibilitou a eleição do Virgílio Távora, em 1966, como deputado federal e, a Paulo Sarasate, a vaga de senador.

Outros encaminhamentos foram direcionados para a formação da ARENA no Ceará. Nesse momento, Virgílio Távora viajou à região Sul do Brasil, e, posteriormente, a cidade do Rio de Janeiro. As viagens foram amplamente divulgadas pela imprensa local, visando também reforçar, perante a sociedade cearense, uma imagem de esforço exercido, tendo o apoio de Castello Branco na formação da ARENA. Vejamos o modo como a *Gazeta Notícias* comunicou sobre a viagem:

O Governador Virgílio Távora embarcará até o dia quinze próximo para o sul do país. Além das questões administrativas que o levarão ao eixo Rio-Brasília-São Paulo, o Chefe do Executivo cearense tem problemas políticos a tratar e soluções que a esses problemas deverão ser apresentadas. Diretamente, o Governador foi convidado pelo Presidente Castello Branco para uma conversa sobre o futuro da ARENA em nosso Estado. O que se entende, desde muito, é que o Presidente da República tem interesse em, junto ao Governador Virgílio Távora, manter conversações a respeito da estruturação da Aliança no Ceará. Ao retornar o sr. Virgílio Távora dessa viagem as coisas estarão resolvidas⁵⁷⁴.

Assim como em boa parte dos estados brasileiros, no Ceará, a solução política para os desentendimentos envolvendo a escolha da liderança do novo partido e a composição

⁵⁷⁴A VIAGEM DE VT. *Gazeta de Notícias*, Fortaleza, 10 dez. 1965, p. 4.

da diretoria se deu por negociações e da mediação do próprio Castello Branco. Enquanto Virgílio Távora lutou pela sobrevivência do esquema unionista dentro da formação da ARENA cearense, os oposicionistas lutavam contra a liderança do então governador. Mesmo já circulando informações das pretensões de Virgílio Távora em uma candidatura para deputado federal em 1966, os oposicionistas e uma boa parte de líderes partidários ainda em situação inerte à formação da ARENA entendiam que a presença dele na organização do novo partido e a manutenção do esquema unionista internamente sinalizava indiretamente um instrumento de interferência do governador cearense, ainda que não fosse o líder do diretório estadual.

Com o retorno de viagem, Virgílio Távora concedeu uma entrevista “aos jornalistas o Governador Virgílio Távora, que fez uma prestação de contas de sua viagem de uma semana ao Rio e Brasília”⁵⁷⁵, e informou “que a ARENA será constituída no Ceará sem brigas e sem maiores dificuldades, afirmando que a fórmula imaginada pelo Presidente Castello Branco - coincide com a que tinha em mente”⁵⁷⁶. Além disso, comunicou que o teor das conversações visaram “o encaminhamento de problemas da órbita governamental”⁵⁷⁷ no estado.

No entanto, intensos conflitos se desenrolaram impedindo a continuidade do processo de formação da ARENA no Ceará. A situação demandou a vinda de Castello Branco. Os jornais cearenses, a partir do início de dezembro, começaram a realizar anúncios informativos da vinda de Castello Branco ao Ceará. Há várias expectativas apresentadas acerca dessa vinda, com vieses de vibrações festivas, negociações e agenda pessoal.

A chegada de Castello Branco estava agendada para o dia 26 de dezembro de 1965, depois das 11h. Com base no cronograma de viagem, ao chegar no aeroporto Pinto Martins, o presidente seria recepcionado

pelo governador Virgílio Távora, general Itiberê Gouveia do Amaral, prefeito Murilo Borges, demais autoridades civis, militares e eclesiástica, parlamentares e pessoas amigas, o presidente Castello Branco seguirá, logo depois, para a residência do industrial José Moreira Cavalcante, na Aldeota, onde ficará hospedado. O casal José Moreira oferecerá, às 12h30, um almoço íntimo ao Presidente.

ACOMPANHANTES

O presidente Castello Branco faz-se acompanhar, em sua viagem, de um oficial superior do Gabinete Militar, de seus ajudantes-de-ordens, capitães

⁵⁷⁵VIRGÍLIO PROMETE AREN SEM BRIGAS. **Correio do Ceará**, Fortaleza, 21 dez. 1965, capa.

⁵⁷⁶VIRGÍLIO PROMETE AREN SEM BRIGAS. **Correio do Ceará**, Fortaleza, 21 dez. 1965, capa.

⁵⁷⁷VIRGÍLIO PROMETE AREN SEM BRIGAS. **Correio do Ceará**, Fortaleza, 21 dez. 1965, capa.

Murilo Santos e Mendes de Moraes, e do casal Cândido Castelo Branco (Irmão de S.Exa.)⁵⁷⁸.

De fato, a chegada de Castello Branco, amplamente anunciada na imprensa, causou grande movimentação no Aeroporto de Fortaleza. O *Correio Ceará* publicou em capa que o presidente

Foi recebido no aeroporto Pinto Martins, pelo Governador Virgílio Távora, presidentes da Assembleia Legislativa e Tribunal de Justiça, secretários de Estado, General Itiberê do Amaral, comandante da 10ª Região Militar, oficiais da Guarnição de Fortaleza, dezenas de outras autoridades e centenas de populares⁵⁷⁹.

No aeroporto, havia uma multidão, composta por autoridades, lideranças civis, militares, jurídicas, funcionários públicos e pessoas comuns, que, num clima de comemoração e vibrações, receberam Castello Branco com abraços, apertos de mãos e gritos. No entanto, o *Correio do Ceará* indicou que, nesse momento, alguns parlamentares federais, especialmente das alas internas do ex-PSD, descontentes com o governador Virgílio Távora, foram receber o presidente, dividindo a mesma cena. Como bem enfatizou o *Correio do Ceará*, “os senadores Menezes Pimentel e Wilson Gonçalves e vários deputados federais também foram receber o presidente, que não quis fazer declaração aos jornalistas rumando imediatamente para a residência do industrial José Moreira, na avenida Santos Dumont, onde ficará hospedado”⁵⁸⁰.

Do aeroporto, Castello Branco foi conduzido em um carro oficial “rumando imediatamente para a residência do industrial José Moreira, na avenida Santos Dumont, onde ficará hospedado”⁵⁸¹. No veículo, na parte traseira, estavam Castello Branco, Virgílio Távora e o general Itiberê. Nesse momento, Castelo Branco contava também com uma comitiva, “composta de um oficial superior do Gabinete Militar, de seus ajudantes-de-ordens, capitães Murilo Santos e Mendes de Moraes, e do casal Cândido Castelo Branco (Irmão de S.Exa.)”⁵⁸². A chegada de Castelo Branco em Fortaleza foi movimentada com vários jantares residenciais. O primeiro jantar realizou-se na residência do empresário industrial José Moreira, visando a formalização dos principais pontos de acordos políticos entre as alas partidárias cearenses na formação da ARENA.

⁵⁷⁸QUINTA VISITA DE CASTELO À TERRA NATAL – ÀS 11 HORAS. *O Povo*, Fortaleza, 24-25 dez. 1965, p. 2.

⁵⁷⁹CASTELO EM FORTALEZA PARA VISITA DE 4 DIAS. *Correio do Ceará*, Fortaleza, 28 dez. 1965, capa.

⁵⁸⁰CASTELO EM FORTALEZA PARA VISITA DE 4 DIAS. *Correio do Ceará*, Fortaleza, 28 dez. 1965, capa.

⁵⁸¹CASTELO EM FORTALEZA PARA VISITA DE 4 DIAS. *Correio do Ceará*, Fortaleza, 28 dez. 1965, capa.

⁵⁸²QUINTA VISITA DE CASTELO À TERRA NATAL. *O Povo*, Fortaleza, 24-25 dez. 1965, p. 2.

No banquete, constavam-se as presenças dos senadores Menezes Pimentel e Waldemar de Alcântara, “dados como já integrados de armas e bagagens na ARENA”⁵⁸³. Mas havia outras personalidades no encontro residencial que não se entendiam bem o governador Virgílio Távora, como o senador Wilson Gonçalves e o deputado federal Martins Rodrigues, “que compareceu ao banquete oferecido ao Presidente da República, não seria hostilizado pelo Governador e seguiu ontem para a zona Sul, levando em sua companhia o Sr. Aldenor Nunes Freire”. O banquete serviu como reunião de conciliação entre personalidades importantes no quadro político cearense, mediada por Castello Branco. Ao que tudo indica, nem todos os esforços obtiveram os resultados esperados ou resolvidos, pois os ressentimentos persistiram em relação ao governador da parte de Wilson Gonçalves, “que não compareceu ao banquete presidencial à noite de domingo, na residência do Governador, por não manter com este, de há muito, quaisquer relações”⁵⁸⁴.

Pelo visto, na residência de José Moreira, as conversações políticas foram prolongadas, quase se aproximando do horário de outro banquete, nesse momento, na residência oficial do governador Virgílio Távora. Ao entardecer, “O Presidente Castello Branco recebeu ontem às 18 horas na residência do sr. José Moreira, o senador Wilson Gonçalves, do PSD, discutindo até às 18:30 problemas relativos à estruturação da ARENA no Ceará”. Em diálogo com Castello Branco, o senador Wilson Gonçalves apresenta o interesse de manter a aliança unionista, porém, “na condição de ser reservada ao PSD a liderança”⁵⁸⁵ da ARENA.

Terminadas as conversações com Castello Branco, decidiu-se a composição da diretoria da ARENA cearense. Na verdade, esta era a pergunta que circulava desde o final de novembro de 1965: “quem será o líder *da Aliança Renovadora Nacional* no Ceará?”⁵⁸⁶.

Segundo a *Gazeta de Notícias*:

Esta pergunta consta como item primeiro das indagações e especulações que se introduzem sobre a sucessão cearense e as próximas ações políticas em nosso Estado. O sr. Hildo Furtado afirma que será a bancada federal do Ceará integrante da ARN, quem indicará os componentes dos diretório regional. Outros destacam que a presença nas indicações deve fluir do sr Virgílio Távora por ajuntar a sua posição de Governador a impossibilidade constante do Ato Complementar número quatro, de ser o dirigente da agremiação e portanto ter mais fácil área de acesso na aglutinação e livre trânsito nos diversos setores a reunir. A liderança de fato da ARN será

⁵⁸³ WILSON RESISTE EM ENTRAR NA “ARENA”. *Correio do Ceará*, Fortaleza, 28 dez. 1965, capa.

⁵⁸⁴ WILSON RESISTE EM ENTRAR NA “ARENA”. *Correio do Ceará*, Fortaleza, 28 dez. 1965, capa.

⁵⁸⁵ CB RECEBE SENADOR DO PSD: HOJE, DIA DECISIVO PARA A FORMAÇÃO DA ARENA. *Correio do Ceará*, Fortaleza, 29 dez. 1965, p. 2.

⁵⁸⁶ A LIDERANÇA DA ALIANÇA. *Gazeta de Notícias*, Fortaleza, 24 nov. 1965, p. 4.

exercida pelo Governador, é o que consta do consenso geral em sondagem realizada junto aos componentes da UPR⁵⁸⁷.

O trecho acima demonstra a pluralidade de perspectivas e do interesse participativo em torno da escolha da diretoria da ARENA cearense: a bancada federal, o próprio governador ou alguém indicado por ele. Somados a esses, prevaleceu a indicação feita pelo próprio presidente Castello Branco ao deputado federal Paulo Sarasate.

Passado o processo de decisão de escolha do presidente e vice-presidente do diretório da ARENA, respectivamente Paulo Sarasate e Waldemar de Alcântara, naquele momento, a atenção da imprensa cearense estava voltada para a composição geral dos membros mediante a adoção do sistema de sublegendas. Depois de solucionado os impasses existentes entre as lideranças estratégicas na constituição da base de apoio ao regime militar, outra demanda era cobrada, o convívio interno entre os membros advindo de variadas legendas partidárias a partir da implantação do sistema de sublegendas. Ainda pairavam algumas dúvidas quanto ao significado prático das sublegendas e, em decorrência disso, as menções sobre as medidas em torno delas tinham falas divergentes. Torna-se importante dizer que o sistema de sublegendas não foi um elemento casuístico, mas, uma estrutura de funcionamento e convívio para bases políticas comuns no apoio aos governos militares, porém com linhas de pensamentos divergentes nos interesses locais. Esse tipo de estrutura possibilitou acomodar cada grupo em sublegenda, no caso do Ceará, muitas cidades tiveram até três sublegendas, as quais convergiam na colaboração ao regime militar.

A solução da sublegenda ocorria justamente no momento em que as negociações estavam sendo discutidas entre Castello Branco, Virgílio Távora, Paulo Sarasate, Wilson Gonçalves e Waldemar de Alcântara na residência do empresário José Macedo. A continuidade das conversações teve desdobramentos também em jantares na residência do deputado federal Paulo Sarasate, na residência do governador Virgílio Távora e depois na residência do presidente do quartel-general, na 10ª Região Militar de Fortaleza. É profundamente evidente que a ampla parcela do PSD aguardou os desdobramentos das conversações entre Castello Branco e o senador Wilson Gonçalves para se posicionarem favoráveis ou contrários ao ingresso na ARENA.

No que diz respeito à composição dos membros do diretório da ARENA no Ceará, a imprensa cearense divulgou pelo menos 30 membros oficializados em 3 de fevereiro de

⁵⁸⁷ A LIDERANÇA DA ALIANÇA. *Gazeta de Notícias*, Fortaleza, 24 nov. 1965, p. 4.

1966. Segundo o registro contido na ata da referida sessão, os membros oficiais do diretório foram, segundo a tabela abaixo:

Tabela 1: **Diretoria da Arena no Ceará (1966)**

Nome	Partido	Cidade
Alceu Vieira Coutinho	PTB	Indenpência
Almir dos Santos	PSD	Lavras da Mangabeira
Antonio Gomes de Freitas	UDN	Tauá
Armando Ribeiro Falcão	PSD	Fortaleza
Deusdeth Gondim Barbosa	Sem informação	Sem informação
Edilson de Melo Távora	UDN	Iguatu
Flávio Portela Marcílio	PTB	Picos (PI)
Francisco de Assis Ferreira	Sem informação	Sem informação
Francisco Humberto Ferreira Hellery	UDN	Fortaleza
Francisco Menezes Pimentel	PSD	Santa Quitéria
Franklin Gondim Chaves	PSD	Fortaleza
Guilherme Gouveia Teles	UDN	Granja
Haroldo Sanford de Barros	PTN	Camocim
José Aduino Bezerra	UDN	Juazeiro do Norte
Jorge Furtado Leite	UDN	Santana do Cariri
José Braz de Oliveira	Sem informação	Sem informação
José Raimundo Gondim	Sem informação	Sem informação
José Waldemar de Alcântara e Silva	PSD	São Gonçalo do Amarante
Jurandir Moraes	Sem informação	Sem informação
Luis Cavalcanti Sucupira	LEC	Fortaleza
Manoel deCastro Filho	UDN	Morada Nova
Obi Viana Diniz	PTN	Cedro
Ossian Alencar Araripe	UDN	Crato
Paulo Sarasate Ferreira Lopes	UDN	Fortaleza
Plácido Aderaldo Castelo	PSP	Mombaça
Raimundo Girão	UDN	Morada Nova
Vicente Ferrer Augusto Lima	PSD	Lavras da Mangabeira
Wilson Gonçalves	PSD	Cajazeiras (PB)
Ubiratan Diniz Aguiar	ARENA	Cedro
Último membro não é identificável devido às condições físicas do arquivo	Sem informação	Sem informação

Fonte: produzido pelo autor

Em relação aos nomes que compuseram a suplência na diretoria da ARENA estadual, identificaram-se os seguintes, expostos na tabela abaixo:

Tabela 2: **Suplência da diretoria**

Oriel Mota	PTB	Iguatu
Samuel Lins Cavalcanti	PSP	Crateús
José Firmo de Aguiar	PTB	Massapê
Ésio Pinheiro	PSD	Jaguaribe

José Miranda de Oliveira	Sem informação	Sem informação
Gilberto Soares Sampaio	UDN	Jardim
José Simões dos Santos	PTB	Russas
Gerardo Paiva Câmara	Sem informação	Sem informação
Josias Ferreira Gomes	Sem informação	Sem informação
Joel Marques	PSD	Tauá
Murilo Rocha Aguiar	PSD	Camocim
João Frederico Ferreira Gomes	UDN	Sobral
Francisco Figueiredo de Paula Pessoa	Sem informação	Sem informação
José Napoleão de Araújo	UDN	Brejo Santo
Antônio Afonso Diniz	UDN	Várzea Alegre
Antonio Carlos Chagas de Oliveira	Sem informação	Sem informação
Otacílio Moreira	Sem informação	Sem informação
Raimundo Gomes da Silva	PSD	Uruburetama
Antonio Ferreira Authero	Sem informação	Sem informação
Madolino Girão Barroso	Sem informação	Fortaleza
Jeová da Costa Lima	UDN	Russas
José Peregrino de Freitas	UDN	Sobral
José Mário Barbosa	UDN	Maranguape
Edson da Mota Correia	UDN	Caucaia
Sebastião Brasilino de Freitas	UDN	Quixadá
Claudio Martins	Sem informação	Barbalha
José Correia Pinto	PSD	Fortaleza
Stênio Dantas de Araújo	PSD	Missão Velha

Fonte: produzido pelo autor

No que diz respeito às eleições de novembro de 1966, a ARENA já contava com diretório nas respectivas cidades: Abairara, Acaraú, Acopiara, Aiuaba, Alcântaras, Altaneiras, Alto Santo, Antonina do Norte, Apuarés, Aquiraz, Aracati, Aracoiaba, Araripe, Aratuba, Arneiroz, Assaré, Aurora, Baixo, Barbalha, Barro, Baturité, Beberibe, Bela Cruz, Boa Viagem, Brejo Santo, Camocim, Campo Sales, Canidé, Capistrano, Caridade, Cariré, Caririaçu, Cariús, Carnaubal, Cascavel, Catarina, Caucaia, Cedro, Chaval, Cococí, Coreau, Crateús, Crato, Farias Brito, Fortaleza, Frecheirinha, General Sampaio, Granja, Grangeiro, Groaíras, Guaraciaba do Norte, Guaramiranga, Hidrolândia, Ibiapina, Icó, Iguatu, Independência, Ipaumirim, Ipu, Ipueiras, Iracema, Irauçuba, Itaíba, Itapajé, Itapipoca, Itapiúna, Itatira, Jaguaratama, Jaguaribara, Jaguaribe, Jaguaruana, Jardim, Jati, Juazeiro do Norte, Jucás, Lavras da Mangabeira, Limoeiro do Norte, Maranguape, Marco, Martinópolis, Massapê, Mauriti, Meruoca, Milagres, Missão Velha, Mombaça, Monsenhor Tabosa, Morada Nova, Moraújo, Morrinhos, Mucambo, Mulungu, Nova Olinda, Nova Russas, Novo Oriente, Orós, Pacajús, Pacatuba, Pacoti, Pacujá, Palhano, Palmácia, Paracurú, Parambú, Paramoti, Pedra Branca, Pena Forte, Pentecoste, Pereiro, Piquet Carneiro, Poranga, Porteiros, Potengi, Quixadá, Quixeramobim, Quixeré, Redenção, Reriutaba, Russas, Saboeiro, Santana do Acaraú, Santana do Cariri, Santa Quitéria, São Benedito, São Gonçalo do Amarante, São João do Jaguaribe, São Luís do Curu, Senador Pompeu, Senador Sá, Sobral, Solonópolis, Tabuleiro

do Norte, Tamboril, Tauá, Tianguá, Trairí, Ubajara, Umari, Uruburetama, Uruoca, Várzea Alegre e Viçosa do Ceará.

No entanto, torna-se importante frisar que o ano de 1966 estava em seu início quando muitos dos diretórios ainda estavam se preparando para a abertura oficial mediante o registro em cartório. Além disso, repetindo o que vinha ocorrendo na capital cearense, muitos municípios estavam em processo de conversações e acordos políticos sob o formato do sistema bipartidário, pois era aqui onde os conflitos e seus desdobramentos ficavam mais visíveis diante das disputas entre PSD e UDN.

Neste capítulo, concluímos que o processo de transição do sistema político multipartidário para o bipartidário é um processo construído por relações de aproximações e alinhamentos entre civis e militares. As forças políticas que pavimentaram o caminho do golpe de 1964, foram responsáveis também por construir uma nova realidade no Brasil, mediante um regime ditatorial e em ações autoritárias.

Neste sentido, as ações e as relações políticas da *União pelo Ceará* com os governos militares foram interpretadas neste capítulo como elementos de engajamento e dinamização de sua participação consciente e voluntária. Do mesmo modo, o processo de transmutação da *União pelo Ceará* em bloco político interpartidário denominado de *União Parlamentar Revolucionário do Ceará* (UPRC), e posteriormente em *Aliança Renovadora Nacional* (ARENA) indicaram um tipo de imagem ativa, como parte interessada de participação no novo regime político, manifestando ações de disputas, enfrentamentos, mobilização de capital político e intelectual, projeções e assumindo riscos em decorrências dessas posições em defesa do regime militar.

Portanto, esses processos de transmutações mencionados neste capítulo revelaram um caminho de construção social e político do regime militar no Ceará, cujas ações foram dinamizadas, contradizendo determinadas representações da memorialística e parte de certa historiografia que constituíram uma imagem da ARENA sob a condição de fragilidade, artificialidade e dependência.

CONCLUSÃO

Durante e após o fim da ditadura militar brasileira (1964–1985), a memorialística construiu algumas representações sobre a ARENA, caracterizando-a como uma instituição artificial, frágil e dependente. Estes aspectos, em boa medida, foram replicados por determinada historiografia, legitimando seus sentidos e intencionalidades.

Em discordância com estas representações, esta tese desenvolveu um trabalho analítico a partir da observação da experiência de formação da ARENA no Ceará, refutando os sentidos trazidos pela memorialística ao recuperar e demonstrar o processo histórico que dinamizou a construção da ditadura militar mediante ações e empreendimentos realizados por forças políticas que pertenceram à *União pelo Ceará*, constituída como uma aliança interpartidária (UDN, PSD, PTN) no período anterior ao golpe de 1964.

De antemão, a pesquisa demandou um esforço de dessacralização das imagens construídas pela memorialística, uma vez que esta realizou um jogo político de controle sobre o passado da ARENA, deslocando os posicionamentos colaboracionistas assumidos durante o processo de construção do regime militar e transformando-os em identidades políticas de resistência e combate ao próprio regime que contribuíram para implantar e consolidar no Brasil.

Este jogo de memória, ancorado em um movimento de deslocamento político, serviu estrategicamente para legitimar duas condições: instituir uma imagem de fragilidade para o partido que representava a base política da ditadura e promover a isenção de responsabilidade pela colaboração na escalada do autoritarismo.

O processo de desmontagem das imagens trazidas pela memorialística também se realizou mediante o cruzamento de diversas fontes, especialmente jornais, no sentido de recuperar os acontecimentos e processos de participação política dos membros da ARENA, que, ao dinamizá-los, contribuíram para a construção do regime militar.

Nesse sentido, percorremos um árduo caminho de identificação e reconstrução das bases políticas que constituíram a ARENA no Ceará, a aliança interpartidária *União pelo Ceará*. Identificamos que ela fazia parte de um processo histórico que expressava a dinamicidade da política cearense, baseada na prática recorrente de formação de alianças ao longo do período de 1947 a 1962 e representou o ápice desse processo, culminando com o retorno e o controle do estado do Ceará por uma das tradicionais famílias políticas, os Távoras.

Além disso, as alianças pavimentaram um processo de alinhamento político de cunho conservador, cujos aspectos dialogaram fortemente com a agenda do regime militar. Desse modo, estes dois fatores favoreceram uma melhor adequação da aliança interpartidária ao regime militar, a ponto de o processo de formação da ARENA manter a estrutura e o funcionamento da *União pelo Ceará* no vigor do sistema político bipartidário (1965–1979).

Neste trabalho, recuperamos a historicidade dos acontecimentos que marcaram o breve intervalo entre o golpe de 1964 e o Ato Institucional nº 2, como a posse de Castello Branco, as eleições do Legislativo federal e estadual, as eleições de 1965 e suas projeções

para 1966, observando o processo de politização desses acontecimentos no interior da Assembleia Legislativa do Ceará. Nela, a maioria dos parlamentares pertencentes à *União pelo Ceará* reivindicava participação no regime militar, positivando suas medidas autoritárias.

O processo de politização revelou que a base da aliança interpartidária possuía interesses e projeções divergentes quanto à forma de participação no regime militar, sobressaindo as forças políticas que defendiam a manutenção da *União pelo Ceará*, conciliando os interesses locais com a agenda do governo ditatorial.

A implantação do Ato Institucional nº 2 e sua repercussão no Ceará ganharam traços de positividade, recebendo, por parte dos parlamentares da *União pelo Ceará* e de ampla parcela da imprensa, manifestações políticas de adesão, aplausos e congratulações a Castello Branco. Com isso, o AI-2 transformou-se em um dispositivo jurídico que garantiu a sobrevivência da *União pelo Ceará* e de seu líder, Virgílio Távora, permitindo-lhes, por meio dessa medida autoritária, realizar um processo de passagem que os transformou em “revolucionários” decorrentes de suas colaborações e manifestações em defesa do regime militar.

Além de assegurar o alinhamento e a sobrevivência da aliança, o uso do AI-2 serviu para dispersar qualquer tentativa de incompatibilidade de agenda política com o governo de Castello Branco. Após performarem ações de reivindicação identitária como “revolucionários” em torno do AI-2 no interior da Assembleia Legislativa do Ceará, os parlamentares da *União pelo Ceará* realizaram duas linhas de mobilização política com o objetivo de destacar sua participação na construção do regime militar: primeiro, com a formação do bloco *União Parlamentar Revolucionária do Ceará* (UPRC) e, segundo, com a transmutação em *Aliança Renovadora Nacional* (ARENA).

Constatamos que estes dois processos vivenciados pela *União pelo Ceará* formaram um projeto de construção do regime militar no próprio estado do Ceará, encontrando ampla adesão e alinhamento social e político com a agenda que defendiam.

FONTES

1 - Jornais impressos

CORREIO DO CEARÁ. Fortaleza, out. 1947 – dez. 1966.

GAZETA DE NOTÍCIAS. Fortaleza, out. 1947 – dez. 1966.

O POVO. Fortaleza, out. 1947 – dez. 1966.

UNITÁRIO. Fortaleza, out. 1947 – dez. 1966.

* Os jornais foram coletados na Biblioteca Estadual do Ceará – BECE

2 - Documentos da ARENA, seção CEARÁ

Fundo: Governador Virgílio Távora

Série: Organização Político-Partidária

Subsérie: ARENA

Data: 1967-1978

Caixa: 1

*O acervo está localizado no Arquivo Público do Estado do Ceará

3 - Produção Memorialística

FILHO, Luís Viana (org.). **Castello Branco:** testemunhos de uma época. Brasília: Editora Universitária de Brasília, 1986.

FREITAS, Maria das Dores Vidal; OLIVEIRA, Maria Lenira. **Judite:** 1906–2006. Fortaleza: Premius, 2006.

LINHARES, Marcelo. **Virgílio Távora:** sua época. Fortaleza: Edições UFC, 1997.

MOTTA, Aricildes de Moraes. **1964 – 31 de março:** o movimento revolucionário e a sua história. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2003. Tomo 2.

MOTTA, Aricildes de Moraes. **1964 – 31 de março:** o movimento revolucionário e a sua história. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2003. Tomo 3.

MOTTA, Aricildes de Moraes. **1964 – 31 de março:** o movimento revolucionário e a sua história. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2003. Tomo 4.

MOTTA, Aricildes de Moraes. **1964 – 31 de março: o movimento revolucionário e a sua história**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2003. Tomo 5.

MOTTA, Aricildes de Moraes. **1964 – 31 de março: o movimento revolucionário e a sua história**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2003. Tomo 9.

MOTTA, Aricildes de Moraes. **1964 – 31 de março: o movimento revolucionário e a sua história**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2003. Tomo 15, p. 77.

PINTO, Olavo Bilac. A marcha da “guerra revolucionária” no Brasil. **ACD 1964**, v. IV, p. 138–150, 23 jan. 1964.

SALLES, José Bento Teixeira de. **Milton Campos: uma vocação liberal**. Belo Horizonte: Editora Veja, 1975.

VIANA, Francisco. **Daniel Krieger: um liberal na república**. Brasília: Senado Federal; Dom Quixote, 1982.

VIANA FILHO, Luiz. **Castello Branco: testemunhos de uma época**. Brasília: Editora UnB, 1986.

VILELA, Teotônio. **A pregação da liberdade: andanças de um liberal**. Porto Alegre: L&PM, 1977.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCAR JÚNIOR, José Sydrião de. **Virgílio Távora: o coronel modernizador do Ceará**. 2006. Tese (Doutorado em Sociologia) — Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964–1984)**. Bauru: São Paulo, Edusc, 2005.

ALVES, Louremberg. **1967: sublegendas, conflitos e quase impeachment**. São Paulo: Scortecci, 2020.

ALVES, Rogério Pacheco. Ditadura civil-militar no Brasil: a disputa pelo uso do léxico democrático. **Revista do Ministério Público do Rio de Janeiro: MPRJ**, nº52, abr./jun.2014.

AREND, Silvia Maria Fávero; HAGEMEYER, Rafael Rosa e LOHN, Reinaldo Lindolfo. Ditadura Militar: mais do que algozes e vítimas. A perspectiva de Carlos Fico. **Revista Tempo e Argumento**, v. 5, n. 10, a. 2013.

ARFUCH, Leonor. A vida como narração. In: ARFUCH, Leonor. **O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

BARROS, José D'Assunção. Sobre o uso dos jornais como fontes históricas — uma síntese metodológica. **Revista Portuguesa de História**, 2021.

_____. **O jornal como fonte histórica**. Petrópolis: RJ, Vozes, 2023.

_____. História política: dos objetos tradicionais ao estudo dos micropoderes, do discurso e do imaginário. **Revista Escritas**. Dossiê: políticas — práticas e representações, vol.1, 2008.

_____. **A historiografia como fonte histórica**. Petrópolis–RJ: Editora Vozes, 2022.

BATISTELLA, Alessandro. A trajetória da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) no Paraná (1965–1979). **Revista de História Regional**, nº 26, vol. (2), 2021. Disponível: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr>. Acesso em: 24 out. 2025.

BERSTEIN, Serge. Os partidos políticos. In: REMOND, René. **Por uma história política**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

BIBLIOTECA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. Presidentes da Câmara dos Deputados, 23º — Bilac Pinto. **Boletim da Biblioteca da Câmara dos Deputados**, Brasília, v. 16, n. 1, jan./abr. 1967.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. São Paulo: Editora Papirus, 1996.

CARDOSO, Michele Gonçalves. Biografia e temporalidades: prática historiográfica e o ensino de história. **Revista Educar em Revista**, Curitiba, v. 37, e75676, 2021.

CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2006,

_____. O exército brasileiro: a construção de um poder político. In: D'Araújo, Maria Celina e REZENDE, Lucas Pereira. **Forças Armadas e política no Brasil republicano**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2024.

CARVALHO, Robert Carjon de e MURARO, Mariel. O conceito de ordem na ditadura militar brasileira. **Revista de História do Direito**, v.1, n.2, jul.-dez., 2015.

CHARLE, Christophe. A prosopografia ou biografia política: balanço e perspectivas. In: HEINZ, Flávio M. **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

CHIRIO, Mauad. **A política nos quartéis**: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2012.

CODATO, Adriano. Metodologias para a identificação de elites: três exemplos clássicos. In: PERISSIMOTO, Renato e CODATO, Adriano. **Como estudar as elites**. Curitiba: Ed. UFPR, 2015.

COSTA, Jucélio Regis da. **Os jornais em marcha e as marchas da vitória nos jornais**: a imprensa e o golpe civil-militar no Ceará (1961-1964). 2015. 157 f. Dissertação (Mestrado em

História). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/14511>. Acesso em: 24 out. 2025.

CORDEIRO, Janaina Martins. **A ditadura em tempos de milagres: comemorações, orgulho e consentimentos**. Rio de Janeiro: FGV, 2015.

CRUZ, Sebastião C. Velasco E.; MATINS, Carlos Estevam. De Castello a Figueiredo: uma incursão na pré-história da “abertura”. **Revista Sociedade e Política no Brasil Pós-64** [online], Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <https://www.centroedelstein.org.br/revista>. Acesso em: 24 out. 2025.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Partidos Políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964 — terceira república (1945–1964)**. 9. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2020.

DIÓGENES, Maria da Glória dos Santos. **As eleições de 1954 e 1958 no Ceará: os partidos e suas lideranças**. Fortaleza: UFC, 1989.

DREIFUS, René Armand. **1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe**. Petrópolis: Editora Vozes, 1981.

FARIAS, Airton de. As esquerdas e o golpe civil-militar de 1964 no Ceará: análises de um estudo de caso. **Contraponto – Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da UFPI**, v. 9, n. 1, jan./jun. 2020.

FERREIRA, Jorge. Nove dias de abril de 1964: da democracia liberal à ditadura militar. **Revista Tempo e Argumento**, 2024.

FILHO, Alcides Goularti. Da SUDEPE à criação da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca: as políticas públicas voltadas às atividades pesqueiras no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, v. 49, jul./dez. 2017.

FILHO, Luís Viana (org.). **Castello Branco: testemunhos de uma época**. Brasília: EditoraUniversitária de Brasília, 1986.

FONTOURA, Sirlei da Silva. Memória, História e Testemunho: uma discussão teórica. **Revista Cadernos de História**, vol.24, nº 40, 2023, Tema Livres.

FOUCAULT, Michael. **Microfísica do Poder**. Tradução e organização de Roberto Machado. 28. ed. São Paulo: Graal, 2010b.

FREITAS, Maria das Dores Vidal e OLIVEIRA, Maria Lenira. **Judite: 1906–2006**. Fortaleza: Premius, 2006.

GOMES, Ângela de Castro; KODAMA, Kaori e FONSECA, Maria Rachel Frós da. Apresentação: Imprensa e mediadores culturais — ciência, história e literatura. **Revista Vária História**, Belo Horizonte, vol.34, nº 66, set./dez., 2018.

GOMES, Ângela de Castro e HANSEN, Patrícia Santos. **Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

GOMES, Marco Túlio Antunes. “Guerra revolucionária”: o anticomunismo de Bilac Pinto e o golpe de 1964. *Revista da Universidade Federal do Espírito Santo*. **Anais da XI Semana de História UFES (2017)**, publicado em 2018.

GONÇALVES, George Emílio Bastos. Breve estudo biográfico e genealógico de Joaquim Bastos Gonçalves (1895–1959). **Revista do Instituto do Ceará**, 2022.

GRILL, Igor Gastal e REIS, Eliana Tavares dos. **Elites parlamentares e a dupla arte de representar: intersecções entre “política” e “cultura” no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2016.

GRINBERG, Lucia. Uma memória política sobre a ARENA: dos “revolucionários de primeira hora” ao “partido do sim, senhor”. In: REIS, Daniel Aarão, RIDENTI, Marcelo, MOTTA, Rodrigo Sá (orgs.). **O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964–2004)**. Bauru–SP: Edusc, 2004.

_____. **Partido político ou bode expiatório. Um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), 1965–1979**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

_____. “Saudações arenistas”: a correspondência entre partidários da Aliança Renovadora Nacional (Arena), 1966–1979. In: Denise Rollemberg; Samantha Viz Quadrato. (orgs.). **A construção social dos regimes autoritários**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

HIPPOLÍTO, Lucia. **De raposas e reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira (1945–1964)**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2012.

HOLLANDA, Cristina Buarque de e COSER, Ivo. Realismos autoritários e liberais: aspectos da imaginação sobre representações políticas do século XIX e princípios do XX. **Revista DADOS — Revistade Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol.59, nº3, 2016.

LIMA, Francisco de Assis Melo e GURGEL, Italo. **Escola de Agronomia da UFC: 100 anos de atuação transformadora**. Fortaleza: Edições UFC, 2019.

LINHARES, Marcelo. **Virgílio Távora: sua época**. Edições UFC: Fortaleza, 1997.

LUCA, Tânia Regina de. **Práticas de pesquisa em histórica**. São Paulo: Contexto, 2021.

LVOVICH, Daniel. Autoritarismo, nacionalismo, fascismo e Doutrina de Segurança Nacional no debate sobre as ditaduras do Cone Sul latino-americano da segunda metade do século XX. In: MAUAD, Ana Maria e QUADRATO, Samantha. **Diálogos historiográficos: memória, história e tempo presente no Brasil e na Argentina**. São Paulo: Letra e Voz, 2023.

MADEIRA, Rafael Machado. Dinâmica eleitoral e partidária em um contexto ditatorial: a relação entre elites políticas e o regime (1965–1979). **Revista de Ciências Sociais**. Fortaleza, v.47, n. 2, p.125–162, jul./dez., 2016.

MAIA, Roberta Kelly Santos. **A cidade do jornalista:** da Fortaleza representada nos jornais à administração da capital por Luiz Queiroz Campos. 2013. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2013.

MARCELINO, Wanielle Brito. Discurso de posse de João Goulart na Presidência da República no Regime Parlamentarista. In: _____. **João Goulart (1918–1976):** Discursos selecionados do presidente João Goulart. Brasília: FUNAG, 2009.

MAUAD, Ana Maria e QUADRAT, Samantha (orgs.). **Diálogos historiográficos:** memória, história e tempo presente no Brasil e na Argentina. Letra e Voz: São Paulo, 2023.

MEDEIROS, Fabrício Ferreira. A nova história política. **Temporalidades — Revista de História**, Edição 25, V. 9, N. 3, set./dez. 2017.

MELO, Francisco Egberto de. **Práticas de clientelismo, educação planejada e sonho da redenção humana em torno do PLAMEG — Plano de Metas do Governo Virgílio Távora (Ceará, 1963–66).** Tese (Doutorado) — Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Fortaleza, Ceará, 2013.

MONTEIRO, José Marciano. **A política como negócio de família:** os herdeiros e a força dos capitais no jogo político das elites na Paraíba (1985–2015). 2016. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) — Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2016.

MONTENEGRO, Abelardo F. **Os partidos políticos do Ceará.** Fortaleza: UFC, 1980.

MOTA, Aroldo. Governo do Ceará: quadriênio 1950 a 1954. **Revista do Instituto do Ceará**, 1999.

MOTTA, Aricildes de Moraes. **1964 – 31 de março:** o movimento revolucionário e a sua história. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2003, tomo 02.

_____. **1964 – 31 de março:** o movimento revolucionário e a sua história. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2003, tomo 03.

_____. **1964 – 31 de março:** o movimento revolucionário e a sua história. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2003, tomo 04.

_____. **1964 – 31 de março:** o movimento revolucionário e a sua história. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2003, tomo 05.

_____. **1964 – 31 de março:** o movimento revolucionário e a sua história. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2003, tomo 09.

_____. **1964 – 31 de março:** o movimento revolucionário e a sua história. — Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2003, tomo 15.

MOTTA, Paulo Roberto. **Movimentos Partidários no Brasil:** a estratégia da elite e dos militares. Rio de Janeiro: FGV, 1971.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

NAPOLITANO, Marcos. A imprensa e a construção da memória do regime militar brasileiro (1965–1985). **Revista Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v.43, n.2, maio–ago., 2017.

_____. A história política do golpe de 1964 e do regime militar: balanços e perspectivas. **Revista Tempo e Argumento**, 2024.

_____. Prefácio. In: DELLAMORE, Carolina; AMATO, Gabriel; BATISTA, Natália (orgs.). **A ditadura aconteceu aqui: a história oral e as memórias do regime militar brasileiro**. São Paulo: Letra e Voz, 2017b.

NETO, Edgar Leite Ferreira. **Os partidos políticos no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 1988.

NETO, Ildefonso Rodrigues Lima. **Escrita subversiva: O Democrata, 1946–1947**. 2006. Dissertação (Mestrado em História Social) — Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.

NETTO, José Paulo. **Pequena história da ditadura brasileira: (1964–1985)**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

NORA, P.; AUN KHOURY, T. Y. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 10, 2012.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de; GOULART, Mônica Helena Harrich Silva; VANALI, Ana Cristina; MONTEIRO, José Marciano. Família, parentesco, instituições e poder no Brasil: retomada e atualização de uma agenda de pesquisa. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 5, nº 11, set./dez. 2017.

PARENTE, Francisco Josênio C. O Ceará dos “coronéis” (1945 a 1986). In: CORDEIRO, Ivone (orgs.). **Uma nova história do Ceará**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

PERISSINOTTO, Renato e STUMM, Michelli Gonçalves. A virada ideacional: quando e como ideias importam. **Revista de Sociologia Política**, vol.25, nº64, dez. de 2017.

PINTO, Bilac. A marcha da “guerra revolucionária” no Brasil. **ACD**, n. IV, p. 138–150, 23 jan. 1964.

PORTO, Patrícia de Cássia Pereira. NARRATIVAS MEMORIALÍSTICAS: MEMÓRIA E LITERATURA. **Revista Contemporânea de Educação**, nº 12 – agosto/dezembro de 2011.

RABELO FILHO, José Valderir. As classes políticas cearenses e a ditadura de 31 de março de 1964: entre consensos e consentimentos. **Revista Historiar**, vol.5, nº9, ano 2013.

REGO, Antonio Carlos Pojo do. **O congresso brasileiro e o regime militar (1964–1985)**. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

REIS, Daniel Aarão, RIDENTI, Marcelo, MOTTA, Rodrigo Sá (orgs.). **O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964–2004)**. Bauru–SP: Edusc, 2004.

_____. **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2014. Coleção 50 anos depois.

REIS, Palhares Moreira. Eleições diretas e indiretas no Brasil. **Revista de Informação Legislativa**, ano 34, nº 136, out.-dez., 1997.

REGO, Antonio Carlos Pojo do. **O congresso brasileiro e o regime militar (1964–1985)**. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

REMOND, René. **Por uma história política**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart; ROMANELLI, Amanda; BONSANTO, André; DAEMON, FLORA; ROUCHOU, JÖELLE e PEDRETTI, Lucas. **A serviço da repressão: Grupo Folha e violações de direitos na ditadura**. Rio de Janeiro: Mórula, 2024.

RIBEIRO, Branca Telles e PEREIRA, Maria das Graças Dias. A noção de contexto na análise do discurso. **Revista Veredas**, Juiz de Fora, vol.6, nº2, jul–dez., 2002.

RIBEIRO, Guilherme Leite. **Radicalização e crise: o protagonismo das frentes parlamentares no governo de João Goulart (1961–1964)**. Curitiba: Appris, 2017.

ROCHA, Ana Luiza Carvalho da e ECKERT, Cornelia. Os jogos da memória. **Revista ILHA** — Florianópolis, nº1, dezembro de 2000.

ROCHA, Thiago Braga Teles da. “Repto o senador a provar as suas declarações”: as tensões no campo político sobralense a partir das eleições de 1947. **Revista Historiar**, vol. 10, nº 19, jul.dez. de 2018.

SALLES, José Bento Teixeira de. **Milton Campos: uma vocação liberal**. Belo Horizonte: Editora Veja, 1975.

SANTOS, Bárbara Cacao dos. **“Trabalhadores cearenses, uni-vos!”: o pacto de unidade sindical em Fortaleza (1957–1964)**. 2009. Dissertação (Mestrado em História Social) — Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

SCHMITT, Rogério. **Os estudos sobre alianças e coligações eleitorais na Ciência Política brasileira**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer; São Paulo: Fundação Editorial da UNESP, 2005.

SCHMITT, Rogério. **Partidos políticos no Brasil (1945–2000)**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2005.

SEGATTO, José Antonio. PCB: a questão nacional e a democracia. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, LUCILIA DE ALMEIDA NEVES. **O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática — da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964, terceira república (1945–1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

SILVA, Leonardo Santana da. **Polifonia cultural em ponto e contraponto**: acordes historiográficos entre alguns conceitos teóricos possíveis. São Paulo: Paco Editorial, 2019.

SOUSA, Vilvado de. O comportamento das coligações eleitorais entre 1954–1962: pleitos majoritários coincidentes e proporcionais. In: KRAUSE, Silvana e SCHMITT. **Partidos e coligações eleitorais no Brasil**. São Paulo: Editora Unesp, 2005.

SOUZA, Vivaldo de. **As coligações partidárias**: período 1986–94 versus 1954–62. Brasília: Câmara dos Deputados, 2006.

SOUZA, Thiago Nogueira de. **Ação Democrática Parlamentar: anticomunismo, democracia e radicalização política no Congresso Nacional**. 2015. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

SPOHR, Martina. **Banda de música e seu maestro**: Aliomar Baleeiro e o golpe de 1964. Curitiba: Apris, 2024.

TORRES, Mateus Gamba. **O discurso do Supremo Tribunal Federal na ditadura militar**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2021.

TOSH, John. **A busca da história**: objetivos, métodos e as tendências no estudo da história moderna. Petrópolis: RJ, Vozes, 2011.

VALE, Osvaldo Trigueiro. **O Supremo Tribunal Federal e instabilidade político-institucional**. 1975. Dissertação (Mestrado em Administração) — Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1975.

VIANA FILHO, Luiz. **Castello Branco**: testemunhos de uma época. Brasília: Editora UnB, 1986.

VIANA, Francisco. **Daniel Krieger**: um liberal na república. Brasília: Senado Federal - Dom Quixote, 1982.

VILELA, Teotônio. **A pregação da liberdade**: andanças de um liberal. Porto Alegre: L&PM, 1977.